

## PARTE V - ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

### 5.1 - AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

#### 5.1.1. Presidência da República

O desempenho das atividades implementadas no âmbito da Presidência da República consiste na inter-relação de ações de uma diversidade de órgãos/entidades que desempenham uma série de Funções e Subfunções de governo. Dessa forma, este relatório consiste em uma exposição complexa sobre as atividades e ações desempenhadas por unidades das mais distintas naturezas. A relatoria dessa rica malha de atuações consiste em um esforço em apresentar uma ação conjugada, no sentido de prover a Presidência da República dos meios necessários à implementação de funções e subfunções de governo que reflitam a importância de setores estratégicos de sua atuação. No âmbito da Presidência da República, espelhado por uma análise dos orçamentos alocados, percebe-se uma concentração de interesses em alguns setores de atuação governamental, haja vista o percentual de participação no orçamento fiscal e de seguridade do Poder Executivo Federal:

#### PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DAS FUNÇÕES DA PR EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO - 2009

| FUNÇÃO                       | DOTAÇÃO AUTORIZADA DA PR | %     |
|------------------------------|--------------------------|-------|
| 03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA     | 2.075.178.360,00         | 40,23 |
| 04 - ADMINISTRAÇÃO           | 2.073.776.184,00         | 10,97 |
| 06 - SEGURANÇA PÚBLICA       | 270.096.167,00           | 3,04  |
| 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL      | 442.180.585,00           | 0,15  |
| 14 - DIREITOS DO CIDADÃO     | 1.025.085.815,00         | 54,70 |
| 20 - AGRICULTURA             | 441.650.412,00           | 2,45  |
| 26 - TRANSPORTE              | 1.935.738.928,00         | 10,02 |
| 28 - ENCARGOS ESPECIAIS      | 2.417.362,00             | 0,00  |
| 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 100.819.468,00           | 0,53  |

Destacam-se as Funções: “Direitos do Cidadão” e “Essencial à Justiça” seguidas pelas Funções “Administração” e “Transporte”, como sendo aquelas que apresentam maior percentual no âmbito dos orçamentos do Poder Executivo Federal executados pelos órgãos/entidades vinculados à Presidência da República. Essas importâncias relativas das Funções de governo são comprovadas pelo estudo mais detalhado de suas participações em relação aos orçamentos da própria Presidência da República, que, em 2009, apresentou a seguinte distribuição:

#### PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DAS FUNÇÕES EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - 2009

| FUNÇÕES                      | DOTAÇÃO                 | %             |
|------------------------------|-------------------------|---------------|
| 03 - ESSENCIAL A JUSTICA     | 2.075.178.360,00        | 24,80         |
| 04 - ADMINISTRACAO           | 2.073.776.184,00        | 24,79         |
| 06 - SEGURANCA PUBLICA       | 270.096.167,00          | 3,23          |
| 09 - PREVIDENCIA SOCIAL      | 442.180.585,00          | 5,28          |
| 14 - DIREITOS DA CIDADANIA   | 1.025.085.815,00        | 12,25         |
| 20 - AGRICULTURA             | 441.650.412,00          | 5,28          |
| 26 - TRANSPORTE              | 1.935.738.928,00        | 23,14         |
| 28 - ENCARGOS ESPECIAIS      | 2.417.362,00            | 0,03          |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA | 100.819.468,00          | 1,20          |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>8.366.943.281,00</b> | <b>100,00</b> |

1 - A função “Agricultura” não será abordada no relatório da Presidência da República, em face da criação do Ministério da Pesca (Lei 11.958, de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura); e

2 - A função “Previdência Social” também não será abordada no relatório da PR, em face da pouca relevância em relação à função concentrada no Ministério da Previdência Social, bem como as funções: “Segurança Pública”, Encargos Especiais’ e “Reserva de Contingência”.

Em termos de execução orçamentária, no ano de 2009, referente às quatro principais funções anteriormente destacadas, tem-se que:

#### 10 PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES

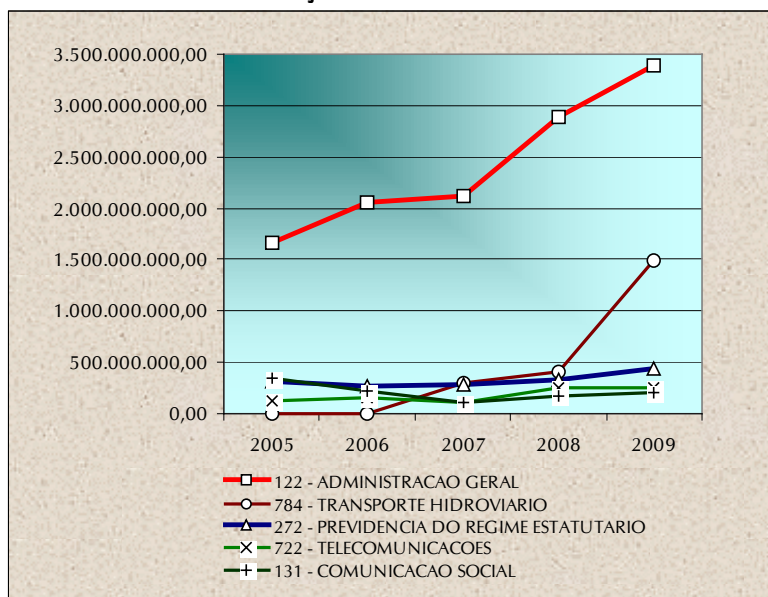
| SUBFUNÇÃO                                       | EMPENHOS EMITIDOS LIQUIDADOS 2009 | %     |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------|-------|
| 122 - Administração Geral                       | 3.382.435.830,04                  | 51,07 |
| 784 - Transporte Hidroviário                    | 1.485.484.780,63                  | 22,24 |
| 272 - Previdência do Regime Estatutário         | 432.113.726,43                    | 6,27  |
| 722 - Telecomunicações                          | 248.399.711,08                    | 3,71  |
| 131 - Comunicação Social                        | 211.713.181,20                    | 3,17  |
| 366 - Educação de Jovens e Adultos              | 158.020.471,59                    | 2,36  |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 121.028.365,88                    | 1,81  |
| 126 - Tecnologia da Informação                  | 92.317.967,78                     | 1,46  |
| 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente    | 80.178.517,44                     | 1,20  |
| 128 - Formação de Recursos Humanos              | 53.556.683,83                     | 0,85  |

### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE 10 PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES DE 2009

| SUBFUNÇÃO                                       | 2005             | 2006             | 2007             | 2008             | 2009             |
|-------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 122 - Administração Geral                       | 1.668.399.166,90 | 2.055.161.295,84 | 2.123.720.303,57 | 2.881.590.298,04 | 3.382.435.830,04 |
| 784 - Transporte Hidroviário                    | 0,00             | 0,00             | 293.540.106,12   | 413.215.699,56   | 1.485.484.780,63 |
| 272 - Previdência do Regime Estatutário         | 319.140.355,46   | 263.104.754,18   | 277.254.060,07   | 331.258.022,71   | 432.113.726,43   |
| 722 - Telecomunicações                          | 124.433.786,86   | 150.447.853,11   | 115.289.384,25   | 244.447.303,51   | 248.399.711,08   |
| 131 - Comunicação Social                        | 339.351.061,29   | 224.502.666,70   | 107.213.980,34   | 176.811.706,66   | 211.713.181,20   |
| 366 - Educação de Jovens e Adultos              | 12.388.175,30    | 9.598.343,00     | 7.009.439,35     | 0,00             | 158.020.471,59   |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos E Difusos | 33.210.546,70    | 38.760.395,41    | 54.081.758,68    | 88.941.325,80    | 121.028.365,88   |
| 126 - Tecnologia da Informação                  | 8.240.400,60     | 2.364.514,12     | 6.636.757,84     | 79.155.494,14    | 92.317.967,78    |
| 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente    | 40.414.127,32    | 47.823.474,36    | 60.713.167,58    | 60.579.887,95    | 80.178.517,44    |
| 128 - Formação De Recursos Humanos              | 12.983.766,03    | 18.950.686,69    | 32.582.187,19    | 40.980.227,16    | 53.556.683,83    |

Pela evolução histórica da execução orçamentária, percebe-se um incremento constante e gradativo em todas as subfunções, em conformidade com o aperfeiçoamento das ações de implementação dos programas e criação de condições para a consubstanciação das ações decorrentes, conforme se pode verificar nos gráficos a seguir:

#### SUBFUNÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS



Nas cinco primeiras subfunções acima descritas, alguns fatores que explicam as alterações apresentadas durante dos últimos cinco anos são:

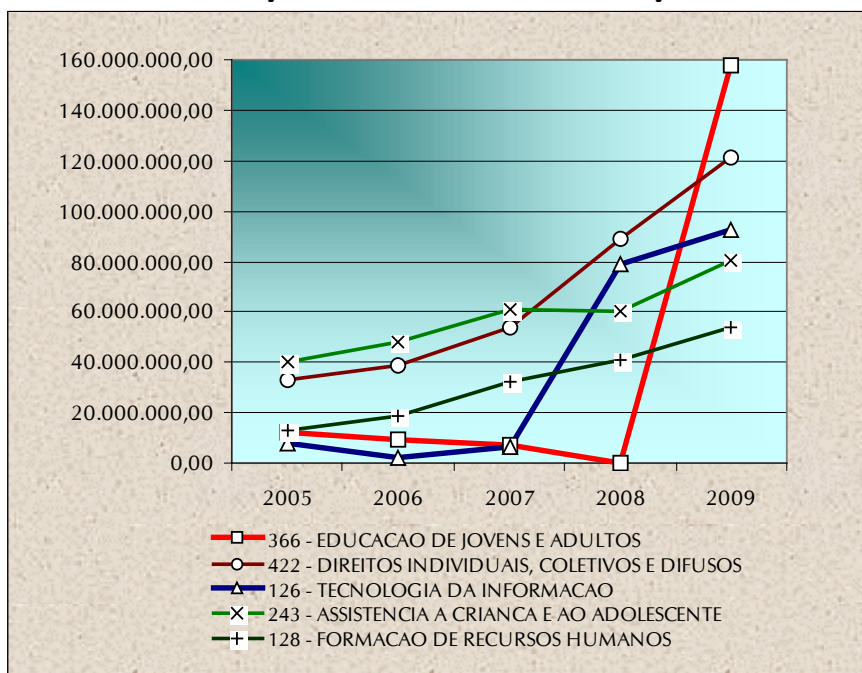
1) em relação à subfunção “Administração Geral”, o crescimento das estruturas dos órgãos vinculados à PR, em especial a CGU e AGU, com a realização de novas contratações de servidores, reestruturação de carreiras e vencimentos, assunção de encargos com folha de pagamento e ampliação da atuação dos órgãos; e

2) em relação à subfunção “Transporte Hidroviário”, a criação da Secretaria Especial de Portos, em 2007 e o desenvolvimento das ações do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) promoveram um incremento significativo do investimento no setor.

Em relação às demais subfunções apresentadas como sendo as mais significativas, observamos que ocorreram subsequentes aumentos dos respectivos gastos, em especial por se tratarem, em grande parte, de subfunções que agregam programas descentralizados, os convênios utilizados começaram a gerar resultados nos três últimos anos, fato este, demonstrado pelo significativo aumento de recursos alocados a programas como os de políticas para mulheres e de educação de jovens, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:

#### SUBFUNÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS (CONTINUAÇÃO)



#### Função – Essencial à Justiça

A execução das atividades vinculadas ao desempenho da função “Essencial à Justiça” está concentrada na atuação da Advocacia-Geral da União. De uma Dotação Autorizada inicial de R\$ 2.075.178.360,00, a execução das despesas por Unidade Executora foi de R\$ 2.005.924.082,34 (96% do autorizado).

Em relação às subfunções implementadas na função “Essencial à Justiça” verifica-se que as atividades concentram-se na “Administração Geral”, o que representa que o exercício das ações de suporte institucional estão vinculadas diretamente ao desempenho das funções finalísticas do órgão.

Em relação à subfunção “Representação Judicial e Extrajudicial da União”, para o período de apuração solicitado, destaca-se o exercício de 2007, cuja execução orçamentária/financeira sobressaiu-se em relação aos demais exercícios. Tal fato é justificado pela edição da Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, que concedeu ao orçamento da AGU um crédito extraordinário no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). A concessão do crédito foi em função da AGU ter recebido a incumbência de responder por cerca de 40.000 (quarenta mil) processos da extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA.

Em relação à execução das ações vinculadas à subfunção 122 – Administração Geral - despesas com pessoal - exercícios 2004/2005 – o crescimento das despesas de 2005 em relação a 2004 foi o resultado da edição da Lei 10.909, anexo III, de 15/07/2004, que reestruturou as carreiras jurídicas com efeito financeiro já a partir de 2004. No exercício de 2005 foram empossados 380 Advogados da União aprovados em concurso público o que contribuiu com o acréscimo das despesas naquele período.

Para os exercícios 2006/2007 - Em 2006 foi editada a Medida Provisória 605, convertida na Lei 11.358 que passou a remunerar os integrantes das carreiras jurídicas sob a forma de subsídios um aumento substancial aos procuradores e advogados. No período foram empossados 295 Advogados da União e 499 Procuradores Federais e 474 servidores da área administrativa.

Exercícios 2008/2009 – Em 2008 destacamos a edição da Medida provisória 441, de 29/8/2008 que concedeu aumento aos servidores das carreiras jurídicas e administrativas que será estendido até o exercício de 2011.

#### Principais Resultados

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, destacamos as algumas decisões em que a União foi vitoriosa:

- i) RE nº 587.365/SC e nº 486.413/SP – no qual foi mantido o entendimento de que a renda do segurado deve ser levada em consideração para concessão do auxílio-reclusão e não a de seus dependentes. Atualmente, existem no país cerca de 450 mil presos. O governo gasta R\$ 160 milhões por ano com o pagamento do benefício. A decisão evitará impacto orçamentário para a Previdência Social estimado em mais de R\$ 1 bilhão por ano;
- ii) PSV nº 04 – a AGU participou intensamente de todos os trabalhos desenvolvidos na audiência pública que o Presidente do STF realizou, com o objetivo de reduzir a litigiosidade das matérias que envolvem, entre outros aspectos, o fornecimento de medicamentos e tratamento médico à população carente;
- iii) ADPF nº 101 – a AGU conseguiu demonstrar à Corte Constitucional que a importação de pneus e carcaças provenientes de diversos países acarreta prejuízos, por

vezes irreparáveis, à saúde da coletividade e ao meio ambiente;

iv) RE nº 543974 – na defesa da correta interpretação do texto constitucional, a AGU teve reconhecida na Corte Suprema a tese de que a desapropriação de imóvel em que se plantaram psicotrópicos deverá incidir sobre toda a gleba rural, e não apenas sobre a parcela de terra em que foi efetivamente cultivada a planta. A Constituição Federal determina que tais glebas devem ser destinadas ao assentamento de colonos e ao cultivo de alimentos e medicamentos;

v) ADI nº 3978 – o STF confirmou a obrigatoriedade de realização de concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro, exigência constitucional defendida pela AGU que, no entanto, vinha sendo descumprida por alguns estados;

vi) MI nº 766 – a Corte confirmou a tese da AGU no sentido da impropriedade da via judicial eleita no tocante à utilização do mandado de injunção para forçar a União a regulamentar a atividade de promoção e administração de sorteios de bingos;

vii) ACO nº 1303 – a Corte Suprema concluiu, nos termos do alegado pela AGU, que a regra constitucional de imunidade tributária recíproca entre entes da federação aplica-se à exação de ICMS sobre desembaraço aduaneiro de medicamentos importados pelo Ministério da Saúde;

viii) PET nº 3388 – o STF julgou constitucional o decreto presidencial que estabeleceu a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A AGU participou, de modo decisivo, do julgamento que mobilizou a Suprema Corte, como também dos procedimentos de desintrusão dos não-índios e da efetiva destinação da área objeto da demanda às comunidades indígenas tradicionalmente ocupantes do local;

ix) ADI nº 3934 – o STF confirmou a tese da AGU pela constitucionalidade da norma que trata de recuperação judicial e falências, o que possibilitou o atendimento de um maior número de credores no rateio da massa, além de se permitir a preservação das atividades da empresa, com a conseqüente manutenção dos empregos;

x) ADPF nº 167 – a AGU defendeu, ainda, no STF, a continuidade da competência do Tribunal Superior Eleitoral para julgamento de recursos contra a expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais. A tese foi acolhida, preservando-se uma atribuição desempenhada pela Corte Eleitoral há mais de 40 anos;

xi) ADPF nº 186 – a AGU manifestou-se, também, pela constitucionalidade da implementação, pela Universidade de Brasília em seus concursos vestibulares, de cotas de 20% para negros. O Supremo Tribunal indeferiu a liminar pleiteada, mantendo os atos administrativos praticados pela UnB;

xii) RE nº 576.189 e nº 541.511 – a AGU assegurou o reconhecimento, pela Corte Suprema, da

constitucionalidade dos adicionais tarifários incluídos nas contas de energia elétrica, os Encargos de Capacidade Emergencial (ECE), conhecidos como "seguro-apagão", com o objetivo de cobrir os custos de contratação de capacidade de geração de termelétricas no período de 2002 a 2005, de modo a garantir o fornecimento de energia elétrica para toda a população brasileira. Nas ações em que se revelou possível a apuração de valores, a atuação da AGU envolveu a quantia aproximada de R\$ 190 bilhões.

Deve-se registrar, também, que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2009, atuou ativamente na defesa da União, no âmbito da definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Esse trabalho resultou, especialmente, na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública, o que contribuiu para a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas sociais e de investimentos do Governo.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ, foram proferidas 33 decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN, pela sistemática dos recursos repetitivos, e um julgamento proferido fora da sistemática dos recursos repetitivos. Já no STF, foram proferidas seis decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos tributários, tais como: Crédito-Prêmio de IPI; Dedução de Prejuízos Fiscais; alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%); e Imposto de Exportação e Finsocial.

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto às demais instâncias do Poder Judiciário, foram implementadas ações em diversas áreas como, educação, meio ambiente, defesa do patrimônio público e administração pública. Para exemplificar, destacam-se, em 2009, as seguintes ações da AGU no âmbito da Justiça Federal para viabilizar a execução do PAC: i) a ACP nº 2008.83.00.019535-1 – JF/P, que resultaram no impedimento da suspensão da 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; ii) a ACP nº 2009.41.00.003928-2 – JF/RO, na manutenção da licença de instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, no Rio Madeira; e iii) a ACP nº 2009.39.03.000326-2 e nº 2009.39.03.000575-6 e SS nº 12009.01.00.069492-2 - TRF da 1ª Região, que assegurou na garantia do processo legal para a construção da UHE de Belo Monte, no estado do Pará, assegurando a continuidade da preparação de licitação dessa importante obra, que será a maior hidrelétrica brasileira.

No âmbito internacional, cabe destacar as ações realizadas pela AGU na: (i) defesa do Estado Brasileiro, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos; (ii) atuação internacional para bloquear e repatriar ativos desviados

ilicitamente dos cofres públicos do Estado Brasileiro, referente aos casos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP), Operação Satiagraha e Propinoduto; e (iii) restituição de crianças em atendimento à Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.

Foi instituído, na AGU, o Grupo Permanente de Combate à Corrupção, que segundo último relatório, de novembro de 2009, ajuizou 2.178 ações, dentre as quais: i) 1.469 ações de execução de julgados do TCU, totalizando R\$ 479,6 milhões; ii) 340 ações de improbidade, totalizando R\$ 33,2 milhões; e iii) 369 ações de natureza ambiental e patrimonial, totalizando R\$ 442 milhões. Esse trabalho contribuiu para o recolhimento de R\$ 296,5 milhões concernentes a convênios celebrados pela União. Nas ações em que é possível quantificar os valores, a atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral da União, implicou a impugnação de, aproximadamente, R\$ 2,92 bilhões, recolhendo em indenizações e honorários, aproximadamente, R\$ 39,9 milhões. Além disso, em 2009, a AGU deu andamento ao Programa de Redução de Demandas do INSS, destacando-se a edição de 10 súmulas que tratam de matéria previdenciária, o que trará diminuição do quantitativo de ações e recursos. Continuou, também, a executar os relevantes e fundamentais serviços jurídicos de consultoria e assessoramento jurídicos, para assegurar a conformidade das atos da Administração Pública Federal e para o fornecimento de subsídios para a defesa da União em processos em curso no STF, STJ, TRFs e Varas Federais.

Outra ação importante foi o desenvolvimento da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal

(CCAF). Em 2009, a AGU realizou importantes ações na CCAF, destacando-se: i) o primeiro Termo de Conciliação realizado com estados, no que foi firmado um acordo entre a Caixa Econômica Federal e o estado de Alagoas acerca da interpretação de sobre convênios e contratos de repasse; e ii) o primeiro caso de conciliação envolvendo municípios, na qual foi acordada a destinação de imóveis oriundos da extinta RFFSA em municípios do estado do Paraná.

O Plano de Ação da AGU, para 2010, tem como meta promover medidas para a redução da litigiosidade entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e destes com a sociedade civil, otimizar os recursos humanos e materiais no âmbito de sua organização administrativa, aprimorar o acompanhamento judicial de ações relevantes para a União, ampliar a capacidade de atuação conciliatória da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal e consolidar a sua estruturação administrativa, física e de pessoal.

#### Função - Administração

As atividades vinculadas à execução da função "Administração" no âmbito da Presidência da República estão diluídas entre vários órgãos da administração, o que torna difícil o relato sobre as mesmas como sendo uma função de governo. Na verdade, as despesas vinculadas ao exercício desta função e das subfunções a ela inerentes dizem respeito, em grande parte, ao custeio dos gastos correntes dos órgãos que as implementam, mas que dão suporte ao desempenho de suas ações finalísticas. Em relação ao orçamento de R\$ 2.073.776.184,00 temos que a execução foi da seguinte forma:

#### EXECUÇÃO FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, POR UNIDADE GESTORA

| UG EXECUTORA                                            | EMPENHOS LÍQUIDOS |
|---------------------------------------------------------|-------------------|
| 110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR                 | 268.230.071,55    |
| 110061 - COORDENACAO DE EXEC. ORCAMENTARIA E FINANCEIRA | 23.785,65         |
| 110101 - GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA      | 5.627.794,13      |
| 110120 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA             | 138.144,50        |
| 110175 - COORD.-GERAL DE RECURSOS HUMANOS/DGI/SE/CGU    | 340.725.622,14    |
| 110176 - COORD.-GERAL DE REC. LOGISTICOS/DGI/SE/CGU     | 6.576.824,66      |
| 110197 - CENTRO GESTOR E OP. DO SIST. DE PROT. DA AMAZ  | 32.256.799,73     |
| 110235 - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE               | 5.249.602,50      |
| 110245 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.  | 37.151.023,00     |
| 110246 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS                      | 8.097.656,14      |
| 110247 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/COORD. REC. HUMAN.  | 44.551.215,67     |
| 110278 - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE/RECURSOS EXT  | 16.355,57         |
| 110285 - SEC. ADM/PR - REC EXT                          | 2.208.314,84      |
| 110299 - CGU/BIRD/PROCONTROLE                           | 605.236,80        |
| 110319 - SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL/PR            | 191.143.080,46    |
| 110322 - GAB. DE SEG. INSTIT. DA PRES. DA REPUBLICA     | 10.374.345,71     |
| 110352 - SECRETARIA GERAL/PR                            | 94.409,96         |
| 110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR     | 3.626.122,00      |
| 110382 - SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS/PR       | 1.495.935,41      |
| 113601 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA       | 139.705.022,76    |
| 113602 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA       | 4.455.630,18      |
| 113605 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID-1841/OC-BR          | 19.000,00         |
| 115406 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO                  | 399.775.752,57    |

| UG EXECUTORA                                           | EMPENHOS LÍQUIDOS       |
|--------------------------------------------------------|-------------------------|
| 170940 - COORD-GERAL DE PLANEJ. E ORÇAMENTO/DGI/SE/CGU | 200.189.243,49          |
| 200014 - ARQUIVO NACIONAL - RJ                         | 52.191.686,06           |
| 243001 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO ITI | 15.371.201,25           |
| <b>TOTAL:</b>                                          | <b>1.769.899.876,73</b> |

Nota: As informações relativas à execução do orçamento da CGU serão apresentadas em separado

## Principais Resultados

Apesar da pouca expressão orçamentária da subfunção Planejamento e Orçamento, a atuação da Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE tem grande impacto para o país e seu trabalho está organizado em torno do projeto Brasil 2022, que é desdobrado eixos temáticos que possam dar conta ao mesmo tempo do desafio de reduzir drasticamente as desigualdades sócio-econômicas e preparar o país para um crescimento duradouro, a taxas elevadas e de forma ambientalmente sustentável. Cabe destacar:

a) lançamento da Agenda Nacional de Gestão Pública;

b) construção em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), Ministério do Planejamento e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD);

c) elaboração da primeira versão de Agenda Agrícola Século XXI, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, construída com o propósito de tornar o país o principal produtor e exportador mundial de produtos agrícolas de qualidade, produzidos em condições ambientalmente sustentáveis;

d) em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, organização de discussões e elaboração de propostas preliminares em torno de quatro questões que buscam promover oportunidades produtivas e educativas: i) alterações institucionais e de modelo de gestão para as políticas sociais; ii) atenção à necessidade dos cidadãos mais vulneráveis; iii) políticas voltadas para aqueles já incluídos no mercado de trabalho; e iv) a institucionalização de empreendedores populares; na implementação do Plano Amazônia Sustentável – PAS, destacam-se: formulação e acompanhamento da política federal de regularização fundiária na Amazônia Legal; elaboração de estratégia operacional para regularização fundiária de Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na Amazônia; elaboração, em parceria com o Ministério dos Transportes, do Programa de Estradas Vicinais para a Amazônia – PREVIA; e coordenação da participação federal na Força Tarefa dos estados da Amazônia Legal na construção de proposta para a remuneração pela prestação de serviços ambientais pelo mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD.

Na área de Defesa, destaca-se: i) a revisão do marco jurídico da indústria nacional de defesa e à atualização da Lei de Mobilização Nacional; ii) estudos, que ora subsidiam políticas públicas referentes à criação de um serviço civil, à realização de parcerias estratégicas no

campo da defesa, à transferência da Escola Superior de Guerra para Brasília, à criação da carreira de especialistas em Defesa e aos planos estratégicos e operacionais ligados às hipóteses de emprego das Forças Armadas; iii) elaboração da nova Política Nacional de Inteligência e da reforma do Sistema Brasileiro de Inteligência; iv) colaboração na elaboração de estratégia de democratização do acesso em banda larga no Brasil; e v) por fim, vale mencionar o esforço para iniciar a implantação de uma Rede de Planejamento Estratégico, a partir de implantação de Núcleos de Pensamento Estratégico em órgãos do Governo Federal (acordos assinados com a Agência Nacional de Águas e com a Fundação Oswaldo Cruz).

No tocante aos indicadores efetivamente utilizados pelo programa na SAE, os mesmos são aferidos em estudos/políticas formuladas. Entre 2007 e 2009, cresceram 37,5%, assim como a execução orçamentária dos limites de empenho autorizados que em 2007 alcançaram 86,86% dos recursos, em 2008, 99,29% e, em 2009, 99,59%. Em ambas as circunstâncias, a razão para o crescimento registrado decorre da própria instalação e funcionamento da SAE, cujas atividades tiveram início em 2007.

## Subfunção - Administração Geral

A subfunção Administração Geral têm um caráter transversal e manifesta-se em diversas frentes de atuação da Presidência da República, sendo que parte significativa dos recursos financeiros está alocada da Secretaria de Administração - SA, que desenvolve inúmeras atividades e serviços técnico-administrativos, de forma a permitir a plena realização das suas funções, propiciando aos vários setores da PR as condições para a realização de suas respectivas missões.

Dentre os diversos serviços geridos pela SA, destacam-se: contratos nas áreas de serviços de transporte de passageiros e cargas, serviços e soluções em tecnologia da informação, copa, restaurantes, limpeza e conservação, reprografia, manutenção predial, serviços em telecomunicações, fornecimento de passagens; serviços de concessão de diárias, auxílio-moradia e ajudas de custo, suprimento de fundos, gestão de pessoas, incluídos a implementação da folha de pagamento de significativa parcela dos servidores da PR, a capacitação de servidores e o atendimento a servidores e seus dependentes em alguns serviços de saúde.

No decorrer dos últimos sete anos, a política governamental de ampliação da atuação da PR em algumas áreas da Administração Pública resultou no



crescimento da instituição, que passou por diversas mudanças em sua estrutura organizacional.

Essa reestruturação organizacional – que teve reflexos financeiros na majoração de valores de contratos, por ocasião do fim da vigência de contratos anteriores –, aliada aos reajustes promovidos nos valores dos cargos e funções comissionados da Administração Pública Federal – que culminaram no aumento das despesas com pessoal e encargos sociais –, são os principais fatores que contribuíram para o incremento, nos últimos anos, dos custos de manutenção de alguns dos serviços que estão a cargo da SA.

Entre essas mudanças, as de maior amplitude e significância foram: (i) a criação da Secretaria de Relações Institucionais – SRI; (ii) a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE – e a migração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a estrutura daquela Secretaria; (iii) a criação da Secretaria Especial de Portos; (iv) a extinção da Empresa Brasileira de Comunicação – RADIOBRÁS, simultaneamente à criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; (v) a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e sua posterior extinção concomitante à criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, desvinculado da estrutura da PR; e (vi) a extinção da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, também desvinculado da PR.

O principal projeto vinculado atualmente à SA, de caráter não continuado, é a obra de restauração e modernização das instalações do Palácio do Planalto, iniciada em maio de 2009 e cuja conclusão é prevista para abril de 2010. O projeto é fiscalizado e supervisionado pelo Departamento de Engenharia do Exército Brasileiro, em decorrência de acordo de cooperação técnica celebrado com a PR. Sua execução consumiu, ao longo do exercício, recursos da ordem de R\$ 90 milhões, sendo que a maior parte destes recursos, em torno de 94,5%, foi executada de forma descentralizada para o Ministério da Defesa, instituição responsável pela execução do projeto. A contratação da restauração e da modernização, além de demolições, fundações e estrutura complementares, arquitetura e urbanismo, instalações hidrossanitárias, elétricas, eletrônicas, de telefonia e rede estruturada, instalações mecânicas de elevadores e sistema de climatização completo, sistema de detecção e combate a incêndio, também contempla a aquisição dos sistemas de segurança, telefonia e informática e, ainda, de supervisão, automação e controle predial.

Ainda no Âmbito da Casa Civil e da subfunção Administração Geral, a Secretaria de Relações Institucionais – SRI estabeleceu com os estados o diálogo permanente com o apoio à organização dos fóruns regionais de governadores, importante canal de negociação e pactuação federativa: Fórum de Governadores do Nordeste; Fórum de Governadores da Amazônia Legal; Fórum de Governadores do Centro-Oeste

e Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL.

Merece destaque, na relação com os estados, a assinatura do “Compromisso Mais Nordeste pela Cidadania” e “Compromisso Mais Amazônia Legal pela Cidadania”, com o objetivo de superar as desigualdades sociais que influenciam na qualidade de vida das populações dessas regiões. Na região da Amazônia legal, além das metas indicadas, firmou-se um compromisso de regularização fundiária das terras da União em 436 municípios, além da articulação federativa com os governadores e prefeitos que valorizou e enriqueceu os debates sobre as mudanças climáticas.

Com os municípios brasileiros foi realizado, em fevereiro de 2009, o I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, com a finalidade de auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato. O encontro, que contou com a participação de 5.300 novos prefeitos, O encontro pactuou as políticas públicas federais e firmou compromissos de interesse local, regional e nacional, referenciados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Além disso, foram anunciadas, no evento, diversas medidas, dentre as quais destaca-se o encaminhamento ao Congresso do Projeto de Lei nº 4.666, de 2009, sobre a transição governamental.

Merecem destaque as ações relativas ao Comitê de Articulação Federativa – CAF, que têm proporcionado ganhos efetivos aos municípios, a exemplo do fortalecimento da base tributária própria e o aumento das transferências constitucionais, legais e voluntárias. Segundo dados da CNM, os municípios detêm 19% da receita pública disponível, valor superior aos 13% registrados em 2002. Em 2009 foram também implementadas diversas ações de apoio a estados e municípios, em razão da crise internacional, com o objetivo de dar sustentação a medidas anticíclicas, destacando-se as que ampliaram a capacidade de investimento dos entes federados: a) o aumento da margem de endividamento nos contratos do Plano de Ajuste Fiscal – PAF; b) a nova modalidade de análise de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública; c) o programa de ajuda financeira que transferiu aos municípios mais de R\$ 2 bilhões para compensar o decréscimo nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios; d) o parcelamento dos débitos previdenciários dos municípios em até 240 vezes (MP 457/09) e a extinção de débitos prescritos; e) antecipação de R\$ 1 bilhão em parcelas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que seriam pagas ao longo do ano; f) a redução de até 40% no valor da contrapartida dos contratos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para as obras de saneamento e habitação; g) a inserção de dispositivo na LDO 2010 que diminui o valor das contrapartidas no caso de obras do PAC, Plano Amazônia Sustentável – PAS, Territórios da Cidadania, consórcios públicos e convênios relativos às áreas de assistência social, segurança alimentar, educação, segurança pública etc.; h) a contrapartida não financeira (em bens ou serviços) ou mesmo a não exigência de contrapartida, em caso de destinação de

recursos para realização de ações de competência exclusiva da União, também prevista na LDO; e i) a simplificação dos procedimentos para o repasse e financiamentos. Convém destacar, no âmbito do fortalecimento institucional dos municípios, a criação do Portal do Software Público, que disponibilizou o e-cidade, uma ferramenta capaz de gerenciar as principais áreas de atuação das prefeituras em um único sistema.

Importantes também foram os pactos estabelecidos com os estados e municípios no âmbito dos programas federais, como as ações de acompanhamento das obras do PAC, sobretudo no seu Grupo de Gestão Integrada - GGI, e a participação na organização e mobilização dos Comitês de Articulação Estadual e dos Colegiados Territoriais, do Programa Territórios da Cidadania.

A atuação da SAF na área internacional mediante a consolidação dos instrumentos de cooperação internacional federativa é pautada pelos eixos prioritários da Política Externa brasileira. Nesse sentido foi definido como estratégico a consolidação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul - FCCR, espaço de participação direta de governadores e prefeitos na estrutura formal do Mercosul, cujo Capítulo brasileiro é coordenado pela Subchefia de Assuntos Federativos. Na área internacional, ainda no tocante aos assuntos federativos, priorizou-se a consolidação do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul, destacando como produtos : o apoio a projetos dos governos subnacionais com os recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM; a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva (Manaus e Foz do Iguaçu); a criação da Rede Mercosul de Governadores e Prefeitos de Estratégia do Trabalho Decente, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho; e o Projeto de Integração Fronteiriça, com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID. Importantes resultados foram também obtidos no âmbito do Observatório da Equidade - CDES, realizando o terceiro ciclo de análise da desigualdade na escolarização e completando a primeira observação do tema Sistema Tributário Nacional, um trabalho inédito e de grande relevância no que se refere à análise das distorções da tributação no Brasil.

Na área internacional, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social deu ênfase às relações bilaterais com instituições similares. Realizou, em uma proposta conjunta com o Comitê Econômico e Social Europeu - CESE, a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-União Européia das Sociedades Cívicas, parte da parceria estratégica entre o Brasil e aquele bloco. Além disso, realizou a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-Rússia das Sociedades Cívicas, em conjunto com a Câmara Cívica da Federação Russa. O CDES deu ainda continuidade à participação nas atividades promovidas pela Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS, agora como integrante de seu Conselho de Administração.

A atividade parlamentar e de articulação político-institucional, a cargo da Subchefia de Assuntos Parlamentares, teve como resultado o envio e acompanhamento de 62 Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo. Desses, apenas uma proposição foi prejudicada por razões regimentais, restando seis propostas sancionadas: duas com vetos e as demais em tramitação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

No Congresso Nacional, a Secretaria de Relações Institucionais contribuiu para a aprovação de dezoito medidas provisórias de enfrentamento da crise e 23 projetos dos programas prioritários do Governo (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronas e Agenda Social). Além disso, há de se destacar sua participação na aprovação de acordos internacionais, a exemplo do Decreto Legislativo nº 934, de 16 de dezembro de 2009, que referendou a entrada da Venezuela no Mercosul, e na promulgação de outras normas relevantes, tais quais: a Lei nº 12.182, de 29 de dezembro de 2009, que incorporou às regras do PAC os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida; a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que reduziu o percentual da Desvinculação das Receitas da União - DRU; e a Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, que instituiu regime especial de pagamentos de precatórios pelas fazendas públicas.

Por fim, cabe lembrar a sanção de inúmeras matérias em 2009, de iniciativa do próprio Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou do Poder Executivo. Foram sancionadas 290 leis ordinárias e cinco leis complementares. Destacam-se a Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009, que amplia a distribuição da Justiça gratuita, ao estender a atuação da Defensoria Pública; a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; a Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009, que trata da estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público; a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, que altera as faixas da Tabela Progressiva Mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física, criando duas novas alíquotas; a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC; a Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; e diversas normas instituidoras de isenções e desonerações fiscais.

Em termos de ações de intermediação das demais áreas de Governo, no desenvolvimento das ações da subfunção 122, temos a Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG, no âmbito de sua competência, atuou nas áreas da justiça, administração, defesa nacional, segurança pública, relações exteriores, assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, comunicações, energia, transporte, desporto e lazer, mediante a análise do mérito



das propostas submetidas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Outras importantes ações implementadas dentro na subfunção Administração Geral são aquelas desenvolvidas no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. De uma dotação de R\$ 7.700.765,00 para o exercício de 2009, foram executados R\$ 5.834.022,50 em ações de fomento à participação e fiscalização pública das políticas de governo (reuniões ordinárias e atividades do Conselho Nacional de Juventude); fortalecimento institucional das políticas de juventude; acompanhamento das iniciativas parlamentares ligadas ao tema; relacionamento com gestores estaduais e municipais; acompanhamento das prioridades definidas na 1ª Conferência Nacional de Juventude; e intercâmbio com outros países (adesão do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude, parcerias com organismos multilaterais etc.).

A Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) deu continuidade ao Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. O objetivo desse programa é contribuir para a formação de conselheiros de políticas públicas, gestores federais e representantes de organizações da sociedade civil. Para a execução deste Programa, a Secretaria-Geral transferiu à UFMG R\$ 626.977,29.

Para o maior envolvimento da sociedade civil em debates e negociações, a SG/PR implementou as seguintes iniciativas: criou o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo; integrou-se à Universidade da Paz, organismo da ONU que discute temas ligados à educação e cultura para a paz; e implementou o Prêmio ODM, com o objetivo de estimular e reconhecer iniciativas adotadas pela sociedade civil e por governos municipais, visando o cumprimento das metas do milênio.

Ainda em relação à execução de ações vinculadas à Subfunção Administração Geral – o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CenSIPAM dispôs, em 2009, de R\$ 92.240 mil (crédito autorizado), a despeito do valor aprovado na Lei Orçamentária, mais créditos adicionais, somando R\$ 104.791 mil. Dos créditos autorizados foram efetivamente empenhados R\$ 91.188 mil, o que leva a execução orçamentária próxima de 99%.

Até o final de 2009, o Exército concluiu a coleta de imagens de radar de 600 mil quilômetros quadrados da cartografia terrestre, o que corresponde a 55% do total de florestas densas existentes com vazio cartográfico. O Projeto deve concluir em cinco anos as cartografias terrestre, geológica e náutica da Região Amazônica. Nesse período, o Governo Federal investirá R\$ 350 milhões. As informações ajudarão no conhecimento da Amazônia brasileira e na geração de informações estratégicas para monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial nas fronteiras e contribuir para o desenvolvimento e proteção da Amazônia.

O Programa SIPAM Cidade capacitou 650 técnicos de 303 municípios da Amazônia Legal em 2009 no uso de geotecnologias. Os técnicos dos estados do Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Acre aprenderam a utilizar o software livre Terraview para acessar informações geográficas do seu município. Também foram capacitados 22 municípios dos 43 que fazem parte do Programa Arco Verde.

Desde 2006, o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM executa o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) que, por intermédio de imagens de satélite, realiza o monitoramento de ilícitos (desmatamentos, pistas de pouso, rotas aéreas, abertura de caminhos e estradas) em terras indígenas e Unidades de Conservação estadual e federal da Amazônia Legal. As informações ajudam nas ações preventivas dos governos contra o desmatamento da floresta e demais ilícitos. O SIPAM monitora com imagens de satélite, óticas e de radar, uma área de cerca de 125 milhões de hectares na Amazônia Legal. Além disso, monitora os 43 municípios que mais desmataram a Amazônia.

Em 2009, foram investidos R\$ 9 milhões na revitalização e modernização de parte do parque tecnológico do SIPAM. Com os recursos, foram adquiridas mil novas antenas Vsat (*Very Small Aperture Terminal*) que permitem o acesso a telefone e Internet em comunidades isoladas da Amazônia, por intermédio de comunicação via satélite.

Foram adquiridas 1.500 imagens do satélite japonês, com investimento de mais de R\$ 337 mil. As imagens servem para: i) subsidiar ações de monitoramento do desmatamento; e de ii) elaborar mapas temáticos de interesse aos municípios da Amazônia Legal; bem como de iii) promover a pesquisa no desenvolvimento tecnológico de utilização de imagens de radar no Brasil. A base de dados espaciais do CenSIPAM teve incremento também no acervo de imagens SAR/SIPAM, não apenas pelo monitoramento dos municípios do Arco Verde, mas também no apoio às ações da defesa civil e da Agência Nacional de Águas, em maio de 2009, frente à enchente histórica do Rio Amazonas, para a remoção e deslocamento da população local em função do alagamento.

Também em relação à execução da subfunção Administração Geral – deve-se registrar que a participação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na atuação, em articulação com diversos órgãos federais e estaduais, para reduzir a tensão em vários pontos do território nacional como, por exemplo, em Estreito, no estado do Maranhão, na região de Extrema, no estado de Rondônia, e em Belo Monte, no estado do Pará. Em relação ao Gerenciamento de Crises, poderia ser mencionada a cooperação com o Ministério da Saúde no tocante ao planejamento e ações relativas à pandemia de Influenza A - H1N1. O Gabinete de Crise, com o sistema interligado com 9 outras Salas de Situação nos mais diversos Ministérios, encontrava-se em situação de prestar assessoria mesmo se viessem a ocorrer cenários mais extremados de crise.

Cumpre, também, destacar os trabalhos realizados nos quatro principais setores de Infraestrutura Crítica, a saber, transporte, energia, águas e telecomunicações. Foram ativados os grupos técnicos de segurança em infraestrutura crítica de transportes e de águas. Em especial, o GT na área de energia já completou a tarefa de identificação de suas infraestruturas críticas.

Cabe mencionar os ganhos de escala já possíveis com o trabalho continuado da Assessoria da Informação. Ao final do ano 2009, o Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República (GeoPR) já contava com o acesso aos Bancos de Dados de 42 órgãos da administração federal, estadual e agora municipal. Em suma, o GeoPR traduz-se atualmente em ferramenta de Estado, dotada de elevado potencial estratégico, na medida em que permite o estabelecimento de inteligência coletiva sobre dados espaciais originados dos mais diversos órgãos.

Ainda nesta mesma subfunção, os objetivos prioritários para a gestão orçamentária no ano de 2009 foram focados na melhoria e adequação das novas instalações do Departamento de Segurança - DSEG, sendo destinados, aproximadamente, 45% dos recursos orçamentários totais do órgão para essa finalidade. Foi elaborado um Projeto de Lei para adequar o grupo de natureza de despesa a fim de atender a adequação de espaço físico propício a alojar servidores que integram as equipes de Segurança do Sr. Presidente da República, Vice-Presidente, e de seus familiares.

Outro avanço administrativo de grande relevância foi a renovação do Termo de Cooperação entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Comando do Exército, por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington - CEBW, DC, nos Estados Unidos da América, para, na área externa, proceder a importações de bens e serviços de exclusivo interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, o que permitiu maior fluidez aos suportes logísticos, necessários à manutenção dos itens de alta performance, utilizados na execução das operações de Segurança Presidencial, em especial equipamentos e armamentos sem similar no mercado nacional. Por meio de tal acordo, além de itens de reposição, também foram adquiridos equipamentos de comunicação de última geração, o que proporcionou a elevação do nível de segurança e confiabilidade nas operações de segurança, envolvendo autoridades presidenciais.

No âmbito da subfunção Administração Geral - o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA contou com dotação autorizada de R\$ 800.000,00. Deste total, foram disponibilizados R\$ 602.000,00. O CONSEA executou 86,4% desse limite, totalizando R\$ 519.968,69. Esses recursos foram destinados à participação dos conselheiros da sociedade civil (passagens e diárias) nas Reuniões Plenárias, em outros eventos promovidos pelo CONSEA, nas reuniões das instâncias (Comissões Permanentes e

Grupos de Trabalho) que precedem as Plenárias. Adicionalmente, foram destinados recursos para as atividades do Presidente do CONSEA em Brasília e em diversos estados. As principais atividades desenvolvidas foram:

i) Campanha em prol da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 47, de 2003;

ii) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

iii) Mudanças climáticas - em 2009, o tema relacionado aos impactos das mudanças climáticas sobre o direito humano à alimentação (DHAA);

iv) Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - em 2009, a construção do SISAN avançou nos níveis federal, estadual e municipal;

v) Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional "III Conferência +2" - a realização do Encontro, com participação de representantes de todos os estados e do Distrito Federal, organizado pelo CONSEA e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;

vi) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN - em 2009, o CONSEA, por meio de sua Comissão Permanente 3, intensificou os trabalhos e atividades voltadas à elaboração de uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

vii) Seminário Internacional sobre Mecanismos de Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada.

No âmbito da subfunção Administração Geral encontra-se, também, ações implementadas no Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal. Esse órgão é responsável pela implementação das Políticas Nacional e Internacional de Arquivos e da Gestão de Documentos Federais, a seguir destacadas.

No Campo da Política Nacional de Arquivos, merece destaque a aprovação pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, dentre outras, de resoluções para a implantação de políticas de gestão de documentos do Poder Judiciário, em nível federal, estadual e do Distrito Federal, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Igualmente, o CONARQ aprova o capítulo de Metadados do modelo de requisitos funcionais para a consecução de sistemas informatizados de gestão de documentos arquivísticos digitais: o e-ARQBrasil, a ser encaminhado para a Secretaria Executiva do e-GOVBrasil, com vistas a sua aplicação no âmbito do Poder Público, bem como as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.

No Campo da Política Internacional de Arquivos o Arquivo Nacional, que presidiu o Comitê do Programa Memória do Mundo (MOW) para a América Latina e o Caribe, foi responsável pela normalização dos procedimentos para

postulações de acervos ao Registro Regional do Programa MOW, da UNESCO, ampliando a presença do país nessa instância. Deu-se continuidade ao Protocolo de Cooperação entre Brasil e Portugal, para a área dos Arquivos, tendo sido aprovada, dentre outras ações, o desenvolvimento de projetos para o mapeamento de acervos sobre imigração. Nessa mesma linha, foram firmados acordos de cooperação com o Arquivo Nacional da Holanda e com o Arquivo de Estado Italiano. Dentro do Programa de Cooperação Sul-Sul, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Arquivo Nacional participou de missões técnicas em Moçambique/Maputo e no Timor-Leste/Dili, visando reunir informações sobre a situação arquivísticas desses países, para a elaboração de projetos a serem desenvolvidos, tendo em vista os Acordos de Cooperação firmados. Cabe destaque, ainda, a parceria com o Ministério da Cultura da Espanha para o desenvolvimento do Censo Brasileiro de Arquivos Públicos e Privados, já integrado ao Censo-Guia de Archivos de España e Iberoamerica (<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm>), associando informações de nossos acervos com os das demais instituições arquivísticas da Espanha, América Latina e Caribe de língua espanhola.

Cabe destacar as ações do Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental, do PPA, a seguir indicados:

i) na Ação Gestão e Administração do Programa, modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, aumento da capacidade operacional dos servidores de rede e ampliação do laboratório de digitalização de documentos para atender às demandas da instituição e à implantação do Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985);

ii) na Ação Sistema de Atendimento ao Usuário do Arquivo Nacional, foram realizados 33.697 atendimentos, sendo 20.001 presenciais e 16.696 a distância, movimentando 46.191 unidades de arquivamento;

iii) na Ação Preservação do Acervo Nacional, foram desenvolvidos projetos de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão por meio do portal [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br);

vi) na Ação Promoção de Eventos cabe destaque a publicação das monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2007 – Juca Rosa: um pai de santo na Corte imperial de Gabriela Sampaio e Diversas formas de ser índio, de Elisa Fruhauff; vii) Na área de projetos especiais interinstitucionais, cabe destacar o Memórias Reveladas, Centro de Referência criado, em 13 de maio de 2009, pela Portaria nº 204 da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Na mesma oportunidade foi lançado o Edital de Chamamento Público de Acervos 001/2009, com o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da doação e da entrega de acervos referentes ao período do regime militar;

viii) As ações realizadas com patrocínio do BNDES, Banco do Brasil, CEF, Eletrobrás e da Petrobras, na modalidade de mecenato da Lei Rouanet, beneficiaram um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de acervos de interesse para a temática do Centro sob a guarda de 14 instituições, sendo 12 arquivos públicos estaduais (ES, SP, PR, MA, RJ, RS, PE, AL, CE, SE, MG e RN), privilegiando os acervos referentes aos DOPS – Departamentos de Ordem Política e Social. Iniciadas em 2008, a maioria das ações foi concluída em 2009.

A Imprensa Nacional – IN também atuou na execução de ações da subfunção Administração Geral, visando o aprimoramento da gestão, para melhor atender os clientes com a prestação de serviços e produtos com maior qualidade e agilidade. Em 2009, a IN revisou as diretrizes estratégicas, culminando com a elaboração do Planejamento Estratégico para o período de 2009 a 2011. No ano de 2009 contou com um orçamento de R\$ 304.351.407,00, dos quais R\$ 61.538.843,00 foram destinados à Administração Geral, dando continuidade ao ciclo de modernização e evolução nos diversos processos, sistemas de editoração e produção gráfica. Para isso, contou ainda com crédito oriundos da descentralização de recursos da ordem de R\$ 110.077.666,00. A seguir, demonstram as ações com reflexo direto na melhoria da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade brasileira.

O projeto de edição e divulgação eletrônica do Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1 foi definitivamente implantado, com a disponibilização da primeira edição, em outubro de 2009. A implantação desse novo modelo de negócio representa um marco na história da IN, que pela primeira vez edita uma publicação oficial em meio exclusivamente eletrônico. Com projeto visual e mecanismos de consulta inovadores, o novo diário eletrônico alcançou grande sucesso desde seu lançamento, reposicionando este secular órgão como referência na divulgação de atos oficiais também por meio eletrônico e, com isso, agregando conhecimento, tradição e modernidade. Com a otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais, foi alcançada substancial redução no horário de fechamento das edições e, conseqüentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais. O resultado foi um reflexo positivo na logística de distribuição em todo o país, propiciando entregas cada vez mais cedo aos clientes assinantes e compradores avulsos.

No ano de 2009, foram editoradas 204.407 páginas dos jornais oficiais. A redução do número de páginas editoradas, comparativamente com os últimos três anos é resultante dos efeitos da Lei nº 11.419/2006, que influenciou diretamente na produção editorial do Diário da Justiça. Há, também, que se destacar que, a partir de outubro de 2009, a IN passou a editar e disponibilizar o e-DJF1 que resultou na editoração de 59.881 páginas do total acima.

A nova forma de produção e apresentação dos destaques do Diário Oficial da União no portal foi implantada em 13 de maio de 2009. O novo modelo, baseado em linguagem noticiosa, estética atual e abordagem mais ampla, abriu nova frente de divulgação do conteúdo dos jornais oficiais, proporcionando maior visibilidade e aumento do número de acessos ao portal, por meio de uma informação pública mais acessível e atraente.

A Imprensa Nacional, ao constituir a Comissão para Coleta Seletiva Solidária, foi a pioneira no cumprimento do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que regulamenta a doação de resíduos recicláveis oriundos dos seus processos de produção às cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Estima-se que, anualmente, são descartados e recolhidos pelas cooperativas beneficiadas cerca de 450.000 quilos de resíduos recicláveis<sup>1</sup>.

O projeto de modernização e ampliação da Rotativa Goss Urbanite 1.300 foi concluído em dezembro de 2009. O novo complexo de impressão rotativa – Goss/DGM tem capacidade de impressão de até 160 páginas por caderno de jornal, apresentando-se ainda, como alternativa de produção em grandes tiragens para outros impressos.

Em 2009, foram emitidos 5.203 certificados novos de acesso ao sistema de envio eletrônico de matérias-INCom, operado via Internet, diretamente pela página da Imprensa Nacional. Foram, ainda, renovados 4.912 certificados, encerrando o presente exercício com 14.295 origens aptas e certificadas para utilizar o sistema no envio eletrônico de matérias para o Diário Oficial da União e o Diário da Justiça.

Outro programa, que é integralmente executado na função Administração, sendo 90% na subfunção Administração Geral, é o do IPEA – Programa de Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas - que corresponde ao pagamento de pessoal ativo e à manutenção administrativa. Isso se justifica pelo fato de que os servidores do Instituto são responsáveis pela elaboração/acompanhamento de estudos, pesquisas e processos previstos no Programa.

Na subfunção Desenvolvimento Científico, houve um incremento significativo, de 1% para 5% na execução, devido ao esforço do IPEA para ampliar as bolsas de pesquisa, permitindo a realização de 83 projetos, bem como a realização de eventos para difusão de textos selecionados. A execução total foi de 92% em relação à dotação autorizada (R\$ 157.934.563). Ficaram prejudicadas ações com fonte de recursos próprios não arrecadados e com fonte de Operação de Crédito, pois o contrato com BID (1841-OC-BR) foi assinado somente em setembro.

A partir do direcionamento estratégico de suas ações por eixos temáticos (inserção internacional soberana; macroeconomia para o pleno emprego; fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia; estrutura produtivo-tecnológica avançada e regionalmente articulada; infraestrutura econômica, social e urbana; proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e sustentabilidade ambiental) para o

desenvolvimento do país – balizado por um plano de metas (publicadas no Diário Oficial da União, Portaria nº 55, de 8 de julho de 2009) –, o IPEA otimizou sua missão de subsidiar a formulação e reformulação de políticas públicas e de planejamento de longo prazo do Brasil. O projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro deu concretude a essa mudança, com dezenas de seminários realizados, trazendo para discussão, tópicos de relevância nacional e internacional junto a órgãos de governo e da sociedade civil. A troca de idéias contribuiu para o desenvolvimento de novas pesquisas e publicações do Instituto.

Três exemplos são os livros Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas (antigo Brasil: O Estado de uma Nação), Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise – 20 Anos da Constituição Federal e Presença do Estado no Brasil: Federação, suas Unidades e Municipalidades. Trata-se de obras que acompanham e avaliam, sob diferentes aspectos e de forma ampla, a implementação e execução de políticas públicas e a abrangência da atuação do Estado e sua infraestrutura no país. Os resultados desses monitoramentos e avaliações, também, ocorrem por meio de outras publicações, como notas técnicas, textos para discussão e Comunicados da Presidência.

O ano de 2009 contou ainda com a contingência da crise mundial iniciada no fim do ano anterior. O Instituto, mais uma vez, subsidiou a sociedade e o governo com uma série de trabalhos sobre seu impacto imediato e desdobramentos. De forma pró-ativa, o Instituto elaborou diversos estudos técnicos, comunicados e gerou indicadores – que inclusive anteciparam o comportamento do setor produtivo. O IPEA mapeou os efeitos da crise nos âmbitos internacional, nacional, regional e setorial, além de avaliar as ações anticíclicas tomadas pelo governo, comprovando, por exemplo, a eficácia de políticas de transferência de renda no fortalecimento do mercado interno.

Em relação a ações inter-relacionadas encontram-se aquelas da subfunção Administração Geral relacionadas com as da subfunção Normatização e Fiscalização, que dizem respeito às ações implementadas por intermédio do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, que é a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - AC-Raiz da ICP-Brasil. Além da Certificação Digital, o ITI atua também nos segmentos de *Software* Livre e Inclusão Digital, por meio dos projetos Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento – CDTC e Casa Brasil, respectivamente.

Em 2009, a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira esteve consolidada em 35 Autoridades Certificadoras (AC) credenciadas e 1 (uma) em processo de credenciamento; 206 (duzentas e seis) Autoridades de Registro (AR) credenciadas e 2 (duas) em processo de credenciamento; e 11 (onze) Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) credenciados. O ambiente da AC-Raiz, de alta criticidade, opera a uma taxa de 99,99% de disponibilidade, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços

prestados e o nível de segurança, de acordo com os padrões definidos pela ICP-Brasil.

A utilização da certificação digital pela sociedade brasileira continuou avançando de forma expressiva em 2009, merecendo destaque as seguintes ações: a) continuidade da modernização do Judiciário; b) ampliação do projeto Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e); e c) instituição do Registro de Identidade Civil - RIC, por meio da Lei nº 12.058, que institui o Cadastro Nacional de Identificação Civil - CNIC e o número único de Registro de Identidade Civil, com a participação dos estados e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil. A referida Lei estabelece ainda requisitos mínimos para a sua implementação, valendo-se do uso de Cartões Inteligentes (*Smart Cards*) como suporte à certificação digital padrão ICP-Brasil.

Em 2009, o Programa João de Barro, que desenvolve sistemas nacionais para compor a plataforma tecnológica da AC-Raiz da ICP-Brasil, agregando maior segurança e reforçando a soberania nacional com o uso de tecnologia própria, continuou fazendo melhorias evolutivas na plataforma desenvolvida em produção na AC-Raiz. O Instituto ainda disponibiliza os sistemas desenvolvidos aos segmentos interessados, visando incentivar a indústria nacional e a formar massa crítica de conhecimento no país acerca de segurança da informação e da certificação digital. O sucesso dessa iniciativa trouxe benefícios para a Administração Pública Federal, pois soluções da espécie estão sendo utilizadas na Autoridade Certificadora da Receita Federal do Brasil, AC-JUS e SERPRO.

O Programa Nacional de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital tem a missão de asseverar a plena aderência dos dispositivos usados na ICP-Brasil aos padrões mínimos de segurança e garantir a interoperabilidade entre eles. O ITI, por meio da Instrução Normativa nº 03, de 22 de outubro de 2008, tornou obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2011, a homologação dos dispositivos de hardware utilizados na certificação digital ICP-Brasil. Assim, em 2009, nove empresas se habilitaram à homologação e 20 produtos encontram-se em processo de avaliação de conformidade.

Para o exercício de 2009 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de garantir as competências e atribuições institucionais da Auditoria e Fiscalização, e transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC's.

As Auditorias Operacionais anuais em AC's de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as Fiscalizações realizadas a qualquer tempo mediante um planejamento trimestral, já as Auditorias Pré-Operacionais em AC's e AR's são realizadas sob demanda, conforme solicitação de credenciamento desses PSC's na ICP-Brasil.

Outras ações inter-relacionadas dizem respeito à subfunção Administração Geral conjugada com a subfunção Formação de Recursos Humanos, nas quais encontra-se a atuação da Comissão de Ética da Presidência da República

(CEP), na execução da ação Promoção da Ética Pública, a qual recebeu 314 Declarações Confidenciais de Informações – DCI das autoridades abrangidas. A Comissão analisou e homologou 307, perfazendo um total de 259 notificações, sendo que 55 declarações foram entregues após a posse das autoridades. A CEP apresentou 159 recomendações para prevenir conflitos de interesse e solicitou complementação de informações à 126 declarações. Dessas medidas, decorreu a expedição de cinco orientações específicas e cinco denúncias. Houve ainda, instauração de 621 análises e consultas recebidas, sendo encaminhadas 302 respostas.

Visando a formação da rede de profissionais responsáveis pela avaliação da gestão da ética nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal, a Comissão de Ética Pública promoveu em 2009 cursos, seminário e palestras, com a presença de 175 integrantes das Comissões de Ética do Poder Executivo Federal, nos cursos, 265 em seminário e 1.500 com palestras. A CEP promoveu, também o X Seminário Ética na Gestão, realizado nos dias 23 e 24 de novembro na Escola de Administração Fazendária - ESAF, com o objetivo de compartilhar experiências e instrumentos para implementação da Ética no Poder Executivo Federal, avaliando o progresso das ações de gestão da Ética na Administração Pública Federal e promovendo debates de temas relacionados à Ética envolvendo agentes públicos, especialistas e outros. O evento contou com a presença de 265 agentes públicos dos órgãos e entidades abrangidas pelo Código de Conduta da Alta administração Federal.

Deve-se acrescentar ainda, que a Comissão conseguiu capacitar aproximadamente 1.500 agentes públicos, divulgando e promovendo palestras e participando de eventos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, Estadual e Distrital.

No âmbito internacional a Comissão de Ética Pública, fez-se representar nos seguintes eventos: *OECD Global Forum on Public Governance* - Construindo um mundo mais claro: ferramentas e boas práticas para fomentar uma cultura de integridade, XIV Congresso Internacional do Centro Latino Interamericano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD, III Conferência dos Estados Parte da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção COGEL CONFERENCE.

Teve início em 2009, o Projeto de Visitas Técnicas de Supervisão e Orientação nas Comissões dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em Brasília e nos estados, divulgando e orientando as Comissões de Ética do Poder Executivo Federal para o cumprimento de suas competências institucionais voltadas para a coordenação do Sistema de Gestão da Ética no Poder Executivo Federal.

Atuando na execução de ações das subfunções Administração Geral, conjugada com as subfunções Formação de Recursos Humanos e Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD objetivou a construção da agenda para responder ao desafio do consumo e do tráfico de drogas, por intermédio da integração das políticas setoriais

com a Política Nacional sobre Drogas, a descentralização das ações, o estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais, além da ampliação e do fortalecimento da cooperação internacional voltados ao tema.

Esse esforço tem resultado em amplas e importantes conquistas, que refletem transformações históricas na abordagem do tema "drogas" no Brasil e projetaram o país no cenário internacional como referência na implantação de políticas sobre drogas e na modernização legislativa.

Em 2009, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por meio da SENAD e do Ministério da Justiça, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, celebraram parceria para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à prevenção da violência e da criminalidade associadas ao uso indevido de álcool ou outras drogas.

Essa parceria resultou na instituição do Programa "Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência", que tem o propósito de implementar ações, tanto de natureza preventiva, como de tratamento e reinserção social, com vistas à redução da criminalidade associada ao uso indevido de álcool e outras drogas, o fortalecimento das redes sociais e de saúde e a ampliação do acesso aos serviços disponíveis. A proposta do programa "Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência" é somar esforços e intervir conjuntamente em resposta ao desafio imposto pela associação drogas, violência e juventude.

Em relação à execução da subfunção Formação de Recursos Humanos e subfunção Tecnologia da Informação, durante o ano de 2009, o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - DSIC coordenou a realização de 21 eventos de segurança da informação e comunicações, bem como um *workshop* internacional com a OEA sobre Estratégia Nacional de Segurança Cibernética no hemisfério americano), dos quais participaram 1.033 servidores públicos da Administração Pública Federal. Paralelamente, o DSIC montou um grupo técnico na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CREDEN, para propor uma estratégia brasileira sobre segurança cibernética.

Na subfunção Formação de Recursos Humanos o DSIC deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2006, no intuito de ampliar a participação dos entes federados e otimizar os recursos disponíveis; assim, recursos significativos foram aplicados na conscientização, capacitação e especialização de recursos humanos dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Além disso, o último ano pode ser caracterizado pela mudança da estratégia de capacitação de pessoal em segurança da informação e comunicações, promovida pelo DSIC para a Administração Pública Federal. Fato marcante de tal mudança foi a decisão de realizar cursos na

modalidade de ensino a distância, a fim de capacitar ou especializar servidores públicos federais espalhados nos mais diversos pontos do território nacional.

Em relação à subfunção Comunicação Social, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM executou 99,52% da dotação autorizada. O incremento da dotação autorizada em 2009 (25,65%) destinou-se a abrigar novos contratos de serviços de assessoria de imprensa e relações públicas para promoção do Brasil no exterior, comunicação digital e pesquisa de opinião pública.

A desconcentração dos investimentos em mídia avançou com a ampliação de cerca de 33% em relação ao aplicado em veículos regionais, em 2008, o cadastramento das emissoras de rádio e jornais dos municípios com população acima de 20 mil habitantes, as negociações amparadas por critérios técnicos e a formação de banco de dados com metodologia de manutenção.

Realizaram-se 112 ações de publicidade entre campanhas institucionais, campanhas de utilidade pública, ações de divulgação e produção de material de ambientação em eventos e publicações institucionais com os objetivos, entre outros, de propiciar à sociedade maior conhecimento sobre as ações do governo.

Com o objetivo de reduzir os custos de produção das ações de publicidade, a SECOM desenvolveu e liberou para homologação o sistema que integrará todas as etapas do processo de encaminhamento e avaliação das ações de publicidade realizadas pelos integrantes do Poder Executivo Federal. O Sistema de Disponibilização de Referências - SIREF, destinado a oferecer subsídios à negociação de serviços publicitários e obter preços mais vantajosos na aquisição desses serviços, foi instituído pela SECOM e está em conformidade com determinação do Acórdão nº 2062/2006 – TCU – Plenário.

No tocante às ações de publicidade da própria SECOM, foram analisados valores de produção publicitária (não inclui mídia) da ordem de R\$ 19 milhões. Serviços no valor de R\$ 16 milhões foram negociados, com redução de custos de R\$ 3 milhões, equivalentes a 15,8% do total da produção contratada pela SECOM e a 18,7% do valor negociado.

Foram editados 218 boletins "Em Questão", em versão impressa e digital e foi implementada a sua reformulação gráfica e editorial. Foram ainda realizadas palestras, fóruns e seminários sobre Comunicação de Governo e temas relacionados à Comunicação Pública no Brasil e no exterior. Foram produzidos Planos de Comunicação para os Programas Próximos Passos do MDS, Arco Verde do MMA e Zoneamento Agroecológico da Cana de Açúcar para produção de etanol.

O número de entrevistas concedidas pelo Presidente aumentou pelo quinto ano consecutivo, com 262 eventos, sendo 142 coletivas e 120 exclusivas. Destas, foram 15 para a mídia nacional, 53 para a internacional e 52 para a regional. Além disso, duas iniciativas importantes e



pioneiras foram implementadas: a criação do Blog do Planalto e da coluna de jornal O Presidente Responde. Mais de 230 jornais internacionais destacaram a notícia em suas primeiras páginas e mais de 1.500 artigos foram publicados na imprensa internacional sobre o tema. A vitória brasileira e a superação da crise financeira internacional contribuíram para o crescente interesse que o Brasil vem despertando no cenário mundial. Até outubro, foram ao ar 49 programas Bom Dia Ministro, com participação de 30 ministros e 166 rádios.

Na área internacional realizaram-se diversas ações relativas ao projeto de Divulgação do Brasil no Exterior: Destaques de ações de imprensa: anúncio do Programa de Zoneamento da Cana de Açúcar (ZAECaná); e o anúncio do marco regulatório do Pré-Sal. Além de ações para ampliar a visibilidade da atuação brasileira na Conferência das Partes sobre Mudança do Clima - COP 15, como o hotsite oficial bilíngue da participação do Brasil na Conferência ([www.cop15brazil.gov.br](http://www.cop15brazil.gov.br)) e de canais no Twitter e no Flickr, além de intermediação de entrevistas e *briefings* para a imprensa durante o evento.

Em relação à subfunção Defesa Civil, com a publicação do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR passou a exercer as atividades de Órgão Central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON. Assim foi criado no GSIPR o Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (NuSIPRON) e suas atribuições. Entre as principais ações realizadas destacam-se as discussões sobre a minimização do adensamento construtivo e populacional das áreas situadas nas proximidades da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto; a obrigatoriedade de distribuição de pastilhas de iodeto de potássio à população residente nas Zonas de Planejamento de Emergência de 3, 5, 10 e 15 km, conforme seja verificada a necessidade; a adequação da localização do Hospital de Praia Brava, levando-se em consideração as dificuldades que seriam geradas com a remoção das pessoas internadas no referido hospital em caso de acidente que necessite a remoção da população dessa zona; a questão da dominialidade pública dos sítios das torres de sirene de Angra dos Reis/RJ; a criação dos Comitês de Planejamento de Resposta às Situações de Emergência Nuclear nos municípios de Caetité/BA e Iperó/SP; e a elaboração do Plano de Apoio Externo para a Fábrica de Combustíveis Nucleares das Indústrias Nucleares do Brasil.

Para garantir a capacidade de pronta resposta do Sistema em situações de emergência nuclear com a verificação do desencadeamento de ações planejadas, foi realizado o Exercício Geral de Resposta à Emergência Nuclear Angra 2009, que contou com a participação de peritos, observadores nacionais e internacionais, bem como de integrantes da Agência Internacional de Energia Atômica. Essa troca de experiências tem resultado no aprimoramento da legislação do setor e tem permitido um aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos de resposta para uma situação de emergência.

Os recursos alocados em 2009 foram aplicados na aquisição de material específico de Defesa Química-Biológica-Nuclear, na conscientização da população e na capacitação de recursos humanos de diversas entidades e órgãos públicos, almejando o contínuo desenvolvimento das atividades preventivas do setor, com a supervisão e coordenação de ações que visaram manter, permanentemente, a capacidade para a pronta resposta à situação de emergência nuclear no país, bem como a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear.

Em relação à subfunção Informação e Inteligência, a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN atuou na produção de conhecimentos sobre assuntos vinculados à dimensão nacional e internacional dos interesses do país, considerando a ocorrência de ameaças e oportunidades com capacidade de influenciar a gestão e a ação governamental federal, em nível de condução das políticas públicas. Foram elaborados mais de 1.000 documentos relativos ao terrorismo; aspectos sociais, políticos e econômicos da conjuntura internacional; segurança pública e crime organizado; atuação de estrangeiros no Brasil; meio ambiente e biodiversidade; questões fundiárias; questões indígenas; cultivo, processamento e tráfico de drogas ilícitas; espionagem; sabotagem; proteção de conhecimentos sensíveis; programa nuclear; comércio ilegal de armas, explosivos e munições; biossegurança e biodefesa; tráfico de pessoas; situação de brasileiros em áreas de fronteira; cooperação internacional nas áreas química, biológica, nuclear, de mísseis e satélites em outros países; e exploração de recursos minerais.

A ABIN deu continuidade ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento - PNPC, cuja finalidade é sensibilizar e incrementar a adoção de práticas preventivas de proteção por instituições e organizações públicas e privadas, e ao Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis - Pronabens, executado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem por objetivo prevenir e impedir atividades de atores estatais ou não-estatais que utilizem o comércio internacional para apoiar de forma ilegal projetos de construção de armas de destruição em massa. Nesse sentido, foram realizados diagnósticos em 32 entidades, promovidos eventos e assinados acordos e convênios com detentores de conhecimentos e recursos estratégicos para o desenvolvimento e a segurança do país.

Na parte de capacitação profissional em atividades de Inteligência foram oferecidos 58 cursos, que resultaram no treinamento de 1.673 pessoas em 2009, alcançando quadros da ABIN, do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, de outros órgãos públicos do Executivo Federal e da Administração Pública estadual, de órgãos do Poder Judiciário, além de integrantes de serviços de Inteligência estrangeiros. Destacou-se a priorização das capacidades analítica e operacional, de modo a atender a demanda originária das diversas instituições e organizações parceiras.

Em nível de desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase na segurança da informação, foram desenvolvidas

pesquisas em criptografia com finalidade de aprimorar a segurança das informações.

Na parte específica de comunicações, foi finalizado o desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental (TSG-NML), destinado a suprir a Administração Pública Federal de sistema de telefonia fixa com segurança criptográfica. Deu-se, ainda, continuidade ao desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental (TSG-M) para telefonia móvel; à implementação de plataformas criptográficas na versão portátil, visando à segurança de arquivos em computadores, e na versão de alto desempenho, para o estabelecimento de redes privadas virtuais entre instalações remotas.

Ainda na área de tecnologia, foi consolidada rede segura para a transmissão de dados entre a sede da ABIN, em Brasília, e as superintendências localizadas nas Unidades da Federação. Além disso, foram instalados equipamentos criptográficos com algoritmos proprietários ABIN em órgãos parceiros do SISBIN, ampliando a segurança no sistema de comunicações.

Destaca-se, de forma especial, a participação da ABIN no Comitê Ministerial para a Elaboração da Política Nacional de Inteligência e Reavaliação do Sistema Brasileiro de Inteligência, criado em fevereiro de 2009. Após meses de trabalho, o Comitê elaborou proposta de Política Nacional de Inteligência, que foi apresentada ao Presidente da República e enviada ao órgão de controle externo da atividade de Inteligência no Congresso Nacional, para exame e sugestões. O texto elaborado pelo Comitê observa os valores e princípios fundamentais inscritos na Constituição Federal, as obrigações decorrentes dos tratados, acordos e demais instrumentos internacionais de que o Brasil é parte, as condições de inserção internacional do país e sua organização social, política e econômica. Define, também, os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes no âmbito do SISBIN.

Em relação à Subfunção Telecomunicações – associada com ações da subfunção Administração Geral, ocorreu uma grande participação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. As principais ações finalísticas estão na subfunção Telecomunicações, que cresceu 4,25% entre 2008 e 2009. Para a Ação Gestão do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação destinaram-se cerca R\$ 162,5 milhões, 42,4% do orçamento total da EBC enquanto que na Ação Prestação de Serviços de Radiodifusão, Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal aplicaram-se cerca de R\$ 40,6 milhões, 10,6% do orçamento total. As duas ações representaram 98,8% da subfunção Telecomunicações. Em ambas, sobressaem os investimentos na aquisição de equipamentos para atualização tecnológica da empresa, assim como a elevação dos gastos de custeio e investimento com produções audiovisuais para o Sistema Público de Comunicação.

A EBC avançou na implantação do Sistema Público de Comunicação, destacando-se as seguintes iniciativas:

i) renovação de 25% da grade de programação da TV Pública Federal/TV Brasil, para oferecer programação diferenciada, de cunho informativo, educativo, cultural, artístico e científico, com ênfase no exercício da cidadania. Foram transmitidas mais de seis mil horas de programação, metade das quais, constituída de conteúdos inéditos. Cerca de 20% dos programas de conteúdo jornalístico foram produzidos regionalmente, pelas emissoras estaduais que compõem com a TV Brasil a Rede Pública de Televisão;

ii) implantação dos canais digitais de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, investimentos nos sistemas irradiantes em modelo analógico do Rio de Janeiro e de Brasília; início de reforma das torres de transmissão do Rio de Janeiro e do Maranhão; e investimento de R\$ 100 milhões em modernização tecnológica, mediante aquisição de equipamentos digitais e capacitação;

iii) consolidação da Rede Pública de Televisão, mediante o fornecimento de 68% da programação das TVs educativas e universitárias estaduais, com as quais firmou parcerias para a troca de conteúdos, o fomento à produção informativa e cultural regional e a modernização tecnológica;

iv) formulação do projeto Operador Único da Rede Digital Pública de Televisão, que prevê a constituição de Sociedade de Propósitos Específicos, por meio de parceria público-privada, para a construção, montagem e operação de infraestrutura para transmissão em sistema digital, compartilhada por emissoras de televisão dos três Poderes. O Operador Único reduzirá os custos operacionais das emissoras que o utilizarem e contribuirá para acelerar a migração para o sistema digital;

v) realização de investimentos para a atualização tecnológica de oito emissoras de rádio, investindo na programação e na construção de rede pública de rádio com emissoras não comerciais, tais como as educativas, as universitárias e as comunitárias;

vi) atendimento ao Governo na área de comunicação: transmissão de atos e eventos; produção de imagens, áudios e matérias jornalísticas referentes a viagens presidenciais; consolidação do programa Cenas do Brasil; produção de programação inédita relacionada com políticas públicas; produção, edição e distribuição do programa de rádio Café com o Presidente; produção do programa radiofônico Bom Dia, Ministro; produção, edição e veiculação do radiojornal A Voz do Brasil, bloco do Poder Executivo; produção, edição e veiculação do programa radiofônico Brasil em Pauta; e planejamento do canal internacional da TV Pública, em língua portuguesa, a ser lançado em 2010, cobrindo inicialmente as três Américas, África e parte da Europa. Divulgará o Brasil, sua cultura, suas riquezas e potencialidades e atenderá demanda das comunidades brasileiras.

Por intermédio de seus quatro canais abertos, da TV por assinatura e da difusão pela Banda C, que alcança mais de 50 milhões de brasileiros por meio de antenas parabólicas, a TV Pública tornou-se conhecida em todas as regiões.

Pesquisa do Datafolha constatou que a TV Brasil é conhecida por 34% dos brasileiros, é assistida regularmente por 10%, dos quais 80% aprovam a programação oferecida.

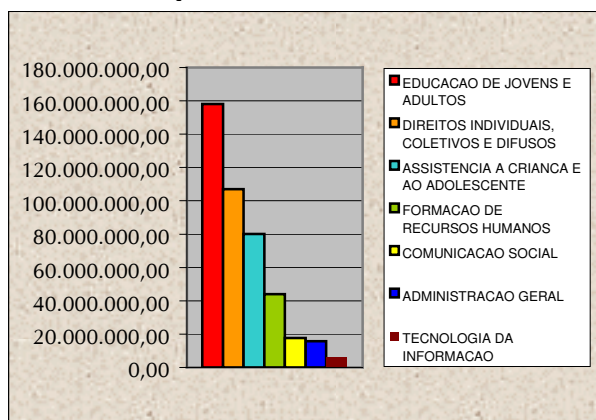
### Função - Direitos da Cidadania

O crescimento relativo da função Direitos da Cidadania vem sendo observado em relação às demandas apresentadas a fim de atender à implementação progressiva de atividades junto à sociedade brasileira. No Âmbito dessa função, 14 existem várias unidades da PR cujas atribuições estão diretamente vinculadas com a execução de ações e programas afetas à área, conforme se pode visualizar a partir da análise da execução dessas unidades. De um orçamento atualizado de R\$ 1.025.085.815,00 tem-se que:

#### EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA, POR UNIDADE GESTORA

| U/G EXECUTORA                                             | EMPENHOS LÍQUIDOS     |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------|
| 110001 - Secretaria de Administração/PR                   | 5.718.369,13          |
| 110235 - Secretaria Nacional de Juventude                 | 176.602.778,76        |
| 110244 - Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente    | 31.162.937,48         |
| 110245 - Fundo De Imprensa Nacional/Exec.Orc.Financ.      | 116.945,00            |
| 110319 - Secretaria de Comunicação Social/PR              | 17.349.923,11         |
| 170940 - Coord-Geral de Planej. e Orcamento/DGI/SE/CGU    | 12.526,50             |
| 200016 - Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR      | 124.372.499,02        |
| 200021 - Secretaria Esp. de Políticas para as Mulheres    | 62.819.805,61         |
| 238012 - Sec. Espec. de Polit. de Prom. da Iguald. Racial | 16.082.307,75         |
| <b>TOTAL</b>                                              | <b>434.238.092,36</b> |

#### EXECUÇÃO NAS SETE PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 14 - DIREITOS DO CIDADÃO



Na análise por subfunções, verifica-se uma concentração de créditos orçamentários na "Educação de jovens e Adultos", conforme se vê no gráfico acima.

### Principais Resultados

Em relação ao desenvolvimento das ações vinculadas à subfunção "Assistência à Criança e ao Adolescente", desde 2005, foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de

Jovens – Projovem, que no início, teve como objetivo atuar em todas as 27 capitais brasileiras, e já em 2006, o Programa foi expandido para 34 cidades com população igual ou superior a 200.000 habitantes, atendendo a jovens entre 18 e 29 anos que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o Ensino Fundamental.

Em meados de 2007, o Governo Federal lançou o Projovem Integrado, PJI, que unificou seis programas já existentes voltados para a juventude: Projovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

O Projovem Integrado, instituído pela Lei nº 11.692, de 10/06/2008, compreende as seguintes modalidades: I - Projovem Urbano; II - Projovem Adolescente; III - Projovem Campo e IV - Projovem Trabalhador.

A integração de programas em uma política de juventude consolida a gestão intersetorial, compartilhada com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O projeto pedagógico do Projovem Urbano está fundamentado na integração entre a Formação Básica (ensino fundamental), a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. O programa pressupõe a inter-relação dessas três dimensões, num processo que considera o jovem protagonista de sua formação como ser humano e cidadão, o que exige mudanças tanto na gestão quanto na atuação em sala de aula.

O Projovem Urbano tem como meta para o período de 2008 a 2010 o atendimento a 900 mil jovens em todo o país. Até o momento, 129 entes federados aderiram ao Programa: 106 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes e 23 estados, que atendem municípios com menos de 200 mil habitantes. Além disso, em parceria com o PRONASCI, do Ministério da Justiça, o Programa está presente também em estabelecimentos penais, e atende a 554 jovens dos estados do Acre, Pernambuco e Rio de Janeiro. Entre 2008 e 2009, 348.770 jovens foram matriculados no Programa.

Em 2009, o limite orçamentário para o Projovem Urbano foi de R\$ 563.724.077,10, e foram executados 99,39%, ou seja, R\$ 560.281.014,43.

Aos estados e municípios que participam do Projovem Urbano, foram feitas transferências diretas de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, na ordem de R\$ 331.419.676,52 (R\$ 322.931.831,18 na subfunção Educação de Jovens e Adultos e R\$ 8.487.845,34 na subfunção Formação de Recursos Humanos).

A gestão do pagamento e manutenção do auxílio financeiro mensal para os estudantes do Programa é feita diretamente pela Coordenação Nacional do Projovem Urbano/SNJ/SG/PR, por meio de contrato firmado com a Caixa Econômica Federal. Em 2009, foram empenhados

recursos para este fim no valor de R\$ 158.020.471,59 na subfunção 366 – Educação de Jovens e Adultos e R\$ 2.540.000,00 para pagamento do contrato com a Caixa, na subfunção 123 – Administração Financeira.

A implementação e execução da formação de gestores e de formadores estão a cargo da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, por meio de sua Assessoria Pedagógica, em parceria com a Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR e a Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ. O planejamento da formação dos educadores cabe às Coordenações Locais, e sua execução a uma instituição formadora selecionada pelo município ou estado. Para a realização das ações de formação, foram investidos, em 2009, R\$ 15.631.575,41 na subfunção 128 – Formação de Recursos Humanos.

Em 2009, foram realizados 19 eventos de formação inicial de gestores, que reuniram 1.855 profissionais e 10 eventos de formação continuada com a participação de 791 gestores. Nesse ano, foram realizados, ainda, 24 eventos de formação inicial para 519 formadores e um evento para a formação de 20 formadores do ProJovem Urbano nas Unidades Prisionais, além de outros 81 eventos de formação continuada de formadores.

O material didático utilizado nas unidades formativas para atendimento da meta de 2008 e 2009 foi impresso e distribuído pelo FNDE, resultando na edição de 3.944.900 exemplares, distribuídos aos alunos do ProJovem Urbano. Além desse material, a Coordenação Nacional do PJU organizou a reprodução e distribuição de DVDs de Inglês e CD dos Estudos Complementares I e II, para atendimento à demanda referente às entradas ocorridas em 2009.

Também, em 2009, foi organizado todo o material didático voltado especificamente para o desenvolvimento dos Arcos Ocupacionais, bem como o material específico para atender aos alunos do ProJovem Urbano nas Unidades Prisionais. A Coordenação Nacional organizou, ainda, a produção e distribuição de CDs com bancos de questões das provas das Unidades Formativas de I a VI, para as Coordenações Locais. Ao todo, foram gastos R\$ 4.657.467,78 na subfunção 366 – Educação de Jovens e Adultos.

Ao longo desses anos, a Coordenação Nacional do Programa vem realizando o seu monitoramento e a sua avaliação por meio de uma rede de instituições acadêmicas especializadas denominada: Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA). Em 2009, especificamente, foram repassados às Universidades Federais, R\$ 38.846.516,05 na subfunção Administração Geral.

As Universidades atuam no monitoramento, supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do Programa (denominados subsistemas do SMA), a partir de desenho metodológico previamente definido pelo Conselho Técnico, instância de decisão do SMA. Com base nos relatórios emitidos pelo SMA, a Coordenação Nacional atua permanentemente junto às Coordenações estaduais e

municipais do ProJovem em todo o país, na busca de soluções para os problemas detectados.

O ano de 2009 foi marcante para a afirmação e a solidificação da política de Direitos Humanos no Brasil. Na esteira de uma conferência nacional, que mobilizou mais de 14 mil representantes de ampla diversidade de grupos sociais e governos, foi lançada a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH 3 reafirma o compromisso nacional com os Direitos Humanos universais, indivisíveis e interdependentes e estabelece o caminho para o país avançar na garantia dos Direitos Humanos com controle social que, de forma inédita, prevê a articulação interministerial com definições de responsáveis.

A Educação em Direitos Humanos – EDH é eixo estratégico para a construção de um novo patamar de respeito à dignidade da pessoa humana. Nas ações de sensibilização e reflexão, houve a entrega da 15ª edição do Prêmio Direitos Humanos e a publicação da 2ª, 3ª e 4ª edições da Revista Direitos Humanos. É relevante mencionar a realização da 4ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (em 16 capitais, quatro a mais que em 2008), que contou com cerca de 22 mil expectadores, e da 4ª edição do Festival de Direitos Humanos (Show e Semana dos Direitos Humanos), em Recife, envolvendo cerca de 100 mil pessoas.

Os serviços de atendimento ao cidadão, que beneficiaram cerca de 230 mil pessoas em todo o Brasil, são prestados por meio de uma rede de pontos de atendimento com equipes multidisciplinares prontas a orientar e agir pela garantia e efetivação dos direitos de populações com dificuldades de acesso a serviços públicos e vítimas de violações. A articulação dos serviços de proteção a pessoas ameaçadas – proteção a vítimas e testemunhas, proteção a defensores e proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte – avança na perspectiva da consolidação de um sistema nacional de proteção.

Atenção especial foi concedida à reparação das pessoas atingidas pela hanseníase que tiveram seus direitos violados por terem sido submetidos à internação e ao isolamento compulsório em hospitais-colônias. Já foram analisados mais de 60% dos 10 mil requerimentos apresentados solicitando pensão especial. Até o final de 2010, todos os demais serão avaliados. Importante ressaltar que a meta inicial era de 4 mil deferimentos em 4 anos, número esse alcançado em apenas dois anos de trabalho.

Também merecem destaque: a realização da pesquisa “Perfil dos municípios brasileiros - MUNIC 2009”, cujos resultados devem ser anunciados em 2010; o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e a criação da Coordenação Geral de Direitos LGBT na SEDH; o lançamento do projeto Memórias Reveladas; a exibição da mostra fotográfica “A Ditadura no Brasil”, vista por mais de 2,5 milhões de pessoas em 50 cidades brasileiras, além de Buenos Aires e Coimbra; a realização de expedições à região do Araguaia para busca de restos mortais de integrantes da chamada “Guerrilha do Araguaia”; e a identificação, após 13 anos,

dos restos mortais de Bergson Gurjão Farias, desaparecido na Guerrilha, por meio de novas tecnologias.

No cenário internacional, o crescente protagonismo brasileiro em temas de Direitos Humanos é marcado pela transparência e cooperação, com ênfase na relação sul-sul. No ano 2009, a SEDH consolidou a parceria com a Guiné Bissau para assistência técnica nas áreas de registro civil de nascimento e EDH. Também foi celebrado compromisso de apoio ao Togo para aprimoramento da política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, por intermédio da disseminação da metodologia do Disque 100.

Atendendo a convite, visitaram o país, em abril, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU, e, em novembro, a Alta Comissária para Direitos Humanos da ONU, ocasião em que se assinou um memorando de intenções entre o Brasil e o Alto Comissariado com vistas à cooperação sul-sul em Direitos Humanos, além de ações específicas na proteção a defensores de Direitos Humanos e na construção de mecanismos de defesa no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. No âmbito da OEA, a SEDH coordena a implementação de duas sentenças emitidas, em 2009, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil (casos “Sétimo Garibaldi” e “Escher e outros – Interceptações telefônicas”). No Mercosul, foram realizadas as XV e XVI Reuniões das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul e países associados.

Os eixos da Agenda Social do Governo sob a coordenação da SEDH integram as principais ações estruturantes no setor e demonstram a interação e a integração de um conjunto de programas em prol do atendimento das demandas sociais.

Assim, inicialmente, faz-se destaque o eixo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, vez que atua na garantia de direito básico e inicial de cidadania que abre a porta para a conquista de outros direitos. Cabe mencionar, portanto, a assinatura, pelo Presidente da República, dos “Compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela Cidadania” para a superação de situações e índices que marcam a desigualdade regional no país.

No eixo Crianças e Adolescentes, dentro do projeto “Na Medida Certa”, além do financiamento de novas unidades adequadas aos novos parâmetros do Sinase e de programas municipais para execução das medidas socioeducativas em meio aberto, foi concretizada a matriz unificada de formação, que permitirá a todos os centros de formação trabalhar os mesmos temas necessários à qualificação dos profissionais do sistema socioeducativo. No projeto Bem-Me-Quer, destaca-se o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, hoje funcionando em 8 estados e sendo implantado em outros 3. O serviço Disque 100, para denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, registrou, em 2009, 29,7 mil denúncias. Foi desenvolvido sistema de categorização das denúncias em *software* livre, disponibilizado para a rede de disques denúncia locais, favorecendo a unificação de

dados de denúncias. Para fazer frente a essa situação, destaca-se a expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais para o Enfrentamento da Violência Sexual – PAIR e a priorização de parceria com poder público visando à inclusão do PAIR nos PPAs estaduais e municipais, além da adaptação da metodologia para municípios de pequeno porte e da implementação do processo de monitoramento da metodologia do Programa. Grande destaque cabe ao lançamento do primeiro relatório do Índice de Homicídios na Adolescência – IHA, que estima o risco de mortalidade por homicídios de adolescente em cidades com mais de 100 mil habitantes.

No projeto De Volta para Casa, ressalta-se a sanção da Lei nº 12.010/09, que dispõe sobre adoção e o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a crianças e adolescentes, e a aprovação da Lei nº 11.900/09, que possibilita que crianças e adolescentes sejam ouvidas por videoconferência, garantindo processo mais humanizado do que o atual.

Foi realizada a 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a maior edição desde a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, contando com 2.352 participantes e aproximadamente 1.800 delegados. Pela primeira vez, cerca de 30% deles eram adolescentes, o que garantiu espaço para que opinassem diretamente sobre as políticas públicas a eles direcionadas. De forma inovadora, a 8ª Conferência teve foco na formulação da Política Nacional e de um Plano Decenal, o que aponta para uma perspectiva estruturante e de planejamento em médio prazo. Por fim, destaca-se o lançamento do Portal Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reúne dados e indicadores para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

No eixo “Pessoas com Deficiência”, destaca-se a assinatura, pelo Presidente da República, do Decreto nº 6.949/09, que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, recepcionada no ordenamento jurídico com status de emenda constitucional. Nas ações de educação e de mobilização de parceiros, deve ser ressaltada a veiculação das campanhas nacionais “Iguais na Diferença – Campanha pela Inclusão das Pessoas com Deficiência” e “Acessibilidade – Siga esta idéia”.

Em termos orçamentários, a SEDH dispôs de dotação autorizada em lei no montante de R\$ 223 milhões, nas duas unidades orçamentárias que coordena, valor esse que representa a maior dotação orçamentária já recebida pela Secretaria desde a sua criação, em 2003. A análise da evolução do volume de empenhos líquidos, nas subfunções orçamentárias, descortina o grande impacto causado pela Agenda Social estabelecida pelo Presidente da República. Entre 2007 e 2009, tempo de existência da Agenda, a subfunção 243 - “Assistência a Criança e ao Adolescente” aumentou em 90%. No que tange ao eixo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, observou-se grande impacto nas subfunções “Direitos individuais, coletivos e difusos” (57%), focado na realização de mutirões e na implantação de unidades de registro interligadas entre cartórios e maternidades, e Comunicação Social (1200%), para a realização de

Campanha publicitárias na mídia nacional e regional para a promoção do registro civil.

Avanços significativos foram observados no que tange ao controle das transferências voluntárias. Destacam-se, inicialmente, a implantação do Siconv e a constituição na SEDH de unidade específica de formalização de convênios (que concede maior qualidade aos projetos no seu nascedouro). A partir da reestruturação da SEDH viabilizada pela Lei nº 11.958/2009, nova unidade focada na fiscalização dos projetos será instalada em 2010, para dar seguimento às ações de monitoramento à distância e in loco. Concomitantemente, a Secretaria manteve a prática já consolidada de realização de encontros de capacitação de convenientes para aperfeiçoamento da execução.

Também em relação à execução da subfunção Direitos individuais, coletivos e difusos, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em 2009, o orçamento atingiu o montante de R\$ 77.014.798, representando 25,3% a mais que no ano anterior. No que se refere à execução da despesa (Empenhos Emitidos) alcançou a soma de R\$ 73.770.422 correspondente a marca de 95,8% da dotação autorizada, o melhor índice de desempenho ao longo do período.

Dentre as subfunções executadas, a subfunção “Direitos Individuais, Coletivos e Difusos” é a que apresenta um crescimento acentuado em todos os anos do período, sendo de 33,6% em 2.009 em relação a 2.008, basicamente porque corresponde às ações dos programas finalísticos. As demais subfunções referem-se às ações meio, ou de apoio. Efetivamente, essas oscilações indicam que a Secretaria, uma vez estabelecida, com seu corpo administrativo, vai progressivamente desenvolvendo suas atividades finalísticas em todo o território nacional.

Muitas foram as ações para a consecução de resultados voltados aos Direitos da Cidadania, destacando-se o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), que foi implementado no período de 2005 a 2007, consolidou a atuação de 17 órgãos do Governo Federal no que diz respeito às políticas de gênero e para as mulheres. Seus resultados foram avaliados na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM) por mais de 2,5 mil delegadas, representantes dos poderes executivos das três esferas da federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada.

A partir das demandas e deliberações da II CNPM, o Governo Federal elaborou e lançou o II PNPM, que contemplou seis novas áreas de atuação estratégicas, além daquelas já existentes no I PNPM<sup>1</sup>. Portanto, é importante destacar que foram desenvolvidas e apoiadas, em 2009, diversas iniciativas e ações nas áreas do II Plano Nacional, a exemplo da educação e cultura, do trabalho e da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além do enfrentamento da violência cujas ações estão

contempladas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Com a finalidade de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidas no Plano, foi instituído por meio do Decreto nº 5.390/2005, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê realizou, em 2009, oito reuniões ordinárias, bem como desenvolveu um novo Sistema de Acompanhamento do Plano, por meio do qual os órgãos envolvidos na sua execução podem informar os resultados das ações sob sua responsabilidade e prestar contas à sociedade civil.

Para ampliar o alcance do II Plano, o Governo Federal vem atuando no sentido de buscar a parceria dos governos estaduais e municipais. Para tal, definiu-se como principal estratégia, a partir de 2008, o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, conforme recomendação da totalidade das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres.

Nesse sentido, cabe mencionar que os estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul lançaram os seus planos estaduais de políticas para as mulheres, elaborados a partir das diretrizes do II Plano Nacional. Além disso, o Governo Federal apoiou, em 2009, a construção de seis novos Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres (MA, MG, MS, RJ, RN e SP), os quais deverão ser lançados em 2010.

Também relevante, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, parte da Agenda Social do Governo Federal, implementou em 2009 mais 11 Unidades da Federação (Amapá, Amazonas, Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe), além dos 13 estados pactuados em 2008. Em 2010, o Pacto será iniciado também nos demais estados (Mato Grosso e Paraná) e no Distrito Federal.

Com o lançamento do Pacto Nacional, os recursos autorizados nos orçamentos anuais da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres sofreram um aumento de 81,6% no período de 2007 e 2009. O Pacto Nacional representa, portanto, a grande prioridade do Governo Federal nesta área.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS, combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Na área da Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha, é importante destacar as parcerias com governos estaduais e municipais, resultando em apoio à construção/reforma/reaparelhamento de serviços

<sup>1</sup> Autonomia e igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva e não-sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da violência; e gestão e monitoramento do Plano.

especializados de atendimento à mulher em situação de violência. Com isso houve um aumento de 23,8% no número de Delegacias Especializadas, de 54,5% no número de casas de abrigo existentes e 228,6% no número de centros de referência, em comparação a 2003. O país conta, atualmente, com 421 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 138 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 68 Casas Abrigo, além de 14 Defensorias Públicas da Mulher e 64 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas; apoio à capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres e de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; apoio à promoção e realização de campanhas de prevenção, e combate à violência contra as mulheres.

Em 2009, destacam-se ainda outras ações de grande destaque realizadas no âmbito do Pacto. O Governo Federal realizou o estudo Diálogos sobre Segurança Pública, inédito no Brasil, que apresenta a visão de 213 mulheres de diferentes ocupações, classes sociais, orientações sexuais e religiosas sobre a segurança pública. Não só foram os problemas apontados pelas mulheres, mas também soluções para a melhoria da segurança. Entre elas, está a necessidade de uma política intersetorial e transversal que garanta o acesso integral às garantias do Estado de Direito. Como resultado do projeto mencionado, foi publicado o livro “Segurança Pública – Outros olhares, novas possibilidades”, que contém artigos de colaboradores que participaram dos encontros com mulheres nas sete cidades em que se realizaram os “diálogos”, além de sugestões e orientações de pesquisadores para a formulação de uma política nacional de segurança pública.

Na área de capacitação, cabe mencionar ainda a realização da III Jornada da Lei Maria da Penha, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Durante o encontro, os principais temas abordados foram: balanço de funcionamento das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Brasil, cujo objetivo é inibir a prática dos maus tratos, além de atuar na recuperação dos agressores com vistas à reabilitação familiar. As varas especializadas já foram implantadas em, aproximadamente, 85% dos tribunais de Justiça brasileiros; resultados dos cursos de capacitação sobre a Lei Maria da Penha, realizados pelo CNJ, em parceria com as Escolas de Magistratura, que já ofereceram mais de 750 vagas para a formação de juízes com competência para tratar a matéria; e tratar sobre a estrutura brasileira da rede de atendimento à mulher.

Em agosto de 2009, foi lançado o “Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha” em comemoração aos três anos da Lei Maria da Penha. Criado para estimular a correta aplicação da legislação, ele será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo Federal para receber denúncias e relatos de violência contra a mulher, orientar as mulheres sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da Rede de Atendimento representa uma importante porta de entrada na rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, além de fornecer informações essenciais para subsidiar a formulação e o acompanhamento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Destaca-se, ainda, a realização do I Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FONAVID, cujo tema foi “Efetividade da Lei Maria da Penha”. Os objetivos do encontro foram compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sob o prisma da efetividade jurídica e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema. O Fórum foi criado em março de 2009, como resultado das discussões da III Jornada da Lei Maria da Penha, com o fim de reunir juízes de todo o Brasil que atuam na temática. Em dezembro de 2009, foi realizado também o encontro de Promotores que trabalham com a Lei Maria da Penha, reunindo, em Brasília, cerca de cinquenta profissionais da área para discutir o tema.

Em relação à área Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS, no campo da saúde, cabe destacar o lançamento do Relatório sobre Epidemia Global de AIDS, uma parceria do governo brasileiro com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). A estimativa de novas infecções, a ocorrência de óbitos em todo o mundo, os novos perfis da epidemia e perspectivas futuras encontram-se entre as diversas constatações do estudo que aborda, ainda, questões como o acesso dos jovens à informação básica sobre o HIV; a prevenção da transmissão vertical; a relação entre a tuberculose e a Aids; o número de pessoas infectadas que não tem conhecimento do seu estado soropositivo; e a feminização da doença.

O Governo Federal apoiou a realização do documentário “Positivas”, lançado em celebração ao Dia Mundial de Luta contra a AIDS, que aborda a feminização da AIDS e tem como principal alvo o estigma em torno da doença. O filme acompanha a vida de mulheres que foram surpreendidas pela notícia da doença em um ambiente até então seguro e moralmente “adequado”, o do casamento ou de relações estáveis que mantinham com os companheiros. Por meio dos relatos das mulheres, a obra aponta os principais fatores responsáveis pela feminização da AIDS no país mostrando que, apesar do luto inicial que acompanha a notícia e do preconceito que vem em seguida, viver com AIDS não é o fim da vida e, ao contrário, pode significar uma nova chance à vida e à sexualidade.

Em 2009, realizou-se a revisão do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST, lançado em março de 2007. O Plano foi



revisado tendo como referencia os Planos Estaduais elaborados a partir dos seminários macrorregionais e de consulta pública realizada pelo Governo Federal com vistas ao aperfeiçoamento do Plano.

No que se refere ao Combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, os governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém, documento que propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos, estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname. O I Encontro Binacional Brasil – Suriname é considerado uma das principais estratégias do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Ainda no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cabe destacar o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: em concomitância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, todas as ações de fortalecimento de serviços da Rede levam em conta a estruturação e adaptação dos serviços para o atendimento diferenciado às mulheres vítimas de tráfico de pessoas.

Capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadores foram capacitados na temática de tráfico de mulheres. Em dezembro de 2009, todas as operadoras da Central de Atendimento à Mulher – 180 foram sensibilizadas no tema e podem, hoje, encaminhar denúncias diretamente à Polícia Federal, além de prestar informações sobre tráfico e exploração sexual.

É importante destacar, ainda, uma iniciativa inédita no mundo - o Governo Federal criou um Centro Tri-nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceria com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Trata-se de um espaço direcionado ao atendimento especializado às mulheres dentro da Casa do Migrante deste município, que será responsável por identificar casos de violência e tráfico contra as mulheres migrantes na região, além de encaminhá-las aos serviços de atendimento à mulher dos três países. Com essa iniciativa, pautada sob a ótica do enfrentamento à violência contra a mulher em geral no âmbito da REM (Reunião Especializada da Mulher - Mercosul), o Brasil se consolida como referência internacional em políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de mulheres, especialmente nas regiões de fronteira seca.

Para 2010, é prioridade replicar a experiência de Foz do Iguaçu em outras regiões de fronteira seca que se constituam em rotas de tráfico de pessoas. Já foram iniciadas as negociações para implantação do serviço de fronteira no município de Pacaraima, numa parceria entre Brasil e Venezuela.

Por fim, na área de Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão, o Governo Federal deu continuidade ao Mutirão de Assistência Jurídica às Mulheres em Situação de Prisão, contribuindo para a efetivação de parcerias com as Defensorias Públicas de 18

estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Acre, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, Ceará, Piauí e Rondônia.

No plano do Legislativo, destaca-se o encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de Projeto de Lei que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho urbano e rural e, coíbe práticas discriminatórias neste âmbito. Produzida pelo Governo Federal, a proposta leva em conta princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho. O objetivo da mobilização em torno da criação de uma Lei que trate sobre igualdade no mundo do trabalho é efetivar, nesta esfera, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens, orientando-se pela idéia de traduzir a declaração de igualdade, consagrada em dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais destinadas a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres. Busca-se, assim, garantir que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorra em respeito às especificidades da condição feminina e a permanência delas no emprego, combatendo inclusive com ações do Estado, todas as formas de discriminação em razão de sexo, raça e etnia.

Na área de Articulação Internacional, o governo brasileiro participou da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretivo da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos, na qual foram discutidos os avanços no tema de eliminação da violência contra a mulher e o fortalecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), oportunidades para as mulheres frente à crise financeira, entre outros assuntos. A CIM foi o primeiro organismo intergovernamental criado para tratar especificamente do tema dos direitos da mulher.

O Brasil participou, também, do Seminário sobre os Avanços e Ações-Chave para a Implementação do Programa de Ação de Cairo a 15 Anos da sua Aprovação, na sessão Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dentro das comemorações do 15º aniversário da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento.

No âmbito da função “Direitos da Cidadania” a participação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR representou, em 2009, 3,96% dos recursos.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela SEPPIR por meio de ações próprias ou de convênios com entidades da sociedade civil e entes federativos, destaca-se a realização da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com a participação de 3.292 cidadãos sendo 1.209 delegados eleitos em conferências municipais e estaduais. As Resoluções da II CONAPIR, realizada após a publicação do PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, decreto 6.872 - foram compiladas,

publicadas e distribuídas para todo o país. No primeiro semestre cumpre mencionar, ainda, a participação brasileira com grande delegação governamental e de representantes do movimento social na Conferência de Revisão de Durban, presidida pela ONU e onde o Brasil teve papel de destaque.

Na área de Ações Afirmativas merecem destaque: 1) bolsas de estudos para alunos de graduação que ingressam, pelas ações afirmativas, nas universidades públicas, para atendimento de 600 estudantes, durante o período de junho de 2009 a junho de 2010, ao custo de R\$ 1.800.000,00. Estima-se para essa ação o atendimento de 1800 alunos até 2010; 2) realização de 05 Seminários Regionais para "Implementação da Lei 10.639/2003" - abrangendo 27 estados da Federação - em parceria com a SECAD/MEC, ao custo de R\$ 332.895,20 e para 2010 realizar o acompanhamento e avaliação do Plano de Implementação da Lei 10.639/2003 junto ao MEC; 3) firmatura de 17 Convênios com estados e municípios para implantação do Projeto "Farol - Oportunidade em Ação" que estimam atendimento, na sua totalidade, de 4.000 adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social, por um período de doze meses, em que foram aplicados recursos na ordem de R\$ 3.300.000,00; 4) desenvolvimento do Planseq Afro-descendente, ação do Ministério do Trabalho para a qualificação de profissionais em todo território nacional, em 15 áreas do comércio, serviço e saúde, estimando como meta o atendimento de 25.000 jovens em 24 estados; 5) retomada e implantação do Planseq Trabalho Doméstico Cidadão, ação do Ministério do Trabalho para qualificação de trabalhadoras domésticas, nas 29 localidades da União Federativa, objetivando a organização social e exercício da profissão, estimando como meta o atendimento a 2.100 profissionais em 13 estados; 6) desenvolvimento de ações junto ao MEC, Petrobrás, Fundação Roberto Marinho e outros para implantação da Fase II do Projeto "A Cor da Cultura", que visa o desenvolvimento de tecnologia e qualificação de profissionais da educação para aplicação da Lei nº 10.639/2003; 7) parceria com a Biblioteca Nacional para a divulgação de grandes personalidades negras do Brasil, mediante Edição e Lançamentos de quatro livros, para atendimento à Rede de Bibliotecas dos estados e dos 100 maiores municípios, ao custo de R\$ 69.000,00; e 8) diálogo junto a SPM, UNIFEM, IPEA e MEC para implementação do curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, em 2010, estimando atendimento a 7000 pessoas e com orçamento em definição junto UAB/CAPES e SPM.

Por fim, outras parcerias foram realizadas em 2009 para o desenvolvimento das políticas para a Promoção da Igualdade Racial visando o reconhecimento dos Clubes Sociais Negros como patrimônio imaterial; combate ao racismo institucional; produção de material didático e de orientação para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais referente à Lei nº 10.639/2003; capacitação de profissionais da área de segurança pública; e para a temática Cultural Afro-brasileira; apoio ao grupo AfroCensos sobre a rodada de censo da América Latina; realização de Colóquio Internacional sobre História da

África; realização de Seminário Internacional da Juventude Negra e Indígena.

No Programa Brasil Quilombola, houve uma priorização das ações para os cinco estados com maior quantitativo de comunidades quilombolas. Com vistas a ampliar a articulação e a efetivação das políticas para esse segmento, foram realizados cinco grandes seminários, com maior foco para saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. Participaram dos seminários regionais: gestores municipais, estaduais e federais, lideranças quilombolas, conselheiros das áreas afins e outros parceiros. Foram empenhados R\$ 4.221.439,24 para projetos voltados ao fortalecimento institucional e estímulo ao controle social das comunidades quilombolas. As ações voltadas às comunidades são executadas, também, pelos demais ministérios que compõem o Programa Brasil Quilombola e atendem demandas de saúde, educação, acesso à terra, previdência, dentre outros direitos.

### Função - Transporte

A função Transporte, no âmbito da Presidência da República, representa em termos orçamentários, 10,02% dos créditos disponibilizados para o setor dentro do Orçamento Fiscal. Em termos de responsabilidade pela implementação das ações decorrentes, a função recai sobre a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), criada em 2007 pela Lei n.º 11.518, possuindo as atribuições e competências, dentre outras, de formulação de políticas públicas, estabelecendo diretrizes para o fomento do setor portuário e a execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura dos portos marítimos, com os recursos de investimentos do Orçamento Geral da União (OGU). Além disto, cabe a SEP/PR a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, visando à segurança e eficiência dos transportes aquaviário e marítimo de cargas e de passageiros no país.

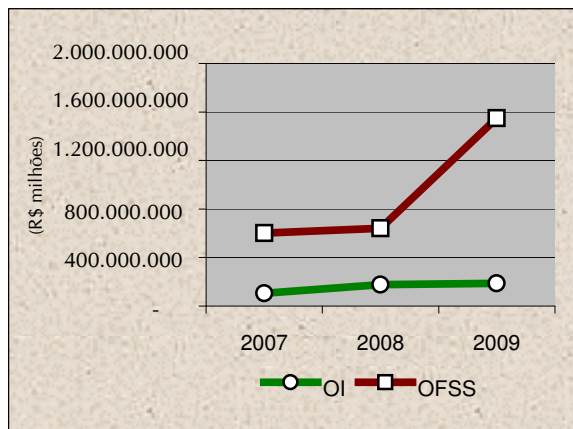
#### EXECUÇÃO DA FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE POR UNIDADE EXECUTORA

| UG EXECUTORA                                  | EMPENHOS LÍQUIDOS       |
|-----------------------------------------------|-------------------------|
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR                | 7.113.527,66            |
| COORDENACAO DE EXEC.ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA | 27.609,83               |
| SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR              | 12.062.585,47           |
| SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS - OBRAS         | 1.528.656.663,13        |
| COORD-GERAL DE PLANEJ. E ORÇAMENTO/DGI/SE/CGU | 12.526,50               |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>1.547.872.912,59</b> |

A SEP executa as suas ações na função Transporte, com destaque para a subfunção 784 - Transporte Hidroviário, na qual estão alocadas as ações de maior importância ao desenvolvimento dos portos marítimos brasileiros. No âmbito da função governamental Transporte, a SEP vem gerenciando e executando, desde 2007, o segmento de obras e intervenções portuárias, por meio de execução direta, convênios e termo de compromissos, bem como a Participação da União no aumento de Capital no

orçamento das Companhias Docas. Em 2009, a execução da SEP para a função Transporte apresentou o montante de R\$ 1,7 bilhões, sendo mais de R\$ 1,5 bilhões no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 186 milhões no Orçamento de Investimento das Estatais.

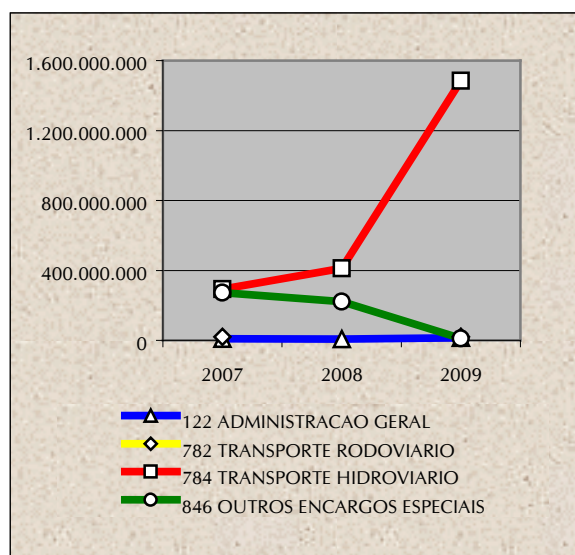
#### EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA FUNÇÃO



Observa-se que, em 2009, houve um crescimento relevante na função Transporte em relação aos exercícios anteriores, fato que ocorreu, principalmente, devido à contratação de obras do Plano Nacional de Dragagens e implantação de obras de infra-estrutura previstas no PAC.

Entre as subfunções típicas da função Transporte, executadas pela SEP/PR, conforme quadro demonstrado no início deste relatório, a subfunção "Transporte Hidroviário" destaca-se com maior execução orçamentária em relação às demais subfunções a partir de 2007.

#### EVOLUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES NA FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE VALORES EMPENHADOS (EM R\$ MILHÕES)



#### Principais Resultados

A SEP conduziu, durante o ano de 2009, as seguintes ações estruturantes: o Programa Nacional de Dragagem (PND), o projeto para a gestão portuária, denominado Porto Sem Papel, além das ações de recuperação e modernização das obras de infraestrutura portuária.

Dos 34 portos marítimos sob a responsabilidade da SEP, 17 encontram-se inseridos no Programa Nacional de Dragagem, nos quais a SEP promove a realização de obras de dragagem de aprofundamento/alargamento de suas vias de acesso aquaviário (canal de acesso e a bacia de evolução).

Os 17 portos marítimos contemplados, neste momento, são: Fortaleza, Natal, Cabedelo, Recife, Suape, Salvador, Aratu, Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis, Vitória, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Imbituba, Itajaí e Rio Grande. Até 2010, estão previstos no PND investimentos de R\$ 1,5 bilhão, que incluem, além da contratação da execução dessas obras, de dragagem/derrocamento, a contratação do monitoramento ambiental e o apoio à fiscalização, com empresas dotadas de equipamentos e expertise em serviços de batimetria, sísmica e sondagem subaquática.

O PND prevê um volume a ser dragado da ordem de 80 milhões de m<sup>3</sup>, além da execução de cerca de 550 mil m<sup>3</sup> de derrocamento subaquático, o que proporcionará a esses portos condições de recepção de embarcações de grande porte e calado, operando com segurança e favorecendo, assim, o comércio externo pelo aumento de produtividade dos portos e pela redução de fretes e seguros das atividades portuárias e de navegação, alavancando as condições de competitividade do país no mercado internacional.

No âmbito desse programa, em 2009, foram contratadas as obras de dragagem nos Portos de: Rio Grande/RS, Santos/SP, Aratu/BA, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Natal/RN, Angra dos Reis/RJ, Itajaí/RJ, e Suape (ilha de Tatuoca)/PE.

Quanto ao monitoramento ambiental, foram firmados termos de convênios com instituições acadêmicas, dotadas de instalações de laboratório para análises de materiais e, principalmente, de expertise em meio ambiente para realizar os estudos pertinentes.

No orçamento de 2009, foram consignadas R\$ 531 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 435 milhões.

O denominado PORTO SEM PAPEL constitui-se no desenvolvimento de projeto para a gestão portuária de uma Janela Única Portuária que objetiva centralizar, em um único portal, o recebimento das informações exigidas pelos órgãos fiscalizadores para a chegada, saída e estadia dos navios nos portos brasileiros, integrando as informações num único banco de dados e reduzindo os impactos dos obstáculos e paralisações nas atividades portuárias.

A solução busca a racionalização e a padronização de procedimentos, tendo como efeito positivo a otimização dos processos da cadeia logística nas operações de comércio exterior e cabotagem.

Os principais resultados serão a redução do tempo para liberação das operações portuárias pelos órgãos anuentes, bem como a possibilidade das inspeções serem realizadas levando em consideração a análise de risco, sem prejuízo dos controles governamentais com vistas à defesa dos interesses nacionais.

O projeto PORTO SEM PAPEL – Concentrador de Dados conta com a participação de seis anuentes que interferem na operação portuária: Autoridade Portuária, Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa, Vigiagro e Marinha do Brasil. Para tanto, foi proposto Acordo de Cooperação entre a SEP/PR e estes órgãos, o qual já foi firmado com a Anvisa e a Marinha do Brasil.

O sistema está sendo desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, contratado para o desenvolvimento, processamento e operacionalização do Sistema Concentrador De Dados Portuários e, em 2010, deverá ser contratada entidade para a homologação do sistema, cuja fase de testes será iniciada já em abril de 2010, no porto de Santos.

A Secretaria Especial de Portos tem implementado medidas estruturantes, juntamente às Companhias Docas, para o fortalecimento do modelo de gestão portuária brasileiro, no qual o governo é responsável pela infraestrutura com a iniciativa privada investindo em equipamentos, instalações e operação.

Dentre as ações da SEP, salienta-se o acompanhamento e transferência de recursos, via Participação da União no Capital das Cia Docas, para realização de obras de recuperação e de melhoramento nos portos administrados pelas Companhias Docas. No Programa de Aceleração do Crescimento - PAC estão incluídas as seguintes ações: ampliação e melhoria dos acessos terrestres ao Porto de Santos com a implantação das Avenidas Perimetrais Portuárias, nas margens esquerda, com 9,2 km, e direita, com 5,0 km, esta última com término previsto para 2010; dragagem do canal de acesso e bacia de evolução de uma profundidade de 17 m para 20 m (fase 1), do porto de Itaguaí/RJ, com obra concluída em maio de 2009; obras de Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca, permitindo a atracação de navios de até 75.000 t TPB, que foram concluídas em abril de 2008; obra de construção da Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde/PA, que foi concluída em outubro de 2009; e ações de melhoria na infraestrutura portuária e da segurança nos portos

administrados pela Cias Docas como Ampliação do Cais do Porto de Vitória/ES e Ampliação do Pier Principal no Porto de Vila do Conde/PA, cujas obras estão previstas para sua conclusão em março de 2011.

Também foram executadas obras suplementares nos portos organizados com investimentos em ações de instalação de sistemas de defensas, recuperação de berços e do pavimento de áreas internas, modernização da sinalização náutica e terrestre, melhoramentos na infraestrutura portuária como em sistemas elétricos e hidráulicos além de estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente.

Visando solucionar os problemas relacionados com a infraestrutura de logística, e em especial aos acessos aquaviários, a SEP tem investido em diversos empreendimentos, a saber:

i) Ações em execução: obras de ampliação do Pier Principal no Porto de Vila do Conde; estudos e projetos para construção do Terminal Múltiplo Uso, no Porto de Vila do Conde; dragagem dos Berços 100 e 103 e retroárea dos berços 100 e 101, no Porto de Itaquí; construção do berço 100 e Alongamento do Cais Sul e Ampliação do Porto, no Porto de Itaquí; recuperação dos berços 101 e 102 do Porto do Itaquí; retomada da construção do Porto de Luís Correia; ampliação e Adequação do Terminal Salineiro no Porto de Areia Branca; construção do Cais para Contêineres – 3ª fase, no Porto de Maceió; início das obras de ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória; Implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem direita, fase 1; recuperação e realinhamento do berço 201 do Porto de São Francisco do Sul; reforço do berço 101 do Porto de São Francisco do Sul; execução das Obras e Serviços de Recuperação Emergencial do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba; e prolongamento dos Molhes do Porto de Rio Grande;

ii) Ações Concluídas: dragagem de aprofundamento do canal de acesso e bacia de evolução para 20 m (fase 1), do porto de Itaguaí; e obra de construção da Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde; e

iii) Ações em fase de Projeto: construção do Berço 108 do Porto do Itaquí; construção do acesso rodoferroviário à Ilha de Tatuoca/Cocaia e dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução no Porto Suape; implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem direita – fase 2; implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem esquerda; plano de Desenvolvimento e Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos; e recuperação dos molhes do canal de acesso ao Porto de Rio Grande.

### 5.1.2. Controladoria-Geral da União

A Controladoria-Geral da União (CGU) tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual o Programa de Governo Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, o qual está inserido na Função de Governo 04 – Administração e classificado no “tipo” Serviços ao estado – Apoio às Políticas. Seu objetivo é desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos

artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, assim como prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública, além de aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo Federal. Para melhor evidenciar a execução orçamentária no âmbito da função Administração sob a responsabilidade da CGU, os valores empenhados nos últimos cinco anos encontram-se demonstrados por subfunção:

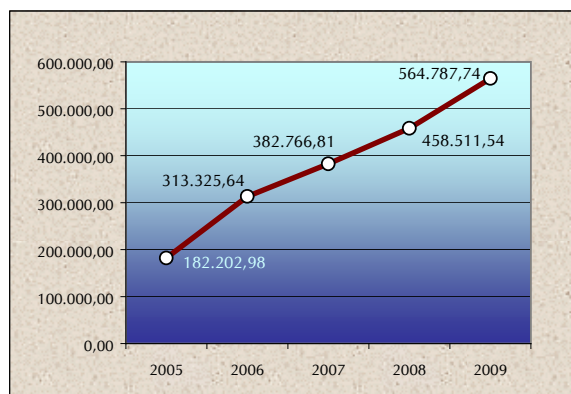
#### VALORES EMPENHADOS POR SUBFUNÇÃO (EM R\$)

| SUBFUNÇÃO                                       | VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS* |                       |                       |                       |                       |
|-------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                                                 | 2005                         | 2006                  | 2007                  | 2008                  | 2009                  |
| 122 - Administração Geral                       | 171.025.076,99               | 297.086.625,74        | 359.429.911,26        | 431.303.962,61        | 534.814.614,00        |
| 124 - Controle Interno                          | 6.484.977,21                 | 4.911.843,22          | 12.805.304,92         | 18.214.375,11         | 12.734.435,32         |
| 125 - Normatização e Fiscalização               |                              | 4.006.606,01          | 2.629.422,63          |                       |                       |
| 126 - Tecnologia Da Informação                  |                              |                       |                       |                       | 7.223.540,59          |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |                              | 17.775,88             | 288.725,76            | 321.839,07            | 112.212,28            |
| 128 - Formação De Recursos Humanos              | 545.747,17                   | 791.159,93            | 486.335,19            | 788.271,81            | 993.595,40            |
| 131 - Comunicação Social                        |                              | 40.292,35             | 14.116,00             | 254.422,34            | 316.657,55            |
| 212 - Cooperação Internacional                  |                              |                       | 28.101,00             | 57.597,02             |                       |
| 301 - Atenção Básica                            | 1.679.744,77                 | 1.487.425,73          | 1.677.856,10          | 2.238.242,18          | 3.337.469,08          |
| 306 - Alimentação e Nutrição                    | 1.691.657,42                 | 4.012.747,18          | 4.413.154,95          | 4.390.020,29          | 4.783.340,02          |
| 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador      | 513.384,71                   | 553.336,76            | 583.634,41            | 568.441,86            | 108.050,22            |
| 365 - Educação Infantil                         | 262.392,58                   | 417.827,14            | 410.249,71            | 374.371,40            | 363.823,44            |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>182.202.980,85</b>        | <b>313.325.639,94</b> | <b>382.766.811,93</b> | <b>458.511.543,69</b> | <b>564.787.737,90</b> |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010

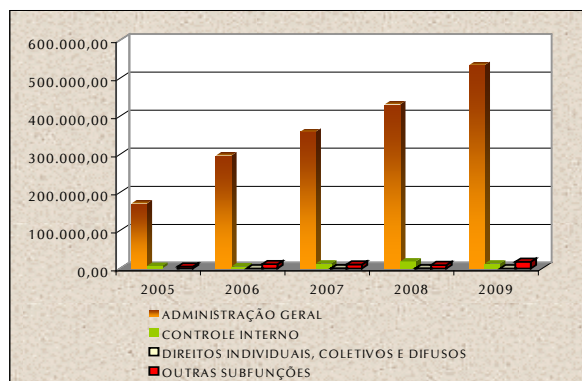
\*Valores Empenhados + Reforço-Anulação

#### EVOLUÇÃO DOS VALORES TOTAIS EMPENHADOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (VALORES EM R\$ MIL)



Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010

#### EVOLUÇÃO DOS VALORES EMPENHADOS DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO (VALORES EM R\$ MIL)



Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010



Observa-se a evolução dos valores empenhados, entre 2005 e 2009, com uma variação positiva em torno de 210%.

O crescente desempenho da subfunção - Administração Geral é reflexo do fortalecimento institucional da CGU, por meio do ingresso de novos servidores; apoio para construção, reforma e readaptação das instalações físicas na Sede e Regionais; incremento na gestão de recursos logísticos e de informática; e aparelhamento das atividades-fim.

Ressalta-se que 78% dos valores empenhados a conta dessa subfunção são relativos a despesas com pessoal, no montante de R\$ 416.111.213,06. Com relação aos valores aplicados na subfunção - Controle Interno, também se verifica um efeito positivo no montante empenhado, resultado da progressiva capacidade operacional da CGU para realização das suas atividades precípuas.

As variações ocorridas entre as subfunções, apresentadas no quadro anterior, decorreram, principalmente, de reorganizações e contingenciamentos orçamentários acontecidos no período.

No que tange aos resultados alcançados por subfunções, destacam-se aquelas que se classificam como finalísticas: Controle Interno e Direitos Individuais, Coletivos e Difusos.

### Controle Interno

As ações implementadas por meio da subfunção Controle Interno agregaram, ao longo dos anos, diversas frentes de atuação, buscando contribuir para o alcance de uma boa governança pública, promover a ética e a transparência, bem como reduzir vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção.

Nesse sentido, as ações de controle interno privilegiam a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público.

De igual modo, buscam dar transparência à gestão pública do Governo Federal, incentivando a participação da sociedade no acompanhamento da gestão e procuram, quando necessário, aplicar punição a ações desviantes, por exemplo, ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímprobos.

Com relação às ações relacionadas à Prevenção e Combate à Corrupção e Informações Estratégicas, a CGU atua coordenando as ações de prevenção da corrupção no âmbito do Poder Executivo Federal, assim como as ações de produção de informações estratégicas desenvolvidas nessa pasta.

Nesse contexto, entre as atividades desenvolvidas pela CGU em 2009, destaca-se: (i) ações de fomento ao

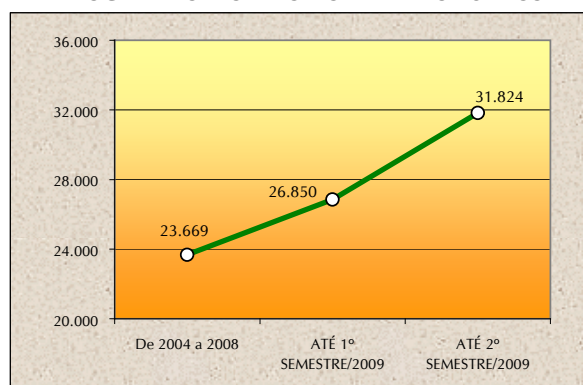
controle social e à cidadania; (ii) promoção da transparência pública; (iii) fortalecimento da gestão pública; (iv) acompanhamento de acordos e convenções internacionais contra a corrupção; (v) aperfeiçoamento do marco legal; (vi) parceria com o setor privado; e (vii) produção de informações estratégicas para combate à corrupção.

No contexto da implementação de ações de fomento ao controle social e à cidadania, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, de 2004 a 2009, beneficiou 1.353 municípios brasileiros com a capacitação de mais de 30 mil cidadãos. Só em 2009, foram mais de 7 mil pessoas capacitadas e 342 municípios contemplados.

As edições locais dos Concursos Culturais, no âmbito desse programa, envolveram 41.887 estudantes e 1.326 professores em 37 municípios de 22 Unidades da Federação, com uma média de 1.900 alunos mobilizados por Regional.

Outra linha de atuação diz respeito ao 3º Concurso de Desenho e Redação da CGU, realizado em 2009, o qual mobilizou mais de 145.000 alunos e quase 6.000 professores em mais de 1.300 escolas de ensino fundamental e médio em 26 Unidades da Federação.

**QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS NO PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO**



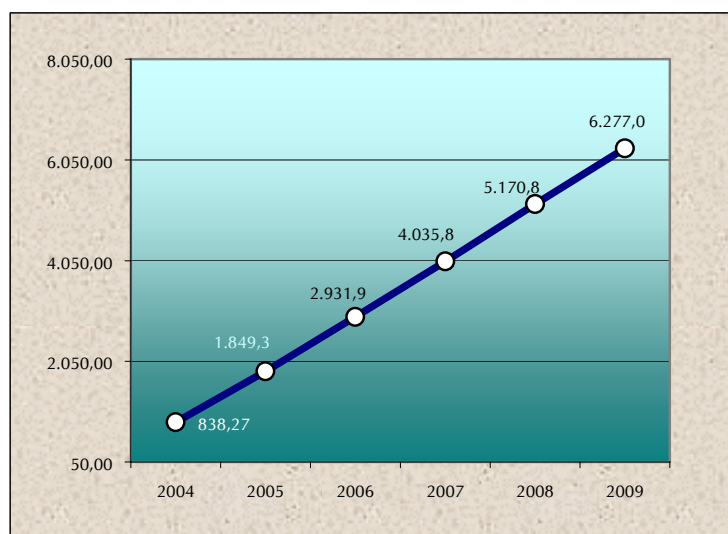
Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Um dos principais instrumentos de promoção do acesso à informação e à transparência pública é o Portal da Transparência, que em 2009 chegou a 1,7 milhão de visitas.

O Portal permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do Governo Federal. A publicidade desses dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público.

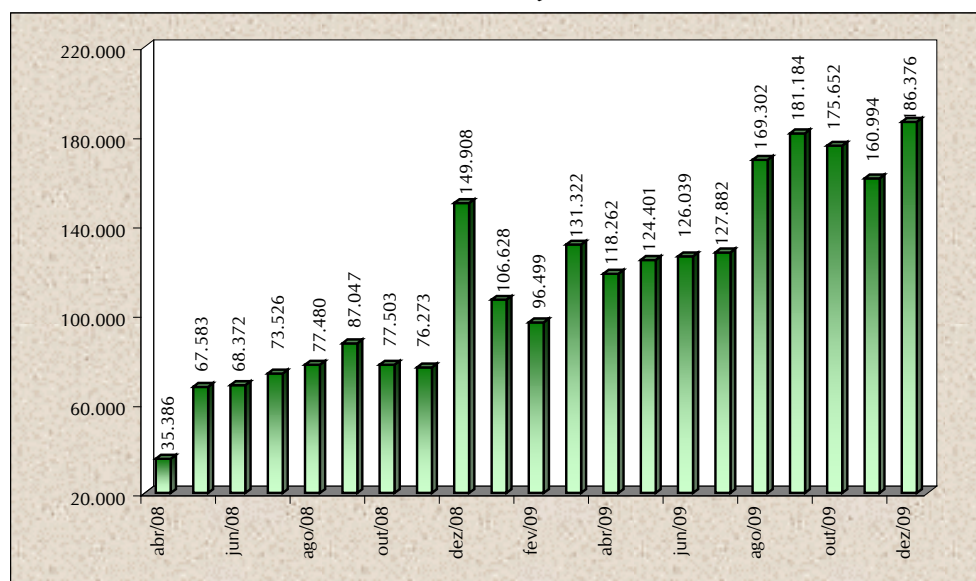
Atualmente, o Portal da Transparência informa sobre a utilização de mais de R\$ 6,2 trilhões em recursos públicos, referentes a 5.626 ações governamentais, consequência de 536 programas oficiais.

**EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE RECURSOS DA EXECUÇÃO FINANCEIRA  
DO GOVERNO FEDERAL REGISTRADOS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA  
(VALORES EM R\$ 1.000.000,00)**



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA / QUANTIDADE DE VISITAS**

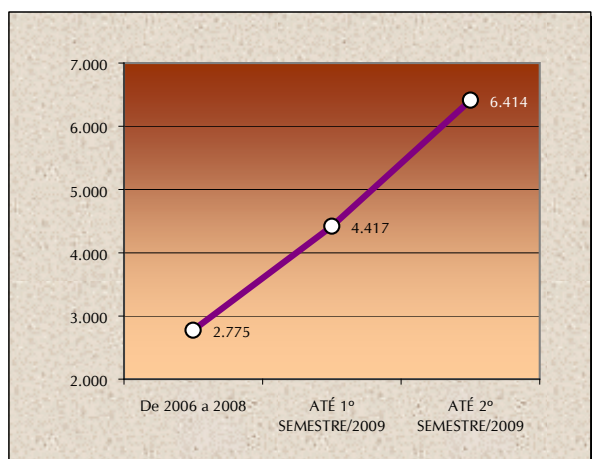


Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, em 2009 foram desenvolvidas 40 ações de capacitação por intermédio dos sorteios públicos, contemplando 342 municípios e 3.711 agentes públicos. Por essa ação, 576 municípios já foram atendidos, com capacitações realizadas com mais de 6 mil servidores públicos, conforme gráfico a seguir:



#### AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS NO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

As articulações com organismos internacionais também foram prioridade. A CGU acompanha a implementação, no Brasil, das medidas previstas em três tratados internacionais ratificados na área de prevenção e combate à corrupção: Convenção da ONU, Convenção da OEA e Convenção da OCDE.

Tem-se assumido papel pró-ativo na cooperação para troca e disseminação de conhecimento relacionado às temáticas de combate à corrupção e fortalecimento da gestão pública junto aos países de língua portuguesa e da América Latina.

Em 2009, o Brasil assumiu a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (MESICIC), acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados partes.

Também em 2009 foi lançado, em parceria com Grupo de Trabalho do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o manual "A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção", que apresenta um guia para orientar empresas a construir um ambiente íntegro e de combate à corrupção.

Desde seu lançamento, em junho de 2009, foram distribuídas mais de 11.000 cópias da publicação a empresas e demais entidades empresariais. Adicionalmente, com esse mesmo Instituto, foi assinada uma Carta-Acordo com o objetivo de promover práticas e referências de integridade e combate à corrupção junto ao setor privado brasileiro.

A CGU também realiza, em parceria com Instituições de Ensino Superior, a ação Promoção de Debates Acadêmicos, cujo objetivo é despertar e fortalecer o interesse por essa temática no ambiente universitário, estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas, bem como conscientizar alunos e professores sobre o seu papel como cidadãos e acadêmicos no controle da corrupção.

Em 2009, 30 instituições de Ensino Superior foram envolvidas na implementação da ação e aproximadamente 4.200 alunos universitários participaram das atividades.

Ainda com relação às ações de prevenção da corrupção desenvolvidas em 2009, a CGU, paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, instituiu a Escola Virtual da CGU como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção por meio de mecanismos e técnicas de Educação à Distância (EaD).

A escola concentra-se em duas grandes áreas temáticas: Educação para a cidadania e Fortalecimento da gestão pública. Só em 2009, 3.480 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual da CGU; e todas as ações de EaD já conduzidas pelo órgão, desde novembro de 2007, totalizam mais de 11.000 participantes.

Com a finalidade de ampliar a produção de informações estratégicas para o combate à corrupção, a CGU criou, em dezembro de 2008, o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada à aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação de ponta, para a produção de informações que visam a subsidiar e a acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos.

As análises conduzidas no ODP são direcionadas à identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. Entre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se as análises de:

- (i) gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal;
- (ii) base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo Federal;
- (iii) contratos de terceirizações do Governo Federal; e
- (iv) beneficiários do Programa Bolsa Família.

O ODP recebeu, em 2009, o Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, na categoria de Melhor Projeto de Informática Pública, considerado o principal prêmio da informática pública no país. O ODP recebeu ainda o Prêmio TI & Governo 2009.

Paralelamente ao processamento de informações conduzido pelo ODP, foram produzidas, em 2009, informações estratégicas referentes à análise patrimonial de mais de 1.300 pessoas físicas e jurídicas, com vistas à subsidiar a realização de investigações preliminares e processos administrativos disciplinares conduzidos pela CGU.

Segundo dados da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, houve um aumento no volume de informações estratégicas analisadas, entre o primeiro semestre de 2009 (210 informações) e o segundo semestre

de 2009 (634 informações), referentes a análises patrimoniais e investigações preliminares.

Em se tratando das ações relacionadas ao combate à impunidade mediante ação correcional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos, em 2009, a CGU buscou intensificar as suas ações por meio da adoção das seguintes políticas:

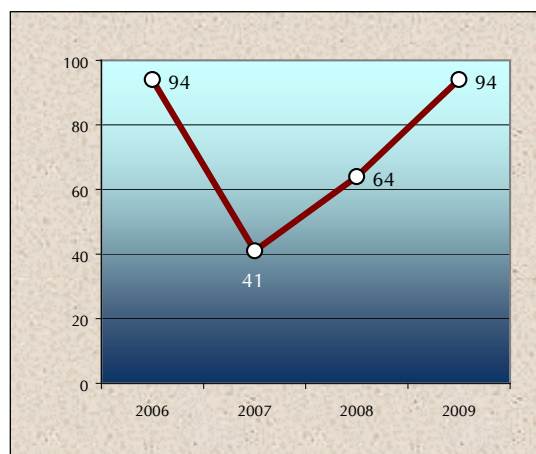
- (i) aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social;
- (ii) melhoria do acompanhamento das ações disciplinares das unidades correicionais dos diversos órgãos e entidades da administração pública federal;
- (iii) fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR) por meio da ampliação da capacitação de servidores para composição de comissões disciplinares, da realização de eventos e fóruns de discussão sobre a função disciplinar da Administração e da melhoria dos instrumentos de gestão das informações disciplinares;
- (iv) modernização do conjunto normativo disciplinar; e
- (v) ampliação do campo de atuação da CRG.

Em 2009, foram instaurados diretamente pela CGU 116 procedimentos disciplinares, entre processos administrativos disciplinares *stricto sensu* (60), sindicâncias punitivas (10), sindicâncias patrimoniais (22), sindicâncias investigativas (12) e procedimentos disciplinares celetistas (12), além da condução de 1.471 investigações preliminares cujo objetivo é o levantamento da pertinência de denúncias e representações.

A melhoria do acompanhamento das ações disciplinares possibilitou o acompanhamento e a verificação da regularidade de 1.243 procedimentos disciplinares conduzidos por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal, a recomendação de instauração de 320 processos disciplinares e a inspeção *in loco* de 46 unidades componentes do SisCOR.

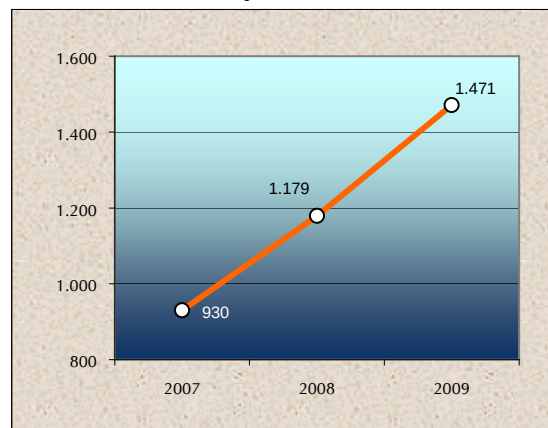
A seguir encontra-se a série histórica referente à promoção de ações disciplinares pela CGU.

#### PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS (EXCETO SINDICÂNCIAS PATRIMONIAIS)



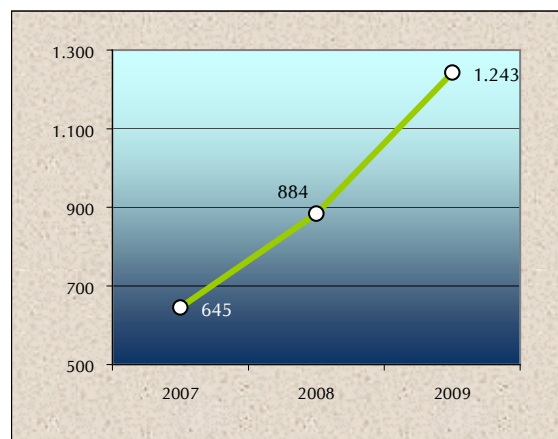
Fonte: Corregedoria-Geral da União

#### INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES



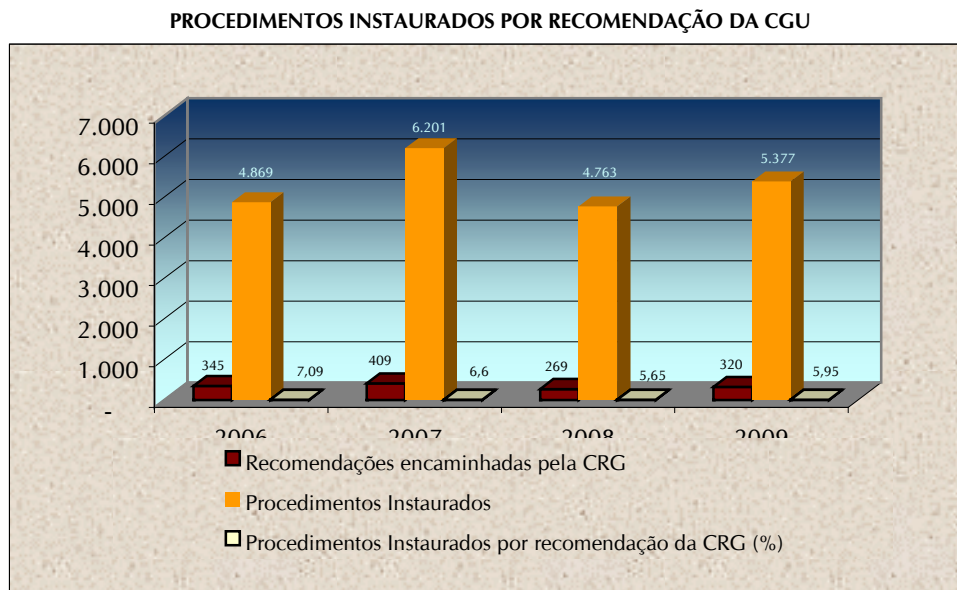
Fonte: Corregedoria-Geral da União

#### PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES RELEVANTES ACOMPANHADOS



Fonte: Corregedoria-Geral da União

De 2006 a 2009, o acompanhamento de ações disciplinares, recomendações e inspeções pela CGU apresentaram os seguintes números:



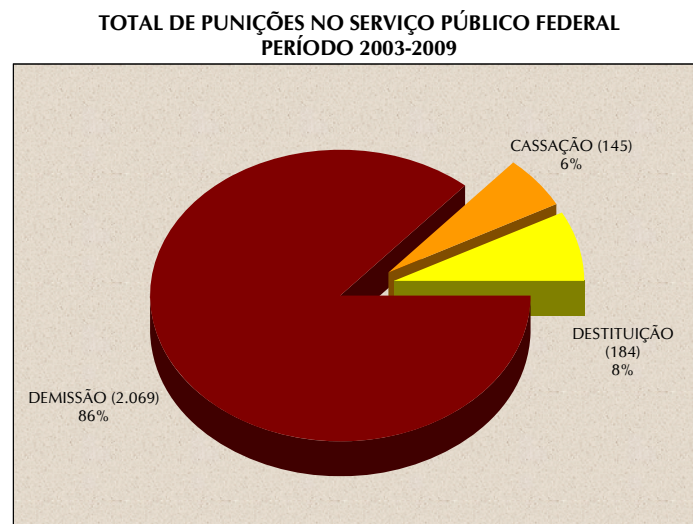
Fonte: Corregedoria-Geral da União

#### INSPEÇÕES CORRECIONAIS REALIZADAS

| 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|------|------|------|------|
| 41   | 39   | 50   | 46   |

Fonte: Corregedoria-Geral da União

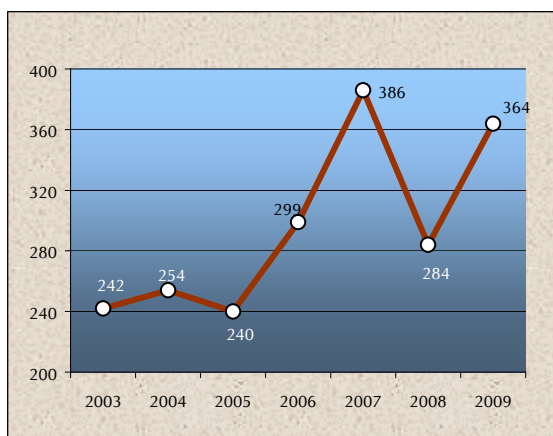
Como resultado efetivo do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares e da melhoria do acompanhamento das ações disciplinares, tem-se os dados a seguir, os quais evidenciam o crescente número de punições como resultado da atuação da CGU, as quais totalizam 2.398, de 2003 a 2009.



Fonte: Corregedoria-Geral da União

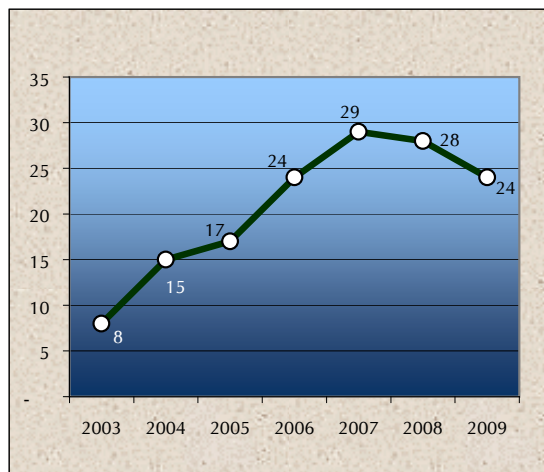
## PUNIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### DEMISSÃO



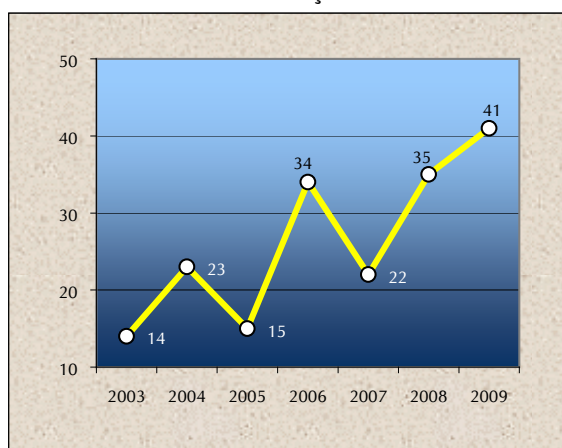
Fonte: Corregedoria-Geral da União

### CASSAÇÃO



Fonte: Corregedoria-Geral da União

### DESTITUIÇÃO



Fonte: Corregedoria-Geral da União

A ampliação do campo de atuação na área de Correição se verifica pela criação da “Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores” (CPAF) e do gerenciamento do “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas” (CEIS).

A CPAF já propôs a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas, sendo que até 2009 todas as punições aplicadas pela CGU que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram confirmadas.

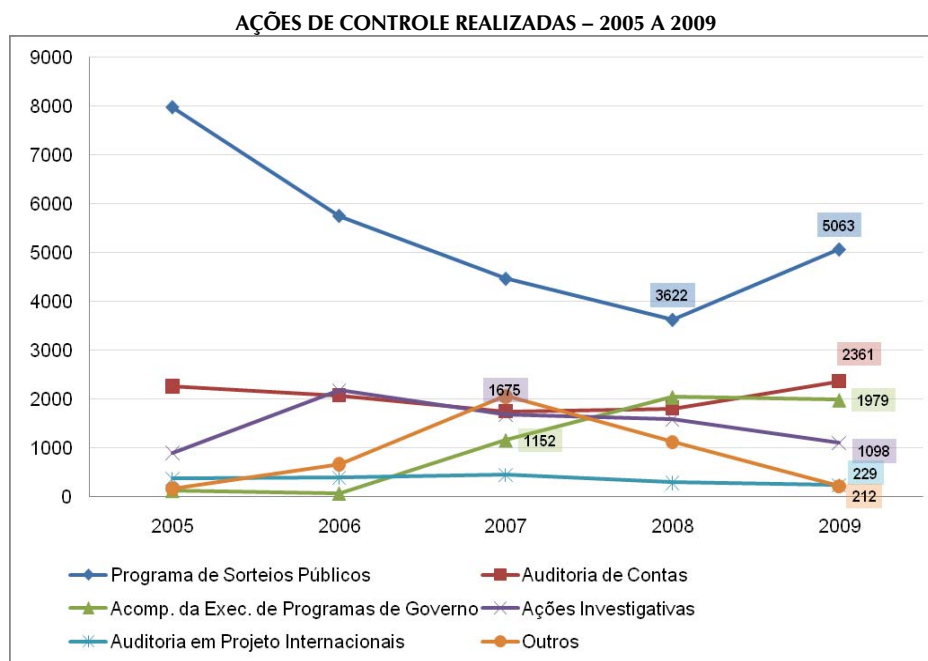
Em 2009, seis empresas foram sancionadas, entre as quais quatro do ramo da construção civil (Construtora GAUTAMA Ltda.; VÉRTICE Engenharia Ltda.; HABRA Engenharia LTDA.; e Construtora ATLANTA Ltda.), flagradas em fraude à competitividade de licitação destinada a construção de prédio público em Brasília.

Quanto ao CEIS, o cadastro já conta com dados de empresas apenas pelos estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, São Paulo e Tocantins, tendo Ceará e Alagoas já encaminhado seus dados. Outros sete estados já manifestaram interesse em participar.

A CGU exerce, ainda, a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, para atingir seus objetivos, atua em pelo menos cinco frentes de trabalho distintas: no acompanhamento da execução dos programas de governo, na realização das auditorias anuais de contas, no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, na auditoria de contratos de recursos externos e na atuação investigativa, mediante articulação com outros órgãos de defesa do Estado.

Em 2009, foram realizadas 10.942 ações de controle para subsidiar a avaliação dos principais Programas de Governo. A figura a seguir apresenta a distribuição das ações de controle concluídas ao longo dos últimos 5 anos e distribuídas nas principais linhas de atuação da CGU.





Em 2009 foram concluídas 1.983 ações de controle para o acompanhamento da execução dos programas de governo, abrangendo 96 programas. A figura a seguir apresenta a evolução do número de ações acompanhadas nessa linha de atuação ao longo dos últimos exercícios. Os principais resultados alcançados nessas ações estão demonstrados a seguir, neste relatório.

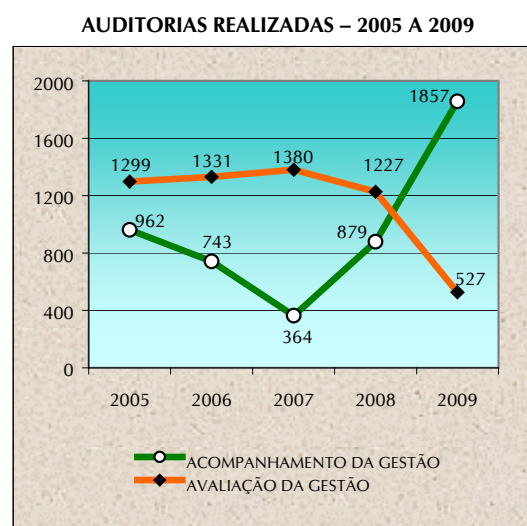


No desempenho de suas competências constitucionais, relativas ao controle interno dos órgãos do Poder Executivo Federal, no que se refere à auditoria anual de contas, a CGU realizou nos últimos cinco anos 5.764 auditorias ordinárias sobre tomadas e prestações de contas anuais, sendo 516 em 2009.

A partir do exercício de 2007, a CGU vem adotando medidas para melhoria do processo de trabalho relacionado às Auditorias Anuais de Contas, buscando

notadamente uma maior interação com o gestor federal com vistas a aprimorar o processo de prestação de contas, orientando para as informações e abordagens mais relevantes a serem evidenciadas nesse processo.

A mudança de atitude do controle tem se refletido em alertas aos gestores sobre eventuais problemas que precisam ser resolvidos ao longo do exercício, sugestões de melhoria durante a elaboração do relatório de gestão ou ainda mediante os procedimentos adotados no decorrer da auditoria.



No exercício de 2009 foram implementadas ações no tocante à redefinição das unidades que receberam auditorias nos processos de contas.

Tal medida teve início ainda em 2008, quando a CGU apresentou ao Tribunal de Contas da União sugestões para

a redução da quantidade de unidades a serem auditadas, propiciando o aprofundamento dos trabalhos realizados.

Cabe ressaltar que todos os gestores prestaram contas, os respectivos relatórios estão publicados na internet e o monitoramento conduzido pelo Controle Interno, ao longo de todo o exercício, permanece sendo realizado em todas as unidades.

Destaca-se, também, a realização de mudanças no parecer de auditoria, com o objetivo de sintetizar, de forma qualitativa, uma opinião sobre a gestão com foco em seu aprimoramento.

Em 2009, a CGU deu continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos, que se encontra na 30ª edição, com 1.751 municípios fiscalizados, correspondendo a 31,47% do total de municípios brasileiros, e englobando recursos públicos federais da ordem de aproximadamente R\$ 13 bilhões.

No exercício de 2009, foi realizado o 2º Sorteio Especial, a partir do qual foram fiscalizados 60 municípios beneficiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), envolvendo recursos no montante de R\$ 306 milhões.

Os relatórios contendo os resultados dos sorteios são encaminhados aos ministérios gestores das políticas públicas, possibilitando a adoção de providências para a correção de desvios verificados e a implementação de melhorias eventualmente identificadas como necessárias, além de subsidiar a avaliação dos programas de governo.

O Programa do Sorteio, instituído em 2003, deu origem a diversas frentes de trabalho no âmbito da CGU. Mediante maior divulgação dos trabalhos, foi possível estimular o controle social sobre os recursos públicos.

Foi também a partir das fiscalizações que a Controladoria desenvolveu ações de capacitação, tanto dos organismos de controle social quanto dos próprios gestores municipais envolvidos com a gestão de recursos públicos transferidos pelo Governo Federal.

Cabe ainda anotar que, em decorrência da maior visibilidade da atuação da CGU, outros órgãos de defesa do Estado perceberam a necessidade de ações integradas visando à prevenção e o combate à corrupção.

As atividades da CGU, no campo das ações investigativas, situam-se dentro de um objetivo amplo de prevenção e enfrentamento sistemático da corrupção e constituem trabalhos especiais, que buscam levantar evidências quanto aos fatos, identificar responsáveis e obter material de prova adequado aos desdobramentos policiais e judiciais das investigações.

No desenvolvimento dessas ações, foram aplicados procedimentos especiais e instrumentais próprios voltados à busca e troca de informações com outros órgãos, criando condições para o desenvolvimento de trabalhos com

ênfase ainda mais intenso no efetivo combate à corrupção. Atualmente, para se atingir esse objetivo, busca-se a detecção antecipada de potenciais problemas para a advertência, de caráter preventivo, dos gestores.

Desse modo, a CGU, em todas as suas atividades, ao identificar eventuais irregularidades e práticas ilícitas, conforme sua natureza e gravidade, adota as providências de sua competência e as encaminha para providências no âmbito dos órgãos federais responsáveis pela gestão dos recursos e de outros órgãos de defesa do Estado, como o Departamento de Polícia Federal, vinculado ao Ministério da Justiça, e o Ministério Público Federal.

Durante o exercício de 2009, foi objeto de análise na CGU um total de 3.679 denúncias e representações. Desse número, 2.633 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Também nesse ano, foram concluídas 826 fiscalizações realizadas em 269 municípios.

Os resultados, sempre que pertinente, são incorporados aos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades. Do mesmo modo, são encaminhados também à Polícia Federal e ao Ministério Público os casos mais graves para a adoção de providências sob responsabilidade desses órgãos.

Em 2009, importantes trabalhos decorrentes da articulação com outros órgãos de defesa do Estado, especialmente o Departamento de Polícia Federal, foram desenvolvidos, dos quais podem ser realçados:

**Operação Fumaça** – Teve início a partir de solicitação do Ministério Público Federal para fiscalização de obras de saneamento com recursos oriundos do Ministério da Saúde. A partir das verificações *in loco*, a CGU constatou, entre outras falhas: fraudes em licitações, superfaturamento em obras, pagamentos por serviços não executados e conluio entre empresas participantes de licitações. As investigações envolvendo os municípios de Caucaia, Iguatu, Brejo Santo, Nova Russas, Reriutaba e Morrinhos indicam que o prejuízo potencial aos cofres públicos pode chegar a R\$ 25,9 milhões, de um total de recursos de R\$ 86,6 milhões.

**Operação Orthoptera** – Teve início a partir do monitoramento de movimentações financeiras da conta do FEB/FUNDEB no município de Alcântara. A fraude consistia na omissão ou alteração de valores sacados da conta do fundo.

**Operação Transparência** – Realizada para desarticular uma organização criminoso especializada em burlar a competitividade das licitações no ramo da construção civil, que tinha como foco obter recursos provenientes de convênios federais firmados com o Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA/PB. A investigação envolveu os municípios de Caaporã, São Miguel de Taipu, Juripiranga, Diamante e Casserengue.

**Operação Gárgula** – Trabalhos desenvolvidos pela CGU em conjunto com a Polícia Federal permitiram identificar desvio de recursos públicos federais no município de Eusébio/CE oriundos de convênios e contratos de repasse firmados com os ministérios das Cidades, Saúde e Educação.

O trabalho de investigação detectou fraudes em licitações, obras inacabadas, serviços pagos e não executados, sobrepreço e superfaturamento, envolvendo um prejuízo estimado de R\$ 6 milhões, de um total fiscalizado de R\$ 15 milhões.

Durante 2009, no que diz respeito à Região Amazônica, os trabalhos realizados pela CGU concentraram-se nos estados do Mato Grosso e do Pará.

No Mato Grosso, a CGU mediu, com a efetiva colaboração do MPF/MT, e acompanhou o trabalho desenvolvido em conjunto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, na busca de alternativa para regularização ambiental e fundiária de mais de 500 assentamentos, os quais se encontram em situação de irregularidade por não possuírem licença ambiental.

Esse trabalho pioneiro contou também com a participação do Ministério Público Federal e da Casa Civil. Tais medidas proporcionaram o acesso de aproximadamente 44.117 famílias aos benefícios oriundos dos programas e das ações de Reforma Agrária.

No estado do Pará, o cruzamento de dados dos sistemas corporativos do Governo Federal, realizado pelo Ibama com participação da Controladoria, sobre Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária naquele estado, e com base em avaliações da Controladoria, possibilitará o aprimoramento dos controles do Incra sobre a execução das ações voltadas a Projetos de Assentamentos na Região Amazônica, evitando-se, primordialmente, o desmatamento da floresta amazônica nos projetos de assentamento e sobreposição de assentamentos a reservas florestais.

No âmbito da Superintendência do Incra/Regional Brasília, sobre a ação governamental Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, avaliações da CGU permitiram registrar que foi instituído Núcleo Técnico específico para a seleção e controle da execução dos instrumentos de transferência de recursos financeiros para capacitação e assistência técnica de assentados, aprimorando os controles administrativos.

Considerando a prioridade dada às Fiscalizações no Programa de Aceleração do Crescimento, foram realizadas 879 ações de controle, no exercício de 2009, relacionadas a obras do PAC, em decorrência do acompanhamento sistemático dos principais programas de governo e da apuração de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado.

No Eixo de Infraestrutura Social e Urbana, tipo de Empreendimento Recursos Hídricos, a CGU fiscalizou, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, até 2009, 35 de 95 empreendimentos caracterizados como grandes obras.

Esses 95 empreendimentos envolvem um montante aproximado de 10 bilhões previstos até o exercício de 2010. Tal acompanhamento tem propiciado ajustes tempestivos em serviços de engenharia ou aperfeiçoamento dos controles gerenciais exercidos sobre o empreendimento, antecipando soluções, o que reforça o caráter preventivo da ação, inclusive no que se refere à exigência de atuação mais efetiva das empresas contratadas para gerenciamento e supervisão das obras.

Quanto à Ação Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes – MT, destaca-se que, em atendimento às recomendações da CGU, o Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM formulou proposta para sua reestruturação, submetendo às instâncias competentes do Ministério dos Transportes alternativas quanto à arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM; elaborou o Manual de Normas e Procedimentos para Visita Técnica de Obras, o qual orientará e padronizará as futuras fiscalizações executadas pelo DEFMM, uma vez que, dos 35 empreendimentos fiscalizados, evidenciou-se fragilidade no acompanhamento por parte do DEFMM de eventos significativos da evolução do contrato, como alterações de projeto, eventuais atrasos ou modificações de estratégias da obra. Em relação à Ação Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação, o gestor aprovou a Norma Complementar nº 001/2008, que tem por objetivo disciplinar os procedimentos de controle e arrecadação do AFRMM.

Ainda em relação ao Ministério dos Transportes, como resultado das ações de controle desenvolvidas na Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias, relativas à Avaliação da Gestão e 11 fiscalizações nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, empreendimento do PAC, cujos recursos previstos na LOA 2009 foram de R\$ 1,7 bilhão, nos anos de 2007, 2008 e 2009, foram constatados alguns problemas que evidenciaram a falha ou inadequação na gestão da entidade, como: precariedade da fiscalização/supervisão, falhas na execução da obra; projetos/orçamentos inadequados e subcontratações impróprias.

A partir de recomendações da CGU, a Valec tem aprimorado os seus mecanismos de controles internos administrativos, em especial, no que se refere ao modelo de acompanhamento (Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização) das suas ações finalísticas de construção de trechos ferroviários, tendo expedido normativo para aperfeiçoar as normas de medições e pagamentos a serem observadas pelos agentes envolvidos nesse modelo.

Relativamente ao Ministério das Cidades, em decorrência das ações de controle realizadas nos programas das áreas de saneamento e habitação, que envolveram ações como



1N08 (Esgotamento Sanitário), 10SC (Abastecimento de Água), 10S5 (Saneamento Integrado em Assentamento Precários) e 10S6 (Urbanização de Assentamentos Precários), a CGU exerceu importante papel na padronização de entendimentos firmada pela AGU quanto à responsabilidade do gestor federal na transferência de recursos por meio de contratos de repasse, bem como sobre a necessidade de detalhamento do BDI e análises de custos de obras.

Nessa linha, a CGU tem buscado continuamente orientar gestores, de modo que, ao detectar problemas de sobrepreço ou superfaturamento na execução das obras, buscar solucioná-los de forma imediata, demandando a necessária repactuação e, quando for o caso, a retenção ou normalização dos saldos e eventual compensação de

pagamentos já efetuados, evitando desvio de recursos e possível paralisação de obras.

O envolvimento do Agente Operador, quer seja por meio de sua equipe técnica, quer por meio da unidade de Auditoria Interna, tem sido objeto, também, de verificação, monitoramento e recomendações por parte da Controladoria, uma vez que o aprimoramento do desempenho de suas funções reflete de forma direta no alcance dos objetivos dos Programas Governamentais.

O Quadro a seguir destaca alguns dos principais resultados alcançados por recomendações advindas das ações de controle da CGU, executadas nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, ou provenientes de trabalhos conjuntos com os gestores:

| RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <b>Ministério da Previdência Social</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• recuperação de valores por pagamentos indevidos de benefícios no importe de R\$ 286 milhões, entre parcelamentos, consignações em folha e recolhimentos por GPS;</li> <li>• criação de uma unidade de controle interno administrativo/operacional, voltada para o monitoramento (por estratégias de acompanhamento e supervisão) das situações apontadas pela Auditoria Interna, pela CGU e pelo TCU;</li> <li>• melhoria dos sistemas relacionados ao processo de gestão da informação previdenciária; e</li> <li>• edição de normativos internos para otimização da atividade de perícia médica, com adequação da sua estrutura organizacional e implantação de controles administrativos de assiduidade e produtividade.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |
| <b>Ministério do Trabalho e Emprego</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• auxílio ao gestor no aprimoramento da sistemática de cruzamento dos dados do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, visando a coibir o pagamento desse benefício a pessoas com vínculos empregatícios;</li> <li>• adoção pelo gestor de providências para regularizar despesas indevidas, por meio de medidas administrativas e instauração de quatro tomadas de contas especial, com potencial retorno de cerca de R\$ 21 milhões;</li> <li>• modernização do sistema SIGAE via WEB, responsável pelo acompanhamento das ações de qualificação social, intermediação de mão-de-obra e habilitação do seguro-desemprego, o que permitirá o acesso ao sistema pela internet; e</li> <li>• atuação junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para corrigir a remuneração dos recursos repassados ao BNDES para aplicação junto a instituições financeiras, que possibilitará correção de procedimentos e ressarcimento potencial de mais de R\$ 10 milhões ao fundo. Por meio do Acórdão n.º 3.054/2009 – Plenário, o TCU ratificou o posicionamento da CGU quanto às diferenças pagas pelo BNDES aos recursos repassados aos bancos privados.</li> </ul> |  |
| <b>Ministério de Minas e Energia</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• celebração de convênio pela ANP com a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de obter informações mais precisas sobre operações de venda de óleo e gás;</li> <li>• aperfeiçoamento dos procedimentos internos de verificação de Notas Fiscais;</li> <li>• revisão dos procedimentos computacionais para verificação dos preços de referência de óleo e gás;</li> <li>• criação procedimentos para fiscalização de instalações de embarque e desembarque; e</li> <li>• promoção de levantamento das concessionárias com concessões localizadas na plataforma continental com vistas a incluir ou excluir municípios beneficiários de royalties.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |  |

## RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO

### Ministério da Ciência e Tecnologia

- aperfeiçoamento no modo de seleção pelo gestor das empresas de grande, médio e pequeno porte; aperfeiçoamento de procedimentos e metodologias no acompanhamento e verificação da execução dos recursos transferidos, em especial em Termos de Contratos e modelos de documentos de prestações de contas; e elaboração dos normativos internos e manuais, em busca de transparência na forma da execução dos recursos;
- identificação de pontos para aperfeiçoamento, relativos a indicadores ou implementação de parâmetros para orientação e avaliação da execução das ações, o que contribui para medidas adotadas pela SECIS visando a fortalecer sua capacidade técnica e institucional, assim como a correção de falhas dos controles internos administrativos e aprimoramento nas atividades de acompanhamento da execução dos contratos de repasse e controle dos prazos para emissão de parecer técnico das prestações de contas;
- aprimoramento referente à supervisão ministerial nos Contratos de Gestão firmados com entidades qualificadas como Organizações Sociais nos termos da Lei nº 9.637/98, envolvendo recursos no montante de R\$ 150 milhões; e
- implementação do plano de fiscalização para acompanhamento e validação das informações apresentadas pelas empresas beneficiárias de incentivos fiscais e instituições de ensino e pesquisa em seus Relatórios Demonstrativos – RD anuais, buscando dar transparência ao processo.

### Ministério do Desenvolvimento Agrário

- instituição e alteração de rotinas e fluxos operacionais e realização de verificações em assentamentos, objetivando a validação de dados cadastrais e a identificação das causas que ensejaram inconsistências sobre a seleção e a homologação dos beneficiários da Reforma Agrária; e
- reformulação das rotinas e procedimentos para a seleção, cadastramento e homologação de novos beneficiários do Programa de Assentamentos para Trabalhadores Rurais.

### Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- adoção de medidas corretivas para os problemas identificados no processo de planejamento, contratação e execução de obras de recuperação de estradas vicinais para aprimoramentos dos processos administrativos de gestão, os quais compreenderam, em síntese, orientações aos convenientes para rever planos de trabalho, com vistas a evitar fragilidades na execução e fiscalização dos ajustes.

### Ministério das Comunicações

- instituição de mecanismos de gerenciamento remoto do acesso à internet e incremento dos esforços nas ações de fiscalização in loco como medidas saneadoras para os problemas identificados, como ausência de indicadores ou parâmetros para a suficiente orientação e avaliação da execução da ação, assim como a não implementação dos instrumentos de controle previstos para sua gestão;
- orientação à ANATEL para formalizar processos metodológicos de parametrização dos valores de penalidades, com vistas a propiciar transparência e isonomia aos processos de sanção;
- revisão dos atos normativos e fluxos operacionais de contratação de serviços de terceiros na ANATEL.

### Ministério do Turismo

- revisão e edição, pelo gestor, de nova regulamentação para transferências de recursos para a realização de eventos turísticos no país, oportunidade em que foram incorporadas regras e critérios objetivos e restritivos para a formalização dos ajustes, de transparência e controle da execução e prestação de contas dos recursos recebidos pelos convenientes.

**RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO****Ministério do Esporte**

- reformulação, pelo gestor, da regulamentação que orienta a seleção dos parceiros, o acompanhamento da execução dos instrumentos contratuais e a análise dos pleitos apresentados, visando à comprovação da capacidade técnica, financeira e operacional das entidades proponentes.

**Ministério da Educação**

- encaminhamento de propostas de normativos com vistas à reconfiguração do relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior e as fundações de apoio além de outras medidas para cumprimento de acórdão do TCU.

**Ministério da Saúde**

- instituição do Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família – ESF; e
- suspensão de transferências fundo a fundo referentes a Equipes do Programa Saúde da Família - PSF em situação irregular (existência de multiplicidade de vínculos dos profissionais médicos do PSF).

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

- reforço na estratégia de implementação de nova versão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- aperfeiçoamento nos mecanismos de monitoramento/controle utilizados pelo Ministério para a concessão dos Benefícios do Bolsa Família; e
- elaboração de medida provisória, convertida na Lei nº 12.058/2009 que criou o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD), cuja execução financeira em 2009 atingiu mais de R\$ 230 milhões.

**Ministério da Justiça**

- readequação do contrato firmado entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a ECT, no valor anual de R\$ 12,5 milhões, para postagens e entrega de 2,7 milhões de notificações, o que permitiu de imediato o retorno da execução do contrato que, anteriormente, tinha sido rescindido unilateralmente pela ECT.

**Ministério dos Transportes**

- contratação pela ANTT de empresa especializada para realização de Pesquisa de Satisfação de Usuários de Serviços de Transporte Terrestre, em âmbito nacional;
- aprimoramento, na ANTT, do processo de aplicação de multas, aferição de metas, controles tarifários ferroviários e celebração de Termos de Ajustamento de Conduta; elaboração de estudos para definição da tarifa de transporte de carga ferroviária ;
- aprovação, pela ANTT, de um Plano de Gestão e Fiscalização dos Contratos de Concessão Rodoviária para o ano de 2010/2011, no qual constam os manuais e procedimentos de fiscalização para adequação dos investimentos do PTI; e
- aprimoramento dos mecanismos de controles internos administrativos do DNIT, adotando práticas mais aderentes às sugestões e recomendações da CGU, como a publicação de normativo da Diretoria Colegiada, aprovando critérios e cronograma a serem utilizados para a elaboração da Proposta Orçamentária daquele departamento.

**RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO****Ministério das Cidades**

- suspensão da execução de contrato de prestação de serviços de organização de eventos no qual foram identificadas irregularidades no procedimento licitatório, ocorrência de sobrepreço e o fornecimento de serviços não previstos no termo de referência, acarretando, apenas na amostra analisada, prejuízo de aproximadamente R\$ 300.000,00. A suspensão do contrato teve impacto também em outros ministérios, uma vez que, por se tratar da modalidade de registro de preços, sua abrangência havia se estendido a diversos órgãos federais.

**Ministério da Integração Nacional**

- edição pela Secretaria de Defesa Civil de portaria regulamentando e aprimorando o processo de compras em situações de emergência e calamidade pública, assim como realização de ajustes no processo de distribuição de materiais que visam a atender populações atingidas.

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

- inclusão, pelo BNDES, de exame do projeto básico de engenharia na fase de análise das operações de financiamento vinculadas ao Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto e a celebração de convênio com a Caixa Econômica Federal para obtenção de acesso ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), com o objetivo de subsidiar a avaliação de custos das propostas e de buscar um maior detalhamento em itens do Relatório de Análise.

No campo da Auditoria de Recursos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional, a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. Nos últimos anos, a abordagem das auditorias tem sido aprimorada para além da auditoria contábil, assumindo um enfoque de avaliação de resultados (objetivos e metas) das ações governamentais suportadas por esses recursos. Nos últimos cinco anos foram efetuados 859 acompanhamentos de projetos, com a realização de 1.838 auditorias, conforme destacado a seguir:

**PROJETOS FEDERAIS DE DOAÇÃO, EMPRÉSTIMO E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL (\*)**

| ASSUNTO/ANO                       | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|-----------------------------------|------|------|------|------|------|
| Nº de Projetos Federais Auditados | 198  | 202  | 175  | 153  | 131  |
| Nº de Auditorias Realizadas **    | 401  | 432  | 440  | 301  | 264  |

Fonte: Secretaria Federal de Controle

(\*) Auditorias realizadas a cada ano, tendo como escopo a execução dos projetos no exercício anterior.

(\*\*) Inclui auditorias sobre execuções descentralizadas de projetos.

Em 2009, as auditorias realizadas sobre a execução dos projetos relativa ao exercício de 2008 resultaram em apontamentos e recomendações especialmente focadas na implementação das seguintes melhorias na gestão dos projetos: a) aprimoramento dos controles sobre a execução física/financeira do projeto, possibilitando atingir objetivos e metas finalísticos; b) construção e apresentação dos relatórios de progresso, com enfoque nos resultados e na efetividade das atividades implementadas pelos projetos; c) readequação no planejamento das aquisições, de sorte a propiciar garantia de que os bens e serviços contratados guardam conformidade com as condições de elegibilidade e são adequados às finalidades e méritos de cada projeto; d) aprimoramento da sistemática de contratação de consultores, com reforço do acompanhamento sobre os

produtos entregues, de modo que estejam conformes às necessidades identificadas; e) reforço no controle da concessão e prestação de contas de Convênios/Cartas de Acordo, mecanismos de descentralização da intervenção pretendida com o projeto.

No âmbito dos programas de governo financiados com recursos externos, a CGU tem atuado, em articulação com a STN/MF, SEAIN/MP e os próprios organismos internacionais, para viabilizar a utilização dos sistemas nacionais (com o uso do Siafi, por exemplo, para o registro contábil e elaboração das demonstrações financeiras dos projetos) para a gestão e controle dos projetos, fato que deverá contribuir para a maior transparência, controle e efetividade das execuções realizadas por meio dos

referidos projetos. Especificamente no âmbito da Cooperação Técnica Internacional (CTI), destacam-se o apoio prestado pela CGU à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) na elaboração e a implementação do Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (SIGAP), que reunirá de forma parametrizada e gerencial as informações sobre a execução física e financeira dos projetos de CTI no Brasil.

As auditorias conduzidas pela CGU têm enfatizado o acompanhamento dos processos de seleção e contratação de consultores, com vistas ao atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. Essa atuação abrange ainda a verificação da transparência e impessoabilidade nos processos de seleção e contratação, essenciais para a garantia da qualidade e efetividade dos serviços prestados.

A CGU avançou em 2009 na implementação de ações continuadas de treinamento e capacitação dos servidores que conduzem as auditorias sobre os projetos de cooperação técnica internacional. Foram treinadas 440 pessoas (entre servidores da própria CGU, das assessorias de controle interno nos ministérios, das auditorias internas

dos órgãos e entidades e de tribunais de contas estaduais) na modalidade de ensino a distância – EaD, entre os anos de 2007 e 2009.

A maior aproximação da CGU com os organismos internacionais tem propiciado uma gradual convergência entre os resultados dos trabalhos de auditoria e os requisitos e demandas apresentadas pelos referidos organismos. Como exemplo de resultado desse esforço de capacitação e interação, destaca-se, em 2009, a melhoria na avaliação promovida pelo PNUD dos trabalhos produzidos e apresentados pela CGU a esse organismo.

No quadro a seguir está demonstrada a evolução das auditorias nos processos de Tomadas de Contas Especiais no período de 2005 a 2009. Só em 2009, foram auditados 1.605 processos de Tomadas de Contas Especiais, dos quais 1.277 foram certificados e encaminhados ao Tribunal de Contas da União para julgamento - o que representa retorno potencial aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 702.738.553,22 - e 328 foram devolvidos aos órgãos/entidades instauradores para revisão ou complementação de dados.

#### EVOLUÇÃO DAS AUDITORIAS NOS PROCESSOS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS DE 2005 A 2009

| EXERCÍCIOS   | TCES ANALISADAS | DILIGENCIADOS E DEVOLVIDOS AO ÓRGÃO DE ORIGEM | CERTIFICADAS AO TCU | RETORNO POTENCIAL R\$   |
|--------------|-----------------|-----------------------------------------------|---------------------|-------------------------|
| 2005         | 1.934           | 306                                           | 1.628               | 448.285.614,87          |
| 2006         | 1.496           | 339                                           | 1.157               | 656.004.567,99          |
| 2007         | 1.722           | 263                                           | 1.459               | 659.622.763,60          |
| 2008         | 1.539           | 477                                           | 1.062               | 642.272.945,71          |
| 2009         | 1.605           | 328                                           | 1.277               | 702.738.553,22          |
| <b>TOTAL</b> | <b>8.296</b>    | <b>1.713</b>                                  | <b>6.583</b>        | <b>3.108.924.445,39</b> |

Fonte: Secretaria Federal de Controle

Na área de Pessoal destacam-se como principais resultados das ações de controle a revisão do Manual de Auditoria sobre Gestão de Pessoas no Serviço Público Federal e Procedimentos para Análise da Folha de Pagamento; e a criação de trilhas de auditoria. No quadro a seguir está demonstrada a evolução das análises dos atos de pessoal no período de 2005 a 2009, sendo que em 2009 foram analisados 101.534 atos de pessoal envolvendo R\$ 651.285.678,00.

#### EVOLUÇÃO DAS ANÁLISES DOS ATOS DE PESSOAL NO PERÍODO DE 2005 A 2009

| EXERCÍCIOS   | APOSENTADORIAS | PENSÃO        | ADMISSÃO       | VALORES ENVOLVIDOS (R\$) |
|--------------|----------------|---------------|----------------|--------------------------|
| 2005         | 13.698         | 8.594         | 26.818         | 171.384.222,00           |
| 2006         | 13.018         | 9.329         | 35.938         | 238.979.460,00           |
| 2007         | 15.902         | 9.843         | 49.604         | 354.404.017,00           |
| 2008         | 14.510         | 9.975         | 72.515         | 514.175.645,00           |
| 2009         | 18.862         | 10.442        | 72.230         | 651.285.678,00           |
| <b>TOTAL</b> | <b>75.990</b>  | <b>48.183</b> | <b>257.105</b> | <b>1.930.229.022,00</b>  |

Fonte: Secretaria Federal de Controle

No eixo da Dinamização das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta (incluindo as Estatais), durante o exercício de 2009 foram realizadas mais de 400 ações de controle que tratam da avaliação do desempenho das auditorias internas, de sua sistemática de planejamento e do acompanhamento dos seus trabalhos.

Foram realizadas ainda ações específicas junto às unidades de auditoria interna, com o objetivo de fomentar suas atividades e disseminar informações. Como resultado dessas interações com as unidades de auditoria interna sempre é recomendada a inserção, nos planos de auditoria das unidades, de temas relevantes sobre os quais a

auditoria interna deva manifestar-se e sugestões de padronização de Relatórios de Auditoria.

Com o objetivo de fortalecer o papel preventivo do controle interno e valorizar as iniciativas de interação da CGU com os órgãos gestores, foram realizados mais de 100 eventos, na linha de Orientação e Capacitação dos Gestores Federais envolvendo aproximadamente 7.200 servidores públicos federais, distribuídos nas áreas de licitações e contratos, convênios, aprimoramento dos controles internos administrativos e dos programas de governo.

No Relacionamento com Órgãos Estrangeiros, no exercício de 2009, além de receber delegações estrangeiras interessadas em conhecer a experiência do controle interno brasileiro, a CGU participou encontros com órgãos estrangeiros, visando à troca de experiências e de informações.

### Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

A respeito dos resultados advindos da subfunção - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, cabe destacar que o trabalho desenvolvido pela CGU na agregação e análise das manifestações recebidas serve de base para dois procedimentos importantes: informar o corpo gerencial dos entes governamentais sobre a incidência de problemas e indicar mudanças estruturais.

Além de buscar soluções extrajudiciais de conflito, a Ouvidoria atua como mediadora eficaz, acelera a solução dos litígios, desonera a administração e incorpora a lógica da pacificação social na Administração Pública. Sua ferramenta principal é o diálogo, fazendo uso da persuasão racional para resolver os problemas.

Apoia a definição das políticas públicas, quando manifesta a vontade popular na execução da ação governamental, já que sua matéria-prima envolve questões referentes a cidadania e o fortalecimento de seus conceitos. É certo que as ouvidorias têm proporcionado contato direto do cidadão com a estrutura administrativa.

A expansão da Ouvidoria Pública está estreitamente relacionada com a nova realidade política que se instaurou a partir da redemocratização do país.

Esta permitiu a inclusão no ordenamento jurídico-institucional nacional de experiências societárias de participação cidadã existentes em várias partes do mundo.

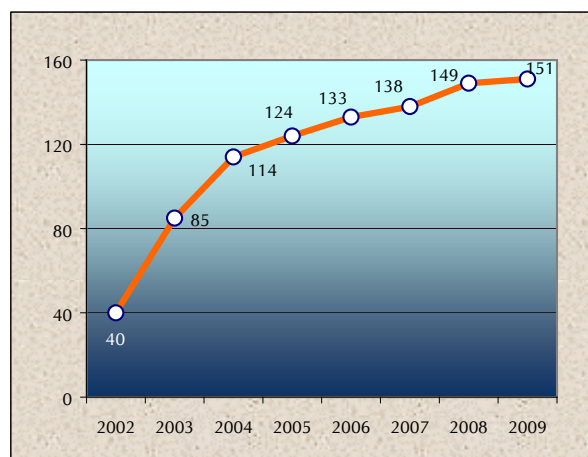
Dessa maneira o crescimento expressivo do quantitativo de Ouvidorias no país está associado à necessidade, cada vez mais sentida pela população, de instrumentos que assegurem maior transparência no funcionamento do Estado, inibam a corrupção e o desperdício, e aumentem, na mesma proporção, a moralidade e a eficiência da administração pública, defendendo o cidadão junto à Administração.

A CGU tem concentrado seus esforços, nos últimos sete anos, no incentivo à participação de todos os Ouvidores

Públicos para o fortalecimento da cidadania, procurando cumprir a finalidade de sua ação na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, qual seja, de organizar, harmonizar e integrar as ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.

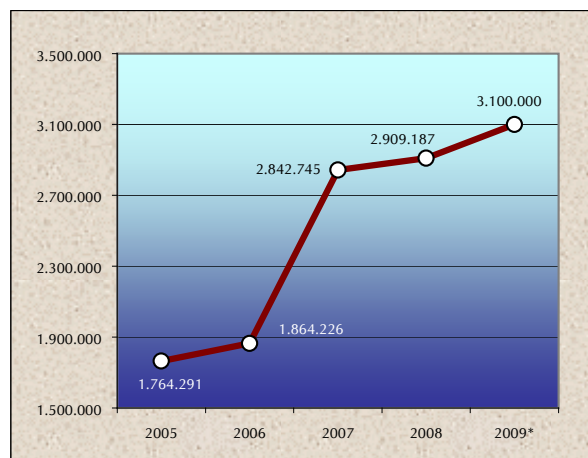
Com o objetivo de divulgar as ações da Ouvidoria-Geral da União e facilitar a interação com as demais unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, bem como o cidadão e a mídia, desde 2005 é publicado o boletim informativo Escuta Brasil, que no ano de 2009 circulou em cinco edições. Com esse propósito, a CGU, em 2009 realizou diversos eventos organizados visando à mobilização do segmento de Ouvidorias e a sensibilização da sociedade para o tema, além de, sob sua supervisão técnica, terem sido criadas, duas novas unidades de ouvidoria, chegando a um total de 151 unidades em operação, no Poder Executivo Federal, responsáveis pelo atendimento e solução do expressivo quantitativo de mais de 3 milhões de manifestações de cidadãos durante o exercício.

UNIDADES DE OUVIDORIA EM OPERAÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELAS OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR

\* em 2009 o quantitativo é projetado



### 5.1.3. Função Agricultura

No contexto de grave crise financeira internacional, a safra 2008/2009 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade do Governo de agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à população e a geração de produção para o mercado externo.

Mesmo com os reflexos dessa crise e os problemas climáticos no sul do país, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 135 milhões de toneladas.

Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2008 o setor representou 37% das exportações totais do país, em 2009 essa participação aproxima-se de 50% do total.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, o Governo estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio.

O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural e reforço do orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural e, ainda, para o apoio à comercialização.

Além disso, foram adotadas medidas especiais para as cooperativas agrícolas, pesqueiras e agroindustriais. Para 2010, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária em condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural.

Melhor tecnologia aplicada aos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra de 142 milhões de toneladas de grãos e cereais.

Por sua vez, a superação da crise por grande número de países deverá proporcionar aquecimento progressivo do mercado agrícola internacional. Já em 2009, a China transformou-se no maior comprador de produtos do agronegócio brasileiro e a expectativa é que essa demanda

chinesa continue subindo em ritmo acelerado, especialmente por produtos como a carne de frango, que, recentemente, teve abertura para o Brasil. Outro mercado de grande potencial de crescimento, a Índia, vem se tornando importante parceiro comercial. Em 2009, o país foi o segundo destino mais importante para o açúcar brasileiro, superado apenas pela Rússia.

Nesse sentido, as ações governamentais que têm possibilitado a melhoria da sanidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros são essenciais para a conquista de novos mercados e a ampliação das exportações, especialmente de carnes, cujas exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento do setor produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos.

Além disso, a competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro torna-se cada vez mais dependente de percepções externas relativas à sustentabilidade ambiental e social da produção agropecuária, apresentando novos desafios de modernização e adaptação do setor produtivo e governamental.

No período de janeiro a dezembro de 2009, as exportações do agronegócio somaram US\$ 64,756 bilhões, 9,8% menor que o mesmo período de 2008. A queda do valor exportado resultou, principalmente, da redução dos preços das principais mercadorias exportadas pelo Brasil.

O índice de preços das exportações do agronegócio apresentou redução de 9,4% enquanto o *quantum* exportado manteve-se praticamente constante (-0,4%).

O valor das importações também apresentou redução, de 16,9% no período, totalizando US\$ 9,823 bilhões. O saldo comercial do agronegócio contraiu-se de US\$ 59,986 bilhões para US\$ 54,933 bilhões.

Alguns segmentos apresentaram aumento do valor exportado, a saber: complexo sucroalcooleiro (23,4%), fumo e seus produtos (10,7%), animais vivos (12,8%), produtos hortícolas (34,3%) e produtos apícolas (47,8%). Os demais setores apresentaram retração no valor exportado.

**BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDOS - US\$ MIL**

| SETORES                                               | JANEIRO - DEZEMBRO/ 2009 |                  |                   | JANEIRO - DEZEMBRO/ 2008 |                   |                   | VAR. %       |              |
|-------------------------------------------------------|--------------------------|------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|--------------|--------------|
|                                                       | EXP                      | IMP              | SALDO             | EXP                      | IMP               | SALDO             | EXP          | IMP          |
| <b>PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL</b>                      | <b>15.269.242</b>        | <b>1.506.119</b> | <b>13.763.123</b> | <b>19.535.392</b>        | <b>1.564.291</b>  | <b>17.971.101</b> | <b>-21,8</b> | <b>-3,7</b>  |
| CARNES                                                | 11.787.227               | 265.904          | 11.521.323        | 14.545.484               | 266.186           | 14.279.298        | -19,0        | -0,1         |
| COURO, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA                  | 2.041.066                | 156.304          | 1.884.762         | 3.140.208                | 257.725           | 2.882.484         | -35,0        | -39,4        |
| DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL                      | 536.794                  | 115.627          | 421.167           | 573.287                  | 146.707           | 426.580           | -6,4         | -21,2        |
| ANIMAIS VIVOS                                         | 471.141                  | 26.364           | 444.776           | 417.582                  | 32.182            | 385.400           | 12,8         | -18,1        |
| PESCADOS                                              | 194.664                  | 675.114          | -480.449          | 269.286                  | 648.323           | -379.037          | -27,7        | 4,1          |
| LÁCTEOS                                               | 167.478                  | 266.794          | -99.316           | 541.590                  | 213.159           | 328.431           | -69,1        | 25,2         |
| PRODUTOS APÍCOLAS                                     | 70.872                   | 12               | 70.860            | 47.956                   | 9                 | 47.947            | 47,8         | 26,5         |
| <b>PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL</b>                     | <b>49.486.390</b>        | <b>8.316.871</b> | <b>41.169.519</b> | <b>52.271.075</b>        | <b>10.255.903</b> | <b>42.015.171</b> | <b>-5,3</b>  | <b>-18,9</b> |
| COMPLEXO SOJA                                         | 17.239.708               | 72.651           | 17.167.057        | 17.980.184               | 106.851           | 17.873.333        | -4,1         | -32,0        |
| COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO                              | 9.715.971                | 2.363            | 9.713.608         | 7.873.074                | 831               | 7.872.244         | 23,4         | 184,5        |
| PRODUTOS FLORESTAIS                                   | 7.222.872                | 1.735.185        | 5.487.687         | 9.326.149                | 2.554.385         | 6.771.764         | -22,6        | -32,1        |
| CAFÉ                                                  | 4.278.940                | 16.383           | 4.262.557         | 4.763.069                | 8.380             | 4.754.689         | -10,2        | 95,5         |
| FUMO E SEUS PRODUTOS                                  | 3.046.032                | 67.222           | 2.978.810         | 2.752.032                | 49.300            | 2.702.733         | 10,7         | 36,4         |
| CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES                       | 1.818.559                | 2.558.008        | -739.449          | 2.206.966                | 3.225.570         | -1.018.604        | -17,6        | -20,7        |
| SUCOS DE FRUTA                                        | 1.751.828                | 16.358           | 1.735.470         | 2.151.783                | 15.162            | 2.136.621         | -18,6        | 7,9          |
| FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS                             | 1.260.340                | 755.187          | 505.153           | 1.587.384                | 969.097           | 618.287           | -20,6        | -22,1        |
| FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)                     | 871.153                  | 460.542          | 410.611           | 1.033.135                | 444.917           | 588.218           | -15,7        | 3,5          |
| DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL                     | 659.402                  | 413.239          | 246.163           | 798.550                  | 419.713           | 378.836           | -17,4        | -1,5         |
| PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS                        | 411.106                  | 245.204          | 165.901           | 447.134                  | 233.567           | 213.566           | -8,1         | 5,0          |
| CACAU E SEUS PRODUTOS                                 | 352.338                  | 274.433          | 77.905            | 400.636                  | 215.749           | 184.887           | -12,1        | 27,2         |
| BEBIDAS                                               | 234.191                  | 350.723          | -116.532          | 273.194                  | 329.617           | -56.423           | -14,3        | 6,4          |
| CHÁ, MATE E ESPECIARIAS                               | 191.511                  | 32.856           | 158.655           | 208.232                  | 36.480            | 171.752           | -8,0         | -9,9         |
| PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS | 161.327                  | 585.146          | -423.819          | 120.117                  | 743.829           | -623.712          | 34,3         | -21,3        |
| PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)                    | 137.022                  | 572.154          | -435.132          | 166.221                  | 707.179           | -540.958          | -17,6        | -19,1        |
| RAÇÕES PARA ANIMAIS                                   | 102.566                  | 139.259          | -36.694           | 147.611                  | 181.174           | -33.562           | -30,5        | -23,1        |
| PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA              | 31.525                   | 19.956           | 11.568            | 35.604                   | 14.105            | 21.499            | -11,5        | 41,5         |
| <b>TOTAL</b>                                          | <b>64.755.631</b>        | <b>9.822.990</b> | <b>54.932.642</b> | <b>71.806.467</b>        | <b>11.820.195</b> | <b>59.986.273</b> | <b>-9,8</b>  | <b>-16,9</b> |

Fonte: Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

Na análise por país, verificou-se aumento das vendas para a China (12,4%), Índia (442,6%), Hong Kong (5,2%), Arábia Saudita (5,1%), Coreia do Sul (28,0%), Emirados Árabes Unidos (49,8%) e Irã (20,0%).

### EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR PAÍSES - US\$ MIL

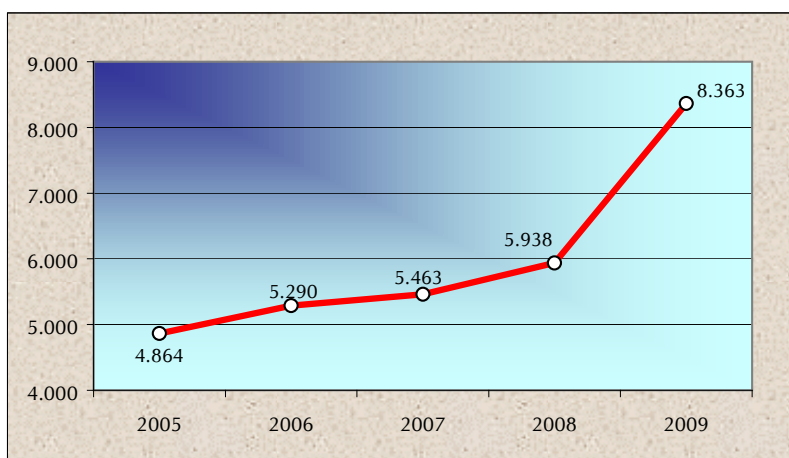
| PAÍSES          | JANEIRO - DEZEMBRO |                   | VAR %<br>2009/2008 | PARTICIPAÇÃO |              |
|-----------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------|--------------|
|                 | 2009               | 2008              |                    | 2009         | 2008         |
| CHINA           | 8.915.881          | 7.930.975         | 12,4               | 13,8         | 11,0         |
| PAÍSES BAIXOS   | 4.964.835          | 6.531.259         | -24,0              | 7,7          | 9,1          |
| ESTADOS UNIDOS  | 4.549.640          | 6.249.474         | -27,2              | 7,0          | 8,7          |
| RUSSIA,FED.DA   | 2.785.478          | 4.187.630         | -33,5              | 4,3          | 5,8          |
| ALEMANHA        | 2.775.714          | 3.107.992         | -10,7              | 4,3          | 4,3          |
| BELGICA         | 2.273.530          | 2.551.187         | -10,9              | 3,5          | 3,6          |
| INDIA           | 1.792.863          | 330.394           | 442,6              | 2,8          | 0,5          |
| ITALIA          | 1.792.492          | 2.752.984         | -34,9              | 2,8          | 3,8          |
| JAPAO           | 1.783.924          | 2.441.931         | -26,9              | 2,8          | 3,4          |
| FRANCA          | 1.770.136          | 2.139.174         | -17,3              | 2,7          | 3,0          |
| REINO UNIDO     | 1.715.107          | 1.946.958         | -11,9              | 2,6          | 2,7          |
| HONG KONG       | 1.708.728          | 1.623.616         | 5,2                | 2,6          | 2,3          |
| VENEZUELA       | 1.582.794          | 2.426.212         | -34,8              | 2,4          | 3,4          |
| ESPANHA         | 1.573.379          | 2.270.987         | -30,7              | 2,4          | 3,2          |
| ARABIA SAUDITA  | 1.504.874          | 1.431.746         | 5,1                | 2,3          | 2,0          |
| COREIA,REP.SUL  | 1.304.519          | 1.018.974         | 28,0               | 2,0          | 1,4          |
| EMIR.ARABES UN. | 1.144.236          | 763.890           | 49,8               | 1,8          | 1,1          |
| IRA REP.ISL.DO  | 1.112.675          | 927.438           | 20,0               | 1,7          | 1,3          |
| ARGENTINA       | 982.164            | 1.317.292         | -25,4              | 1,5          | 1,8          |
| TAILANDIA       | 809.900            | 905.347           | -10,5              | 1,3          | 1,3          |
| DEMAIS PAÍSES   | 17.912.763         | 18.951.007        | -5,5               | 27,7         | 26,4         |
| <b>TOTAL</b>    | <b>64.755.631</b>  | <b>71.806.467</b> | <b>-9,8</b>        | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

### Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO 20 - AGRICULTURA 2005 A 2009 (EM R\$ MILHÕES)

| AGRICULTURA                    | EMPENHADO    |              |              |              |              |               |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
|                                | 2005         | 2006         | 2007         | 2008         | 2009         | TOTAL         |
| ORÇAMENTO FISCAL               | 4.802        | 5.226        | 5.393        | 5.857        | 8.280        | 29.558        |
| ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL | 62           | 65           | 70           | 81           | 83           | 361           |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>4.864</b> | <b>5.290</b> | <b>5.463</b> | <b>5.938</b> | <b>8.363</b> | <b>29.918</b> |



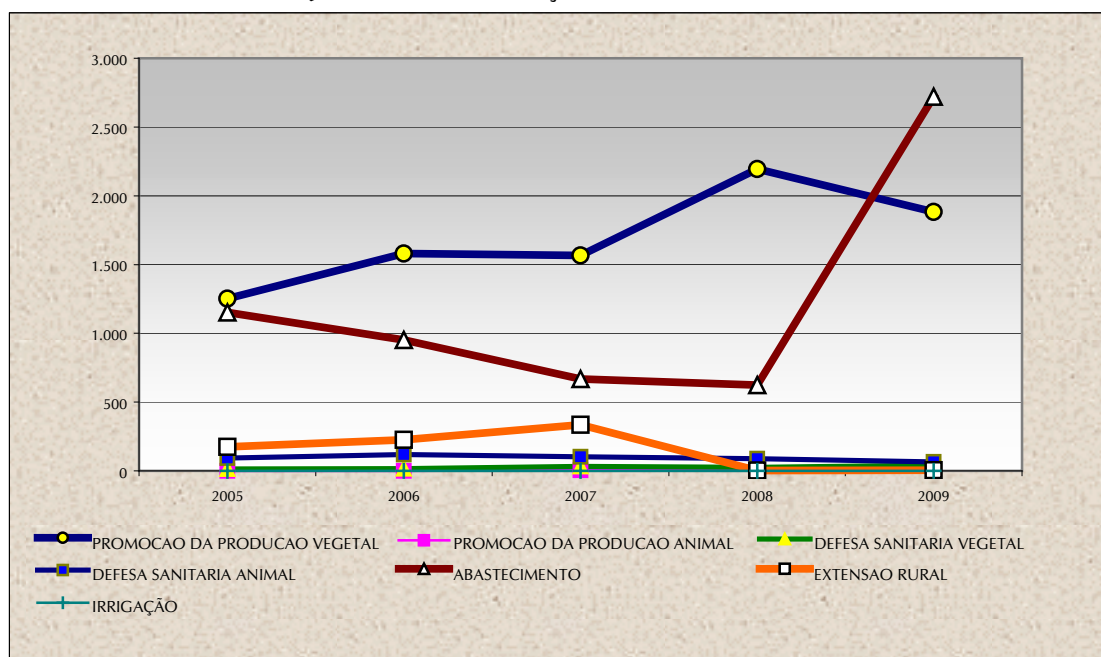
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009 (EM R\$ MILHÕES)**

| SUBFUNÇÃO                          | POR SUBFUNÇÃO |               | OUTRAS SUBFUNÇÕES |               | TOTAL         |               |
|------------------------------------|---------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|
|                                    | EMPENHADO     | %             | EMPENHADO         | %             | EMPENHADO     | %             |
| <b>SUBFUNÇÕES TÍPICAS</b>          |               |               |                   |               |               |               |
| 601 - Promoção da Produção Vegetal | 8.475         | 28,33         | 10                | 1,11          | 8.485         | 27,54         |
| 602 - Promoção da Produção Animal  | 9             | 0,03          | 0                 | 0,00          | 9             | 0,03          |
| 603 - Defesa Sanitária Vegetal     | 131           | 0,44          | 0                 | 0,00          | 131           | 0,43          |
| 604 - Defesa Sanitária Animal      | 468           | 1,57          | 0                 | 0,00          | 468           | 1,52          |
| 605 - Abastecimento                | 6.116         | 20,44         | 820               | 91,42         | 6.936         | 22,51         |
| 606 - Extensão Rural               | 740           | 2,47          | 67                | 7,47          | 807           | 2,62          |
| 607 - Irrigação                    | 0             | 0,00          | 0                 | 0,00          | 0             | 0,00          |
| <b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>           | <b>13.978</b> | <b>46,72</b>  | <b>0</b>          | <b>0,00</b>   | <b>13.978</b> | <b>45,36</b>  |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>29.918</b> | <b>100,00</b> | <b>897</b>        | <b>100,00</b> | <b>30.815</b> | <b>100,00</b> |

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2005 A 2009 (EM R\$ MILHÕES)**

| AGRICULTURA - SUBFUNÇÕES TÍPICAS   | 2005         | 2006         | 2007         | 2008         | 2009         | TOTAL         |
|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 601 - Promoção da Produção Vegetal | 1.251        | 1.580        | 1.566        | 2.195        | 1.883        | 8.475         |
| 602 - Promoção da Produção Animal  | 1            | 0            | 4            | 4            | 0            | 9             |
| 603 - Defesa Sanitária Vegetal     | 14           | 16           | 33           | 25           | 43           | 131           |
| 604 - Defesa Sanitária Animal      | 92           | 119          | 103          | 89           | 65           | 468           |
| 605 - Abastecimento                | 1.152        | 951          | 668          | 624          | 2.721        | 6.116         |
| 606 - Extensão Rural               | 174          | 225          | 335          | 2            | 4            | 740           |
| 607 - Irrigação                    | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0             |
| <b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>           | <b>2.180</b> | <b>2.398</b> | <b>2.754</b> | <b>2.999</b> | <b>3.647</b> | <b>13.978</b> |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>4.864</b> | <b>5.290</b> | <b>5.463</b> | <b>5.938</b> | <b>8.363</b> | <b>29.918</b> |

**VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005 A 2009 (R\$ MILHÕES)**



Em virtude da função ser o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação da Instituição e as subfunções evidenciarem essas áreas, destacamos as variações mais significativas:

A subfunção 601 - Promoção da Produção Vegetal é constituída em 97,11% pela ação 0012 - Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização

do Café - cujos recursos são oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE). Em 2009, houve um decréscimo nas aplicações face à grave crise do setor, que não permitiu aos produtores saldar os seus compromissos, havendo uma renegociação dos débitos, reduzindo, dessa forma, a disponibilização de recursos para concessão de novos financiamentos.

A subfunção 605 - Abastecimento é constituída em 97,86% pela ação 2130 - Formação de Estoques Públicos - PGP. Em 2009, considerando a crise internacional, a descapitalização dos produtores e a elevação nos custos dos insumos agrícolas, levaram o governo a intervir no mercado com maior intensidade, visando manter os preços mínimos definidos no Plano Agrícola

### Indicadores Utilizados na Avaliação

Os Objetivos Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no PPA 2008-2011, coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico da instituição: Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos; Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética; Garantir a Segurança Alimentar e Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.

### Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos

Os principais produtos responsáveis pelo aumento no indicador entre 2007 e 2008 foram o couro e as madeiras, que apesar de terem registrado queda na quantidade produzida em 2009, tiveram o valor da produção compensado pela valorização do produto. Além desses, o algodão e outras fibras também apresentaram queda na quantidade produzida e foram os únicos produtos a contribuir negativamente para a formação do índice, pois o preço não compensou a queda na produção. Ainda não se consolidaram os dados oficiais do ano de 2009. Entretanto, sabe-se que o valor da borracha deverá ser menor, pois os preços ficaram bem abaixo daqueles registrados em 2008. O mesmo aconteceu com o algodão. No período 2007/2009 foram aferidos os índices a seguir especificados: Os valores do indicador de desempenho foram:

| INDICADOR / ANO                                                           | 2007 | 2008 | 2009 |
|---------------------------------------------------------------------------|------|------|------|
| Índice composto da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos | 121  | 139  | n/d  |

Fonte: IBGE

n/d – não disponível

### Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética

A taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira ultrapassou a meta estabelecida para 2007; somente a cana-de-açúcar e as florestas energéticas corresponderam a 27,9% (Balanço Energético Nacional 2008-EPE). Com base na análise da evolução do índice, verifica-se a tendência de aumento da participação da agroenergia na matriz energética, dando continuidade à dinâmica de superação de metas. Isso se deve em parte ao crescimento na produção e consumo de etanol e biodiesel, bem como em função dos recentes leilões de reserva da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, dos quais só participaram as empresas geradoras de energia que utilizam fontes renováveis para a geração de energia

(importante lembrar que o último leilão destinou-se à energia eólica, desconsiderada no caso, embora seja renovável). A superação da meta estabelecida para a participação do biodiesel na matriz energética se deve também a mudanças legais. De acordo com a Lei nº 11.097/05, o biodiesel deveria ter 2% de participação no ano de 2008 e 5% para 2013, com possibilidade de antecipação dessa meta para 2010. Entretanto, esta exigência foi elevada a 3% a partir de julho de 2008 e para 4% em julho de 2009.

Os valores do indicador de desempenho foram:

| INDICADOR / ANO                                                     | 2007  | 2008  | 2009 |
|---------------------------------------------------------------------|-------|-------|------|
| Taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira | 31,1% | 31,5% | n/d  |

Fonte: Balanço Energético Nacional 2008-EPE

n/d – não disponível – estimativa da informação julho de 2010

### Garantir a Segurança Alimentar

Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: Volume de Produção Agropecuária *per capita* e Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal.

O índice consolidado do Volume de Produção Agropecuária *per capita* em 2008 foi de 1.026 kg *per capita*, frente a 968 kg apurados em 2007. A produção de alimentos foi maior em 2008 que em 2007, principalmente, pelo aumento da safra de grãos, que cresceu 13,0%, enquanto as carnes e os hortifrutis registraram aumento, respectivamente, 2,1% e 2,5% na produção. Em 2009, o índice apurado foi de 991 kg *per capita* em função da menor safra de milho e soja. Para 2010, estima-se que o índice será mantido no mesmo patamar de 2009.

O índice de conformidade dos produtos de origem vegetal apresentou valor bem acima do previsto (0,80/0,68), especialmente pelo esforço no cumprimento da programação de inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas e das discussões com o setor produtivo sobre legislação da qualidade vegetal, notadamente os padrões oficiais de classificação.

O indicador de conformidade dos produtos de origem animal também ficou acima da meta (0,82/0,79). A melhoria do gerenciamento levou ao incremento qualitativo e quantitativo das ações fiscais, exigindo maior efetividade no controle de qualidade por parte das indústrias. Os valores dos indicadores de desempenho foram:

| INDICADOR / ANO                                               | 2007 | 2008  | 2009 |
|---------------------------------------------------------------|------|-------|------|
| Volume de produção agropecuária <i>per capita</i> (kg)        | 968  | 1.026 | 991  |
| Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal | 0,76 | 0,73  | 0,81 |

Fonte: SPA e SDA/MAPA

## Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

No ano de 2009, o PIB do agronegócio brasileiro teve uma previsão de queda da ordem de 5,18% (fonte: CEPEA/ESALQ/USP), o que refletiu o desempenho negativo de todos os setores componentes do agronegócio brasileiro. O segmento de insumos foi o que sofreu maior queda, tanto nos preços quanto nos volumes produzidos. Em 2009, o valor das exportações do agronegócio diminuiu 9,8%, totalizando US\$ 64,7 bilhões. A retração das exportações em 9,8% ocorreu em função da redução de 9,4% nos preços médios, enquanto o índice de quantidade exportada praticamente manteve-se o mesmo, com uma variação de -0,4%. O volume exportado em 2009 resultou do comportamento heterogêneo na quantidade dos principais produtos exportados.

Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: Variação do PIB do Agronegócio e Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio, cujos valores foram:

| INDICADOR / ANO                                            | 2007   | 2008   | 2009    |
|------------------------------------------------------------|--------|--------|---------|
| Variação do PIB do agronegócio                             | 7,89%  | 6,77%  | -5,18%* |
| Variação do valor da exportação de produtos do agronegócio | 18,2 % | 22,9 % | -9,8%   |

Fonte: MDIC e SRI/MAPA / \*Dado estimado

### Análise dos Programas Estruturantes

#### Abastecimento Agroalimentar

O programa contribui para a implementação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento, utilizando instrumentos de apoio, financiamento, crédito rural e garantia da produção, de preços e renda ao produtor rural, da comercialização, do armazenamento, da manutenção de estoques públicos para a regularidade do abastecimento interno, equilibrando os preços ao consumidor e garantindo a segurança alimentar da população.

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, além de orientar o financiamento do custeio/comercialização da produção agropecuária e do investimento no setor por meio de concessão de crédito rural. Em 2009 foram concedidos créditos da ordem de R\$ 46,2 bilhões, contemplando 1.544.828 contratos, por intermédio do Banco do Brasil (R\$ 41,7 bilhões), Banco da Amazônia (R\$ 0,5 bilhões) e Banco do Nordeste (R\$ 4,0 bilhões) e, ainda, o Banco do Brasil, fortaleceu o sistema cooperativista, incrementando a competitividade das cooperativas de produção agropecuária, mediante a aplicação de R\$ 2,6 bilhões, alcançando 756 contratos.

### EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E DO VOLUME DA SAFRA EM GRÃOS

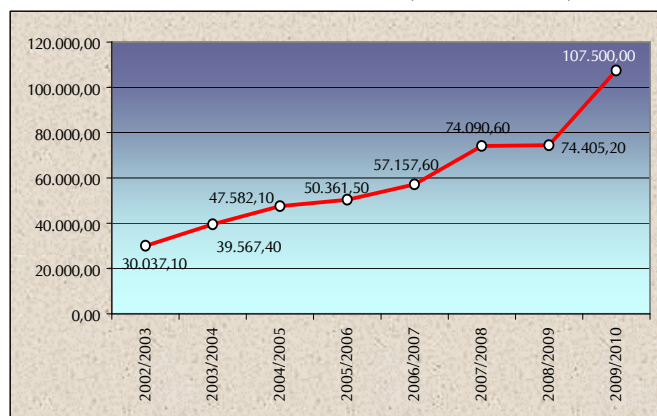
#### BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL E PRODUÇÃO DE GRÃOS - SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010

| SAFRAS    | FINANCIAMENTO RURAL <sup>(1)</sup><br>(R\$ MILHÕES) | PRODUÇÃO DE GRÃOS<br>(MIL t) |
|-----------|-----------------------------------------------------|------------------------------|
| 2002/2003 | 30.037,1                                            | 123.168,0                    |
| 2003/2004 | 39.567,4                                            | 119.114,2                    |
| 2004/2005 | 47.582,1                                            | 114.695,0                    |
| 2005/2006 | 50.361,5                                            | 122.530,8                    |
| 2006/2007 | 57.157,6                                            | 131.750,6                    |
| 2007/2008 | 74.090,6                                            | 144.137,3                    |
| 2008/2009 | 74.405,2                                            | 135.134,5                    |
| 2009/2010 | 107.500,0                                           | 141.346,7                    |

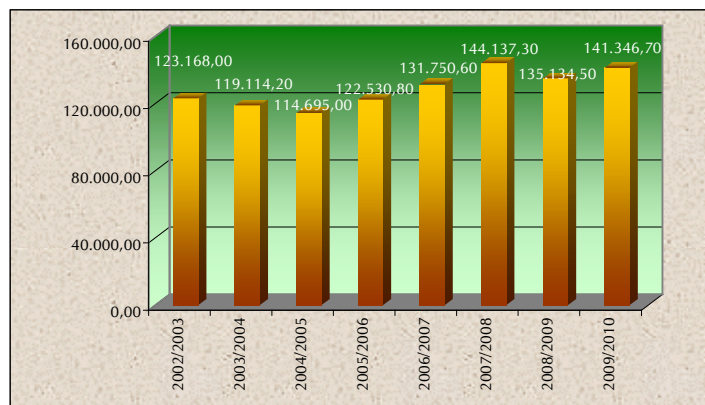
Fonte: Financiamento Rural - Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural (GACR/MAPA) e Produção / Conab.

(1) recursos aplicados, incluído Pronaf.

**EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E DO VOLUME DA SAFRA EM GRÃOS  
BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL (INCLUSIVE PRONAF)  
SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010 (EM R\$ MILHÕES)**



**BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS  
SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010 (EM MIL TONELADAS)**



O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 3.801,2 milhões, tendo sido empenhados R\$ 3.369,2 milhões e liquidados R\$ 3.153,5 milhões.

Os indicadores utilizados para avaliar o Programa são: i) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma, que apresentou um índice de 39% superior aos 22% previsto; ii) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca, que apresentou um índice de 5%, iii) Margem de Disponibilidade de Milho, que teve como índice apurado 17% superior aos 10% previsto no PPA iv) Margem de Disponibilidade de Trigo cujo índice aferido foi de 15%, bem superior aos 3% previsto; v) Produção Nacional de Grãos alcançou 141,3 milhões de toneladas compatível o previsto no PPA; vi) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários alcançou um montante de R\$ 2.876,6 bilhões superior ao inicialmente previsto vii) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos alcançou o montante de R\$46.161,2 bilhões superior ao previsto

#### **Segurança da Sanidade na Agropecuária**

A eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar da população e os ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional, pois, na medida em

que os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal são realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, pragas e doenças prejudiciais à produção são controladas e asseguradas a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial. Dentre os resultados alcançados na área animal, destacam-se:

a) o reconhecimento do *status* de livre de febre aftosa com vacinação para 15 estados brasileiros e 1 sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) ; b) intensificação das ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da *Influenza Aviária* e da doença de *Newcastle*, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais; c) ampliação da zona livre da Peste Suína Clássica, com a inclusão do estado de Rondônia. Dessa forma, a zona livre já alcança 50% do território nacional e concentra cerca de 54% das propriedades que detêm 81% do rebanho suíno nacional e 93% da indústria de produtos suínos no Brasil; d) concluída a análise de risco da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como “doença da vaca louca”, cujos resultados estão sendo submetidos à apreciação da OIE, para a reclassificação do país como de “risco negligenciável” para



EEB, possibilitando a abertura de mercados para produtos de origem bovina.

Foram intensificadas as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais. Em que pese as detecções da mosca-negra dos citros no estado de São Paulo e da mancha-negra dos citros no estado de Goiás, as ações da defesa agropecuária na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas no país. Algumas ações no controle de pragas merecem destaque:

a) a nova instrução normativa sobre a praga *Greening* dos citros proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço; b) a erradicação do foco de *Cydia Pomonella*, em Bom Jesus/RS reforçou a expectativa de sua total erradicação até 2012; c) a oferta de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa para os produtores; e d) a implementação do processo de reconhecimento de áreas livres de Moko da bananeira. Com o aprimoramento do Sistema de Certificação Fitossanitário, que permite a rastreabilidade dos produtos vegetais, o Brasil atendeu aos rígidos critérios internacionais dos principais parceiros comerciais.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 180,1 milhões, tendo sido empenhado R\$ 98,5 milhões e liquidados R\$ 71,4 milhões e os indicadores utilizados para a sua avaliação são:

a) Área com Plantéis Avícolas Certificadas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola cujo número apurado foi de 1.537 estabelecimentos certificados; b) Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação, que teve como número apurado 4.944.883,46 km<sup>2</sup>; c) Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação cujo número aferido foi de 95.346,18 km<sup>2</sup>; d) Incidência Controlada da Mosca da Carambola cuja aferição indicou a existência de 5 municípios controlados; e) Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina cuja aferição indicou a existência de 129 estabelecimentos certificados; f) Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica cuja aferição indicou a ocorrência de 19 casos de peste suína no país; g) Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca cujo índice aferido foi zero concorrência; h) Número de Ocorrências de Raiva Bovina cuja aferição indicou a 1.302 ocorrências; i) Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras cujo índice aferido foi de 94%; j) Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional cujo índice aferido foi de 119%; e k) Taxa de Realização do Plano de Fiscalização Fitozoossanitário Interestadual cujo índice aferido foi de 128%.

### Minimização de Riscos no Agronegócio

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e produtividade das culturas e na renda dos produtores rurais.

O Programa visa mitigar esses fatores de riscos inerentes à atividade agropecuária, utilizando-se de diversos instrumentos, tais como: a geração e difusão de informações agro-climáticas, concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e orientações do zoneamento agrícola de risco climático.

Dentre os resultados alcançados em 2009, destacam-se a ampliação de 45 para 76 do número de culturas aptas a receber a subvenção ao prêmio do seguro rural na modalidade agrícola. Para as culturas que apresentam maior exposição ao risco climático, os percentuais de subvenção foram elevados, situando o apoio governamental na faixa de 40 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. O limite financeiro nessa modalidade passou a ser de R\$ 96 mil. Para as modalidades de seguro rural pecuário, florestal e aquícola permaneceram o percentual de subvenção de 30% e o limite financeiro de R\$ 32 mil. A subvenção ao seguro rural proporcionou a contratação de 72 mil apólices de seguro, beneficiou 67 mil produtores, e a cobertura securitária para 6,5 milhões de hectares, garantindo capitais da ordem de R\$ 10 bilhões. O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 315,4 milhões, tendo sido empenhados R\$ 219,2 milhões e liquidados R\$ 206,4 milhões.

Os indicadores utilizados para avaliar o Programa são:

a) Percentual de Área Segurada, que apresentou um índice de 10,6% inferior aos 21,06% previsto, em decorrência da insuficiência de limite para movimentação e empenho para atender a demanda; b) Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo, que apresentou índice de 87%, compatível com o previsto no PPA; c) Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro, que teve como índice apurado 15%; e d) Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural, cujo índice aferido foi de 49%, dos 52% previsto.

### Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

O desenvolvimento sócioeconômico depende permanentemente do desenvolvimento tecnológico. A agricultura brasileira insere-se nessa lógica e, para responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental e às prováveis mudanças climáticas, necessitará de crescente oferta de tecnologias.

A pesquisa agropecuária manteve, em 2009, uma carteira de 590 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação concluídos ou em execução, cujos principais resultados são: i) A cultivar de mandioca foi lançada para a Amazônia - aipim manteiga: opção de desenvolvimento agroindustrial para a região e para o estado do Amazonas; ii) Programa de melhoramento de feijoeiro da Embrapa: com indicação de seis novas cultivares já registradas e três em fase de registro, além do desenvolvimento de nove linhagens promissoras para futuras indicações; iii) O programa de melhoramento de arroz lançou, nos últimos três anos as cultivares BRS Apinajé, direcionada aos agricultores

familiares do Pará; BRS Jaçanã, de arroz irrigado tropical, com maior resistência à brusone, para Tocantins e Mato Grosso do Sul,. Há duas cultivares de terras altas em licenciamento (BRS Monarca e BRS Pepita) e 3 cultivares em fase de lançamento (BRS Tropical, para várzeas, BRSGO Serra Dourada, para Goiás e uma cultivar de arroz irrigado resistente a imidazolinona, a ser nomeada); iv) Programa de melhoramento de feijão caupi: lançou, nos últimos três anos, oito cultivares: BRS Novaera, BRS Xiquexique, BRS Tumucumaque, BRS Cauamé, BRS Pajeú, BRS Potengi, BRS Juruá e BRS Itaim, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com características superiores de arquitetura adequada à colheita mecanizada, resistência aos principais estresses abióticos, alto valor culinário, e adequadas para consumo do grão in natura ou processado; v) Desenvolvida metodologia com a ferramenta Sistema de Informações Geográficas (SIG): determinando a distribuição espacial da doença do milho, a ferrugem tropical (*physopella zeae*), no Brasil em função de mudanças climáticas; vi) Desenvolvimento do capim BRS Piatã: a planta é apropriada para solos de média fertilidade, tolera solos mal drenados, produz forragem de boa qualidade e acumulação de folhas, possui colmos finos o que favorece melhor aproveitamento pelo animal, é resistente ao ataque de cigarrinhas-das-pastagens e destaca-se pelo elevado valor nutritivo e alta taxa de crescimento e rebrota; vii) Clone de Caju Embrapa 51: lançado para o plantio comercial, em cultivo de sequeiro, no Ceará. Pelas características, esse clone é recomendado para a exploração da castanha. A produtividade média de castanha, em regime de sequeiro, no sexto ano de produção, é de 1.255,6 kg/ha, superior à testemunha (CCP 76) em cerca de 370%; e viii) Produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania: o processo permite o acesso a uma diversidade varietal de sementes, à preservação de sementes tradicionais altamente adaptadas às condições locais, e de alto valor sócio-cultural para as comunidades, culminando com a preservação e a valorização do espaço rural.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 399,8 milhões, tendo sido empenhados R\$ 386,0 milhões e liquidados R\$ 185,2 milhões.

Os indicadores utilizados para a avaliação do programa são: Carteira de Projetos Financiados Voltados à Sustentabilidade do Agronegócio cujo índice apurado foi de 100% do previsto para o ano e Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa que apresentou um índice de 108% do previsto.

### **Desenvolvimento da Agroenergia**

O Programa visa ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva, tendo como público-alvo produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa,

consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

Para fortalecer a competitividade do setor, foi publicado o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, que servirá de base para a formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento da expansão canavieira em território nacional, em prol do desenvolvimento sustentável do complexo sucroalcooleiro, fundamental para a consolidação da posição de liderança exercida pelo Brasil nesse mercado.

Em decorrência da crise financeira do setor, em 2009 foi reativado o sistema de financiamento à estocagem de álcool, com recursos do BNDES e do Banco do Brasil, no valor de R\$ 2,3 bilhões.

Foi dada continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao Acompanhamento Brasileiro da Safra de cana-de-açúcar, feito nas regiões produtoras do país, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque a realização do segundo Ethanol Week, curso destinado a estrangeiros, do qual participaram 48 representantes de 20 países. O curso foi realizado em Ribeirão Preto/SP, com a colaboração da Universidade Federal de São Carlos.

Dentro da estratégia de transformar os biocombustíveis em *commodities* dois importantes passos foram dados. O primeiro foi a realização da primeira rodada de workshops no continente africano, para apresentar a experiência brasileira com o zoneamento agroecológico, instrumento fundamental para aumentar a eficiência produtiva da agricultura. Os técnicos do Ministério da Agricultura, Embrapa, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e Ministério de Relações Exteriores visitaram sete países (África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), mostrando que a experiência brasileira em harmonizar a produção de biocombustíveis com a de alimentos também é acessível a eles.

A Embrapa Agroenergia vem investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) sobretudo com pinhão manso e inajá, visando diversificar as oleaginosas passíveis de aproveitamento na fabricação de biodiesel e, também, difundir novas tecnologias, principalmente aos pequenos e médios produtores, na busca do aumento da produtividade e da competitividade do biodiesel.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 35,4 milhões, tendo sido empenhados R\$ 29,4 milhões e liquidados R\$ 22,4 milhões.

O indicador utilizado para a avaliação do programa é: "Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional" elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE cujo índice tem uma expectativa de alcançar 31% (a ser confirmado em julho de 2010).

#### 5.1.4. Função Ciência e Tecnologia

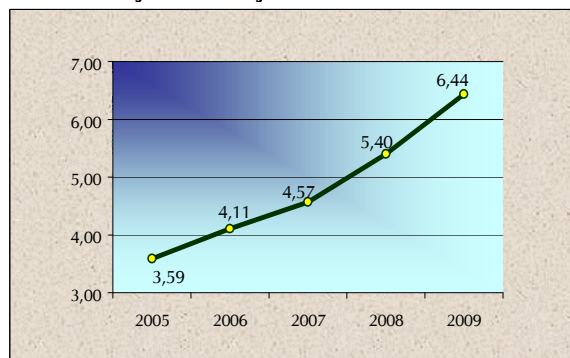
A Ciência, a Tecnologia e a Inovação (C,T&I) têm papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do país. As políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT direcionam-se prioritariamente a atender os anseios e as demandas da sociedade, trabalhando sempre em parceria com os governos estaduais e municipais, com os setores produtivos da economia, com as entidades representativas da sociedade e com os diversos atores do desenvolvimento nacional inseridos no âmbito da Administração Pública Federal.

Em 2009, as ações e estratégias empregadas pelo Governo Federal para o desenvolvimento e o fortalecimento da C,T&I, estabelecidas no âmbito do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI 2007-2010), apresentaram resultados expressivos decorrentes dos investimentos realizados.

Esses resultados, somados à implementação de mecanismos mais flexíveis e estáveis de financiamento à pesquisa, têm contribuído com a estratégia maior de expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I e, consequentemente, com a melhoria de indicadores de impactos tanto econômicos como sociais das políticas públicas relacionadas.

A execução orçamentária do MCT, incluindo suas agências de fomento e unidades vinculadas, alcançou o valor de R\$ 6,4 bilhões em recursos empenhados. Entre 2005 e 2009, a execução orçamentária do MCT apresentou um crescimento de cerca de 79% como se verifica no gráfico a seguir.

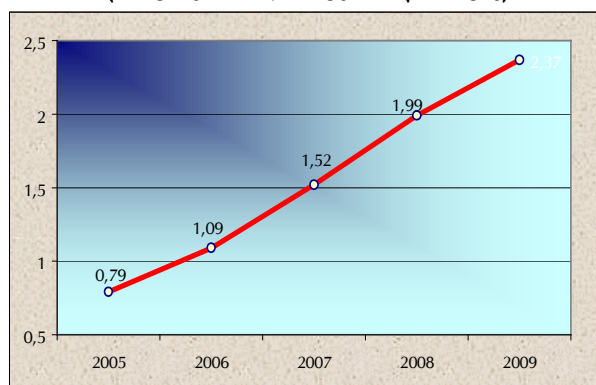
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO (EM R\$ BILHÕES)



Fonte: Siafi

Considerando somente a execução dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), inclusive da ação 0A37 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, sob supervisão do FNDCT, parte significativa do orçamento do MCT, constata-se evolução de 140% entre os anos de 2005 e 2009, conforme demonstrado no gráfico.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO FNDCT 2005 - 2009 (VALORES EMPENHADOS EM R\$ BILHÕES)

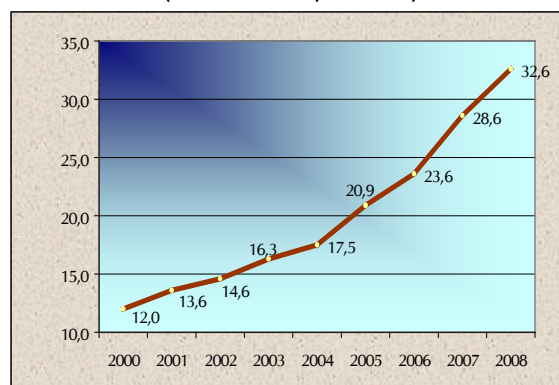


#### Principais Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia

##### Investimentos Nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O sinal da importância crescente do setor de C,T&I no esforço nacional para o desenvolvimento do país pode ser evidenciado pela evolução do dispêndio nacional em P&D. Esses investimentos, considerando o período de 2000 a 2008, cresceram cerca de 170%. Em valores correntes, o volume de recursos passou de R\$ 12,0 bilhões para R\$ 32,6 bilhões, como se observa no gráfico seguinte. Em 2008, o dispêndio em C&T acumulou aumento de R\$ 4 bilhões, significando incremento de 13,8%, em relação ao ano anterior.

INVESTIMENTOS NACIONAIS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) (VALORES EM R\$ BILHÕES)



Fontes: Siafi, Balanços Gerais dos Estados e Pesquisa de Inovação Tecnológica - Pintec / IBGE

Estes recursos incluem, além dos gastos do MCT, Unidades Orçamentárias e Institutos de Pesquisa subordinados, os investimentos realizados, neste setor, pelas Universidades Federais e pela Capes/MEC, Embrapa/MA, Fiocruz/MS, Secretarias Estaduais de C&T e Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) e pelas Empresas Privadas e Estatais Federais, como a Petrobras. Cabe ressaltar que, embora o Brasil apresente um percentual de dispêndio em P&D em relação ao PIB menor que o dos países mais avançados, é inequívoco o esforço feito pelo país para diminuir essa defasagem. No período entre 2000 e 2009,

apesar do crescimento discreto inicial da curva, a média anual de crescimento do dispêndio brasileiro na área de P&D foi de 2,6%. Esse número é bem mais expressivo do que o registrado pelos países mais desenvolvidos.

### Produção Científica

Os investimentos também vêm consolidar e expandir os resultados alcançados pelo Brasil em relação a sua produção científica. O país responde atualmente por 2,12% da produção científica mundial, tendo sua participação, entre 2000 e 2008, aumentada em mais de 59%. O número de publicações cresceu 218% entre 2000 e 2008, atingindo o número de mais de 30.000 artigos indexados no Institute for Scientific Information (ISI). Em 2008, registrou-se aumento de 56% em relação a 2007, elevando o país para a 13ª colocação no ranking mundial, à frente de países como Rússia e Holanda.

### Variação Por Subfunção da Execução Orçamentária dos Exercícios de 2005 a 2009

O orçamento da função C&T foi classificado nas subfunções típicas: Desenvolvimento Científico; Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; e Difusão do Conhecimento bem como em subfunções atípicas, por exemplo: Administração Geral; Produção Industrial; Encargos Especiais; etc. Em 2009, das subfunções típicas, que correspondem a 64,9% dos valores empenhados, merece destaque a subfunção Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, (45,7%). Entre as subfunções atípicas, responsáveis por 35,1% dos empenhos, as que possuem maiores dotações são Administração Geral e Produção Industrial. O demonstrativo a seguir detalha o orçamento do MCT.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009, POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

R\$ milhões

| FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES                              | 2009           |                       |               |           |           |
|-------------------------------------------------|----------------|-----------------------|---------------|-----------|-----------|
|                                                 | AUTORIZADO (A) | LIMITE DE EMPENHO (B) | EMPENHADO (C) | % (C)/(A) | % (C)/(B) |
| Total da função C&T                             | 6.413,0        | 6.184,10              | 6.098,0       | 95,1      | 98,6      |
| Total das subfunções típicas                    | 4.091,8        | 3.975,60              | 3.954,6       | 96,6      | 99,5      |
| 571 - Desenvolvimento Científico                | 1.079,1        | 1.076,3               | 1.070,2       | 99,2      | 99,4      |
| 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia  | 2.912,4        | 2.799,9               | 2.787,4       | 95,7      | 99,6      |
| 573 - Difusão do Conh. Científico e Tecnológico | 100,3          | 99,4                  | 96,5          | 96,2      | 97,1      |
| Total das subfunções atípicas                   | 2.321,2        | 2.208,50              | 2.143,4       | 92,3      | 97,1      |
| Total em outras funções                         | 805,4          | 348,7                 | 346,4         | 43,0      | 99,3      |
| Total do orçamento do MCT                       | 7.218,4        | 6.532,80              | 6.444,4       | 89,3      | 98,6      |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT)

Em 2009, o orçamento do MCT sofreu um contingenciamento de R\$ 231,7 milhões, distribuído entre as subfunções típicas e atípicas. Considerando-se o limite de empenho imposto, a execução total da função C&T atingiu 98,7%. Em outras Funções encontra-se a Reserva de Contingência, no valor de R\$ 453,9 milhões, que é responsável pela baixa execução, tendo em vista que os recursos são incluídos no total autorizado, no entanto não podem ser empenhados. Como pode ser observado, subtraindo o valor da Reserva de Contingência da dotação autorizada, o percentual da execução passa de 42,2% para 97,5%. A seguir evolução da execução orçamentária, período 2005 e 2009.

### EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES NO PERÍODO 2005-2009

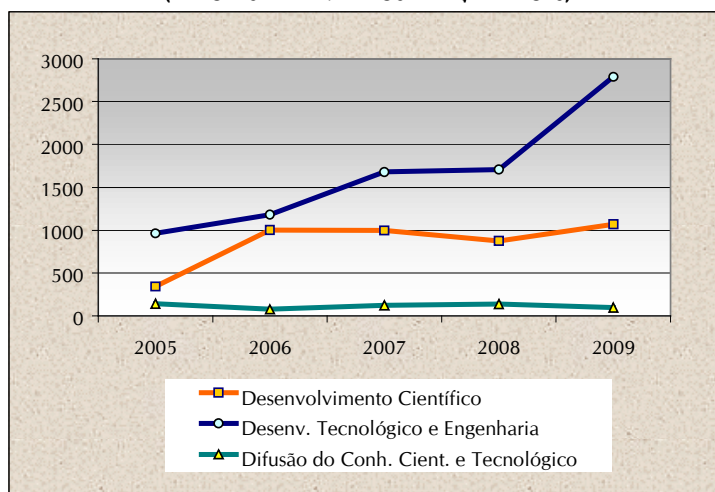
R\$ milhões

| SUBFUNÇÕES                            | 2005  | 2006    | 2007    | 2008    | 2009    | 2005 / 2009 |
|---------------------------------------|-------|---------|---------|---------|---------|-------------|
| Desenvolvimento Científico            | 343,6 | 1.001,7 | 995,8   | 875,8   | 1.070,2 | 211,4%      |
| Desenv. Tecnológico e Engenharia      | 961,5 | 1.181,4 | 1.679,7 | 1.707,2 | 2.787,4 | 189,9%      |
| Administração Geral                   | 629,4 | 864,9   | 897,7   | 1.126,0 | 1.400,7 | 122,5%      |
| Produção Industrial                   | 250,1 | 266,1   | 306,3   | 350,8   | 388,5   | 55,3%       |
| Difusão do Conh. Cient. e Tecnológico | 144,5 | 78,2    | 123,6   | 140,0   | 96,5    | -33,2%      |

Fonte: Siafi

Destaca-se, aqui, a redução do orçamento da subfunção 573, composta, principalmente, por emendas parlamentares. Em 2009, parcela expressiva de sua dotação foi cancelada. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores empenhados nas subfunções típicas de C&T nos últimos cinco anos.

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE C&T  
(VALORES EMPENHADOS EM R\$ MILHÕES)**



Fonte: Siafi

Considerações sobre os dados apresentados acima:

a) Quando da elaboração do PPA 2008-2011, a classificação funcional programática de várias ações foi alterada. Este fato contribuiu para as oscilações observadas na execução orçamentária por subfunção; b) Subfunção 572 - parte do crescimento entre 2008 e 2009, deve-se a inclusão da ação 0A37- Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, sob supervisão do FNDCT (R\$ 619 milhões), tendo em vista que até 2008 a ação era classificada na subfunção atípica Encargos Especiais; c) Subfunção 573 - em 2009 o decréscimo se deu pelo fato de parte do orçamento previsto para a ação 8960 - Apoio a Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) ter sido cancelado; d) 2005 e 2006 - nesse período

a Secretaria do Orçamento Federal (SOF/MPOG) havia adotado outra classificação funcional programática.

**Desempenho dos Programas e Resultados Alcançados**

A análise do exercício de 2009 permite registrar que ocorreram além de expressivos incrementos quantitativos, avanços qualitativos importantes em cada uma das Prioridades Estratégicas do PACTI 2007-2010, em torno das quais o Plano está estruturado, ou seja: I. Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I; II. Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; III. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; e IV. C,T&I para o Desenvolvimento Social. Os programas finalísticos do MCT, conceitualmente vinculados às Prioridades Estratégicas do PACTI, apresentaram, em 2009, execução orçamentária conforme demonstrativo a seguir.

**EXECUÇÃO POR PROGRAMAS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS**

(em R\$ milhões)

| PRIORIDADE ESTRATÉGICA                         | PROGRAMAS                                                                    | LEI + CRÉDITOS | LIMITE DE EMPENHO | EMPENHADO      | % C/A   % C/B |             |
|------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------|----------------|---------------|-------------|
|                                                |                                                                              | (A)            | (B)               | (C)            |               |             |
| I                                              | Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I                        | 752,0          | 752,0             | 752,0          | 99,5          | 99,7        |
|                                                | Promoção da P&D Cient. e Tecnológico                                         | 642,2          | 637,8             | 635,4          | 98,9          | 99,0        |
| II                                             | C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) | 2.099,7        | 1.999,8           | 1.985,8        | 94,5          | 95,5        |
| III                                            | Nacional de Ativ. Espaciais (PNAE) (*)                                       | 429,0          | 411,4             | 409,6          | 94,1          | 96,3        |
|                                                | Nacional de Atividades Nucleares (*)                                         | 1.278,7        | 1191,8            | 1.184,0        | 92,6          | 99,3        |
|                                                | C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais                                        | 67,6           | 63,0              | 59,0           | 86,6          | 91,6        |
|                                                | Meteorologia e Mudanças Climáticas                                           | 38,1           | 38,1              | 38,0           | 99,7          | 99,7        |
| IV                                             | C,T&I p/ a Inclusão e Desenv. Social                                         | 142,9          | 140,0             | 1.34,7         | 94,1          | 94,9        |
| <b>Total dos programas finalísticos do MCT</b> |                                                                              | <b>5.450,1</b> | <b>5.233,7</b>    | <b>5.198,5</b> | <b>95,4</b>   | <b>97,6</b> |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT)

(\*) Inclui gastos com pessoal e encargos sociais

## **Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I**

A expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I são viabilizadas, principalmente, por meio de dois programas estruturantes: Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I e Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

### **Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I**

O CNPq tem sido agente decisivo na Formação de Recursos Humanos para C,T&I. Além das bolsas em modalidades, como mestrado e doutorado no país, foram disponibilizadas, em 2009, 8.670 bolsas de Iniciação Científica Júnior, concedidas às Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) e à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP).

Em volume de recursos financeiros, os diversos editais para concessão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado em áreas ou setores estratégicos do PACTI, entre as quais podem ser mencionados microeletrônica, setor mineral e de recursos hídricos, alcançaram, em conjunto, um valor aproximado de R\$ 28 milhões.

No que diz respeito às bolsas direcionadas especialmente para as áreas relacionadas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e aos objetivos estratégicos nacionais, o CNPq contabilizou, em 2009, 48.813 bolsas implementadas, considerando-se as modalidades de formação e de pesquisa, nas áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Saúde, Exatas, da Terra, Engenharias e Computação, o que representa um aumento de 7,5% relativamente ao número do ano anterior.

A política de Formação de Recursos Humanos do Governo vem buscando, sobretudo, o equilíbrio regional na distribuição das bolsas, evidenciando-se, nos dois últimos anos, que o esforço realizado para a superação das disparidades regionais começa a mostrar resultado e destaca-se o crescimento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que evoluíram, no período, 19%, 16% e 11,5%, respectivamente.

Destacam-se, também, editais estaduais do Programa RHAE-Pesquisador na Empresa, realizados em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de nove estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando cada vez mais estimular o desenvolvimento tecnológico regional.

Em 2009, o programa alcançou o valor de R\$ 26 milhões, contemplando 172 empresas. Com relação ao número total de bolsas implementadas e concedidas a implementar foram contabilizadas pelo CNPq em 2009, o número de 81.039 bolsas no país e no exterior, caracterizando alcance de 96% da nova meta prevista pela agência para o exercício (84.000 bolsas em 2009).

**Indicador Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam** - Em 2008, 64% dos bolsistas do Programa possuíam título de doutor. Conforme apuração recente,

esse índice encontra-se em torno de 69%. Destaca-se que o índice previsto para 2011 é de 70,5%.

### **Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

Os investimentos deste programa cumprem a função de integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional. Compete, também, o papel de fortalecer a infraestrutura para pesquisa, em especial nas instituições vinculadas ao MCT. Neste contexto, destacam-se em 2009 o desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa e o apoio às Unidades de Pesquisa.

#### **Infraestrutura de Pesquisa**

O Programa de infraestrutura (Proinfra), operacionalizado pela Finep, selecionou projetos de 119 instituições no valor de R\$ 360 milhões. Também foi lançado o Edital Novos Campi, que contemplou 41 instituições, com o valor total de R\$ 60 milhões, com o objetivo de implantação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nas novas universidades federais e nos campi fora das sedes das universidades federais.

Nesse contexto, o Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa expande o alcance da atual Rede (RNP), abrangendo todo o país, e integrando, em alta velocidade, cerca de 600 organizações federais e estaduais de educação e pesquisa.

O backbone nacional multigigabit (conexões de rede de alta velocidade e desempenho), que alcançou dez estados, em 2009, atingirá 24 estados, em 2010, com conexões de alta capacidade – até 10 Gigabit/segundo. Também integrará diretamente os países do Mercosul para colaboração em educação, pesquisa, saúde e cultura.

Na área da saúde, foram interligados 35 núcleos de Telemedicina à Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), e iniciou-se a terceira etapa, que contempla 75 hospitais de ensino para educação e capacitação em conjunto com o Programa Nacional de Telessaúde.

Em se tratando de infraestrutura e fomento da pesquisa científica e tecnológica, vale salientar os 123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), implantados em 2009.

Os INCTs articulam os melhores grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país; impulsionam a pesquisa científica básica e fundamental competitiva internacionalmente; estimulam o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de ponta associada a aplicações para promover a inovação em empresas.

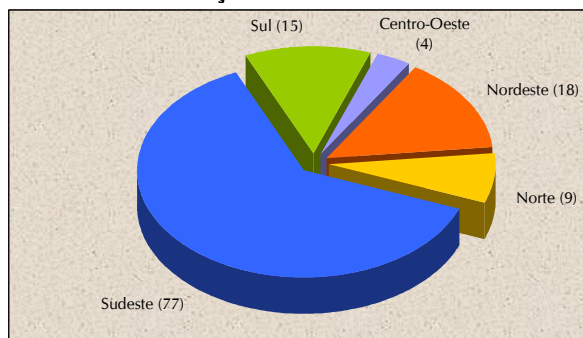
A adesão de outros parceiros (BNDES, Petrobrás, MS, MEC, Capes, e em especial as FAPs) possibilitou um aumento expressivo no volume de recursos, alcançando



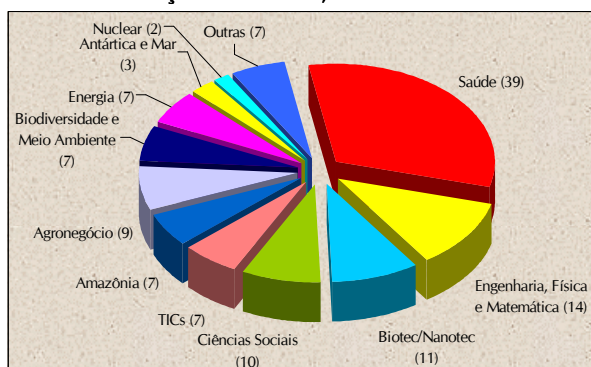
um total de R\$ 606 milhões para 123 INCTs, dos quais 60% já foram repassados.

O incremento dos recursos disponíveis possibilitou também um aumento no período de financiamento dos projetos, como forma de incentivar pesquisas mais complexas de longo prazo. Os gráficos a seguir, apresentam a distribuição regional e a distribuição por área temática dos INCTs.

**DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS INCTs**



**DISTRIBUIÇÃO DOS INCTs, POR ÁREA TEMÁTICA**



## Unidades de Pesquisa

Iniciativas desenvolvidas pelo MCT vêm melhorando e ampliando a estrutura das suas Unidades de Pesquisa. Estas ações visam dotar o país de um Parque Científico e Tecnológico capaz de atender as necessidades do desenvolvimento econômico e social, integrando o Brasil à pesquisa de ponta desenvolvida em outras nações. Em 2009, foram implantados quatro Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) junto às Unidades de Pesquisa do MCT. Todos eles associados em formato de arranjos regionais, que atuam de forma virtual e operam em forma de rede colaborativa para otimizar e compartilhar recursos, disseminar boas práticas de gestão da inovação, de proteção à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, bem como facilitar a aplicação desta política e da Lei de Inovação: São eles: 1) Rede NIT-Rio (CBPF, Cetem, IMPA, INT, LNCC, ON e MAST); 2) Rede Mantiqueira de Inovação (CTI, INPE, LNA e ABTLuS); 3) Rede NIT Pará (MPEG) e 4) Rede INPA (INPA).

Para 2010, está prevista a implantação do NIT junto às Unidades de Pesquisa do MCT na Região Nordeste.

No último ano, foram fortalecidos: a) Núcleos Regionais do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) da Região Amazônica, através da recuperação das instalações físicas e prediais dos núcleos nos estados de Rondônia, Acre e Roraima; b) Núcleo Regional de Caxiuanã do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) com apoio à infraestrutura local de locomoção fluvial para atividades de deslocamento de cientistas e de educação e popularização da ciência no Barco da Leitura Guilherme de La Penha, no Programa de Floresta Modelo Caxiuanã da Estação Científica Ferreira Penna (ECFP); e c) o Núcleo Regional do CETEM no estado do Espírito Santo e iniciadas as tratativas dos núcleos regionais do Cetem no estado de Santa Catarina, e do CTI em Fortaleza/CE.

Em 2009, foram finalizadas as construções do Centro de C&T do Bioetanol (CTBE) junto ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); os prédios da Biblioteca e da Sala de Aula e de Gestão e Qualidade de Vida no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDS); o Prédio da Geofísica no Observatório Nacional (ON); a Linha de Hélio para os Laboratórios de Superfícies e Nanoestruturas e Instrumentação e Medidas e a reforma do Laboratório de Espectroscopia Mössbauer Jacques Danon (Meteorítica, Mineralogia e Arqueometria) no CBPF. Está em fase de conclusão a construção do Prédio da Administração do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e o Edifício Sede do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene).

**Indicador - Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)** - Em meados de 2007, apenas 306 instituições eram usuárias da RNP. A previsão para 2011 era atingir 411 unidades, mas já em 2009 essa meta foi superada e, atualmente, 612 instituições são usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

## Promoção da Inovação Tecnológica Nas Empresas

A promoção da inovação tecnológica nas empresas envolve o apoio financeiro a atividades de P,D&I, a inserção de pesquisadores nas empresas, a cooperação entre empresas e ICTs, a capacitação de recursos humanos para a inovação e a implementação de centros de P,D&I empresariais. Neste contexto, é expressiva a contribuição do programa a seguir, viabilizado, principalmente, pelos Fundos Setoriais.

### Programa C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

**Lei do Bem** - Opera como poderoso instrumento de incentivo à inovação tecnológica. Em relação a essa Lei, verificou-se o crescimento de 132,87% nos investimentos das empresas em P,D&I em 2008, comparando-se com os números de 2006. Isto é, passou de R\$ 2,19 bilhões (2006) para R\$ 5,10 bilhões (2007) e R\$ 8,11 bilhões (2008), mobilizando 130 empresas, em 2006, 299 empresas, em 2007, e 441 empresas, em 2008, o que implicou R\$ 883,9 milhões (2007) e 1,54 bilhão (2008) em renúncia fiscal. Os dados de 2009 ainda não estão disponíveis.



**Subvenção Econômica** – Destaca-se: a) o Edital 01/2009 – Subvenção Econômica lançado pela Finep, que destinou R\$ 450 milhões para apoio a projetos em áreas consideradas estratégicas: Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Saúde, Programas Estratégicos, Energia e Desenvolvimento Social; b) apoio às empresas nascentes inovadoras, no âmbito do Primeira Empresa Inovadora (Prime), foram lançados em março de 2009, 17 editais regionais, sendo selecionadas 1.404 empresas para receber R\$ 120 mil, cada, na forma de subvenção econômica.

**Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec)** – Esse Sistema destinou: R\$ 53 milhões para implantação de 23 Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, que realizarão atendimentos em micro, pequenas e médias empresas a fim de solucionar obstáculos tecnológicos; R\$ 80 milhões para estruturação de 19 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos, disponibilizando infra-estrutura laboratorial com o objetivo de auxiliar as empresas na superação de exigências técnicas para o acesso a novos mercados; e R\$ 128 milhões para a implementação de 11 Redes Temáticas de Centros de Inovação distribuídas no território nacional, proporcionando às empresas o desenvolvimento de inovações em novos produtos ou processos, totalizando R\$ 261 milhões.

**Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos** – Destacam-se: a) convênios com 18 incubadoras âncora, responsáveis pela seleção dos empreendimentos nos estados para o recebimento da subvenção econômica e repasse direto da verba estatal; b) o lançamento do Edital 03/2009 PNI/Finep, no valor de R\$ 12 milhões, para incubadoras âncoras para os estados não contemplados no edital de 2008; e c) a destinação de R\$ 249 milhões para 2.015 empresas com até dois anos de vida.

**Inova Brasil** – Com o objetivo financiar Planos de Investimento em Inovação nas Empresas Brasileiras, principalmente médias e grandes, tomando como referência a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Governo Federal, com taxas de juros equalizadas, em 2009, foram contratadas 69 operações no valor total de R\$ 1,67 bilhão; alocados, em 5 operações, R\$ 2 milhões para apoio às parcerias estratégicas, por meio do Programa Juro Zero, cujo objetivo é estimular a capacidade inovadora das micro e pequenas empresas.

**Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-Inova)** – Foi elaborado o Guia Prático da Inovação para Empresas que apresentam o Simulador de Incentivos Fiscais da Lei do Bem para as empresas e o Localizador de Programas e Instrumentos de Incentivo à Inovação existentes no país. Lançado edital no valor de R\$ 8 milhões para apoiar eventos de mobilização e sensibilização para inovação em todo o país.

**Indicador - Mestres e Doutores em atividades de P&D no total de pessoal em P&D das empresas** - Em 2008, do total de pessoas trabalhando em P&D nas empresas, apenas 13,4% eram mestres e doutores. Em 2009, esse índice aumentou para 15,6 e a previsão é que atinja 16,8% em 2011.

## **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas**

O PACTI prioriza o fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas estratégicas para o país. Concentra atenção especial aos setores intensivos em tecnologia que apresentam transversalidade setorial, multidisciplinaridade técnico-científica e grande potencial inovador e dinamizador da economia. Considera, também as áreas sensíveis à soberania e à segurança do país. Para esta prioridade estratégica concorrem, principalmente, os programas: Nacional de Atividades Espaciais, Nacional de Atividades Nucleares, C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais e Meteorologia e Mudanças Climáticas.

### **Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)**

O PNAE cumpriu, em 2009, etapas importantes para a consecução da política espacial brasileira, destacando-se, no campo das aplicações espaciais e satélites, a consolidação dos produtos CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) na América Latina, África e Ásia, com aproximadamente um milhão de imagens distribuídas de média e alta resolução e a ampliação da rede internacional de distribuição de imagens.

Foram, também, desenvolvidos testes de subsistemas do Satélite Amazônia - 1, incluindo-se as duas cargas úteis de sensoriamento remoto. Alcançou-se, ainda, a certificação de conformidade do foguete de sondagem VSB-30, já reconhecido no exterior pelo seu excelente desempenho e grau de confiabilidade. Além disso, iniciou-se a reconstrução da torre de lançamento do veículo lançador de satélites (VLS), bem como das obras complementares de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara, para apoio ao lançamento do foguete ucraniano Cyclone 4, avançando no cumprimento do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia. Para 2010, além do início da fabricação e integração do modelo de voo do satélite Amazônia-1, espera-se concluir a nova torre do VLS, assim como a maquete elétrica de Integração de Redes Elétricas do VLS, o que possibilitará a retomada da programação dos voos de lançamento desse veículo.

**Indicador - Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)** - Em 2006, o índice de participação do setor empresarial nacional no PNAE era de 37,25%. Indicador ainda não apurado para 2009. O objetivo ao final do PPA é alcançar o valor de 39,5%.

### **Programa Nacional de Atividades Nucleares**

No segmento do ciclo do combustível, foi assinado o contrato entre as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a empresa Galvani para exploração conjunta da jazida de Santa Quitéria, localizada no estado do Ceará. Esse empreendimento viabilizou, por intermédio de uma parceria entre a União e a iniciativa privada, a ampliação da capacidade de produção nacional de concentrado de urânio. Adicionalmente, iniciou-se a exploração subterrânea na jazida de Caetitê, Bahia.

Importante destacar, ainda: a) a fase final de implantação, com inauguração prevista para o segundo semestre de 2010, da primeira planta nacional de conversão de concentrado de urânio. Localizada no Centro de Pesquisa da Marinha em Iperó, São Paulo; b) a concretização da capacitação industrial na produção de combustível para as usinas nucleares com a entrada em operação da primeira cascata de enriquecimento de urânio do país. A planta de enriquecimento, localizada no parque industrial da INB, encontra-se em operação e já fornece as primeiras cargas de urânio enriquecido para a fabricação de elemento combustível para Angra I e II.

Outra importante realização alcançada em 2009 foi o início do projeto para desenvolvimento e instalação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). Esse projeto reveste-se da maior importância para o país em decorrência da crise mundial no fornecimento de radioisótopos para medicina nuclear, ocasionada pela suspensão na operação do reator comercial canadense, responsável por mais de 60% da produção mundial dessas substâncias.

Também no âmbito da medicina nuclear, destaca-se a inauguração da Unidade de Produção de Radiofármacos (UPR), de Recife, em Pernambuco. Localizada nas instalações do Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN/NE), a UPR já iniciou sua produção em 2009, dotando a Região Nordeste da mais moderna técnica de radiodiagnóstico para o tratamento de neoplasias, cardiopatias e neurocirurgias.

Ainda no período, foi elaborado o projeto para criação da Agência Reguladora Nuclear Brasileira (ARNB). O projeto encontra-se em fase de análise no âmbito do Poder Executivo e, após a fase de revisão e consolidação, será submetido à Casa Civil para posterior envio ao Congresso Nacional.

No que se refere ao tratamento de rejeitos radioativos, deu-se continuidade ao projeto para a implantação do Centro de Referência em Rejeitos Radioativos, que funcionará nas instalações do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), unidade de pesquisa da CNEN localizada em Belo Horizonte-MG, com início de operação previsto para 2010. Esse Centro atuará com foco no desenvolvimento de métodos e processos para o tratamento de rejeitos radioativos e no treinamento dos profissionais de empresas e instituições que lidam com substâncias radioativas.

**Indicador do Programa - Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nuclear** - Esse indicador passou de 60,8%, apurado ao final de 2007, para 62,2% em 2009. Isto significa que alcançamos a autonomia de produção do processo de fabricação do combustível nuclear de 62,2%.

#### **Programa C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais**

O ano de 2009 marcou o lançamento do edital do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), no valor

global de R\$ 9,5 milhões para o período de 2009 a 2011, com até 30% dos recursos destinados a bolsas de pesquisa. O PPBio foi ampliado para abranger a Mata Atlântica, como parte do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II).

Foi elaborado, também, o projeto "Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade", orçado em US\$ 29 milhões, com financiamento do Governo e do Fundo para o Meio Ambiente Global.

Outras iniciativas, também, foram relevantes para a pesquisa sobre a biodiversidade brasileira em 2009. Foi instituída a Rede de Cooperação em C&T para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado); mantida a parceria, até 2011, com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas temáticas de pecuária, pesca e bioprospecção, com recursos da ordem de R\$ 2,8 milhões; iniciado o processo licitatório para construção do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP) e apresentado o Plano Científico para esse Instituto; aprovada a proposta da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pro-Centro-Oeste).

Em relação à Amazônia, foi lançado, em 2009, o edital para implementação da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte), que prevê a aplicação de R\$ 13 milhões, provenientes do FNDCT, e R\$ 6,3 milhões das FAPs e das Secretarias de Estado de C&T da região.

Além disso, foi publicado o edital da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), com aporte de R\$ 3,2 milhões; iniciado o Projeto Cenários para a Amazônia, que se constitui na integração dos programas de pesquisa na Amazônia (LBA, Geoma e PPBio) e subsidiará a tomada de decisões em níveis estaduais e regionais na Amazônia; aprovado o Termo de Referência para o edital, em consórcio com a França, no âmbito do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, totalizando R\$ 9 milhões para o período 2010-2012; estabelecida parceria com a Alemanha, para implantação de uma rede especializada de monitoramento de gases de efeito estufa, de variáveis climáticas e de fluxos de energia, de vapor de água e de gás carbônico, na qual serão implementadas 9 novas estações de monitoramento, entre elas uma torre de 300 metros, complementando as 14 estações existentes.

**Indicador - Número de Núcleos de Biogeoinformática Institucionais Integrados** - Quando o PPA 2008-2011 foi elaborado, não havia nenhum Núcleo de Biogeoinformática Institucional Integrado. Atualmente, já existem dois Núcleos e a previsão para 2011 é dobrar esse número.

#### **Programa Meteorologia e Mudanças Climáticas**

No âmbito desse programa destaca-se a atuação ativa da Delegação do Governo Brasileiro nas negociações sobre o futuro do regime internacional sobre mudança do

clima. Essa atuação ocorreu nos dois trilhos de negociação, quais sejam, os compromissos de limitação e redução de emissões de gases de efeito estufa das Partes e Ações de Cooperação de Longo-Prazo no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima. Além disso, a atuação brasileira também ocorreu, também, no âmbito dos órgãos subsidiários tradicionais da Convenção - Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA).

Em 2009, 5.533 projetos encontravam-se em alguma fase do ciclo de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sendo 1.882 já registrados pelo Conselho Executivo.

O Brasil é um dos países líderes no movimento, ocupando atualmente o 3º lugar em número de atividades de projeto, contando 420 projetos nacionais (8% do total mundial).

Destes, 220 já foram aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, dos quais 165 já foram registrados pelo Conselho Executivo do MDL, isto é, cumpriram todo o trâmite necessário para terem RCEs emitidas. Do total de 420 projetos, 183 ainda serão submetidos à avaliação da Comissão. Em termos de reduções de emissões projetadas, o Brasil também está entre os três líderes, sendo responsável pela redução potencial de 368 milhões de toneladas CO<sub>2</sub>, o que corresponde a 6% do total mundial no primeiro período de obtenção de créditos, que pode ser de 7 ou 10 anos. O MDL já constitui uma fonte de financiamento importante para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil, principalmente, no setor energético. Por exemplo, 49% dos projetos brasileiros estão na área de energia renovável, contando conservadoramente com 3.557 MW de potência instalada.

Merece destaque, ainda, a redução de emissões alcançada pelos 30 projetos brasileiros do escopo de aterros sanitários já registrados no Conselho Executivo correspondem a 50% das emissões nacionais de aterro sanitário em 1994. Da mesma maneira, apenas 5 projetos brasileiros de redução de N<sub>2</sub>O no setor industrial praticamente zeraram as emissões nacionais deste setor.

**Indicador - Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil** – Em 2006, a taxa de acerto da previsão numérica de Tempo sobre o Brasil era de 89%, mantendo-se constante em 2009. Ao final deste PPA, a expectativa é de que a taxa de acerto alcance 92%.

### **C,T&I para o Desenvolvimento Social**

Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social inclui ações voltadas para a popularização da ciência, a melhoria da educação científica e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas.

Um dos objetivos principais é promover a inclusão social, especialmente em comunidades carentes, tanto no meio rural como nas áreas urbanas, por meio de estímulo ao desenvolvimento econômico, social e regional. A atuação do MCT nesse sentido se expressa, especialmente por meio

do programa C,T&I para Inclusão e Desenvolvimento Social.

### **Programa C,T&I para Inclusão e Desenvolvimento Social**

Um dos destaques do programa em 2009 foi a realização da 6ª edição da Semana Nacional de C&T, por meio da qual foram promovidas cerca de 25.000 atividades em aproximadamente 500 municípios, envolvendo grande número de instituições de ensino e pesquisa e de entidades diversas. O crescimento, comparado a 2008, foi significativo: em 2008, foram realizadas cerca de 11.000 atividades em 450 municípios. Na mesma linha da popularização da ciência, o MCT tem um programa de apoio a centros e museus de C&T.

Em 2009 foi lançado, em parceria com 21 FAPs, um edital para a instalação de novos espaços científico-culturais e o fortalecimento dos já existentes. O edital, com o valor de R\$ 16,3 milhões, foi destinado a centros e museus de C&T, planetários, jardins zoobotânicos, parques de ciência e outras instituições que promovem atividades de divulgação científica e o ensino não formal de ciências.

Também foi realizada em 2009, a 5ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Participaram 19,2 milhões de estudantes, de 43 mil escolas, distribuídas por 99,1% dos municípios brasileiros.

Em 2009 ocorreu a premiação dos alunos, professores e escolas da OBMEP 2008. Foram concedidas três mil bolsas de Iniciação Científica Júnior aos medalhistas da OBMEP 2008 e prêmios foram direcionados também às escolas e aos municípios nos quais os alunos se destacaram; professores receberam cursos de aperfeiçoamento organizados pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Por meio de edital, o CNPq/MCT e o MEC apoiaram também olimpíadas em outras áreas da ciência, como física, astronomia, química, que envolveram mais de um milhão e quinhentos mil estudantes.

Em 2009, foram apoiadas novas unidades de CVTs em diversos estados: 18 projetos já estão aprovados e 55 encontram-se em análises.

Entre os CVTs apoiados estão unidades voltadas para setores da construção civil, gastronomia, turismo, confecções, fruticultura, pecuária, artesanato, metal-mecânico e tecnologia da informação, entre outros.

**Indicador - Número de Municípios Participantes da Semana Nacional de C&T** - A Semana contou com a participação de 390 municípios em 2007. No ano de 2009, esse número aumentou para 500 municípios, isto é, ampliou a participação dos municípios em 128%. A previsão é que no último ano do PPA a Semana envolva 700 municípios por todo o Brasil.

### 5.1.5. Função Cultura

Em 2009, o Poder Executivo manteve sua estratégia de atuação iniciada em 2003, de ampliar o acesso público aos benefícios da Cultura como forma de reduzir o enorme fosso social que existe entre os cidadãos brasileiros, decorrente da má distribuição das riquezas do país.

No referido exercício, a função Cultura contou com recursos no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social da ordem de R\$ 1,3 bilhão, distribuído em ações de 16 Programas executadas por meio dos Ministérios da Cultura, da Integração Nacional e da Justiça, sendo que deste valor R\$ 1,1 bilhão foi empenhado, ou seja, 86,1%. É importante registrar que nesses montantes são considerados todos os tipos de despesas, inclusive as de pessoal e financeiras.

Nesse contexto, no âmbito do Sistema MinC foram executadas ações de 15 programas, sendo um de Gestão da Política de Cultura, um de Apoio Administrativo, dez programas finalísticos gerenciados pelo próprio Sistema e três outros gerenciados pelos Ministérios das Cidades, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. No Ministério da Integração Nacional a referida função foi desempenhada por intermédio de ação do programa Brasil Patrimônio Cultural, e no Ministério da Justiça por ação do programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.

O demonstrativo a seguir apresenta os valores empenhados na função Cultura nos últimos 5 anos. Destaca-se que o volume de recursos aplicados quase triplicou, em termos nominais, no período 2005 – 2009 e que as maiores ampliações de recursos, em termos percentuais, ocorreram em 2007 e 2009, com acréscimos de 30% e 25%, respectivamente.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA FUNÇÃO CULTURA

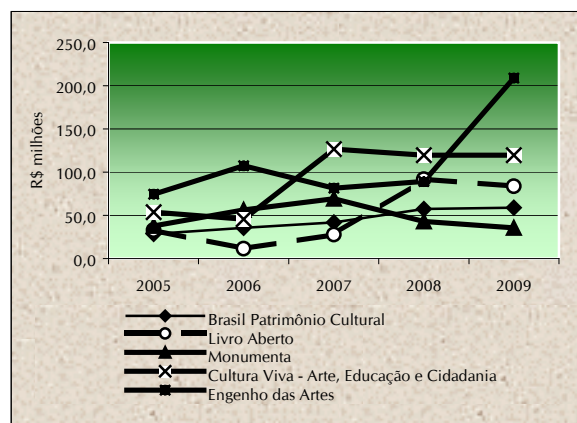
| CULTURA      | EMPENHADO (R\$ milhões) |            |            |            |              |              |
|--------------|-------------------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|
|              | 2005                    | 2006       | 2007       | 2008       | 2009         | TOTAL        |
| OFSS         | 494                     | 581        | 758        | 898        | 1.120        | 3.851        |
| OI           |                         |            |            |            |              |              |
| <b>TOTAL</b> | <b>494</b>              | <b>581</b> | <b>758</b> | <b>898</b> | <b>1.120</b> | <b>3.851</b> |

Fonte: Siafi Gerencial - Base 10/01/2010

O gráfico seguinte apresenta, para o período em análise, a evolução dos valores empenhados dos Programas Engenho das Artes, Cultura Viva - Arte Educação e Cidadania, Monumenta, Livro Aberto e Brasil Patrimônio Cultural, todos gerenciados pelo Sistema MinC e considerados estruturantes do setor.

Observa-se que, em 2009, a execução (valores empenhados) do programa Engenho das Artes teve uma variação positiva de 134% quando comparada à execução de 2008, em função das novas prioridades de investimentos nas artes e cultura traçadas pelo Ministério. Informações mais detalhadas sobre a execução destes programas, em 2009, serão apresentadas em tópico específico deste Relatório.

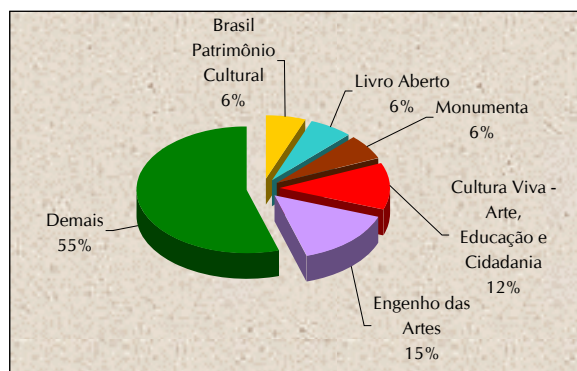
#### VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO CULTURA PERÍODO - 2005 A 2009



Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/2010

O gráfico a seguir apresenta os valores de empenho acumulado no período 2005 – 2009, na função Cultura, considerando as realizações nas ações constantes em 17 programas. Observa-se que os programas considerados estruturantes do setor Cultura foram responsáveis por 45% dos empenhos realizados, ficando os demais programas e ações com 55%, sendo que nestes estão incluídas as despesas do programa Apoio Administrativo e as de programas de outros ministérios.

#### VALORES ACUMULADOS DE EMPENHOS NA FUNÇÃO CULTURA PERÍODO 2005-2009



Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/10

É importante destacar que o setor Cultura recebe recursos não apenas orçamentários, mas também os provenientes de renúncia fiscal previstos na Lei nº 8.313, de 23/12/91 - conhecida como Lei Rouanet, e na Lei nº 8.685, de 20/07/93 - Lei do Audiovisual, e na Medida Provisória nº 2.228-1/2001, com a finalidade de incentivar a participação privada no patrocínio de projetos em diversos segmentos culturais. Em 2009 foram captados recursos, sob estes mecanismos, da ordem de R\$ 682 milhões (posição SALICNet em 31/12/2009), que contribuíram para a viabilização de 2.582 projetos culturais.

Em relação à execução por subfunção, este Relatório apresenta duas abordagens analíticas. A primeira, constante do demonstrativo seguinte, considera a execução de todas as subfunções vinculadas à função Cultura, tanto as típicas (391 – Patrimônio Histórico, Artístico e

Arqueológico e 392 – Difusão Cultural) como as demais, bem como a execução das subfunções típicas vinculadas a outras funções de governo. Nesse contexto, verifica-se que a execução nas duas subfunções típicas representa 59% do total empenhado (R\$ 732,4 milhões, de um total de R\$ 1.241,7 milhões), com destaque para a Difusão Cultural,

cuja execução ocorreu, expressivamente, também em outras funções, ressaltando-se Educação e Relações Exteriores, além da função Cultura. Na subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, os investimentos estão distribuídos nas funções Cultura, Defesa Nacional e Comércio e Serviços.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO EM 2009

R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                                            | EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO CULTURA POR SUBFUNÇÕES |                |             | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DE CULTURA EM OUTRAS FUNÇÕES |              |             | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DE CULTURA |                |             |
|------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|----------------|-------------|------------------------------------------------------|--------------|-------------|---------------------------------|----------------|-------------|
|                                                      | DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)                                 | EMPENHO (B)    | % (B/C)     | DOTAÇÃO AUTORIZADA (C)                               | EMPENHO (D)  | % (D/C)     | DOTAÇÃO AUTORIZADA (E)          | EMPENHO (F)    | % (F/E)     |
| <b>Subfunções da Cultura</b>                         | <b>755,2</b>                                           | <b>610,3</b>   | <b>80,8</b> | <b>150,0</b>                                         | <b>122,1</b> | <b>81,4</b> | <b>905,2</b>                    | <b>732,4</b>   | <b>80,9</b> |
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 139,9                                                  | 120,0          | 85,8        | 9,7                                                  | 8,7          | 90,3        | 149,6                           | 128,7          | 86,1        |
| 392 - Difusão Cultural                               | 615,3                                                  | 490,2          | 79,7        | 140,3                                                | 113,4        | 80,8        | 755,6                           | 603,6          | 79,9        |
| <b>Outras Subfunções</b>                             | <b>546,0</b>                                           | <b>509,3</b>   | <b>93,3</b> |                                                      |              |             | <b>546,0</b>                    | <b>509,3</b>   | <b>93,3</b> |
| <b>TOTAL</b>                                         | <b>1.301,2</b>                                         | <b>1.119,6</b> | <b>86,0</b> | <b>150,0</b>                                         | <b>122,1</b> | <b>81,4</b> | <b>1.451,2</b>                  | <b>1.241,7</b> | <b>85,6</b> |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 21/01/10

A segunda abordagem, conforme o próximo quadro, considera a execução orçamentária da despesa nas subfunções típicas e demais, vinculadas apenas à função Cultura, com destaque para o MinC, responsável por quase sua totalidade, e demais Órgãos. Verifica-se que a execução nas duas subfunções típicas representa 54,5% do total empenhado.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO CULTURA POR SUBFUNÇÃO EM 2009

R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                                            | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO CULTURA POR SUBFUNÇÃO NO MinC |                |             | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA CULTURA EM OUTROS ÓRGÃOS |             |             | TOTAL DA FUNÇÃO CULTURA POR SUBFUNÇÃO |                |             |
|------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|----------------|-------------|-------------------------------------------------------------|-------------|-------------|---------------------------------------|----------------|-------------|
|                                                      | DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)                           | EMPENHO (B)    | % (B/C)     | DOTAÇÃO AUTORIZADA (C)                                      | EMPENHO (D) | % (D/C)     | DOTAÇÃO AUTORIZADA (E)                | EMPENHO (F)    | % (F/E)     |
| <b>Subfunções da Cultura</b>                         | <b>751,1</b>                                     | <b>607,5</b>   | <b>80,9</b> | <b>4,1</b>                                                  | <b>2,7</b>  | <b>65,9</b> | <b>755,2</b>                          | <b>610,2</b>   | <b>80,8</b> |
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 136,0                                            | 117,4          | 86,3        | 3,9                                                         | 2,6         | 65,4        | 139,9                                 | 120,0          | 85,8        |
| 392 - Difusão Cultural                               | 615,0                                            | 490,1          | 79,7        | 0,2                                                         | 0,2         | 73,4        | 615,3                                 | 490,2          | 79,7        |
| <b>Outras Subfunções</b>                             | <b>546,0</b>                                     | <b>509,3</b>   | <b>93,3</b> |                                                             |             |             | <b>546,0</b>                          | <b>509,3</b>   | <b>93,3</b> |
| <b>TOTAL</b>                                         | <b>1.297,0</b>                                   | <b>1.116,9</b> | <b>86,1</b> | <b>4,1</b>                                                  | <b>2,7</b>  | <b>65,9</b> | <b>1.301,2</b>                        | <b>1.119,6</b> | <b>86,0</b> |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 21/01/10

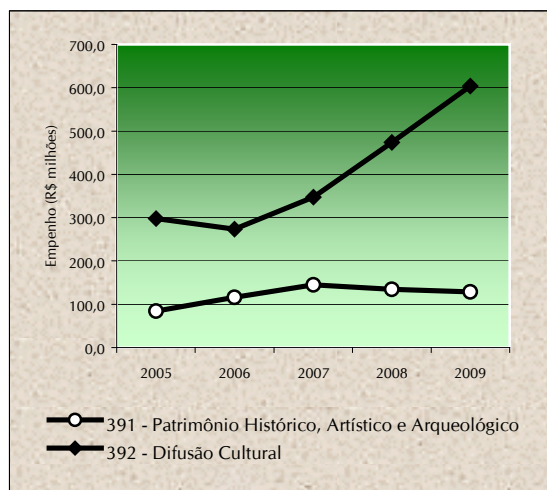
O quadro e o gráfico a seguir apresentam a evolução orçamentária das subfunções típicas da Cultura nos últimos cinco anos, com valores históricos (portanto, sem correção monetária). Nesse período, a dotação orçamentária destinada a essas subfunções teve um incremento de 84%, enquanto os valores empenhados cresceram em 92%. Observa-se que a Difusão Cultural foi contemplada com maior dotação e, consequentemente, obteve maior variação de empenho. Isto pode ser explicado pela estratégia adotada pelo Governo Federal no sentido de ampliar o acesso da população, principalmente a de baixa renda, aos benefícios da cultura.

## SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005-2009

| SUBFUNÇÕES TÍPICAS                                   | R\$ milhões  |              |              |              |              |
|------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                                                      | 2005         | 2006         | 2007         | 2008         | 2009         |
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 84,5         | 116,2        | 145,1        | 134,7        | 128,7        |
| 392 - Difusão Cultural                               | 297,8        | 273,6        | 347,1        | 473,6        | 603,6        |
| <b>TOTAL</b>                                         | <b>382,3</b> | <b>389,9</b> | <b>492,2</b> | <b>608,2</b> | <b>732,4</b> |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 21/01/10

### SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS PERÍODO 2005-2009



Fonte: Siafi Gerencial - Base: 21/01/10

### Programas Estruturantes

Os investimentos governamentais do Setor Cultura foram executados por intermédio de um conjunto de ações constantes de 16 programas executados pelos órgãos do Sistema MinC, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério da Justiça. No âmbito do Sistema MinC, foram executadas ações de 15 programas, sendo um de Gestão da Política de Cultura (0173), um de Apoio Administrativo (0750), 10 programas finalísticos gerenciados pelo próprio Sistema MinC e três outros gerenciados pelos Ministérios das Cidades, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

Com relação aos programas finalísticos gerenciados pelo Sistema MinC, todos são considerados estruturantes e abrangem ações direcionadas, conceitualmente, para a preservação da memória e do patrimônio cultural, o fomento a projetos artísticos e culturais, a difusão cultural e a fiscalização e regulação do mercado. Essas ações são voltadas a investimentos específicos em projetos para determinadas áreas culturais, com impactos em diversos segmentos, tais como: patrimônio histórico e cultural (material, imaterial, museológico); humanidades (bibliotecas, livros, literatura); artes cênicas (teatro, dança, circo); artes visuais (artes plásticas, fotografia); música (erudita, instrumental, popular); audiovisual (produção cinematográfica, televisiva); e diversidade cultural (afro-brasileira, indígena, comunidades tradicionais, festas populares), dentre outros.

A Lei Orçamentária de 2009 contemplou a função "Cultura" nos Ministérios da Cultura, da Integração Nacional e da Justiça. Ocorreram ações transversais nessa função, como no Ministério da Integração Nacional, executada por intermédio do programa Brasil Patrimônio Cultural (0167), de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, entidade vinculada ao MinC, e no Ministério da Justiça, do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.

É importante salientar que, com relação à execução orçamentária e financeira, para melhor traduzir as realizações do Sistema MinC são tratados neste relatório apenas os valores referentes às despesas contempladas pelo Decreto nº 6.752, de 28/01/09 e alterações posteriores, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2009 do Poder Executivo Federal. O conceito de "investimentos" adotado neste relatório se refere às despesas finalísticas dos órgãos e foram excluídas desse cálculo, portanto, as despesas com pessoal e encargos sociais, sentenças judiciais, serviço da dívida e despesas financeiras. A adoção dessa metodologia tem como finalidade apresentar a real capacidade de execução de ações em políticas públicas de artes e cultura do Ministério, uma vez que parcela dos recursos finalísticos foi contingenciada pelo referido Decreto.

O próximo quadro apresenta a execução orçamentária (na posição "empenhos") dos programas associados à função "Cultura" em 2009. De forma geral, pode-se afirmar que a execução orçamentária da função Cultura alcançou um

desempenho bastante satisfatório em 2009. No Sistema MinC, a média de execução foi de 98,9%, quando comparada ao limite de empenho, e de 83,3 % em relação à dotação autorizada. Nos demais ministérios o percentual de execução atingiu 96,2% da dotação autorizada.

É importante esclarecer que os Programas Brasil, Som e Imagem (0169) e Cultura Afro-Brasileira (0172) incluem as despesas administrativas e as relativas aos benefícios do servidor público das unidades orçamentárias Agência Nacional do Cinema – ANCINE e Fundação Cultural Palmares - FCP.

Dessa forma, visando evitar uma análise equivocada desses programas tanto em relação ao montante das despesas finalísticas quanto em relação ao nível da execução orçamentária, o quadro detalha, para estes programas, as respectivas despesas de manutenção dos órgãos e as finalísticas da cultura.

Ainda em relação ao programa Brasil, Som e Imagem, deve-se ressaltar que R\$ 88,6 milhões, ou cerca de 65% de sua dotação na Lei Orçamentária de 2009 (posição “Lei + Créditos”), destina-se ao Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, que compõe o Fundo Nacional da Cultura - FNC. Entretanto, R\$ 87,9 milhões, referentes às ações

“Financiamento ao Setor Audiovisual” (006C) e “Estímulo ao Setor Audiovisual, mediante Participação em Empresas e Projetos (006A)”, não foram considerados no quadro, por tratar-se de despesas financeiras.

No que tange aos resultados alcançados pelos programas, esclarecemos que na maioria dos casos os indicadores definidos no PPA 2008-2011 são de difícil mensuração ou não espelham os objetivos a serem atingidos para o programa.

Assim, utilizando-se a conhecida Metodologia do Marco Lógico desenvolvida pelo *Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica e Social* – ILPES, conforme a metodologia de elaboração de programas adotada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão sendo desenvolvidos no MinC estudos para o estabelecimento de novos indicadores de desempenho dos programas da cultura para composição do Projeto de Lei do PPA do período 2012-2015.

A inovação metodológica é que esses indicadores deverão ser testados antes de sua proposição e, dentre os requisitos inerentes, deverão demonstrar sua viabilidade, do ponto de vista da produção de dados, e efetividade para mensuração do alcance dos objetivos dos programas.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS

| Código       | Programa                                                                                    | Órgãos do Sistema MinC |                    |                    |             | Demais Ministérios     |                  |             |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|--------------------|--------------------|-------------|------------------------|------------------|-------------|
|              |                                                                                             | Dotação Autorizada (A) | Limite Empenho (B) | Empenho (C)        | % (C/B)     | Dotação Autorizada (D) | Empenho (E)      | % (E/D)     |
| 0150         | Proteção e Promoção dos Povos Indígenas                                                     |                        |                    |                    |             | 2.600.000              | 2.552.653        | 98,2        |
| 0167         | Brasil Patrimônio Cultural                                                                  | 68.229.559             | 59.301.940         | 58.541.429         | 98,7        | 229.160                | 168.430          | 73,5        |
| 0168         | Livro Aberto                                                                                | 103.574.110            | 84.205.008         | 83.797.179         | 99,5        |                        |                  |             |
| 0169         | Brasil, Som e Imagem                                                                        | 101.871.055            | 93.222.408         | 92.805.980         | 99,6        |                        |                  |             |
|              | . Despesas de Manutenção                                                                    |                        |                    | 19.467.681         |             |                        |                  |             |
|              | . Despesas Finalísticas                                                                     |                        |                    | 73.338.299         |             |                        |                  |             |
| 0171         | Museu Memória e Cidadania                                                                   | 42.767.865             | 38.855.054         | 38.603.187         | 99,4        |                        |                  |             |
| 0172         | Cultura Afro-Brasileira                                                                     | 15.430.351             | 13.330.000         | 13.242.866         | 99,3        |                        |                  |             |
|              | . Despesas de Manutenção                                                                    |                        |                    | 4.221.217          |             |                        |                  |             |
|              | . Despesas Finalísticas                                                                     |                        |                    | 9.021.649          |             |                        |                  |             |
| 0461         | Promoção da Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico                             | 3.780.000              | 2.120.000          | 2.101.144          | 99,1        |                        |                  |             |
| 0173         | Gestão da Política de Cultura                                                               | 56.973.427             | 52.523.085         | 50.991.277         | 97,1        |                        |                  |             |
| 0750         | Apoio Administrativo                                                                        | 88.231.568             | 80.288.141         | 77.336.774         | 96,3        |                        |                  |             |
| 0813         | Monumenta                                                                                   | 42.487.382             | 35.808.684         | 35.586.843         | 99,4        |                        |                  |             |
| 1137         | Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais                                                      | 300.000                | 269.103            | 112.733            | 41,9        |                        |                  |             |
| 1141         | Cultura Viva- Arte, Educação e Cidadania                                                    | 139.643.000            | 120.080.500        | 119.547.737        | 99,6        |                        |                  |             |
| 1142         | Engenho das Artes                                                                           | 273.818.521            | 210.650.000        | 208.843.964        | 99,1        |                        |                  |             |
| 1305         | Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental | 300.000                | 270.000            | 270.000            | 100,0       |                        |                  |             |
| 1355         | Identidade e Diversidade Cultural                                                           | 8.670.000              | 8.522.014          | 8.522.014          | 100,0       |                        |                  |             |
| 1391         | Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC                                             | 10.649.000             | 7.127.063          | 7.127.063          | 100,0       |                        |                  |             |
| <b>Total</b> |                                                                                             | <b>956.725.838</b>     | <b>806.573.000</b> | <b>797.430.189</b> | <b>98,9</b> | <b>2.829.160</b>       | <b>2.721.083</b> | <b>96,2</b> |

Fonte: Siasi Gerencial - Data-Base: 05/01/10



Para efeito do presente relatório foram selecionados para análise, entre os dez programas estruturantes para o setor “cultura”, os que seguem: Brasil Patrimônio Cultural (0167), Livro Aberto (0168), Monumenta (0813), Engenho das Artes (1142), Cultura Viva – Arte e Educação e Cidadania (1141).

As ações do Programa Brasil Patrimônio Cultural são extensivas a todo o território nacional, abrangendo as diversas dimensões da preservação do patrimônio cultural, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e a identificação e salvaguarda do patrimônio imaterial.

A atuação governamental por meio deste programa reveste-se de grande importância, tendo em vista que o Brasil é um país de riquíssimo patrimônio cultural, marcado pela diversidade, expressividade e abrangência.

Esses bens são materiais e imateriais, encontrados nos mais longínquos recantos geográficos do território nacional e em comunidades diversas, abrangendo todas as categorias sociais.

Contudo, esse patrimônio requer a implementação de políticas de investimentos e medidas de gestão voltadas ao seu inventário, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de ofertas turísticas, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população para sua fruição.

Em 2009, para o referido programa foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R\$ 68,2 milhões e limite de empenho de R\$ 59,3 milhões, dos quais foram empenhados 98,7%, liquidados 31,4% e pagos 30,7%.

A sua principal ação, que concentrou o maior montante de recursos, é a de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material, que em 2009 resultou na preservação de 527 bens.

No que concerne, ainda, ao patrimônio material ressalta-se o Monumenta, um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro financiado, parcialmente, mediante contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Esse Programa traz um conceito inovador que conjuga recuperação e preservação do patrimônio cultural com desenvolvimento social, tendo como objetivos conservar o patrimônio histórico e artístico urbano, aumentar a consciência da população sobre a importância desse patrimônio e estimular sua utilização econômica, cultural e social das áreas recuperadas.

De um total de recursos orçamentários autorizados de R\$ 20,3 milhões, ao programa Monumenta concedeu-se um limite para empenho de R\$ 18,1 milhões, dos quais foram empenhados 100%, liquidados 20,6 % e pagos 20,4 %.

Os níveis de liquidação e pagamento são baixos devido à natureza dos serviços contratados e ao tempo necessário para execução dos projetos, que geralmente ultrapassa o ano fiscal, constituindo uma situação real onde os eventos da dinâmica orçamentária e da execução física são bastante dispersos no tempo.

Cabe também mencionar que algumas ações do Monumenta passaram a integrar, já em 2009, o denominado “PAC das Cidades Históricas”, uma ação intergovernamental articulada com a sociedade na qual se investiu R\$ 142 milhões, em 2009, e que deverá aportar mais de R\$ 750 milhões nos próximos três anos em 173 cidades históricas, com obras de requalificação urbanística, infra-estrutura urbana, financiamento para recuperação de imóveis privados, recuperação e uso de monumentos, fomento a atividades produtivas tradicionais e promoções do patrimônio cultural.

O “PAC das Cidades Históricas” envolve ações na esfera de atuação de vários órgãos federais, como os Ministérios da Cultura, do Turismo e da Educação, bancos federais e empresas estatais.

O programa Engenho das Artes tem por objetivo ampliar o acesso da população brasileira aos benefícios das artes e da cultura no país, mais notadamente nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais e circo.

A necessidade de ampliação do acesso do cidadão aos bens e serviços culturais tem sido um requisito de política pública de grande importância na definição dos investimentos governamentais no setor, como forma de contemplar, particularmente, as iniciativas voltadas para a ampliação e diversificação do público beneficiado em todas as atividades artísticas.

Entende-se que o crescimento do acesso popular às artes e cultura somente será alcançado mediante o barateamento dos custos de produção e da ampliação e regionalização do alcance dos eventos artísticos, levando esses benefícios a localidades dentro e fora dos circuitos comerciais tradicionais dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Mediante as ações desse programa, os segmentos de artes integradas, audiovisual, artes visuais não-cinematográficas e música foram beneficiados com recursos orçamentários da ordem de R\$ 273,8 milhões, contando com autorização de limite para empenho de R\$ 210,6 milhões, dos quais 99,1% foram empenhados e em torno de 42% liquidados e pagos.

Tais recursos se destinaram a diversas iniciativas, dentre as quais ressaltam-se: fomento de 1.629 projetos e eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais e outros, bem como a capacitação de 1.549 artistas e técnicos por meio de oficinas de circo, dança, teatro e técnicas cênicas, como estratégia de formação de multiplicadores do conhecimento artístico nas diversas regiões do país.

Outro programa importante para o desenvolvimento cultural do país é o Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, cuja principal ação se concentra no apoio a Pontos de Cultura, um conceito que envolve o reconhecimento governamental de comunidades carentes que já desenvolvem atividades culturais.

Os Pontos de Cultura são hoje considerados componentes-chave no eixo integrador de todas as demais ações do Governo Federal nas artes e na cultura e são distribuídos, geograficamente, em todas as regiões do país.

As comunidades reconhecidas como Pontos de Cultura podem ser associações de moradores, quilombolas, organizações não-governamentais, escolas de samba, aldeias indígenas, grupos de teatro, conservatórios, núcleos de extensão universitária, museus, cooperativas de assentamentos rurais, etc, tendo como características o protagonismo cultural, o trabalho compartilhado e a autonomia no desenvolvimento de suas atividades. Em suma, são entidades culturais da sociedade civil que recebem apoio para desenvolver projetos voltados para a ampliação do acesso à cultura entre as populações excluídas.

Atualmente, os Pontos de Cultura são concebidos como uma rede de criação e gestão cultural, de modo a dar vazão às iniciativas e vontades criadoras, tornando-se uma alavanca para um novo processo de evolução social e cultural.

Até 2009, o Governo Federal contribuiu para o apoio a projetos e o funcionamento de 2.517 Pontos de Cultura em todo o território nacional, além de dois no exterior, mediante o conjunto de ações do Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, que atenderam aos segmentos de artes integradas, audiovisual e patrimônio cultural, dentre outros, beneficiados com recursos orçamentários da ordem de R\$ 139,6 milhões.

O limite para empenho autorizado somou R\$ 120,0 milhões, dos quais foram empenhados 99,6 %, liquidados 32,1% e pagos 30,0%.

A estratégia de execução das ações do programa tem se concentrado, atualmente, em parcerias com as demais esferas de governo, principalmente com os estados, que estão adotando o conceito de Redes de Pontos de Cultura, algo reconhecido como o caminho evolutivo natural do conceito original de Ponto de Cultura.

Outro programa estruturante para as políticas de desenvolvimento cultural no país é o Livro Aberto, que objetiva valorizar a reflexão, o debate cultural e a promoção da língua portuguesa, estimulando o hábito da leitura e a difusão do livro.

Em 2009, para o referido programa foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R\$ 103,6 milhões e limite de empenho de R\$ 84,2 milhões, dos quais foram empenhados 99,5%, liquidados e pagos 22,8%.

Esse programa envolve um processo logístico algo complexo, com entrega de material para instalação de novas bibliotecas em todo o território nacional e execução de obras de modernização de bibliotecas existentes, o que explica os tempos de execução física extrapolando o exercício fiscal.

Dentre as iniciativas relevantes do referido programa, destacam-se os investimentos na instalação e modernização de bibliotecas públicas que estão sendo realizados pelo Governo Federal em todo o país, com o objetivo de formar leitores e difundir informação e conhecimento na sociedade de um modo geral.

Em 2009, foram adquiridos 450 *kits* de pequenas bibliotecas para instalação em municípios carentes, compostos de 2.000 títulos selecionados, mobiliário, equipamentos de informática e de produção de som e imagem no local, mais 100 *kits* com 1.000 títulos e mobiliário para modernização de bibliotecas existentes.

Cabe, ainda, mencionar que a meta estipulada para o programa Livro Aberto é instalar pelo menos uma biblioteca pública em todos os municípios até 2010 e começar a estender os benefícios do programa para os distritos na zona rural dos municípios brasileiros.

Nesse sentido, vem sendo realizado um censo nacional de bibliotecas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, objetivando mapear os municípios que ainda não dispõem desse equipamento cultural.

O programa deverá se estender, nos próximos anos, também para distritos de municípios com comunidades carentes sem esse indispensável equipamento cultural, além de capitais e grandes centros urbanos com grande densidade populacional, esperando-se implantar mais 200 pequenas bibliotecas públicas em 2010.

### 5.1.6. Função Defesa Nacional

O Brasil, nos últimos anos, vem gradativamente alcançando papel de destaque no cenário mundial, com o consequente crescimento dos desafios relacionados à defesa e à preservação de postura soberana e independente frente à comunidade internacional.

Nesse sentido, cabe ao Ministério da Defesa - MD estabelecer políticas ligadas à defesa e à segurança do país, tais como a Política de Defesa Nacional - PDN e a Política Militar de Defesa - PMD.

O MD é órgão executor da direção superior das Forças Armadas, constituídas pelo Comando da Marinha, Comando do Exército e Comando da Aeronáutica. Além de sua missão principal de preparação e execução da Política de Defesa Nacional, o Ministério da Defesa tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos, alguns dos quais de grande complexidade, tais como as operações militares combinadas, o orçamento de defesa, a política e estratégia militares, a logística militar, a mobilização nacional, o serviço militar e o desenvolvimento científico e tecnológico da área de defesa, dentre outros.

A atuação do Ministério da Defesa no ano de 2009 esteve voltada, basicamente, para os seguintes temas: A - Estratégia Nacional de Defesa, B - Defesa Terrestre, C - Defesa Naval, D - Defesa Aérea, E - Ação Combinada ou Conjunta das Forças Armadas, F - Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, G - Desenvolvimento da Aviação Civil e H- Ações de Apoio à Sociedade Civil, que comentamos a seguir.

#### A - Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa - END, aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008, trouxe como linhas gerais doze macrodiretrizes, destacando-se a necessidade de desenvolvimento da capacidade de monitoração do território nacional, das suas águas jurisdicionais e de seu espaço aéreo.

Quanto à reorganização da indústria nacional de defesa, a estratégia enfatizou a criação de regime regulatório e tributário especiais para a Indústria Nacional de Defesa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos, bem como o estabelecimento de parcerias com outros países.

O documento estabelece uma nova orientação para a Defesa Nacional e define objetivos e métodos de construção de uma nova estrutura para a defesa, em geral, e para as Forças Armadas nos próximos anos.

Nesse sentido, foram atualizados em 2009, os diversos documentos que orientam de forma sistemática o preparo e emprego das Forças Armadas para fazer frente às hipóteses de seu emprego.

Em cumprimento às determinações do Presidente da República, consubstanciadas na Política de Defesa

Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa, o Ministério da Defesa elaborou em 2009 o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa - Paed, com o objetivo de harmonizar a nossa capacidade de defesa com o crescente nível de desenvolvimento e o papel de protagonista desempenhado pelo Brasil no cenário internacional.

O planejamento realizado considera o restabelecimento e o incremento, ao longo dos próximos 20 anos, de estrutura de defesa flexível, com capacidade de vigilância e monitoramento das áreas estratégicas, dotada de elevado grau de mobilidade e apta a ser empregada, conforme preconizado pela Estratégia Nacional de Defesa.

Da mesma forma, o planejamento leva em conta a necessidade de racionalidade administrativa, de coordenação de projetos comuns, de cooperação entre as Forças e de integração dos programas e projetos constantes do Paed com os demais segmentos da sociedade brasileira.

Nesse sentido, o Paed representa a consolidação dos detalhados Planos de Articulação e Equipamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, referenciados a metas de curto prazo (até 2014), de médio prazo (entre 2015 e 2022) e de longo prazo (entre 2023 e 2030), com os respectivos custos e prioridades.

#### B - Defesa Terrestre

No ano de 2009, o Exército Brasileiro - EB deu início ao planejamento das ações estratégicas necessárias à implementação da Estratégia Nacional de Defesa, que serão realizadas no espaço temporal de 2010 a 2030. Essas ações visam à continuidade do reaparelhamento e da reestruturação da Força Terrestre, de forma a permitir ao Exército uma gradual implantação das novas concepções.

Quanto ao preparo da Força Terrestre, ajustou-se às demandas dos planos estratégicos do Ministério da Defesa, o que permitiu o emprego judicioso dos esforços logísticos e financeiros, além de assegurar a efetividade na aplicação dos limitados recursos destinados à capacitação operacional e incrementar a interoperabilidade com as demais forças.

Destacaram-se também as atividades de ensino e pesquisa; o desenvolvimento da doutrina militar; o preparo contínuo dos quadros e a formação, a capacitação e o adestramento da reserva, visando à mobilização militar; bem como a busca pela reorganização do Sistema Operacional Logístico.

O Exército realizou, até outubro de 2009, 58 operações na faixa de fronteira, dentre elas 48 patrulhas de reconhecimento e 7 operações de grande vulto, das quais citamos as Operações Fronteira Sul e Curare, esta última na Região Amazônica.

No dia 10 de fevereiro de 2009, o EB prestou apoio sob a forma de transporte aéreo ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, na Operação Liberdade, no resgate de seis pessoas que estavam em poder das Forças Armadas

Revolucionárias da Colômbia - Farc, em território colombiano.

Nessa tarefa, militares do 4º Batalhão de Aviação em Manaus empregaram duas aeronaves HM-3 (Cougar) e uma aeronave HM-2 (Black Hawk).

No campo internacional, cabe citar a continuidade da participação das tropas do Exército Brasileiro no contingente das Forças Armadas junto à Organização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), onde o Brasil, há cinco anos, protagoniza os sucessos alcançados por aquela missão de paz no processo de estabelecimento de um estado democrático, estável e justo.

O acréscimo de cem militares na Companhia de Engenharia no Haiti tem possibilitado planejar e executar, com eficácia, a ampliação dos trabalhos de reforma de escolas e de hospitais, bem como a realização de obras de asfaltamento, pavimentação de vias, construção de instalações portuárias, hidráulicas, elétricas e de saneamento básico, além da participação ativa na qualificação de mão de obra local.

Em 2009, a Engenharia do Exército teve destacada participação em importantes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Dentre muitos outros trabalhos, prosseguiu-se a construção do Complexo Aeroportuário de São Gonçalo do Amarante-RN e do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Como uma de suas mais relevantes missões do final de 2009, o Exército apoiou o Ministério da Educação na segurança da distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, aplicado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2009. Nessa tarefa, o EB foi incumbido da guarda e escolta dos cadernos de questões durante o deslocamento da gráfica, em São Paulo, até os 64 postos de distribuição dos Correios nos estados.

Apesar das dificuldades existentes no exercício de 2009, as ações desenvolvidas pelo Comando do Exército - devidamente alinhadas com os macro-objetivos preconizados na Lei do Plano Plurianual - contribuíram para manter o poder de dissuasão da Força Terrestre. Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de se continuar o processo de modernização operacional das Organizações Militares do Exército, de aquisição e revitalização de blindados, de implantações de brigadas da selva, bem como de construção do aquartelamento do Comando Militar do Planalto, a fim de dotar o Exército Brasileiro das condições necessárias ao desempenho de suas atividades.

## **C - Defesa Naval**

A missão primordial da Marinha é preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da pátria. Essa atribuição requer constante manutenção do preparo das unidades navais e respectivas tripulações, além de

fuzileiros, no adequado estado de prontidão operativa, para possibilitar o provimento da segurança da navegação aquaviária e o emprego do Poder Naval, sempre que necessário.

Tendo em vista essa constante necessidade de prontidão da Marinha do Brasil - MB, foram realizadas em 2009 diversas manobras militares pelas unidades da Esquadra, com a finalidade de manter o adestramento das tropas.

Essas operações contaram com a participação de unidades de marinhas amigas como as da Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, Turquia e Venezuela, dentre outras. Os navios da Esquadra também foram empregados em missões de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção e patrulha naval, em especial nas áreas das Bacias de Campos e Santos.

No Atlântico Sul, o país tem a responsabilidade sobre uma extensa área, denominada Amazônia Azul. O litoral mede cerca de 8.500 km de extensão, dotado de aproximadamente 40 portos, bem como uma malha hidroviária de 40.000 km de rios navegáveis.

Em 2009, foi criado o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial - Proarea, com o objetivo de identificar e avaliar a potencialidade mineral de áreas localizadas na região, além do limite de nossas águas jurisdicionais, de importância econômica e político-estratégica para o Brasil.

Com essa finalidade, iniciou-se, em novembro de 2009, um trabalho de reconhecimento geológico para levantamento da potencialidade mineral dos depósitos de crosta cobaltífera da região da Elevação do Rio Grande, primeira desse gênero efetuada pelo Brasil, com o propósito específico de, futuramente, se requerer à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) uma área para prospecção e exploração mineral, conforme estabelece a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Dos assuntos afetos à Marinha do Brasil, ressalta-se a importância do Programa Antártico Brasileiro - Proantar, instituído em janeiro de 1982, com o objetivo de desenvolver pesquisas no Continente Antártico, para ampliar o conhecimento dos fenômenos naturais que ali ocorrem e sua repercussão no território brasileiro, e preservar o direito de o Brasil participar das reuniões consultivas periódicas sobre o Continente Antártico, conforme prevê o art. IX do Tratado da Antártida.

Uma das condições para permanência do Brasil nesse grupo é a manutenção da atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio regular de expedição àquela região. Por essa razão, o Brasil mantém uma base denominada Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF no Continente Antártico.

A importância da presença brasileira naquela região para a sociedade é o alto nível alcançado pela previsão meteorológica realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, órgão que mantém uma equipe permanente na EACF, cujo trabalho beneficia todos os setores que necessitam de informação sobre o clima.

Em 2009, foi iniciada a Operação Operantar XXVIII, com a saída do navio de apoio oceanográfico “Ary Rongel” e do navio polar “Almirante Maximiano”, que partiram do Rio de Janeiro em outubro e chegaram à Região Antártica no início de novembro. O tempo de permanência na região será de aproximadamente seis meses. Durante esse período, os navios serão utilizados, também, como plataforma para o desenvolvimento de atividades de campo para vários projetos.

Na presente expedição, o Programa Antártico Brasileiro desenvolverá atividades de pesquisa de projetos dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, como o de Monitoramento Ambiental e o da Criosfera; de dez projetos do Ano Polar Internacional (em continuação); e de dois projetos de demanda espontânea: Antropologia (UnB) e Arqueologia (UFMG).

Esses projetos versam sobre temas variados, tais como: mudanças ambientais na Antártica e seus impactos globais, monitoramento ambiental da Baía do Almirantado e estudos complementares sobre a fauna e flora local, dentre outros.

Ainda no âmbito das atividades da Marinha do Brasil, merece destaque o Programa Nuclear da Marinha - PNM, executado pelo Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo - CTMSP, que visa capacitar o país a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta de geração de energia elétrica, incluindo-se aí a confecção do reator nuclear.

Em 2009 continuaram em plena capacidade as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear, com previsão de prontificação de todo o Programa em 2014.

Tais atividades possibilitaram a inserção do Brasil no seleto grupo de detentores dessas tecnologias estratégicas, utilizadas em diversos segmentos, cujo conhecimento não é compartilhado.

O CTMSP também é responsável pela produção, em escala laboratorial, de matéria-prima utilizada em blindagem balística leve.

Possui, ainda, a capacidade de produção, em escala semi-industrial, de combustível nuclear avançado para emprego em usinas nucleares modernas, bem como pela produção de materiais cerâmicos especiais e desenvolvimento de sensores inerciais, ambos destinados ao setor militar e com aplicação no setor industrial e petrolífero.

Pode-se destacar o grande avanço na implantação da Unidade de Produção do Hexafluoreto de Urânio – Usexa,

por meio das aquisições de equipamentos, instrumentação, válvulas especiais e sistemas para armazenamento de ácido fluorídrico.

Com o aproveitamento do arrasto tecnológico obtido no desenvolvimento do PNM, foram firmados convênios e contratos entre a Marinha e órgãos do Governo Federal, empresas públicas e privadas, em várias áreas, destacando-se a continuidade do contrato com as Indústrias Nucleares do Brasil - INB, pelo qual a Marinha constrói e comissiona cascatas de ultracentrífugas para enriquecimento isotópico de urânio, necessário à produção dos elementos combustíveis para utilização nas Usinas Nucleares de Angra dos Reis, e do convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para a implantação de uma cascata de enriquecimento isotópico no Laboratório de Enriquecimento Isotópico - LEI, no Centro Experimental Aramar.

Cabe ressaltar que o arrasto tecnológico do Programa Nuclear da Marinha apresenta inegáveis benefícios, tais como a nacionalização de itens que permitirá um incremento nas demandas às indústrias brasileiras, possibilidade de geração de energia elétrica, de empregos diretos e indiretos e desenvolvimento de equipamentos e processos para a produção de elementos radiofármacos aplicados à medicina nuclear.

#### **D - Defesa Aérea**

Em 2009, a Força Aérea Brasileira - FAB, além de suas atribuições constitucionais, exerceu as mais diversas atividades em prol do bem-estar da sociedade e do desenvolvimento do Brasil.

Para cumprir a missão de “Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional, com vistas à Defesa da Pátria”, deu seguimento ao Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea, por meio da aquisição e modernização de equipamentos e de aeronaves.

Destaca-se no referido Plano, a incorporação de Aeronaves de Transporte e de Asas Rotativas e, ainda, a preparação e adequação da Infraestrutura de diversas Organizações Militares, para que pudessem receber os novos equipamentos.

Quanto à participação no Programa de Aceleração do Crescimento, a FAB atuou na recuperação de 11 aeródromos no estado do Amazonas localizados em Parintins, Maués, Barcellos, Manicoré, Fonte Boa, Eirunepé, Lábrea, Borba, Humaitá, Santa Isabel do Rio Negro e São Paulo de Olivença.

No tocante ao treinamento e capacitação da Força, foram realizados, em todas as regiões do território nacional, a Operação Porteira Fechada, com o objetivo de realizar o policiamento do espaço aéreo brasileiro, e o Exercício Comdaex, em Curitiba-PR, Canoas-RS e Santa Maria-RS, com o objetivo de realizar adestramento na condução de Operação de Defesa Aeroespacial.

Além dessas manobras, diversos exercícios operacionais foram conduzidos pelas quatro Forças Aéreas e os sete Comandos Aéreos Regionais, visando ao adestramento dos seus Estados-Maiores e das Unidades Aéreas subordinadas.

Com os recursos orçamentários recebidos na Ação 2048 - Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico - foi possível alcançar o esforço aéreo de 171.912 horas de voo, com um índice de disponibilidade anual médio de 57,32%, referentes à média de 274 aeronaves disponíveis.

No campo científico e tecnológico, o Comando da Aeronáutica atuou na pesquisa e no desenvolvimento de projetos de interesse de sua área de atuação, conduzidos pelos institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA.

Nesse contexto, a principal contribuição desse Comando para fomentar o parque aeroespacial brasileiro está na excelência da formação de recursos humanos, promovida pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA.

Atualmente, mais de 80% dos engenheiros graduados e mais de 90% dos mestrands e doutorandos formados pelo Instituto atuam em empresas do setor aeroespacial. Em 2009, o ITA formou 29 doutores e 180 mestres.

Quanto às pesquisas e ao desenvolvimento na fronteira do conhecimento, cabe registrar que o Brasil, por meio do DCTA, vem se destacando no cenário internacional, ao realizar os ensaios de um modelo em escala da aeronave hipersônica denominada 14-X, no maior túnel aerodinâmico hipersônico da América Latina.

O DCTA, ainda, concebeu e instalou a infraestrutura laboratorial para realizar, em 2009, o primeiro ensaio no mundo de um modelo de veículo hipersônico propulsado a laser, além de desenvolver o primeiro Motor Aeronáutico a Pistão Flex no mundo, que foi projetado, e será certificado, para operar em pequenas aeronaves da aviação civil.

No domínio das tecnologias estratégicas, o DCTA, em parceria com empresas do parque aeroespacial brasileiro, acionou, em laboratório, o primeiro Turboreator Aeronáutico Brasileiro a querosene de aviação, o que insere o Brasil no seleto grupo de países que detêm tal tecnologia. O DCTA realizou, também, o ensaio de queima em banco do Motor S-43, que é um propulsor a propelente sólido usado nos 1º, 2º e 3º estágios do Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) brasileiro.

Além disso, obteve também a certificação do Foguete Suborbital VSB - 30, cujo desenvolvimento foi iniciado em 2001, pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em parceria com a Agência Espacial Alemã (DLR). O Foguete VSB - 30 será usado para realizar estudos científicos em ambiente de microgravidade.

Após o acidente com o VLS - 1, a Agência Espacial Brasileira - AEB solicitou que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - IFI do DCTA passasse a atuar como órgão certificador dos produtos aeroespaciais

brasileiros, haja vista sua comprovada capacidade de certificação na área de produtos para a Aeronáutica em geral.

O processo de certificação do foguete VSB - 30 foi o primeiro a ser totalmente realizado pelo IFI. A certificação de um veículo espacial coloca o Brasil na vanguarda da atividade de certificação de veículos espaciais, de extrema importância para a soberania nacional.

No Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), em Natal - RN, foram realizados seis rastreios do foguete Ariane, do voo 187 ao 192, em cumprimento ao acordo internacional firmado com a Agência Espacial Européia. Também foi efetivada, com êxito, a Operação Fogtrein II, com o lançamento do Veículo de Treinamento Básico e de dois foguetes de treinamento.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) representa uma atividade vital para o desenvolvimento do país, pois traz, na sua essência, a viabilização de objetivos nacionais relevantes, como a preservação da soberania e da integridade nacionais, além da prestação de serviço de utilidade pública, traduzido pelo provimento de segurança, fluidez e regularidade na circulação de veículos no espaço aéreo nacional, onde se inclui a indispensável atividade de transporte aéreo, destacando-se como principais realizações os seguintes programas:

- Implantação de Meios de Vigilância do Espaço Aéreo - continuidade à implantação ou substituição de Sistemas de Radar de Terminal, nas localidades de Natal, Fortaleza, Porto Seguro, Macaé, Navegantes e Rio de Janeiro. Deu-se início ao processo de compra de seis Sistemas de Radares de Longo Alcance para a substituição dos atuais radares existentes em Chapada dos Guimarães, Santa Teresa, Três Marias e Tanabi, bem como ao incremento desses tipos de radares nas localidades de Teresina e Palmas;
- Implantação de Meios de Apoio às Operações Aéreas Militares - instalação, no Aeródromo de Porto Velho, de Sistema de Radares Transportáveis do tipo GCA, composto por Radares Primário e Secundário de Área Terminal e Radar de Aproximação de Precisão. Além disso, deu-se continuidade às modernizações dos Radares de Aproximação de Precisão existentes nas localidades de Santa Cruz, Santa Maria, Canoas e Anápolis;
- Implantação de Meios de Meteorologia Aeronáutica - implantação de Radar Meteorológico na localidade de São Luís, o qual se integrou a um conjunto de outros dez radares que já se encontram em operação na Amazônia Legal; início da instalação de novas Estações Meteorológicas de Superfície recém-adquiridas, em onze aeródromos, dentre os quais, Eduardo Gomes, Belém, São José dos Campos, Pirassununga, Uberlândia, Porto Seguro e Cachimbo. Iniciou-se também a modernização de trinta Estações Meteorológicas de Altitude e o processo para aquisição de outras quinze Estações Meteorológicas de

Superfície, que serão empregadas em vários aeródromos nacionais, visando à segurança das operações de pouso e decolagem.

Quanto ao gerenciamento de tráfego aéreo, foi realizada a reestruturação da circulação aérea para a Área de Controle Terminal Belo Horizonte (TMA-BH), com redirecionamento das aerovias para Vitória, Brasília e São Paulo, e ativação de novos procedimentos de saída e chegada para os Aeroportos de Confins e Pampulha, assim como o redirecionamento e ativação de Rotas de Navegação de Área - RNAV de longo curso, para permitir a redistribuição do tráfego de maneira equilibrada entre as Regiões de Informação de Voo (FIR) nacionais.

Na área de Tecnologia da Informação, foram realizadas a modernização e a padronização de torres de controle, a inauguração das novas torres de Congonhas e Galeão e iniciados trabalhos nas torres de Curitiba, Confins, Belém e Florianópolis.

No que concerne aos Serviços de Navegação Aérea, sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - Decea, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro obteve da Organização de Aviação Civil Internacional, a segunda colocação em termos de conformidade, com um índice de 95%.

Este resultado coloca o Brasil num patamar de destaque, superior a diversos países desenvolvidos, como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Austrália.

Merecem registro os resultados obtidos pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Cenipa, que atingiu um nível de conformidade de 96%, empatado com o primeiro colocado no ranking mundial, a EASA (*European Aviation Safety Agency*), e à frente de países como os Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Alemanha, Austrália, China e Índia.

No que tange à projeção do Brasil na América do Sul, tendo como enfoque principal o emprego conjunto de meios destinados à detecção, interceptação e adoção de medidas de policiamento do espaço aéreo contra tráfegos ilícitos simulados, na área da fronteira entre o Brasil e países limítrofes, a FAB realizou as seguintes operações internacionais: Prata VI - Operação com a Força Aérea Argentina, executada a partir de Santa Maria - RS, para proteção da fronteira do Brasil com a Argentina; Colbra III - Operação com a Força Aérea Colombiana, executada a partir de São Gabriel da Cachoeira - AM com vistas a resguardar a fronteira do Brasil com a Colômbia; e Parbra II - Operação com a Força Aérea Paraguaia, desenvolvida a partir de Assunção, para proteger a fronteira do Brasil com o Paraguai.

A FAB também participou da Operação Salitre, em outubro de 2009, no Chile, tendo como objetivo realizar uma operação de grande porte, que envolveu a Aviação de Caça e Aeronaves de Reabastecimento em Voo, integradas com as Aviações similares das Forças Aéreas do Chile, Argentina e Estados Unidos e França.

No relacionamento com as demais Forças Armadas brasileiras, a FAB apoiou a Marinha do Brasil na Operação Patnav/Atlântico, que teve como objetivo realizar a patrulha marítima, em cumprimento às ações de vigilância do mar.

Apoiou, também, a missão de fiscalização do cumprimento das normas e leis estabelecidas nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e no Programa Antártico Brasileiro, coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, com o transporte de equipamentos, materiais e pessoal, com alocação de 450:00 horas de voo.

A FAB apoiou o Exército Brasileiro no Plano de Missões Conjuntas - PMC; no Plano de Apoio à Amazônia - PAA, com a previsão de utilização de 1.432:00 horas de voo; e também o Contingente de Militares Brasileiros no Haiti, integrante da Força de Paz da ONU, sob coordenação do Ministério da Defesa do Brasil/ONU, com o objetivo de manter a ordem política e social naquele país, com a previsão de utilização de 884:25 horas de voo.

## **E - Ação Combinada e Conjunta das Forças**

Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, o Ministério da Defesa realiza, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa - EMD, exercícios de operações conjuntas, visando ao adestramento das Forças, com o objetivo de mantê-las preparadas, de maneira que estejam em condições de, a qualquer tempo e quando acionadas, promover a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem em nosso país, com atuação integrada.

Dessa forma, o EMD tem adotado a sistemática de promover, anualmente, a realização de planejamentos conjuntos, tanto em nível estratégico como em nível operacional, que são testados, no ano seguinte, com a realização de exercícios operacionais de adestramento, os quais ocorrem nas mais diversas regiões do país.

Tais exercícios, denominados Operações Combinadas/Conjuntas, têm por objetivo estratégico, além do treinamento e da integração, demonstrar as capacidades e o poder dissuasório das Forças Armadas Brasileiras, nas diversas áreas de interesse estratégico do Brasil.

Outra meta a ser alcançada consiste em agregar capital intelectual aos participantes, para permitir o aumento da interoperabilidade entre os diversos sistemas das Forças, bem como a atualização da Doutrina Básica de Emprego Combinado.

Nessa linha de ação, o Estado-Maior de Defesa coordena e realiza seminários e cursos sobre temas militares, voltados principalmente para o emprego das Forças e para as operações de paz.

Esses eventos destinam-se a ampliar a interação entre os integrantes das três Forças, difundir e ampliar conhecimentos, estabelecer doutrina e formas de atuação, de modo a tornar o emprego conjunto cada vez mais eficaz.



No contexto das ações combinadas, destaca-se a atuação das Forças Armadas Brasileiras na Missão de Paz no Haiti, onde Marinha e Exército, com apoio logístico da Força Aérea, participam do esforço internacional conjunto de trazer a paz e o desenvolvimento para aquele país.

Ainda, em nível internacional, são realizadas reuniões e treinamentos envolvendo os Estados-Maiores de Forças Armadas de países amigos, o que possibilita a troca de experiências e conhecimentos, além de aproximar as Forças, contribuindo com as medidas de confiança mútua e com a política externa brasileira.

As ações combinadas ou conjuntas das Forças Armadas foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Preparo e Emprego das Forças Armadas, cujo objetivo é atender à necessidade de proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e de elevada capacidade operacional, com as Forças Armadas atuando de forma combinada ou conjunta.

As principais realizações do Programa, no exercício de 2009, estão detalhadas adiante, uma vez que esse se constitui um dos cinco programas estruturantes do Ministério da Defesa.

#### **F - Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária**

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero administra 67 aeroportos, 34 terminais de logística de carga e 80 estações de apoio à navegação aérea, e está presente em todas as unidades da Federação.

Os aeroportos administrados pela Infraero concentram cerca de 97% do movimento do transporte aéreo regular. O número de pousos e decolagens equivale a 2,3 milhões de aeronaves nacionais e estrangeiras, conforme nova metodologia de cálculo, que transportam aproximadamente 124,7 milhões de passageiros por ano.

Em 2009, a Infraero realizou investimentos estratégicos, que se alinham com as diretrizes do Governo Federal, as quais visam promover o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda.

Esses investimentos destinaram-se a suprir as necessidades de ampliação da capacidade de operação dos aeroportos, imposta pelo aumento da demanda e pela necessidade de manutenção da qualidade, segurança, conforto e eficiência operacional da rede de aeroportos e unidades de navegação administrados pela empresa.

A fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do país, os investimentos foram direcionados aos aeroportos com maior grau de comprometimento da capacidade de tráfego de aeronaves, passageiros e carga, bem como àqueles de interesse estratégico do Governo Federal.

A infraestrutura aeroportuária brasileira, que pode ser equiparada aos padrões internacionais, está sendo modernizada para atender à demanda dos próximos anos. Para isso, a empresa pratica um plano de obras arrojado,

que abrange praticamente todos os aeroportos por ela administrados e gera mais de 50 mil empregos em todo o Brasil.

Garantir a segurança de milhares de passageiros que transitam diariamente pelos aeroportos brasileiros é preocupação constante da Infraero. Sendo assim, no ano de 2009, a Empresa priorizou ações que visaram a ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira, buscando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal, de manter a segurança operacional e a adequação da infraestrutura aeroportuária.

O grande desafio da Infraero tem sido compatibilizar o crescente aumento da demanda de passageiros com a manutenção do conforto e da segurança de todos os que utilizam os terminais administrados pela Empresa. Por isso, traçou novas estratégias e objetivos e criou um plano para fortalecer ainda mais a segurança aeroportuária e o conforto dos milhões de usuários que, cada vez mais, utilizam os aeroportos brasileiros.

O Programa de Desenvolvimento de Aeroportos da Infraero concentra a maioria dos recursos investidos no Plano de fortalecimento da segurança dos aeroportos.

Em 2009, esses investimentos foram direcionados para a recuperação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Galeão; a execução de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização horizontal e de obras de infraestrutura de sistemas de auxílio e proteção ao voo do novo complexo aeroportuário em São Gonçalo do Amarante; a revitalização, modernização e manutenção do primeiro e do segundo terminal de passageiros do Galeão, a ampliação e reforço do pátio de aeronaves e da pista de pouso/decolagem do Aeroporto de Parnaíba e a desapropriação das áreas para viabilizar a construção da segunda pista do Aeroporto Internacional de Campinas, dentre outros.

No Programa de Desenvolvimento da Segurança Aeroportuária, destacam-se como principais resultados a reforma e modernização de equipamentos de segurança, responsáveis pelo funcionamento de áreas imprescindíveis à segurança aeroportuária e a modernização dos equipamentos utilizados para proteção contra atos ilícitos.

Destacam-se ainda os investimentos voltados aos módulos de segurança aeroportuária, que envolveram ações de reforma, ampliação, adequação e modernização dos componentes indispensáveis à otimização da segurança, bem como reforma de guaritas, cercas e muros, o que permitiu melhorias no sistema de proteção perimetral dos aeroportos, e por fim a reforma dos postos de primeiros socorros visando melhorias nos atendimentos médicos de emergência e modernização dos sistemas de vigilância.

Nas iniciativas do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia, Sistemas Aeronáuticos e Aeroportuários, a realização dos investimentos contribuiu para a melhoria da infraestrutura para suporte de sistemas, bem como para o desenvolvimento e modernização dos sistemas

administrativos, provendo, desta forma, aumento na eficácia e eficiência dos serviços prestados pela Infraero.

Destaca-se ainda a melhoria da infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia, o que aumentou a capacidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços prestados, proporcionando maior produtividade dos sistemas operacionais e de navegação aérea, assim como a atualização dos equipamentos para a sustentabilidade dos sistemas administrativos da Infraero, visando à continuidade dos serviços prestados e abrangendo a gestão de riscos e segurança da informação da Tecnologia da Informação.

Por fim, o Programa de Gestão Ambiental vem pautando o planejamento orçamentário, com foco no cumprimento das condicionantes legais dos processos de licenciamento ambiental, bem como no atendimento da Política Ambiental da Empresa, que é assegurar a minimização dos impactos ambientais decorrentes da implantação, operação e da expansão dos aeroportos.

## G - Aviação Civil

No campo técnico, a segurança operacional dos serviços aéreos e da aviação geral permanece como prioridade no escopo das atividades rotineiras da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e dos demais integrantes do Sistema de Aviação Civil. Consolidou-se, assim, em 2009, o foco setorial em torno do trinômio segurança-regularidade-pontualidade.

Dos resultados obtidos, destaca-se a redução de 23% no número de acidentes da aviação geral em relação ao ano anterior. Nesse sentido, foi aprovado nos termos da Resolução nº 106, de 30/6/2009, o Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional - SGSO, que vem se consolidando como eficiente ferramenta para a redução dos acidentes aeronáuticos no país.

A partir da constatação de que parcela significativa dos acidentes aeronáuticos ocorre na aviação geral, a ANAC instituiu a obrigatoriedade de adoção dos programas de segurança operacional desse segmento. Dessa forma, a Agência investiu em capacitação profissional por meio da realização de cursos de gerenciamento da segurança operacional, nos quais se formaram cerca de 210 gestores de segurança operacional para a aviação geral.

Merece destaque na área de certificação, a emissão do Certificado de Homologação de Tipo da aeronave EMB-505, de fabricação nacional, o que permitiu também a certificação de outros países e viabilizou a exportação das aeronaves produzidas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - Embraer. Nesse sentido, foram emitidos 270 certificados de aeronavegabilidade de novos aviões destinados tanto à exportação, quanto ao mercado interno, e mantidos 29 acordos internacionais relacionados à certificação de produtos.

Empenhada na ampliação e consolidação de uma política de capacitação e desenvolvimento de pessoas para a

aviação civil, a ANAC assinou, em setembro de 2009, o Protocolo de Intenções do Pólo de Capacitação Aeronáutica, em São José dos Campos (SP). Essa iniciativa visa ao incentivo do surgimento de novos profissionais na área de tecnologia, uma vez que esse é um mercado em forte crescimento.

O objetivo é tornar os profissionais aptos a atender as demandas futuras da indústria do setor, que tem em São José dos Campos um dos maiores fabricantes de aeronaves do mundo, a Embraer.

No ano de 2009, o tráfego aéreo no Brasil teve um crescimento de aproximadamente 17,65% no fluxo de passageiros transportados em relação ao ano anterior. No entanto, a demanda por voos internacionais, impactada pela crise econômica mundial no primeiro semestre, não apresentou variação significativa, apesar de sua recuperação de aproximadamente 6% no segundo semestre.

Grande parte desse crescimento foi impulsionada pelo estabelecimento da liberdade tarifária, que já vigorava nos voos domésticos. Em 2008, essa prática foi ampliada para os trechos da América do Sul e, em 2009, foi gradativamente estendida para todos os voos internacionais. Há previsão legal de que essa liberdade tarifária seja totalmente praticada em 2010, conforme dispõe a Resolução nº 83, de 22/4/2009.

Destaca-se ainda a revisão das normas internacionais referentes às áreas de aeronavegabilidade, infraestrutura e de segurança operacional, que atingiu, até novembro de 2009, 30% dos regulamentos revistos, atualizados e transformados em Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil, alinhados com a Lei nº 11.182/2005, com os anexos da Convenção de Chicago e com as melhores práticas internacionais.

No campo das relações internacionais, o Brasil passou por uma auditoria realizada pela Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, que elevou de 62,6% para 87,3% a avaliação do país no cumprimento das normas internacionais da aviação.

A média mundial entre os países auditados pela OACI é de 58%. De acordo com a Organização, o Brasil ocupa o 9º lugar entre todos os países auditados e, considerando-se somente os integrantes do G-20, a posição brasileira é o 5º lugar. Os protocolos da ANAC – que correspondem a 70% da auditoria da OACI – atenderam a 84% das exigências.

Ainda no ano de 2009, a *Federal Aviation Administration - FAA*, órgão regulador nos Estados Unidos, concedeu 100% de aprovação à aviação brasileira, nas áreas de aeronavegabilidade, segurança operacional e habilitação da ANAC. Isso significa a manutenção do Brasil na 1ª categoria dos países que mantêm tráfego aéreo com os Estados Unidos, o que habilita as empresas brasileiras a voarem para aquele país sem restrições.

A ANAC, seguindo as orientações de seu marco regulatório para o mercado internacional (Lei nº 11.182/2005;

Resolução nº 07/Conac e PNAC), renegociou 26 acordos bilaterais com os seguintes países: África do Sul, Austrália, Bélgica, Chile, Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, França, Luxemburgo, Peru, Reino Unido, Rússia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, Panamá, Angola, Hong Kong, Coreia, Colômbia, Moçambique, Israel, Egito, República Dominicana, Suriname e Marrocos.

No cumprimento do marco regulatório instituído, as delegações negociadoras objetivaram a melhoria do acesso a mercados. Em primeiro lugar, buscou-se a eliminação de restrições à oferta de novos serviços e o combate a eventuais reservas de mercado, ampliando-se substancialmente o número de frequências mistas acordadas nos mercados identificados.

Por constituir-se em insumo direto à cadeia produtiva de outros setores da economia brasileira, atenção especial foi concedida ao mercado de carga com origem e destino Brasil.

Ainda no que diz respeito a acesso a mercados, foram flexibilizadas as disposições quanto a quadro de rotas e direitos de tráfego. No que tange à necessidade de modernização de acordos, foram sistematicamente renegociadas as cláusulas sobre designação, tarifas e código compartilhado.

## **H - Ações de Apoio à Sociedade Civil**

### **Projeto Rondon**

Sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Projeto Rondon foi reinaugurado pelo Governo Federal em janeiro de 2005, depois de ficar desativado por 14 anos. Durante o período de férias escolares, professores e estudantes universitários são levados a regiões carentes do país, para colaborar no processo de desenvolvimento sustentável nas comunidades visitadas. Essa oportunidade proporciona aos participantes o conhecimento da realidade nacional e a formação de mentalidade cívica e solidária, o que contribui para a consolidação do sentimento de responsabilidade social.

O Projeto é realizado por meio da parceria entre as Forças Armadas, que fornece o suporte logístico e a segurança necessários às operações, e diversos ministérios, e conta ainda com a colaboração de governos estaduais, prefeituras municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de Organizações da Sociedade Civil.

Os “rondonistas” realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Destacam-se as campanhas educativas relacionadas à proteção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce, uso de drogas ilícitas e prevenção de DST e AIDS; elaboração de projetos técnicos (de engenharia e de saneamento ambiental) para a construção de aterros sanitários e para a coleta e

tratamento de resíduos sólidos; capacitação de recursos humanos das prefeituras em gestão pública e em gestão de projetos e organização e capacitação dos Conselhos Municipais.

Em 2009 foram habilitados 1.770 “rondonistas” de 235 Instituições de Ensino Superior (IES), que atuaram em 120 municípios dos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Goiás, Paraíba e Rio Grande do Sul. Desde a primeira operação, após a reativação do projeto em janeiro de 2005 e até dezembro de 2009, foram habilitados 6.538 “rondonistas” de 697 IES, que atuaram em 440 municípios.

### **Combate a Pandemias e Epidemias**

Em 2009, o Ministério da Defesa prosseguiu com as ações de preparação para eventual necessidade de atuação das Forças Armadas, dentro do esforço governamental de enfrentamento de uma pandemia de influenza. A ênfase foi dada às ações de prevenção da Influenza A - H1N1, inicialmente denominada “gripe suína”.

O Ministério realizou, no exercício de 2009, atividades de coordenação, elaboração e atualização dos Planos de Aeroportos, de Portos e de Fronteiras, referentes às ações de preparação em face da pandemia de influenza, com grande repercussão no ambiente de saúde pública nacional; apoiou, por meio de equipamentos eletrônicos de comando e controle e de pessoal militar especializado, os simulados conduzidos pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com vistas ao enfrentamento do vírus da influenza em áreas remotas, supostamente infectadas; utilizou os laboratórios militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em conjunto com a Fiocruz/MS, para a produção do medicamento “oseltamivir”, recomendado pela OMS, com vistas ao tratamento de pacientes infectados.

As Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa, atuaram ainda no combate à epidemia de dengue no estado da Bahia, nos meses de março e abril de 2009. A atuação foi voltada ao combate ao vetor e identificação dos locais contaminados.

As Forças viabilizaram o deslocamento de equipes médicas em áreas de difícil acesso. Essas ações permitiram diminuir a incidência da doença e possibilitaram o atendimento médico a milhares de pessoas, de modo a minorar os problemas da população afetada pela dengue.

A Marinha do Brasil também participou de ações de combate à dengue em quase todo o Brasil, em parceria com diversos órgãos governamentais, destacando-se a atuação no Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Amazonas.

No exercício de 2009, o Exército apoiou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, no controle da proliferação da gripe A - H1N1 e no controle sanitário das passagens de fronteiras nos estados do Acre, Roraima, Amapá, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De janeiro a março de 2009, o Exército desenvolveu operações em apoio às secretarias

municipais de saúde dos estados do Pará, Acre e Goiás, nas ações de combate ao mosquito transmissor da dengue.

### **Apoio às Eleições Municipais Suplementares de 2008**

No decorrer do ano de 2009, sob a coordenação do Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior de Defesa, as Forças Armadas prestaram apoio ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE na execução da logística e na segurança institucional, por meio de ações para garantir a lei e a ordem nas eleições municipais suplementares de 2008, atuando em oito municípios de vários estados, sendo eles: Feijó/AC; São Pedro do Piauí/PI; Francinópolis/PI; Coari/AM; Japurá/AM; Amarante do Maranhão/MA; Centro Novo do Maranhão e Vila Nova dos Martírios/ MA, onde aconteceram novas eleições.

### **Apoio ao Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**

O Ministério da Defesa, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa, apoiou, no período de 3 a 6 de novembro, a realização das provas do Enem. Esse apoio limitou-se à guarda, segurança e transporte das provas das agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT aos seus locais de realização. Ao Exército Brasileiro coube armazenar e guardar, em várias Organizações Militares, os paletes que continham as provas, até serem enviados aos pontos de distribuição e locais de realização do Exame, em 74 diferentes municípios de todas as unidades da Federação. A Marinha, por sua vez, transportou funcionários e provas a onze municípios de difícil acesso no estado do Amazonas, utilizando-se de um navio-patrolha e onze lanchas. A Força Aérea, a exemplo da Marinha, realizou o transporte de pessoal e material, utilizando-se de uma aeronave Brasília e duas aeronaves Caravan, em oito municípios do estado do Amazonas; cinco do Acre e um em Roraima.

### **Ajuda Humanitária Internacional**

Por solicitação do Ministério das Relações Exteriores, o Estado-Maior de Defesa - EMD coordenou o transporte de alimentos e medicamentos para doação, em caráter de assistência humanitária, aos flagelados por desastres naturais em vários países do continente latino-americano, entre eles: Cuba, Haiti, República Dominicana, Bolívia e Equador, utilizando aeronaves da Força Aérea Brasileira e navios da Marinha do Brasil.

### **Demais ações do Ministério da Defesa em prol da Sociedade Civil**

No Rio Grande do Sul, a Marinha prestou apoio ao resgate dos desabrigados, que tiveram suas residências inundadas pelas águas do Canal São Gonçalo, na localidade do Capão do Leão-RS. O mau tempo, com fortes chuvas e ventos de aproximadamente 100 km por hora, interrompeu estradas na região sul do estado, o que impediu, inclusive, o acesso à capital pela BR-116 e deixou várias famílias desabrigadas, sem luz e abastecimento de água.

A Capitania dos Portos do Piauí atendeu à solicitação das Prefeituras Municipais de Parnaíba e Esperantina, no apoio às vítimas das enchentes no estado do Piauí e contribuiu com pessoal, embarcações e viaturas; realizou a evacuação de enfermos e de famílias ilhadas, além de entregar alimentos e medicamentos aos desabrigados.

Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais realizaram ações de controle de tráfego marítimo e fluvial, inspeção naval e missões de caráter assistencial. A participação de navios de assistência hospitalar nessas ações possibilitou o incremento do atendimento médico-hospitalar às comunidades carentes.

Merecem destaque também as assistências hospitalares e as ações cívico-sociais realizadas pela Marinha em 453 localidades da Região Norte e 79 localidades da Região Centro-Oeste. Ao todo foram efetuados 57.402 atendimentos médicos e 68.851 atendimentos odontológicos, dentre outros procedimentos e exames; e prestou-se assistência a vítimas das enchentes nas Regiões Norte e Nordeste, em 19 localidades, onde foram realizados 1.300 atendimentos médicos-odontológicos, 10.000 procedimentos ambulatoriais, transporte de 35 toneladas de gêneros e medicamentos e resgate de 200 pessoas.

Dentre as mais de 111 operações de socorro e salvamento realizadas em 2009, cabe destacar a operação de busca por sobreviventes e destroços da aeronave da Air France, voo 447, acidentada em águas de responsabilidade SAR (*Search and Rescue*) do Brasil, distante das bases da MB, onde foram empregados onze navios e seis aeronaves embarcadas, envolvendo 1.350 militares.

Por sua vez, o Exército apoiou diversos órgãos e empresas, para os quais forneceu alimentação, transporte e alojamento de pessoas e materiais de combate a incêndios, e realizou operações de busca e salvamento. Pode-se citar como exemplo de entidades apoiadas, o Ibama; o Ministério Público Federal; a Companhia Vale do Rio Doce; a Primeira Comissão Demarcadora de Limites - PDCL; a Petrobrás; o grupo de trabalho responsável pela identificação de corpos dos guerrilheiros e militares mortos no episódio conhecido como "Guerrilha do Araguaia"; a Polícia Federal; o Corpo de Bombeiros do Estado do Acre; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.

Em função das fortes chuvas que atingiram diversas regiões do Brasil, o Exército desenvolveu importante apoio em prol das vítimas.

Foram realizadas as atividades de assistência às populações desabrigadas, principalmente na evacuação de pessoas isoladas pelas águas, desobstrução de vias, transporte e distribuição de geradores de energia, caixas d'água, colchões, cobertores, roupas e alimentos.

O Exército Brasileiro continuou o desenvolvimento da Operação Pipa, destinada a minorar o sofrimento imposto à população do sertão nordestino pela seca constante.

A operação em questão compreendeu o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o transporte, a desinfecção e a distribuição da água potável nas microrregiões em situação de emergência.

Particularmente, cabe ressaltar a participação da FAB, em 2009, no socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas no estado de Santa Catarina, ocasião em que foram transportados 2.088 passageiros e 523.148 kg de carga. O Hospital de Campanha da Aeronáutica - HCAMP, instalado no Vale do Itajaí, atendeu, em 19 dias, um total de 2.916 pessoas e distribuiu mais de 63 mil medicamentos. Do mesmo modo, avultou os trabalhos da busca e resgate das vítimas do acidente aéreo ocorrido no Oceano Atlântico com o Airbus A-330 da Air France, Voo 447, em 31 de maio de 2009, quando foram voadas 1.335:00 horas, com 10 aeronaves e 250 militares deslocados.

A FAB prestou apoio a diversos órgãos e entidades, principalmente, no transporte de cargas e pessoas.

Como exemplo, pode ser citado o transporte de agentes da Polícia Federal, para participar de diversas operações realizadas em vários pontos do país; o transporte do efetivo que participou das operações da Força Nacional de Segurança Pública para diferentes regiões do país; o apoio às operações da Justiça no traslado de presos entre as diversas penitenciárias federais; o apoio ao Projeto Rondon e ao Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam e o apoio à Comissão Demarcadora de Limites, na busca e ratificação dos marcos fronteiriços do extremo norte do país.

As aeronaves do Comando-Geral de Operações Aéreas - Comgar foram constantemente acionadas para apoio aos cidadãos necessitados de atendimento emergencial, com destaque para o apoio às vítimas de enchentes do Nordeste, nas regiões atingidas nos estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte.

Também foram utilizadas para apoiar operações de combate a incêndios florestais, evacuação aeromédica, assim como a Missão de Misericórdia (MMI), realizada para remover enfermos e feridos, para locais com melhores condições de atendimento médico-hospitalar.

O Comgar, por intermédio dos Comandos Aéreos Regionais e Bases Aéreas, promoveu diversas operações Aciso (ação cívico-social), por conta própria ou em cooperação com diversas organizações de assistência social das localidades envolvidas, para levar às comunidades carentes atendimento médico, odontológico, laboratorial e psicológico, medicamentos e alimentos, lições de cidadania e a esperança em uma vida melhor.

No que concerne à campanha de vacinação, a FAB transportou profissionais da Fundação Nacional de Saúde - Funasa para realização de campanhas em cerca de 450 comunidades isoladas do interior do país.

Destaca-se, também, o transporte dos técnicos da Comissão do IBGE e da *Land and Survey Commissione* até

os pontos mais setentrionais do país, com a utilização de helicópteros; o apoio ao Programa Calha Norte – iniciativa coordenada pelo Ministério da Defesa para apoio às áreas de fronteira internacional da Região Amazônica; e atendimentos específicos à Presidência da República, Ministérios, Poder Legislativo e Poder Judiciário, na esfera federal.

Considerando a orientação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de empregar todas as forças disponíveis para minorar o sofrimento das populações mais carentes e assisti-las com os meios possíveis para acelerar seu desenvolvimento na direção da cidadania plena, o Comando da Aeronáutica incrementou, em 2009, as atividades do Correio Aéreo Nacional, voltadas especialmente para os setores mais longínquos do território.

## **Execução Orçamentária do Ministério da Defesa**

### **Orçamento Fiscal e da Seguridade Social**

#### **Função Defesa Nacional**

A Constituição Federal estabelece, no art. 21, III, que compete à União assegurar a Defesa Nacional. Segundo o art. 142 da CF, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

#### **Execução Orçamentária das Ações Relativas à Função Defesa Nacional**

O orçamento de 2009 do Ministério da Defesa foi contemplado nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, na função Defesa Nacional, com o montante de R\$ 29.272,4 milhões em dotações orçamentárias, distribuídos nos seguintes grupos de despesas:

- Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 15.019,1 milhões;
- Outras Despesas Correntes: R\$ 7.157,5 milhões;
- Investimentos: R\$ 7.080,2 milhões;
- Inversões Financeiras: R\$ 15,6 milhões.

Desse valor, foram empenhados R\$ 26.147,14 milhões, por meio, principalmente, das unidades orçamentárias dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que empenharam cerca de R\$ 21.800,0 milhões, o que representou 83,4% do total executado, especialmente pelo fato de essas unidades concentrarem o pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais. O demonstrativo seguinte apresenta os valores empenhados na função, ao longo dos últimos cinco exercícios financeiros. Verifica-se um crescimento mais acentuado nos últimos três exercícios, devido principalmente aos reajustes salariais ocorridos nesse período, aliado aos gastos com a Defesa Aérea, fato abordado no tópico apresentado adiante que trata dos empenhos nas subfunções.

em R\$ milhões

| DEFESA NACIONAL                         | EMPENHADO |        |        |        |        |
|-----------------------------------------|-----------|--------|--------|--------|--------|
|                                         | 2005      | 2006   | 2007   | 2008   | 2009   |
| ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | 15.374    | 16.806 | 19.517 | 22.471 | 26.147 |

Fonte: Siafi em 11/1/2010

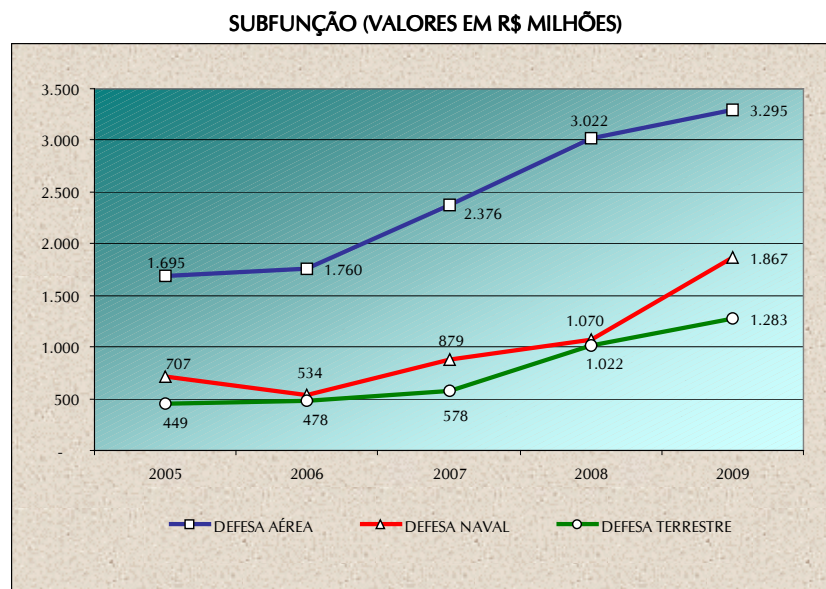
### Execução Orçamentária nas Subfunções

A seguir, apresenta-se um quadro com as despesas empenhadas, referentes às subfunções típicas da função Defesa Nacional, bem como daquelas combinadas a outras funções. Ressalte-se o montante significativo de despesas da função Defesa Nacional em subfunções atípicas, a exemplo da “Administração Geral”, do programa “Apoio Administrativo”, e a “Assistência Hospitalar e Ambulatorial” do Programa “Serviço de Saúde das Forças Armadas”, responsáveis, respectivamente, por 62,4% e 4,4% dos valores empenhados na função, o que equivale a R\$ 17,5 bilhões.

| SUBFUNÇÃO                 | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL POR SUBFUNÇÕES |                      |
|---------------------------|---------------------------------------------------|----------------------|
|                           | EMPENHADO                                         | %/DOTAÇÃO AUTORIZADA |
| <b>SUBFUNÇÕES TÍPICAS</b> | <b>6.445</b>                                      | <b>71,5%</b>         |
| 151 Defesa Aérea          | 3.295                                             | 88,2%                |
| 152 Defesa Naval          | 1.867                                             | 48,6%                |
| 153 Defesa Terrestre      | 1.283                                             | 89,2%                |
| <b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>  | <b>19.702</b>                                     | <b>97,3%</b>         |
| <b>TOTAL</b>              | <b>26.147</b>                                     | <b>89,3%</b>         |

Fonte: Siafi em 11/01/2010

O gráfico seguinte apresenta a evolução, nos últimos 5 anos, dos valores empenhados nas subfunções típicas. Observa-se que as despesas correspondentes à subfunção “Defesa Aérea” é invariavelmente superior às demais, em vista das ações destinadas à aquisição e modernização de aeronaves e à logística de aviação (combustíveis e material de aviação), além das voltadas ao controle do espaço aéreo e infraestrutura aeroportuária, estas duas últimas custeadas por receitas próprias. Todavia, observa-se um estreitamento da distância entre os valores da subfunção “Defesa Naval” e os valores da subfunção “Defesa Aérea”, em função da inclusão do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub, no orçamento do Comando da Marinha, para o qual foi aberto crédito especial no valor de R\$ 2,1 bilhões no presente exercício.



Fonte: Siafi em 11/01/2010

No próximo quadro é apresentada a execução orçamentária dos programas associados à função Defesa Nacional, constantes dos grupos de despesa Custeio e Investimentos, indicando-se o percentual executado, comparado à dotação orçamentária. Foi realizada análise sucinta sobre os maiores programas, bem como sobre a execução físico-financeira das respectivas ações de maior materialidade, considerada a execução financeira.

| PROGRAMA                                                       | DEFESA NACIONAL  |              | TOTAL            |              |
|----------------------------------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
|                                                                | EMPENHADO        | %            | EMPENHADO        | %            |
| 0750 - Apoio Administrativo                                    | 1.711,9          | 95,3         | 1.711,9          | 95,3         |
| 0632 - Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira   | 1.374,2          | 88,0         | 1.374,2          | 88,0         |
| 0637 - Serviço de Saúde das Forças Armadas                     | 1.160,6          | 99,7         | 1.160,6          | 99,7         |
| 0626 - Reaparelhamento e Adeq. da Marinha do Brasil            | 1.016,6          | 39,0         | 1.016,6          | 39,0         |
| 0622 - Preparo e Emprego do Poder Naval                        | 974,3            | 71,8         | 974,3            | 71,8         |
| 0621 - Preparo e Emprego da Força Aérea                        | 898,3            | 89,0         | 898,3            | 89,0         |
| 0623 - Segurança de Voo e Contr. do Esp. Aéreo Brasileiro      | 829,1            | 88,4         | 829,1            | 88,4         |
| 0620 - Preparo e Emprego da Força Terrestre                    | 761,2            | 91,3         | 761,2            | 91,3         |
| 0628 - Reaparelhamento e Adeq. do Exército Brasileiro          | 452,7            | 88,8         | 452,7            | 88,8         |
| 0631 - Desenv. Da Infra-Estrutura Aeroportuária                | 320,5            | 74,7         | 320,5            | 74,7         |
| 0181 - Brasil no Esporte Alto Rendim - Brasil Campeão          | 257,1            | 93,5         | 257,1            | 93,5         |
| 0629 - Tecnologia de Uso Naval                                 | 185,3            | 98,6         | 185,3            | 98,6         |
| 0643 - Calha Norte                                             | 182,2            | 73,5         | 182,2            | 73,5         |
| 1029 - Resposta aos Desastres e Reconstrução                   | 170,7            | 97,2         | 170,7            | 97,2         |
| 8032 - Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas          | 147,3            | 90,6         | 147,3            | 90,6         |
| 0639 - Segurança da Navegação Aquaviária                       | 140,9            | 92,3         | 140,9            | 92,3         |
| 0630 - Desenvolvimento da Aviação Civil                        | 132,5            | 63,9         | 132,5            | 63,9         |
| 0642 - Tecnologia de Uso Terrestre                             | 105,1            | 85,6         | 105,1            | 85,6         |
| 0474 - Recursos do Mar                                         | 95,3             | 72,6         | 95,3             | 72,6         |
| 1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade | 79,4             | 70,2         | 79,4             | 70,2         |
| 0627 - Tecnologia de Uso Aeroespacial                          | 54,4             | 60,9         | 54,4             | 60,9         |
| 0633 - Ensino Profissional da Marinha                          | 33,7             | 97,2         | 33,7             | 97,2         |
| 0638 - Ensino Profissional do Exército                         | 29,2             | 100,1        | 29,2             | 100,1        |
| 1057 - Comunic., Comando, Controle e Intelig. F. Arm.          | 21,8             | 70,4         | 21,8             | 70,4         |
| 0640 - Ensino Profissional da Aeronáutica                      | 18,3             | 96,7         | 18,3             | 96,7         |
| 0625 - Gestão da Política de Defesa Nacional                   | 11,8             | 62,1         | 11,8             | 62,1         |
| 8026 - Mobilização para Defesa Nacional                        | 6,0              | 93,4         | 6,0              | 93,4         |
| 0472 - PROANTAR                                                | 5,9              | 53,9         | 5,9              | 53,9         |
| 0464 - Nacional de Atividades Espaciais - PNAE                 | 4,6              | 97,0         | 4,6              | 97,0         |
| 1293 - Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos         | 3,9              | 90,0         | 3,9              | 90,0         |
| 0167 - Brasil Patrimônio Cultural                              | 3,8              | 91,6         | 3,8              | 91,6         |
| 0496 - Informações Integradas para Proteção da Amazônia        | 2,8              | 100,0        | 2,8              | 100,0        |
| 1061 - Brasil Escolarizado                                     | 1,0              | 75,5         | 1,0              | 75,5         |
| 1201 - Ciência, Tecn. e Inovação no Complexo da Saúde          | 0,5              | 100,0        | 0,5              | 100,0        |
| <b>TOTAL</b>                                                   | <b>11.192,90</b> | <b>78,5%</b> | <b>11.192,90</b> | <b>78,5%</b> |

Fonte: Siafi, em 11/01/2010

Dentre os programas mais relevantes do quadro anterior, registre-se que o Programa de Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira é composto por ações relativas à construção de instalações militares e de próprios nacionais residenciais, desenvolvimento e implantação de sistemas corporativos, bélicos e de comunicação, e aquisição de equipamentos e materiais. Tal programa é financiado por recursos do Tesouro Nacional, por recursos externos e outros diretamente arrecadados no Fundo Aeronáutico e teve como principal ação a “Aquisição de Aeronaves”, à qual se atribuiu 49,5% da dotação autorizada. O Programa “Serviço de Saúde das Forças Armadas” foi instituído com a finalidade da prestação de assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar, ativo e inativo, incluídos os dependentes, e é composto, em sua maior parte, da Ação “Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos”. O Programa teve execução físico-financeira, na maioria de suas ações, de aproximadamente 100%. Dentre as emendas parlamentares aprovadas, destacamos as seguintes:

- Programa Calha Norte – R\$ 185,6 milhões

- Preparo e Emprego da Terrestre – corte de R\$ 37,4 milhões
- Preparo e Emprego da Força Aérea – corte de R\$ 49,4 milhões
- Reaparelhamento FAB – corte de R\$ 152,0 milhões
- Reaparelhamento EB – corte de R\$ 106,8 milhões
- Reaparelhamento MB – corte de R\$ 45,3 milhões

#### Contingenciamento

Com a edição do Decreto 6.808, de 27 de março de 2009 (Programação Orçamentária e Financeira), o orçamento do Ministério da Defesa foi contingenciado em R\$ 2,7 bilhões, recaindo essa restrição fortemente nas despesas originárias de emendas parlamentares. Ao longo do exercício de 2009 foram concedidas diversas ampliações de limites de movimentação e empenho, no montante líquido de R\$ 2,77 bilhões, concomitantemente com a abertura de novos créditos adicionais, ficando, por fim, liberados para execução orçamentária R\$ 11.148 milhões dos R\$ 13.978 milhões de dotações sujeitas ao decreto de programação orçamentária e financeira, conforme demonstrativo a seguir:



| R\$ milhões           |                 |                 |                |
|-----------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| UNIDADE               | LEI + CRÉDITOS  | LIBERADO        | CONTINGENCIADO |
| Administração Central | 879,1           | 743,9           | 135,2          |
| ANAC                  | 216,1           | 138,1           | 77,9           |
| Aeronáutica           | 4.834,5         | 4.404,9         | 429,6          |
| Exército              | 3.104,0         | 2.896,6         | 207,3          |
| Marinha               | 4.944,4         | 2.964,6         | 1.979,9        |
| <b>TOTAL GERAL</b>    | <b>13.978,0</b> | <b>11.148,1</b> | <b>2.829,9</b> |

Fonte: Siafi

## Créditos Adicionais

O Ministério da Defesa foi contemplado em 2009 com diversos créditos adicionais, num total líquido de R\$ 1.035,3 milhões, nas dotações dos grupos custeio e investimentos. Desses créditos, destaca-se a reabertura de créditos especiais em favor de diversas unidades do Ministério da Defesa, pelos saldos apurados em 31/12/2008, no valor global de R\$ 469,3 milhões, conforme os normativos especificados a seguir:

Lei nº 11.824, de 13/11/2008 - Leplac: Reabertura de crédito especial no valor de R\$ 127,4 milhões, visando a permitir à Marinha do Brasil dar continuidade ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – Leplac.

Lei nº 11.866, de 19/12/2008 - Jogos Mundiais Militares e Construção do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto: O crédito especial reaberto no valor de R\$ 275,0 milhões, com o objetivo de viabilizar ações preparatórias à realização dos V Jogos Mundiais Militares – Jogos da Paz na cidade do Rio Janeiro, em 2011. Destinou-se ao Comando do Exército R\$ 66,9 milhões, para a execução de obras de construção, ampliação e instalação de infraestrutura adequada ao aquartelamento do Comando Militar do Planalto – CMP e da 11ª Região Militar – 11ª RM, no Setor Militar Urbano, em Brasília, Distrito Federal.

Decreto de 11 de maio de 2009: Recomposição da LOA, que resultou em redução no valor de R\$ 7,7 milhões.

MP no 463, de 20/5/2009, convertida na Lei nº 11.981, de 9/7/2009 (Enchentes no Nordeste e Pandemia de Influenza: Foi aberto crédito extraordinário no valor global de R\$ 174,9 milhões, de modo a atender as seguintes necessidades:

- **Enchentes no Nordeste** - viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em municípios de varias unidades da Federação atingidas por chuvas intensas que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos;
- **Pandemia de Influenza** - possibilitar a execução de despesas imprescindíveis ao desenvolvimento de ações do Governo para prevenção, preparação e combate a uma possível pandemia de influenza, tendo em vista a situação emergencial relacionada à saúde pública de importância internacional, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde – OMS, no valor de R\$ 7,1 milhões.

Lei nº 11.957, de 25/10/2009 (Aeronaves HX e HX): O crédito especial no valor de R\$ 305,0 milhões teve como objetivo incluir na Lei Orçamentária de 2009 – LOA 2009 uma programação específica no Comando da Aeronáutica para atender ao projeto de desenvolvimento de cargueiro militar denominado KC-X 390.

Viabilizou também o pagamento de parcela do “down payment”, estabelecido no contrato comercial decorrente da parceria estratégica, na área da aeronáutica militar, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, para a produção e aquisição de 50 helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas - Projeto H-X BR.

Decreto de 14 de julho de 2009 (Imbel): Atender os gastos com os benefícios de assistência médica e assistência pré-escolar aos servidores da Imbel.

Decreto de 26 de agosto de 2009 (Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Sisceab e Fator de Custo): Construção de dois prédios, com recursos transferidos ao Comaer por meio de convênios firmados com o DCEA, visando à ampliação, adequação e instrumentalização das instalações Icea e dar cumprimento à determinação da Advocacia Geral da União – AGU, com a edição da Súmula nº 36, de 16 de setembro de 2008, dispondo na linha de que todos os ex-combatentes que efetivamente participaram de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, bem como seus dependentes, têm direito à assistência médica hospitalar, a ser prestada nas Organizações Militares de Saúde.

Decreto de 29 de setembro de 2009 (Benefícios): Recursos adicionais no valor de R\$ 10,3 milhões, com o objetivo custear as despesas com benefícios aos servidores do Comando da Marinha, Imbel, Anac, HFA até o final do exercício.

Lei nº 12.059, de 23 de outubro de 2009 (Prosub): Crédito especial no valor de R\$ 2,1 bilhões para atender ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub.

Decreto de 11 de novembro de 2009 (Fundo de Saúde): Recursos adicionais no valor de R\$ 126,9 milhões, oriundos da abertura de crédito suplementar, viabilizado por remanejamento de recursos e excesso de arrecadação. Tais recursos tiveram as seguintes destinações:

- **Fundo de Saúde da Aeronáutica** - manutenção das instalações, ambulâncias, aquisição de medicamentos

e demais materiais utilizados nas organizações militares de saúde da FAB;

- **Fundo de Saúde do Exército** - melhorar e ampliar o atendimento médico-hospitalar e odontológico aos militares ativos e inativos e aos pensionistas e dependentes legalmente amparados;
- **Fundo de Saúde da Marinha** - custear despesas imprescindíveis e inadiáveis com atendimento médico-hospitalar com profissionais e organizações de saúde, despesas de serviços odontológicos, internações e atendimentos de urgência; e
- **Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica** – readequar e adaptar a instituição, localizada no Aeroporto da Pampulha e destinada à formação de oficiais.

Lei nº 12.108, de 9 de dezembro de 2009 (Turboélice): Crédito especial no valor de R\$ 10,0 milhões, para viabilizar o início das ações voltadas à execução da primeira fase do projeto de concepção, desenvolvimento, fabricação e certificação do Turboreator TH 1000.

Lei 12.118, de 15 de dezembro de 2009 (Exames Periódicos): O crédito especial em questão visou tão somente à criação da Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, para possibilitar a alteração do Plano Plurianual - PPA 2008-2011, tendo em vista a incorporação efetiva dessa ação no Projeto de Lei para 2010. Sendo assim, os valores desse crédito, em 2009, foram apenas simbólicos e não deverão ser objeto de execução orçamentária.

Lei 12.159, de 29 de dezembro de 2009: Crédito suplementar mediante remanejamento de recursos e a incorporação de superávit e de excesso de recursos próprios não-financeiros, viabilizando recursos adicionais no valor de R\$ 24,7 milhões, com as seguintes destinações:

- **Administração direta** – atender à revisão do cronograma de execução das ações relativas ao V Jogos Mundiais Militares, incluindo as atividades de gerenciamento da implementação das ações preparatórias, a construção e adequação de instalações desportivas e o sistema de segurança e logística dos participantes;
- **Comando da Aeronáutica** – dar prosseguimento ao desenvolvimento e à aquisição de equipamentos para a linha de produção da modernização da frota de aeronaves A-1, bem como honrar compromissos contratuais com fornecedores no país e no exterior;
- **Comando da Marinha** – dar continuidade às pesquisas e testes laboratoriais complementares para o desenvolvimento do projeto e construção de um protótipo de reator nuclear, que servirá de propulsor do submarino movido a energia nuclear;

- **Fundo Aeronáutico** – realizar as obras de recuperação do aeroporto do município de Caravelas, no estado da Bahia, de grande importância para o desenvolvimento econômico e social, beneficiando a população local e dos municípios vizinhos; e

- **Fundo do Exército** – ampliar o atendimento médico-hospitalar e odontológico aos militares e seus dependentes, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

O MD, incluindo seus fundos, apresentou uma execução orçamentária em torno de 80% do total dos recursos disponíveis para gasto (descontingenciados), incluindo os créditos extraordinários abertos em 2008. Cabe ressaltar que o crédito especial aberto no âmbito do programa “Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil”, no valor de R\$ 2,1 milhões, destinado a atender despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) teve execução inexpressiva no exercício de 2009, uma vez que a parcela significativa do cronograma está prevista para o início de 2010.

#### **Programas Estruturantes do Ministério da Defesa**

Não obstante a importância de todos os Programas e Ações do Ministério da Defesa constantes do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2008-2011 para a consecução de seus objetivos, os programas relacionados ao reaparelhamento do Exército, Marinha e Aeronáutica, aliados ao Programa de Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas e ao Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, constituem-se nos cinco programas estruturantes das atividades do MD.

#### **Programa 0628 - Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro**

O Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro tem como objetivo adequar a estrutura e o material do Exército ao atendimento das necessidades de defesa terrestre da nação.

Nesse contexto, o EB promoveu a adequação e instalação de organizações militares, com vistas a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nas diversas áreas estratégicas. Cite-se como exemplo o início das obras dos novos aquartelamentos do Comando Militar do Planalto e da Secretaria de Economia e Finanças junto ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília-DF.

No ano de 2009, a Lei Orçamentária Anual, acrescida de créditos adicionais (LOA + crédito), previu recursos no valor de R\$ 509.742.997,00 para as diversas Ações do Praeb, conforme consta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan. Em consequência do contingenciamento de R\$ 43.891.374,00, o “crédito autorizado” ficou restrito ao valor de R\$ 465.851.623,00.

Apesar de substancial elevação em alguns créditos orçamentários, a dotação para a execução ficou ainda muito aquém das reais necessidades de investimentos,

aspecto potencializado pelos longos anos sem substituição e sem a devida manutenção, o que gerou demanda reprimida.

A insuficiência de recursos disponíveis não permitiu a consecução integral da modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre, constituindo-se em fator preponderante de limitação ao atendimento das metas estabelecidas pelo Programa.

Na Área Estratégica da Amazônia/Guianense, o EB deu continuidade ao Projeto 2ª Brigada de Infantaria de Selva - São Gabriel da Cachoeira -AM, com conclusão prevista para o ano de 2012. Em 2009, foram mantidos os trabalhos de construção da infraestrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva – Barcelos -AM, com recursos do Programa Calha Norte (PCN). Além disso, o PCN permitiu a continuidade das obras de construção nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós-PA e Tunuí-AM, além da manutenção dos demais pelotões.

Na Área Estratégica da Bacia do Prata, o Exército deu continuidade à adequação e instalação de OM, com ênfase nos trabalhos de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa-PR, de forma a possibilitar a chegada do primeiro lote das viaturas blindadas de combate Leopard 1A5, o que aumentou o poder dissuasório do Exército.

Na Área Estratégica do Pantanal, em 2009, prosseguiu-se com as ações de transferência do 3º Batalhão de Aviação do Exército, de Taubaté-SP para Campo Grande-MS, o que proporcionou o aumento da mobilidade das tropas do Comando Militar do Oeste.

Em 2009, o EB deu continuidade à renovação gradual do material de emprego militar, com prioridade para as estruturas blindadas, as de infantaria leve e de selva, as de operações especiais, e à estrutura de forças de paz.

Assim, os recursos destinados ao reaparelhamento foram empregados, entre outras ações, no processo de aquisições de viaturas blindadas de combate (VBC) Leopard 1 A5. Ainda em 2009 foi entregue o primeiro lote de 34 viaturas blindadas revitalizadas.

Houve ainda ações de revitalização dos blindados Cascavel, em que foram adquiridos insumos para a aplicação em 32 viaturas, processo que terá continuidade em 2010. Foram também executados trabalhos de manutenção preventiva e corretiva no sistema de foguetes Astros II.

Mereceu destaque também o desenvolvimento e produção de projetos de Ciência e Tecnologia - C&T. Nesse particular, o radar de vigilância antiaérea Saber M60 passa por fase final de avaliação do protótipo e tem sua linha de produção em montagem no Arsenal de Guerra de São Paulo - AGSP, em parceria com a empresa Orbisat. No que se refere ao míssil anticarro MSS 1.2, vem sendo ultimada a fabricação de seu lote piloto para futura avaliação pelo Centro de Avaliações do Exército - Caex.

O reaparelhamento contemplou, ainda, a aquisição de materiais de emprego militar, como viaturas, equipamentos de comunicações e de uso individual, material para manutenção de armamento, munições, material de engenharia e saúde para a Brigada de Operações Especiais, para a 11ª Brigada de Infantaria Leve e para a 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

Os recursos da Ação 5375 - Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército foram empregados no reequipamento dos principais sistemas operacionais, com ênfase nas classes de armamento/munição, comunicações, engenharia, intendência e motomecanização, a fim de manter o poder de dissuasão da Força, preservar a sua capacidade operacional e motivar seus recursos humanos.

Os recursos autorizados para a Ação 11U9 – Implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, no valor de R\$ 2.412.631,00, foram empregados na aquisição de módulos operacionais, com ênfase nas classes de intendência, armamento, engenharia, saúde e motomecanização.

A Ação 3134 – Instalação e Adequação de Organizações Militares foi criada para dotar as Organizações Militares do Exército Brasileiro de estrutura adequada ao desenvolvimento das atividades de adestramento e preparo das Forças Terrestres.

Teve seus recursos empregados na realização de obras de engenharia destinadas à construção de imóveis novos, ao melhoramento, à ampliação e à adequação dos imóveis jurisdicionados ao Exército Brasileiro, com a finalidade de aumentar a operacionalidade da Força e dotar os seus recursos humanos de meios mais adequados.

#### **Programa 0626 - Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil**

O Programa de Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil está inserido no objetivo de governo de fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana e no objetivo setorial do Ministério da Defesa de modernizar e adequar as Forças Armadas, a fim de permitir que a MB mantenha seus meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando contribuir para a defesa do país, como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

Em 2009, foram iniciados os processos de modernização de seis aeronaves AH-11A "Super Lynx"; de doze aeronaves AF-1/1A pela Embraer; da corveta "Júlio de Noronha"; da fragata "Rademaker" e dos navios-balizadores classe "Comandante Varela", além da modernização de submarinos da classe "Tupi".

Destaca-se o fornecimento do Sistema de Controle Tático e de Armas (Siconta) para o navio aeródromo "São Paulo", plenamente desenvolvido pela indústria nacional.

A incorporação do navio-patrolha "Macaé", ocorrida no dia 9 de dezembro, nas instalações da Indústria Naval do

Ceará S.A., em Fortaleza (CE), marca o início da atuação de uma nova classe de navios da Marinha do Brasil - os navios-patrolha de 500 toneladas - cujo objetivo é intensificar a ação de presença, vigilância, proteção e defesa das áreas onde se encontram as instalações marítimas de pesquisa e exploração de petróleo e gás, que se estendem até a Zona Econômica Exclusiva de 200 milhas (cerca de 370 km do litoral).

Além desse objetivo, acrescente-se o de contribuir para a formação de uma Indústria Nacional de Defesa com uma capacidade autônoma, pela produção nacional de navios de guerra e pelo desenvolvimento, no país, de uma cadeia logística de reparos e suprimentos independentes (peças de reposição e serviços especializados), bem como aumentar a capacidade de socorro e salvamento nas Águas Jurisdicionais Brasileiras - AJB, potencializar a capacidade de patrulha marítima, com o emprego coordenado dos NPa na fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos nas AJB e aumentar o poder de dissuasão da Marinha do Brasil, no combate a crimes transnacionais, pela combinação dos fatores acima mencionados.

Ressalte-se a aquisição, em 2009, do navio polar “Almirante Maximiano”, a ser empregado, prioritariamente, em projetos do Programa Antártico Brasileiro, do Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Sabóia”, com vistas a aumentar nossa capacidade de realizar operações anfíbias, e do Navio de Assistência Hospitalar “Tenente Maximiano”, que conferirá uma capacidade de apoio hospitalar no Pantanal, até então inexistente.

Mencione-se, ainda, a transferência da Corveta “Barroso” para o setor operativo, no dia 23 de novembro.

Em 2009, o Brasil deu passos importantes para a implantação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub).

Foram assinados acordos e contratos com a França para fins da construção de um estaleiro e uma base de submarinos em Itaguaí-RJ, aquisição de quatro submarinos convencionais, além de um com propulsão nuclear. Ressalte-se que a planta propulsora nuclear será de total responsabilidade brasileira.

A transferência de tecnologia em diversas etapas construtivas trará grandes benefícios à nossa Indústria de Defesa. Esse empreendimento contribuirá de forma decisiva para a proteção das águas sob nossa jurisdição e aumentará substancialmente a nossa capacidade dissuasória.

A missão principal desses meios será a proteção das AJB, incluindo plataformas marítimas de prospecção de petróleo, dentre elas as localizadas na camada do Pré-Sal.

O estaleiro e a base de submarinos terão suas obras iniciadas em 2010, com a conclusão prevista para 2014, os quais, com atuação de forma integrada, propiciarão grande eficiência na operação e manutenção dos submarinos.

## **Programa 0632 - Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira**

Em razão da obsolescência natural de meios e da real necessidade do constante policiamento do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica busca manter-se atualizado e pronto para efetuar a defesa do estado brasileiro, por meio de aquisições de equipamentos e adequações tecnológicas de seus meios (recursos humanos e materiais).

Em 2009, foi obtida a aprovação junto à Comissão de Monitoramento e Acompanhamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do projeto Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X), o que viabilizou o recebimento de recursos e a respectiva assinatura de contrato comercial.

Noutra via, foi celebrado contrato para a aquisição de cinquenta helicópteros (Projeto H-XBR).

Desse total, dezesseis aeronaves foram distribuídas a cada uma das forças similares, sendo que a Força Aérea Brasileira foi contemplada, adicionalmente, com duas aeronaves VIP para utilização da Presidência da República.

O contrato gerou, ainda, a assinatura de um Acordo de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológico (Offset) de mesmo valor.

O Projeto H-XBR foi viabilizado por meio da realização de duas operações de crédito para o seu financiamento, ambas junto ao consórcio de bancos liderado pelo Banco Société Générale, da França.

A primeira operação, relativa a 85% do montante, está suportada por seguro de crédito fornecido pela Coface (agência francesa de fomento à exportação); a segunda trata de um empréstimo comercial, o qual suportará, aproximadamente, 10% do montante.

O restante do valor do projeto será custeado com recursos do Tesouro.

Por outro lado, os recursos alocados à Força Aérea Brasileira possibilitaram manter o Plano de Recuperação Operacional referente à incorporação de trinta aeronaves A -29 Super Tucano.

Ademais, o Comando da Aeronáutica contratou todo o suporte logístico necessário para as aeronaves F2000 Mirage, C-105A Amazonas e EMB135/EMB145; deu continuidade ao programa de recuperação da frota da FAB, particularmente das aeronaves CH-34 Super Puma, e à modernização das aeronaves C-130 Hércules e F5 EF (BR), o que agregou a atualização tecnológica das aeronaves C-95 Bandeirante, P3AM Orion e A1.

## **Programa 8032 – Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas**

O Programa Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas visa basicamente a atender à necessidade de

proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e de elevada capacidade operacional, com as Forças Armadas atuando de forma combinada ou conjunta.

Para tanto, há de se realizar, frequentemente, exercícios de adestramento com a participação das três Forças, em diversos ambientes operacionais, com o objetivo de ser avaliada e aperfeiçoada a sua capacidade de atuação integrada e a doutrina desenvolvida.

Os recursos orçamentários disponíveis para a Ação 2C06 - Participação Brasileira em Missões de Paz viabilizaram a realização de despesas com estágios de preparação de militares e com a manutenção das missões de paz das Nações Unidas, destacando-se a Missão de Paz no Haiti (Minustah).

Foram desenvolvidos jogos de simulação de emprego de tropas em operações de paz, com a participação em seminários e cursos, no país e no exterior, em busca da melhoria dos centros de preparo de missão de paz, conforme orientação da nova "Estratégia Nacional de Defesa", e com o atendimento de voos de apoio logístico e de rodízio para o Haiti.

Essas atividades possibilitaram o prosseguimento do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em operações de paz.

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar, cada vez mais, ações militares na fronteira e aumentar a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma combinada.

Observando essa realidade, os recursos da Ação 6499 - Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira - foram empregados na realização de operações naquelas áreas, citando-se, por exemplo, a Operação Laguna.

Além desta, também foram realizadas, com o aporte de recursos destinados à intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira, as operações Curare I a V e a Operação Arco Verde.

O MD, no período de 12 de junho a 31 de outubro de 2009, coordenou a participação do Comando do Exército Brasileiro e do Comando da Aeronáutica na Operação Arco Verde, cujo propósito era garantir a presença efetiva do poder público em determinadas regiões, com políticas e ações que viabilizem a transição do atual modelo de produção predatória para um modelo de produção sustentável, nos municípios próximos à região do arco de fogo, na Amazônia.

A participação das Forças Armadas no evento deu-se por intermédio de levantamentos de área dos municípios envolvidos (inteligência operacional); ações relacionadas com o serviço militar (fornecimento de CDI, por exemplo);

e eventual apoio de transporte de pessoal aos municípios de difícil acesso.

### **Missão de Paz - MINUSTAH**

Com os recursos da Ação 2C06 - Participação Brasileira em Missões de Paz, o Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas - ONU - mantém, desde 2004, um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - Minustah.

A tropa brasileira está desdobrada em vários pontos da Cidade de Porto Príncipe e arredores, sendo o maior contingente entre os países que compõem aquela Missão. Além disso, o Comandante em Chefe das Operações Militares da Missão, "*Force Commander*", é um General do Exército Brasileiro.

A situação de estabilidade no Haiti atingiu níveis aceitáveis de segurança e permitiram a realização de eleições nos vários níveis políticos. Recentemente, houve eleições para renovação de 1/3 do Senado do Haiti, sendo que a presença dos contingentes garantiu a tranquilidade do pleito.

A estabilidade tem contribuído, decisivamente, na manutenção das condições para proporcionar o processo de desenvolvimento social e melhorias para a população haitiana e a reestruturação das instituições daquele país. Essa missão de paz é considerada uma das missões de maior sucesso patrocinadas pela ONU.

Além dos benefícios já citados com a participação brasileira na Minustah, soma-se o incremento da interoperabilidade com contingentes militares de outros países e o treinamento das tropas brasileiras em condições de emprego real. A presença brasileira em operações de manutenção da paz da ONU, especialmente no Haiti, tem contribuído para a inserção do Brasil no cenário internacional.

Em 2009, a tropa brasileira permaneceu no Haiti, com a substituição semestral dos militares integrantes do contingente brasileiro, o que exigiu um grande esforço logístico por parte das Forças Armadas e de coordenação por parte do Estado-Maior de Defesa.

Traduz-se nesse esforço o transporte de cerca de 5.000 militares, com a realização de 16 voos logísticos, para reabastecer a unidade brasileira naquele país, por meio do transporte de diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição (inclusive não-letal), além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa.

Por solicitação da ONU e com a autorização do Congresso Nacional, no final de 2008, foi efetuado o aumento do efetivo da tropa de engenharia, o qual foi acrescido de 100 militares.

Como consequência, em 2009, foi concretizado o aumento dos equipamentos de engenharia da Companhia de Engenharia de Força de Paz no Haiti e, também, da capacidade de trabalho da unidade.

### **Outras Missões de Paz**

As Forças Armadas contribuem, ainda, com 73 militares em 11 diferentes missões de paz da ONU, com atuação na melhoria das condições de vida na Guiné Bissau, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, no próprio Haiti, Timor-Leste, Nepal, Chipre e Saara Ocidental, Chade e República Centro-Africana.

Para isso, as Forças Armadas vêm trabalhando na preparação desse pessoal e de seus substitutos, ministrando cursos e realizando exercícios, com o apoio do Estado-Maior de Defesa, inclusive com o adestramento de desminagem humanitária.

### **Operações Militares Combinadas ou Conjuntas**

O Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior de Defesa, promoveu, em 2009, a realização de exercícios militares com o emprego combinado das Forças Armadas, sob coordenação centralizada e comando único.

A cada ano, o Ministério da Defesa realiza operações combinadas em diversas regiões do país, sempre procurando preparar-se para a defesa de áreas de interesse estratégico do Brasil.

### **Operação Laguna**

Trata-se de exercício militar combinado, na região de fronteira do Mato Grosso do Sul, no período de 28 de setembro a 9 de outubro, com vistas ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de operações combinadas, dando ênfase no resgate de nacionais, na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à faixa de fronteira oeste, intensificando a presença das Forças Armadas naquela região.

Foram empregados cerca de 4.500 militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, navios, aeronaves de combate e de transporte, viaturas blindadas sobre rodas e sobre lagartas, carros de combate e desdobramento de tropas especiais.

Além de reforçar a presença do Estado Brasileiro na Região Centro-Oeste, a Operação Laguna teve por objetivos treinar os Comandos e Estados-Maiores, sob o cenário de um conflito armado convencional no ambiente do pantanal brasileiro; intensificar a presença das Forças Armadas e a vigilância na área de operações, para aprimorar o conhecimento sobre o Centro-Oeste; realizar treinamento combinado, nos níveis operacional e tático, em situações específicas, e efetivar ações que envolvam o combate convencional em área de pantanal, tais como: operações ribeirinhas, aeromóveis e aeroterrestres, controle de área ribeirinha, patrulha em águas jurisdicionais do

país, coordenação do espaço aéreo e interdição do apoio externo.

### **Operação Laçador**

A Operação Laçador foi um exercício conduzido pelo Ministério da Defesa, no Comando Militar do Sul (CMS), com a participação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, realizado entre os dias 16 e 27 de novembro de 2009.

Teve como principal motivação o treinamento das Forças Armadas para um eventual emprego, em defesa da soberania de nosso país, da matriz energética, com ênfase na proteção de nossas plataformas de petróleo, refinarias e unidades de geração de energia hidroelétrica (UHE).

A Operação Laçador foi realizada na Região Sul, em uma área de grande importância estratégica para o país, devido às refinarias e reservas de gás e petróleo presentes na região. Foram empregados mais de 10.000 militares, 17 navios, 2 submarinos, 33 aeronaves de asa fixa e de asa rotativa e cerca de 350 veículos terrestres, entre viaturas blindadas e viaturas sobre rodas.

### **Operação Felino**

O Brasil participou, no período de 23 a 30 de agosto de 2009, no Distrito de Boane, na Cidade de Maputo, em Moçambique, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Exercício Felino, em sua nona edição, o qual tem por objetivo exercitar uma Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC), no quadro daquela Comunidade, buscando incrementar a interoperabilidade e o treinamento das Forças Armadas dos Estados Membros.

O objetivo estratégico do exercício consiste em adotar uma doutrina e procedimentos comuns a todas as Forças Armadas dos países da CPLP, de modo a fazer parte de uma coalizão sob a égide de organismos supranacionais com foco em operação de manutenção de paz, segundo o escopo legal do Tribunal Penal Internacional, o qual foi plenamente atingido.

### **Exercícios de Simulação**

Importante ferramenta para a sedimentação, validação e teste da doutrina combinada/conjunta, o Ministério da Defesa participou, durante o ano de 2009, em conjunto com as Forças e a Escola Superior de Guerra, de dois Exercícios de Simulação:

- Exercícios de Simulação Operatlán. Realizado no período de 29 de junho a 3 de julho, sediado na Escola de Guerra Naval, na Cidade do Rio de Janeiro. O exercício reuniu oficiais superiores das três Forças e do Estado-Maior de Defesa e teve por objetivo principal a verificação da possibilidade de adoção, pelas três Forças, de uma plataforma analítica sobre a qual está desenvolvido o software que possibilita a verificação dos planejamentos e das documentações decorrentes; e

- Exercícios de Simulação Azuver. Desenvolvido no período de 9 a 18 de novembro, na Cidade do Rio de Janeiro, teve por sede as Escolas de mais alto nível das Forças Armadas, Escola de Guerra Naval, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. O exercício reuniu aproximadamente 400 oficiais superiores, contando, ainda, com a participação de alunos e instrutores da Escola Superior de Guerra e de oficiais do Estado-Maior de Defesa.

#### Cooperação Militar com Países Amigos

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento das relações de intercâmbio e cooperação, no âmbito internacional, o Estado-Maior de Defesa participou e coordenou, no ano de 2009, reuniões com os Estados-Maiores das Forças Armadas dos seguintes países amigos: Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos da América, França, Peru, Portugal e Venezuela.

Essas reuniões proporcionaram intercâmbios de experiências e informações militares, bem como o

aperfeiçoamento de doutrinas. Como resultado adicional, houve o aumento da confiança mútua entre as instituições participantes.

#### Programa 0631

##### Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária

O Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária foi criado para aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do Sistema de Infraestrutura Aeroportuária Brasileira, com vistas a adequá-lo ao desenvolvimento sócio-econômico do país.

No que concerne à reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse nacional, a cargo do Comando da Aeronáutica e da ANAC, foram desenvolvidas obras de reforma, ampliação, readequação de diversos aeródromos, hangares e reformas de pistas, que trouxeram grandes benefícios para os estados e municípios atendidos. Em consonância com o percentual de realização do orçamento de investimentos da Infraero, o quadro seguinte traz o detalhamento da execução das ações de maior relevância.

Em R\$ 1,00

| AÇÃO                                                                                                                                                                                                                       | ORÇADO     | REALIZ.    | %  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|----|
| <b>1 - AÇÃO: EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – OBRAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC</b>                                                                                                           |            |            |    |
| 0631.1F52.0052 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E DE SISTEMA VIÁRIO INTERNO NO AEROPORTO DE GOIÂNIA                                                   | 873.050    | 0          | 0  |
| 0631.1F53.0016 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ                                                                                                                                | 7.580.162  | 0          | 0  |
| 0631.1F54.0033 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO SANTOS DUMONT                                                                                                                                       | 5.739.046  | 0          | 0  |
| 0631.1F55.0024 - EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE SISTEMAS DE AUXÍLIO E PROTEÇÃO AO VOO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE | 44.915.839 | 17.202.556 | 38 |
| 0631.1F56.0042 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS                                           | 2.068.923  | 35.289     | 2  |
| 0631.1F59.0053 - CONSTRUÇÃO DA 2ª PISTA DE POUSO E DO SATÉLITE SUL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA                                                                                                                  | 7.725.000  | 0          | 0  |
| 0631.1F60.0023 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FORTALEZA                                                                                                                          | 2.710.409  | 0          | 0  |
| 0631.1J93.0041 - AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE PISTAS E PÁTIOS E DE MACRODRENAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA                                                                                                       | 2.519.872  | 800.354    | 32 |
| 0631.1J95.0032 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA                                                                                                 | 3.229.707  | 1.227.731  | 38 |
| 0631.1J97.0014 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BOA VISTA                                                                                                                          | 1.300.458  | 1.207.049  | 93 |
| 0631.1J99.0035 - ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS                                                                                                               | 67.889.588 | 0          | 0  |
| 0631.1K02.0026 - IMPLANTAÇÃO DE QUATRO PONTES DE EMBARQUE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE RECIFE                                                                                                                             | 9.734.364  | 2.375.758  | 0  |
| 0631.1M30.0035 CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS                                                                                                                                     | 12.386.529 | 1.653.103  | 13 |
| 0631.1M31.0035 CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PATIO DE AERONAVES E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS                                                                                        | 4.556.447  | 320.908    | 7  |
| 0631.1M32.0033 RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO                                                                                                                              | 27.796.000 | 24.488.352 | 88 |
| 0631.1M33.0043 CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE                                                                                                                                 | 2.969.000  | 297.738    | 10 |
| 0631.1O00.0035 - RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS SISTEMAS DE PISTAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS                                                                                                            | 2.147.369  | 877.310    | 41 |
| 031.1P52.0022 AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PÁTIO DE AERONAVES E PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PARNÁIBA                                                                                                            | 15.417.661 | 12.240.090 | 79 |
| 0631.1P63.0033 REFORMA DO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO                                                                                                                                          | 1.118.041  | 95.114     | 9  |
| 0631.1P68.0032 CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO DE VITÓRIA                                                                                                                                               | 921.010    | 247.770    | 27 |
| 0631.1OZ4.0035 - CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA PISTA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS                                                                                                                                        | 76.210.661 | 11.430.387 | 15 |



| AÇÃO                                                                                                                                                 | ORÇADO      | REALIZ.    | %   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|------------|-----|
| 0631.10Z5.0033 – 3ª ETAPA ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS                                                           | 2.169.562   | 308.704    | 0   |
| 0631.10Z8.0033 – REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE PASSAGEIROS E DEMAIS INSTALAÇÕES DE APOIO DO AEROPORTO GALEÃO (TPS 1)                 | 46.858.372  | 19.745.056 | 42  |
| 0631.10ZA.0031 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINES                                                                          | 3.233.147   | 1.075.972  | 33  |
| 0631.10ZB.0023 – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 2 DO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS - FORTALEZA (CE)                                   | 1.500.000   | 73.357     | 5   |
| 0631.10ZD.0015 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE SANTARÉM (PA)                                                        | 1.690.105   | 973.156    | 58  |
| 0631.10ZE.0022 – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E PÁTIO DE AERONAVES DO AEROPORTO DE TERESINA                                                 | 891.013     | 0          | 0   |
| <b>2 - AÇÃO: EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – OUTRAS OBRAS</b>                                                                             |             |            |     |
| 0631.7J01.0033 – REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE PASSAGEIROS E DEMAIS INSTALAÇÕES DE APOIO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO – TPS2 | 109.930.709 | 18.425.183 | 17  |
| 0631.127X.0031 – AQUISIÇÃO DE ÁREA PARA AMPLIAÇÃO DO SÍTIO DO AEROPORTO DA PAMPULHA - MG                                                             | 10.504.000  | 10.504.000 | 100 |
| <b>3 - AÇÃO: ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</b>                                                                                           |             |            |     |
| 0631.1F62.0001 – ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NACIONAL                                                                                | 152.087.127 | 46.234.364 | 30  |
| <b>4 - AÇÃO: MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</b>                                                                                          |             |            |     |
| 0631.4099.0010 - REGIÃO NORTE                                                                                                                        | 40.258.022  | 27.994.957 | 70  |
| 0631.4099.0020 - REGIÃO NORDESTE                                                                                                                     | 33.542.033  | 19.476.424 | 58  |
| 0631.4099.0030 - REGIÃO SUDESTE                                                                                                                      | 89.706.087  | 77.128.672 | 86  |
| 0631.4099.0040 - REGIÃO SUL                                                                                                                          | 24.193.170  | 7.666.965  | 32  |
| 0631.4099.0050 - REGIÃO CENTRO-OESTE                                                                                                                 | 74.769.638  | 55.831.909 | 32  |

Fonte: Infraero

A Ação Expansão da Infraestrutura Aeroportuária, composta por obras do PAC teve sua execução prejudicada, em virtude de fatores como:

- paralisação unilateral, por parte da contratada, motivada por interposição de recursos pelo Tribunal de Contas da União, tal como ocorreu com a construção do terminal de passageiros, de sistemas de pistas e pátios do Aeroporto de Goiânia;
- ausência de garantias financeiras, oferecidas por parte da contratada, exigidas por aquele Tribunal, a exemplo da construção de terminal de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá, ou pelo fato de algumas obras apresentarem preços superiores àqueles estabelecidos pelo TCU.

Em contrapartida, alguns empreendimentos realizados no âmbito dessa ação tiveram alto percentual de execução.

Cite-se como exemplo a aquisição de área para ampliação do sítio do Aeroporto de Pampulha, cujo processo foi 100% concluído; a obra de expansão da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Boa Vista, com 93% de execução; a recuperação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Galeão com 88% e a ampliação e recuperação do pátio de aeronaves e pistas de pouso/decolagem do Aeroporto da Paraíba, que atingiu o percentual de 79% de execução.

Quanto à Ação Expansão da Infraestrutura Aeroportuária - Outras Obras - encontra-se em análise proposta de aditamento ao contrato que prevê o incremento de alterações e melhorias para o projeto da obra, visando ao atendimento das novas demandas apresentadas pela Diretoria Comercial, em momento posterior à contratação da obra, o que impactou no andamento do processo.

Dentre as obras de readequação da infraestrutura aeroportuária nacional, destaca-se:

- a aquisição e instalação do sistema de proteção perimetral em diversos aeroportos da rede;
- a construção da pista de acesso às concessionárias, terminais de cargas e locadoras, e elaboração dos projetos de reforma e ampliação do atual terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília;
- a construção de nova cobertura autoportante e de elementos estruturais no terminal de cargas II do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes;
- fornecimento e instalação de portas reversíveis dos "Fingers";
- obras e serviços de infraestrutura e instalação do ILS CAT II e a implantação da nova estrutura metálica espacial e cobertura, assim como a adequação do pavimento em área interna do terminal de cargas no Aeroporto de Guarulhos;
- celebração de convênio com a UNB/CDT, para implementação do Programa Fauna em 10 aeroportos da rede Infraero, dentre outras.

Algumas obras tiveram a sua conclusão retardada devido a atrasos nos processos licitatórios, os quais se consubstanciaram a atender as exigências formais, técnicas e de controle determinadas pelo TCU.

Nas realizações da Ação de Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária na Região Norte destacam-se:

- os investimentos em equipamentos, como a aquisição de transelevador e empilhadeiras, na área segurança aeroportuária;

- aquisição de rádio portátil de comunicação; integração do sistema de vigilância do terminal de cargas com o sistema de pesagem da carga;
- substituição de câmeras e adequação da infraestrutura atual; e
- a implantação de sistema informativo de voo.

Na área de desenvolvimento da tecnologia e sistemas aeroportuários, registre-se a melhoria na infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia, dentre outras. Já na região Nordeste, alguns investimentos tiveram a sua conclusão atrasada em virtude da revisão dos processos licitatórios para atendimento de exigências do TCU.

Dos investimentos de manutenção de maior relevância ocorridos nesta região, merecem destaque a troca de equipamentos de manutenção, recapeamento e sinalização horizontal da pista de pouso e a recuperação da cerca perimetral.

Na área de desenvolvimento da tecnologia e sistemas aeroportuários, a melhoria na infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia para aumentar a capacidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços prestados, de modo a permitir uma produtividade dos sistemas operacionais e de navegação aérea.

Na Região Sudeste foram realizados diversos empreendimentos e adquiridos equipamentos, com destaque para:

- as obras e serviços de infraestrutura para implantação do sistema de gestão de estacionamento;
- adequação de ilhas de cancelas e infraestrutura elétrica; fornecimento e instalação de esteiras de bagagem de embarque e desembarque;
- aquisição de longarinas para diversos aeroportos da região e várias outras melhorias de grande importância.

Na Região Sul, dentre os investimentos realizados no decorrer do exercício de 2009, destacam-se:

- a aquisição de equipamentos para segurança e conforto dos passageiros,
- a ampliação dos sistemas de vigilância nos terminais de cargas;
- aquisição de longarinas para embarque e saguão;
- aquisição de veículos para área de manutenção;
- melhoria nos sistemas de controle de acesso;
- recapeamento, alargamento e novo balizamento para pista de pouso e decolagem; e

- recuperação da taxiway e da recomposição de piso do sistema de combate incêndio.

Por último, dos investimentos realizados na região Centro-Oeste, podem-se destacar a aquisição de estações de rádio de comunicação para estações fixas, móveis e portáteis e a adequação dos fluxos hídricos oriundos da drenagem da segunda pista, assim como a pintura da sinalização horizontal de pátios e pistas no Aeroporto Internacional de Brasília.

Os investimentos que possuem uma complexidade maior quanto ao preparo das especificações e realização dos processos licitatórios tiveram um atraso maior para serem concluídos.

### 5.1.7. Função Educação

A Educação é o meio mais eficaz de combate às desigualdades e à violência, e de promoção do desenvolvimento e crescimento econômico.

Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado, de forma a potencializar seus efeitos, com necessidade de investimentos em todos os seus níveis, etapas e modalidades.

A busca pela educação de qualidade para todos é o principal rumo seguido pelas ações desenvolvidas pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação - MEC.

Iniciativas governamentais estão sendo desenvolvidas com o intuito de elevar o padrão de qualidade, melhorando, conseqüentemente, o desempenho da educação brasileira.

Como referencial de execução das políticas educacionais do Governo Federal, destaca-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como co-autora no processo de educação.

Reúne um conjunto de iniciativas articuladas, sob uma abordagem sistêmica do sistema educativo nacional, por reconhecer as conexões intrínsecas entre educação básica, educação superior, educação tecnológica e alfabetização e, a partir dessas conexões, potencializar as políticas de educação de forma a que se reforcem reciprocamente.

Seus investimentos refletem em todas as subfunções típicas da educação: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior, educação de jovens e adultos e educação especial, além de outras subfunções atípicas, igualmente importantes.

Nesse sentido, o PDE oferece aos estados e municípios mais de 40 iniciativas, entre programas e ações, que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação, com destaque para a reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior, a ampliação do transporte escolar, a disponibilização de laboratórios de informática ligados à Internet em todas as escolas de ensino médio urbanas e rurais, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, a construção e reforma de creches e pré-escolas, o auxílio a pesquisas, a formação inicial e continuada dos trabalhadores da

educação, dentre outras de mesma importância e magnitude.

Destacam-se ainda, mudanças estruturais que vem ocorrendo no âmbito da Educação com a alteração de diversos dispositivos legais, entre eles: a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos; o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retirava do orçamento do MEC cerca de R\$ 10 bilhões ao ano; o estabelecimento da aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB); o piso salarial nacional do magistério, que deve ser totalmente integralizado em 2010 e observado por todos os estados e municípios; a repartição e abrangência do salário-educação, que passa a financiar toda a educação básica; a ampliação do ensino fundamental para nove anos; e a extensão dos programas complementares do livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar para toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

No que tange à execução das políticas educacionais, estas seguem os programas e ações do PDE, organizados em torno de quatro eixos norteadores, articulados entre si:

- I - Educação Básica;
- II - Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade;
- III - Ensino Profissional e Tecnológico; e IV - Educação Superior.

Nestes eixos, merecem destaque as subfunções Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional, Ensino Superior, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Transferências para a Educação Básica, Formação de Recursos Humanos, entre outras, que são implementadas mediante a execução de diversos programas e ações a elas vinculadas.

#### Análise por Função e Subfunção

Os recursos aplicados na função Educação no exercício de 2009, se restringiram aos Órgãos Ministério da Educação - MEC e Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), e apresentaram um crescimento nominal de R\$ 8,4 bilhões, ou cerca de 30%, em relação a 2008, variação superior à verificada nos anos anteriores do período analisado.

A implantação de projetos prioritários no âmbito do MEC, como a expansão da Educação Profissional e da Educação Superior, mais o grande acréscimo nas transferências para estados e municípios realizadas para a Educação Básica, foram responsáveis por parte expressiva desse aumento de recursos em 2009.

#### VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO - 2005 a 2009

| R\$ milhões                       |        |        |        |        |        |
|-----------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| FUNÇÃO/ÓRGÃO                      | 2005   | 2006   | 2007   | 2008   | 2009   |
| Educação Total                    | 16.188 | 19.667 | 24.354 | 28.251 | 36.680 |
| Ministério da Educação            | 15.401 | 18.753 | 23.384 | 27.082 | 35.293 |
| Operações Oficiais Crédito - Fies | 787    | 914    | 970    | 1.169  | 1.387  |

Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado

Dentre as subfunções típicas de Educação, como mostra o próximo demonstrativo e o gráfico que o acompanha, aparentemente observam-se variações negativas no Ensino Fundamental e Médio, com quedas de 47% e 49%, respectivamente, em relação ao exercício de 2008, mas que foram mais que proporcionalmente compensadas pelo aumento de 80% nos recursos alocados na subfunção Transferências para a Educação Básica, criada em 2008 para absorver recursos destinados à educação básica sem especificação da etapa de ensino.

Estão, neste caso, incluídas as ações Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica e Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica.

Ressalte-se que, desde a implantação do Fundeb em substituição ao Fundef e da nova política de tratamento sistêmico da educação com um todo, vários programas do MEC, antes restritos à educação fundamental, como alimentação escolar e livro didático, estão sendo progressivamente estendidos a toda a educação básica,

inclusive a educação infantil e a de jovens e adultos que foram beneficiadas principalmente pela inclusão no Fundeb, com acesso à repartição dos recursos estaduais e municipais no novo fundo e à complementação da União nos estados apresentem um menor aporte tributário *per capita* em relação ao mínimo.

O demonstrativo ainda destaca, em Outras Subfunções: a Alimentação e Nutrição, que é destinada à educação básica; o Desenvolvimento Científico, vinculado ao ensino superior; e a Assistência Hospitalar e Ambulatorial, cujo expressivo crescimento em 2009 corresponde, na verdade, a uma iniciativa de gestão, com a recente separação, em Unidades Orçamentárias criadas especificamente para cada Hospital Universitário, das despesas hospitalares, inclusive a de pessoal médico não docente e técnico-administrativo, antes integralmente contabilizada na subfunção Ensino Superior, na folha de pagamento das universidades de origem.

As despesas com o Fies estavam alocadas, até 2008, em Outras Subfunções - Outros Encargos Especiais. No entanto, em 2009, a parcela destinada ao financiamento aos estudantes migrou para a subfunção Ensino Superior.

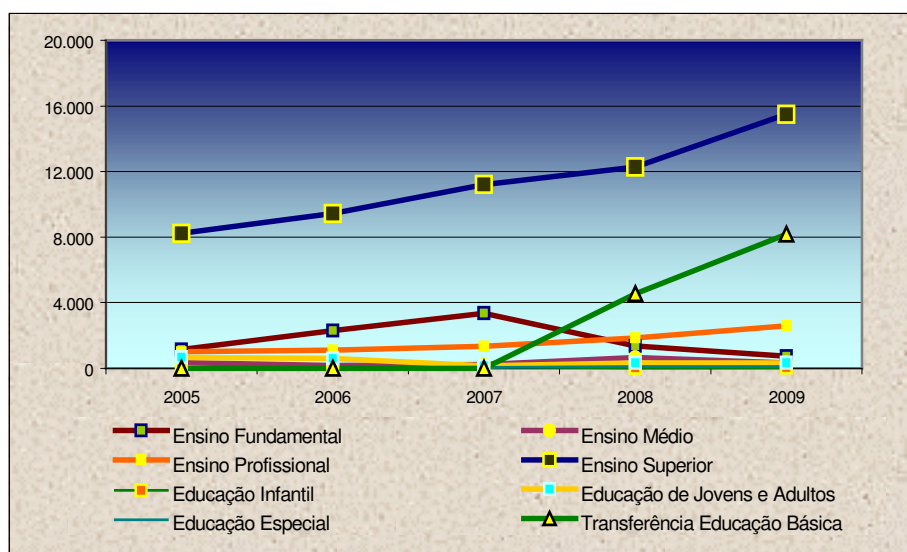
#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES - 2005 A 2009

| SUBFUNÇÃO                             | 2005          | 2006          | 2007          | 2008          | 2009          |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| <b>SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA EDUCAÇÃO</b> | <b>11.521</b> | <b>13.726</b> | <b>16.430</b> | <b>21.182</b> | <b>27.836</b> |
| Ensino Fundamental                    | 1.158         | 2.291         | 3.364         | 1.360         | 724           |
| Ensino Médio                          | 347           | 173           | 236           | 677           | 344           |
| Ensino Profissional                   | 1.010         | 1.112         | 1.327         | 1.865         | 2.589         |
| Ensino Superior                       | 8.233         | 9.433         | 11.215        | 12.274        | 15.498        |
| Educação Infantil                     | 37            | 44            | 76            | 21            | 46            |
| Educação de Jovens e Adultos          | 670           | 602           | 141           | 329           | 339           |
| Educação Especial                     | 66            | 72            | 72            | 96            | 106           |
| Transferência Educação Básica         |               |               | 0             | 4.560         | 8.190         |
| <b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>              | <b>4.667</b>  | <b>5.941</b>  | <b>7.923</b>  | <b>7.068</b>  | <b>8.843</b>  |
| Alimentação e Nutrição                | 1.481         | 1.741         | 1.787         | 1.763         | 2.313         |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 360           | 398           | 431           | 493           | 1.998         |
| Desenvolvimento Científico            | 63            | 57            | 70            | 113           | 128           |
| Demais                                | 2.762         | 3.745         | 5.635         | 4.700         | 4.405         |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>16.188</b> | <b>19.667</b> | <b>24.354</b> | <b>28.251</b> | <b>36.680</b> |

Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das Subfunções Típicas da Educação apresentadas no demonstrativo:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES  
(VALORES EMPENHADOS EM R\$ MILHÕES)**



Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado

Note-se que aumentos significativos, de 39% para a subfunção Ensino Profissional e 26% no Ensino Superior, refletem as expansões em curso nas respectivas redes federais em consonância com a priorização dos quatro eixos estruturantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): educação básica, ensino profissional, ensino superior e alfabetização.

O próximo demonstrativo complementa, para 2009, a execução de subfunções típicas de educação em outras funções, nos demais Órgãos da União. Nesse caso, a

subfunção *Transferência para a Educação Básica* comporta valores relativos à cota-parte dos estados e DF do Salário-Educação, no valor de R\$ 6,4 bilhões, bem como R\$ 20,0 bilhões referentes à transferência para os estados de 20% dos impostos federais que compõem a cesta tributária do Fundeb. Ainda em relação às subfunções de educação executadas pelos demais órgãos, cabe destacar a Educação de Jovens e Adultos em que 98% do valor empenhado correspondem ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO – 2009**

| SUBFUNÇÃO                             | FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES |               |             | SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO EM OUTRAS FUNÇÕES (DEMAIS ÓRGÃOS) |               |             | TOTAL SUBFUNÇÕES EDUCAÇÃO (UNIÃO) |
|---------------------------------------|--------------------------------|---------------|-------------|------------------------------------------------------------------|---------------|-------------|-----------------------------------|
|                                       | AUTORIZADO                     | EMPENHADO     | %           | AUTORIZADO                                                       | EMPENHADO     | %           | EMPENHADO                         |
| <b>SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA EDUCAÇÃO</b> | <b>29.919</b>                  | <b>27.836</b> | <b>93,0</b> | <b>31.612</b>                                                    | <b>27.719</b> | <b>87,7</b> | <b>55.555</b>                     |
| Ensino Fundamental                    | 789                            | 724           | 91,7        | 3                                                                | 3             | 94,8        | 726                               |
| Ensino Médio                          | 384                            | 344           | 89,6        | 3                                                                | 3             | 93,8        | 347                               |
| Ensino Profissional                   | 2.900                          | 2.589         | 89,3        | 103                                                              | 63            | 60,8        | 2.652                             |
| Ensino Superior                       | 16.454                         | 15.498        | 94,2        | 200                                                              | 188           | 93,5        | 15.686                            |
| Educação Infantil                     | 87                             | 46            | 52,7        | 207                                                              | 201           | 97,1        | 246                               |
| Educação de Jovens e Adultos          | 416                            | 339           | 81,6        | 1.042                                                            | 813           | 78,0        | 1.152                             |
| Educação Especial                     | 131                            | 106           | 80,8        | 0,8                                                              | 0,2           | 27,2        | 106                               |
| Transferência Educação Básica         | 8.759                          | 8.190         | 93,5        | 30.053                                                           | 26.450        | 88,0        | 34.640                            |
| <b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>              | <b>9.986</b>                   | <b>8.843</b>  | <b>88,6</b> | -                                                                | -             | -           | -                                 |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>39.905</b>                  | <b>36.680</b> | <b>91,9</b> | <b>31.612</b>                                                    | <b>27.719</b> | <b>87,7</b> | <b>55.555</b>                     |

Fonte: Portal do Orçamento do Senado

## Educação Básica

No tocante ao nível de ensino Educação Básica, a atuação do Governo Federal se concretiza por meio da proposição de políticas, programas, ações e estratégias orientadas para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais relativos às suas etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e a modalidade de ensino educação especial, que possuem subfunções específicas, com a mesma nomenclatura, conforme o Manual Técnico de Orçamento (MTO).

O PDE define para a Educação Básica um rol de 28 diretrizes, intitulado Compromisso Todos pela Educação, no qual as três esferas de governo, famílias e comunidades orientam suas ações em prol da melhoria do desempenho (qualidade) e do rendimento escolar (fluxo). Além disso, adota uma nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional do Governo Federal aos estados, municípios e Distrito Federal que firmaram o Compromisso Todos pela Educação, tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este indicador permitiu traçar execuções de qualidade para os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino.

A partir da análise dos indicadores do Ideb, o MEC oferece apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se dá a partir da adesão ao Compromisso Todos pela

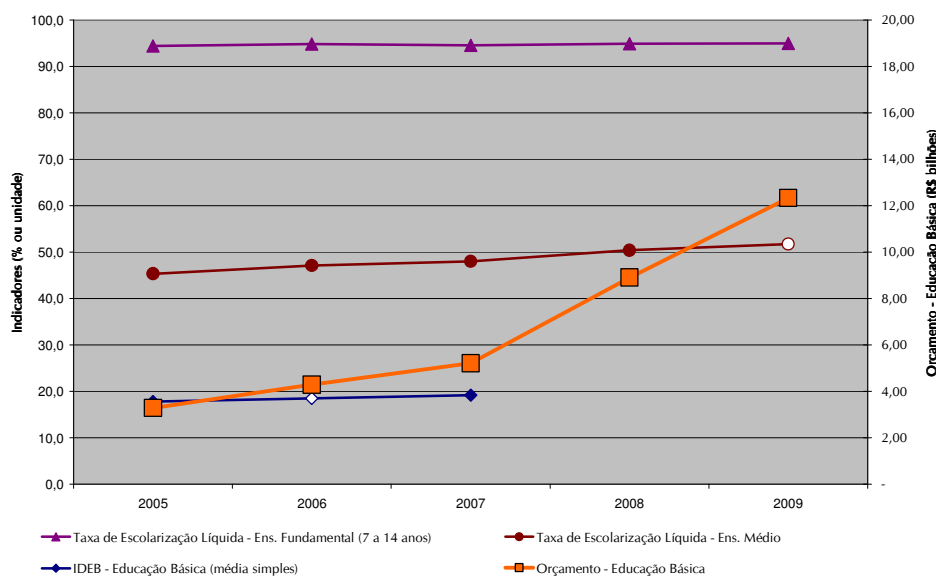
Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) e será realizado tendo como base como base o diagnóstico minucioso da realidade educacional local, com foco nas maiores necessidades detectadas.

O PAR é um planejamento multidimensional da política de educação que analisa quatro dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; e Infraestrutura e Recursos Pedagógicos. O MEC conta com a adesão de todos os estados, do Distrito Federal e dos 5.564 municípios brasileiros, somando mais de 5.480 PAR já elaborados ou em fase de elaboração. Em 2009, foram empenhados, no âmbito do PAR, R\$ 991,1 milhões.

Ressalte-se ainda, as políticas de expansão do ensino médio inovador, implementadas mediante apoio técnico e financeiro às secretarias estaduais de educação e suas escolas.

O “Programa Ensino Médio Inovador”, instituído em 2009, tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino médio nas escolas públicas estaduais, por meio de inovações curriculares, de forma articulada aos programas e ações já em desenvolvimento no âmbito federal e estadual, com linhas de ação que envolvem o contexto escolar.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN. Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Dentre os programas e ações desenvolvidas no âmbito da Educação Básica, destacaram-se em 2009:

### **Programa Brasil Escolarizado**

Sendo um dos programas estruturantes que compõem a política educacional, o Brasil Escolarizado desenvolve papel fundamental como instrumento de efetivação de um conjunto de ações que vão desde o financiamento da alimentação escolar, até o apoio à reestruturação da rede física pública. Tem como objetivo contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos às suas diversas etapas e modalidades.

#### **EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1061 - BRASIL ESCOLARIZADO**

| 1061    | BRASIL ESCOLARIZADO                                                                       | 2005     | 2006     | 2007     | 2008     | 2009      |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| 2925    | Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos                    | 13,00    | n/d      | n/d      | 17,10    | n/d       |
| 2990    | Taxa de Frequência Bruta no Ensino Médio                                                  | 80,70    | n/d      | n/d      | 83,60    | n/d       |
| 2988    | Taxa de Frequência Líquida no Ensino Fundamental da População na Faixa Etária 7 a 14 anos | 94,40    | n/d      | n/d      | 94,60    | n/d       |
| 2991    | Taxa de Frequência Líquida no Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 anos   | 45,30    | n/d      | n/d      | 48,00    | n/d       |
| 2926    | Taxa de Frequência Líquida na Pré-Escola da População na Faixa Etária de 4 a 6 anos       | 62,90    | n/d      | n/d      | 77,60    | n/d       |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)                                           | 1.653,07 | 2.705,51 | 3.693,25 | 7.465,42 | 10.309,54 |

Fonte: SIGPlan / IBGE / Siafi

Para atingir os objetivos do Programa Brasil Escolarizado várias ações são executadas, dentre as quais destacam-se:

A ação **Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação - Fundeb (OE36)** tem como objetivo primordial melhorar a qualidade do ensino, beneficiando maior quantidade de alunos em todo o território nacional, por meio da redistribuição de recursos previstos constitucionalmente. Esta ação assegura a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundeb, de forma a garantir, no âmbito dos estados onde o valor per capita do Fundo encontra-se abaixo do valor mínimo nacional aluno/ano, o alcance desse valor. O aporte de recursos da União aos fundos estaduais, a título de complementação foram 100% executados, totalizando o montante de R\$ 5,1 bilhões destinados aos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, beneficiando um contingente de 16,5 milhões de alunos, que constituem parte dos 45,3 milhões de alunos da educação básica contemplados com os recursos do Fundeb. Convém ressaltar que o número de alunos beneficiados com o Fundeb, em 2006, foi de 30,2 milhões, o que representa um aumento de 66% em relação ao contingente de alunos em 2009 com o Fundeb. Já os recursos financeiros que compõem o Fundo, saltaram de R\$ 35,9 bilhões no último ano de vigência do Fundeb para aproximadamente R\$ 67,1 bilhões, em 2009.

A execução da ação referente à Complementação da União ao Fundeb apresentou-se eficaz sob a ótica orçamentária, haja vista que foram executados 100% do valor estimado. Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb destinam-se a investimentos na remuneração e valorização dos profissionais do magistério de escolas públicas, com vistas a contribuir para a melhoria da capacidade docente, com reflexos positivos no aprendizado do aluno.

A ação **Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica – PDDE (0515)** objetiva prover com recursos financeiros, de forma suplementar, as escolas públicas estaduais, distritais e municipais que ofertam o ensino fundamental regular e especial, bem como as escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, visando a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático. Foram beneficiadas 134 mil escolas pela ação, correspondendo a R\$ 1,2 bilhão.

Com a publicação da MP nº 455, de 28 de janeiro de 2009, e da Lei 11.497, de 16 de junho de 2009, a ação 0515 ampliou o atendimento para todas as escolas da educação básica. Ainda, nas transferências de recursos do PDDE foi acrescida parcela extra de 50%, a título de incentivo, destinada a todas as escolas públicas rurais da educação básica e às escolas públicas urbanas do ensino fundamental que cumpriram as execuções intermediárias do Ideb. Em 2009, aproximadamente 26 mil escolas do ensino fundamental cumpriram essas execuções.

A ação **Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica – PNATE (0969)** visa a transferência automática, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, de recursos financeiros para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal, estadual ou distrital e para a contratação de serviços terceirizados de transporte. Em 2009 foram atendidos 4.962 municípios com recursos da ordem de R\$ 421,7 milhões, o que contribuiu para o acesso e a permanência na escola de 4,3 milhões de alunos do ensino público estadual, municipal e distrital, residentes em área rural.



A ação **Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental – PNLD (4046)** provê de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade os alunos e professores do ensino fundamental das redes federal, estadual, municipal e distrital. A distribuição dos livros em 2009 ocorreu a partir de setembro e segue até fevereiro de 2010, sendo que as escolas de 1º ao 5º ano receberão livros para os próximos três anos e as escolas de 6º ao 9º ano receberão, pelo segundo ano, a reposição de livros. Para atender a esses alunos, a ação adquiriu 103,5 milhões de livros em 2009.

Além disso, adquiriu obras complementares, onde serão formados 5 acervos, compostos de 30 obras cada, para serem distribuídas às turmas do 1º e 2º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino. Essas obras resultaram em um total de 6,6 milhões de livros para o PNLD, contribuindo para que a meta física ficasse 10,2% acima do previsto, beneficiando 29 milhões de alunos e 134,8 mil escolas com investimentos no valor de R\$ 591,4 milhões.

A ação **Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Médio – PNLEM (6322)** tem a finalidade de prover de livros e materiais didáticos e de referência, os alunos e professores das escolas públicas do ensino médio das redes federal, estadual, municipal e distrital. Nos últimos anos, a ação se consolidou por meio da ampliação de títulos e disciplinas, universalização do direito ao livro e expansão do seu público. Em 2009 foram adquiridos 12,1 milhões de livros didáticos, sendo 11,2 milhões para atender, em 2010, os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio e 941,4 mil livros para complementar a aquisição de 2009 e atender a turmas do ensino médio integrado, do magistério e atendimento a outras demandas especiais. Os recursos aplicados na ação totalizaram R\$ 137,6 milhões.

A ação **Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE (8744)** visa contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Sua execução obedece a um cronograma de repasse de recursos financeiros às Entidades Executoras dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para atender aos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, comunitárias e filantrópicas. Em 2009, foram beneficiados 62,5 milhões de alunos da educação básica pública por meio do repasse de recursos de R\$ 2,0 bilhões. Ressalta-se que no ano de 2009 o atendimento foi estendida ao ensino médio e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), motivo pelo qual a meta física foi superada em mais de 48%.

A ação **Capacitação e Formação Inicial e Continuada a Distância (8429)** é voltada para a capacitação e formação inicial e continuada, a distância e semipresencial, de professores para atuação nas escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas através de Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Atualmente são 88 instituições vinculadas ao Sistema UAB, 720 pólos de apoio presencial (557 já implementados e 163 em fase de

implementação), abrangendo 3.500 municípios e cerca de 190 mil vagas disponibilizadas. Para atender plenamente as ações da UAB, o produto desta ação foi reformulado, passando de “profissional capacitado” para “alunos matriculados”. Foram utilizados R\$ 255,1 milhões para a execução da ação.

Outra iniciativa direcionada para a formação de professores é a Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para Educação Básica (OA30), a qual atende diretamente aos eixos Educação Básica, Educação Superior e Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade. Visa capacitar profissionais do magistério da educação básica, com destaque de atuação na formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A ação **Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica (4045)** tem como objetivo prover com acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, as escolas públicas da educação básica das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, mediante o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Em 2009, foram adquiridos 7,3 milhões de exemplares de livros, sendo: 204,2 mil exemplares do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa para serem distribuídos para todas as escolas públicas do ensino fundamental e médio; 247,1 mil títulos de orientação pedagógica para o PNBE-Especial; 799,6 mil exemplares de livros para atender a 47 títulos do PNBE-2009 que não foram contratados em tempo hábil no exercício de 2008; e 6 milhões de exemplares de livros para atender ao PNBE-2010. Em 2009, a ação contribuiu para a diversificação de materiais didáticos e a permanência dos alunos na escola, registrando um investimento de R\$ 57,9 milhões.

É importante salientar que não houve limite financeiro para empenho disponível para o Programa, prejudicando sobremaneira sua execução orçamentária; e houve atraso na divulgação das obras selecionadas ficando exíguo o tempo para a execução dos trâmites de habilitação, negociação e contratação com as editoras até o final do exercício.

A realização financeira foi superior à realização física porque as despesas de controle de qualidade, distribuição, mixagem, avaliação e convênios foram referentes a 100% dos livros que seriam adquiridos em 2009. Entretanto só foram adquiridos 55,8% do número previsto. Os 44,2% estão sendo adquiridos no início de 2010.

#### ***Programa Desenvolvimento da Educação Especial***

Objetiva apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define a educação especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, cuja função é disponibilizar recursos e serviços e realizar o atendimento educacional

especializado, de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, aos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O conjunto de programas, projetos e ações do MEC para o desenvolvimento inclusivo das escolas públicas tem alcançado o crescimento das

matrículas dos alunos da educação especial nas classes comuns da rede pública de ensino. Conforme indicadores do Censo Escolar, em 2003, o índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino era de 28,8% e em 2009 este percentual é de 61,0%.

#### EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

| 1374    | DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL                                                                                          | 2005  | 2006   | 2007   | 2008   | 2009   |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|--------|--------|--------|
| 2345    | Índice de Acesso a Educação Básica                                                                                            | n/d   | 39,00  | 27,50  | 38,00  | n/d    |
| 2530    | Índice de Atendimento Educacional Especializado                                                                               | n/d   | 100,00 | 107,00 | 139,60 | n/d    |
| 2346    | Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino                               | n/d   | 59,70  | n/d    | 69,00  | n/d    |
| 2343    | Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física                                                         | n/d   | 12,80  | 11,60  | 18,60  | n/d    |
| 2140    | Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica | 41,00 | 46,40  | 47,60  | 54,00  | n/d    |
| 2344    | Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial                                                                         | n/d   | 89,00  | n/d    | 96,00  | n/d    |
| 2111    | Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros                                                          | 50,10 | 57,00  | n/d    | 65,40  | n/d    |
| 2112    | Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica            | 1,40  | 2,10   | n/d    | 3,60   | n/d    |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)                                                                               | 68,03 | 78,12  | 79,10  | 105,13 | 115,10 |

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

No âmbito do Programa Desenvolvimento da Educação Especial destacam-se algumas iniciativas do PDE, quais sejam:

**Projeto Livro Acessível:** objetiva garantir a acessibilidade, nos Programas do Livro, aos alunos com deficiência visual matriculados em escolas públicas da educação básica, por meio da distribuição de livros em Braille e no formato digital acessível. Na implementação do Projeto, foram produzidos livros didáticos, distribuídos laptops e adquiridos equipamentos para modernização dos Centros de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual e dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille, beneficiando 5.036 alunos cegos matriculados na rede pública de educação.

**Programa Escola Acessível:** apóia ações de adequação de prédios escolares para acessibilidade. Descentraliza recursos às escolas por meio do "Programa Dinheiro Direto na Escola". Foram atendidas 4.770 escola.

**Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais:** disponibiliza equipamentos, mobiliários, matérias didático-pedagógicos e recursos de acessibilidade para a organização de espaços, visando à oferta do atendimento educacional especializado na rede pública de ensino regular.

Dentre as ações voltadas para a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e nas comunicações, destacam-se:

A ação **Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial (6310)** visa ampliar a organização de escolas regulares para disponibilizar os serviços e recursos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Ressalta-se que esta ação foi reestruturada gerando uma superação da meta física realizada em razão da ampliação da demanda dos sistemas de ensino, no apoio à organização de espaços para o atendimento educacional especializado. Foram adquiridos os mobiliários e equipamentos para atender cerca de 10 mil escolas com um montante de R\$ 32,7 milhões.

**Ação Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar (8371).** Em 2009 sua meta física, escolas atendidas, superou a meta prevista em razão do fortalecimento da política de inclusão no ensino regular e da reorientação da sistemática de atendimento aos sistemas de ensino que, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), possibilitou melhorar o processo de apresentação e atendimento as demandas. Desse modo, a ação foi reformulada para contemplar as escolas no âmbito do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, beneficiando maior número de alunos da rede pública, uma vez que nessas salas é realizado o atendimento educacional especializado de alunos da própria escola e de outras escolas da rede pública de ensino, no turno inverso ao da escolarização. Foram beneficiadas 10 mil escolas com um investimento de R\$ 6,3 milhões.

#### *Programa Qualidade na Escola*

O Programa Qualidade na Escola objetiva expandir e melhorar a qualidade da educação básica. Seu público são os alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Vem suprir a necessidade de adoção de ações espacialmente focalizadas e específicas para a superação de problemas relacionados à evasão, abandono e defasagem escolar na educação básica.

## EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1448 – QUALIDADE NA ESCOLA

| 1448    | QUALIDADE NA ESCOLA                                                              | 2005 | 2006  | 2007 | 2008     | 2009     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------|------|-------|------|----------|----------|
| 2993    | Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos | 0,79 | 0,85  | 0,80 | 0,80     | n/d      |
| 2994    | Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos   | n/d  | 4,43  | 4,10 | 4,10     | n/d      |
| 2995    | Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 18 a 35 anos   | n/d  | 8,30  | 8,80 | 8,80     | n/d      |
| 2996    | Taxa de Docentes com Nível Superior atuando na Educação Infantil                 | n/d  | 42,90 | n/d  | 47,22    | 48,90    |
| 2997    | Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Fundamental                | n/d  | 71,80 | n/d  | 71,40    | 73,10    |
| 2998    | Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Médio                      | n/d  | 95,40 | n/d  | 92,00    | 91,90    |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)                                  | n/d  | n/d   | n/d  | 1.334,80 | 1.674,23 |

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa, destacaram-se:

A ação **Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica (09CW)** tem como finalidade conceder apoio mediante a transferência de recursos financeiros às entidades públicas federal, estadual, distrital e municipal, para construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de unidades de educação infantil padronizadas.

No exercício de 2009 foi possível ampliar o seu alcance direcionando, aproximadamente, metade dos convênios firmados para os estados das regiões Norte e Nordeste do país, que são regiões historicamente menos favorecidas, e, dessa forma, promover a redução do número de crianças fora da escola ou em escolas com condições inadequadas para o ensino. Em 2009 foram construídas 576 novas escolas.

Além dessas novas construções, foram finalizadas diversas construções de escolas de educação infantil já em execução; reforma e ampliação de escolas dos níveis infantil e fundamental; construção de escola de ensino fundamental; construção, reforma e ampliação de escolas de nível médio, totalizando 1.036 escolas apoiadas, com recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 547 milhões.

A ação **Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola (0E53)** tem como objetivo a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas para o transporte escolar de alunos da educação básica e da educação especial residentes na zona rural.

Além disso, a ação tem por escopo a definição de especificações padronizadas para esses veículos e a redução de seus custos. Na esfera municipal, a ação contribuiu para facilitar o acesso dos alunos da zona rural às escolas públicas, contribuindo, assim na redução das desigualdades regionais. Na esfera nacional, a ação reduziu as desigualdades entre regiões, pois o seu atendimento é focado em municípios que se concentram nas regiões norte e nordeste do país e que necessitam de atendimento prioritário.

Os recursos financeiros da ação são disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo MEC. Durante o exercício de 2009 foi

assinado o Termo de Cooperação com a Marinha, no valor de R\$ 134,6 milhões, para a construção de 600 Lanchas Escola a serem utilizadas no serviço de transporte escolar de passageiros de regiões ribeirinhas. A ação superou a meta prevista em 38,8%, tendo sido beneficiados 833 municípios com recursos da ordem de R\$ 132 milhões para a aquisição de 869 veículos.

Ação **Disseminação de Tecnologias Educacionais (8602)**. A Política de Tecnologias Educacionais tem como objetivo avaliar e pré-qualificar tecnologias educacionais inovadoras capazes de subsidiar a promoção da qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades. Foram distribuídas tecnologias educacionais de correção de fluxo para 833.315 alunos, em 1.179 municípios, além de 8.506 Guias de Tecnologias, totalizando um investimento de cerca de R\$ 11,9 milhões.

A meta física alcançada ultrapassa em muito a que fora estipulada devido ao fato de que, no momento da formulação da meta física no PPA, o próprio conceito de tecnologia educacional como objeto da política pública educacional era ainda embrionário, o que incidiu sobre uma meta modestamente quantificada.

Na realidade, a unidade de Kit Tecnológico, em vez de contemplar um grupo de alunos, passou a contemplar individualmente cada aluno, o que resultou num aumento considerável do desempenho físico da ação.

A ação **Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (0509)** tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica. Dada a sua característica peculiar, propicia suporte à execução de uma vasta diversidade de iniciativas.

A ação é considerada um suporte fundamental para a efetivação das demandas oriundas dos Planos de Ações Articuladas do Compromisso Todos pela Educação, pilar fundamental do PDE. Em 2009 foram financiados, dentre outros, projetos de construção nas regiões Norte e Nordeste, aquisição de mobiliários e equipamentos de escola, material didático e pedagógico, capacitação de professores e de profissionais da educação, assim como o apoio a eventos educacionais e de monitoramento e avaliação.

Por intermédio da Lei nº 12.184/2009, editada em meados do mês de dezembro, foi autorizada suplementação orçamentária da ação supracitada em aproximadamente 54%, o que comprometeu a possibilidade de sua efetiva implementação face à exiguidade de prazo para a operacionalização da execução dos créditos.

Além do impacto do contingenciamento orçamentário e da limitação de empenho sobre a meta física da ação, também é importante ressaltar a existência de variação do custo efetivo do produto da ação definido na LOA – projeto apoiado – e aquele efetivamente observado na sua execução.

Outro fator a ser observado é que o incremento da meta financeira da ação, por meio da autorização de crédito suplementar, não foi igualmente refletido na sua meta física.

Deve ser ressaltado que a meta física correspondente a 3.666 projetos apoiados (valor cadastrado no Simec) refere-se à dotação provisionada inicialmente pela Lei nº 11.897/2008. Não foram consignados nos instrumentos legais que concederam as suplementações de créditos adicionais, os valores das metas físicas correspondentes, tanto adicionando quanto subtraindo, nos casos, respectivamente, de suplementação e de cancelamento de dotações.

#### ***Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais***

O Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais tem como objetivo produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, sobre o sistema de educação brasileiro a partir das avaliações de desempenho, dos exames de certificação e da produção de indicadores, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.

Por abranger o desenvolvimento de sistemas estatísticos e avaliações exclusivas, o programa subsidia diretamente a consecução dos vários programas de governo na área educacional, pelo fornecimento de dados e indicadores quantitativos e qualitativos da educação brasileira. É executado mediante diversas ações, dentre as quais destacaram-se:

**Ação Avaliação da Educação Básica (4022).** Com relação a essa ação, em 2009 foi realizada a 3ª edição da Prova Brasil, uma avaliação universal de alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental. Houve a participação de aproximadamente 6 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e de 60 mil escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos.

Em 2010, será analisada a base de dados da aplicação a fim de divulgar os resultados da Prova Brasil 2009 e o seu impacto sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Foram envolvidos recursos da ordem de R\$ 51,5 milhões.

**Ação Avaliações Internacionais de Alunos (6291).** Nessa ação destacou-se a realização da edição 2009 do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), do qual participaram, aproximadamente, 35 mil alunos de 990 escolas públicas e privadas, das áreas rural e urbana de 587 municípios, em todos os estados do país, além do Distrito Federal.

Também foram divulgados os resultados do Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Serce), que avalia o desempenho dos estudantes da 3ª e 6ª séries do Ensino Fundamental nas disciplinas de Matemática, Linguagem (Leitura e Escrita) e Ciências, na América Latina e no Caribe.

Trata-se de um projeto do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) sob a coordenação do Escritório Regional da UNESCO para América Latina e do Caribe, com colaboração do Ministério da Educação. A ação teve execução de R\$ 2,6 milhões.

**Ação Exames Nacionais de Habilidades e Competências (4017).** No âmbito dessa ação foi realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com o objetivo de ampliar a democratização do acesso às vagas públicas do ensino superior, possibilitar uma maior mobilidade acadêmica e induzir à reestruturação dos currículos do ensino médio.

Em 2009 o Governo reformulou o Enem, possibilitando sua utilização como parâmetro único na seleção de candidatos para ingresso nas Universidades Federais, Institutos Federais de Educação, além das Instituições Privadas de Ensino Superior. Houve a participação de aproximadamente 4,1 milhões de inscritos e de 2,6 milhões de efetivos participantes.

Também nesta ação foram realizadas as aplicações do Programa Nacional de Certificação de Proficiência no uso e no Ensino de Libras e de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras (Prolibras) e do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), com 2.015 participantes oriundos de 27 países diferentes e do Brasil, e ainda o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) aplicado no Japão e Suíça, bem como execução dos pré-testes de itens do Enem 2009 e Encceja do ensino fundamental.

A ação **Censo Escolar da Educação Básica (4014)** tem por objetivo a coleta de dados do Censo Escolar em todo o país sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar e traça, com isso, um retrato fiel da realidade educacional.

Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades. No ano de 2009 o Censo Escolar incluiu quesitos sobre jornada ampliada e educação em tempo integral e os resultados foram minuciosamente revisados, o que resultou na melhoria da qualidade das informações e na exclusão dos registros em duplicidade.

Nesse Censo foram contabilizados no Brasil, 52.580.452 estudantes na Educação Básica, que compreende a Educação Infantil (creche e pré-escola), o Ensino Fundamental (1º a 9º ano ou 1ª a 8ª série), o Ensino Médio, a Educação Profissional, a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (nas etapas Ensino Fundamental e Ensino Médio). Há um total de 197.468 escolas. Dessas, aproximadamente, 86% de matrículas e 82% de escolas pertencem à rede pública de ensino. Em 2009 a ação executou R\$ 9,5 milhões.

### Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade

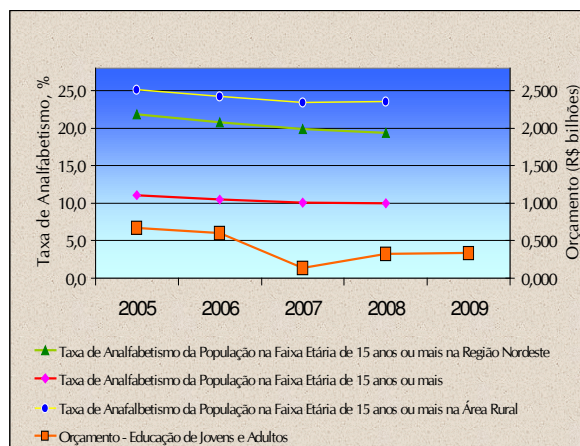
A educação é um direito de todos, e garantir o exercício deste direito é função primordial de qualquer governo democrático. Sendo a diversidade uma das principais características do Brasil, seja ela étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional, cultural, entre outras, é premente a necessidade de desenvolver ações educacionais mobilizadoras para fomentar igualdade de acesso, de permanência e de sucesso nos sistemas educacionais, respeitando as especificidades regionais e a diversidade sociocultural e ambiental, de modo a contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação.

Portanto, a política educacional, entre outras políticas públicas que visem a inclusão social, precisam ser elaboradas sob a ótica da valorização da diversidade e da equidade, ou seja, sob o pressuposto de que é preciso atender a todos na medida de suas necessidades.

Para o Ministério da Educação, pensar em políticas que promovam a igualdade de oportunidades na educação, o acesso aos bens comuns, à justiça social e ambiental que garantam a qualidade de vida, é um desafio a ser enfrentado na busca de uma sociedade menos desigual.

Os projetos e ações previstos nesse eixo de atuação contemplam o fortalecimento de espaços de diálogo e de parcerias entre os entes federados e a sociedade; o fomento à construção e implementação de tecnologias educacionais e sociais que, tendo como base territorial o município, promovam a educação integral de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes públicas de educação básica, por meio da integração de políticas públicas e práticas sociais - educacionais, culturais, assistenciais, esportivas e ambientais; do estímulo ao convívio dos diversos grupos em tais atividades de educação formal e não-formal; da criação de redes sociais em torno da escola; de ações pedagógicas com crianças, adolescentes e jovens integradas a processos de formação de educadores (professores, gestores, monitores); entre outros.

### EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN  
Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Como resultado da integração de diversos programas para a juventude do Governo Federal, constantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), o MEC é responsável pelo "Projovem Campo-Saberes da Terra", ação que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

Em 2009 o atendimento foi ampliado para 24 mil jovens. Os recursos da ação são utilizados para a elaboração e distribuição dos kits pedagógicos para os jovens e material de apoio para professores e gestores do Programa.

Com relação ao eixo norteador do Plano de Desenvolvimento da Educação intitulado Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade, existem dois programas que fomentam suas políticas, são eles o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos e o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania.

#### *Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos*

O Programa tem como objetivo elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, não alfabetizados ou com baixa escolaridade.

Em 2009, acordo dos governos estaduais com o Governo Federal ampliou o atendimento a analfabetos na Amazônia Legal e no Nordeste para 2009 e 2010, contribuindo para a melhoria dos resultados na área rural, principalmente. Atualmente, são 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais.

O acordo prevê o atendimento a 4,5 milhões de analfabetos (3,9 milhões no Nordeste e 0,6 milhões na Amazônia Legal) e enfatiza a continuidade dos estudos, o que implica em ampliação da oferta de vagas em Educação de Jovens e Adultos. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) atendeu, em parceria com mais de 1.300 entidades,

aproximadamente 2,1 milhões de jovens e adultos e cobriu | 3.890 municípios brasileiros.

#### EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

| 1060        | BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS                                              | 2005   | 2006   | 2007   | 2008   | 2009   |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 3011        | Percentual da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série | 23,40  | n/d    | n/d    | 21,64  | n/d    |
| 8085        | Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 24 anos                              | 3,70   | 2,86   | n/d    | 2,90   | n/d    |
| 3010        | Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais                           | 11,05  | 10,47  | 10,09  | 9,99   | n/d    |
| 8084        | Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural             | 25,00  | 24,28  | 23,42  | 23,26  | n/d    |
| 8083        | Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste        | 21,90  | 20,73  | 19,93  | 19,44  | n/d    |
| Empenh<br>o | Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)                                                 | 673,24 | 604,82 | 143,04 | 290,46 | 290,52 |

Fonte: SIGPlan / IBGE / Siafi.

Merece destaque, ainda, a realização da VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em dezembro de 2009. Sediado em Belém, o evento teve a participação de 156 países representando todos os continentes e teve como objetivo principal discutir as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no âmbito mundial. Na ocasião foi aprovado o Marco de Ação de Belém, documento validado por todos os participantes que oferece orientações para as políticas de educação de jovens e adultos dos países membros. Pela primeira vez a CONFINTEA, que ocorre a cada doze anos, foi realizada num país do hemisfério sul.

As ações mais relevantes do Programa, em 2009, são:

A ação **Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos (8790)** disponibiliza apoio financeiro, calculado com base no número de alfabetizandos e alfabetizadores previstos pelos estados, Distrito Federal e municípios nos respectivos Planos Plurianuais de Alfabetização (PPAlfa). O apoio financeiro suporta o custeio das seguintes ações:

- formação inicial e continuada de alfabetizadores e coordenadores de turmas, incluindo-se capacitação para a aplicação de teste de acuidade visual do Programa Olhar Brasil;
- aquisição de material escolar, incluindo-se a reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos;
- aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades de alimentação escolar dos alfabetizandos;
- transporte para os alfabetizandos; e
- aquisição de material pedagógico, didático ou literário, para uso nas turmas.

Em 2009, foram apoiadas 1.317 projetos, sendo 1.292 prefeituras e 25 Secretarias Estaduais de Educação. A meta física inicial estimada para 1000 projetos foi superada acima de 30%. Para tanto foram investidos aproximadamente R\$ 82 milhões.

A ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos (8823) tem como objetivo a

seleção, produção e distribuição de materiais didáticos para jovens e adultos, mediante:

- implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado;
- implementação do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA);
- apoio à produção de materiais didáticos desenvolvidos na própria entidade parceira do Brasil Alfabetizado ou aquisição de materiais não comerciais.

Por meio da implementação do PNLA, foram distribuídos 2.621.036 livros aos alfabetizandos e aos educandos da 1ª série da EJA fundamental e 233.280 para os educadores das escolas de ensino público atuando que lecionam em turmas de alfabetização, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública, e entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Para a realização da escolha do livro didático foram distribuídos 47.433 guias. Este número amplia significativamente o acesso a materiais de qualidade que contribuem tanto para o aperfeiçoamento das práticas dos professores quanto para os processos de aprendizagem dos jovens, adultos e idosos.

Outra importante ação foi a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLD-EJA), com o objetivo de prover as entidades parceiras do PBA e as escolas públicas de ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) federais ou das redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal com livros didáticos adequados ao público pretendido pela EJA. A iniciativa beneficiará 5,4 milhões de alunos, que recebiam apenas livros de alfabetização. O montante de investimentos realizados chega a R\$21,8 milhões.

#### ***Programa Educação para a Diversidade e Cidadania***

O Programa Educação para a Diversidade e Cidadania implementa políticas para uma educação integral e integrada, significando uma educação que, de um lado, visa ao desenvolvimento pleno de estudantes como seres humanos e cidadãos e, de outro, articula as diferentes áreas do agir humano, em ações socioeducativas que ampliem

os currículos, tempos e espaços escolares. Contribui de forma fundamental para reduzir as desigualdades, na medida em que não apenas atende a públicos específicos e historicamente excluídos do processo educacional, como também leva a temática da diversidade para o maior

número de escolas possíveis, com vistas à superação de preconceitos e discriminações. Atua também no fortalecimento das redes públicas pela ampliação da jornada escolar com a adoção da educação integral nas escolas com menores resultados de aprendizado (Ideb).

#### EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1377 - EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA

| 1377    | EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA                   | 2005  | 2006  | 2007  | 2008  | 2009  |
|---------|---------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 2538    | Índice de Igualdade da Educação de Campo                | n/d   | 0,65  | n/d   | 0,52  | n/d   |
| 2539    | Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena        | n/d   | 0,53  | n/d   | 0,53  | n/d   |
| 2537    | Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares | n/d   | 0,78  | n/d   | 0,60  | n/d   |
| 2540    | Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais     | n/d   | 0,84  | n/d   | 0,82  | n/d   |
| 2541    | Índice de Igualdade de Gênero                           | n/d   | 0,97  | n/d   | 0,95  | n/d   |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)         | 54,87 | 59,10 | 23,82 | 35,02 | 80,62 |

Fonte: SIGPlan / IBGE/ Inep / Siafi

Além disso, ações de educação ambiental aproximam escolas e comunidades, promovem respeito à cultura e à diversidade.

Entre as ações específicas que se desenvolveram em 2009 para os públicos da diversidade, destacam-se a realização da I Conferência de Educação Escolar Indígena, a implementação do “Programa Escola Ativa”, voltado para escolas multisseriadas do campo e a produção de materiais e construção de escolas quilombolas.

Neste Programa também constam ações voltadas para os públicos vulneráveis da educação básica. O destaque em 2009 foi a ampliação do “Programa Mais Educação”, oferecido a 5.000 escolas das redes estaduais e municipais que estejam em regiões metropolitanas e tenham Ideb baixo.

O Programa Educação para a Diversidade e Cidadania também possibilitou a ampliação da oferta de cursos de formação inicial de professores do campo e indígenas (PROCAMPO e PROLIND), além de cursos de formação continuada nos temas da diversidade. Como ação não orçamentária relevante, destaca-se o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família que, em parceria com outros órgãos de Governo, tem alcançado resultados melhores a cada ciclo de acompanhamento, além de ter propiciado importante articulação institucional com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Saúde (MS) e gestores estaduais e municipais do referido Programa.

Com relação aos públicos que sofrem maior desigualdade no acesso à educação, em particular populações indígenas, do campo e quilombolas, foram ainda desenvolvidas ações para formação inicial de professores e fortalecimento das redes, como é o caso do Programa Projovem-Saberes da Terra, voltado para a educação de jovens e adultos do campo, e no desenvolvimento de materiais didáticos para comunidades quilombolas.

Como ação mais relevante do programa destaca-se o **Apoio ao desenvolvimento da educação do campo, das comunidades indígenas e comunidades tradicionais (8750)**, que tem seu foco na redução das desigualdades

étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar. É realizada mediante o estabelecimento de parcerias com estados, Distrito Federal, municípios, instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos de educação diretamente referidos aos eixos do Programa.

Em 2009 foram apoiados 3.487 projetos voltados para o atendimento à Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, principalmente o Escola Ativa, e apoio ao desenvolvimento da educação em comunidades quilombolas, superando em muito a meta prevista de 293 projetos. O investimento totalizou R\$ 22,6 milhões.

No âmbito da Educação Escolar Indígena merece destaque a criação dos territórios etnoeducacionais indígenas, instrumento de gestão da educação indígena, definido no Decreto nº 6.861/2009. Esse Decreto determina que as ações da União de apoio técnico e financeiro voltadas para ampliação da oferta da educação escolar às comunidades indígenas devem ser organizadas a partir da definição de territórios etnoeducacionais.

Outro destaque foi a realização da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que representa um processo de construção ampla das condições de oferta da educação intercultural indígena, buscando aperfeiçoar as bases das políticas e a gestão de programas e ações para o tratamento qualificado e efetivo da sociodiversidade indígena com participação social.

Com relação à Educação do Campo, os recursos da ação permitiram, principalmente, a execução do Programa Escola Ativa - voltada para a produção de material didático, a formação e o apoio à implementação de uma estratégia pedagógica específica em escolas multisseriadas situadas no campo. O Programa beneficiou 2.302 municípios e um quantitativo de 28.025 escolas com turmas multisseriadas com atendimento a 694.237 alunos, representando um crescimento de 72% de municípios (ou seja, nos projetos apoiados), 182% nas escolas e 132% nos alunos em relação ao ano anterior. Optou-se por considerar o Projeto

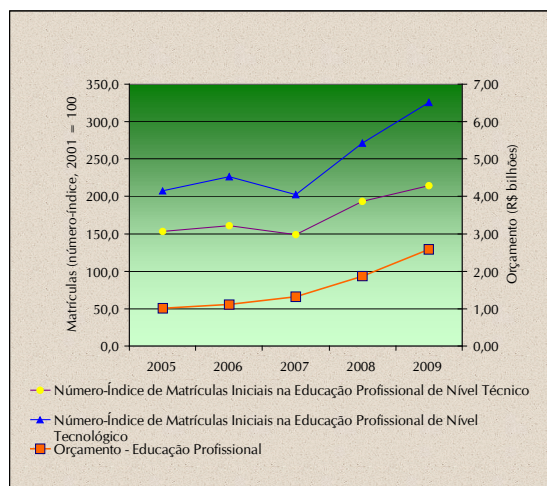


Escola Ativa como sendo um projeto por cada município, por essa razão o realizado superou o estimado.

## Ensino Profissional e Tecnológico

A Educação Profissional e Tecnológica vivencia atualmente a maior expansão de sua história. Em 2009, o Governo Federal deu continuidade ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que deverá deixar em pleno funcionamento, até 2010, 354 unidades de ensino e oferecer em torno de 500 mil vagas, distribuídas pelos 26 estados e o Distrito Federal. Em atendimento à política de reordenamento da rede de instituições federais de educação profissional e tecnológica, em 2009 foram inauguradas 24 escolas técnicas e mais 79 serão inauguradas em 2010. A distribuição das instituições de ensino igualmente prioriza os municípios situados em regiões interioranas e nas periferias dos grandes centros urbanos.

### EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Fonte: Inep, IBGE e Siasi / Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Como iniciativa prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) tem a missão de promover o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país, destacando-se a verticalização do ensino, com atuação em todos os seus níveis e modalidades, articulando a educação superior, básica e tecnológica, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador e

dialogando com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais. As unidades que compõem os Institutos Federais receberão investimentos de R\$ 260 milhões para a reestruturação em curso. A meta é atingir 190 mil vagas abertas e reorganizar a rede federal de ensino.

Ainda ancoradas no PDE, foram implementadas ações de fundamental importância para o fortalecimento das políticas públicas no âmbito da educação profissional e tecnológica, quais sejam: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional, a Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil Profissionalizado) e a Implementação e Manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional. Além dessas, as ações não orçamentárias de criação da Rede Certific e o acompanhamento do Acordo de Gratuidade entre o MEC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), demonstram a sintonia dos programas educacionais com as políticas de inclusão definidas e aplicadas pelo Governo Federal. Ressalte-se que com relação ao Acordo de Gratuidade do Sistema S, em 2009 foram contabilizadas 287.264 novas matrículas gratuitas no Senai e Senac, o que corresponde a 217.836 alunos de baixa renda beneficiados.

### Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

O Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo primordial ampliar a oferta de educação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Estabelecido o ano de 2006 como referência, dados dos censos educacionais indicam que a meta estabelecida para 2011 encaminha-se para ser atingida. Na educação profissional técnica de nível médio, o censo aponta a existência de 927.968 alunos matriculados, o que equivale a um crescimento de 31% em relação a 2006. No nível superior tecnológico o crescimento foi de 68,9%, considerando-se a existência atual de 218.843 matrículas nesse nível de ensino. A Rede Federal, por sua vez, vivencia a maior expansão da sua história.

### EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

| 1062    | DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA                             | 2005     | 2006     | 2007     | 2008     | 2009     |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| 1513    | Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico     | n/d      | 100,00   | n/d      | 115,55   | n/d      |
| 1804    | Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico | n/d      | 100,00   | n/d      | 124,80   | n/d      |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)                                    | 1.024,70 | 1.242,85 | 1.471,61 | 2.027,29 | 2.812,73 |

Fonte: SIGPlan / Inep / Siasi

A implementação do SISTEC constitui uma iniciativa pioneira e inovadora, com o intuito de reunir e disponibilizar à sociedade informações sobre cursos técnicos de nível médio e cursos de qualificação profissional.

Dentre as funcionalidades do sistema, destaca-se a apresentação de informações sobre: escolas em funcionamento regular; órgãos competentes de cada sistema de ensino; matrículas, abandono e conclusões; acompanhamento do acordo de gratuidade com o Sistema S; além da possibilidade de apontar tendências na formação profissional ao identificar os cursos mais procurados e as disparidades regionais nessa oferta.

O sistema foi desenvolvido para coletar dados dos ingressantes em cursos técnicos e de qualificação profissional a partir do ano de 2009, sendo possível a estes estudantes conferir eletronicamente a validade nacional dos diplomas emitidos. Em 2009 foram contabilizadas 2.768.392 matrículas, das quais 488.511 são de ingressantes em cursos técnicos e 2.279.881 ingressantes em cursos de qualificação profissional.

Para viabilizar as iniciativas do Programa 1062, duas ações merecem destaque:

**Ação Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1H10).** O processo de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que inicialmente previa a criação de novas Escolas Técnicas, tomou outra dimensão conceitual e prática com a vigência da Lei nº 11.892/2008. Essa Lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da transformação ou integração de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas e Agrotécnicas.

Em 2009 houve a conclusão de obras e a aquisição de equipamentos para 100 novas escolas que entrarão em funcionamento já em março de 2010, totalizando, assim, 280 das 380 que deverão estar em funcionamento até o final de 2010.

Essa expansão possibilitou um acréscimo de 43.663 matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, foram investidos cerca de R\$ 328 milhões.

Tendo em vista um erro material havido entre o produto da ação e a meta prevista (um trata de unidade implantada enquanto o outro faz referência às novas matrículas ofertadas), e visando dar maior visibilidade às ações governamentais em andamento, “matrículas ofertadas” foi considerado como produto da ação, por ser o indicador mais efetivo para mensurar a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

**Ação Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (8650).** Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional Científica e

Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, houve o reordenamento das instituições de educação profissional e tecnológica federais.

Por meio da transformação ou integração de 68 autarquias resumiram-se aos novos 38 Institutos Federais e cada uma das antigas unidades transformaram-se em *campus*.

O que seria somente uma expansão física de novas unidades passou a ser uma expansão, também, da missão institucional que, agora, ao invés de oferecer somente cursos técnicos, oferta cursos de graduação (tecnólogos, licenciaturas, bacharelados em especial as engenharias) e pós graduações autarquias, antigas escolas técnicas e agrotécnicas e Cefets, agora transformadas em *campus* juntamente com suas 34 unidades de ensino descentralizadas e mais 8 escolas vinculadas às universidades federais, que assumiram um modelo moderno de gestão agregando-se, de forma racional, aos 38 Institutos Federais criados nas 27 unidades federativas. Em 2009 foram atendidas 212 unidades com recursos da ordem de R\$ 151, 5 milhões.

Ainda no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica algumas iniciativas mereceram destaque em 2009:

- “Programa Brasil Profissionalizado” que visa o alcance de uma das metas do PDE, que é modernizar e expandir as redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, mediante o repasse de recursos para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Os investimentos foram superiores a R\$ 700 milhões para construções, ampliações, reformas e equipamentos de mais de 500 escolas.
- A realização, em novembro de 2009, do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, com a presença de mais de 13 mil participantes de instituições nacionais e internacionais. O evento contou com conferencistas de 15 países, delegações de todos os estados, 170 atividades culturais, 165 palestras, além de 755 trabalhos estudantis.
- A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (CERTIFIC). Trata-se de uma iniciativa com grande relevância social pela sua contribuição na (re)inserção e permanência na escola e no trabalho de milhões de pessoas, mediante a avaliação e reconhecimento dos saberes “não formais”, ou seja, conhecimentos construídos ou adquiridos por essas pessoas nas relações sociais, em espaços diversos. É uma criação conjunta do Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego. A Rede CERTIFIC se configura como um conjunto de ações cooperadas, desenvolvidas pelos Institutos Federais e instituições de educação profissional e tecnológica, que visam ao estabelecimento de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada para o atendimento gratuito a jovens, adultos e trabalhadores que busquem a formação ou a avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimento fins de prosseguimentos de estudos ou exercício profissional.

- Foram desenvolvidos no ano de 2009, para implementação no exercício de 2010, os programas das áreas de Construção Civil, Mecânica, Turismo e Hospitalidade e Pesca dentre outros, que serão implementados no exercício de 2010 concomitantemente à constituição da estrutura de gestão e funcionamento da Rede CERTIFIC e ao processo de adesão das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.
- Ainda na área de Formação inicial e continuada, o Projeto denominado Mulheres Mil tem dado excelente contribuição na tentativa de reduzir as desigualdades regionais. Os Institutos Federais do Norte e Nordeste do país atuam nesse projeto, o qual oferece formação profissional a cerca de 1.400 mulheres desfavorecidas dessas regiões. A capacitação e qualificação profissional reconhecem saberes previamente constituídos e criam as condições para que elas

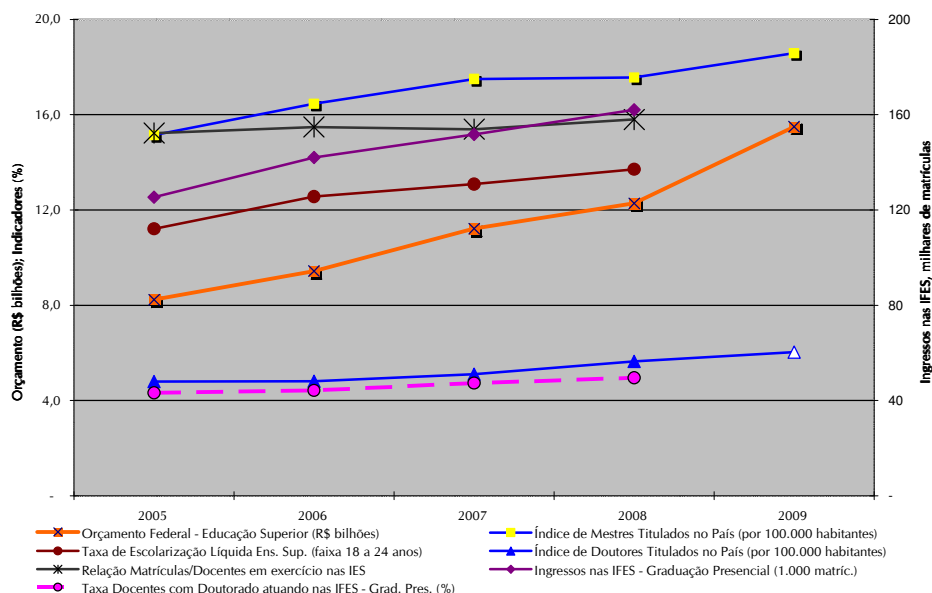
melhorem seu potencial produtivo e suas condições de vida.

### Educação Superior

Em reconhecimento ao papel estratégico das universidades públicas federais para o desenvolvimento econômico e social e com o objetivo de implementar ações integrantes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Governo adotou uma série de medidas que tem como propósito retomar o crescimento do ensino superior público.

O MEC tem dado ênfase nas ações de expansão de universidades e oferta, inclusão e democratização do acesso ao ensino superior, assumindo, ainda, compromisso com a disponibilização de educação de qualidade. A expectativa para a educação superior é dobrar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação nas universidades federais, em um prazo de dez anos.

### EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



Fonte: Inep, IBGE e Siafi. Elaboração: CEAD/SPO/MEC.

As ações voltadas à ampliação do acesso e da permanência na educação superior possuem duas vertentes principais: a concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), e a concessão de financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). São ações que, em conjunto, já atenderam cerca de um milhão de estudantes, o que revela significativo impacto sobre seu público.

O Fies é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria. Atualmente, o Fundo financia até 100% do valor da mensalidade, a uma taxa de

juros anual de 3,5%. Desde sua criação, o Fies já beneficiou mais de 500 mil estudantes, com investimento acumulado estimado em R\$ 6,4 bilhões. Ao final de 2009, o programa contava com cerca de 490 mil contratos ativos. O investimento da ação em 2009 foi de R\$ 866,5 milhões, relativos a cerca de 33 mil contratos firmados e aos aditamentos semestrais aos contratos já existentes.

O ProUni visa garantir o acesso da população ao ensino superior. Trata-se de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Já beneficiou 595.986 estudantes. O ano de 2009 marcou o período de maior oferta de bolsas de estudos. Foram 248 mil bolsas

ofertadas, superando em 37,58% a meta de 180 mil bolsas previstas.

Além da expansão e manutenção das universidades federais e do desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos da educação superior, o MEC vem trabalhando, também, na supervisão e regulação do sistema federal de educação superior para garantir a qualidade do ensino.

No âmbito da Educação Superior podemos destacar os seguintes programas e ações:

### **Programa Brasil Universitário**

Objetivando implementar ações integrantes ao PDE, o Governo adotou uma série de medidas com o propósito retomar o crescimento do ensino superior público. Nesse contexto, o Programa Brasil Universitário tem como objetivo ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

#### **EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1073 – BRASIL UNIVERSITÁRIO**

| 1073    | BRASIL UNIVERSITÁRIO                                                                  | 2005     | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 1830    | Coefficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior                 | 14,92    | 15,22     | 15,49     | 15,39     | n/d       |
| 1826    | Taxa de Docentes (Em Exercício) com Doutorado atuando nas IFES - Graduação Presencial | 43,22    | 44,26     | 47,32     | 48,78     | n/d       |
| 1828    | Taxa de Docentes (Em Exercício) com Graduação atuando nas IFES - Graduação Presencial | 30,10    | 29,40     | 25,76     | 25,17     | n/d       |
| 1827    | Taxa de Docentes (Em Exercício) com Mestrado atuando nas IFES - Graduação             | 26,64    | 26,32     | 26,93     | 26,03     | n/d       |
| 1831    | Taxa de Matrícula de Alunos em IFES - Graduação Presencial no Turno Noturno           | 25,38    | 25,38     | n/d       | 25,55     | n/d       |
| 3009    | Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno      | 58,95    | 60,13     | 60,89     | 61,67     | n/d       |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)                                       | 8.847,42 | 11.476,87 | 13.431,61 | 14.730,62 | 18.492,30 |

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

Dentre as ações que compõem o Programa Brasil Universitário destacam-se:

A ação **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (8282)** tem por objetivo promover a revisão da estrutura acadêmica das universidades federais, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. No âmbito do Reuni, foram criadas 35,5 mil novas vagas em cursos presenciais, das quais 14.770 no período noturno, sendo investidos R\$ 272,2 milhões.

A ação **Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (8551)** cujo objetivo é auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior em suas várias necessidades e demandas, principalmente nos projetos especiais na melhoria da qualidade do ensino de graduação, assim como no aumento da oferta de vagas. Um total de 43 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) foram apoiadas em 2009, seja em seus projetos específicos, seja em projetos e ações complementares ao Projeto Reuni. A ação empenhou um total de R\$ 150,5 milhões.

A ação **Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (4413)** abrange o Programa de Educação Tutorial (PET), criado para apoiar atividades acadêmicas que integram o ensino, a pesquisa e a extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação

de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação, além de estimular a continuidade da vida acadêmica, uma vez que 60% dos alunos que participam do PET ingressam na pós-graduação. São 400 grupos tutoriais em instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o país, com pelo menos um grupo de pesquisa em cada estado brasileiro. Foram beneficiados com o PET, 4.274 alunos bolsistas e 400 tutores, um para cada grupo de pesquisa.

Registre-se que a meta física prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA/2009) refere-se ao número de tutores, embora o produto publicado na mesma lei seja de aluno treinado. Sendo assim, a meta física prevista foi alcançada em 100% e não 1.167%, conforme registrado no sistema, alocando R\$26,4 milhões (87,86% dos recursos previstos).

A ação **Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federal (6379)** está vinculada às realizações na área dos Hospitais Universitários Federais, que contribuem expressivamente para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), pois, de um universo de aproximadamente 3,2 mil hospitais cadastrados, os 46 Hospitais Universitários configuram uma rede de atenção cujo perfil é, em 70% deles, de grande porte e voltada para ações de média e alta complexidade, constituindo, muitas vezes, a unidade hospitalar pública mais importante do Estado.

Esta ação visa complementar o custeio e financiar o investimento na infraestrutura desses hospitais. Em 2009, esses recursos foram da ordem de mais de R\$ 130 milhões,

distribuídos aos 46 hospitais da rede federal. Ressalte-se que a meta física prevista foi atingida em 100%, ou seja, todos os hospitais universitários federais foram atendidos. A meta física contabilizada no Simec/SIGPlan está acumulando o número de hospitais apoiados/mês, sendo que, na verdade, a informação prestada mensalmente refere-se a toda a rede de HU apoiada ao longo do ano.

Cabe destacar que a partir de agosto de 2009 ocorreu a inserção da Maternidade Vitor do Amaral/UFPR, totalizando 46 hospitais. Cabe salientar que, considerando o período de 2005 a 2009, verifica-se um incremento financeiro da ordem de 263% para a esta ação, num esforço do Governo Federal para a viabilização da manutenção da rede de Hospitais Universitários Federais.

A ação **Apoio à Residência Multifuncional (4005)** abrange as residências em saúde, estratégia considerada fundamental para a formação de recursos humanos que atendam ao SUS. Esses programas de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade de treinamento em serviço, compreendem os programas de Residência Médica e os programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde. O MEC é responsável pela maior iniciativa de formação de médicos especialistas do país em todas as áreas de conhecimento da Medicina, financiando bolsas para médicos residentes em programas vinculados às Universidades Federais, desenvolvidos nos seus Hospitais Universitários e em algumas unidades hospitalares conveniadas. Em 2009 o quantitativo foi ampliado de uma média anual de 4.981 em 2008 para 5.334 em 2009. Os investimentos foram de, aproximadamente, R\$ 140 milhões.

É importante salientar que o Simec apresenta esta meta como não cumulativa, razão pela qual, os dados apresentados como meta física prevista e realizada dizem respeito apenas ao número médio de bolsas concedidas para residentes a cada mês e não ao total de bolsas realmente financiado pelo MEC no ano de 2009.

É preciso enfatizar que o MEC desenvolveu dois projetos em 2009, para implementação em 2010, que representam uma iniciativa inédita no campo da qualificação de recursos humanos para a saúde: o Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência), que tem como objetivo favorecer a formação de especialistas na modalidade residência médica em especialidades e regiões prioritárias para o país; e o Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde dos Hospitais Universitários Federais, cujo objetivo é promover a especialização dos

demais profissionais da saúde em todo o país, nas áreas de atuação prioritárias para a atenção à saúde da população local e regional onde o hospital está inserido. Para cada um desses projetos foi feito um planejamento de oferta de 500 novas bolsas, o que representa um incremento direcionado que nunca havia sido realizado antes pelo Governo Federal.

No âmbito do Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais (1449) é executado o Censo da Educação Superior (Ação 6503), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do MEC. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações sobre a educação superior no Brasil, as quais subsidiam a formulação e o acompanhamento das políticas e programas dessa etapa da educação, contribuindo com o trabalho dos gestores públicos, instituições públicas e privadas, pesquisadores e estudantes do Brasil e de outros países, bem como de organismos internacionais. Em 2009 foi realizado o Censo da Educação Superior 2008, ferramenta mais importante para o levantamento de informações junto às Instituições de Ensino Superior. Em módulo paralelo, foi executado o Censo de Docentes da Educação Superior 2008. Em 2010, será realizada a coleta de dados para o Censo da Educação Superior 2009. Diferentemente dos anos anteriores, o Censo passará a levantar informações individualizadas por docente e aluno, o que propiciará a construção de indicadores que retratem a qualidade dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

#### **Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica**

No ano de 2009, o MEC continuou a expandir suas ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, por meio do Programa de Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, que tem por objetivo formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação, além de atuar na formação inicial e na qualificação de docentes para a educação básica. Suas ações permitiram que o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) titulasse mais de 11 mil doutores e 38 mil mestres, contribuindo assim para uma maior oferta de recursos humanos altamente qualificados e, conseqüentemente, alavancar o desenvolvimento nacional no médio e longo prazo.

#### **EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA**

| 1375    | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA | 2005   | 2006   | 2007   | 2008     | 2009     |
|---------|---------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|----------|----------|
| 2137    | Índice de Doutores Titulados no País                                | 4,79   | 4,81   | 5,10   | 5,65     | n/d      |
| 2135    | Índice de Mestres Titulados no País                                 | 15,14  | 16,46  | 17,50  | 17,59    | n/d      |
| 2139    | Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional                       | 4,27   | 4,21   | 4,10   | 4,10     | n/d      |
| Empenho | Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)                     | 659,27 | 752,64 | 802,88 | 1.038,92 | 1.286,29 |

Fonte: SIGPlan / CAPES / Siasi

Algumas ações merecem destaque em 2009:

**Ação Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País (0487).** Tem como beneficiários os alunos matriculados em programas de pós-graduação avaliados e recomendados pelo MEC, bem como recém-doutores que passaram a integrar tais programas. Foram concedidas 24.401 bolsas de mestrado, 14.724 bolsas de doutorado e 841 bolsas de pós-doutorado. Deste total, 4.233 bolsas foram destinadas para o novo programa “Bolsas para Todos”, onde são beneficiados os alunos dos cursos de pós-graduação das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Além das atividades regulares de fomento, ressaltam-se como marcos inovadores, as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde, Cultura, Administração, Ciências do Mar, Nanobiotecnologia e Comércio Exterior. A ação empenhou um montante de R\$ 727,3 milhões.

A ação **Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado (009H)** constitui de uma iniciativa para a absorção de recém-doutores, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Por intermédio dessa ação foram concedidas 1.163 bolsas em 2009, totalizando recursos na ordem de R\$ 36,7 milhões.

**Ação Concessão de bolsas de qualificação de pessoal de alto nível para a pesquisa em temas estratégicos - novas fronteiras da pós-graduação (0B95).** Esta ação visa a formação de recursos humanos de alto nível, em temas estratégicos para o desenvolvimento das regiões que apresentam defasagem na capacitação de mestres e doutores para os quadros docentes das universidades nas regiões Norte, Centro-Oeste e Semi-Árido. Por meio dessa ação são executados: o Programa de Doutorado Interinstitucional Novas Fronteiras – Dinter NF e o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Procad Novas Fronteiras. Como resultado dessas iniciativas observa-se o aumento no número e na qualidade das pesquisas desenvolvidas e o consequente incremento na formação de mestres e doutores destas regiões, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das assimetrias observadas e para o desenvolvimento socioeconômico local. Foram concedidas 1.379 bolsas e investidos R\$ 22,4 milhões.

Com relação à ação **Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior (0935)**, foram concedidas 1.357 novas bolsas de estudos referentes aos programas de bolsas no exterior que apóiam demandas individuais e de projetos de pesquisa, integrantes de programas nacionais em áreas estratégicas. Houve também o apoio à participação de 460 doutores em eventos científicos no exterior. Foram mantidos, em mais de 30 países, outros 1.102 bolsistas que iniciaram seus estudos em 2009 e em exercícios anteriores. Os recursos financeiros totalizaram R\$ 70,1 milhões.

A ação **Acesso à Informação Científica e Tecnológica (2317)** beneficia 308 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo e disponibiliza mais de 21 mil periódicos em textos completos e 130 bases referenciais ou de resumos e 09 bases de patentes, por meio do Portal de Periódicos. No ano de 2009 o Portal contabilizou 66,5 milhões de acessos, o que equivale a mais 182 mil acessos diários. O investimento do Portal de Periódicos em 2009 foi de mais R\$ 100 milhões.

Com relação à meta física prevista para 2009, convém esclarecer que esta era de 60 milhões de acessos, entretanto, ocorreu um erro material na elaboração e aprovação da Lei do Orçamento Anual (LOA) tendo sido registrada como execução uma unidade (1) de milhar.

Essa informação foi migrada para o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (Simec), o que acabou por superestimar a execução física. Desta forma a execução física real foi de uma média de 5 milhões de acessos ao mês, o que corresponde a 66.573.742 no ano.

**Ação Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento (4011).** A avaliação orienta a evolução de todo sistema nacional de pós-graduação, antepondo-lhe execuções e desafios que resultam em avanços da ciência, tecnologia e inovação.

Em 2009 foram submetidas 566 propostas de cursos novos, dos quais foram aprovados 256 cursos, sendo 132 de mestrado acadêmico, 19 de mestrado profissional e 105 de doutorado. Paralelamente, foram realizadas as atividades preparatórias para a Avaliação Trienal, a ser realizada em meados de 2010, que incluem o tratamento e consolidação das informações encaminhadas por mais de 4 mil cursos de mestrado e doutorado.

Houve um erro material quando da elaboração e aprovação da LOA/09 (PPA) no que tange à quantificação da meta física, ficando registrado 1 (uma) unidade em vez de 10 mil, que seria o correto. O recurso financeiro foi de 12,6 milhões.

### 5.1.8. Ministério da Fazenda

Na estrutura administrativa da República Federativa do Brasil, o Ministério da Fazenda - MF é o órgão que, de forma preponderante, trata da formulação e da execução da política econômica. No transcorrer de 2009, o MF direcionou a sua atuação com vistas a minimizar os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira. Além de evitar que as graves consequências decorrentes da fragilidade dos mercados recaíssem de forma mais aguda sobre a população de menor nível de renda, o MF manteve o foco na responsabilidade e no comprometimento com os objetivos e metas estabelecidas pelo governo. Os efeitos iniciais da crise financeira internacional no Brasil combinaram depreciação cambial, restrição de liquidez e queda na demanda internacional por produtos brasileiros. Juntos, derrubaram a confiança de empresários e consumidores, de modo que o crescimento do consumo desacelerou e o investimento caiu de forma abrupta e preocupante.

O Governo Federal respondeu à crise internacional com uma sequência de medidas sem precedentes na história econômica recente do Brasil. As ações desenvolvidas pelo Governo Federal podem ser divididas em três grupos. O primeiro diz respeito a ações e programas adotados antes da crise, que ajudaram a economia durante a crise, e continuam sendo utilizados mesmo após seu arrefecimento. O segundo refere-se a ações emergenciais empregadas durante a crise que, por serem temporárias, tendem a expirar ou se reduzir com o passar do tempo. O terceiro relaciona-se a novas ações estruturais que auxiliaram o combate à crise, mas prosseguiram após o pior momento.

Dentre as ações e programas adotados antes da crise, cabe destacar cinco iniciativas estruturais que evitaram uma queda maior no nível de atividade econômica: o aumento na rede de proteção social; o aumento no salário mínimo; a expansão do investimento público; as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e na Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP; e por fim a reestruturação dos salários e do efetivo do serviço público federal.

Em relação às medidas temporárias de combate à crise, mencione-se as medidas tomadas para proporcionar liquidez aos mercados financeiros e estancar os efeitos da saída de capitais bem como as perdas advindas de operações no mercado cambial. A resposta imediata à contração de crédito foi providenciar uma expansão da liquidez, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda nacional. Estas operações só foram possíveis porque antes da crise o Brasil havia acumulado cerca de US\$ 210 bilhões em reservas internacionais. A redução do percentual para o recolhimento do compulsório bancário também evitou o contágio da crise internacional no mercado interbancário brasileiro, apesar de não ter sido suficiente para estimular a recuperação no crédito.

A solução veio, assim, dos bancos públicos, que começaram a atuar como emprestadores de penúltima instância durante a fase mais grave da contração do

crédito. Neste sentido, no início de 2009, a União concedeu linha de crédito de 3,3% do PIB ao BNDES, que por sua vez ofereceu um conjunto de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Em complemento à ação do BNDES, a União também ofereceu incentivos financeiros, via equalização de taxa de juros, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Os bancos públicos puderam oferecer linhas de crédito, especialmente capital de giro para os setores com maior dificuldade de liquidez. Como resultado dessa ação, pode-se observar que durante a fase mais crítica da crise, entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos aumentaram sua oferta de crédito em 33%, enquanto as instituições privadas nacionais cresceram 4% e as instituições estrangeiras 1,5%.

A política monetária anticíclica incluiu, também, um corte substancial na taxa Selic, após a análise acerca dos riscos sobre a inflação. A impossibilidade de a política monetária estimular a recuperação econômica imediatamente após a crise foi compensada pela política fiscal.

Além das ações estruturais adotadas, implementou-se uma série de desonerações tributárias temporárias para estimular as vendas e o consumo. Estas desonerações começaram já no final de 2008, com redução do IPI para o setor automotivo, e tiveram por objetivo evitar o acúmulo excessivo de estoques nas indústrias. No curso de 2009, essas medidas foram estendidas para os setores de bens de consumo duráveis, materiais de construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alguns itens alimentícios. O custo final das desonerações foi compensado pelo aumento na produção e nas vendas induzido pelas desonerações.

Para evitar a adoção de políticas pró-cíclicas na esfera municipal e na estadual, a ação do Governo Federal também incluiu transferências orçamentárias extraordinárias para os estados e municípios ao longo do ano. As ações temporárias incluíram também o aumento no período de concessão e no valor do seguro desemprego para reduzir a perda de renda dos trabalhadores, bem como promoveram a equalização das taxas de juros para investimentos em máquinas e equipamentos contratados em 2009 com o objetivo de evitar o adiamento de investimentos.

As ações fiscais demandaram um ajuste nas metas fiscais estabelecidas para 2009. As metas de resultado primário do setor público foram alteradas da seguinte forma: a Petrobras foi retirada do cálculo do resultado primário para liberar o aumento do investimento por parte da empresa; a meta para 2009 foi reduzida de 3,3% para 2,5% do PIB antes do investimento público, e de 2,8% para 1,6% do PIB após o investimento público; e a meta para 2010 foi mantida em 3,3% antes do investimento público, mas reduzida de 2,8% para 2,6% após o investimento.

Com relação às novas ações estruturais adotadas durante a crise, as principais medidas foram: a revisão nas alíquotas do imposto de renda sobre a pessoa física, a modificação no patamar de taxa real de juro da economia e o lançamento de um novo programa habitacional



direcionado aos mais pobres e à classe média baixa. O programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, destinado à construção de um milhão de novas residências, com início em 2009, embute a concessão de subsídios que poderá alcançar valores equivalentes a 1,2% do PIB. Este programa, além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um poderoso instrumento de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país.

As medidas adotadas induziram ao crescimento da economia brasileira, cujo patamar poderá alcançar em 2010 índices semelhantes aos verificados no momento imediatamente anterior à crise. As ações do governo brasileiro e a evolução da conjuntura internacional fizeram o Brasil atravessar a fase mais crítica da crise, de forma menos traumática do que a grande maioria dos países. Contrariamente às expectativas pessimistas constatadas no final de 2008, os salários e os empregos voltaram a crescer, a taxa de desemprego não apresentou alteração significativa e a confiança dos consumidores e dos empresários se recuperou rapidamente ao longo de 2009.

O Ministério da Fazenda compartilha o desenvolvimento de ações que perpassa diversas políticas públicas executadas no âmbito do Governo Federal, cabendo destacar as mais relevantes, inclusive para facilitar a compreensão da complexidade das atribuições da pasta fazendária.

### **Fundo de Garantia à Exportação**

O Fundo de Garantia à Exportação – FGE, que tem como finalidade dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação contra riscos comerciais e políticos e extraordinários, garantiu exportações de bens e serviços brasileiros no montante de US\$ 14,7 bilhões em 2009, o que permitiu que fossem ampliadas as exportações brasileiras para países como Argentina, Angola, Estados Unidos, Venezuela, Colômbia, República Dominicana, Guatemala, Equador, Chile, Peru e Bolívia, entre outros. Os principais setores beneficiados com a cobertura do FGE foram Energia Elétrica, Transporte Metroviário, Petróleo e Gás, Transporte Automotivo de Passageiros e Transporte Aéreo, e Administração Pública.

### **Fomento aos Investimentos**

Diversas medidas foram efetivadas durante o ano de 2009 com foco no incentivo às microempresas. Dentre as mais significativas temos as melhorias nas condições do Cartão BNDES, com aumento do limite para R\$ 500 mil, redução de juros e ampliação de prazo de amortização para 48 meses. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional foi alterada, com instituição da figura do microempreendedor individual - pessoas com rendimento anual de até R\$ 36 mil. Também foram ofertadas linhas de crédito específicas para Micro e Pequenas Empresas, por meio do Banco do Brasil, com ampliação das linhas de crédito adicional de R\$ 11,6 bilhões - sendo que deste montante, aproximadamente R\$ 8 bi ocorreu no segundo

semestre de 2009 -, além de elevação dos limites de crédito para 303 mil empresas.

### **Fundo Garantidor de Risco de Crédito**

Considerando-se que um dos principais obstáculos ao acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas é a dificuldade dessas empresas de apresentar as garantias normalmente exigidas pelos bancos emprestadores, e com o objetivo de complementar a atuação dos fundos de aval já existentes (Fampe – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, do Sebrae; Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - Funproger gerido pelo BB, e Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, administrado pelo BNDES), a Medida Provisória nº 464, de 09.06.2009, autorizou a União a participar com até R\$ 4 bilhões em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, de natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora. Com base nesse diploma legal, foram constituídos o Fundo de Garantia de Operações - FGO e o Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrados, respectivamente, pelo Banco do Brasil e pelo BNDES.

### **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

Em 2009, deu-se continuidade à implementação do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas, cujo estatuto foi aprovado no final de 2008. O Ministério da Fazenda trabalha com outros órgãos de governo brasileiros e sul-americanos na elaboração de seu Regulamento. O Fundo servirá como base para a concessão de garantias a empresas envolvidas em ações de integração produtiva entre os países do Mercosul, viabilizando o acesso de pequenas empresas ao crédito bancário e promovendo uma maior integração econômica da região.

### **Serviços Bancários e Microfinanças**

O Programa de Inclusão Bancária do Governo tem propiciado o acesso crescente de famílias de baixa renda ao sistema bancário. Em 2009, a quantidade de contas correntes simplificadas ultrapassou a cifra de 10 milhões de contas. A inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários deverá ter um grande avanço com o incentivo à inserção financeira das famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O acesso aos serviços financeiros será disponibilizado pela Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras, principalmente pela possibilidade do pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família por meio das contas correntes simplificadas. As operações de crédito consignado em folha de pagamento representam a forma mais simplificada e barata de acesso ao crédito pessoal pelos trabalhadores e aposentados, ultrapassando a faixa de R\$ 100 bilhões destinados para funcionários públicos, ativos e inativos além de aposentados e pensionistas do INSS.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, sendo os recursos provenientes do FAT e dos 2% das exigibilidades sobre depósitos à vista captados pelas instituições financeiras. A Resolução CMN 3.706, de 27.03.2009, que amplia a concessão de operações de microcrédito, elevou os valores máximos de operações de microcrédito passíveis de serem financiadas com o FAT. Também, aumentou o somatório máximo de operações de microcrédito que pode ser mantido pelas pessoas físicas para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e pelas microempresas beneficiárias de operações de microcrédito.

Uma ação coordenada do Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, permitirá o acesso de aproximadamente 100 milhões de brasileiros, das classes C, D e E às operações de microsseguros. Tais operações se encontram na fronteira entre os serviços financeiros e a proteção social e surgem como alternativa de proteção financeira para o consumidor de baixa renda. A iniciativa também permitirá agregar coberturas securitárias específicas e maior inserção e inclusão no mercado de seguros.

### **Desenvolvimento Agropecuário**

Diversos programas procuraram atender o setor agrícola, como o Pronaf Eco - linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental. A crise financeira provocou diversas medidas, como prorrogação de prazos de vencimento (Pronaf, Funcafé) e estabelecimento de linhas especiais de crédito (frutas, carnes suínas, ovinas e derivadas, estocagem de álcool, capital de giro a agroindústrias, cooperativas agropecuárias e indústrias de máquinas e implementos agrícolas), bem como aumento do crédito nas linhas já existentes (linhas emergenciais, Pronaf Comercialização, Prodecoop, Procapcred). Também foram antecipados os desembolsos do Banco do Brasil. Além disso, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro amparou na safra de 2008/2009 653 mil contratos, alcançando o valor segurado de R\$ 7 bilhões. No ano de 2009 foram registradas no sistema Proagro despesas no valor de mais de R\$ 500 milhões. O Programa beneficiou principalmente os pequenos produtores agrícolas enquadrados no conceito de "agricultura familiar", atendidos pelo "Proagro Mais" com quase 600 mil contratos.

### **Gestão da Política e Regulação de Mercados**

O Ministério da Fazenda participa da discussão e formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores, cujos detalhes serão especificados mais adiante na análise dos programas estruturantes. Nesse sentido, tem atuado na reformulação da legislação sobre o setor de petróleo, em face das descobertas nas províncias do pré-sal. Além de ações relativas ao setor de petróleo, o MF trabalha na formatação de um modelo de regulação do etanol e no aprimoramento do arcabouço regulatório do biodiesel, contribuindo também nas discussões dos aspectos

econômicos voltados à implementação de uma política nacional de mudanças climáticas. Com esse foco, o Ministério tem participado nos trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC, criada com a finalidade de articular as ações de governo decorrentes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima e seus instrumentos subsidiários de que o Brasil venha a ser parte.

### **Principais Ações de Regulação na Área de Valores Mobiliários**

A atividade de regulamentação do mercado trouxe a edição de importantes normativos, dentre os quais se destaca a Instrução CVM nº. 476/09, que trata das ofertas públicas de valores mobiliários distribuídos com esforços restritos. Essa instrução reduz os custos de certas ofertas públicas, facilitando o acesso dos emissores ao mercado de capitais. Ainda na área de regulamentação, em continuidade ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, conforme determinado pela Lei nº. 11.638/07, o ano de 2009 se encerrará com a emissão de 37 atos normativos aprovando pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Com esse conjunto de normas, acrescido dos 18 atos emitidos em 2008, conclui-se, por ora, o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

### **Principais Ações de Regulação e Supervisão do SFN**

No exercício de 2009, Banco Central do Brasil - BCB se ocupou fundamentalmente em reduzir os efeitos da crise financeira internacional sobre o Sistema Financeiro Nacional - SFN, mediante o monitoramento das condições de liquidez de cada instituição e produzindo informações tempestivas que subsidiaram a tomada de decisão por parte da Diretoria Colegiada do Banco Central. Além disso, com as alterações normativas adotadas, foi necessário verificar a sua adequada aplicação. A aplicação do conceito de supervisão contínua ao longo do tempo, com a consequente construção de um canal de comunicação eficaz entre a Supervisão e a alta administração das instituições foi fundamental para o sucesso desse esforço, assim como a definição tempestiva da estrutura que fez a gestão do fluxo de informações para que a grande massa de dados produzida fosse traduzida em informes executivos de forma ágil e segura.

Especificamente no que se refere às cooperativas de crédito, deve-se destacar a divulgação da Lei Complementar nº. 130/2009, que representa um grande avanço para a solidez do sistema cooperativista. A nova lei apresenta questões de organização do setor consistente com princípios cooperativistas de transparência, expondo as boas práticas de governança, cogestão temporária, possibilidade de diretoria contratada, entre outros. Além disso, eleva ao status de lei vários comandos presentes na Resolução nº. 3.442/2007. Em 01/07/2009, foi editada a Resolução nº. 3.757, que promoveu aperfeiçoamento na regulamentação aplicável às agências de fomento. O novo documento normativo ampliou o escopo operacional dessas agências, com a autorização para a participação

acionária, direta ou indireta, no país em instituições não financeiras, para a prática de operações de arrendamento mercantil e câmbio, mediante alocação de capital complementar, para o financiamento de capital de giro dissociado de capital fixo.

Com relação às tarifas de serviços bancários, o Banco Central, em 2009, deu continuidade às ações visando garantir o cumprimento das normas relativas a essas tarifas, bem como a adoção de práticas adequadas na contratação de produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras. Os procedimentos de supervisão foram atualizados em razão de alterações normativas sobre o tema, a exemplo da proibição da cobrança de tarifa de renovação de cadastro para clientes pessoa física.

Para melhorar o acompanhamento da estabilidade do sistema financeiro, foram desenvolvidas novas ferramentas e metodologias, que permitirão ao BCB acompanhar a sua evolução, bem como adotar, à época devida, as medidas corretivas que se fizerem necessárias. Um novo Sistema de Monitoramento de Mercados - SMM foi implantado com o objetivo de prover maior segurança e eficiência no monitoramento dos riscos de mercado e de liquidez a que as instituições financeiras estão expostas.

#### **Discussão sobre o Papel do Fundo Monetário Internacional (FMI)**

O Brasil exerceu papel importante nas discussões sobre as causas e consequências da atual crise financeira internacional e, também, sobre os seus impactos nas definições da política e organização do FMI. Nesse contexto, o Banco Central participou dos debates para a definição do aumento da capacidade financeira do Fundo; do instrumental disponível para prestar assistência aos países membros; da capacidade técnica para prevenir, identificar e solucionar crises; e das reformas relacionadas à Governança e representatividade dos países membros no Organismo.

Em 2009, foram aprovadas as revisões das linhas de assistência do FMI, com destaque para a criação da Linha de Crédito Flexível (*Flexible Credit Line*), que visa atender países com um passado de políticas macroeconômicas sólidas, com menos condicionalidades, de acesso mais rápido e sem limite. Foram também ampliados os recursos disponíveis para o Fundo fazer frente à maior necessidade de empréstimos por parte dos países membros. Esses recursos foram obtidos por meio de diversos mecanismos: Plano de Transações Financeiras (FTP) – mecanismo pelo qual o FMI utiliza recursos das quotas para efetuar empréstimos; Acordos Gerais de Empréstimos e Acordos Bilaterais – mecanismos pelos quais países membros tornam disponíveis recursos para uso pelo Organismo e lançamento de Notes – bônus comprados por países membros para financiar o Fundo.

Ademais, o Fundo realizou alocações adicionais de Direitos Especiais de Saque - DES, uma especial, referente à 4ª Emenda, e outra de caráter geral de USD 250 bilhões. Esta última, decidida no âmbito do G-20, como forma de aumentar a liquidez dos países membros no enfrentamento

da crise. Para fazer frente a essas novas alocações, houve a expansão do Plano de Designação de DES, que elege países membros detentores de reservas internacionais e balanço de pagamentos sólido para, quando solicitado, fornecer “moedas livremente utilizáveis” em troca de DES. O Brasil, dados os seus bons fundamentos macroeconômicos e a sólida situação de balanço de pagamentos e de reservas, também passou a contribuir com o esforço de financiamento do FMI. O Brasil também passou a integrar o rol de países que disponibilizaram recursos de suas quotas para suprir o FTP e a dar liquidez às alocações de DES.

#### **Reunião G-20**

O G-20 reúne países economicamente avançados (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido, bem como a União Européia) e os países emergentes mais relevantes (Brasil, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, China, Coreia, Índia, Indonésia, México, Turquia e Rússia), além do FMI e do Banco Mundial. Em 2009, o Grupo, sob a coordenação da Troika (Reino Unido, Coreia do Sul e Brasil), cumpriu uma agenda extensa, em um contexto de desafios econômicos e financeiros sem precedentes. As expectativas em torno de seus resultados foram ampliadas, razão da necessidade de se produzir respostas efetivas aos riscos impostos pela crise e de se definir diretrizes para o futuro.

Ao longo de 2009, realizaram-se duas Cúpulas de chefes de Estado e três Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, com o objetivo de elaborar, discutir e encaminhar aos líderes propostas relacionadas à economia e estabilidade financeira globais. O Grupo concentrou sua atuação na elaboração e na implementação de medidas de combate à crise, inclusive no fortalecimento institucional e de recursos das Instituições Financeiras Internacionais e no reforço da regulação financeira internacional.

Os principais resultados do G-20 em 2009 foram: a) a consolidação do Grupo como foro de líderes; b) o compromisso de transferência de no mínimo 5% das quotas de participação no FMI dos países avançados para mercados emergentes e países em desenvolvimento; c) o compromisso de aumento de pelo menos 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição do Banco Mundial; d) o aumento dos recursos do FMI em até US\$ 850 bilhões, sendo que o Brasil se comprometeu a contribuir por meio da compra de títulos do FMI com até US\$ 14 bilhões, montante esse que será incorporado aos Novos Acordos de Empréstimo - NAB da instituição; e) o aumento em US\$ 100 bilhões dos recursos para empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento; f) a alocação de US\$ 250 bilhões para financiamento ao comércio internacional; g) o estabelecimento do Conselho de Estabilidade Financeira - FSB, como um sucessor do Fórum de Estabilidade Financeira - FSF, incluindo todos os países do G20, os membros do FSF, a Espanha e a Comissão Europeia; e h) a priorização da luta contra os paraísos fiscais, levando ao fortalecimento e ampliação do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias.

Em um contexto internacional em que o Brasil exerce papel cada vez mais importante na economia mundial, o país tem sido citado como um dos mais bem-sucedidos em termos de regulamentação e supervisão bancária e financeira e tem atraído considerável atenção internacional, com conseqüente demanda por participação em fóruns internacionais de maior relevância.

### Dívida Ativa da União

Com a edição da Súmula Vinculante STF nº 8 tem-se procedido a uma verificação na base de dados da dívida ativa, de modo a permitir que os créditos com indícios de decadência e prescrição sejam automaticamente baixados do sistema. O procedimento ocasionou uma redução significativa no estoque da Dívida Ativa da União, já com o cancelamento de mais de aproximadamente 190.000 inscrições não previdenciárias, representando baixa de mais de R\$ 800 milhões. Além disso, por meio da Lei nº. 11.941/2009, o Governo Federal, baseando-se no princípio constitucional da eficiência, autorizou a eliminação de débitos considerados de difícil recuperação, alcançando a baixa de aproximadamente 175.000 inscrições, com valores da ordem de R\$ 500 milhões em débitos.

### Defesa Judicial da União

Em 2009, o Ministério da Fazenda, por meio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN atuou na definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Tal resultado se reflete especialmente na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes, e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ foram proferidas decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN em julgamentos no STJ. Já no Supremo Tribunal Federal - STF foram proferidas decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos do Ministério da Fazenda, tais como o Crédito-Prêmio de IPI, a Dedução de Prejuízos Fiscais, as alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%), Imposto de Exportação e Finsocial.

### Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF

O Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, desenvolvido pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, juntamente com o Grupo de Educação Fiscal - GEF, vem apresentando relevantes resultados na educação fiscal utilizando a modalidade de Educação a Distância, conforme ilustrado no quadro a seguir:

**RESULTADOS ALCANÇADOS COM O PNEF NO BRASIL - MODALIDADE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA  
(PERÍODO 1998-2009)**

| ÁREA DE ATUAÇÃO            | RESULTADO ALCANÇADO | UNIVERSO   | PERCENTUAL (%) |
|----------------------------|---------------------|------------|----------------|
| Alunos instruídos          | 5.542.819           | 52.580.452 | 10,54          |
| Escolas alcançadas         | 36.000              | 212.000    | 17             |
| Disseminadores capacitados | 190.000             | 2.500.000  | 7,6            |
| Tutores capacitados        | 1.500               | 179.200    | 0,85           |
| Municípios sensibilizados  | 1.443               | 5.564      | 26             |

Fonte: Escola de Administração Fazendária - ESAF/MF

Esses resultados decorrem do desenvolvimento do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal - modalidade Ensino à Distância, propiciando a todos os brasileiros a chance de vivenciá-lo em qualquer estágio de sua vida. O curso é destinado a crianças do ensino fundamental para que possam conhecer gradativamente todos os conceitos ligados à Educação Fiscal, a adolescentes do ensino médio com aprofundamento maior, servidores públicos, universitários e a sociedade em geral.

### Execução Orçamentária

Para o Ministério da Fazenda é importante destacar a execução orçamentária em duas funções governamentais: Encargos Especiais e Administração. A primeira porque contempla todas as subfunções vinculadas à gestão da dívida pública - uma das áreas finalísticas relevantes no âmbito da Pasta. A segunda porque abrange as chamadas "atividades-meio" que sustentam materialmente a atuação do Ministério. As despesas na função Encargos Especiais

espelham a Política de Gestão da Dívida Pública e de Administração Financeira e Contábil da União conduzidas pelo Ministério Fazenda. O gerenciamento da Dívida Pública Federal - DPF tem como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos.

Para a consecução deste objetivo, tem-se observado as seguintes diretrizes: i) alongamento do prazo médio e redução do percentual da DPF vencendo em 12 meses; ii) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; iii) aperfeiçoamento do perfil do passivo externo; iv) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e v) ampliação da base de investidores.

Em 2006, o Ministério da Fazenda adotou uma série de medidas visando melhorar a administração da DPF. Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, além de aprimorar o funcionamento do mercado doméstico, o MF agiu de modo a consolidar sua abertura aos investidores não-residentes, com destaque para a edição da Lei nº 11.312, que proporcionou a isenção do imposto de renda para não-residentes sobre ganhos em investimento em títulos públicos da dívida interna. Já no mercado externo, optou-se por mudanças qualitativas na estrutura da dívida, dadas as condições favoráveis criadas pelo bom desempenho do país no setor externo, merecendo destacar o Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa – DPMFe, no qual ocorreram resgates de títulos com vencimentos até 2012 para suavizar o perfil de vencimentos da dívida no curto prazo, e as operações de Tender Offer e Exchange Offer, realizadas em associação à orientação de melhorar a composição da dívida externa e promover o alongamento de seu prazo médio contida no Plano Anual de Financiamento.

Houve reduções na função Encargos Especiais no período de 2007 a 2008. Este resultado é justificado pelo decréscimo nas despesas de serviço da dívida interna quando comparadas aos exercícios anteriores. De maneira específica, no tocante ao ano de 2007 o Ministério da Fazenda avançou no processo de aperfeiçoamento da administração da DPF. Dentre as ações tomadas no mercado interno, destacam-se a efetiva implantação da estratégia de criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) para os títulos prefixados, e o início das emissões da NTN-F 2017, o título prefixado em moeda local mais longo já emitido. No mercado externo, o Tesouro Nacional passou a ser responsável também pela operacionalização do Programa de Resgate Antecipado, que tinha anteriormente o Banco Central como agente do Tesouro. O Programa, que busca a melhoria da composição da dívida externa e o alongamento de seu prazo médio, recomprou US\$ 5,4 bilhões, em valor de face, ao longo de 2007.

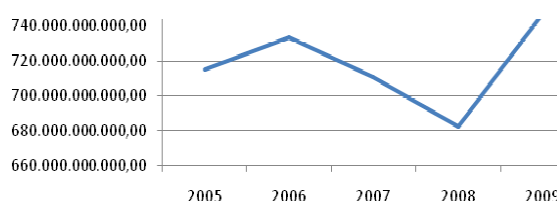
Por outro lado, o ano de 2008 se mostrou desafiador para a administração da dívida pública brasileira devido à deterioração do cenário externo. Contudo, evidenciou-se o sucesso da postura firme do governo nas áreas fiscal e monetária, bem como da eficiente gestão da dívida pública. O esforço do Brasil foi reconhecido e, mesmo durante o período turbulento, agências de classificação de risco alçaram o país ao grau de investimento, enquanto outros países sofreram pioras nessa classificação, o que reforça ainda mais a credibilidade conquistada. No que se refere à Dívida Pública Federal, importantes avanços foram conquistados pela gestão do Ministério da Fazenda. Os riscos de refinanciamento foram mitigados com a redução da parcela vincenda em 12 meses de 28,2% em 2007 para 25,4% em dezembro de 2008 e com o alongamento do prazo médio de 3,26 meses em dezembro do ano anterior para 3,50 meses ao final de 2008. Além disso, a Dívida

Líquida do Setor Público em relação ao PIB atingiu o menor valor desde 1998.

Em 2009, as despesas de serviço da dívida interna, compreendendo a amortização do principal mais os juros, apresentaram robusto crescimento, o que reflete nos gastos da função Encargos Especiais, como se observa no gráfico a seguir. Esse ano foi marcado pelo apoio dos governos às suas economias, acompanhado por ajustes e realocações no mercado financeiro. No Brasil, os fundamentos da economia continuaram sólidos, resultado da condução de políticas fiscal e monetária de forma equilibrada ao longo dos últimos anos. Em um ambiente ainda tomado por incertezas, o país, que já havia sido alçado a grau de investimento por cinco das principais agências de classificação de risco, também o foi por outra importante agência em setembro, o que colaborou para destacar o país em relação às principais economias emergentes.

No tocante ao perfil da Dívida Pública Federal, novos progressos foram alcançados, fundamentalmente, na redução do risco de refinanciamento e no alongamento do prazo médio da dívida. A parcela vincenda em 12 meses passou de 25,36%, em 2008, para 23,63%, em dezembro de 2009, e o prazo médio da dívida de 3,5 anos, em dezembro do ano anterior, para 3,53 anos ao final de 2009, melhorando significativamente o perfil da DPF.

#### FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS



Fonte: Siafi

Além disso, mesmo em um ano ainda marcado pela incerteza e turbulência, o Ministério da Fazenda conseguiu avançar na sua meta de melhora na composição da dívida, aumentando a participação dos títulos prefixados e remunerados por índices de preços. Para o ano de 2009, cerca de 70% dos valores empenhados líquidos na função Encargos Especiais representam a Gestão da Dívida Interna, sendo 35,50% relativos ao serviço da Dívida Interna e 34,25% ao financiamento da Dívida Interna. Já os valores executados para o serviço e refinanciamento da dívida externa, representaram apenas 2,70% do total de Encargos Especiais. Por meio do demonstrativo a seguir são apresentados os valores executados para as demais subfunções integrantes da função Encargos Especiais, cabendo destacar Transferências e Transferências para Educação Básica, que somadas representam 14,38% dos valores executados nessa função.

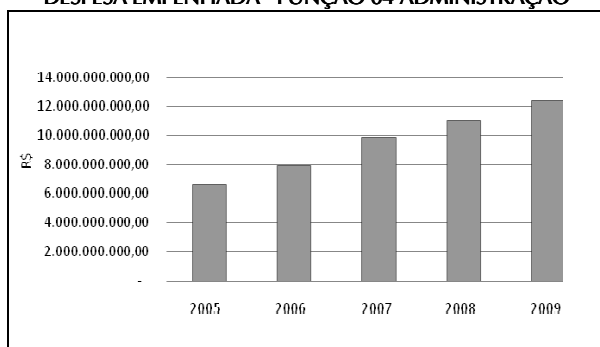
### FUNÇÃO: ENCARGOS ESPECIAIS - DESPESAS LIQUIDADAS EM 2009

| SUBFUNÇÃO                             | DESPESAS LIQUIDADAS       | %             |
|---------------------------------------|---------------------------|---------------|
| Serviço da Dívida Interna             | 266.063.554.451,64        | 35,50         |
| Refinanciamento da Dívida Interna     | 256.638.105.312,11        | 34,25         |
| Outros Encargos Especiais             | 98.172.173.302,93         | 13,10         |
| Transferências                        | 88.426.598.922,94         | 11,80         |
| Transferências Para a Educação Básica | 19.324.195.119,54         | 2,58          |
| Serviço da Dívida Externa             | 15.285.092.169,14         | 2,04          |
| Refinanciamento da Dívida Externa     | 4.952.406.888,89          | 0,66          |
| Promoção da Produção Vegetal          | 310.879.000,00            | 0,04          |
| Serviços Financeiros                  | 37.154.940,15             | 0,01          |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>749.210.160.107,34</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Siafi

Na função 04 – Administração, o Ministério da Fazenda executou em 2009 o montante de R\$ 11,2 bilhões, sendo que deste valor, R\$ 9,2 bilhões foram executados na subfunção Administração Geral, e cerca de R\$ 1 bilhão foi executado na subfunção Tecnologia da Informação. Portanto, somadas, as referidas subfunções representam aproximadamente 90% do montante líquido executado nessa função de governo. Destaque-se, também, que do total dos gastos nessa função, quase 60 % correspondem a recursos utilizados no âmbito da Receita Federal do Brasil. No gráfico a seguir apresenta-se a despesa do Ministério da Fazenda empenhada na função Administração nos últimos cinco anos.

#### DESPESA EMPENHADA - FUNÇÃO 04 ADMINISTRAÇÃO

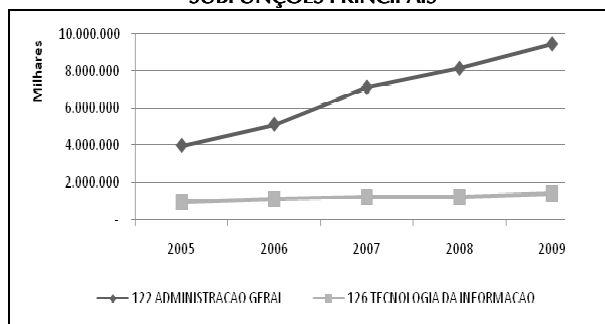


Fonte: Siafi

Comparando-se 2009 em relação ao exercício de 2005, observa-se crescimento nominal de 85 %. Em relação a 2008, o aumento foi de 12 %. Tais variações, em grande parte, podem ser atribuídas ao comportamento verificado

na execução ocorrida na subfunção Administração Geral. O gráfico plotado a seguir mostra a evolução das duas principais subfunções integrantes da função Administração.

#### DESPESA EMPENHADA NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO (04) SUBFUNÇÕES PRINCIPAIS



Fonte: Siafi

Os gastos executados na subfunção Administração Geral cresceram 138% em 2009 comparativamente a 2005, enquanto os recursos alocados na função Tecnologia da Informação apresentaram um aumento de aproximadamente 40% do fim em relação ao início do período sob exame. Conforme relatado, boa parte da despesa executada na função Administração Geral foi alocada na unidade orçamentária RFB, cujas dotações aumentaram de forma significativa, sobretudo a partir do exercício de 2007, em razão do processo de unificação da Secretaria da Receita Federal – RFB com a Secretaria da Receita Previdenciária.

#### DESPESA EMPENHADA - SUBFUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

| SUBFUNÇÃO                 | 2006             | 2007             | 2008             | 2009             |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 122 – Administração Geral | 2.508.241.534,23 | 4.198.392.755,79 | 4.920.485.561,14 | 5.704.637.785,37 |

Fonte: Siafi

Boa parte do montante de empenhos emitidos para a subfunção 122 relaciona-se a despesas executadas no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB. Em 2007, a despesa empenhada superou em 67,4% a realização verificada no exercício de 2006, devendo-se atribuir a variação ocorrida nessa subfunção ao processo de unificação da RFB. Para que a unificação ocorresse de

forma planejada e sem transtornos para as duas Secretarias, e para o contribuinte em geral, alguns cuidados foram tomados: adaptação de processos de trabalho e normas, alinhamento de jurisdição das unidades descentralizadas; redimensionamento da rede de atendimento; levantamento de dados relativos a pessoal, logística e TI etc. As despesas com pessoal, que incluem as remunerações e a

contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, representam mais de 90% do montante verificado nesta subfunção, o que explica o significativo crescimento verificado em 2007 na referida subfunção. A variação do montante de empenhos emitidos em 2008 e 2009, de 17,2% e 15,9% respectivamente, para a subfunção 122, na RFB, decorreu sobretudo em razão da reestruturação de carreiras autorizada pela Lei 11.890, de 24/12/2008.

Na despesa empenhada na subfunção 126 - Tecnologia da Informação constam quatro ações da RFB relacionadas a sistemas informatizados. Por essa razão, o aumento de R\$ 189 milhões verificado em 2009 relativamente ao exercício de 2006, em grande parte deve ser atribuído à assunção pela RFB da ação Sistemas Informatizados Previdenciários, oriunda da Secretaria da Receita Previdenciária, cujo valor alcançou aproximadamente R\$ 135 milhões, representando, no período, um crescimento de 70% no total da despesa empenhada nessa subfunção.

#### Programas Estruturantes do Ministério da fazenda

##### Programa 1266 – Gestão da Política Econômica (SPE)

O programa tem como finalidade apoiar as políticas públicas e acompanhar e analisar indicadores macroeconômicos gerais da economia. Seu objetivo

específico é promover o desenvolvimento sócio-econômico, ambientalmente sustentável, inclusão social, geração de empregos e distribuição de renda, tendo como público-alvo (beneficiários) a sociedade em geral e o governo. O valor da execução orçamentário-financeira em 2009, no Programa 1266, foi de R\$ 1.177.473,00.

Durante o ano de 2009 o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria de Política Econômica – SPE ocupou-se prioritariamente em articular a resposta em termos de política econômica aos efeitos da crise financeira internacional deflagrada na segunda metade do exercício de 2008. A eficácia das ações desenvolvidas tornou-se clara já no fim de 2009, com o anúncio de bons resultados em termos de crescimento do PIB e da geração de 995.000 novos postos de trabalho em 2009.

##### Programa 0773

##### Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União (STN)

Com relação ao programa 0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União, o Ministério da Fazenda recebeu em 2009 uma dotação orçamentária atualizada da ordem de R\$ 227 milhões, deste total, o valor liquidado foi de aproximadamente R\$ 182 milhões.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0773 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO

| DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | VALORES PAGOS  | RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS |
|--------------------|---------------------|---------------------|----------------|-----------------------------------|
| 227.378.604,00     | 187.171.515,75      | 182.392.286,20      | 182.389.280,87 | 6.487.147,08                      |

Fonte: Siafi

Relativamente aos esforços de melhoria da qualidade do gasto público, desde 2007 o Ministério da Fazenda vem estimulando a criação de grupos de trabalho com o objetivo de aprimorar a gestão das contas públicas.

Com referência à Gestão de Obrigações da União, foram feitas atividades visando à manutenção da dívida pública federal em trajetória sustentável, de modo a contribuir para a manutenção da estabilidade econômica do país.

Quanto a Gestão dos Haveres da União, foram envidados esforços visando à arrecadação de receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de estados, Distrito Federal e municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas. Foram recebidos R\$ 34,4 bilhões para uma previsão inicial de R\$ 33,7 bilhões orçados para todo o exercício.

No que se refere à evolução da Contabilidade Pública, o ano de 2009 foi marcado por avanços importantes no processo de fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O processo de assunção de passivos reais e contingentes, como decorrência do papel interventor assumido pelos governos nacionais em resposta à crise financeira mundial,

impôs uma maior transparência e responsabilização (*accountability*) por parte do setor público. Assim, ganha força a necessidade de adoção de padrões internacionais de contabilidade por parte do setor público.

A publicação do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, passa a definir os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público, promove uma maior integração entre o Órgão Central e os Órgãos Setoriais de Contabilidade do Governo Federal e fornece suporte jurídico necessário ao processo de padronização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Nacional, com vistas à consolidação das contas nacionais. Com esse objetivo, foi desenvolvido, em 2009, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) até o quarto nível, a ser utilizado pela União, estados, Distrito Federal e municípios, o que representa um marco histórico da contabilidade pública brasileira. O objetivo é ter o novo Plano de Contas concluído ainda em 2010 visando a sua implantação em 2012 no Governo Federal e nos e, em 2013 nos municípios

Com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da



eficiência do gasto público, foi desenvolvido o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal, que se encontra em fase de homologação, com previsão de estar disponível para os usuários a partir de 2010, permitindo a produção de relatórios pormenorizados sobre os custos da Administração Pública.

Por fim, em 2009, o Ministério da Fazenda continuou no desenvolvimento do Projeto Novo Siafi.

O módulo CPR (Contas a Pagar e Receber) foi escolhido como a primeira parte a ser construída e implantada. O desenvolvimento deste módulo está previsto para

acontecer em 2010, com previsão de implantação para 2011.

#### **Programa 0770**

##### **Administração Tributária e Aduaneira (RFB)**

Em 2009, o nível de execução da dotação orçamentária autorizada para a RFB com a finalidade de realizar as ações aglutinadas nesse programa atingiu 95,09%.

Em relação às despesas com pessoal e encargos sociais, a execução foi de praticamente a totalidade dos créditos concedidos.

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0770 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

| <b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b> | <b>DESPESAS EMPENHADAS</b> | <b>DESPESAS LIQUIDADAS</b> | <b>VALORES PAGOS</b> | <b>RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS</b> |
|---------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------|------------------------------------------|
| 7.683.348.925,00          | 7.306.851.932,94           | 6.743.235.077,43           | 6.675.764.164,41     | 424.516.000,81                           |

Fonte: Siafi

As Outras Despesas Correntes atingiram um nível de execução de 87,09%, nível menor se comparado com os anos anteriores, e que se deveu principalmente ao contingenciamento de mais de R\$ 200 milhões na dotação destinada a atender despesas com os sistemas informatizados.

As despesas com investimentos também apresentaram menor nível de execução, em virtude dos necessários ajustes das despesas às receitas, determinados pelos Decretos de Programação Financeira. Quanto ao indicador de desempenho, a Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, alcançou o patamar de 91,03% em relação ao previsto para o exercício.

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB atingiu a cifra de R\$ 671,6 bilhões, no ano de 2009. O desempenho da arrecadação, comparado com 2008, apresentou uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de -3,05%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) redução no crescimento de indicadores macroeconômicos - com exceção da massa salarial, os principais indicadores macroeconômicos, que influenciam diretamente a arrecadação de tributos, em especial a produção industrial, a lucratividade das empresas e o volume geral de vendas no varejo, apresentaram forte desaceleração, especialmente no período de dezembro de 2008 a setembro de 2009, em relação à igual período de 2007 a 2008; ii) compensação no pagamento de tributos - foram apuradas, nos dez primeiros meses de 2009, compensações, especialmente de Cofins, PIS e Cide, no valor de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento a maior, em períodos anteriores, principalmente, do IRPJ e da CSLL; iii) desonerações tributárias - a redução na arrecadação de 2009 em relação a 2008, decorrente de desonerações tributárias, foi estimada em R\$ 24,9 bilhões; iv) transferência de depósitos judiciais - houve a transferência

de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões relativos a depósitos judiciais que estavam depositados na Caixa Econômica Federal e outros bancos, para a Conta Única do Tesouro Nacional; v) parcelamentos de dívidas - ao final do ano de 2009 houve pagamentos relativos à Lei nº 11.941/2009 e MP nº 470/2009 (Crédito Prêmio do IPI).

Dessa forma, considerando-se a crise externa e à luz da experiência internacional, bem assim as mencionadas políticas anticíclicas implementadas pelo governo, pode-se considerar que a arrecadação de receita administrada pela RFB correspondeu às estimativas, alcançando-se o objetivo de atender o superávit primário legalmente estabelecido.

Foram intensificadas ações de fiscalização em alguns segmentos importantes, como o setor financeiro e também em profissionais liberais, além do aumento no número de fiscalizações em contribuintes de grande porte. Na área de revisão de declarações, foram aperfeiçoados os sistemas eletrônicos de cruzamento de dados, bem como os aplicativos de suporte ao trabalho fiscal, possibilitando o aumento significativo da quantidade de declarações analisadas.

No âmbito dos Projetos Especiais, foi dada continuidade à implementação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que substitui a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais feitos em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica. O sistema tem como objetivos reduzir o custo com o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência e eficácia no combate à evasão fiscal pelos fiscos federal, estadual e municipal.

Com relação à participação da RFB no combate ao crime organizado, em 2009 foram realizadas operações em regime de trabalho conjunto com o Departamento de Polícia Federal e o Ministério Público Federal, que resultaram no cumprimento de 124 mandados de busca e apreensão e 82 mandados de prisões.

As referidas investigações buscaram combater, entre outros: fraudes em declarações de pessoas físicas e comércio exterior, crimes previdenciários, crimes praticados com utilização de interpostas pessoas, sonegação fiscal, fraude à licitação, lavagem de dinheiro, fraude à execução, formação de quadrilha e esquema de lavagem de dinheiro, através de operações ilegais de câmbio e evasão de divisas, com recursos decorrentes do tráfico internacional de entorpecentes.

A atuação do controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o país também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à sociedade.

A fiscalização aduaneira encerrou o ano de 2009 com R\$ 3,661 bilhões em créditos lançados relativos aos tributos incidentes sobre o comércio exterior o que representou uma redução de 13,6% no número de contribuintes fiscalizados, porém um incremento de 59,5% no crédito lançado. A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização, repressão e do controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R\$ 1,414 bilhão, em 2009, o que significa um aumento de 35,57% sobre as apreensões de 2008. Como dentre as mercadorias apreendidas encontram-se inúmeros produtos piratas ou contrafeitos, ao evitar que tais produtos ingressem no mercado doméstico, a Receita Federal contribui para evitar potenciais riscos à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, como também para preservar a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

Em sintonia com os objetivos estratégicos de simplificação de procedimentos e intensificação do atendimento à distância e na busca do cumprimento espontâneo das obrigações tributárias por parte do Contribuinte, a RFB ofereceu quatro canais de acesso para atendimento ao contribuinte, em 2009: i) Atendimento Presencial – foram prestados aproximadamente 19,88 milhões de serviços aos contribuintes; ii) Atendimento via Internet - o sítio da RFB na Internet registrou cerca de 360 milhões de acessos a sua página. A quantidade de declarações recebidas por meio do programa Receitanet foi de aproximadamente 62,7 milhões. Outro serviço disponível via internet é o Centro Virtual de Atendimento – e-CAC que, com uso de certificados digitais ou códigos de acesso, permitiu o atendimento de serviços resguardados pelo sigilo fiscal,

registrando 916 milhões de acessos; iii) Fale Conosco - foram respondidas em torno de 130 mil consultas por meio do correio eletrônico da RFB e iv) Receitafone - recebeu aproximadamente 10,7 milhões de ligações entre consultas automáticas e atendimentos personalizados.

Cabe registrar que, no escopo do Programa de Melhoria do Atendimento da RFB, iniciado em 2009, destaca-se a implantação do Novo Modelo de Atendimento ao Contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física. Trata-se da disponibilização de serviços na Internet por meio de código de acesso, que permitem ao cidadão acompanhar o processamento da Declaração IRPF, receber mensagem sobre a restituição em seu celular, detectar eventuais pendências e efetuar as respectivas correções, tudo isso sem a necessidade de comparecimento a uma Unidade de Atendimento Presencial.

Além do conforto, tal iniciativa representa transparência para o contribuinte, que é informado com clareza acerca dos erros cometidos, além de receber todas as orientações para a resolução dos problemas. Esta ação acarretou significativo incremento na regularização das obrigações tributárias, tanto principais como acessórias, em relação a 2008. Até o final de 2009, quase 4 milhões de pessoas físicas já possuíam código de acesso para utilização destes serviços via Internet.

No que tange ao Atendimento Presencial, há que se destacar a ampliação do atendimento agendado e da utilização da procuração digital, providências estas que, juntamente com as demais ações de simplificação de procedimentos, permitiram a redução do Tempo Médio de Espera - TME em 22,4%: de 27min27seg em 2008 para 21min17seg em 2009.

#### **Programa 0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados (SEAE)**

O Ministério da Fazenda participa da discussão sobre a formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores. Além da regulação tarifária, por meio da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, o Ministério tem trabalhado no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes em diversos setores - falhas essas que induzem a um desempenho menos eficiente - e de subsidiar a promoção da desregulamentação e, quando for o caso, a regulamentação. Trata-se, essencialmente, de remover entraves regulatórios à concorrência, quando esta é um instrumento factível para garantir eficiência, qualidade e preços condizentes com o nível de custos. Neste programa, a execução orçamentária líquida alcançou o montante de R\$ 2,7 milhões no exercício de 2009.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0780  
GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS**

| DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | VALORES PAGOS | RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS |
|--------------------|---------------------|---------------------|---------------|-----------------------------------|
| 4.489.182,00       | 3.106.249,98        | 2.736.869,18        | 2.736.792,70  | 731.543,49                        |

Fonte: Siafi

Nas ações de regulação de atividades econômicas e de análise dos reajustes de preços e tarifas de serviços públicos, foram realizadas 69 manifestações e 27 análises, por meio de Notas Técnicas e Pareceres, objetivando subsidiar a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica e o funcionamento dos mercados em ambientes concorrenciais.

O MF tem atuado na reformulação da legislação sobre o setor de petróleo, de forma a contemplar as mudanças significativas que deverão ocorrer nas reservas petrolíferas brasileiras decorrentes das descobertas nas províncias do pré-sal. Além do setor de petróleo, o MF trabalha na formatação de um modelo de regulação do etanol e no aprimoramento do arcabouço regulatório do biodiesel.

Com relação à infra-estrutura energética, são acompanhados os empreendimentos relacionados à geração e à transmissão de energia elétrica, bem como à produção, à exploração e ao transporte de petróleo, de gás natural e de combustíveis renováveis.

O acompanhamento se dá em três níveis: (i) as salas de situação, em que ocorre o monitoramento da implementação e da execução do PAC, identificando-se os problemas e discutindo-se soluções no nível gerencial; (ii) o GEPAC, que reúne os Secretários envolvidos com o tema e que analisa as questões mais importantes identificadas nas salas de situação, além de consolidar ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados que vão sendo alcançados; e (iii) o CGPAC que conta com a presença de ministros, ou seus representantes, e que busca solucionar os principais entraves não resolvidos e tomar as decisões centrais para o êxito do programa.

No tocante ao setor de transporte aéreo, o MF teve ampla atuação em 2009. Por meio da SEAE, analisou a proposta de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC sobre a alocação de áreas aeroportuárias; integrou o Grupo de Trabalho do Aeroporto São Gonçalo do Amarante, analisando os estudos de viabilidade do projeto; representou o MF na Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas – Cotaer, onde foram analisadas alterações na composição do Conselho de Aviação Civil - Conac, no seu Regimento Interno e na composição da Cotaer, bem como na legislação que trata da outorga de exploração de serviços aéreos. Além disso, em 2009, participou de reuniões no âmbito da Superintendência de Relações Internacionais – SRI da ANAC e integrou grupo de trabalho, sob coordenação do Ministério das Relações Exteriores – MRE, com o objetivo de formular estudos e propostas sobre o transporte aéreo internacional.

Na área de transportes rodoviários, foram analisadas as minutas de edital e de contrato das concessões rodoviárias federais, 3ª etapa - fase I, que inclui as Rodovias BR-040/DF-GO-MG, BR-381/MG e BR-116/MG e acompanhada a modelagem proposta pela ANTT, ainda não finalizada, das permissões de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

O MF tem participado das diversas discussões sobre um dos projetos mais complexos presente na agenda do Governo, o Trem de Alta Velocidade entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

No setor hidroviário e portuário, o MF atuou, por meio da emissão de pareceres sobre propostas de normas elaboradas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq e sobre projetos de leis de interesse para tais setores, dos quais se pode destacar o projeto que trata dos dispositivos de transposição hidroviária de níveis e objetiva a compatibilização da geração de energia elétrica e da navegação fluvial.

Na área da saúde, a atuação se dá em particular nos mercados farmacêutico e de planos de saúde, visando contribuir para o aprimoramento regulatório nestes dois mercados, regulados, respectivamente, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esta atuação é pautada pela disseminação e conscientização acerca dos benefícios da concorrência, em um papel de “advocacia da concorrência”.

Ressalte-se que a SEAE é responsável pela análise técnica que subsidia a anuência do Ministério da Fazenda tanto em relação ao reajuste de preços de medicamentos quanto em relação ao reajuste dos preços de planos de saúde.

Mais especificamente, em 2009, propôs alterações para aprimoramento na regulação de precificação de medicamentos, participou do desenvolvimento de metodologia para incluir fator de ajuste em caso de eventos exógenos no cálculo do reajuste de planos de saúde e apresentou trabalho avaliando a sustentabilidade do sistema de saúde suplementar no longo prazo.

Na área de telecomunicações, o MF acompanha as modificações na regulamentação propostas para acompanhar o passo acelerado da evolução tecnológica nessa área.

Também no campo das telecomunicações, atua no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da TV Digital no sentido de auxiliar a implantação da TV digital no Brasil, o que

pode vir a ser um grande veículo para a inclusão digital no país.

Também integra o grupo de trabalho criado e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República para a formulação do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL, cujo objetivo é ampliar o acesso à banda larga no Brasil, para os cidadãos, empresas, entidades da sociedade civil e instituições do governo.

O MF, representado pela SEAE, contribuiu em diversas consultas públicas do ente regulador, tais como (Anatel), sobre proposta de termo de autorização para exploração do serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), proposta de alteração na Norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) e alteração do regulamento sobre condições e uso de radiofrequência, como também no setor de mídia, (Ancine), contribuindo em temas como créditos textuais daquela Agência nos produtos audiovisuais realizados com recursos públicos federais.

No setor postal, é responsável pela definição do reajuste das tarifas postais dos serviços prestados pela Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo que as negociações para a concessão do reajuste de 2009 ainda estão em andamento, observando os princípios de manutenção e expansão do serviço postal e de modicidade tarifária.

Com referência ao setor financeiro, o MF deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2007 no que diz respeito à regulamentação das tarifas bancárias.

Para avaliar os impactos da nova regulamentação, desde o início de 2008 foram incorporadas novas rotinas de trabalho como o monitoramento e o acompanhamento da evolução das tarifas bancárias, com a publicação de notas a este respeito.

A ação de Homologação e de Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins comerciais apresentou um resultado bastante expressivo, fato constatado por meio da variação na arrecadação de impostos e de taxas de fiscalização cobradas das empresas que formalizaram pedidos de autorização na Secretaria, conforme se observa no quadro a seguir.

|                                          | 2006          | 2007          | 2008          | 2009          | TOTAL          |
|------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Tx Fiscalização                          | 2.000.632,87  | 2.467.851,99  | 3.404.388,00  | 3.933.778,29  | 11.806.651,81  |
| Imposto de Renda (20%)                   | 7.148.370,58  | 9.500.134,24  | 13.284.208,87 | 16.999.671,30 | 46.932.385,00  |
| Valor da premiação da promoção Comercial | 44.550.177,41 | 62.433.426,43 | 85.861.180,08 | 97.913.128,28 | 290.757.912,20 |

Fonte: Elaborado pela SEAE/MF com base nos dados dos sistemas Siafi e LITTERA

Posição: até 31.12.09

Comparando-se 2009 aos exercícios anteriores, observa-se um expressivo crescimento da arrecadação referente aos itens examinados - taxa de fiscalização, imposto sobre 20% da premiação e valor total dos prêmios ofertados nas promoções comerciais. Esses números demonstram que este ainda é um segmento em grande expansão no país, e as transformações na legislação se fazem necessárias para atender a imensa gama de inovações tecnológicas e, principalmente, à proteção dos participantes das promoções.

### 5.1.9. Ministério da Integração Nacional

Para o cumprimento de suas competências legais, as ações do Ministério da Integração Nacional estão organizadas nos temas Desenvolvimento Regional, Defesa Civil e Infra-Estrutura Hídrica. Cabe ressaltar que não há destinação de uma função governamental associada à missão institucional: “Ser um agente indutor da inserção das regiões menos dinâmicas no contexto do desenvolvimento do país”. Em função disso, os Programas sob a responsabilidade do MI são associados a funções governamentais escolhidas por sua proximidade com a área da despesa em que a ação governamental é realizada.

Para a análise dos resultados da atuação do Ministério da Integração Nacional - MI, foram apontados como programas estruturantes do setor, dentre os onze programas sob a responsabilidade do MI, os Programas Desenvolvimento da Agricultura Irrigada; - Infra-Estrutura Hídrica; - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO; - Prevenção e Preparação para Desastres e – Resposta aos Desastres; - Integração de Bacias Hidrográficas, cujas ações estão

preponderantemente associadas às seguintes funções governamentais: 06 – Segurança, 11 – Trabalho, 14 – Direitos da Cidadania, 15 – Urbanismo, 18 – Gestão Ambiental; 20 – Agricultura, 22 – Indústria, 23 – Comércio e Serviços e 28- Encargos Especiais.

#### Função Segurança Pública sob a Responsabilidade do MI

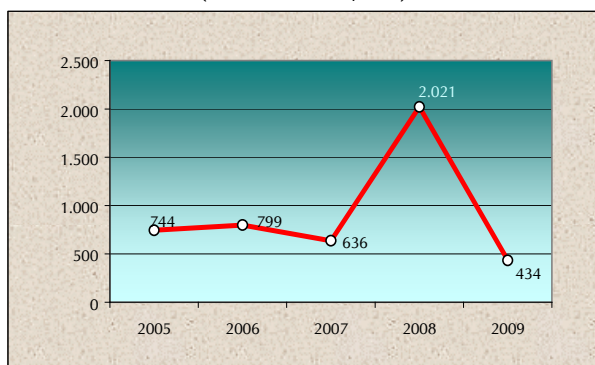
Segundo o art. 144 do Capítulo III da Constituição Federal, “a segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Assim, ao Ministério da Integração Nacional compete promover um ambiente social e pacífico e garantir a integridade dos cidadãos, no que tange à segurança da população em situações de desastres. Para tanto, estão sendo desenvolvidas ações preventivas de preparação, bem como de atendimento aos afetados por desastres, seja por meio de assistência humanitária ou de reconstrução.

#### SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

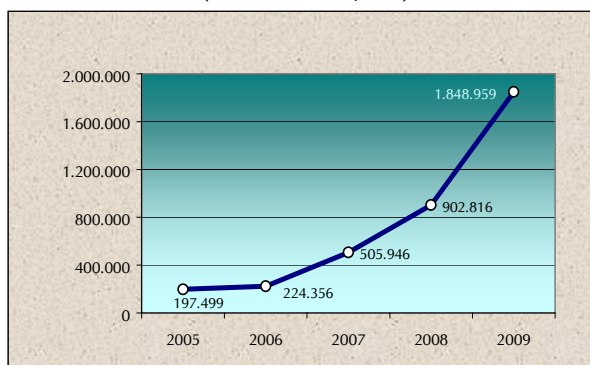
| SUBFUNÇÃO                          | 2005           | 2006           |              | 2007           |               | 2008           |              | 2009             |               | 2005/<br>2009 |
|------------------------------------|----------------|----------------|--------------|----------------|---------------|----------------|--------------|------------------|---------------|---------------|
|                                    | VALOR          | VALOR          | VAR          | VALOR          | VAR           | VALOR          | VAR          | VALOR            | VAR           | VAR           |
| 128 - Formação de Recursos Humanos | 744            | 799            | 7,4%         | 636            | (20,4%)       | 2.021          | 217,8%       | 434              | (78,5)%       | (41,7)%       |
| 182 - Defesa Civil                 | 197.499        | 224.356        | 13,6%        | 505.946        | 125,5%        | 902.816        | 78,4%        | 1.848.959        | 104,8%        | 836,2%        |
| <b>DESPESA TOTAL EMPENHADA</b>     | <b>198.243</b> | <b>225.155</b> | <b>13,6%</b> | <b>506.582</b> | <b>125,0%</b> | <b>904.837</b> | <b>78,6%</b> | <b>1.849.393</b> | <b>104,4%</b> | <b>832,9%</b> |

Fonte: Siafi / 13.01.2010

#### SUBFUNÇÃO 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (VALORES EM R\$ MIL)



#### SUBFUNÇÃO 182 - DEFESA CIVIL (VALORES EM R\$ MIL)



Com relação aos recursos financeiros aplicados nas subfunções sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, demonstrativo e gráficos anteriores, no período de 2005/2009, cabe salientar que o decréscimo ocorrido no ano de 2009, na subfunção 128 – Formação de Recursos Humanos é resultado da transferência de recursos financeiros para a Universidade Federal de Santa Catarina. Com esses recursos, foram promovidos vários eventos, destacando-se: o V Defencil;

o Curso Construindo Comunidades mais Seguras; o VI Fórum Nacional de Defesa Civil; Cinco Seminários Regionais nas macrorregiões sobre Mudança Climática e Defesa Civil, o II Seminário Internacional sobre Assistência Humanitária, a reunião do Conselho Nacional de Defesa Civil e o 1º Curso Regional de Assistência e Proteção para Respostas a Emergências Químicas, esse com a participação de 32 técnicos de 14 países da América Latina e do Caribe. Nesse ano, foram

qualificados 9.421 agentes de defesa civil. No que se refere à subfunção 182 – Defesa Civil, a evolução da execução foi de 836,2% no período 2005 a 2009, observando-se uma variação de 13,6% (2005-2006), 125,5% (2006-2007), 78,4% (2007-2008) e 104,8% (2008-2009). Em decorrência dos diversos desastres ocorridos em 2009 nos estados do Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins,

procedeu-se à distribuição de 625.273 cestas de alimentos para 3.126.365 afetados, bem como foram editados 1.292 reconhecimentos de anormalidades em 1.081 municípios brasileiros. No demonstrativo a seguir, pode-se observar, por programa de governo, a evolução da aplicação dos recursos em segurança pública, que no período de 2005 a 2009, tiveram um crescimento de aproximadamente 824%.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO NOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
VALORES EMPENHADOS - FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA**

em R\$ mil

| PROGRAMA                              | OFSS    | 2005           | 2006           |              | 2007           |             | 2008             |              | 2009             |                | 2005/2009     |
|---------------------------------------|---------|----------------|----------------|--------------|----------------|-------------|------------------|--------------|------------------|----------------|---------------|
|                                       |         | VALOR          | VALOR          | VAR          | VALOR          | VAR         | VALOR            | VAR          | VALOR            | VAR            | VAR           |
| Prevenção e Preparação para Desastres | DOTAÇÃO | 142.369        | 110.359        | (22)%        | 262.880        | 138%        | 616.509          | 135%         | 646.566          | 5%             | 354%          |
|                                       | EMPENHO | 35.950         | 43.859         | 22,0%        | 136.210        | 210,6%      | 318.765          | 134,0%       | 450.609          | 41,4%          | 1.153,4       |
| Resposta aos Desastres e Reconstrução | DOTAÇÃO | 190.130        | 254.547        | 34%          | 554.293        | 118%        | 1.018.306        | 84%          | 1.747.149        | 72%            | 819%          |
|                                       | EMPENHO | 164.170        | 181.296        | 10,4%        | 370.371        | 104,3 %     | 586.006          | 58,2 %       | 1.399.784        | 138,9%         | 752,6         |
| <b>DOTAÇÃO TOTAL</b>                  |         | <b>332.499</b> | <b>364.906</b> | <b>10%</b>   | <b>817.173</b> | <b>124%</b> | <b>1.634.815</b> | <b>100%</b>  | <b>2.393.715</b> | <b>46,4%</b>   | <b>620%</b>   |
| <b>DESPESA TOTAL EMPENHADA</b>        |         | <b>200.120</b> | <b>225.155</b> | <b>12,5%</b> | <b>506.581</b> | <b>125%</b> | <b>904.771</b>   | <b>78,6%</b> | <b>1.850.393</b> | <b>104,5 %</b> | <b>824,6%</b> |

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Ainda com relação ao demonstrativo anterior, observa-se uma evolução positiva no período de 2005 a 2009 de 1.153% na execução do Programa 1027 - Prevenção e Preparação para Desastres, correspondente a 22% (2005-2006), 210,6% (2006-2007), 134% (2007-2008), 41,4% (2008-2009).

No Programa 1027, em 2009, foram executados, na ação prioritária 8348 - Apoio a Obras Preventivas, aproximadamente 543 obras e serviços de drenagem, galeria de águas pluviais, pavimentação, contenções, barragens, casas populares, reconstrução de pontes, dentre outros, distribuídos em todo território nacional. Para realização desses projetos, foram empenhados 70% da dotação inicial, no valor de R\$ 632 milhões, provenientes do Plano de Ação e de Emendas Parlamentares, aprovados na LOA, acrescidos de R\$ 240 milhões do Decreto de 14 de janeiro de 2009, além de R\$ 250 milhões provenientes das Medidas Provisórias nºs 463 e 473. Desse total, foram cancelados R\$ 204 milhões. Quanto ao Programa 1029 - Resposta aos Desastres e Reconstrução, constata-se um crescimento na aplicação dos recursos equivalente a 752%, sendo 10,4% (2005-2006), 104,3% (2006-2007), 58,2% (2007-2008), 138,9% (2008-2009). Ressalta-se que, apesar do crescimento do volume de recursos aplicados em prevenção, ainda não se alcançou a meta desejada de a cada dólar gasto em prevenção se economizar 7 dólares em ações de resposta e reconstrução.

#### **Função Trabalho Sob a Responsabilidade do MI**

A execução orçamentária na Função Trabalho foi realizada principalmente por meio do Programa – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO,

com a finalidade de promover a inserção produtiva e competitiva no mercado de comunidades situadas nas áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), bem como superar deficiências do capital humano necessário para a gestão compartilhada do desenvolvimento e para a estruturação e a dinamização da base produtiva regional, incluindo a absorção e a difusão de informação e tecnologia. Dessa forma os recursos alocados no PROMESO viabilizaram eventos de Organização Produtiva - EOP para a capacitação e a organização produtiva de comunidades em empreendimentos produtivos coletivos, bem como permitiu a capacitação de agentes públicos que atuarão nas organizações sociais, na atividade econômica e produtiva ou na promoção do processo de desenvolvimento territorial.

Em 2009, de acordo com a tabela a seguir, a dotação orçamentária nesta função totalizou um montante de R\$ 6.306,3 mil, dos quais R\$ 5.927,0 mil foram empenhados, correspondente a 94% da dotação, observando que o efetivamente pago, neste período, correspondeu a 5% do montante empenhado. No período foram firmados quatro convênios que somam R\$ 2.908,9 mil referentes aos recursos da União, dentre os quais pode-se destacar o de "Implantação de indústria de costura" que favorecerá o município de Formosa do Sul – RS. Esse Projeto, além de prever a aquisição dos equipamentos, também prevê a capacitação de 50 mulheres em corte, costura e vendas. Cabe observar que a alocação dos recursos para o Programa na Função Trabalho sofreu um decréscimo equivalente a 81% quando se observa a dotação de 2005 com relação à dotação de 2009.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROGRAMA  
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO**

em R\$ mil

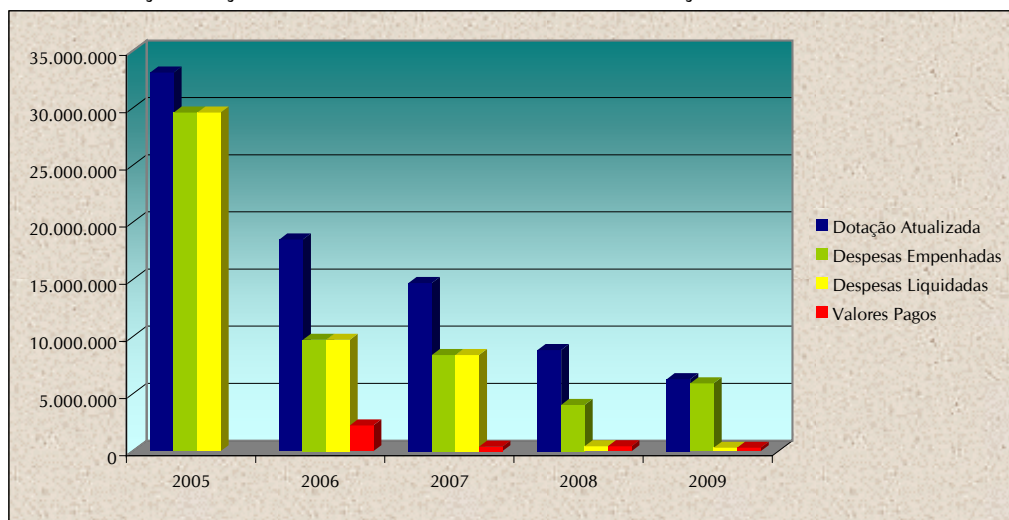
| ANO                       | 2005   | 2006   |       | 2007   |       | 2008  |       | 2009  |       | 2005/2009 |
|---------------------------|--------|--------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------|
|                           | VALOR  | VALOR  | VAR   | VALOR  | VAR   | VALOR | VAR   | VALOR | VAR   | VAR       |
| <b>DOTAÇÃO</b>            | 33.118 | 18.523 | (44)% | 14.706 | (21)% | 8.848 | (40)% | 6.306 | (29)% | (81)%     |
| <b>VALORES EMPENHADOS</b> | 29.614 | 9.745  | (67)% | 8.409  | (14)% | 4.037 | (52)% | 5.927 | 47%   | (80)%     |

Fonte: Siafi / 13.01.2010

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROGRAMA  
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO**

|                     | 2005       | 2006       | 2007       | 2008      | 2009      |
|---------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|
| Dotação Atualizada  | 33.118.000 | 18.523.200 | 14.706.466 | 8.848.495 | 6.306.374 |
| Despesas Empenhadas | 29.614.417 | 9.745.112  | 8.408.908  | 4.036.828 | 5.927.168 |
| Despesas Liquidadas | 29.614.417 | 9.745.112  | 8.408.908  | 447.000   | 300.000   |
| Valores Pagos       |            | 2.248.168  | 389.092    | 447.000   | 300.000   |

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA PROMESO - FUNÇÃO TRABALHO - 2005-2009**



**Função Urbanismo Sob a Responsabilidade do MI**

Nesta função, a Administração Direta executou a ação prioritária (LDO) 6409 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais, na subfunção 244 - Assistência Comunitária, incorporada ao PROMESO no ano de 2008, a fim de agilizar o processo de desenvolvimento local. Nesse sentido, pretendeu-se implantar projetos estruturantes de infra-estrutura de apoio à produção e à logística, o que inclui a construção de equipamentos

urbanos/rurais e de obras civis que articulem regionalmente os municípios de espaços sub-regionais. Em 2009, conforme demonstrativo a seguir, da dotação total de R\$ 252.231,0 mil, foram empenhados R\$ 150.102,0 mil, correspondente a 59,5% dos recursos, tendo sido firmados 41 convênios e uma descentralização, referentes aos recursos da União. Os projetos executados são de caráter essencial para a dinamização da economia local, com destaque para a construção de centros sociais, a pavimentação de estradas, a construção de pontes e passagem molhada.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA  
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO URBANISMO**

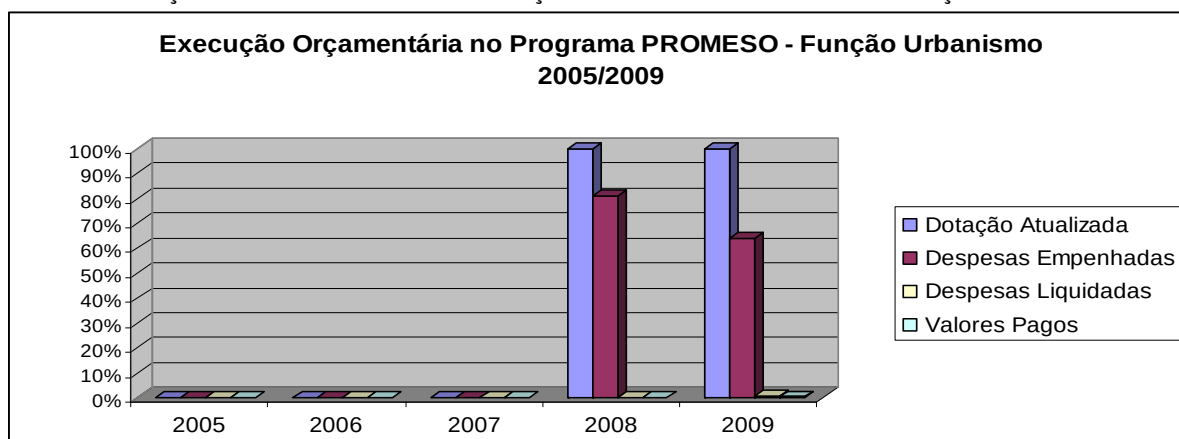
Em R\$ mil

| ANO                                                                    | OFSS    | 2005  | 2006  |     | 2007  |     | 2008    |     | 2009    |      | 2005/2009 |
|------------------------------------------------------------------------|---------|-------|-------|-----|-------|-----|---------|-----|---------|------|-----------|
|                                                                        |         | VALOR | VALOR | VAR | VALOR | VAR | VALOR   | VAR | VALOR   | VAR  | VAR       |
| 1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO | DOTAÇÃO | 0     | 0     | 0   | 0     | 0   | 260.080 | 0   | 252.231 | (3)% | 0         |
|                                                                        | EMPENHO | 0     | 0     | 0   | 0     | 0   | 132.168 | 0   | 150.102 | 14%  | 0         |

Fonte: Siafi / 13.01.2010



**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA  
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO URBANISMO**



### Função Gestão Ambiental Sob a Responsabilidade do MI

Na função Gestão Ambiental, subfunção Recursos Hídricos, estão alocados os recursos do programa Infraestrutura Hídrica, cujo objetivo é desenvolver obras de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade, e do Programa Integração de Bacias Hidrográficas, que visa aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica, para expansão da oferta de água de boa qualidade.

Por meio da construção de obras estruturantes, suas ações têm a finalidade de minimizar a carência de água, principalmente para consumo humano, que afeta a saúde pública e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade desse recurso é reduzida.

No segmento Infraestrutura hídrica, que tem como objetivo a minimização dos efeitos da seca, contemplou-se a implantação de empreendimentos focados no armazenamento de recursos hídricos, por meio da construção de barragens e de canais e adutoras para a adução da água.

Com esse objetivo, 310 km de canais foram construídos e 663,3 milhões de m³ de água foram reservados com a conclusão dos projetos referentes às Barragens e Adutoras Palmeira dos Índios (AL), Capivara (PB) e Poço do Marruá (PI), ao Sistema Adutor Serra de Santana (RN) e à Barragem Setúbal (MG). Ademais, estão em andamento as obras dos seguintes projetos: Barragem Gasparino na Bahia; Barragem do Rio Arraias em Tocantins, Adutora Pirapama, Sistema Adutor Limoeiro, Adutora de Agrestina, Adutora do Agreste, Adutora do Oeste, Adutora Pajeú em Pernambuco; Sistema de Abastecimento do Sistema Norte, Barragem Peão em Minas Gerais; Adutora e Barragem Pias no Piauí; Adutora São Francisco em Sergipe; Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (Eixo de Integração Castanhão/Fortaleza) e Adutora de Ibareta no Ceará; Canal do Sertão Alagoano, Barragem e Adutora Palmeira dos Índios em Alagoas; Sistema Adutor do Congo e Adutora Acauã na Paraíba; Sistema Adutor de Alto Oeste

no Rio Grande do Norte; Barragens de Jaguari e Taquarém no Rio Grande do Sul.

No que se refere ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, enquadrado no Programa Integração de Bacias Hidrográficas, que visa possibilitar o desenvolvimento sustentável, especialmente às regiões semi-áridas do país, por meio da garantia hídrica.

Dividido em dois grandes eixos, o Leste com 220 km e o Norte com 402 km, o Projeto abrange os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e prevê o atendimento de 12 milhões de pessoas.

As obras do Eixo Leste nos estados de Pernambuco e Paraíba, contam com um avanço de 41,4%, com previsão de conclusão para 2010. Já no Eixo Norte, com 24% de execução, que envolve os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, a previsão para o término das obras é o ano de 2012.

Em 2009, foram realizadas diversas intervenções, como a entrega de 86 casas em comunidades indígenas e quilombolas; sendo que das 16 Vilas Produtivas Rurais previstas para o reassentamento da população afetada pelas obras, duas estão com a construção avançada.

Na Vila Produtiva Rural de Captação, 11 casas estão concluídas e na de Junco, 55 casas prontas foram sorteadas para seus futuros moradores. Até o momento, foram gerados 9.137 empregos diretos, que favoreceram os moradores dessas Regiões.

Com relação ao período de 2005 a 2009, observa-se no demonstrativo a seguir os valores direcionados para o setor, com maior ênfase a partir de 2007, quando da implantação do PAC.

Evidencia-se ainda o alto percentual de empenho em relação à dotação em ambos os Programas. Ressalte-se que em 2009, nos Programas 0515 e 1036, os valores empenhados corresponderam a 83,8% e 99,1%, respectivamente.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA , POR PROGRAMA, NA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL**

em R\$ mil

| ANO                                       | OFSS    | 2005      | 2006    |       | 2007      |       | 2008      |       | 2009      |        | 2005/<br>2009 |
|-------------------------------------------|---------|-----------|---------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|--------|---------------|
|                                           |         | VALOR     | VALOR   | VAR % | VALOR     | VAR % | VALOR     | VAR % | VALOR     | VAR %  | VAR %         |
| 0515 - Infra-estrutura hídrica            | DOTAÇÃO | 596.023   | 409.301 | (31)  | 1.163.789 | 184   | 1.256.021 | 8     | 765.840   | (39)   | 28            |
|                                           | EMPENHO | 331.685   | 193.126 | (42)  | 1.014.986 | 426   | 1.091.046 | 7     | 641.524   | (41)   | 93            |
| 1036 - Integração de bacias hidrográficas | DOTAÇÃO | 542.178   | 390.166 | (28)  | 439.202   | 13    | 1.165.066 | 165   | 1.233.183 | 6      | 127           |
|                                           | EMPENHO | 463.762   | 50.762  | (89)  | 429.969   | 747   | 1.152.421 | 168   | 1.223.502 | 6      | 164           |
| <b>DOTAÇÃO TOTAL</b>                      |         | 1.138.201 | 799.467 | (30)  | 1.602.991 | 101   | 2.421.087 | 51    | 1.999.023 | (17,4) | 76            |
| <b>TOTAL EMPENHADO</b>                    |         | 795.447   | 243.888 | (69)  | 1.444.955 | 492   | 2.243.467 | 55    | 1.865.026 | (17)   | 134           |

Fonte: Siafi / 13.01.2010

**Função Agricultura Sob a Responsabilidade do MI**

Nesta função se inserem as ações do Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, classificadas, principalmente, na subfunção Irrigação, que visam promover a expansão das áreas irrigáveis para uso comum, com o objetivo de promover desenvolvimento regional. Essa é uma das mais efetivas ferramentas de distribuição de renda e combate à pobreza, mediante a geração de empregos e elevação da oferta de alimentos com baixos custos, na medida em que aumenta a produtividade dos fatores terra e trabalho.

Em 2009, buscou-se promover o processo de ampliação da infraestrutura necessária para expandir a produção agrícola, com a implantação de 9.646 ha, relativos aos Perímetros de Irrigação Flores de Goiás (GO), São João (TO), Marituba (AL), Salitre e Baixo de Irecê (BA), Pontal (PE), Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba – 2ª Etapa (PI) e Platôs de Guadalupe (PI). Deu-se, também, continuidade à execução dos Perímetros Várzeas de Sousa na Paraíba; Sampaio em Tocantins; Araras Norte, Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú no Ceará e Jacaré-Curituba em Sergipe. Além disso, ações de assistência técnica, manutenção e outras atividades necessárias foram direcionadas aos perímetros de irrigação que se encontram em operação.

Outras realizações foram alcançadas como a criação do Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada, a conclusão do Cadastro Geral de Irrigantes de Projetos Públicos de Irrigação, a realização do Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável.

Acrescente-se, ainda, que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei que trata da Política Nacional de Irrigação e que já se encontra em andamento a elaboração do Plano Nacional de Capacitação em Agricultura Irrigada e os Planos Nacional e Estaduais de Irrigação.

Com relação ao período de 2005 a 2009, observa-se, no demonstrativo a seguir, os valores executados no programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, com destaque para o incremento no exercício 2007, quando da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Cabe ressaltar o crescimento da dotação no período, na ordem de 211%, e do empenho que evoluiu de R\$ 83.471 mil para R\$ 569.818 mil. Em 2009, o valor empenhado correspondeu a 82,4% da dotação.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO  
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA NA FUNÇÃO AGRICULTURA**

Em R\$ mil

| ANO                | 2005    | 2006    |      | 2007    |      | 2008    |     | 2009    |       | 2005/<br>2009 |
|--------------------|---------|---------|------|---------|------|---------|-----|---------|-------|---------------|
|                    | VALOR   | VALOR   | VAR  | VALOR   | VAR  | VALOR   | VAR | VALOR   | VAR   | VAR           |
| DOTAÇÃO            | 222.570 | 215.668 | (3)% | 684.475 | 217% | 864.561 | 26% | 691.135 | (20)% | 211%          |
| VALORES EMPENHADOS | 83.471  | 126.280 | 51%  | 599.508 | 375% | 608.551 | 2%  | 569.818 | -6%   | 583%          |

Fonte: Siafi / 13.01.2010

**Função Indústria Sob a Responsabilidade do MI**

Na Função Indústria, executou-se no âmbito do Programa PROMESO a ação Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-Regionais, classificada na subfunção Empregabilidade, com a finalidade de desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos,

visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.

Os recursos alocados nessa ação viabilizam a estruturação ou o aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, mediante apoio ao aumento da competitividade de empresas, associações produtivas e outras instituições correlatas, por meio da identificação e

da implementação de oportunidades de criação e desenvolvimento de pequenos e médios empreendimentos; difusão de informações e tecnologias; fortalecimento da capacidade produtiva (inclusive com a aquisição de equipamentos); mobilização e capacitação de recursos humanos e institucionais; criação de um ambiente favorável à criação de novas oportunidades de mercado e melhoria dos sistemas de comercialização para produtos e serviços.

A função Indústria passou a ser utilizada pelo PROMESO em 2008 e já em 2009 houve um acréscimo de 60% na dotação.

Conforme evidenciado no próximo demonstrativo, em 2009 o Programa recebeu dotação orçamentária de R\$ 46.815 mil, dos quais 49,4% foram empenhados. Nesta função, a Administração Direta efetivou 41 convênios, dos quais 46% referentes a emendas, e 2 descentralizações.

A maior parte desses projetos objetivou apoiar agroindústrias locais, tanto na construção quanto na aquisição de equipamentos para impulsionar a economia

local. Em 2009, destacam-se a construção de *paking house*, casas de farinha e casas de processamento de mel e a aquisição de equipamentos agrícolas.

Por sua vez, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam apoiou, em 2009, cinco projetos, todos com o objetivo de aprimorar os processos produtivos e os sistemas de comercialização.

Para tanto, foram implantadas estruturas físicas e adquiridos equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, com vistas a viabilizar o acesso às oportunidades de mercado.

Destaca-se ainda a contribuição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que celebrou convênio para apoio a Arranjo Produtivo Local de Ovinocaprinocultura, com o Governo do estado do Rio Grande do Norte.

O demonstrativo a seguir evidencia a execução do PROMESO na Função Indústria.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A  
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO INDÚSTRIA**

Em R\$ mil

| ANO                                                                    | OFSS    | 2005  | 2006  |     | 2007  |     | 2008   |     | 2009   |       | 2005/<br>2009 |
|------------------------------------------------------------------------|---------|-------|-------|-----|-------|-----|--------|-----|--------|-------|---------------|
|                                                                        |         | VALOR | VALOR | VAR | VALOR | VAR | VALOR  | VAR | VALOR  | VAR   | VAR %         |
| 1025 - Promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais - PROMESO | DOTAÇÃO | 0     | 0     | 0   | 0     | 0   | 29.309 | 0   | 46.815 | 60%   | -             |
|                                                                        | EMPENHO | 0     | 0     | 0   | 0     | 0   | 25.914 | 0   | 23.135 | (11)% | -             |

Fonte: Siafi / 13.01.2010

**Função Encargos Especiais Sob a Responsabilidade do MI**

Nesta função, estão alocados os recursos referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Centro-Oeste – FCO e do Nordeste – FNE, bem como os recursos sob supervisão do Ministério referente aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Nordeste – FDNE, que são os principais instrumentos de apoio ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por meio dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, do Nordeste - FNE e do Norte – FNO foram contratados, até novembro de 2009, financiamentos da ordem de R\$ 12,2 bilhões, o que representou um crescimento de 8,2% em relação a idêntico período de 2008. No Centro-Oeste foram contratados R\$ 2,8 bilhões em 56,1 mil operações de financiamento.

No Nordeste R\$ 7,3 bilhões em 329,1 mil operações e na Região Norte R\$ 2,1 bilhões em 40,2 mil operações. Por intermédio dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Nordeste - FDNE, voltados para o financiamento da infraestrutura e de projetos estruturadores da economia, foram contratadas, em 2009, operações da ordem de R\$ 3,1 bilhões, sendo R\$ 476 milhões na Amazônia e R\$ 2,7 bilhões no Nordeste.

Ainda com o fim de estimular investimentos para as regiões Norte e Nordeste, foram concedidos ao setor produtivo incentivos fiscais de redução do imposto de renda cuja estimativa de valor para o exercício de 2009 foi da ordem de R\$ 2,6 bilhões na área de atuação da Sudam e de R\$ 2,5 bilhões na área de atuação da Sudene.

Os investimentos apoiados com os instrumentos da Política influenciam de forma relevante a geração de emprego e renda nas regiões menos desenvolvidas do país e contribuem para o desenvolvimento do setor rural – setor que demanda a maior parte dos recursos - para a melhoria das condições de infraestrutura e para a industrialização dessas regiões.

Estima-se em mais de 770 mil os empregos gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos contratados no 1º semestre de 2009.

## Recursos Não - Orçamentários

### Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste - FINAM e FINOR

Criados em 1974, com o objetivo de minimizar as desigualdades entre as macro regiões brasileiras, contribuem para o desenvolvimento econômico-social, respectivamente da Amazônia Legal e do Nordeste brasileiro.

Para tanto, são destinados recursos oriundos de renúncia fiscal a empresas constituídas sob a forma de sociedades anônimas, somando-se ao aporte de recursos próprios dessas empresas e eventualmente de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2009, os recursos já aplicados compõem uma carteira de 453 projetos, dos quais 357 projetos incentivados pelo Finam e 96 incentivados pelo Finor.

Em contrapartida ao apoio dos projetos, o Finam e o Finor contam com uma carteira de títulos (ações e debêntures) emitidos pelas empresas incentivadas, cuja gestão é competência do Banco da Amazônia S/A, no caso do Finam, e do Banco do Nordeste do Brasil S/A, no caso do Finor.

Diante da previsão legal de extinção da política de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2013, têm sido envidados esforços para dar celeridade aos atos de gestão, de modo a levar a bom termo a conclusão da carteira de projetos do Finam e do Finor, mediante a exclusão desses projetos das respectivas carteiras, seja concedendo o Certificado de Empreendimento Implantado para os bem sucedidos, seja cancelando os incentivos fiscais para os que não lograram êxito em sua implantação.

Em 2009, foram realizados 126 projetos na área de abrangência do Finam, em função do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o Banco da Amazônia S/A, e 27, na área de abrangência do Finor, aprovadas nove reformulações, efetivadas cinco liberações de recursos, concedidos nove Certificados de Empreendimento Implantado, instaurados 72 processos administrativos para apurar indícios de desvio de recursos, realizadas 87 análises técnicas, concluída a análise de 102 processos administrativos apuratórios, encaminhados 86 processos às Regionais das Procuradorias da União para fins de cálculo de débitos de incentivos fiscais cancelados e elaborados 25 pareceres de repactuação de debêntures, encaminhados aos bancos operadores.

### Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES

Criado pelo Decreto Lei nº 880/69, esse é o Fundo Fiscal de Investimento específico do estado do Espírito Santo, administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – Geres, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Integração Nacional, operacionalizado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – Bandes.

Instituído com base em renúncia fiscal, por meio de fontes de origem federal e estadual, fundamentado pelas opções de parcelas do IRPJ e ICMS realizadas por empresas capixabas, o Funres inovou o conceito de fundo misto, direcionando recursos financeiros a uma mesma conta de aplicações.

Na modalidade de subscrição de debêntures, o Funres apoiou em 2009 a implantação de um novo projeto na área de metalurgia, comprometendo recursos da ordem de R\$ 5,4 milhões, como também liberou R\$ 5,8 milhões em projetos aprovados e em fase de implantação.

Além disso, foram aprovados três Relatórios de Conclusão de Projetos, o que resultou na emissão dos respectivos Certificados de Empreendimentos Implantados (CEI), um Relatório de Reformulação, um de Renegociação e abertura de um Procedimento Administrativo.

Com a destinação de recursos do ICMS para a realização de financiamentos por meio de operações de crédito, principalmente a micro e pequenos empresários, foram aprovadas 66 novas operações, resultando na liberação de R\$ 3,6 milhões.

Com esses resultados, o Funres, no exercício de 2009, liberou efetivamente o montante de R\$ 9,5 milhões, considerando as duas modalidades de apoio a projetos.

Por sua economia dependente do comércio internacional, o estado do Espírito Santo, durante o ano de 2009, sofreu diretamente os impactos da crise financeira mundial, o que resultou na postergação de novos investimentos produtivos.

Cabe ressaltar, contudo, que as diversas Resoluções Normativas aprovadas adicionaram dinamismo ao acompanhamento e à fiscalização dos recursos do Fundo.

### 5.1.10. Função Segurança Pública

Desde 2003, as instituições brasileiras nas áreas policial, penitenciária e judiciária são alvo permanente de ações de fortalecimento, conduzidas de forma integrada pelas secretarias do Ministério da Justiça - MJ, a fim de reduzir os altos índices de criminalidade e garantir efetiva segurança para o cidadão. Dessa forma, e idealizada pelo MJ, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – 1ª Conseg foi um marco histórico na área da segurança pública no exercício de 2009. Pela primeira vez, todos representantes da sociedade civil organizada, profissionais do setor e do Poder Público discutiram juntos a criação de uma política de Estado e não mais de governo.

A sociedade civil participou com 40% das vagas, o Poder Público com 30% e os trabalhadores da área com 30% – proporção garantida em todas as etapas da Conferência. Até a realização da etapa nacional da Conferência, de 27 a 30 de agosto de 2009, em Brasília, os debates envolveram mais de meio milhão de pessoas de 514 municípios do país. Foram promovidas 27 etapas estaduais eletivas, 126 municipais eletivas, 140 municipais preparatórias e 1.140 conferências livres em 514 cidades, além de outras

iniciativas de participação e mobilização, como seminários temáticos, cursos de capacitação e projetos especiais envolvendo, prioritariamente, mulheres, jovens, estudantes e população encarcerada. O resultado dessa participação inédita foi a aprovação da Política Nacional de Segurança Pública contendo 10 princípios e 40 diretrizes que servirão de base para a definição de políticas públicas na área.

São propostas de soluções para temas urgentes como prevenção à violência e à criminalidade, repressão qualificada ao crime, valorização dos operadores da área e criação e fortalecimento de mecanismos de controle social sobre as políticas do setor. Uma das primeiras consequências desse processo foi a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp, que passou a ter, pela primeira vez, participação da sociedade civil e dos trabalhadores do segmento. Os 48 integrantes do novo Conasp tomaram posse em outubro. É a garantia de que a participação democrática na elaboração de políticas públicas continuará após a Conferência.

A seguir, apresenta-se um quadro com as despesas empenhadas das principais funções e subfunções executadas pelo Ministério.

#### VALORES EMPENHADOS POR FUNÇÃO

| FUNÇÕES               | 2005                 | 2006              | 2007              | 2008                 | 2009                 |
|-----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| Essencial à Justiça   | 16.468.501           | 209.436           | 367.853           | 50.777.509           | 71.430.650           |
| Segurança Pública     | 1.044.863.157        | 11.035.270        | 17.956.306        | 2.253.077.787        | 2.306.355.393        |
| Direitos da Cidadania | 356.303.661          | 4.941.346         | 4.457.876         | 631.429.590          | 444.215.791          |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.417.635.319</b> | <b>16.186.052</b> | <b>22.782.035</b> | <b>2.935.284.886</b> | <b>2.822.001.834</b> |

#### VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES

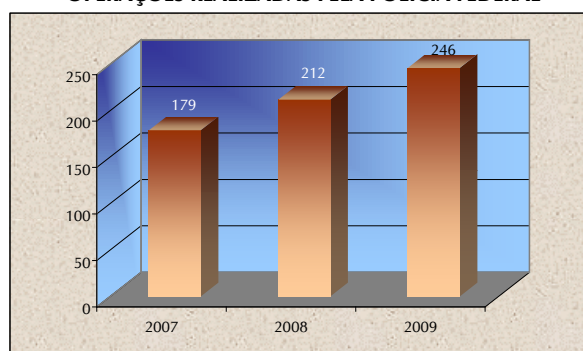
| SUBFUNÇÕES                                      | 2005               | 2006               | 2007                 | 2008                 | 2009               |
|-------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| 181 - Policiamento                              | 499.142.587        | 591.090.876        | 1.107.599.899        | 1.024.779.358        | 605.175.537        |
| 183 - Informação e Inteligência                 | 46.046.029         | 60.143.894         | 114.306.827          | 85.319.838           | 101.560.652        |
| 212 - Cooperação Internacional                  | 4.400.244          | 2.104.500          | 2.339.532            | 2.431.898            | 293.796            |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 16.110.691         | 19.240.175         | 30.585.241           | 367.151.366          | 274.298.407        |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>565.699.551</b> | <b>672.579.445</b> | <b>1.254.831.499</b> | <b>1.479.682.460</b> | <b>981.328.392</b> |

Na subfunção policiamento, destaca-se a atuação da Polícia Federal - PF ao longo de 2009, que participou de diversas vertentes para o melhor atendimento dos anseios sociais e de suas atribuições constitucionais.

Assim, seja na sua área finalística, referente à sua atuação como polícia judiciária da União, seja no campo da gestão pública, no da cooperação com outros órgãos, no do atendimento ao público, bem como no da capacitação, foram diversas as ações relevantes realizadas pela Instituição.

Em 2009 foram deflagradas cerca de 246 operações visando o combate aos mais diversos ilícitos, que resultaram em 2.301 prisões.

#### OPERAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL



Ainda no âmbito da subfunção Policiamento, cabe destacar a participação da Polícia Rodoviária Federal - PRF, principalmente pelo ganho em melhoria de sua capacidade operacional, por meio da presença ostensiva nas rodovias federais, possibilitada em razão do aumento de policiais e aquisição de modernas viaturas.

Desse modo, a PRF qualificou suas intervenções pontuais no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas.

Trabalhou também no sentido de melhorar seu sistema de telecomunicação e informação, monitoramento e controle, de modo a atender os pontos mais remotos do território nacional, adequando as bases operacionais, a fim de permitir melhor acesso e apoio ao usuário da via.

Ainda no campo do combate à criminalidade, a PRF empreendeu duro enfrentamento ao furto e roubo de veículos de transporte de passageiros e carga e aos crimes ambientais, bem como aos ilícitos nas regiões fronteiriças, principalmente ao tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho e ao roubo de gado.

#### APREENSÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

| PRODUTO          | PERÍODO   |           |           |
|------------------|-----------|-----------|-----------|
|                  | 2007      | 2008      | 2009      |
| Eletrônicos (un) | 334.149   | 228.571   | 426.377   |
| Informática (un) | 122.904   | 85.585    | 102.669   |
| Armas            | 1.534     | 1.469     | 1.476     |
| Bebidas (lt)     | 169.398   | 100.715   | 150.091   |
| Cigarros (pct)   | 3.370.815 | 1.718.310 | 2.499.515 |
| Detidos          | 23.716    | 26.579    | 29.719    |

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Outra importante conquista do MJ foi a elaboração e aprovação da Lei nº 11.705/2008, conhecida como “Lei Seca”.

Os resultados já podem ser comprovados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o número de mortes provocadas por acidentes de trânsito caiu em torno de 24% após um ano de aprovação da Lei, que tornou crime o ato de dirigir sob o efeito de qualquer quantidade de álcool.

A instituição da “Lei Seca” conferiu à PRF a missão de trabalhar pela redução dos índices de acidentes e mortes nas rodovias federais – taxas que vêm caindo desde que a Lei entrou em vigor. No primeiro semestre de 2009, a PRF realizou mais de 350 mil testes com etilômetros (bafômetros). Em todo país, foram 6.640 autuações por embriaguez e 5.620 prisões em flagrante.

O objetivo no período era não ultrapassar a 1,30 óbito a cada 10 mil veículos da frota nacional. Atualmente a proporção está em 1,07 a cada 10 mil veículos, o que representa o cumprimento da meta em mais de 121%.

Também na subfunção Policiamento, destaca-se ainda a participação da Força Nacional de Segurança Pública, criada para atender às necessidades emergenciais dos estados em questões onde se impuser a interferência maior

do poder público ou for detectada a urgência de reforço na área de segurança. Mais de 8.990 policiais já passaram pelo treinamento para integrar a Força Nacional.

A idéia do curso é criar um padrão de comportamento que seja seguido por todo o efetivo.

A Força Nacional já atuou em 14 estados (AL, BA, DF, GO, ES, MA, MT, MS, PA, PR, RO, RJ, RR e SC), empregando mais de 2.500 profissionais.

Nas áreas que receberam apoio da Força Nacional, o número de homicídios caiu, em média, 43%, segundo dados das secretarias de segurança pública estaduais. Também chama atenção o índice zero de letalidade durante operações.

A Força Nacional atuou em 2009 nos estados: do Pará, apoiando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama no combate ao desmatamento ilegal; de Rondônia, apoiando os órgãos de segurança pública, em virtude da paralisação da Polícia Militar daquela Unidade da Federação; de Mato Grosso, apoiando a Polícia Federal no combate a crimes ambientais; do Paraná e Mato Grosso do Sul, apoiando o Departamento Penitenciário Nacional - Depen na segurança dos presídios federais, e auxiliando os governos dos referidos entes em questões variadas, inerentes à segurança pública.

O Batalhão Escola de Pronto Emprego - BEPE, setor especializado da Força Nacional cujo objetivo é disseminar novas experiências e tecnologias de ponta entre as forças de segurança dos estados e proporcionar a intervenção imediata em apoio às secretarias de segurança pública em casos de grave crise, em 2009, formou sua primeira turma, com 150 policiais de Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Cada grupo levou de volta um kit formado por 10 viaturas, armas letais e não-letais, munição e equipamentos de proteção. O investimento nos três kits foi de R\$ 7,5 milhões.

Já na subfunção informação e inteligência, o enfrentamento ao crime organizado no Brasil, por sua vez, teve como foco ações de definição das tipologias de atividade das facções, ou seja, a forma como o crime organizado se infiltra no país e como lavam o dinheiro em parceria com agentes públicos corruptos.

Nessa seara, pretendeu-se também combater a atuação das milícias em regiões do Rio de Janeiro e em outros estados.

Medidas como essa fazem parte das 21 ações que a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla 2010) aprovou em novembro, em Salvador, para serem executadas em 2010.

Outra importante ferramenta para o enfrentamento ao crime organizado são os laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro (LAB-LD).

Desenvolvido com metodologia genuinamente brasileira, o LAB-LD constitui um instrumento pioneiro capaz de analisar grandes volumes de informações e tornar mais ágil e eficiente o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.

Graças ao LAB-LD, por exemplo, foi possível contribuir para a identificação de integrantes da cúpula financeira da facção criminosa “Primeiro Comando da Capital - PCC” em São Paulo e com o fim de um cartel de empreiteiras no Rio de Janeiro que visavam a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

A iniciativa brasileira se transformou em um produto de exportação: países como Portugal, Espanha e China e os do Mercosul já manifestaram interesse em adotar a tecnologia. O objetivo é levar a iniciativa também a todo o país. Atualmente 12 laboratórios já tiveram sua primeira fase implantada em sete estados, dentre eles, o primeiro LAB-Regional, fruto de acordo firmado com os Ministérios Públicos de cinco estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Entre as outras subfunções atípicas executadas na área, destacam-se as seguintes: cooperação internacional; defesa da ordem jurídica; e direitos individuais, coletivos e difusos.

Na subfunção Cooperação Internacional, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE/MJ está em crescente cooperação com as autoridades estrangeiras no combate a cartéis e lavagem de dinheiro. Em fevereiro de 2009 foi realizada a primeira operação internacional simultânea de combate a cartel com a participação do Brasil, Estados Unidos e Comissão Européia.

A atuação da SDE/MJ, juntamente com a cooperação institucional do Ministério Público, da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União fez com que instituições como o Departamento de Justiça dos EUA e a Global Competition Review considerassem o programa brasileiro de combate à formação de cartéis referência para outros países.

Na subfunção Defesa da Ordem Jurídica, destacamos o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo.

Assinado em 13 de abril de 2009 pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o II Pacto inclui a criação de um Comitê Interinstitucional de Gestão, cujo objetivo é desenvolver e acompanhar as ações pactuadas e incrementar medidas que assegurem maior efetividade ao reconhecimento dos direitos, à mediação e à conciliação, entre outros.

Nos primeiros oito meses do II Pacto já foram editadas 11 novas leis, entre as quais se destacam: Lei nº 12.019/2009, que permite a convocação de magistrados para a instrução penal de processos de competência originária do STJ e STF; Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências e a Lei Complementar nº 132/2009, que organiza a

Defensoria Pública da União e promove normas gerais às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal.

Na subfunção Direitos Individuais Coletivos e Difusos, vale destacar a ação de assistência jurídica gratuita prestada pela Defensoria Pública, que visa fortalecer a infraestrutura do atendimento prestado ao preso e fomentar a adoção de diretrizes que o tornem mais eficaz.

Em 2009, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça centralizou esforços em novas propostas de parcerias, como é o caso das Defensorias Públicas de Minas Gerais, da Paraíba e de Mato Grosso.

Os investimentos do MJ no fortalecimento da assistência aos presos e familiares resultou em 67,4 mil atendimentos nos seguintes estados: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Uma das inovações ocorridas em 2009 foi a criação da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cuja missão é disponibilizar Defensores Públicos de todo o país para atuar, em caráter voluntário, nos estados em que forem requisitados, a fim de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos presos.

O MJ disponibilizou R\$ 325 mil para a instalação das duas primeiras atividades da Força, em Minas Gerais e Pernambuco. A primeira teve início em outubro, no Complexo Penitenciário de Ribeirão das Neves/MG, formado por cinco unidades penitenciárias. Um grupo de 42 Defensores Públicos, procedentes de diferentes estados da Federação, do Distrito Federal e da União atendeu 3.816 presos.

As atividades em Recife, por sua vez, tiveram início em dezembro e reuniram 27 Defensores Públicos em cinco unidades prisionais, além da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor e do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Ainda na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria de Direito Econômico – SDE do MJ instaurou 134 processos administrativos e averiguações preliminares em 2009.

No campo da Defesa Econômica, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE julgou aproximadamente 400 casos de atos de concentração. Paralelamente, o CADE passou a impor multas recordes a empresas, funcionários e sindicatos culpados pelo ilícito, conforme demonstrado a seguir.



**MULTAS APLICADAS PELO CADE/MJ POR INFRAÇÃO  
À ORDEM ECONÔMICA  
(ART. 84, LEI 8.884/94)**

| ANO          | QUANTIDADE | VALOR TOTAL<br>EM R\$ |
|--------------|------------|-----------------------|
| 1999         | 14         | 1.332.087,20          |
| 2000         | 50         | 5.238.858,70          |
| 2001         | 76         | 8.732.721,40          |
| 2002         | 60         | 4.696.223,00          |
| 2003         | 31         | 2.913.928,24          |
| 2004         | 24         | 3.363.961,17          |
| 2005         | 18         | 2.530.573,64          |
| 2006         | 27         | 10.715.548,85         |
| 2007         | 50         | 27.693.861,48         |
| 2008         | 64         | 64.114.659,78         |
| 2009         | 79         | 46.026.106,42         |
| <b>TOTAL</b> | <b>493</b> | <b>177.358.529,88</b> |

Fonte: CADE/MJ

Também no escopo dessa subfunção, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos teve como objetivo a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Os recursos do Fundo provêm de condenações judiciais na área de meio ambiente (ações civis públicas) e de multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Direito Econômico - SDE.

O aumento da fiscalização e de multas aplicadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC e CADE explicam o incremento na arrecadação anual do Fundo, que se multiplicou em mais de seis vezes, passando de R\$ 11,6 milhões em 2006 para R\$ 73,6 milhões em 2009.

Na busca de reparação de danos causados aos direitos individuais coletivos e difusos, o Fundo apoiou diversos projetos. Dos 1.884 projetos que solicitaram financiamento, 23 foram selecionados: cinco na área de consumidor, nove na de meio ambiente e nove na de bens e direitos de valor artístico e histórico. Os estados contemplados foram Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

No que tange à proteção dos interesses e direitos do consumidor, e também integrado a essa subfunção, vale ressaltar que após a entrada em vigor da Portaria da Secretaria de Direito Econômico nº 2.014/2008 e do Decreto nº 6.523/2008, que regulamentaram os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC) das empresas prestadoras de serviços regulados pelo Poder Público Federal, o Governo Federal instaurou 12 processos administrativos e aplicou mais de R\$ 10,5 milhões em multas por desrespeito às normas que garantem ao consumidor falar direto com o atendente, reclamar e cancelar serviços.

Em 2009, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça agregou à base de Procons integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, os Procons de São Paulo e de 11 municípios. Atualmente, o SINDEC conta com 23 Procons estaduais, 11 Procons municipais e os Procons do Distrito Federal, o que resulta em uma abrangência em mais de 120 localidades brasileiras.

O referido sistema registrou, em 2009, atendimentos a mais de 1 milhão de consumidores. Além da ampliação da base de Procons integrados, o DPDC investiu na produção de estudos e análises com base nos dados fornecidos pelo próprio SINDEC. Também merece destaque a publicação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, que já conta com 104 mil queixas de consumidores de todo o Brasil contra mais de 10 mil fornecedores.

Também na subfunção de direitos individuais, coletivos e difusos, destacam-se as ações do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mediante realização e apoio para estudos e pesquisas, como a publicação e republicação de vários materiais gráficos; o monitoramento, avaliação e disseminação desse Plano; a discussão e análise de projetos de lei; a capacitação de atores direta ou indiretamente envolvidos, destacando-se a realização do Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em parceria com os países membros e associados do Mercosul, em São Paulo, em junho de 2009; e a Oficina sobre Serviços de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizada em Recife, nos meses de julho e agosto. Atualmente, vários estados já implementaram ações de enfrentamento com a criação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, entre os quais podem ser citados Pernambuco, São Paulo, Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Acre.

Em outubro de 2009, foi assinado o Protocolo de Intenções entre o MJ, por meio da Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, e o *International Centre for Migration Policy Development - ICMPD*, com o objetivo de implementar ações de prevenção e resposta ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, o qual terá vigência de 24 meses. Com essa iniciativa, busca-se promover uma importante parceria transnacional, reforçando as relações institucionais no enfrentamento a essa prática criminal. No que se refere ao enfrentamento do tráfico de mulheres, os governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname.

Ainda no âmbito do Plano cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas pelo Governo Federal, ao longo de 2009: i) o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ii) a capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, sendo que mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadores foram capacitados na temática de tráfico de mulheres; e iii) a realização de oficinas com os organismos locais responsáveis para a implementação dos

Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NEPT e dos Postos Avançados.

É importante destacar, ainda, uma iniciativa inédita: em novembro de 2009, o Governo criou um Centro Tri-Nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceria com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e da Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu/PR.

Para promoção da justiça e da cidadania, em 2009, o Ministério da Justiça investiu R\$ 6,5 milhões na implantação de 21 Núcleos de Justiça Comunitária em oito estados, por meio dos quais se busca um sistema alternativo de solução de conflitos, onde os próprios envolvidos utilizam o auxílio de um terceiro – o mediador, para resolução de seus problemas de forma pacífica e justa, em questões que envolvam de direito de família, conflitos de vizinhança, disputas de posse e propriedade de imóveis. Além disso, 300 agentes comunitários foram capacitados para atuar com técnicas de mediação. Em 2008, foram criados 11 núcleos em sete estados, um investimento de aproximadamente R\$ 2,7 milhões.

Ainda inserida na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, em 2007 a Comissão de Anistia firmou o compromisso público de, ao final de 2010, apreciar 55 mil requerimentos de anistia. De 2007 a 2009, foram apreciados 27.325 processos em turma e 1.362 recursos, totalizando 28.687 julgamentos. Desse modo, o número de julgamentos atinge a marca de 58.886 apreciados, sendo 8.298 somente até 8 de dezembro de 2009, número que supera a meta prevista para dezembro de 2010.

Em 2009, com as Caravanas da Anistia, a Comissão visitou o Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Desde seu lançamento, as Caravanas tiveram 32 edições em 17 diferentes estados. A iniciativa permitiu a apreciação *in loco* de mais de 650 pedidos de anistia, resgatando a dignidade dos perseguidos e contribuindo para que o Brasil conheça sua história.

Também em 2009, tiveram início as obras de reforma da sede física para o Memorial da Anistia Política no Brasil, em Belo Horizonte, no prédio do antigo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. A parceria entre o Ministério e a Universidade permitirá a inauguração do espaço – composto por prédio histórico e anexo – já no ano de 2010.

Cabe destacar, no âmbito dessa mesma subfunção, o reforço ao controle de armas e a execução da Campanha de Regularização e de Desarmamento. Nesse contexto, a

Polícia Federal realizou visitas a vários municípios em todos os estados brasileiros para atendimento à população. Chamada de Campanha de Interiorização – SINARM Itinerante, a medida aumentou a quantidade de armas regularizadas e entregues pela população e a mobilização popular para o tema, com a participação de ONGs, Prefeituras, Igrejas e veículos customizados.

Dessa forma, mais de 13.000 armas foram entregues, cerca de 12.000 foram apreendidas e mais de 360.000 armas tiveram seus registros renovados em 2009.

Destaca-se ainda a atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria – CNCP, presidido pelo MJ e composto por representantes da sociedade civil, iniciativa privada e Governo Federal. O órgão além de atuar com ações de repressão, promove campanhas educativas à população sobre os riscos à saúde humana e os impactos negativos na economia brasileira decorrentes da pirataria.

Graças às ações cada vez mais integradas entre a PRF, PF e Receita Federal, o CNCP vem registrando recordes anuais de apreensões. Em decorrência, a política brasileira de combate a este tipo de crime teve reconhecimento internacional com a reclassificação do Brasil em listas elaboradas pelo governo norte-americano. As relações são publicadas anualmente com base em informações fornecidas pelo setor privado norte-americano (indústria farmacêutica, de *software*, cinematográfica, editorial e fonográfica, entre outras).

Em outra frente de atuação, o CNCP, por meio do termo de cooperação firmado no final do ano de 2008 com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, teve como resultado em 2009 a apreensão de 316 toneladas de medicamentos falsificados. No ano anterior, essa quantidade foi de 45 toneladas.

Em 2009, foi apresentado o novo plano de ação do Conselho, composto de 23 projetos, dos quais cinco são prioritários: Cidade Livre de Pirataria, Feira Legal, Portal de Combate à Pirataria, Comércio contra a Pirataria e Parcerias com Provedores de Internet. Além disso, apresentou o conceito “Brasil Original: Compre essa atitude” para permitir que todos os setores afetados e interessados no combate à pirataria utilizem a marca dentro de seus próprios canais de comunicação.

No dia 1º de dezembro de 2009, o CNCP assinou termos de cooperação para implantação do Projeto Cidade Livre de Pirataria e Feira Legal nas Cidades de São Paulo e Curitiba. A proposta prevê a municipalização do combate ao crime com medidas econômicas, educativas e repressivas, em parceria com o Governo Federal.

## Programas Estruturantes

Apresenta-se a seguir a execução orçamentária dos cinco programas estruturantes do MJ.

### QUADRO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS

| PROGRAMAS                                 | 2009                 |                      |                      |             |                      |
|-------------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------|----------------------|
|                                           | LEI + CRÉDITOS       | DISPONÍVEL           | EMPENHADO            | %           | LIQUIDADO            |
| Proteção e Promoção dos Povos Indígenas   | 155.743.863          | 135.976.970          | 132.135.416          | 97,2        | 132.135.416          |
| Aprimoramento da Execução Penal           | 174.830.350          | 102.007.696          | 101.278.954          | 99,3        | 100.887.873          |
| Sistema Único de Segurança Pública - SUSP | 316.875.331          | 234.672.162          | 234.331.659          | 99,9        | 234.331.659          |
| Modernização da Polícia Federal           | 173.663.140          | 120.137.219          | 120.022.724          | 99,9        | 120.022.724          |
| PRONASCI                                  | 1.294.435.149        | 1.240.679.252        | 1.237.820.419        | 99,8        | 1.237.820.419        |
| <b>TOTAL GERAL</b>                        | <b>2.115.547.833</b> | <b>1.833.473.299</b> | <b>1.825.589.172</b> | <b>99,6</b> | <b>1.825.198.091</b> |

Fonte: Siafi

#### Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI possibilitou ao Governo Federal atingir o maior patamar já visto de investimentos na área de segurança e combate à violência. São mais de 90 projetos que integram União, estados, municípios e diversos setores da sociedade.

O público-alvo do programa é formado por jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, presos e os que já cumpriram pena. Atualmente o programa está presente em 112 municípios, 21 estados e no Distrito Federal.

Em conjunto com as demais secretarias do MJ, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP tem forte participação na execução das ações do PRONASCI, mediante articulação com estados e municípios de políticas de prevenção e de combate à criminalidade, com uma perspectiva amplamente democrática e republicana.

A implementação do PRONASCI é processual e de longo curso. Um dos projetos que chega à vida da comunidade é o Território de Paz.

As ações de policiamento de proximidade, monitoramento de espaços mais violentos por câmeras de vídeo, além de projetos que trazem acesso à Justiça, educação, lazer e infra-estrutura são executados simultaneamente em uma determinada localidade e mudam a ambiência do local.

É o momento em que todos os entes federados trabalham juntos para prevenir a violência e reduzir a criminalidade.

Em 2009, foram implementados os Territórios de Paz de Itapoã (região do entorno de Brasília), de São Pedro, em Vitória-ES, de Benedito Bentes, em Maceió-AL, de Bom Jesus, em Porto Alegre-RS, de Tancredo Neves, em Salvador-BA, de Guajuviras, em Canoas-RS e de Guamá e Terra Firme em Belém-PA.

Até o momento, o PRONASCI foi implementado no Distrito Federal, em 21 estados e em 109 municípios, e naquelas regiões metropolitanas que registram os índices mais elevados de homicídios são implantados os

Territórios de Paz a fim de enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência.

O Território de Paz é um conjunto de ações preventivas e integradas, que faz com que o estado passe a retomar o controle nessas regiões conflagradas, oferecendo acesso aos serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população.

O envolvimento da sociedade civil no PRONASCI desdobra-se também com a participação ativa da comunidade na implantação de políticas públicas.

O projeto “Mulheres da Paz”, por exemplo, envolveu em 2009, em diversos estados, 10.106 lideranças.

Tais mulheres são capacitadas em temas como direitos humanos, Lei Maria da Penha, acesso à Justiça e mediação de conflitos e têm como missão prevenir os conflitos locais e afastar os jovens da criminalidade, incentivando a sua participação nos projetos sociais do Governo Federal. Pelo trabalho, recebem um auxílio mensal de R\$ 190.

Outra importante ação social do Programa é o Projeto para Jovens em Território Vulnerável – Proteção, que já conta com a participação de 8.934 rapazes e moças de 15 a 24 anos, moradores de rua ou expostos à violência doméstica ou urbana. Recebem pelo projeto, durante um ano, uma bolsa mensal de R\$ 100.

Em 2009, foram contemplados cerca de 15.000 jovens.

Destaca-se ainda o Projeto Bolsa Formação. Trata-se de uma experiência inédita de formação profissional para operadores do sistema de segurança. Como incentivo à capacitação, o servidor recebe uma bolsa de R\$ 400.

Em alguns estados, esse valor chega a representar um acréscimo de 40% ao salário.

O Bolsa Formação visa uma nova formação para o profissional de segurança pública brasileiro, com foco em Direitos Humanos, Policiamento Comunitário, Uso Progressivo da Força, entre outros temas.

Para participar, o servidor deve receber um salário mensal de até R\$ 1.700,00 e realizar, ao menos, um curso, no

prazo de 12 meses, por intermédio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública com Cidadania – Renaesp do MJ. Em 2009, o número de beneficiados foi superior a 160.000.

Além disso, em julho de 2009, o Programa estendeu sua abrangência à região de fronteira do Brasil, que é suscetível a crimes como roubo de gado, contrabando, pirataria, tráfico de armas e drogas.

O PRONASCI Fronteiras apóia os estados por meio de ações preventivas e repressivas e da atuação integrada entre a força policial do estado e as polícias Rodoviária Federal e Federal.

Somente entre agosto e outubro de 2009, a PRF fiscalizou 394 veículos transportadores de animais, o que resultou na apreensão de 340 cabeças de gado e na prisão de 11 pessoas.

Em comparação com o mesmo período do ano de 2008, houve recorde em outros tipos de apreensão: 911 mil CDs e DVDs piratas (aumento de 481%), 16.285 unidades de munição (aumento de 182%), 7 mil medicamentos (aumento de 32,8%), 3.600 litros de bebidas (aumento de 109%) e 63 quilos de crack (aumento de 6.169%). Foram retidos ainda 1.156 veículos (aumento de 130%).

Dessa forma, as ocorrências registradas em três meses de fiscalização intensa na fronteira do Rio Grande do Sul superaram os números de janeiro a outubro de 2008 em todo o estado.

O MJ investiu R\$ 11,5 milhões na doação de viaturas e motos à Brigada Militar e à Polícia Civil de 37 prefeituras da Região Sul. Houve ainda reforço de agentes nos postos das polícias Federal e Rodoviária Federal.

### **Sistema Único de Segurança Pública - SUSP**

O Governo Federal estabeleceu uma nova visão ao reconstruir as instituições ligadas à justiça e à segurança, segundo os paradigmas da impessoalidade e da transparência ao implementar o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP nas 27 Unidades da Federação, cujo objetivo é a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal, tendo em vista a ineficácia das ações anteriormente realizadas de maneira isolada.

Visando profissionalizar a gestão da política de segurança pública e orientar a implementação da estratégia segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Ministério da Justiça centrou as ações do SUSP em seis eixos principais: modernização organizacional das instituições de segurança pública; criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização de estruturas físicas; implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; implantação de sistema de gestão do conhecimento; e reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Valorizando a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informação foram aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatística e Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do Sistema Único de Segurança Pública.

O monitoramento constante da situação de segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, permitiu não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

### **Aprimoramento da Execução Penal**

No que tange a criação de vagas no sistema penitenciário em 2009, o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ, apoiou o andamento de 131 obras em todo o país, representando um acréscimo de 29.992 novas vagas no sistema prisional brasileiro.

Também foi desencadeado processo de contratação de empresa especializada na elaboração de projeto executivo que contempla unidade prisional feminina no padrão do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, com 286 vagas.

Neste escopo, foram contratadas ainda obras de construção de cinco unidades prisionais do PRONASCI, destinadas a presos na faixa etária entre 18 e 24 anos, no Ceará, Goiás, Paraná, Sergipe e Tocantins, cinco reformas em estabelecimentos penais no Acre, Distrito Federal, Goiás, Pará e Sergipe e seis construções de estabelecimentos penais na Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que irão gerar 1.087 novas vagas para o sistema prisional brasileiro.

No tocante a execução direta da política penitenciária federal, foram inauguradas duas novas unidades federais, uma em Porto Velho/RO, inaugurada em junho de 2009, e outra em Mossoró/RN, inaugurada em julho de 2009.

Cada uma das unidades gerou 208 vagas o que, agora, possibilita a custódia de 832 presos de alta periculosidade no Sistema Penitenciário Federal.

Registra-se que, atualmente, o Sistema Penitenciário Federal custodia 341 presos de alta periculosidade, entre eles líderes de facções criminosas e os principais traficantes do país, oriundos de sistemas prisionais estaduais.

Na implementação do PRONASCI, foram contemplados 60 estabelecimentos de regime fechado em diversos estados.

Ao todo foram aportados 52 esteiras de raios-X, 270 pórticos detectores de metais de alta sensibilidade e 350 detectores de metais portáteis do tipo raquete, sendo investidos R\$ 16,9 milhões.

Quanto às ações ligadas à integração do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, destacam-se os aportes de equipamentos em diversos estados brasileiros, adquiridos em 2009, e perfazendo um total de 978 novos computadores.

Ainda em 2009, firmou-se convênios com as Secretarias de Administração Penitenciária dos estados visando o aparelhamento, reaparelhamento e informatização destas, totalizando o montante de R\$ 21,9 milhões empenhados.

Em continuidade ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, em 2009 o Ministério da Justiça apoiou a sua implementação em 18 estados, com repasses via Ministério da Saúde, totalizando R\$ 2,7 milhões.

E no âmbito do programa de Fomento das Penas e Medidas Alternativas, em 2009 foram analisadas e aprovadas 14catorze propostas de projetos apresentados, totalizando R\$ 4,8 milhões.

### **Modernização da Polícia Federal**

No que se refere à Modernização da Polícia Federal, destaca-se o Projeto Pró-Amazônia/Promotec, que tem por objetivo efetivar a presença do Departamento de Polícia Federal na Amazônia Legal e modernizar as unidades operacionais e técnico-científico da Polícia Federal.

Por meio do acordo de cooperação internacional entre governos da França e Alemanha e o Projeto Pró-Amazônia/Promotec, foram investidos R\$ 86,8 milhões, destinados para aquisição de unidade móvel de contramedidas em incidentes envolvendo bombas e explosivos; aquisição dos equipamentos para a implantação do Sistema Integrado de Polícia - Integrapol e de Gabinetes para a instalação desses equipamentos; contratação dos serviços de obras civis para a adequação dos sítios onde serão instalados os equipamentos do Integrapol no país; contratação de serviços e aquisição de *softwares* para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - Cintepol; aquisição de equipamentos para perícias em audiovisuais e eletrônicos, análises químicas e documentoscopia e, aquisição de *notebooks*, equipamentos discretos e táticos para a área de Inteligência Policial.

Os investimentos com recursos do Tesouro Nacional no Plano Anual de Reaparelhamento Policial totalizaram R\$ 40,5 milhões.

Foram adquiridos uma nova aeronave ERJ 145; equipamentos de informática (mainframe, servidores, notebooks) visando estruturar o datacenter da Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI/DPF e prover a Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF de *notebooks* suficientes para substituir as atuais apostilas em papel, diminuindo o custo ambiental do órgão; veículos dos tipos caracterizados, descaracterizados e de uso geral; padronização de mobiliários em âmbito nacional e

aquisição de equipamentos de videoconferência para atender a todas as unidades da Polícia Federal.

Foram investidos ainda R\$ 24,3 milhões em construção e reforma de diversas unidades, destacando-se a conclusão da reforma do Edifício Sede em Brasília e a continuação da reforma das Superintendências do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

Foram contratadas as construções das sedes da Superintendências de Roraima, da Escola Superior de Polícia, da Sala Cofre para o datacenter da CTI e das Delegacias de Polícia Federal em Cáceres/MT e Guaiá/PR.

### **Proteção e Promoção dos Povos Indígenas**

Um tema de grande repercussão para a consolidação do Estado Democrático refere-se à adoção de uma nova postura quanto à participação dos povos indígenas na vida republicana.

A elaboração de um novo Estatuto foi realizada a partir de um amplo processo de diálogo que envolveu o Governo Federal e representantes das mais diversas etnias indígenas do país, tendo sido aprovada pela Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI em junho de 2009 e enviada ao Congresso em agosto.

No que se refere ao fomento e valorização dos processos educativos dos povos indígenas tendo por finalidade a promoção de políticas de educação direcionadas aos povos indígenas, de maneira a garantir seus direitos à cidadania, a Fundação Nacional do Índio - Funai apoiou em 2009 mais de 371 comunidades indígenas, desempenhando atividades voltadas à capacitação de professores e técnicos indígenas.

Do mesmo modo, 3.826 estudantes indígenas matriculados em cursos de graduação regular em licenciatura específica para a formação de professores indígenas na sua maioria em Universidades Públicas, foram beneficiados com recursos financeiros em 2009, cujos montantes foram descentralizados às diversas Unidades Regionais da FUNAI para o atendimento de despesas com material escolar, mensalidades, auxílio transporte, alimentação e hospedagem.

Em 2009, foram desenvolvidas diversas ações nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Mato Grosso e Rondônia, sendo analisadas 29 referências da existência de povos indígenas isolados e de recente contato, confirmadas 18, realizando-se contatos com seis comunidades.

Estes trabalhos foram executados pelas Frentes de Proteção Etnoambientais – FPEA instituídas pela Funai, que realizaram seus trabalhos em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e a Polícia Federal, desenvolvendo entre outras ações, a vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o acompanhamento da saúde de diversas comunidades indígenas.

Em 2009, foram efetuadas despesas no montante de R\$ 1,5 milhões na consecução dos objetivos da ação.

A promoção da autonomia produtiva das comunidades indígenas fundamentando suas ações por meio do planejamento participativo da execução de atividades sustentáveis é o principal objetivo dessa Ação.

Visando atingir seus objetivos, a Funai implementou no exercício de 2009, mais de 937 projetos de atividades produtivas junto às comunidades indígenas de todo o Brasil no intuito de promover a segurança alimentar e nutricional e na geração de renda, baseados na sustentabilidade econômica e ambiental, que envolveu o plantio de gêneros alimentícios, a construção de galpões para produção de aves, cercas para criação de gado e casa de farinha, entre outras, beneficiando cerca de 290 mil índios, onde foram investidos aproximadamente R\$ 2 milhões de reais.

Em 2009, foram atendidos mais de 154 mil indígenas com ações relacionadas à expedição de Registros Cíveis de Nascimento, concessão de auxílio natalidade, aposentarias, atendimentos médicos, assim como o deslocamento de lideranças indígenas para participação de eventos e reuniões para tratar de assuntos de interesse de suas comunidades.

A demarcação e regularização de terras indígenas constituem etapas relativas a um longo e complexo processo de regularização fundiária das terras indígenas, que consolida e materializa o direito dos indígenas a terra e é precedida de estudos técnicos de delimitação e de reconhecimento legal desse direito.

O processo de demarcação das terras indígenas em 2009 seguiu a perspectiva dos anos anteriores com avanços na regularização de algumas terras.

Para execução da primeira etapa do procedimento administrativo de demarcação, conforme Decreto nº

1.775/96, foram constituídos 47 grupos técnicos de estudos antropológicos de fundamentação, identificação e de complementação para 48 terras indígenas, sendo que desses 14 são para novos estudos.

Foram publicados resumos dos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação reconhecendo oito terras indígenas nos estados da Bahia, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.

Também foram publicadas Portarias pelo Ministério da Justiça declarando posse tradicional indígena de 11 terras, situadas nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com superfície de aproximadamente 500 mil hectares.

Mesmo com a ocorrência de conflitos sociais e impedimentos judiciais foram realizadas demarcações físicas em sete terras indígenas, nos estados do Pará, Paraná, Santa Catarina e Paraíba. Editadas, ainda, a homologação de nove terras indígenas perfazendo mais de cinco milhões de hectares nos estados de Roraima, Pará, Amazonas e Mato Grosso do Sul.

Em quatro terras indígenas foram efetivados os registros nos Cartórios de Imóveis, sendo duas destas com registro parcial e outras sete na Secretaria de Patrimônio da União, com a expedição da certidão em cerca de 1,2 milhão de hectares, beneficiando mais de 2 mil indígenas.

Quatorze terras tiveram procedimentos instaurados para indenização das benfeitorias de boa fé construídas por não índios, onde foram aplicados R\$ 4 milhões de recursos do orçamento de 2009.

Fato marcante foi a conclusão do processo de regularização fundiária da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com a completa retirada dos ocupantes não índios, em cumprimento a decisão do Supremo Tribunal Federal.

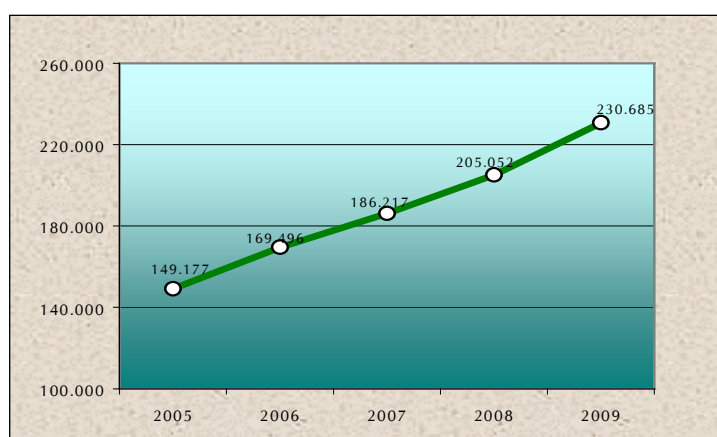
### 5.1.11. Função Previdência Social

O Ministério da Previdência Social - MPS tem seu orçamento vinculado quase que na sua totalidade à Função Previdência Social, e à Função 28 - Encargos Especiais. Ao longo do período de 2005 a 2009, o valor empenhado na função Previdência Social cresceu, R\$ 81,5 bilhões, correspondendo a uma variação de 54,6%. Considerando que 95% da execução verificada na função Previdência Social correspondem à subfunção Previdência Básica, responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários, o aumento verificado deve-se, principalmente, pelos reajustes anuais ocorridos no período. Ressalta-se que, no mesmo período, o valor do salário mínimo aumentou 55%, de 300 para 465 reais.

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL" 2005/2009

| PREVIDÊNCIA SOCIAL | EMPENHADO |         |         |         |         |         |
|--------------------|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                    | 2005      | 2006    | 2007    | 2008    | 2009    | TOTAL   |
| OFSS               | 149.177   | 169.496 | 186.217 | 205.052 | 230.685 | 940.627 |

Fonte: Siafi



A função Previdência Social abrange o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e o Regime de Previdência Complementar - RPC.

O RPPS abrange o regime próprio de servidores e o regime próprio dos militares. O regime próprio dos servidores está previsto no art. 40 da Constituição Federal e é regulado pela Lei nº 9.717, de 27/11/1998, e pela Lei nº 10.887, de 18/06/2004. O fundamento constitucional do regime próprio dos militares está no art. 142, inciso X, da Constituição Federal e é regulamentado pela Lei nº 6.880, de 09/12/1980.

O RPC é composto pelo regime complementar ao RGPS e pelo regime complementar ao RPPS. Aquele é previsto no art. 202 da Constituição Federal e possui natureza privada, cabendo à União somente a fiscalização e a regulamentação, razão pela qual não há recursos alocados para esse regime. O regime complementar ao RPPS, de natureza pública, está previsto nos parágrafos 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal e ainda não foi instituído na União.

Nos termos do art. 201 da Constituição Federal, o Regime Geral de Previdência Social – RGPS tem por base o caráter contributivo, a filiação obrigatória e o equilíbrio financeiro

e atuarial.

São características da previdência social: a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade e à gestante; a proteção do trabalhador em face de desemprego involuntário; a garantia de salário-família e auxílio-reclusão para dependentes de baixa renda; e a pensão por morte do segurado.

O financiamento da previdência social compete a toda a sociedade, de forma direta e indireta, por meio de recursos dos orçamentos de todos os entes, das contribuições sociais dos empregadores, dos trabalhadores e sobre a receita de concursos de prognósticos, conforme disposto no art. 195 da Constituição Federal.

A arrecadação líquida acumulada no ano de 2009 atingiu o patamar de R\$ 182,0 bilhões, o que corresponde a um aumento nominal de 11,4% em relação ao acumulado de 2008. A despesa com benefícios previdenciários acumulada, por sua vez, foi de R\$ 224,9 bilhões, representando um crescimento nominal de 12,7% frente ao ano de 2008. Dessa forma, a necessidade de financiamento para o ano de 2009 foi de R\$ 42,9 bilhões, o que significa um aumento nominal de 18,4% na comparação com o ano anterior.



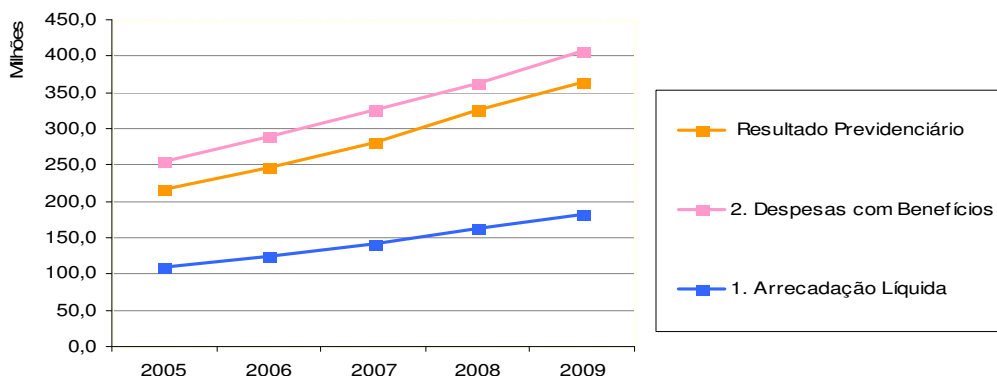
### RESULTADO PREVIDENCIÁRIO RGPS – 2005 e 2009

em R\$ milhões

| ITEM                            | ACUMULADO NO ANO |                  |                  |                  |                  |
|---------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                 | 2005             | 2006             | 2007             | 2008             | 2009             |
| 1. Arrecadação Líquida          | 108.434,1        | 123.520,2        | 140.411,8        | 163.355,3        | 182.008,4        |
| 2. Despesas com Benefícios      | 146.010,1        | 165.585,3        | 185.293,4        | 199.562,0        | 224.876,4        |
| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO</b> | <b>-37.576,0</b> | <b>-42.065,1</b> | <b>-44.881,7</b> | <b>-36.206,7</b> | <b>-42.867,9</b> |

Nota: Valores expressos em reais milhões nominais  
Fonte: Fluxo de Caixa do INSS. Elaboração: SPS/MPS

### RESULTADO PREVIDENCIÁRIO 2005-2009



Conforme demonstrado do orçamento sob responsabilidade do MPS, 95,6% está alocado na subfunção Previdência Básica que tem como objetivo garantir o pagamento dos benefícios do RGPS, o que significa aproximadamente 99% da execução da referida subfunção. O 1%, que em 2009 foi de R\$ 827 milhões, visa garantir o funcionamento de todas as unidades vinculadas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no que diz respeito ao pagamento das despesas básicas de manutenção das Gerências Regionais, Executivas e Agências da Previdência Social, como água, luz, vigilância, limpeza e demais despesas inerentes ao bom atendimento.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2009

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                         | EXECUÇÃO DA "PREVIDÊNCIA SOCIAL" POR SUBFUNÇÕES |               | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL" EM OUTRAS FUNÇÕES |          | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL" |               |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------------------|---------------|
|                                   | EMPENHADO                                       | %             | EMPENHADO                                                                | %        | EMPENHADO                                           | %             |
| Subfunções Típicas                | 226.429                                         | 98,16         | -                                                                        | -        | 226.429                                             | 98,16         |
| Previdência Básica                | 220.995                                         | 95,80         | -                                                                        | -        | 220.995                                             | 95,80         |
| Previdência do Regime Estatutário | 4.373                                           | 1,90          | -                                                                        | -        | 4.373                                               | 1,90          |
| Previdência Especial              | 1.061                                           | 0,46          | -                                                                        | -        | 1.061                                               | 0,46          |
| Outras Subfunções                 | 4.255                                           | 1,84          | -                                                                        | -        | 4.255                                               | 1,84          |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>230.684</b>                                  | <b>100,00</b> | <b>-</b>                                                                 | <b>-</b> | <b>230.684</b>                                      | <b>100,00</b> |

Fonte: Siafi

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009  
(EM R\$ MILHÕES)



O demonstrativo a seguir apresenta síntese da execução orçamentária dos programas associados à função Previdência Social.

| CÓDIGO<br>PROGRAMA                                                                                     | ¹DOTAÇÃO<br>AUTORIZADA<br>(A) | LIMITE<br>EMPENHO<br>(B) | EMPENHO<br>(C)       | %<br>(C/B)  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------|----------------------|-------------|
| 0083 - Previdência Social Básica                                                                       | 1.131.014.868                 | 1.076.708.257            | 1.076.708.257        | 100%        |
| 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários                                                          | 1.004.136.479                 | 592.313.279              | 592.313.279          | 100%        |
| 0086 - Previdência Complementar                                                                        | 4.831.466                     | 3.120.882                | 3.120.882            | 100%        |
| 0087 - Gestão da Política de Previdência Social                                                        | 70.579.468                    | 62.567.460               | 62.567.460           | 100%        |
| 0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsab. da União                                         | 786.793                       | 786.793                  | 786.793              | 100%        |
| 0750 - Apoio Administrativo                                                                            | 305.773.409                   | 285.467.199              | 285.467.199          | 100%        |
| 1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal | 18.740.830                    | 3.203.710                | 3.203.710            | 100%        |
| 1079 - Educação Previdenciária                                                                         | 3.162.988                     | 2.099.905                | 2.099.905            | 100%        |
| <b>TOTAL</b>                                                                                           | <b>2.539.026.301</b>          | <b>2.026.267.485</b>     | <b>2.026.267.485</b> | <b>800%</b> |

Fonte: Siafi - ¹despesas discricionárias

### Programas Estruturantes

Para efeito do presente relatório foram selecionados para análise, entre os oito programas de governo, cinco considerados estruturantes para o setor "Previdência Social": Previdência Social Básica; Qualidade dos Serviços Previdenciários; Previdência Complementar; Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal; e Programa de Educação Previdenciária

### Previdência Social Básica

O Programa abrange todas as despesas do Fundo do Regime da Previdência Social, além das demais despesas com manutenção e tem por objetivo garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios aos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social. O

mecanismo da Previdência Social possui relevantes papéis na sociedade, que refletem diretamente na área social, econômica e política:

**Social:** oferece proteção e dignidade, com a redução da pobreza, protegendo o trabalhador durante sua vida laboral e depois, quando já não pode mais trabalhar, garantindo seu sustento e de seus dependentes;

**Econômica:** com os recursos injetados pela Previdência Social na economia nacional, em mais de 61% dos municípios brasileiros. Esses recursos representam valores superiores aos disponibilizados pelo Fundo de Participação dos Municípios e garantem a movimentação do comércio e serviços nessas localidades;

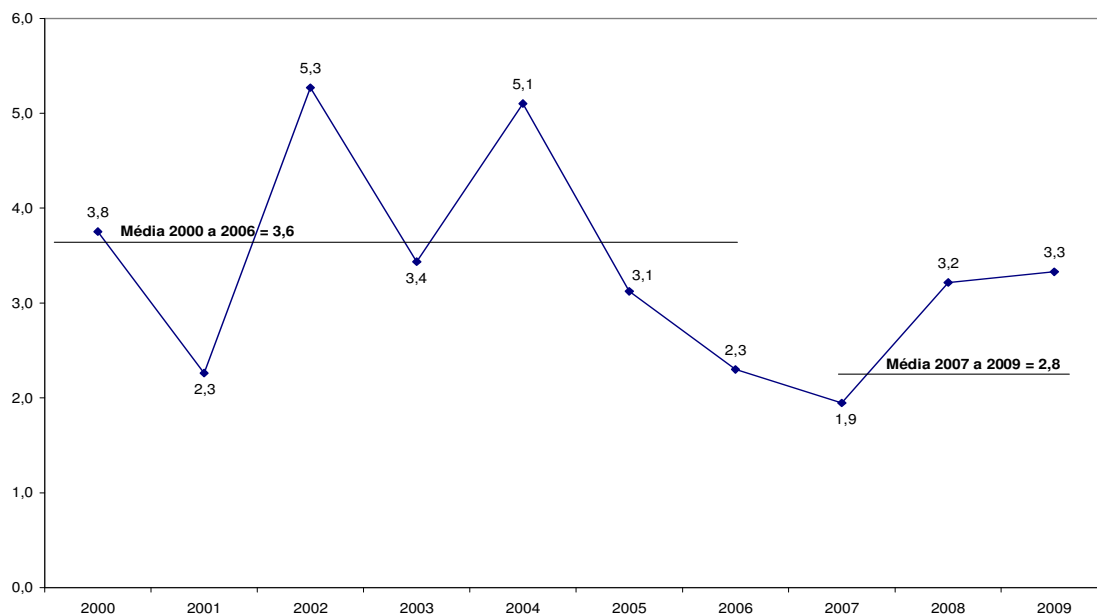
**Política:** promove a paz social, respeitando os direitos individuais.

A execução do Programa no exercício de 2009 teve o aporte de recursos no montante de R\$ 223,6 milhões, dos quais foram executados R\$ 220,9 milhões, o que representa 98,83% do orçamento.

No âmbito do RGPS, pode-se dizer que os resultados de 2009 representaram, em certa medida, uma reversão do bom momento vivido nos anos de 2007 e 2008. Por um lado, o desempenho econômico do país (que deverá fechar

o ano com crescimento econômico menor, devido aos efeitos da crise financeira internacional eclodida ainda em 2008) fez com que a arrecadação previdenciária avançasse em níveis inferiores ao ocorrido nos últimos anos; por outro, o impacto das medidas de gestão tomadas a partir de 2005 (como a Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, a contratação de médicos peritos e o Censo Previdenciário) começa a mostrar seus limites.

**VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO RGPS EMITIDOS - 2000-2009**



Fonte e elaboração: MPS/Secretaria de Políticas de Previdência Social

Ressalte-se, ainda assim, que, embora o país deva apresentar desempenho econômico mais limitado, o desempenho do mercado de trabalho surpreendeu. Nos últimos 12 meses (de dezembro de 2008 a novembro de 2009), o número de postos formais de trabalho aumentou 755,4 mil (2,31%). Como entre janeiro e novembro de 2009 o saldo de postos de trabalho formais é de 1,41 milhão – e, adicionalmente, com o dezembro de 2009 deverá apresentar resultados substantivamente melhores do que o de dezembro de 2008 – pode-se prever que o ano de 2009 feche com mais de 1 milhão de novos postos formais e o desempenho do mercado de trabalho possibilitou um avanço da arrecadação líquida real entre 2009 e 2008 (corrigido pelo INPC) de 6,7% - resultado excelente, diante do cenário econômico nacional e internacional, mas inferior, por exemplo, ao avanço real de 9,2% entre 2008 e 2007.

Em dezembro 2009 a Previdência Social alcançou 23,5 milhões de benefícios previdenciários emitidos. Foram concedidos 4.157.699 benefícios previdenciários e acidentários.

Desse total, o auxílio-doença foi equivalente a 50,13%, as aposentadorias e pensões representaram 36,09% e outros tipos de benefícios totalizaram 13,78%. Por oportuno, é

importante esclarecer que os benefícios assistenciais operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social não estão aqui informados, por integra outra função governamental.

No processo de monitoramento de benefícios em manutenção, 104.089 foram considerados irregulares ou sofreram redução de renda, retornando aos cofres públicos o valor de R\$ 468,4 milhões.

A previsão física inicial para a ação de reabilitação profissional foi de 25.000 segurados e deu-se em razão do orçamento pleiteado no valor de R\$ 20 milhões. No entanto, o orçamento aprovado foi de R\$ 9,3 milhões e, consequentemente, a meta física foi reajustada para 13.770 segurados.

Entretanto, a exemplo do ano de 2008 e com base nas ações que vêm sendo empreendidas para estabelecimento de parcerias, foram atendidos 18.507 segurados, especialmente a partir do uso das cotas de gratuidade nos cursos profissionalizantes conveniados com o Sistema "S", com retorno ao mercado de trabalho.

O Censo Previdenciário foi encerrado na rede bancária em 31.12.2007. Entretanto, existe o estoque de 1.501.126

benefícios pendentes de regularização, por força de batimentos com bases de dados de outros órgãos, a partir do que foram detectadas inconsistências que justificam a realização de outras ações para sua conclusão.

Nesta fase, os trabalhos são desenvolvidos por servidores lotados em outras unidades do Instituto. A principal atividade no exercício de 2009 foi a realização de 15.464 Pesquisas Externas e a convocação de 2.452 segurados por meio de edital. Esses segurados realizaram o Censo por meio de procurador ou representante legal e não foram localizados. Essas atividades custaram R\$ 2,7 milhões.

### Indicadores do Programa

- **Taxa de Solução de Demandas: 54,38%**

Foram ampliados os canais de acesso do segurado ao requerimento de benefícios, inclusive com o envio, pelo INSS, de correspondência, antecipadamente à aquisição do direito, àquele que reúne as condições previstas em lei para obtê-lo. Assim, em decorrência da insuficiência de servidores para atender à demanda, há o represamento dos requerimentos, com o impedimento do alcance do índice previsto do PPA de 75%. O resultado em 2009 também ficou abaixo do que foi alcançado em 2008, 84,20%. Uma diferença de aproximadamente 30 pontos percentuais.

- **Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência: 58,32%**

Atualmente é atendida toda a demanda existente com relação aos benefícios requeridos pela população acima de 60 anos. Por este motivo, há o entendimento de que o percentual de atingimento da meta está superestimado, com a tendência da sua diminuição. O índice previsto para o exercício foi de 76,5%. Em 2008, a taxa em questão foi de 75,83%. Por questões de definição da cobertura, foram excluídos dos cálculos os aqueles que percebem o benefício de pensão por morte, por não ser um benefício de amparo à pessoa de 60 anos, mas a todo aquele que, independente da idade, é dependente econômico de um segurado que tenha falecido.

- **Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho: 60,2%**

O índice estabelecido para o ano de 2009 foi de 68%. Este índice não foi alcançado principalmente devido à redução do número de segurados encaminhados ao Programa de Reabilitação, face ao número insuficiente de servidores para o atendimento técnico, bem como a dificuldade de aquisição de cursos profissionalizantes para a formação profissional do segurado e o consequente retorno ao trabalho. De qualquer forma, foi mantido, praticamente, o mesmo percentual de 2008 - 59,90%, resultando ainda em uma pequena melhoria.

- **Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social: 67,73%**

Houve o aumento do quantitativo de processos recebidos no Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS).

Desse volume, 60% referem-se a processos que envolvem matéria de perícia médica e, naquele Conselho, não existe o número suficiente de profissionais Peritos Médicos para atender à demanda, o que impossibilitou o alcance da meta prevista para este indicador neste exercício (80%). Em virtude dos fatores expostos, houve uma redução do indicador de aproximadamente 15 pontos percentuais em relação a 2008, quando foi registrado o percentual de 83%.

### Qualidade dos Serviços Previdenciários

No âmbito do Programa, a Previdência Social atendeu, em 2009, 44,6 milhões de cidadãos de forma presencial e 65 milhões pela Central de Teletendimento 135.

Para garantir um atendimento digno a esses cidadãos, com qualidade, comodidade e rapidez, o INSS tem direcionado os recursos do Programa para ações que facilitem o acesso dessas pessoas aos seus direitos, contribuindo assim para o bem-estar social.

Entre essas ações, destacamos: Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, que contempla o Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e outras obras de modernização, ampliação e reforma das atuais unidades, garantindo mais conforto aos usuários e servidores, assim como a acessibilidade a pessoas com deficiência; Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários e Gestão da Melhoria Contínua Organizacional, resultando em melhorias no Agendamento Eletrônico e na instalação de Salas de Monitoramento, que permitem o controle do atendimento em todas as agências, em tempo real.

Outra ação que merece destaca é Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social, assegurando o direito do cidadão de manifestação sobre a atuação da Previdência Social e de orientação a respeito de demandas e processos, ampliando o controle social. A Ouvidoria-Geral da Previdência Social é a unidade responsável pelo registro e tratamento das manifestações, que são encaminhadas pelos usuários da Previdência Social e público em geral, na forma de reclamações, sugestões, denúncias e elogios com objetivo de disponibilizar canal direto de comunicação, entre a Instituição e o cidadão, e oferecer resposta conclusiva para as manifestações.

A análise do conteúdo das manifestações recebidas dos usuários possibilita que novas ações de melhoria sejam implantadas, principalmente com relação à implementação de projetos de otimização da concessão de benefícios. A busca pelos serviços prestados pela Ouvidoria é crescente, no período de agosto/1998, mês de sua criação, até dezembro/2009 foram cadastradas 1.794.964 manifestações, das quais 95% foram solucionadas. Em 2009, a média mensal de usuários que buscaram os serviços prestados pela Ouvidoria foi de, aproximadamente, 16 mil usuários/mês. No decorrer do exercício foram processadas 330.026 manifestações, das quais 75% resultaram no atendimento direto de 246.262 cidadãos.

A execução financeira do Programa ficou em torno de

59%, não apresentando restrições quanto ao contingenciamento orçamentário e à descontinuidade na liberação de recursos. O resultado financeiro apresentado pelo Programa deve-se, principalmente, ao desempenho da ação Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS. A dotação orçamentária aprovada para esta ação foi de R\$ 665,4 milhões. Desse valor, R\$ 327,7 milhões foram empenhados (49,25%) e R\$ 13,2 milhões pagos.

#### Indicadores do Programa

- **Tempo Médio de Concessão (TMC): 24 dias em dezembro/2009**

Esse indicador superou a previsão PPA (25 dias) e apresentou estabilidade durante todo o exercício de 2009, em janeiro foram 23 dias e em dezembro, 24 dias. Salientamos que, em 2009, o Instituto atravessou um período de instabilidade de sistemas e greve de seus servidores, o que prejudicou a manutenção dos valores de 2008, que foi de 21 dias.

- **Tempo Médio de Espera (TME): 28 minutos**

Em relação ao TME, houve melhora de 32% dos valores que iniciaram o ano – 41 minutos, terminando o exercício em 28 minutos. Também foi superada em 8,36 minutos a posição de 2008 (36,36 minutos).

#### Previdência Complementar

As dimensões do sistema de previdência complementar fechado justificam a aprovação dos órgãos regulador e fiscalizador, por meio da Lei nº 12.154/2009, dada a importância crescente na economia brasileira, com a significativa expansão dos ativos administrados pelos fundos de pensão. Os dados a seguir demonstram a importância do sistema de previdência complementar fechado para o desenvolvimento econômico e social do país: 372 Entidades Fechadas de Previdência Complementar ativas; 2.627 Patrocinadores ativos; 1.053 Planos Previdenciais ativos; 497 bilhões de patrimônio; 6.300.234 de pessoas abrangidas; e 48 Planos Assistenciais.

A criação da autarquia especial significa para o seguimento de previdência complementar a oportunidade para estruturação do órgão responsável pela fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de suas operações, que permitirá mais segurança e transparência mediante a modernização dos instrumentos de fiscalização e controle, com vistas em dar proteção e zelar pelo interesse dos participantes e assistidos. Além disso, atuar como órgão de fomento na execução de políticas públicas e no incentivo ao fortalecimento da poupança nacional.

O Programa tem como objetivo zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

No âmbito do desenvolvimento de Pessoas foi elaborado o Programa de Capacitação anual com o objetivo de promover o desenvolvimento permanente do servidor público e o incentivo e apoio às iniciativas voltadas para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais. O Plano de Capacitação é constituído por diretrizes e ações que orientam o processo de capacitação dos servidores, objetivando potencializar esforços, buscando mecanismos de auto-realização e melhoria das condições de trabalho.

As atividades de capacitação influenciam na melhoria das análises técnicas, na formação dos profissionais que atuam na fiscalização, na geração de conhecimento próprio dentro da instituição e no desenvolvimento pessoal dos servidores. Destacam-se, em 2009, os seguintes eventos:

- Participação de dois servidores no curso “*Máster em Dirección Y Gestión de Planes Y Fondos de Pensiones*”, realizado pela Organização Iberoamericana de Seguridad Social (OISS), em conjunto com a Universidade de Alcalá (Espanha) e com a Fundação Centro Internacional de Formação Financiera (CIFF). Trata-se de um curso à distância que possui uma fase presencial para a defesa de tese em Madri - Espanha.
- Encontram-se em andamento dois cursos de especialização, sendo: MBA em Gestão de Pessoas e em Direito Administrativo.

#### METAS E RESULTADOS

em R\$1,00

| PREVISTAS |            | REALIZADAS |            |
|-----------|------------|------------|------------|
| FÍSICA    | FINANCEIRA | FÍSICA     | FINANCEIRA |
| 62        | 115.372,00 | 125        | 94.479,33  |

Fonte: SIGPlan

Observa-se que em 2009, a execução física foi superada em 101,61%, ainda que tenha ocorrido o contingenciamento de parcela dos recursos alocados na ação.

Assim, buscaram-se outras formas de executar o Plano de Capacitação, como a realização de parcerias com os diversos atores do sistema de previdência complementar com o intuito de permitir a participação dos servidores da SPC, sem custos, em cursos, treinamentos e outros eventos de capacitação.

No que diz respeito a Autorizações e Análises de Estatutos, Regulamentos de Planos e Convênios de Adesão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, a meta física demonstra a produtividade do setor, ou seja, as autorizações concedidas. Informe-se que no presente exercício foi atingido o percentual de 73,29% do planejado, somando 686 autorizações concedidas das 936 previstas.

Ressalte-se que no exercício de 2009 foi aprovada a criação de duas novas EFPC e de 38 novos planos de previdência complementar. Cabe registrar que por se tratar de uma ação não-orçamentária, não há previsão de

execução financeira.

Esta ação objetiva contemplar a atividade de supervisão prévia prevista no art. 33 da lei Complementar nº 109/2001.

Ao se avaliar a ação Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar entende-se que tanto a execução orçamentária, como a execução da meta física alcançaram níveis satisfatórios em relação ao que fora programado.

Com relação à execução orçamentária do Programa faz-se necessário alguns esclarecimentos adicionais para o melhor entendimento dos números referentes aos créditos disponibilizados, comparativamente aos valores que foram empenhados, liquidados e finalmente pagos. Aqueles créditos montavam em R\$ 1,9 milhões em contrapartida ao valor de R\$ 361 mil.

Com relação execução da meta física de responsabilidade do Departamento de Fiscalização, cabe esclarecer que das 86 fiscalizações previstas para o exercício de 2009 (e inseridas no SIGPlan) foram concluídas 82, representando um percentual de execução de mais de 95%.

Em síntese, a ação de fiscalização abrange, além do acompanhamento dos investimentos feitos pelos fundos de pensão, a adequação das premissas atuariais adotadas pelos planos de benefícios (tábuas de mortalidade, taxa de juros etc.), com a finalidade de, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de benefícios operados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, em harmonia com a política de desenvolvimento sócio-econômico.

Os indicadores de desempenho desenvolvidos pela Secretaria de Previdência Complementar incluem o indicador que é utilizado para o acompanhamento do Programa Previdência Complementar (PPA 2008-2011) e os que estão diretamente relacionados com as atribuições institucionais da Secretaria.

Dessa forma, a análise conjunta desses indicadores, dentro do contexto em que se encontram, proporciona uma visão gerencial do desempenho da Secretaria, auxiliando em seu desenvolvimento e na formulação de políticas públicas para o setor regulador.

#### Indicador do Programa

- Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)**

A análise da taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB permite verificar a evolução do regime de previdência complementar fechado e é o único indicador que possibilita a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, mesmo que de forma relativa (no Brasil a previdência complementar é facultativa e em alguns países é obrigatória).

Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão.

O resultado alcançado em 2009 foi de 17%. A alta no valor do indicador (em comparação ao ano anterior) foi causada pela manutenção do PIB (dados de 2008 em razão do PIB 2009 ainda não disponível) em contrapartida a uma alta do volume de ativos das entidades no patamar de 11%.

#### EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC E DO PIB

em R\$ bilhões

| EXERCÍCIO               | RESULTADO DO INDICADOR EM % | ATIVO DAS EFPC     | PIB A PREÇOS CORRENTES |
|-------------------------|-----------------------------|--------------------|------------------------|
| 2005                    | 15,93                       | 321.834.346.787,11 | 2.147.239,0000         |
| 2006                    | 18,10                       | 377.526.213.326,94 | 2.369.484,0000         |
| 2007                    | 18,30                       | 457.702.963.475,84 | 2.661.344,0000         |
| 2008                    | 15,30                       | 444.494.047.149,99 | 3.004.881,0500         |
| 2009                    | 17,00                       | 497.379.728.837,92 | Indisponível           |
| <b>% DE CRESCIMENTO</b> |                             | <b>38,11 %</b>     | <b>39,91%</b>          |

Fontes: SIGPlan, DERIN/SPC e IBGE

Para analisar a evolução do indicador separamos o período observado em dois momentos: antes e depois da crise mundial.

Observa-se que no período antes da crise econômica mundial ocorrida em 2008 houve uma evolução gradativa e crescente do indicador ano após ano.

Já no ano de 2008 acredita-se que a influência da crise mundial houve uma queda no percentual do indicador em relação ao ano de 2007 da ordem de 16%, recuperando em seguida quando registrou crescimento de 11% em

2009 comparativamente com o exercício de 2008.

Significa dizer que tanto os ativos das EFPC quanto a poupança nacional decorrente dos fundos de pensão tiveram uma redução de 16% em 2008 e um crescimento de 11% em 2009.

Outro dado importante é que no período de 2005 a 2008 houve crescimento acumulado dos ativos totais das EFPC de 38,11% e do PIB de 39,91%, registrando assim, maior crescimento do PIB em relação aos ativos das EFPC, da ordem de 1,8 ponto percentual.

Até a data de 10.02.2010, o IBGE não havia disponibilizado o valor do PIB a preços correntes referente ao exercício de 2009, motivo pelo qual se utilizou do valor do PIB relativo ao exercício de 2008 na apuração do índice.

### **Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal**

O objetivo do Programa é promover o acesso com qualidade à seguridade social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização para implementar uma política previdenciária justa e sustentável.

Entre as ações na área da previdência do servidor público cabe destaque a ação de supervisão, controle e normatização exercida pela União por intermédio do MPS

Merece destaque a execução de 95% dos recursos destinados a Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos. Foram realizadas mais de 390 ações nos estados e municípios, gerando a emissão de igual número de Notificações de Auditoria – NAF; 315 Processos Administrativos Previdenciários – PAP com o estabelecimento do contencioso administrativo; 235 Representações a Tribunais de Contas Estaduais, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria Geral da União - CGU, Banco Central do Brasil - Bacen, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e INSS.

Ainda decorrente da ação direta de auditoria nos Regimes Próprios e estabelecimento do contencioso administrativo, no exercício de 2009, foram proferidas mais de 750 decisões administrativas em PAP que tratam de decisões notificações, decisões de recursos e despachos decisórios, além da emissão de pareceres e informações em processos judiciais interpostos pelos entes federativos.

### **Educação Previdenciária**

No Brasil, há mais de 55 milhões de trabalhadores protegidos, por outro lado, existem 28,6 milhões de pessoas sem qualquer tipo de cobertura social.

Ampliar a cobertura previdenciária é o objetivo do Programa e para isso existem desafios a serem superados, entre eles o desconhecimento das normas e regras da Previdência Social e a ausência de cultura preventiva.

A promoção de ações educativas é um processo contínuo junto à sociedade, pois os trabalhadores, os segurados, aposentados e pensionistas, necessitam de orientação e

informação sobre a legislação e os serviços oferecidos pela rede de atendimento do INSS, com vistas ao reconhecimento e manutenção do direito aos benefícios.

A capacitação de 609 servidores para atuarem como “disseminadores do conhecimento previdenciário” foi fundamental para o sucesso dos resultados alcançados. Em 2009 as ações foram direcionadas aos trabalhadores e empregadores domésticos, trabalhadores da construção civil, construtoras e empreendedores individuais e para a divulgação das melhorias do atendimento, em consonância com as diretrizes do INSS.

Foram atendidos 498.574 cidadãos nos eventos de orientação e informação e formados 11.594 disseminadores externos das informações previdenciárias.

Com objetivo de ampliar a atuação do Programa foram celebradas parcerias com: a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas, a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural), a Secretaria Especial de Promoção e Igualdade Racial - Presidência da República (Programa Brasil Quilombolas, Comunidades Ciganas e Matrizes Africanas) e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia.

A inclusão do tema Educação Previdenciária nas Escolas é desejo e necessidade identificados pela Previdência Social e pela própria sociedade, assim, também foi celebrada parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, para inclusão do tema na grade curricular transversal nas Escolas Públicas da Rede Estadual do Ensino de Goiás.

### **Indicador do Programa**

#### **• Cobertura Social: 65,9%**

O índice apurado para o indicador de Cobertura Social ultrapassou a previsão do PPA para o ano de 2009, de 64,68%. Recentes estudos realizados no Ministério da Previdência Social atribuíram a superação do índice ao crescimento do mercado de trabalho formal e às políticas de incentivos à contribuição previdenciária, como o Simples Nacional. O índice também superou a posição de 2008 – 65,30%.

Uma diferença de 0,6 pontos percentuais, o que significa um acréscimo de aproximadamente mais de meio milhão de pessoas com acesso à proteção social, considerando os dados da população economicamente ativa ocupada segundo posição no trabalho principal (PNAD/IBGE/2008).



**RECEITAS ARRECADADAS POR NATUREZA**

em R\$ milhões

| NATUREZA DA RECEITA                                               | 1FONTE<br>ORÇAMENTÁRIAS | EXECUÇÃO DA<br>RECEITA |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
| 12103001 - CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. - CONTR. INDIV.         | 0154                    | 2.868                  |
| 12103002 - CONTRIBUIÇÕES DO SEGURADO – ASSALARIADO                | 0154                    | 36.038                 |
| 12103003 - CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS          | 0154                    | 70.331                 |
| 12103004 - SIMPLES                                                | 0154                    | 11.768                 |
| 12103005 - EMPRESAS - ESPETÁCULOS ESPORTIVOS                      | 0154                    | 50                     |
| 12103006 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE PRODUÇÃO RURAL                      | 0154                    | 2.629                  |
| 12103007 - CONTR. PREV. REG. PARCELAMENTO DE DÉBITOS - RGPS       | 0154                    | 2.148                  |
| 12103008 - SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO                         | 0154                    | 8.042                  |
| 12103009 - RECLAMATÓRIA TRABALHISTA                               | 0154                    | 1.574                  |
| 12103012 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO           | 0154                    | 663                    |
| 12103013 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL              | 0154                    | 6                      |
| 12103014 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEG. OBRIG. - EMP.DOMÉSTICO    | 0154                    | 2.033                  |
| 12103015 - CONTRIB. PREV. DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO             | 0154                    | 16.060                 |
| 12103016 - CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS             | 0154                    | 1.775                  |
| 12103017 - CONTRIB.PREV.-RET. S/NOTA FISCAL- SUBROGAÇÃO           | 0154                    | 14.116                 |
| 12103018 - ARRECADAÇÃO FIES-CERTIFICADOS FINANCEIRO TESOIRO NAC.  | 0154                    | 765                    |
| 12103021 - CONTR. PREV. NA FORMA DE DEPÓSITO JUD.,REC. E CUSTAS   | 0154                    | 3.549                  |
| 12103023 - RECEITA DE PARC - CONTR. EMP/TRAB SEG. SOCIAL          | 0154                    | 3.034                  |
| 13110000 - ALUGUEIS                                               | 0150                    | 5,6                    |
| 13152000 - TAXA OCUPAÇÃO IMÓVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.           | 0150                    | 0,6                    |
| 13220000 - DIVIDENDOS                                             | 0150                    | 9,8                    |
| 13250000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS                     | 0180                    | 151                    |
| 13270000 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS NÃO DESEMBOLSADOS                | 0180                    | 104                    |
| 16001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS                               | 0250                    | 76                     |
| 19123001 - MULTAS/J. MORA CONTR. PREV.SEG. OBRIGAT. C. INDIV.     | 0154                    | 44                     |
| 19123002 - MULTAS/J.MORA CONTR. PREV. SEGURADO ASSALARIADO        | 0154                    | 299                    |
| 19123003 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG. ASSAL.         | 0154                    | 369                    |
| 19123006 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUÇÃO RURAL             | 0154                    | 14                     |
| 19123007 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EM REG. PARCEL. DEB.          | 0154                    | 332                    |
| 19123008 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB.          | 0154                    | 44                     |
| 19123009 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALHISTA        | 0154                    | 40                     |
| 19123012 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO           | 0154                    | 4                      |
| 19123014 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG.OBRIG.-EMPREG. DOMÉSTICO | 0154                    | 39,5                   |
| 19123015 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ÓRGÃOS PODER PÚBLICO         | 0154                    | 129                    |
| 19123016 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTRÓPICAS      | 0154                    | 22                     |
| 19123017 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET.S/NF-SUBROGAÇÃO          | 0154                    | 113                    |
| 19123018 - MULTAS/J.MORA ARREC. FIES - CERT.FIN. TESOIRO          | 0154                    | 0,2                    |
| 19140401 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OB.C.I.          | 0154                    | 0,8                    |
| 19140402 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG. ASSALARIADO     | 0154                    | 69                     |
| 19140403 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR.SEG.AS          | 0154                    | 177                    |
| 19140408 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ACI.TRAB.        | 0154                    | 23                     |
| 19140411 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.EMP          | 0154                    | 0,2                    |
| 19140413 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ESPECIA          | 0154                    | 0,3                    |
| 19140415 - MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ORG.POD. PÚBLICO      | 0154                    | 32                     |
| 19192700 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS                  | 0250                    | 3                      |
| 19195000 - MULTAS POR AUTOS DE INFRAÇÃO                           | 0150                    | 42                     |
| 19219900 - OUTRAS INDENIZAÇÕES                                    | 0100                    | 6                      |
| 19220200 - RESTITUIÇÕES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS           | 0154                    | 154                    |
| 19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES       | 0100                    | 2                      |
| 19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES       | 0150                    | 27                     |
| 19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES                                    | 0100                    | 7                      |
| 19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES                                    | 0150                    | 2                      |
| 19320102 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEGURADO ASSALARIADO          | 0154                    | 155                    |
| 19320103 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIADO         | 0154                    | 326                    |
| 19320108 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB.          | 0154                    | 41                     |
| 19320115 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO        | 0154                    | 22                     |
| 19320122 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.- PARCELAMENTOS                | 0154                    | 778                    |
| 19909900 - OUTRAS RECEITAS                                        | 0100                    | 4                      |
| 22250000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS                           | 0150                    | 70                     |
| <b>TOTAL</b>                                                      |                         | <b>181.187</b>         |

Fonte: Siafi Gerencial

1 fontes orçamentárias: 0100 - Recursos Ordinários, 0150 - Recursos não-Financeiros Diretam. Arrecadados, 0154 - Contribuição dos Emp. e dos Trab./Seg.Social, 0180 - Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados , 0250 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados.

### 5.1.12. Função Saúde

A atuação governamental no âmbito da saúde, em 2009, concentrou esforços em intervenções conduzidas no sentido de evitar doenças e agravos, potencializadas pela humanização e aprimoramento da atenção, com objetivo de ampliar a sua efetividade.

Os resultados verificados podem ser aferidos pela influência do desempenho das ações de saúde sobre a evolução positiva dos indicadores de qualidade de vida da população.

O atual modelo de operação setorial aponta a atenção básica como principal via de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os níveis de média e alta complexidade complementam essa atuação de forma humanizada.

A extensão da atuação conjunta dessas linhas de ação exige formas de execução racionais o que indica a necessidade de aprimoramento da gestão com a adequação das disponibilidades de recursos à expansão da demanda.

Esse desafio gerou a necessidade de um novo modelo de gestão, o qual, atualmente, é utilizado pela instância Federal do SUS. Este modelo, que visa confrontar estruturas burocratizadas e ultrapassadas de gestão e que influenciam diretamente os resultados e a qualidade da atenção à saúde, buscou dar foco e alinhar a atuação ministerial para questões emergentes por meio de instrumentos inovadores como a contratualização de resultados e o monitoramento sistemático da agenda estratégica. Essas iniciativas têm contribuído para o desenvolvimento de ferramentas de trabalho voltadas para a obtenção de resultados.

Nesse cenário, a atuação setorial concretiza-se na busca da integralidade, com garantia da atenção a todos os cidadãos, da qualificação e da humanização dos serviços, bem como da distribuição equânime em todo território nacional.

A seguir apresenta-se uma série histórica com valores empenhados nos últimos cinco anos na função Saúde, discriminando-se o orçamento fiscal e da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais.

#### SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO NOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, EM R\$ MILHÕES

| SAÚDE        | EMPENHADO     |               |               |               |               |                |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
|              | 2005          | 2006          | 2007          | 2008          | 2009          | TOTAL          |
| OFSS         | 36.483        | 40.577        | 45.723        | 50.139        | 58.147        | <b>231.069</b> |
| OI           | -             | -             | -             | 7             | 7             | <b>14</b>      |
| <b>TOTAL</b> | <b>36.483</b> | <b>40.577</b> | <b>45.723</b> | <b>50.146</b> | <b>58.154</b> | <b>231.083</b> |

Fonte: Siafi e DEST (Posição em 19/01/2010)

O crescimento médio dos valores empenhados corresponde a R\$ 5,4 bilhões por ano, o que representa um acréscimo médio de 30,8% ao ano. Ao longo do período, o valor empenhado na função Saúde apresentou incremento de 59,62%. O demonstrativo seguinte apresenta a execução orçamentária (valores líquidos empenhados) sob o ângulo da classificação funcional, do período de 2005 a 2009, segundo as subfunções típicas da função Saúde.

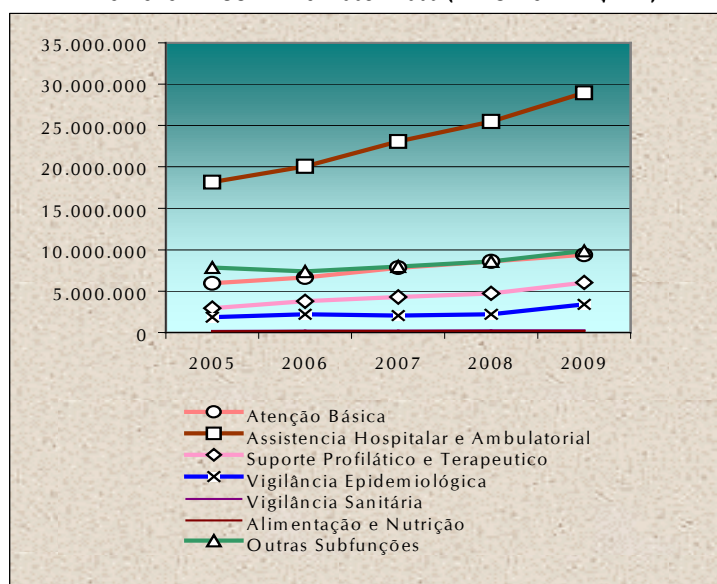
#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO SAÚDE - VALORES EMPENHADOS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO EVOLUÇÃO DE 2005 A 2009, EM (R\$1000,00)

| SUBFUNÇÕES                            | 2005              | 2006              | 2007              | 2008              | 2009              |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Atenção Básica                        | 5.934.194         | 6.649.891         | 7.823.248         | 8.602.748         | 9.371.029         |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 18.155.283        | 20.088.769        | 23.070.259        | 25.494.733        | 28.965.503        |
| Suporte Profilático e Terapêutico     | 2.972.126         | 3.787.850         | 4.304.603         | 4.751.249         | 6.057.989         |
| Vigilância Epidemiológica             | 1.851.386         | 2.217.748         | 2.075.148         | 2.218.281         | 3.392.806         |
| Vigilância Sanitária                  | 185.942           | 258.075           | 250.047           | 272.677           | 291.569           |
| Alimentação e Nutrição                | 168.141           | 181.224           | 205.254           | 200.220           | 189.441           |
| Outras Subfunções                     | 7.866.804         | 7.393.666         | 7.995.117         | 8.598.574         | 9.879.337         |
| <b>TOTAL - FUNÇÃO SAÚDE</b>           | <b>37.133.876</b> | <b>40.577.223</b> | <b>45.723.676</b> | <b>50.138.482</b> | <b>58.147.673</b> |

Fonte: CGOF/SPO/SE/MS, posição em 19/01/2010

Em 2009, as variações significativas nas subfunções Suporte Profilático e Terapêutico e Vigilância Sanitária, em relação aos anos anteriores, deveu-se à execução de créditos extraordinários destinados à pandemia da influenza A (H1N1). O exame do demonstrativo anterior permite observar que houve uma evolução positiva na disponibilização de recursos para a função Saúde, bem como para as subfunções que dão cobertura aos principais programas estruturantes, conforme pode ser visualizado no gráfico seguinte.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
(VALORES EMPENHADOS POR SUBFUNÇÃO)  
DESPESAS EXECUTADAS: 2005 - 2009 (VALORES EM R\$ MIL)**



Fonte: Siafi Gerencial (Posição 19/01/2010)

Para cobertura financeira da atuação setorial em 2009, o Ministério da Saúde contou com dotação orçamentária da ordem de R\$ 64,3 bilhões de acordo com o disposto no Plano Plurianual 2008-2011, na Lei de Diretrizes Orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, dos quais foram executados R\$ 62,9 bilhões, segundo as determinações do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o referido exercício. No próximo demonstrativo são apresentadas a alocação de recursos e a execução orçamentária detalhada por itens globais, que incluem o total das despesas com pessoal ativo e inativo de todas as unidades do Ministério da Saúde, os encargos e amortização da dívida, o cumprimento de despesas judiciais julgadas favoravelmente ao impetrante, assim como Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC), discriminadas por unidades orçamentárias.

**ALOCÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2009**

em R\$1,00

| DISCRIMINAÇÃO                            | DOTAÇÃO<br>(LEI + CRÉDITOS) | EXECUTADO<br>(EMPENHADO/<br>LIQUIDADO) | %            |
|------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------|--------------|
| <b>ITENS GLOBAIS</b>                     | <b>11.394.901.371</b>       | <b>11.332.987.513</b>                  | <b>99,46</b> |
| Pessoal ativo, inativo e pensionista     | 11.330.701.553              | 11.273.445.844                         | 99,49        |
| Juros e encargos da dívida e amortização | 62.395.644                  | 58.437.763                             | 93,66        |
| Cumprimento de sentenças judiciais       | 1.804.174                   | 1.103.906                              | 61,19        |
| <b>UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS (OCC)</b>      | <b>52.944.830.109</b>       | <b>51.586.115.307</b>                  | <b>97,43</b> |
| Fundação Oswaldo Cruz                    | 895.302.651                 | 892.008.094                            | 99,63        |
| Grupo Hospitalar Conceição - GHC         | 50.956.580                  | 49.839.805                             | 97,81        |
| Fundação Nacional de Saúde               | 2.151.947.865               | 2.038.695.447                          | 94,74        |
| Agência Nacional de Vigilância Sanitária | 253.150.095                 | 235.486.648                            | 93,02        |
| Agência Nacional de Saúde Suplementar    | 87.969.777                  | 87.173.867                             | 99,10        |
| Fundo Nacional de Saúde                  | 49.505.503.141              | 48.282.911.445                         | 97,53        |
| <b>TOTAL GERAL</b>                       | <b>64.339.731.480</b>       | <b>62.919.102.820</b>                  | <b>97,79</b> |

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde. (Posição atualizada em 19.01.2010)

No demonstrativo a seguir observa-se que a execução dos recursos orçamentários do Ministério da Saúde atingiu 97,79 % do montante total aprovado e a execução dos recursos de outros custeios e capital, por unidades orçamentárias, que corresponde a execução real das ações com impacto sobre a saúde da população, atingiu 97,43%. A execução orçamentária dos cinco programas estruturantes da atuação setorial também é demonstrada seguir.

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS CINCO PROGRAMAS ESTRUTURANTES DA ATUAÇÃO SETORIAL, 2009

em R\$1,00

| PROGRAMAS<br>ESTRUTURANTES                                            | DOTAÇÃO<br>APROVADA*<br>(A) | EMPENHADO<br>(B)      | *%<br>(C = B/A) |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------|
| Atenção básica em saúde                                               | 9.374.210.611               | 9.160.462.299         | 97,72           |
| Assistência ambulatorial e hospitalar especializada                   | 29.084.151.968              | 28.896.562.728        | 99,36           |
| Vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos                 | 3.759.800.109               | 3.606.880.046         | 95,93           |
| Assistência farmacêutica e insumos estratégicos                       | 5.590.120.170               | 5.548.870.356         | 99,26           |
| Promoção da capacidade resolutiva e da humanização na atenção à saúde | 59.762.172                  | 55.002.963            | 92,04           |
| <b>SUBTOTAL</b>                                                       | <b>48.352.613.215</b>       | <b>47.267.778.395</b> | <b>97,76</b>    |
| Outros programas                                                      | 4.594.021.068               | 4.319.440.818         | 94,02           |
| Pessoal e dívida                                                      | 11.393.097.197              | 11.331.883.607        | 99,46           |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                                    | <b>64.339.731.480</b>       | <b>62.919.102.820</b> | <b>97,79</b>    |

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde. Posição atualizada em 19.01.2010.

O desempenho da execução orçamentária dos cinco programas estruturantes demonstra elevado grau de realização. Todos apresentaram taxas de empenho próximas a uma execução plena dos recursos orçamentários uma vez que os percentuais de execução financeira tiveram média de 97,76%, acima da média dos demais programas que correspondeu a 94,02%.

Com finalidade de apresentar os avanços obtidos pelas políticas de saúde em 2009, será demonstrada, resumidamente, a atuação global do setor seguida do detalhamento do desempenho dos seus cinco programas estruturantes apresentados no demonstrativo anterior.

Na Atenção Básica buscou-se a ampliação da oferta dos serviços com a expansão da estratégia da Saúde da Família e da intersetorialidade e diversidade dessa modalidade. A estratégia utilizada com essa finalidade constitui-se na expansão da atuação das equipes para além das comunidades, ampliando o seu raio de ação para as escolas e penitenciárias e incorporando as práticas de saúde bucal, estendendo, dessa forma, a amplitude dos cuidados primários.

Ainda no âmbito da Atenção Básica, os cuidados com a alimentação e nutrição foram intensificados e direcionados ao acesso a alimentos, à promoção da alimentação saudável, à vigilância nutricional, ao controle das deficiências nutricionais e às doenças associadas à alimentação, refletidos no aumento da cobertura das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (alcançando 62% das famílias, ao todo 4 milhões de pessoas).

Na saúde mental, continua a tendência de mudança no perfil dos hospitais psiquiátricos, com a redução do porte dos hospitais credenciados e a desinternação do doente mediante o pagamento de uma bolsa de manutenção do tratamento domiciliar. Também foi dada atenção ao uso abusivo do álcool e de outras drogas como problema de saúde pública.

Outras iniciativas de atenção básica tiveram como foco a saúde em todos os ciclos da vida humana. Do nascimento até a adolescência e juventude, a população conta com

ações em saúde específicas e abrangentes, direcionadas, principalmente, para a promoção ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde e a prevenção da violência, por meio da propagação de um ambiente pacífico para crianças e adolescentes vítimas de violência.

A atuação em saúde da mulher privilegiou em 2009 a rede de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual que foi implantada em 22 estados. Implantou-se também a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde de Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual com abrangência nacional. Outras iniciativas relevantes efetivadas em 2009 resultaram no cadastramento de mulheres em estado de gravidez para a realização dos exames pré-natal.

A saúde do homem teve especial atenção em 2009 com o lançamento da Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem, com foco nos principais agravos e enfermidades relacionados ao sexo masculino para melhorar a assistência oferecida e romper os obstáculos que afastam o homem dos cuidados de saúde.

Com finalidade de educar o idoso em práticas de saúde específicas, foram empreendidas iniciativas de difusão de cuidados, capacitação de pessoal especializado e sensibilização de gestores, profissionais e entidades médicas para a importância da prevenção de quedas e de outros agravos que atingem com mais frequência essa faixa populacional.

Quanto à saúde da pessoa com deficiência, buscou-se a intersetorialidade na ação governamental com vistas à inclusão social. No entanto, foco terapêutico foi dado à reabilitação, com a expansão do fornecimento de órteses e próteses pelo SUS.

A atenção especializada de média e alta complexidade alcançou diversos resultados significativos com a humanização, a qualificação e a diversificação das linhas de atuação. Concentraram-se esforços na habilitação de novas unidades de saúde com atendimento especializado com vistas à ampliação da oferta dos serviços demandados pela população.

Avançou-se também no credenciamento de leitos para terapia intensiva e na ampliação dos serviços de atenção às urgências e emergências, com a elevação da abrangência de projetos específicos como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 – e as Unidades de Pronto Atendimento - UPA.

Atenção especial foi dispensada à dinamização dos serviços de transplantes, com a intensificação dos registros, identificação dos registrados e organização da infraestrutura operacional.

Para dar suporte terapêutico à atenção em média e alta complexidade, o Poder Público Federal investiu nos serviços de transfusão de sangue, com foco na qualidade e no suporte medicamentoso de pró-coagulantes.

O setor saúde buscou também a racionalização e ordenação do fluxo interestadual de pacientes que necessitam ser submetidos a procedimentos eletivos de alta complexidade em busca da garantia do acesso. Nesse sentido, foram alcançados resultados bastante positivos.

No campo da pesquisa e desenvolvimento em saúde, foram agregados 13 centros à Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC), totalizando 32 centros. Foi consolidada a Rede Nacional de Terapia Celular, que colocou o Brasil em destaque no cenário internacional, tornando-se o quinto país a dominar a tecnologia de produção de células tronco não embrionárias pluripotentes. Também teve destaque no ano de 2009 a criação das Redes de Pesquisa em Dengue, Malária, e em Influenza A. O Programa Pesquisa para o SUS lançou 27 editais estaduais, selecionando 380 projetos de pesquisas, contribuindo dessa forma para reduzir as desigualdades regionais no campo científico da saúde.

No ano de 2009, foram aprovadas e publicadas pelo MS duas novas portarias que regulamentam a assistência farmacêutica, o que possibilitou o aumento dos recursos destinados à aquisição dos medicamentos da atenção básica. A ampliação do financiamento de medicamentos no SUS permitirá o atendimento de novas doenças na rede pública de saúde e a ampliação do tratamento medicamentoso para doenças já cobertas pelo SUS.

Por meio do Farmácia Popular do Brasil obteve-se a expansão das unidades de atendimento para todo o território nacional possibilitando a ampliação do acesso da população, principalmente as unidades fixadas em locais de baixa renda média familiar. O Aqui Tem Farmácia Popular, segmento do Farmácia Popular do Brasil, funciona com o sistema de copagamento e engloba farmácias e drogarias privadas e conta atualmente com uma rede de abrangência nacional.

Com relação à vigilância em saúde, em 2009, houve importante atuação setorial no controle da pandemia de influenza pelo vírus pandêmico A (H1N1), cujo ponto de partida foi a estruturação da rede de serviços do SUS. Desde 2006 encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), que funciona ininterruptamente no monitoramento de

eventos que poderiam representar emergência em saúde pública de relevância nacional, fornecendo bases para a adoção de medidas oportunas, cautelares ou antecipatórias da ação pública em saúde.

Os programas de vacinações constituem-se na mais eficaz estratégia de saúde pública para alcançar o êxito na prevenção e controle das doenças imunopreveníveis. Essa atuação concretiza-se, principalmente, por meio de campanhas de vacinações específicas e pela manutenção dos estoques de vacinas para a prática rotineira na rede pública disponibilizada pelo SUS.

Outras doenças de interesse da saúde pública como a malária e a tuberculose tiveram importantes avanços no seu controle e tratamento, devido à expansão para a rede básica de quase a totalidade dos municípios considerados prioritários e ao tratamento supervisionado que, aliado à recente introdução de um novo esquema de tratamento, contribuirá para o controle da doença no país, reduzindo internações e mortes.

Em 2009, foi registrada uma redução significativa nos casos de dengue quando comparado ao ano anterior, resultado de esforços empregados no combate contínuo à sua propagação.

A setorial saúde destaca-se internacionalmente na prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis (DST / Aids), nos cuidados e na assistência terapêutica gratuita aos acometidos.

No campo da vigilância sanitária, importantes ações foram desenvolvidas durante o ano de 2009, buscando prevenir e controlar os riscos à saúde da população oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes. Nesse contexto, foram realizadas várias ações de inspeção, como concessões e renovações de Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE), inspeções voltadas para: produtos para saúde, cosméticos e saneantes (2.007); farmácias e drogarias (33.186); medicamentos e insumos (3.143). Além disso, foram inspecionadas 355 plantas de indústrias de medicamentos, sendo 150 no Brasil e 205 no exterior. Também foram realizadas 1.100 certificações de boas práticas de fabricação, 338.644 fiscalizações em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados e concedidos 794 registros para a área de medicamentos.

Em relação à qualificação de pessoal e da gestão do trabalho em saúde, importantes resultados foram alcançados, tais como: capacitação de 72.840 agentes comunitários de saúde e 1.600 parteiras, implantação de 900 pontos de educação à distância que propiciaram a capacitação de cerca de 5.900 equipes em todo o território nacional, apoio a 11 novos projetos da Universidade Aberta do SUS, beneficiando 19.200 profissionais. Ainda numa perspectiva de qualificação e de aprimoramento técnico dos trabalhadores do SUS, receberam apoio 59 projetos e 161 cursos voltados para a reorientação de formação profissional, entre outras diversas iniciativas, beneficiando milhares de profissionais de saúde.

A promoção de ações de prevenção e controle de doenças e agravos em aldeias indígenas tem por finalidade garantir o acesso dessa população aos serviços de saúde, mediante o fortalecimento da atenção básica local. Para tanto foram investidos recursos na aquisição de insumos e contratações de serviços tais como: fornecimento de água, coleta de esgoto, capacitação de pessoal nas áreas de assistência farmacêutica, tuberculose, saúde da mulher e da criança, vigilância epidemiológica, entomologia, doenças endêmicas, entre outros. Essas iniciativas resultaram em uma tendência de queda de 24% na incidência de tuberculose pulmonar positiva e de 13,8 % no número de casos de malária. A cobertura em crianças indígenas menores de 5 anos atingiu 87,9% para a vacina contra poliomielite, 96,3% para a vacina BCG e 96,3% para a vacina contra hepatite B. O coeficiente de mortalidade infantil na população indígena tem declinado continuamente. Entre 2003 e 2008 verifica-se uma redução de 17,83 no coeficiente de mortalidade infantil indígena. Em 2003 este coeficiente foi de 53,98 e em 2008, 44,86.

As ações de saneamento ambiental têm sido fundamentais para a prevenção e o controle de agravos em populações com fragilidade de inserção social. Em 2009 foram atendidas 63 aldeias em áreas indígenas e 150 comunidades em áreas quilombolas. Também foram realizados serviços de drenagem em áreas de malária, melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, ações de abastecimento de água, de melhorias sanitárias domiciliares e de esgotamento sanitário em municípios com até 50.000 habitantes, além de iniciativas de saneamento em assentamentos e em escolas do meio rural.

Em 2009, a qualificação da atenção à saúde centrou esforços na melhoria da eficiência e eficácia do SUS, com a finalidade de solidificar a universalização, a equidade e a humanização da saúde da população. Dentre essas iniciativas citam-se os Projetos de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (Qualisus-Rede), Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (Sis Fronteiras), o Sistema de Apoio à Organização e Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (Somasus), os projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais e os Projetos de Investimentos em Equipamentos e Obras de Unidades de Saúde.

A gestão descentralizada do SUS ocorre por meio da promoção, articulação e integração das atividades de cooperação técnica aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, subsidiando processos de elaboração e implantação de normas, instrumentos e métodos voltados para o seu fortalecimento, sob a orientação do marco diretivo dos Pactos pela Vida e de Gestão. Nesse contexto, em 2009, o foco das ações de apoio à descentralização desenvolveu-se nas seguintes vertentes: implantação de 406 Colegiados de Gestão Regional, implantação de oito modelos estaduais de gestão por resultados e adesão estadual e municipal ao Termo de Compromisso de Gestão nas 27 unidades federadas.

Com finalidade de conferir direcionalidade ao processo de consolidação do SUS, o planejamento configura-se importante mecanismo para a organização racional do sistema por meio de atuação sistêmica, contínua, articulada, integrada e solidária abrangendo as três esferas de gestão. O setorial apóia técnica e financeiramente estados e municípios na operacionalização do Sistema de Planejamento do SUS - PlanejaSUS mediante: cooperação técnica específica e capacitação em planejamento em saúde. Em 2009 foram treinados 150 técnicos em planejamento em curso básico e 175 em nível de especialização. Foram também distribuídos 80 mil exemplares de guias com orientações, propostas e informações sobre planejamento e repassado incentivo financeiro a 26 estados e ao Distrito Federal, mediante a apresentação e análise de plano de trabalho aprovado nas respectivas Comissões Intergestores Bipartite, integrada por representantes dos estados e municípios.

Para agregar e difundir informações sobre a execução das ações das diversas áreas do SUS, relativas aos principais serviços e produtos de saúde disponibilizados, foi vinculada via *web* uma sala de situação destinada aos gestores, profissionais de saúde e à população em geral, a qual possibilita por meio de consultas diretas, a fundamentação de diagnósticos, análises e decisões gerenciais. Em 2009, foram contabilizados cerca de 182 mil acessos nacionais e internacionais.

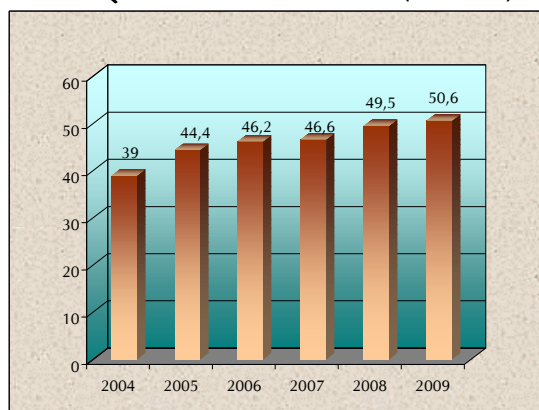
Quanto à participação popular e o controle social, o grande destaque da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS foi a orientação das ações de governo para a promoção e o aperfeiçoamento da gestão democrática. A ouvidoria do SUS, importante canal de interlocução com a população, registrou mais de 17 milhões de atendimentos à população para esclarecimentos e difusão de informações em saúde; outro importante meio de contato com os usuários potenciais do SUS, o Disque Saúde realizou mais de 14 milhões de atendimentos. Também foram capacitados 74.171 conselheiros de saúde e lideranças sociais na temática da saúde no Brasil, realizadas ações de inclusão social voltadas a populações expostas a vulnerabilidades, além de 1.525 auditorias em todos os níveis administrativos do SUS.

Em relação à saúde suplementar, iniciativas no sentido de garantir a qualidade e continuidade da atenção à saúde foram desenvolvidas em 2009, conferindo maior poder de escolha aos beneficiários por meio de mecanismos de regulação mais eficientes e do apoio à construção do sistema de saúde brasileiro. Entre as principais ações, destacam-se a implantação do procedimento eletrônico de ressarcimento ao SUS pelos procedimentos executados em beneficiários de planos de saúde e a portabilidade de carências de planos já contratados.

Os cinco programas estruturantes da atuação setorial, supra citados, apresentam evolução na disponibilização dos bens e serviços públicos que qualificam e quantificam o desempenho setorial na gestão do SUS, conforme pode ser verificado no detalhamento do seu desempenho a seguir apresentado.

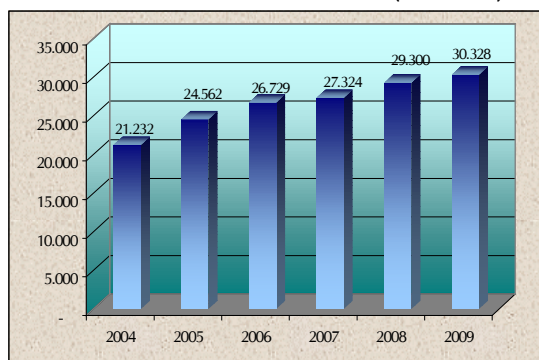
A estratégia Saúde da Família é adotada pelo governo como prioritária para o acesso da população aos serviços de saúde ofertados e caracteriza a atuação governamental no âmbito da Atenção Básica em Saúde. A cobertura populacional nacional elevou-se de 46,7% em 2007 para 50,6% em 2009. Até o fim de 2009 as 30.328 equipes de saúde da família e os 234.767 agentes comunitários de saúde estavam em plena atuação em 5.354 municípios, o que representa uma cobertura de 96% dos municípios brasileiros. Os indicadores da atuação setorial em Atenção Básica indicam evolução favorável em 2009, conforme pode ser observado nos gráficos seguintes:

**EVOLUÇÃO DA TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (2004-2009)**



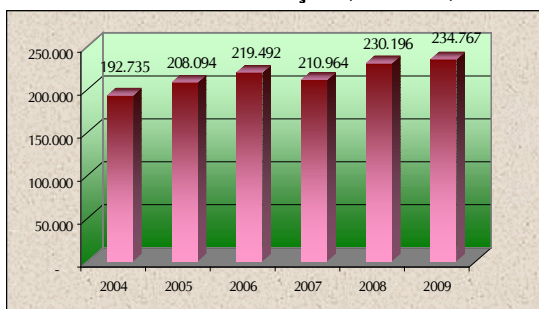
Fonte: SIGPlan

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADAS (2004-2009)**



Fonte: DAB/SAS/MS

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM ATUAÇÃO (2004-2009)**



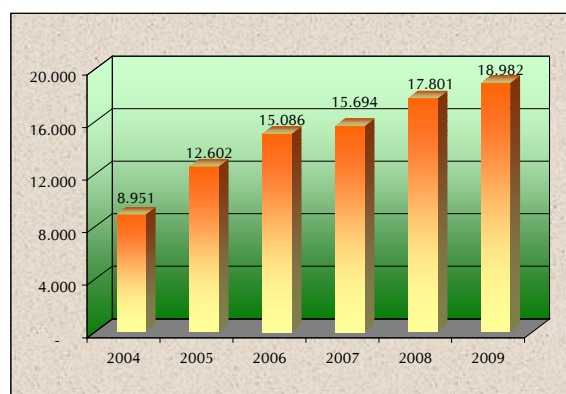
Fonte: DAB/SAS/MS

Em 2009, procedeu-se à correção da parte fixa do Piso de

Atenção Básica em quase 6 %. Esse é o principal meio de financiamento da atenção básica. Os valores mínimos foram elevados de R\$ 17,00 para R\$ 18,00 por habitante/ano com o propósito de estimular a continuidade da expansão da atuação estratégica nos demais níveis de gestão. Esse estímulo gerou influência direta na estruturação/reestruturação da rede nacional disponibilizada em nível básico de atenção por meio da promoção de infra-estrutura adequada às equipes de Saúde da Família, ocasionando a melhoria do desempenho de suas ações e estimulando a implantação de novas equipes. Dessa forma foi instituído o Plano Nacional de Implantação de Unidades de Saúde da Família, que fomentou, em 2009, a implantação de 1.289 novas unidades básicas de saúde em todo território nacional as quais abrigarão 1.954 equipes de Saúde da Família e o mesmo número de equipes de Saúde Bucal.

A implementação da Política Nacional de Saúde Bucal em 2009 resultou na continuidade da inserção das equipes de Saúde Bucal na estratégia do Saúde da Família.

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE BUCAL IMPLANTADAS (2004-2009)**



Fonte: DAB/SAS/MS

Outras realizações relevantes em 2009, no âmbito da saúde bucal, foram a ampliação dos recursos de custeio de suas equipes e os investimentos na aquisição de 1.500 aparelhos de raios-x e 2.000 cadeiras odontológicas para a estruturação da rede assistencial.

Chegou-se, em 2009, a 323 Laboratórios Regionais de Prótese Dentária credenciados. No mesmo ano, o Governo Federal promoveu a elevação de R\$ 30,00 para R\$ 60,00 o repasse aos municípios do valor pago por prótese.

Desde 2008, o Programa Saúde na Escola (PSE) já obteve a adesão de 608 municípios, beneficiando 4,5 milhões de estudantes. Esse programa conta com o suporte de 4.740 equipes do Saúde da Família em ações de prevenção, promoção e atenção à saúde dos escolares.

Os avanços na redução dos indicadores de desnutrição infantil no país foram expressivos na última década. Segundo inquéritos populacionais, no período de 1996 a 2006, a prevalência de déficit de peso para idade diminuiu em 57% (de 4,2% para 1,8%) e o de altura para idade foi reduzido em quase 50% (de 13,5% para 6,8%) entre



crianças menores de 5 anos de idade. Esta redução é atribuída, principalmente, ao aumento da escolaridade materna, ao crescimento do poder aquisitivo das famílias, à expansão da cobertura da atenção à saúde da população (incluindo a atenção básica, incentivo ao aleitamento materno exclusivo e outras ações de promoção da alimentação saudável e suplementação de micronutrientes, entre outros), além da melhoria das condições de saneamento no período. Vale enfatizar que a redução da desnutrição infantil (déficit de peso para idade) em crianças menores de 2 anos de idade, segundo o Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB), entre 2000 e 2008, foi ainda maior nas áreas cobertas pelo Programa Saúde da Família (81%).

O setor saúde empreendeu, em 2009, ações voltadas ao estímulo do acesso aos alimentos, à promoção da alimentação saudável, à vigilância nutricional e ao controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação, refletidos no aumento da cobertura das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (alcançando 62% das famílias e 4 milhões de pessoas) e o alcance de 11 milhões de registros do estado nutricional no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan. Verifica-se ainda o registro de 8% do total de crianças e 30% das gestantes suplementadas com ferro, 50% de crianças de 6 a 11 meses, 37% de crianças de 12 a 59 meses e 44 % de puérperas suplementadas com vitamina A.

No campo dos inquéritos sobre condições de saúde da população o setorial efetuou parcerias para a realização de pesquisas que retratam a situação alimentar e nutricional da população brasileira. Em consequência, foi concluída a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF e foram lançados os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde – PNDS que apresentam dados inéditos de prevalências sobre carências de micronutrientes e da Chamada Nutricional da Região Norte (levantamento da situação nutricional de crianças com até cinco anos de idade realizado nos dias nacionais de vacinação contra poliomielite).

Com a ampliação da população com mais de 65 anos, a tendência acelerada de mudanças de hábitos alimentares e o sedentarismo, observa-se crescimento do predomínio de doenças crônicas na população adulta no país, o combate a agravos de maior incidência nesse ciclo de vida, como a hipertensão arterial (HA) e a *diabetes mellitus* (DM), passaram a ser foco de intervenções em atenção básica no SUS por meio de ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento vinculando-os, prioritariamente, à rede básica de saúde, com o objetivo de reduzir a morbimortalidade causada por essas doenças e a conseqüente carga social e econômica.

Em 2009, práticas de disseminação de informações orientaram o projeto de “Educação em saúde para o auto cuidado em diabetes”, com o objetivo de aperfeiçoar profissionais de nível superior, incorporados à rede de atenção básica, a fim de aprimorar a abordagem do paciente com diabetes mellitus.

Nessa linha, foram formados 1.100 tutores estaduais que devem atuar como multiplicadores, de modo que cada um estabeleça uma rede local que envolva 10 agentes (profissionais de saúde, membros das comunidades, lideranças comunitárias etc.) além da disponibilização de uma página na internet para cursos, fóruns de discussão, disseminação de material educativo e banco de boas práticas.

A extensão dos serviços do SUS à população socialmente reclusa, por motivo correccional, constitui o foco do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) que tem como objetivo prover o acesso da população penitenciária ao SUS, com a implantação de ações e serviços de atenção básica em saúde nas unidades prisionais e encaminhamento aos demais níveis de atenção à saúde, por meio das referências pactuadas por estados e municípios.

Essa ação, desenvolvida em conjunto com o Ministério da Justiça, é executada de forma descentralizada por estados e municípios, com o apoio interministerial. Dentre os recursos disponibilizados destaca-se a continuidade do Incentivo para Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, componente do Piso de Atenção Básica Variável, destinado ao financiamento da ação no ambiente prisional, além da ampliação do suporte medicamentoso básico. Está também disponível um elenco de medicamentos da atenção básica para o atendimento das pessoas presas vinculadas às equipes de saúde do sistema penitenciário dos estados qualificados.

Em 2009, 18 estados firmaram acordo com o PNSSP, o que resultou na atuação de 209 equipes de saúde cadastradas distribuídas em 184 unidades de saúde de estabelecimentos prisionais, quantitativo que corresponde a 31,57% das equipes previstas a serem implantadas.

No âmbito da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no qual se operacionaliza a atenção de média e alta complexidade, é importante destacar, inicialmente, a revisão de todas as regulamentações vigentes, com o objetivo de: (i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando essa atenção; (ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o país; e (iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, de forma a estimular e difundir a boa prática e permitir melhores condições para a regulação, o controle e a avaliação dos serviços prestados.

Em 2009 observa-se significativa ampliação do número de consultas no ambiente ambulatorial, hospitalar englobando todas as especialidades, com abrangência de amplas camadas populacionais que demandam esse tipo de atendimento.

**EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CONSULTAS  
POR HABITANTE/ANO (2004-2008)**

| ANO  | PORCENTAGEM (%) |
|------|-----------------|
| 2004 | 1,70            |
| 2005 | -               |
| 2006 | 2,32            |
| 2007 | 2,00            |
| 2008 | 3,27            |

Fonte: SIGPlan

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na ampliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e na melhoria dos serviços de urgência e emergência em geral. No atendimento móvel de urgência, em 2009, o Brasil obteve uma cobertura populacional de 105 milhões de habitantes, o que corresponde a um aumento de 19% comparado com a de 2008, atingindo um total de 1.237 municípios onde foram implantadas 2.158 ambulâncias. As Unidades de Pronto Atendimento (UPA) tiveram expressiva expansão em 2009 com a habilitação de 250 UPAs em todo território nacional.

A continuidade da Política Nacional de Atenção Oncológica possibilitou em 2009 a implantação de mais quatro Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacons), com a capacitação de recursos humanos utilizados, contribuindo assim, na qualificação técnica e gerencial das unidades hospitalares. No ano, a rede contemplou todas as Unidades da Federação contando com 41 Cacons, 208 Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacons), 9 hospitais gerais com habilitação para realizarem cirurgias oncológicas e com 21 serviços isolados de quimioterapia e radioterapia. Nesse contexto, é importante destacar o trabalho de estruturação da Rede de Atenção Oncológica (RAO), o qual contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de assistência oncológica no Brasil.

A Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal tem como objetivo qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da política nacional de atenção ao portador de doença renal. Até o final de 2009 foram habilitados 629 serviços de nefrologia e reestruturados 13 serviços de hemodiálise no país.

A atuação governamental em saúde por meio dos hospitais filantrópicos e de ensino foi instituída com o objetivo de melhorar o acesso à atenção de média e alta complexidade em saúde além de buscar alternativas de apoio a essas instituições. As ações adotam o critério de adesão e reúnem grande potencial de qualificação da assistência, da gestão, da qualificação profissional e do processo de descentralização.

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS conta, atualmente, com a participação de 757 hospitais. Em 2009 sua expansão foi bastante intensa com a contratualização de 644 novos hospitais filantrópicos.

Com relação aos hospitais de ensino constata-se o registro de 236 unidades certificadas até 2009.

Com finalidade de ampliar a oferta de cuidados em terapia intensiva em 2009 foram credenciados 546 novos leitos destinados aos usuários do SUS, com essa especialidade, totalizando 5.774 leitos com credenciamento e 1.565 leitos reclassificados entre 2003 e 2009. Atualmente a cobertura populacional nacional de leitos de terapia intensiva é de 3,52%, tendo como referência o parâmetro normativo preconizado de, no mínimo, 4%.

**EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE LEITOS GERAIS  
DISPONIBILIZADOS POR HABITANTE/ANO (2004-2008)**

| ANO  | PORCENTAGEM (%) |
|------|-----------------|
| 2004 | 2,6             |
| 2005 | -               |
| 2006 | 2,03            |
| 2007 | 2,6             |
| 2008 | 3,66            |

Fonte: SIGPlan

O número de transplantes de órgãos realizados, com doador falecido, subiu 24,3% no primeiro semestre de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008, tendência que se sustentou no 2º semestre. Ainda no ano de 2009 consolidaram-se o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e a inclusão dos procedimentos pré-transplante, que garantem a equidade no acesso às listas de transplantes e o melhor acompanhamento dos pacientes inscritos. O Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) registrou 399.835 novos doadores em 2009. Atualmente o Redome conta mais de 1 milhão de doadores cadastrados. Ressalte-se que dos doadores identificados no Brasil em 2000, apenas 10% foram brasileiros localizados pelo Redome. Em 2009, esse percentual passou para 70%.

Uma das principais conquistas na área da assistência cardiovascular foi a regulamentação do funcionamento dos serviços, com credenciamento qualificado das unidades de assistência, realizada de forma vinculada com outras ações, visando a integralização do cuidado, de modo a preencher lacuna existente entre o cuidado especializado básico e a alta complexidade. Em 2009, na área da assistência cardiovascular, a rede contabilizou um total de 237 estabelecimentos de saúde habilitados. Destes, 196 são unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e 41 centros de referência de assistência cardiovascular de alta complexidade.

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE ÓBITOS POR  
DOENÇAS CARDIOVASCULARES (2004-2008)**

| ANO  | PORCENTAGEM (%) |
|------|-----------------|
| 2004 | -               |
| 2005 | 10,1            |
| 2006 | 9,25            |
| 2007 | 9,6             |
| 2008 | 9,1             |

Fonte: SIGPlan

A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme passou a integrar o regulamento do SUS. A visibilidade da doença foi ampliada com a realização de um total de 50 eventos atingindo todos os estados da federação, ampliando para 25.000 o número de trabalhadores e usuários sensibilizados ou capacitados.

Com relação à segurança transfusional e qualidade do sangue, no exercício de 2009, os usuários do SUS contaram com a disponibilidade de medicamentos pró-coagulantes, além do poder público federal fornecer à Hemorrede Pública Nacional recursos para a melhoria da infra-estrutura, atualização do parque tecnológico, capacitação, aperfeiçoamento e avaliação dos serviços.

Em 2009 foram habilitados 142 serviços de saúde auditiva que realizam o atendimento integral, o qual compreende a avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, como também, o fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas.

A rede de atenção à saúde mental experimentou mudanças significativas entre os anos de 2003 e 2009. Neste período, a rede pública de atenção à saúde mental mais do que triplicou com a ampliação do acesso ao tratamento em todos os estados brasileiros atingindo cobertura de 60% da demanda nacional. Outra iniciativa importante foi a mudança do perfil dos hospitais psiquiátricos. A maior parte dos leitos psiquiátricos do país não se encontra mais nos grandes hospitais psiquiátricos, mas em hospitais de pequeno porte, o que possibilita melhor qualidade na assistência.

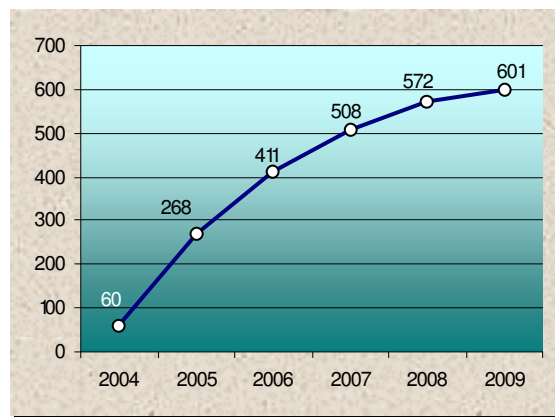
O Programa de Volta para Casa, que garante uma bolsa aos egressos de longas internações psiquiátricas, já tem cerca de 3.500 beneficiários e as Residências Terapêuticas foram ampliadas, somando 550 em todo o país e, beneficiando cerca de 3.000 portadores de disfunção mental.

As ações de saúde mental na atenção primária estão em expansão. Cerca de 30% dos profissionais contratados pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (equipes de apoio especializado às Equipes de Saúde da Família) em 2009 são da área de saúde mental.

Também neste período, passou-se a considerar o uso abusivo do álcool e de outras drogas como problema de saúde pública. A rede de atenção a essa população está sendo ampliada com Centros de Atenção Psicossocial, leitos em hospitais gerais, estratégias de redução de danos e ações intersetoriais.

No âmbito da atenção odontológica especializada, a Política Nacional de Saúde Bucal, por meio do Programa Brasil Sorridente, teve sua operacionalização expandida com a intensificação da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Até 2009, foram implantados 808 CEO's em 601 municípios, beneficiando 90 milhões de pessoas.

**NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (2004-2009)**



Fonte: DAB/SAS/MS

Nos últimos anos, novos desafios têm surgido no controle de doenças transmissíveis e, particularmente, em 2009, pelo risco de ocorrência de uma pandemia de influenza a vigilância sanitária assumiu papel de destaque na Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.

Para a superação dessa situação foi adaptado às características da atual pandemia o Plano de preparação para uma pandemia de influenza, em operação desde 2005.

A atuação setorial no controle da pandemia de influenza pelo vírus pandêmico A(H1N1), no campo de atuação da Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, teve como ponto de partida a estruturação da rede de serviços do SUS.

Dentre as medidas implementadas destacam-se: atualização do plano nacional e dos planos estaduais de preparação; constituição de um Grupo Executivo Interministerial, que tem sido responsável pelo gerenciamento do plano e acompanhamento das ações desenvolvidas; elaboração de protocolos clínicos e de vigilância epidemiológica atualizados para enfrentamento da pandemia; aquisição e produção de insumos – foram adquiridos anti-virais, insumos para diagnóstico laboratorial e vacinas; desenvolvimento da capacidade de produção nacional de vacinas; aquisição de insumos e capacitação da rede nacional de laboratório de saúde pública para detecção dos vírus influenza; estabelecimento da notificação imediata de caso ou surto de influenza humana por novo sub-tipo; implantação do Sistema de Notificação (SINAN) *on line*, para notificação de casos de doença respiratória aguda grave por influenza; e desencadeamento de ações nas áreas de pontos de entrada (portos e aeroportos).

Em 2009 foi registrada uma redução de casos de dengue de 40,3%, quando comparado ao ano de 2008. No mesmo período, houve uma redução de 79,2% no número de casos graves e de 63,2% nos óbitos.

Os esforços empregados no combate à dengue foram mantidos em 2009 e direcionados para: a) campanha publicitária nacional (produção, veiculação e ações de mobilização); b) aquisição de equipamentos e insumos; c) aquisição de Teste NS1 (implantação das Unidades Sentinela e supervisões nos estados); d) aquisição de medicamentos; e e) treinamento e capacitação de pessoal específico.

Outras emergências de saúde pública também têm merecido atenção no âmbito do SUS. Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços setoriais para detectar e intervir oportunamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo território nacional, desde 2006 encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS).

Este Centro funciona ininterruptamente e monitorou até novembro de 2009, aproximadamente, 659 eventos que poderiam representar emergência em saúde pública de relevância nacional, que mereceram a adoção de medidas oportunas, cautelares ou antecipatórias de vigilância sanitária.

Nos últimos anos as doenças imunopreveníveis vêm apresentando redução superior a 90% nos principais indicadores.

A varíola e a poliomielite já foram erradicadas enquanto o sarampo encontra-se em fase de erradicação.

A rubéola e a síndrome da rubéola congênita, após a gigantesca campanha nacional de imunização realizada em todo o país em 2008, já evidencia a perspectiva de eliminação, com impacto importante sobre a mortalidade infantil.

Dentre as principais estratégias para alcançar o êxito na prevenção e controle das doenças imunopreveníveis, destaca-se o Programa Nacional de Imunizações. Em 2009 foram distribuídas cerca de 211 milhões de doses de vacinas e soros e foram administrados até setembro mais de 115 milhões de doses.

Repetindo-se o sucesso dos anos anteriores, a campanha de vacinação contra poliomielite em menores de 5 anos vacinou em cada uma das duas etapas mais de 15,5 milhões de crianças alcançando coberturas superiores a meta de 95% da população alvo.

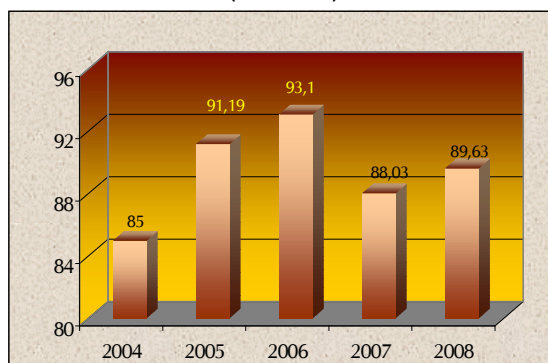
Da mesma forma, em relação à vacinação de idosos contra gripe, foram beneficiados mais de 16 milhões de idosos, atingindo cobertura vacinal superior a 82% desse grupo populacional.

Esses resultados mostram a adesão da população ao chamado à vacinação e reafirmam o êxito do Programa de Imunizações brasileiro.

Com relação às doenças transmissíveis, no período de 2007 a 2008 foi realizada a atualização do manejo clínico e terapêutico da hepatite C.

Cabe ressaltar que a atualização do tratamento da hepatite C contou com a inclusão do interferon peguilado para portadores de hepatite C genótipo 1 e com a definição de critérios de retratamento com interferon-peguilado para pacientes recidivantes, não respondedores e co-infectados com HIV; além da conclusão da fase de campo do Inquérito Nacional de Soroprevalência nas regiões Sul e Sudeste e previsão de conclusão no primeiro semestre de 2009 na região Norte, fundamental para o estabelecimento de estratégias de programação de atividades e tomada de decisão com vistas ao controle da doença no país.

**EVOLUÇÃO % DA TAXA DA COBERTURA VACINAL PARA HEPATITE B EM MENORES DE 1 ANO (2004-2008)**



Fonte: SIGPlan

A hanseníase apresentou uma redução significativa da prevalência e da taxa de detecção (medida utilizada para a incidência da doença) na última década. A título de exemplo, em 2008, detectou-se cerca de 39 mil casos, correspondendo a uma taxa de detecção na população geral 20,56 por 100 mil habitantes. Dentre as estratégias para ampliação deste impacto destaca-se a expansão do tratamento com Poliquimioterapia para os casos de hanseníase nas unidades de saúde de atenção primária.

Até de 2009 existiam no cadastro do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) 9.036 unidades de saúde pública especializadas no tratamento da hanseníase.

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA HANSENÍASE DISPONIBILIZADOS PELO SUS (2004-2008)**

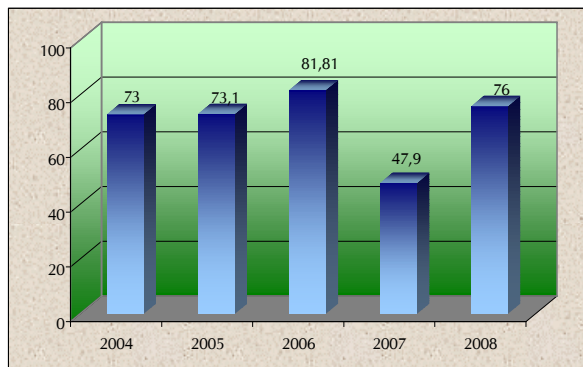
| ANO  | PORCENTAGEM (%) |
|------|-----------------|
| 2004 | -               |
| 2005 | 85              |
| 2006 | -               |
| 2007 | 85              |
| 2008 | 80              |

Fonte: SIGPlan

O controle da tuberculose é considerado prioridade pelo Governo Federal desde 2003. Esforços concentrados nesse sentido apontam para uma redução da incidência de mais de 25% entre 2001 e 2009. Essa redução é fruto, principalmente, da expansão para a rede básica da quase totalidade dos municípios considerados prioritários, do tratamento supervisionado, estratégia recomendada pela

OMS que, aliada à recente introdução de um novo esquema de tratamento, contribuirá para o controle da doença no país, reduzindo internações e mortes. Sendo a tuberculose a principal causa de morte de portadores do HIV/AIDS, estratégias conjuntas estão sendo implementadas entre os dois programas visando o seu controle.

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE CURA DA TUBERCULOSE  
(2004-2008)**



Fonte: SIGPlan

A malária concentra 99,8% de sua transmissão na região Amazônica. Em 2008, os casos de malária totalizaram 314.830, contra 606.080, em 2005, um decréscimo de aproximadamente 48%. A redução de ocorrências da doença pode estar relacionada, principalmente, ao aprimoramento da estrutura de atendimento de casos da enfermidade, a expansão da rede de diagnóstico, melhor oportunidade de acesso ao tratamento, mudança do tratamento para *P. falciparum*, uso da internet para a melhoria da qualidade e oportunidade da informação para focalização do planejamento das medidas de controle da doença e um sistemático monitoramento da situação epidemiológica.

A malária transmitida pelo *P. falciparum*, forma mais grave da doença, apresentou uma redução superior ao total de casos, com os últimos registros de 93.242 casos em 2007 e 49.065 em 2008, correspondendo a uma redução de 47,4%.

Em 2008 foram internadas 4.145 pessoas depois de contraí-la, contra 6.772, em 2007, o que representou uma diminuição de casos na ordem de 38,8%, com redução de 50% do número de óbitos entre 2.000 e 2.008.

Os dados de janeiro a outubro de 2009, comparados ao mesmo período de 2008, indicam a tendência de redução de casos, com o registro de 254.817 e 270.736 casos, respectivamente, correspondendo a uma redução de 6%.

Com finalidade de fornecer bases para diagnósticos de doenças com relevância para a atuação em saúde pública, o governo brasileiro investe na produção de conjuntos diagnóstico de doenças infecciosas. Até o final de 2009 foram produzidos cerca de 8,5 milhões de kits, ampliando em 49% a produção em relação a 2008. Essa produção atendeu toda a demanda originada pela atuação em vigilância em saúde no território nacional.

Ao longo das últimas duas décadas, importantes vitórias no campo da saúde foram colecionadas, tais como a erradicação da poliomielite desde 1989; a interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo desde o ano 2000 e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo *T. infesta*; perspectivas de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos; tendência declinante do número de casos de difteria, coqueluche e o de tétano acidental.

Observando o enfoque de prevenção, predominante em um sistema de saúde universalizado, o setorial investe na produção de vacinas, respondendo atualmente por cerca de um terço das doses consumidas no Brasil. Como também, destacou-se, no ano, como o maior produtor mundial da vacina contra febre amarela. Em consequência, fornece este imunobiológico para várias agências das Nações Unidas. Em 2009 atingiu um patamar de produção de cerca de 164 milhões de doses, incremento de mais de 28% em relação a 2008.

A política nacional de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos tem como principal integrante o Programa Farmácia Popular do Brasil, criado pelo Governo Federal com o intuito de ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, por meio da aquisição em laboratórios farmacêuticos públicos ou privados, e disponibilizar a preço de custo em farmácias públicas distribuídas pelo território nacional. Na operacionalização desse programa encontram-se implantadas, até 2009, 529 unidades, com atendimento a cerca de 950 mil pessoas ao mês.

Ampliado e diversificado em 2006, o Programa Farmácia Popular do Brasil passou a contar com o sistema de co-pagamento em que as farmácias e drogarias privadas vendem um elenco de 12 medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além de contraceptivos. Esses medicamentos são subsidiados em até 90% pelo Governo Federal possibilitando o acesso a camadas mais amplas da sociedade. Atualmente são 10.975 farmácias cadastradas em todo o Brasil, responsáveis por uma média de 1,1 milhão de atendimentos mês, totalizando 13 milhões de atendimentos no ano de 2009.

Para ampliar o acesso aos medicamentos, em níveis de complexidade básica e média, o Governo Federal operacionalizou em 2009 iniciativas que permitiram a abrangência da distribuição. Foram adquiridos 40,3 milhões de unidades do medicamento para atendimento aos portadores da tuberculose, na forma de dose fixa combinada, em uma associação de quatro fármacos em um só comprimido, facilitando o tratamento dos pacientes e o aumentando a adesão. A promoção do acesso aos portadores de hemofilia foi viabilizado com o fornecimento do tratamento a aproximadamente 14 mil portadores da enfermidade. Além disso foi incorporado ao elenco do Programa, o *selante de fibrina*, proporcionando maior segurança no tratamento odontológico de hemofílicos.

No combate ao HIV/AIDS, destaca-se a introdução de um novo medicamento antirretroviral com propriedade de



impedir que o vírus integre seu material genético nas células humanas. Foi garantido o acesso aos medicamentos do coquetel aos 190.000 pacientes que vivem com AIDS no Brasil.

Para ampliar o acesso aos medicamentos específicos foram adquiridas 40,3 milhões de unidades do medicamento para atendimento aos portadores da tuberculose, na forma de dose fixa combinada, além do fornecimento de tratamento a aproximadamente 14 mil portadores de hemofilia. No combate ao HIV/AIDS, foi garantido acesso aos medicamentos do coquetel aos 190.000 pacientes que vivem com a enfermidade no Brasil.

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS  
PARA A TUBERCULOSE DISPONIBILIZADOS PELO SUS  
(2004-2008)**

| ANO  | PORCENTAGEM (%) |
|------|-----------------|
| 2004 | -               |
| 2005 | 85              |
| 2006 | -               |
| 2007 | 90              |
| 2008 | 90              |

Fonte: SIGPlan

Ainda no âmbito da assistência farmacêutica, assegurou-se o acesso a medicamentos fundamentais para o tratamento de diversas doenças crônicas graves, porém de baixa prevalência.

Esse grupo de medicamentos, de dispensação excepcional, é de alto custo e foi disponibilizado em um quantitativo de 527 milhões unidades farmacêuticas dispensadas em 2009.

A atuação setorial teve importante papel na redução do custo dos medicamentos visando a ampliação do acesso da população.

Nesse sentido, concentra esforços na produção de medicamentos e tecnologia para produtos farmacêuticos de origem sintética e natural, com o objetivo de atender às necessidades complementares das políticas de atenção à saúde.

Nesse campo, ganha relevância o início da produção em 2009 do medicamento Efavirenz, que compõe o coquetel anti-AIDS, de distribuição pública nacional, cujo licenciamento compulsório decretado pelo governo brasileiro em maio de 2007, garantirá aos cofres públicos uma economia de US\$ 30 milhões por ano. Em 2009 foram produzidas 17.565.150 de unidades, superando a meta prevista de 12.555.000, em cerca de 40%.

Em relação à Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde, em 2009, um amplo diagnóstico epidemiológico dos agravos e enfermidades relativos à saúde do homem identificou como principais problemas de saúde típicos do sexo masculino: causas externas, doenças do coração e dos aparelhos geniturinário, digestivo e respiratório. Para a inserção desses problemas como prioritários para as políticas de saúde, foi lançada em 2009 a Política Nacional de Apoio

Integral à Saúde do Homem, desenvolvida por meio de uma metodologia participativa consensuada entre a gestão do SUS, representatividades profissionais da área de saúde, representações acadêmicas, sociedade civil organizada e representantes das instâncias gestoras.

A atuação governamental em saúde do homem teve início com abordagens de promoção da saúde por meio do atendimento e distribuição de insumos, estimuladas por ações de comunicação e pela qualificação de profissionais. Essa iniciativa visa a criar mecanismos para melhorar a assistência oferecida e romper os obstáculos que impedem os homens de frequentar as unidades de básicas de saúde.

A expectativa inicial é de que, no mínimo, 5% dos homens na faixa etária de 20 a 59 anos procurem o serviço de saúde ao menos uma vez por ano. Isso significa que 2,5 milhões de homens nessa idade devem buscar atendimento médico.

Em 2009 foram adotadas estratégias para o fortalecimento das parcerias com estados, sociedades de classe e sociedade civil organizada com a finalidade de estabelecer padrões regionalizados para o enfrentamento das questões de saúde da mulher. Essas parcerias tiveram a abrangência de todo o território nacional e resultaram na adesão de grande parte dos municípios brasileiros.

Outra iniciativa importante foi a realização de cursos de capacitação para 511 profissionais de maternidades do SUS de todo país, que foram qualificados para atendimento às urgências/emergências obstétricas.

Destes profissionais, 53 tiveram a extensão para qualificação como tutores para multiplicação nos municípios dos respectivos estados.

Efetivou-se também a implantação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde de Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual com abrangência nacional.

Outras iniciativas relevantes efetivadas em 2009 resultaram no cadastramento de 476 mil mulheres para a realização dos exames pré-natal, sendo que desse quantitativo, 108 mil mulheres já concluíram os exames pré-natal recomendados.

No campo do controle da reprodução humana iniciou-se a aquisição de insumos para o planejamento familiar para disponibilização na rede SUS. Já em relação ao controle das doenças sexualmente transmissíveis ao sexo feminino foram realizadas ações de promoção ao enfrentamento da feminização dessas doenças, da AIDS, bem como a promoção do controle e do tratamento dos cânceres de colo de útero.

Os ciclos da vida humana que abrangem desde o nascimento até a adolescência e juventude têm ações em saúde específicas e abrangentes, enfocando, principalmente: promoção ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde por meio da criação da Rede Amamenta Brasil, que conta com 722 tutores atuando em

343 unidades básicas de saúde e com 4.594 profissionais, com capacitação específica, distribuídos nas 27 unidades da federação, o fortalecimento da prevenção à violência e promoção de cultura de paz voltada para crianças e adolescentes vítimas de violência.

Na década, a mediana aleitamento materno exclusivo aumentou de 23 dias para 54 dias, enquanto o aleitamento materno em geral teve a mediana elevada de 9,9 meses para 11,2 meses.

**EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL (2004-2008)**

| ANO  | PORCENTAGEM (%) |
|------|-----------------|
| 2004 | 15,8            |
| 2005 | -               |
| 2006 | 15              |
| 2007 | 13,5            |
| 2008 | 13,6            |

Fonte: SIGPlan

**EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE LETALIDADE MATERNA HOSPITALAR (2004-2008)**

| ANO  | PORCENTAGEM (%) |
|------|-----------------|
| 2004 | 29,3            |
| 2005 | -               |
| 2006 | 24,66           |
| 2007 | 18,6            |
| 2008 | 24,6            |

Fonte: SIGPlan

No âmbito da atenção à saúde da criança, ações governamentais privilegiaram a redução das iniquidades regionais na Amazônia Legal e no Nordeste, sendo definida a proposta institucional com atuação focada na implantação de bancos de leite humano, o que resultou em 16 bancos já em funcionamento, além de 11 postos de coleta de leite humano; realização de 16 oficinas de sensibilização de gestores para a implantação modelo Hospital Amigo da Criança em hospitais com mais de 1.000 partos/ano nos estados do Nordeste e Amazônia Legal, com 400 gestores sensibilizados; e ampliação de maternidades com Método Canguru em todos os estados brasileiros por meio da capacitação de 34 profissionais que atuarão como multiplicadores estaduais.

Para a concretização das diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em 2009 foram distribuídas 3 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa; 1 milhão de folders da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa; 50 mil exemplares do Guia Prático do Cuidador do Idoso; capacitação em nível técnico 1.800 cuidadores de idosos, capacitação quanto a sensibilização de gestores, profissionais e entidades médicas para a importância da prevenção de quedas.

A continuidade das ações e serviços de atenção às pessoas com deficiência no SUS foi um dos focos prioritários do governo em 2009.

A abrangência dessas ações buscou a intersetorialidade na busca governamental pela inclusão social das pessoas com deficiência.

Com relação à reabilitação, conta-se hoje com 1.198 unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual o que representou em 2009, entre 73% e 92% do número total de unidades previstas para todos os estados da Federação.

Com relação aos recursos aplicados em ações e serviços de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29 (EC 29), de 13 de setembro de 2000, o piso determinado para aplicação mínima pelo MS em 2009, de acordo com o disposto na Portaria MS/GM n. 2047, de 5/3/2003, foi da ordem de R\$ 54.143,30 milhões.

O montante empenhado referente a ações e serviços de saúde foi de R\$ 58.270,26 milhões, o que correspondeu a 107,6 % do piso determinado para aplicação em ações e serviços de saúde.

No que tange aos restos a pagar inscritos R\$ 5.701,88 milhões dos quais foram cancelados R\$ 476,01 milhões.

Desse montante cancelado, consta R\$ 475,92 milhões relativos a ações e serviços de saúde considerados para fins de cumprimento da EC 29.



### 5.1.13. Função Comunicações

Nos últimos anos, a área de Comunicações consolidou importantes avanços nas políticas públicas que já vinham se desenhando, a exemplo da universalização dos serviços de inclusão digital, da expansão dos serviços de radiodifusão, da criação e transferência de tecnologia em telecomunicação para o setor privado brasileiro, da regulação do setor de telecomunicações, e da ampliação da rede de atendimento de serviços postais básicos. Em relação aos avanços no marco regulatório do setor de telecomunicações, merece destaque a implementação do Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), facultando aos usuários a mudança de prestadora e a manutenção do número do telefone fixo ou do celular.

Somente em 2009, ocorreram mais de três milhões de solicitações de portabilidade numérica.

Também em 2009 foram expedidas diversas resoluções da Anatel com vistas à regulação do setor de telecomunicações, destacando-se a edição de regulamentos sobre radiações indesejadas no uso de sistemas de banda larga por meio de redes de energia elétrica (BPL); sobre aspectos de segurança elétrica dos produtos de telecomunicações; sobre a revisão da norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), elemento importante para a concessão dos reajustes tarifários; sobre a definição de áreas locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC); sobre a metodologia de estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC); e sobre o acompanhamento e controle das obrigações de universalização das STFC.

Em razão da aprovação do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) ao final de 2008, que estabeleceu metas regulatórias de curto, médio e longo prazos, foi priorizada a elaboração de determinadas normas. Nesse sentido, foram realizadas, em 2009, consultas públicas para debater com a sociedade a proposta de revisão quinquenal dos contratos de concessão do STFC referente ao ciclo 2011-2015, o novo Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC e o novo Plano Geral de Metas para a Universalização do STFC prestado em regime público.

No que se refere à execução orçamentária, a função governamental Comunicações apresentou gastos de R\$ 490,57 milhões no exercício de 2009, dos quais R\$ 255,76 milhões referentes ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social - OFSS, e R\$ 234,81 milhões do Orçamento de Investimentos - OI.

O ano de 2007 apresentou uma execução de R\$ 931,78 milhões, valor superior aos demais anos, em virtude do aporte de R\$ 200 milhões ao capital social da Telebrás (Medida Provisória nº 405/2007), dos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) destinados à chamada pública de projetos da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, e de crédito extraordinário para a instalação de Telecentros Comunitários.

A execução do OFSS na função Comunicações diminuiu substancialmente seu patamar nos anos de 2008 e 2009, dada a não influência dos fatores atípicos de 2007 acima apontados; enquanto a execução do OI apresentou uma trajetória levemente crescente, conforme demonstrado a seguir.

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO COMUNICAÇÕES 2005/2009

em R\$ milhões

| COMUNICAÇÕES | EMPENHADO     |               |               |               |               |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|              | 2005          | 2006          | 2007          | 2008          | 2009          |
| OFSS         | 372,10        | 345,33        | 724,86        | 296,24        | 255,76        |
| OI           | 272,91        | 217,62        | 206,92        | 214,25        | 234,81        |
| <b>TOTAL</b> | <b>645,01</b> | <b>562,95</b> | <b>931,78</b> | <b>510,49</b> | <b>490,57</b> |

Fonte: Siafi/Siest

O peso relativo das subfunções típicas da função governamental Comunicações, Telecomunicações e Comunicações Postais foi de 47,7% da execução no ano de 2009, respondendo respectivamente, por 11,1% e 36,6% da execução, conforme demonstrativo:

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO COMUNICAÇÃO POR SUBFUNÇÕES EM 2009 (EM R\$ MILHÕES)

| DESCRIÇÃO                 | EMPENHADO     | %           |
|---------------------------|---------------|-------------|
| <b>Subfunções Típicas</b> |               |             |
| Comunicações Postais      | 179,76        | 36,6        |
| Telecomunicações          | 54,32         | 11,1        |
| <b>Outras Subfunções</b>  | <b>256,49</b> | <b>52,3</b> |
| <b>TOTAL</b>              | <b>490,57</b> | <b>100</b>  |

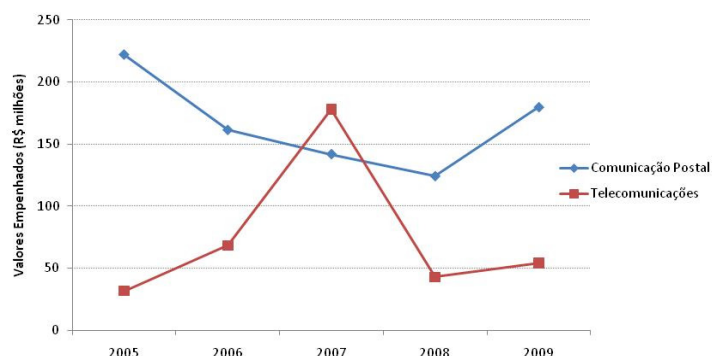
Fonte: Siafi/Siest

A diminuição nos valores executados na subfunção Comunicação Postal, entre 2006 e 2008, foi revertida no exercício de 2009, com um aumento de 44,89% comparado ao exercício anterior, devido principalmente à elevação dos investimentos em melhorias nas unidades da ECT.

Os valores executados na subfunção Telecomunicações foram influenciados, em 2007, por crédito extraordinário para a instalação de Telecentros.

Já a adoção da modalidade de licitação pregão eletrônico para os Telecentros Comunitários em 2007, influenciou o patamar dos valores observados em 2008 e 2009, conforme gráfico a seguir.

### Valores líquidos nas subfunções típicas 2005/2009



### Inovação Tecnológica em Telecomunicações

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque por serem essenciais à capacidade de competição nacional. No cenário anterior à privatização, a formulação e implementação da política tecnológica no Brasil eram alicerçadas no poder de compra do Sistema Telebrás, e na capacidade de geração tecnológica e interação com o setor privado nacional da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Com a abertura do setor à competição, o quadro anterior foi substancialmente alterado, ocorrendo aumento do volume de importações e consequentemente a redução da participação das empresas de capital nacional no mercado brasileiro de telecomunicações.

Para ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) estimula o processo de inovação tecnológica setorial, incentivando a capacitação de recursos humanos, o fomento e a geração de empregos, além de promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital.

A Resolução n.º 40/2007 do Conselho Gestor do Funttel (CGF) definiu as áreas temáticas nas quais devem ser concentrados os investimentos para o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações brasileiras: tecnologias de acesso e difusão sem fio; plataformas de serviços baseadas em redes IP de próxima geração; plataformas de suporte à produção e difusão de conteúdos digitais; tecnologias de transporte e de acesso em fibra ótica; e plataformas de gerência de redes, serviços e aplicações.

Estudo encomendado pelo CGF e realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sobre os projetos apoiados com recursos do Funttel, contratados por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), mostrou que os principais impactos dos investimentos realizados no período de 2001 a 2007, foram:

- 127 inovações tecnológicas, das quais 24 em escala mundial, nas áreas de comunicação por satélites, redes de comunicação, telefonia e TV digital;
- Envolvimento de cerca de 1.000 profissionais no desenvolvimento dos projetos, e mais de 500 empregos gerados em decorrência dos resultados alcançados, criados principalmente na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em empresas de telefonia;
- Retorno financeiro dos projetos de R\$ 2,66 para cada R\$ 1 de investimentos do Funttel, calculado desde o início da execução de cada projeto até 2010; e
- Disseminação dos conhecimentos produzidos, por meio de parcerias de cada organização beneficiada com, em média, 4,1 parceiros, empresas ou institutos de pesquisa.

O Funttel apoia ainda vários projetos ligados à TV digital brasileira, cujos principais desenvolvimentos, em andamento, referem-se a: (a) serviços interativos multiplataforma, baseados em receptores de TV como terminal de usuário, nas áreas de governo eletrônico, acesso a conteúdos sob demanda, comércio eletrônico, educação à distância e jogos; (b) padrão para descrição de conteúdo educacional que possibilite sua veiculação tanto pela televisão digital, quanto pela *Internet*, ou ainda por dispositivos móveis, como os aparelhos celulares; e (c) plataforma de autoria de objetos de aprendizagem interativos e interoperáveis.

Foram realizadas em 2009 duas Chamadas Públicas do Funttel, no montante de R\$ 110 milhões, para contratação de projetos de pesquisa prospectiva e de desenvolvimento tecnológico e industrial. As áreas temáticas incluíram produtos e componentes para sistemas de comunicação de banda larga sem fio, inovações em plataformas de serviços baseadas na conectividade IP, equipamentos e componentes para transporte e acesso óptico e aplicativos interativos para TV Digital e dispositivos móveis com impactos nas áreas de saúde, educação, acessibilidade, e governo eletrônico.

De um total de 186 propostas apresentadas na primeira Chamada Pública, foram aprovados 26 projetos no valor total de R\$ 95.000.501,83.

Na segunda Chamada, das 58 propostas apresentadas, foram aprovados cinco projetos no valor total de R\$ 14.584.642,84.

O valor empenhado em 2009 foi de R\$ 40.154.273,00, dos quais R\$ 26.955.067,00 referentes aos projetos aprovados no Plano de Aplicação de Recursos da Fundação CPqD que prevê investimentos da ordem de R\$ 210.000.000,00 nas áreas de Comunicações Ópticas Avançadas, Comunicações sem Fio de 4ª Geração, Sistemas de Gerenciamento e Operação e Aplicativos de segurança e acessibilidade para dispositivos móveis; e R\$ 12.798.086,00 referentes à parcela dos projetos selecionados nas Chamadas Públicas de 2009.

### TV Digital (Não-Orçamentária)

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD) visa proporcionar ganhos de qualidade de som e imagem para os usuários e a possibilidade de utilização de mais uma ferramenta para a inclusão digital.

A Portaria n.º 652/2006 estabeleceu um cronograma para início oficial das transmissões de TV Digital. Em 2007 foram consignados 16 canais de TV Digital, sendo 10 para a cidade de São Paulo e seis para a cidade de Belo Horizonte. Durante o ano de 2008, as consignações foram estendidas para Goiânia, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Cuiabá, além da cidade de Campinas, constituindo-se um grande marco no desenvolvimento das comunicações brasileiras. Em 2009, as consignações de TV Digital atingiram outras 12 capitais e 14 cidades do interior do País, além do início das consignações de Retransmissão de Televisão Digital (RTV-D), que contemplaram 10 Capitais. Com isso, a operação das transmissões de TV Digital já está presente em 250 municípios, atingindo 75,6 milhões de brasileiros.

A escolha do padrão a ser utilizado para a TV Digital brasileira foi orientada, em grande medida, a partir de resultados de projetos de 22 consórcios, que desenvolveram diversas tecnologias associadas à TV Digital, apoiados desde 2005 com recursos do Funtel. Entre estas, destaca-se a proposta de aperfeiçoamento do padrão japonês por meio da utilização da tecnologia de compressão de vídeo H.264.

Outro desenvolvimento importante foi o do *software* que possibilita a interatividade do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre: o *middleware* GINGA. Em 2009, a União Internacional de Telecomunicações estabeleceu o GINGA como padrão internacional para interatividade em IPTV, o primeiro padrão brasileiro a ser reconhecido como padrão mundial por um organismo internacional. Importante destacar a adesão de países vizinhos ao padrão nipo-brasileiro, sendo o Peru o primeiro país latino-americano a adotar o sistema, seguido pela Argentina, Chile e Venezuela. Espera-se ainda a adesão de Equador, Bolívia e Paraguai.

### Inclusão Digital (Não-Orçamentária)

O Programa de Inclusão Digital vem se consolidando como um importante instrumento de inclusão social, principalmente para os que vivem em áreas rurais e isoladas ou em situação de vulnerabilidade social, além de contribuir para as políticas públicas de Educação (presencial e a distância), Saúde e Previdência Social.

A política de inclusão digital vem produzindo efeitos positivos nos indicadores de acesso às tecnologias de informação e comunicação. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2005, 18,6% dos domicílios possuíam computador, passando para 31,2% em 2008. Já quanto ao percentual de pessoas que utilizaram a *Internet* na população de 10 anos ou mais de idade, observamos um crescimento de 20,9% para 34,8% no mesmo período.

Merece destaque, entre as políticas de inclusão digital, a Ação Operação do Sistema de Banda Larga - Gesac, que leva a *Internet*, por meio de conexão terrestre ou via satélite, a todos os municípios brasileiros, com prioridade a localidades remotas e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de forma a contemplar populações variadas: comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, aldeias indígenas, zonas rurais, periferias urbanas, escolas públicas, telecentros comunitários e pontos remotos de fronteira, entre outros. A rede Gesac conta com aproximadamente 10.800 pontos instalados, atendendo 5.564 municípios.

Outra iniciativa é a implantação dos Telecentros Comunitários, que passou por uma importante mudança ao adotar a modalidade de execução direta e não mais a de transferência voluntária aos municípios, permitindo a implantação de pelo menos um Telecentro Comunitário em cada um dos 5.564 municípios do Brasil, além da redução de 60% nos custos por meio da utilização do Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços. Em 2009, foram empenhados e executados neste Programa R\$ 55,68 milhões, e pagos R\$ 18,13 milhões.

### Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos

Em 2009, o MC concluiu os procedimentos da ação de fiscalização nos Telecentros Comunitários por meio de Termo de Convênio, afim de garantir a efetividade do Programa Inclusão Digital e da Política Pública de Inclusão Digital. Neste exercício, foram empenhados e executados nesta ação R\$ 21,45 milhões.

A adesão e cadastro ao Programa atingiram 98% dos municípios brasileiros em 2009, permitindo a entrega e montagem de pelo menos um Telecentro Comunitário nesses municípios, sendo que a meta do Programa é atender a todos, que contarão com pelo menos um Telecentro Comunitário e conexão à Internet pelo Gesac até meados de 2010, alcançando, assim, a universalização do Programa e da Política Pública de Inclusão Digital.

No que se refere à conexão dos Telecentros Comunitários à Internet, o contrato vencedor da licitação para conexão de 12.000 pontos de presença Gesac previa a conexão de todas as unidades até o final de 2009, fato este que não

aconteceu em virtude de problemas ocorridos com a distribuição geográfica dos pontos, ficando sem Internet, até esta data, 1.762 Telecentros Comunitários em Municípios de todos os Estados da Federação, cuja solução deste problema estará resolvida até junho de 2010.

A qualificação, capacitação e treinamento dos Coordenadores/Monitores dos Telecentros Comunitários na Plataforma baseada em Software Livre teve início em novembro de 2009 e deverão ser concluídos até 15 de maio de 2010, haja vista a complexidade deste procedimento por parte dos Institutos Federais de Educação Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Os Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFET's assumiram a responsabilidade de executar o supracitado treinamento, capacitando servidores públicos municipais nesta tecnologia para atender os usuários dos Telecentros Comunitários.

#### Operação do Sistema de Acesso Banda Larga

No final do ano de 2007, o Gesac mantinha em operação 3.450 Pontos de Presença, conectados gratuitamente à Internet Banda Larga. A partir da conclusão do processo licitatório, ocorrida em agosto de 2008, que teve como vencedor um consórcio de empresas lideradas pela Embratel, foram atendidas mais 8.500 comunidades até o final de 2009, totalizando 11.929 Pontos de Presença espalhados por todo o território nacional, ampliando significativamente o alcance do programa, de forma a que todos os municípios brasileiros terão, no mínimo, um Ponto de Presença Gesac em operação.

Em relação ao provimento de conectividade, o contrato recém firmado contém vantagens se comparado ao anterior, visto que utiliza o que há de mais moderno em relação à tecnologia e velocidades customizadas de acordo com o perfil de cada parceiro. É importante destacar que a modalidade Pregão, utilizada no certame, possibilitou uma significativa redução no custo do serviço se comparado ao contrato anterior.

As velocidades disponibilizadas variam de 256 kbps, sugerida para Escolas Rurais (pequena quantidade de alunos) até 8 Mbps, para utilização pelas Universidades Abertas do Brasil e pelo projeto de Telemedicina, o qual é realizado pelo Ministério das Comunicações em parceria com a UFAM – Universidade Federal do Amazonas e com a UEA – Universidade do Estado do Amazonas.

O projeto Telemedicina já se encontra em fase de testes e produzindo resultados reais, atendendo a municípios distantes de Manaus e com dificuldades de acesso. Em 2009, foram empenhados e executados nesta ação R\$ 31,76 milhões, sendo pagos R\$ 18,04 milhões.

#### Outorga de Serviços de Radiodifusão

O objetivo do Programa é a universalização desses serviços, buscando a difusão da cultura e da educação, o aperfeiçoamento da cidadania e transparência governamental, cujas ações envolvem a concessão de outorgas nas modalidades de Radiodifusão Comunitária, Televisão Digital e os serviços comerciais de Frequência Modulada (FM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC) e Televisão (TV). Em 2009, 61,8% dos municípios brasileiros dispõem de pelo menos um serviço local de radiodifusão.

A meta do programa, até o final de 2011, é que pelo menos 80% do total de municípios brasileiros (4.452 municípios) sejam contemplados com este serviço.

A publicação de Avisos de Habilitação para Radiodifusão Comunitária nos últimos anos permitiu que, em 2008, 99,86% de municípios do país fossem contemplados com Aviso, primeiro passo para a instalação efetiva de uma emissora de radiodifusão comunitária. E

Em 2009, a publicação de Avisos atingiu 463 localidades, englobando também aquelas anteriormente contempladas que não tiveram entidades interessadas ou que possuíam condições técnicas para instalação de novas emissoras.

Com isso, apenas os municípios recém-criados ou com problemas de espectro radioelétrico ainda não foram contemplados.

Até o final de 2009, haviam 3.890 entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o Brasil e mais de 200 processos em análise para posterior decisão sobre a efetivação das outorgas.

O quadro demonstra os avanços nas outorgas dos Serviços de Radiodifusão nos últimos cinco anos.

#### QUADRO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO

| ANO   | SERVIÇO |      |    |      |            |    |        |     |       | TOTAL |
|-------|---------|------|----|------|------------|----|--------|-----|-------|-------|
|       | FM      | FM E | TV | TV E | TV Digital | OM | RADCOM | RTV | RTV D |       |
| 2005  | 58      | 42   | 5  | 18   | -          | 1  | 207    | 50  | -     | 381   |
| 2006  | 256     | 5    | -  | 8    | -          | 1  | 298    | 135 | -     | 703   |
| 2007  | 70      | 6    | 0  | 2    | 17         | 5  | 366    | 44  | -     | 510   |
| 2008  | 55      | 6    | -  | 2    | 42         | -  | 374    | 81  | -     | 560   |
| 2009  | 131     | 5    | 2  | 1    | 93         | 14 | 398    | 153 | 10    | 807   |
| TOTAL | 570     | 64   | 7  | 31   | 152        | 21 | 1643   | 463 | 10    | 2.961 |

Fonte: Ministério das Comunicações

FM – Frequência Modulada; FM E - Frequência Modulada Educativa; TV – Televisão; TV E – Televisão Educativa; TV Digital – Televisão Digital; OM – Ondas Médias; RADCOM – Radio Comunitária; RTV – Retransmissora de Televisão; RTV D - Retransmissora de Televisão Digital

### Aprimoramento dos Serviços Postais

O objetivo do Programa é garantir o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população. Para tanto, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT visa:

- a prestação de serviços postais básicos, em nível mínimo de distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes;
- o acesso aos serviços oferecidos em produtos selados e ao envio de objetos postais sem registro em cidades com população igual ou superior a 100 mil habitantes, dentro de um raio máximo de dois quilômetros;
- a implantação de Agência de Correio Comunitária – AGC, em substituição à Agência de Correios Satélite – ACS e ao Posto de Correios – PC; e
- a regulamentação da distribuição postal de objetos dos serviços de carta, de telegrama, de impresso e de encomenda não urgente.

A ECT utiliza estratégias de implementação do Programa como parcerias com entidades públicas e privadas para a instalação e operação de unidades de atendimento e de distribuição postal e instituições públicas e privadas com vistas à ampliação da prestação dos serviços sociais e à promoção da inclusão digital; instalação de unidades próprias para atendimento, processamento e distribuição postal e a reestruturação da Empresa, visando garantir melhores condições para ampliar o acesso da sociedade aos serviços prestados.

Em 2009, o atendimento ao objetivo do Programa apoiou-se, primeiro, em uma rede de produção e distribuição

composta por: 16 Centros de Tratamento de Cartas – CTC, 13 Centros de Tratamento de Encomendas – CTE, 25 Centros de Tratamento de Cartas e Encomendas – CTCE, 2 Centros de Tratamento de Correio Internacional – CTCI, 899 Centros de Distribuição Domiciliária – CDD, 115 Centros de Entrega de Encomendas – CEE, 7 Centros de Serviços Telemáticos – CST, 10 Centros de Logística Integrada – CLI, 39 Centros de Transporte Operacional – CTO e 7 Terminais de Carga – TECA (Aérea e de Superfície).

Segundo, em uma rede de atendimento composta por: Agências Próprias e Terceirizadas; Unidades Terceirizadas (Posto de Venda de Produtos – PVP) e Caixas de Coletas – CC distribuídas em todas as Unidades da Federação, cabendo ressaltar a inauguração de 134 agências próprias no ano, de um total previsto de 151 unidades.

A ECT proporcionou em 2009 o atendimento a 49 distritos até então desprovidos dos serviços postais básicos. Os investimentos do Programa totalizaram R\$ 179,76 milhões.

### Manutenção e Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição

O atendimento ao público pela ação Adequação da Infraestrutura de Atendimento alcançou 74,0% em relação à dotação disponibilizada de R\$ 24,43 milhões.

A ECT deu continuidade à atividade de Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição, investindo 74,6% da dotação disponibilizada para o ano de 2009, no valor total de R\$ 30,86 milhões, objetivando a manutenção do serviço e assegurando os indicadores de qualidade operacional e de desempenho operacional, de 93,86% e de 95,92% até novembro/09, respectivamente.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2009 PARA O PROGRAMA APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS

(em R\$ mil)

| PROGRAMA/AÇÃO                                           | DOTAÇÃO        | EXECUÇÃO       | VAR%        |
|---------------------------------------------------------|----------------|----------------|-------------|
| <b>Aprimoramento dos Serviços Postais (Atividades)</b>  | <b>118.884</b> | <b>89.729</b>  | <b>75,4</b> |
| Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição | 41.351         | 30.861         | 74,6        |
| Manutenção da Infraestrutura de Atendimento – Correios  | 77.533         | 58.868         | 75,9        |
| <b>Aprimoramento dos Serviços Postais (Projetos)</b>    | <b>186.218</b> | <b>90.027</b>  | <b>48,3</b> |
| Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição  | 153.218        | 65.597         | 42,8        |
| Adequação da Infraestrutura de Atendimento – Correios   | 33.000         | 24.430         | 74,0        |
| <b>TOTAL</b>                                            | <b>305.102</b> | <b>179.756</b> | <b>58,9</b> |

Fonte: ERP/ECT – DEZEMBRO/09

Quanto ao esforço contínuo da ECT para atingir a qualidade no atendimento, vale destacar a aplicação das dotações disponibilizadas para as atividades Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Correios, atingindo em 2009 uma execução orçamentária de 75,9% da dotação reprogramada, no valor de R\$ 58,87 milhões.

Em relação aos quatro anos anteriores a 2009, a ECT verificou variações significativas na execução orçamentária total do Programa Aprimoramento dos Serviços Postais, conforme demonstra a tabela a seguir:

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS - 2005/ 2009

(em R\$ mil)

| PROGRAMA/AÇÃO                                           | 2005           | 2006           | 2007           | 2008           | 2009           | TOTAL          |
|---------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| <b>Aprimoramento dos Serviços Postais (Atividades)</b>  | <b>37.365</b>  | <b>32.513</b>  | <b>53.645</b>  | <b>79.256</b>  | <b>89.729</b>  | <b>292.508</b> |
| Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição | 17.382         | 13.938         | 21.030         | 45.645         | 30.861         | 128.856        |
| Manutenção da Infraestrutura de Atendimento – Correios  | 19.983         | 18.575         | 32.615         | 33.611         | 58.868         | 163.652        |
| <b>Aprimoramento dos Serviços Postais (Projetos)</b>    | <b>184.928</b> | <b>128.932</b> | <b>88.220</b>  | <b>44.809</b>  | <b>90.027</b>  | <b>536.916</b> |
| Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição  | 171.413        | 109.802        | 68.992         | 27.031         | 65.597         | 442.835        |
| Adequação da Infraestrutura de Atendimento – Correios   | 13.515         | 19.130         | 19.228         | 17.778         | 24.430         | 94.081         |
| <b>TOTAL</b>                                            | <b>222.293</b> | <b>161.445</b> | <b>141.865</b> | <b>124.065</b> | <b>179.756</b> | <b>829.424</b> |

Fonte: ERP/ECT – 2005 a 2009

Os valores realizados nos últimos cinco anos para a ação de Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição oscilaram entre R\$ 171,41 milhões, em 2005, e R\$ 27,03 milhões, em 2008.

A variação anual se deve a execuções referentes aos projetos de Ampliação e Renovação da Frota que compõem esta ação, nos valores: de R\$ 10,90 milhões e R\$ 68,92 milhões, em 2005; de R\$ 8,84 milhões e R\$ 65,52 milhões, em 2006; e aos valores bastante inferiores nos três anos seguintes, especialmente em 2008, que atingiram R\$ 0,35 milhões e R\$ 0,13 milhões, respectivamente, em razão da não conclusão de processo de aquisição de veículos previstos à época.

Por outro lado, as ações de Manutenção da Infraestrutura de Atendimento, Produção e Distribuição têm demonstrado o crescimento dos valores executados nos últimos anos, em razão da necessidade de melhorias em unidades existentes e do atendimento das recomendações do Termo de Ajustamento de Conduta (TCAC) n.º 038/2007 e aditivos, firmados entre a ECT e o Ministério Público do Trabalho.

Verifica-se que estas atividades possuem uma execução de R\$ 37,37 milhões, em 2005, e de R\$ 89,73 milhões, no encerramento do exercício de 2009.

## Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

No âmbito da função governamental de Comunicação, o Programa contempla as ações relacionadas às principais atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel: Regulamentação dos Serviços de Telecomunicações, Fiscalização em Telecomunicações, Relações com os Usuários dos Serviços de Telecomunicações, Certificação e Homologação dos Produtos de Comunicação, Gestão de Recursos, Numeração, Espectro e Órbita, Outorga dos Serviços de Telecomunicações e Gestão Econômica da Prestação dos Serviços de Telecomunicações.

Além destas, o programa contempla as ações: Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, Publicidade de Utilidade Pública e Aquisição de Unidades Administrativas.

Esse programa tem a finalidade de garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o

interesse dos consumidores e usuários de serviços quanto a preço e qualidade, por meio de ações de acompanhamento e avaliação da consistência regulatória e promover o setor de telecomunicações no Brasil.

Para isso, a Anatel promove a adequação da regulamentação às necessidades da sociedade brasileira e do mercado de telecomunicações por meio da elaboração de regulamentos, do gerenciamento das alterações em atos, termos e contratos de prestação de serviços, da administração do uso do espectro, do uso de órbitas e das faixas de frequência, da administração dos recursos de numeração, da certificação e fiscalização de produtos fornecidos para a prestação dos serviços de telecomunicações, da fiscalização dos serviços de telecomunicações prestados pelas outorgadas, entre outras atividades.

Para o exercício de 2009 a Lei Orçamentária Anual (LOA/2009) definiu o montante de R\$ 111.480.247,00.

Deste valor, foram empenhados e liquidados R\$ 55.174.423,94, sendo que foram pagos R\$ 36.528.001,65, e R\$ 18.644.870,42 inscritos em Restos a Pagar.

## Regulamentação dos Serviços de Telecomunicações

A Anatel publicou 9 dos 35 regulamentos previstos para 2009, voltados para a Telefonia Fixa, Telefonia Móvel, Serviços de Comunicação de Massa, Universalização dos Serviços de Telecomunicações, Certificação e Homologação dos Produtos de Comunicação e Administração do Espectro, encontrando-se os demais em processo de avaliação jurídica e de deliberação pelo Conselho Diretor da Agência.

No tocante ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), dos 16 regulamentos previstos, foram publicados apenas três, em virtude da necessidade de revisão do planejamento e da priorização de determinados regulamentos, decorrente da aprovação do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) ao final de 2008 e da publicação das Consultas Públicas n.º 11, sobre a revisão quinzenal dos Contratos de Concessão do STFC referente ao ciclo 2011-2015, e n.º 14, sobre o novo Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC, que vigorará a partir de 2011.



Os três regulamentos publicados foram: Resolução n.º 532/009, que aprovou a Revisão da Norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST); Resolução n.º 534/2009, que efetuou alterações no Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC; e Resolução n.º 535/2009, que aprovou a Metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC).

Para os Serviços Privados, em razão do alto grau de complexidade dos trabalhos, não foi possível publicar os regulamentos previstos para 2009.

Foram colocadas em Consulta Pública, no mês de dezembro, as seguintes propostas: Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual (RRV-SMP); Alterações no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura: Fraseologia – Gravações das ligações dirigidas às Centrais de Atendimento; Edital de Licitação Banda H e Sobras de Radiofrequências, em cumprimento à ação de curto prazo do PGR; e a Revisão do Regulamento do Serviço de Rádio do Cidadão.

A Revisão do Regulamento do Serviço de Radioamador encontra-se na Procuradoria Federal Especializada e, em seguida, seguirá para avaliação do Conselho Diretor.

A proposta de Consulta Pública referente à revisão do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia foi encaminhada à análise no Conselho Diretor da Agência em 30 de novembro de 2009.

No que concerne aos Serviços de Comunicação de Massa, em 2009 foi publicada a Resolução n.º 528, de 17 de abril, que aprovou a alteração do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de TV por Assinatura, aprimorando sua redação e alinhando-a com o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor.

Em relação à Universalização, dos dois regulamentos previstos para 2009, foi publicado o Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização que estabelece os critérios e procedimentos para acompanhamento e controle do cumprimento das obrigações de Universalização do STFC.

O segundo regulamento previsto, a proposta de Plano de Metas para a Universalização do STFC em Localidades com Menos de Cem Habitantes (PMU II), que visa complementar o atendimento do Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU), foi aprovada pelo Conselho Diretor em 8 de outubro de 2009, e será submetida à apreciação do Conselho Consultivo da Agência, com vistas ao encaminhamento ao Ministério das Comunicações e posterior aprovação por meio de Decreto Presidencial.

Quanto à ação de Certificação e Homologação dos Produtos de Comunicação e Administração do Espectro, foram publicados quatro dos dez regulamentos previstos: a Resolução n.º 529 – Regulamento para Certificação de

Equipamentos de Telecomunicações quanto aos Aspectos de Segurança Elétrica; a Resolução n.º 533 – Norma para Certificação e Homologação de Equipamentos de Telecomunicações quanto aos Aspectos da Avaliação da Taxa de Absorção Específica (SAR); a Resolução n.º 527 – Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências por Sistemas de Banda Larga por meio de Redes de Energia Elétrica; e a Resolução n.º 531 – Regulamento de Condições de Uso de Radiofrequência para Fins Exclusivamente Militares.

Com relação ao orçamento da ação de regulamentação dos serviços de telecomunicações, a dotação foi de R\$ 10.404.534,00. Foram empenhados e liquidados R\$ 2.289.587,35, pagos R\$ 2.018.427,52, e inscritos em Restos a Pagar R\$ 271.159,83.

Do valor empenhado, a maior parte destinou-se às despesas de viagens, que permitiram representantes da Anatel cumprir suas responsabilidades legais e regimentais em importantes fóruns do setor de telecomunicações, tais como reuniões da Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel), Fórum Mundial sobre Políticas de Telecomunicações (FMPT), Reguladores Europeus e Latino-Americanos (Regulatel), União Internacional das Telecomunicações (UIT), Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul, Fórum de Governança da Internet (IGF), entre outros.

A parte da dotação autorizada que não foi executada destinava-se à contratação de estudos diversos que não puderam sê-lo, em virtude de dificuldades para conclusão de processo licitatório, mudança de escopo e postergação da contratação para o próximo exercício em razão de adequações regulatórias.

#### **Fiscalização em Telecomunicações**

Presente em todas as Unidades da Federação, a Anatel dedicou 565.206 horas diretamente em atividades de fiscalização em 2009, correspondentes a 150.515 ações de fiscalização em 13.301 entidades. Essas ações de fiscalização representaram 100,52% do previsto para o exercício.

Ressalte-se que, do total de horas utilizadas em ações de fiscalização, 502.032 horas (89%) foram empregadas em serviços de interesse coletivo, sendo que, destas, 319.340 horas (64%) foram utilizadas em atividades com impacto direto em benefício do cidadão.

Em 2009, a LOA estabeleceu o valor de R\$ 75.236.872,00.

Com vistas à adequação do orçamento, em virtude de corte no valor definido no PLOA/2009, realizou-se o remanejamento de dotação, com transferência de R\$ 10.000.000,00 das despesas de Investimentos para Despesas Correntes.

Cumprе ressaltar que parte da dotação dessa ação destina-se a viabilizar as despesas necessárias à atividade fiscalizadora da Agência.

Relativamente às despesas correntes, foram empenhados R\$ 30.231.666,82, sendo liquidados e pagos R\$ 20.477.285,23. Foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 9.752.829,72.

Com vistas a custear a manutenção das unidades descentralizadas da Anatel, foram empenhados R\$ 17.453.661,91, excluídas as despesas com viagens.

No âmbito da sede, excluídas as despesas com viagens da fiscalização, foram empenhados R\$ 7.896.383,48.

Esse valor destinou-se a cobrir despesas com serviços associados ao Sistema de Gerência e Modernização do Espectro (SGME), calibração de instrumentos, seguro das Unidades Móveis de Radiomonitoragem (UMR) entre outros. Em 2009, Anatel empenhou R\$ 4.881.621,431 com despesa de viagem para fiscalização.

No tocante às despesas de investimentos, em virtude do forte contingenciamento imposto à Anatel, foi alocado o limite de R\$ 3.060.394,00. Esse valor foi empenhado em 99,4% com a aquisição de equipamentos para modernização do Sistema de Gerência e Modernização do Espectro (SGME), aquisição de equipamentos como rádio *scanners* transceptores, antenas e amplificadores, filtros para análise de sinais de radiofrequência de serviços aeronáuticos, entre outros. Foram pagos R\$ 563.677,11 e inscritos em Restos a Pagar R\$ 2.478.593,08.

#### **Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações**

Em 2009, a intervenção da Anatel no relacionamento entre usuários e operadoras assegurou a solução de 98,15% das reclamações registradas, o que corresponde ao melhor índice dos últimos cinco anos, permitindo reduzir a assimetria entre esses segmentos na medida em que reforça o poder de questionamento e demanda dos primeiros e explicita os deveres e as obrigações dos segundos.

Do total de 3,7 milhões de atendimentos de solicitações, 93,10% foram realizados na Central de Atendimento da Anatel sendo, 6,38% pelo Fale Conosco e 0,52% pelos demais canais.

Das interações com os usuários, 58,43% referem-se a pedidos de informações resolvidas no primeiro contato com a Agência e ao acompanhamento de suas solicitações, o que denota maior esclarecimento e capacidade crítica dos usuários acerca dos regulamentos dos serviços e de seus direitos.

Relativamente às solicitações acolhidas, verifica-se aumento de 24,10% no número de ocorrências em relação ao ano anterior, perfazendo 1.545.237 registros, correspondendo a 41,57% dos atendimentos de solicitações. Desses registros, 1.492.992 se referem a reclamações, 35.520 pedidos de informações, 11.815 denúncias, 2.252 sugestões e 2.658 elogios.

As reclamações vêm merecendo crescente atenção da Agência, pois representam oportunidades de melhorias

concretas para os usuários e indicam as áreas e temas que requerem atuação mais efetiva junto às operadoras.

As 670.574 reclamações referentes ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) e as 546.326 referentes ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), respectivamente 44,91% e 36,59% do total concentraram mais de 80% das demandas dos usuários, o que fez com a Agência direcionasse maior esforço em ações nestes dois segmentos.

O Serviço de Comunicação Multimídia, que concorreu com 13,42% das solicitações, mereceu atenção especial em 2009 em função do crescimento expressivo da oferta de serviços de banda larga no Brasil nos últimos anos.

Concorreu também para o aumento de reclamações, a ocorrência de paralisações na planta da Telesp, no estado de São Paulo, fato que gerou medida cautelar expedida pela Anatel e que levou a suspensão temporária da comercialização desse serviço.

Em paralelo à criação e instalação do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST), em junho de 2009, outro fato relevante no exercício em questão foi a criação do Índice de Desempenho no Atendimento – IDA.

Instituído em janeiro de 2009 pela Anatel, o IDA tem a finalidade de incentivar as prestadoras a aperfeiçoar o tratamento de reclamações, tornando-as mais céleres e eficazes na resolução de problemas apontados pelos usuários.

Essa métrica permite avaliar a capacidade de a prestadora atender às demandas no prazo de cinco dias, de diminuir a quantidade de reclamações, de reduzir pendências e de evitar reincidências, elevando a satisfação com as soluções apresentadas.

O índice tornou-se um indicador importante entre as operadoras para aferição do nível da prestação de serviços de telecomunicações, proporcionando ao mercado e à sociedade melhor visibilidade acerca do desempenho das empresas do setor.

Para a execução das atividades necessárias à defesa e garantia dos direitos dos usuários, a LOA/2009 estabeleceu o montante de R\$ 17.025.687,00.

Foram empenhados R\$ 14.721.378,63, pagos R\$ 9.891.333,16, e inscritos R\$ 4.830.045,47 em Restos a Pagar. Com vistas a assegurar a manutenção da Central de Atendimento da Agência, foram empenhados R\$ 8.158.901,091 com contratação de empresa para prestação de serviço de atendimento ao usuário e R\$ 5.978.728,771 com despesas de telefonia. Estas despesas contribuíram para o acompanhamento, orientação e avaliação do tratamento das solicitações nos escritórios regionais da Anatel e nas prestadoras dos Serviços de Telefonia Móvel, Fixa e de TV por Assinatura..

### 5.1.14. Função Relações Exteriores

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação da política externa, assegurar sua execução e manter relações com os Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, promovendo os interesses nacionais e articulando as ações do governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não-intervenção.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO "RELAÇÕES EXTERIORES" 2005/2009

em R\$ milhões

| RELAÇÕES EXTERIORES | EMPENHADO |         |         |         |         |         |
|---------------------|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                     | 2005      | 2006    | 2007    | 2008    | 2009    | TOTAL   |
| OFSS                | 1.517,6   | 1.380,4 | 1.462,4 | 1.892,1 | 1.521,5 | 7.774,1 |

Fonte: COF - MRE - Base: 12/2009.

Os valores empenhados na função "Relações Exteriores", entre os anos de 2005 e 2009, não variaram significativamente. Em 2009, o valor empenhado foi de aproximadamente R\$ 1.521.512.290,76, que é relativamente parecido à média dos valores empenhados nesses cinco anos, de R\$ 1.551.481.089.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2005

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                      | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES<br>POR SUBFUNÇÕES |      | EXECUÇÃO DAS<br>SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES EM<br>OUTRAS FUNÇÕES |     | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES<br>DA FUNÇÃO RELAÇÕES<br>EXTERIORES |       |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------|-----|----------------------------------------------------------|-------|
|                                | EMPENHADO                                                   | %    | EMPENHADO                                                                        | %   | EMPENHADO                                                | %     |
| Subfunções Típicas             | 937,7                                                       | 59,6 | 8,7                                                                              | 5,5 | 947,4                                                    | 56,37 |
| 211 - Relações Diplomáticas    | 508,4                                                       | 33,4 | -                                                                                | -   | 508,4                                                    | 30,27 |
| 212 - Cooperação Internacional | 429,3                                                       | 28,2 | 8,7                                                                              | 5,5 | 438                                                      | 26,1  |
| Outras Subfunções              | 614,6                                                       | 40,4 | 15,6                                                                             | 9,8 | 630,2                                                    | 37,5  |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1.552,3</b>                                              |      | <b>24,3</b>                                                                      |     | <b>1.576,6</b>                                           |       |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2006

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                      | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES<br>POR SUBFUNÇÕES |      | EXECUÇÃO DAS<br>SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES EM<br>OUTRAS FUNÇÕES |     | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES<br>DA FUNÇÃO RELAÇÕES<br>EXTERIORES |      |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------|-----|----------------------------------------------------------|------|
|                                | EMPENHADO                                                   | %    | EMPENHADO                                                                        | %   | EMPENHADO                                                | %    |
| Subfunções Típicas             | 749,8                                                       | 54,1 | 0,2                                                                              | 0,1 | 750                                                      | 49   |
| 211 - Relações Diplomáticas    | 444                                                         | 32   | -                                                                                | -   | 444                                                      | 29   |
| 212 - Cooperação Internacional | 305,8                                                       | 22,1 | 0,2                                                                              | 0,1 | 306                                                      | 20   |
| Outras Subfunções              | 636,3                                                       | 45,9 | 0,7                                                                              | 0,5 | 637                                                      | 41,6 |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1.386,1</b>                                              |      | <b>0,9</b>                                                                       |     | <b>1.387,0</b>                                           |      |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2007

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                      | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES<br>POR SUBFUNÇÕES |      | EXECUÇÃO DAS<br>SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES EM<br>OUTRAS FUNÇÕES |     | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES<br>DA FUNÇÃO RELAÇÕES<br>EXTERIORES |      |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------|-----|----------------------------------------------------------|------|
|                                | EMPENHADO                                                   | %    | EMPENHADO                                                                        | %   | EMPENHADO                                                | %    |
| Subfunções Típicas             | 776,9                                                       | 52,7 | 0,2                                                                              | 0,1 | 777,1                                                    | 47,4 |
| 211 - Relações Diplomáticas    | 468,6                                                       | 31,8 | -                                                                                | -   | 468,6                                                    | 28,6 |
| 212 - Cooperação Internacional | 308,3                                                       | 20,9 | 0,2                                                                              | 0,1 | 308,5                                                    | 18,8 |
| Outras Subfunções              | 696,9                                                       | 47,3 | 0,3                                                                              | 0,2 | 697,2                                                    | 42,5 |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1.473,8</b>                                              |      | <b>0,5</b>                                                                       |     | <b>1.474,3</b>                                           |      |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2008

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                      | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES<br>POR SUBFUNÇÕES |      | EXECUÇÃO DAS<br>SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES EM<br>OUTRAS FUNÇÕES |      | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES<br>DA FUNÇÃO RELações<br>EXTERIORES |      |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------|------|
|                                | EMPENHADO                                                   | %    | EMPENHADO                                                                        | %    | EMPENHADO                                                | %    |
| Subfunções Típicas             | 1031,5                                                      | 54,2 | 0,3                                                                              | 0,18 | 1031,8                                                   | 49,3 |
| 211 - Relações Diplomáticas    | 663,1                                                       | 34,8 | -                                                                                | -    | 663,1                                                    | 31,7 |
| 212 - Cooperação Internacional | 368,4                                                       | 19,4 | 0,3                                                                              | 0,18 | 368,7                                                    | 17,6 |
| Outras Subfunções              | 872,3                                                       | 45,8 | 1,8                                                                              | 1    | 874,1                                                    | 41,8 |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1.903,8</b>                                              |      | <b>2,1</b>                                                                       |      | <b>1.905,9</b>                                           |      |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

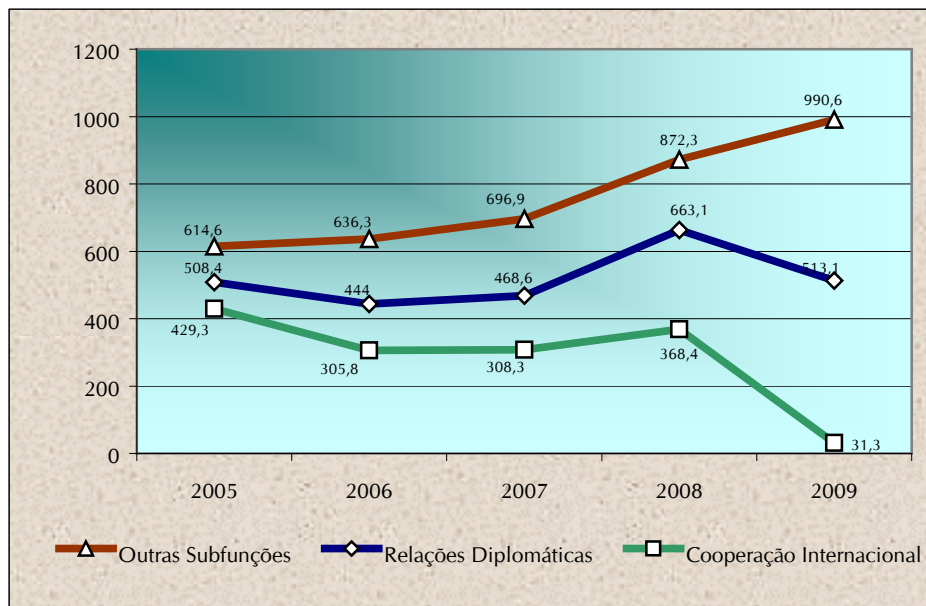
### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2009

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                      | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES<br>POR SUBFUNÇÕES |      | EXECUÇÃO DAS<br>SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO<br>RELAÇÕES EXTERIORES EM<br>OUTRAS FUNÇÕES |      | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES<br>DA FUNÇÃO RELações<br>EXTERIORES |      |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------|------|
|                                | EMPENHADO                                                   | %    | EMPENHADO                                                                        | %    | EMPENHADO                                                | %    |
| Subfunções Típicas             | 544,4                                                       | 35,4 | -                                                                                | -    | 544,4                                                    |      |
| 211 - Relações Diplomáticas    | 513,1                                                       | 33,4 | -                                                                                | -    | 513,1                                                    | 29,2 |
| 212 - Cooperação Internacional | 31,3                                                        | 2    | -                                                                                | -    | 31,3                                                     | 1,8  |
| Outras Subfunções              | 990,6                                                       | 64,6 | 3,8                                                                              | 1,74 | 994,4                                                    | 56,6 |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1.535</b>                                                |      | <b>3,8</b>                                                                       |      | <b>1.538,8</b>                                           |      |

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

### EMPENHOS EMITIDOS PELAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELações EXTERIORES (EM R\$ MILHÕES)



O gráfico acima registra a evolução dos empenhos emitidos pelas subfunções da função Relações Exteriores. A subfunção Relações Diplomáticas manteve-se ascendente entre os anos 2005 e 2008, com queda no empenho de 2009, que, no entanto, permaneceu em nível superior ao de 2005. A subfunção Cooperação Internacional teve um comportamento levemente descendente entre 2005 e 2008 e uma queda maior em 2009. O item Outras Funções reúne as subfunções não típicas da função Relações Exteriores, as quais apresentaram movimento ascendente no decorrer dos cinco anos em análise.

## Programas Estruturantes em 2009

em R\$ 1,00

| PROGRAMA                                                                   | LOA + CRÉDITOS        | DISPONÍVEL            | A LIQUIDAR           | LIQUIDADO             | % EMPENHADO  |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|--------------|
| 0355 - Promoção das Exportações                                            | 18.747.181,22         | 3.059.358,68          | 244.132,42           | 15.443.690,12         | 83,68        |
| 0682 - Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior                | 35.274.724,24         | 897.350,58            | 748.929,33           | 33.628.444,33         | 97,46        |
| 0683 - Gestão da Política Externa                                          | 66.136.365,45         | 13.908.516,68         | 1.813.352,90         | 50.414.495,87         | 78,97        |
| 0685 - Ensino Profissional Diplomático                                     | 3.404.063,36          | 588.561,62            | 251.036,97           | 2.564.464,77          | 82,71        |
| 1264 - Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular | 528.211.944,47        | 127.869.015,26        | 8.323.362,53         | 392.019.566,68        | 75,79        |
| <b>TOTAL</b>                                                               | <b>651.774.278,74</b> | <b>146.322.802,82</b> | <b>11.380.814,15</b> | <b>494.070.661,77</b> | <b>77,37</b> |

Este quadro demonstra que os cinco projetos estruturantes do Itamaraty apresentaram uma realização média de aproximadamente 78%.

O Programa – Promoção das Exportações – empenhou aproximadamente 84% dos recursos disponibilizados. Uma série de fatores contribuiu para que esse programa não obtivesse um percentual de execução mais elevado. O orçamento reservado a promoção comercial não foi aproveitado em sua totalidade, uma vez que a crise financeira internacional provocou uma atitude de cautela no mundo empresarial, de modo geral. Eventos e missões empresariais que foram aventados para serem realizados em 2009 não o foram, como foi o caso, por exemplo, da realização da “Semana Brasil-Bolívia de Moda”, que, previa-se, envolveria a organização de uma série de eventos, dentre os quais seminários e workshops. Produziu-se igualmente uma retração do número de eventos paralelos implementados em visitas presidenciais. De forma geral, houve retração do interesse de companhias brasileiras em expor seus produtos em feiras e mostras, privilegiando outras formas, menos onerosas, de promoção de negócios, devido à crise financeira mundial.

O Programa – Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior – obteve quase 98% de realização dos recursos oferecidos. Quanto à gestão orçamentária, foram executados 99,99% dos recursos destinados às atividades da Fundação Alexandre de Gusmão, bem como 99,99% dos recursos referentes ao custeio da Gestão e Administração. Apenas os recursos destinados à capacitação de servidores não puderam ser executados na íntegra, tendo em vista as diversas atividades implementadas face ao reduzido quadro de pessoal da Fundação. Apesar da solicitação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a realização de concurso público para preenchimento das vagas disponíveis no seu Quadro de Pessoal, a Fundação ainda não obteve tal autorização.

O Programa – Gestão da Política Externa – empenhou aproximadamente 79% de seu orçamento. Este programa foi realizado a contento, pois o percentual de execução financeira total resultou superior a 70% e, para a maioria das Ações, a execução física atingiu percentual igual ou superior a 60% da meta estimada, à exceção da Ação 1C90 - “Construção do Anexo III do Ministério das Relações Exteriores”, pois não foi possível licitar as obras em decorrência do atraso na aprovação dos projetos executivos pela Administração de Brasília. Pela Ação – “Manutenção do Cerimonial”, foram realizados eventos relacionados a visitas de 127 altas autoridades estrangeiras

ao Brasil, entre as quais 38 Chefes de Estado, 5 Chefes de Governo e 37 Chanceleres, e, pela Ação 6218 – “Missões Oficiais do Presidente e Vice-Presidente da República ao exterior”, foram possibilitadas 43 Missões oficiais a 30 países. No âmbito da Ação – “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos”, foram registrados 68 eventos. A Ação – “Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Sictex)” permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros, e a Ação – “Cooperação Técnica Internacional” implementar 915 projetos.

Pode-se afirmar que a não utilização total dos recursos disponíveis se deveu, entre outros fatores, ao encerramento, em julho de 2009, do Projeto BRA 034 que o MRE mantinha com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esgotada a possibilidade de ulterior renovação contratual. O fim do referido projeto implicou alteração na dinâmica de contratação de serviços, fazendo que a Unidade Gestora tivesse de realizar processo licitatório – atualmente em curso – e capacitar quadro de funcionários próprio para operar na nova sistemática. Um segundo fator foi a reestruturação interna de parte do Itamaraty, na qual a Unidade Gestora da Ação– Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação – sofreu adaptações no organograma e teve de administrar a entrada do tema “energia” em sua pauta.

A Ação – Demarcação de Fronteiras – é coordenada pelo Itamaraty e por duas Comissões, a PCDL (Primeira Comissão Demarcadora de Limites), com sede em Belém e responsável pelas fronteiras com Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru, e a SCDL (Segunda Comissão Demarcadora de Limites), sediada do Escritório de Representação do Rio de Janeiro e responsável pelas fronteiras com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. As Comissões são responsáveis pelas Campanhas de inspeção, demarcação e densificação de limites com os países limítrofes. O Programa Anual de Trabalho para 2009, apresentado pelas Comissões, previa a realização de 10 Campanhas e 10 Conferências, mas, como a execução dessa ação é uma atividade realizada bilateralmente, envolvendo os países limítrofes, a execução das campanhas de inspeção, demarcação e densificação de limites depende da disponibilidade da outra parte, pois os trabalhos de campo são realizados em conjunto, não foram realizadas 6 Conferências e 4 Campanhas.

O Programa– Ensino Profissional Diplomático – teve aproximadamente 83% de seus recursos realizados. Mais especificamente, o Programa de Ação Afirmativa – que é uma das ações do Programa 0685 – tem produzido resultados a longo prazo. A decisão de permitir que bons candidatos sejam selecionados mais de uma vez para a Bolsa-Prêmio mostrou-se muito frutífera. A maior parte dos ex-bolsistas aprovados no Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata recebeu a bolsa em duas edições do Programa. Essa tendência explica-se, de um lado, pela complexidade intrínseca do concurso, que exige preparação de longo prazo, e, de outro lado, pelo amadurecimento intelectual proporcionado pela dedicação aos estudos, condição fundamental para a aprovação.

A verificação dos efeitos positivos resultantes do investimento mais prolongado nos candidatos que demonstram maior preparo intelectual e dedicação ensejou, em 2007, a iniciativa de permitir que candidatos já contemplados duas vezes com a Bolsa-Prêmio pudessem concorrer, em igualdade de condições com os demais candidatos, a uma terceira bolsa.

Os resultados do Programa, importantes em termos absolutos, impressionam ainda mais se considerados em termos relativos, pela comparação do desempenho dos ex-bolsistas com o universo total dos candidatos ao CACD. O percentual de aprovação de ex-bolsistas é várias vezes superior ao percentual de aprovados no conjunto dos candidatos.

Na análise dos dados que comprovam esse desempenho, deve-se observar que número de bolsas não corresponde ao número de beneficiários. Até a data presente, 168 bolsistas receberam 243 bolsas-prêmio, em virtude do fato de que as mesmas podem ser recebidas duas ou até três vezes pelo mesmo candidato. Do total de 168 bolsistas, 15 foram aprovados no CACD, correspondendo a 8,93%, nível bastante elevado de aproveitamento, se considerarmos a relação candidato/vaga, historicamente muito alta no CACD.

O Programa– Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular – empenhou aproximadamente 76% de seu orçamento. O desempenho deve ser considerado satisfatório, tendo em vista – no caso da Ação 2529 – a natureza imprevisível das demandas que recaem sobre essa ação (determinadas em ampla medida por situações emergenciais como catástrofes naturais, conflitos armados e alterações de ordem política ou econômica em países estrangeiros, ou pela celebração de acordos que permitem o desenvolvimento de programas de regularização migratória). Assim, o menor gasto de recursos nessa rubrica pode indicar ter havido redução do número de emergências (ressalte-se que o ataque a brasileiros no Suriname ocorreu na noite de Natal de 2009 e que os gastos com essa crise em grande medida serão custeados com recursos de 2010), ou então economia de recursos advinda da utilização, sempre que possível, de UTIs aéreas e aeronaves militares da Força Aérea Brasileira como forma de redução de custos em casos mais onerosos de repatriação de brasileiros.

Com relação à Ação – Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) –, no exercício de 2008, foram creditados R\$ 2.200.000,00. Desse montante, foram empenhados e pagos R\$ 2.157.956,00, representando índice de execução de 98,09%.

No exercício de 2009, no entanto, foram creditados R\$ 3.000.000,00 na mesma Ação. Desses recursos, foram empenhados e pagos R\$ 1.930.867,00, representando índice de execução de 64,36%. Apesar disso, as atividades de manutenção do Posto mantiveram-se nos mesmos níveis do exercício anterior. Com a diminuição da taxa cambial no decorrer de 2009, no entanto, o índice de execução da ação parece menor do que efetivamente foi.

As ações desenvolvidas pelo Ministério em 2009, a seguir resumidas, inserem-se no contexto do Plano Plurianual (PPA), que atingiu suas metas de política externa.

## **Política Internacional e Relações Diplomáticas**

### **Relações Bilaterais**

#### **América do Sul, Central e Caribe**

O Brasil continuou a buscar o adensamento das relações bilaterais no entorno regional e o aprofundamento da integração na América do Sul e, mais amplamente, na América Latina e Caribe.

No plano bilateral, Brasil e Argentina decidiram promover encontros presidenciais a cada 90 dias e reuniões ministeriais a cada 45 dias, com o propósito de assegurar os objetivos de um espaço econômico integrado e dinâmico. Com relação ao Uruguai, além da abertura de escritórios do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) naquele país, avançou-se nas discussões sobre interconexão elétrica, reforma da ponte Barão de Mauá e construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão.

Com respeito ao Paraguai, a Declaração Presidencial Conjunta de 25 de julho pretendeu marcar uma nova etapa na relação bilateral, com uma série de entendimentos entre os dois países, em especial sobre aspectos relacionados à gestão da usina hidrelétrica binacional de Itaipu e aos rendimentos auferidos pelo Paraguai com a cessão de energia ao Brasil. O fomento à infra-estrutura viária continuou a ter importância central na agenda bilateral com a Bolívia, de que são exemplos a inauguração de dois trechos do futuro Corredor Rodoviário Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile e a assinatura do protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Los Moxos, projeto prioritário para o desenvolvimento da região central daquele país.

No que toca ao Chile, foram assinados acordos bilaterais nas áreas de consultas políticas de alto nível, envios postais, serviços aéreos, cooperação em matéria educacional, previdência social e cooperação aduaneira. Com o Peru, avançou-se especialmente em assuntos de

integração fronteiriça e energética. Em favor do Equador, o Brasil concedeu preferências tarifárias a mais de 3 mil produtos, com vistas a aprofundar o intercâmbio comercial entre os dois países. A primeira ligação física entre o Brasil e a Guiana foi estabelecida com a inauguração de ponte sobre o Rio Tacutu. Em relação ao Suriname, foram concluídas as negociações de reescalonamento da dívida daquele país com o Brasil, tema pendente há 11 anos. Avançou-se, ademais, na cooperação técnica e militar.

Em Reunião Ministerial da Cúpula da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (Calc), foi aprovado o “Plano de Ação de Montego Bay”, que procurou traduzir, em medidas concretas, o espírito de integração e diálogo entre os países da região enunciado na Cúpula de Salvador, em 2008.

O processo de institucionalização da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) viu-se reforçado com a criação de quatro conselhos em nível ministerial. Inquietações derivadas da assinatura de acordo de cooperação militar entre a Colômbia e os EUA, que prevê o uso, por este país, de bases colombianas, deram oportunidade à Unasul de consolidar-se como espaço privilegiado de diálogo e concerto regional. A ação política da Unasul manifestou-se igualmente na adoção de posição firme contra o golpe de Estado ocorrido em Honduras, em junho. A mesma postura foi adotada no âmbito do Grupo do Rio.

A integração financeira da América do Sul avançou com a assinatura, por sete países da região, entre os quais o Brasil, do Convênio Constitutivo do Banco do Sul, em agosto. Ademais, o Brasil tornou-se membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF), o que implicará mais que duplicar, em 2010, sua participação acionária naquela entidade.

A aproximação entre o Brasil e os países da região da América Central e do Caribe, intensificada em anos recentes, teve continuidade. Os principais eixos dessa aproximação foram a robusta cooperação técnica oferecida pelo Brasil, o aumento da presença de empresas brasileiras naquela região, sobretudo na área de infra-estrutura, e o comércio, pouco afetado pela crise financeira internacional. Como demonstração de seu compromisso com o Caribe, o Brasil decidiu abrir Embaixadas residentes em São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Neves, Antígua e Barbuda e Dominica.

O Brasil realizou intensos esforços diplomáticos em nível multilateral e bilateral para a condenação veemente da destituição e do exílio forçados do Presidente Constitucional Manuel Zelaya e para sua recondução ao cargo. O Brasil não reconheceu o governo “de facto” instalado em Tegucigalpa e adotou uma série de medidas de retaliação, como a paralisação da análise de pedidos de financiamento para obras em Honduras.

As relações com o México foram alçadas a patamar superior em agosto, quando se decidiu aprofundar os vínculos comerciais entre ambos os países, o que pode incluir a negociação de um acordo de livre comércio em 2010. Com respeito ao Haiti, além da presença brasileira

na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah), o Brasil deu seguimento a um intenso programa de cooperação, incluindo doações de alimentos à população haitiana.

O Brasil teve papel protagônico na Coordenação Regional da Cúpula América do Sul – Países Árabes (Aspa), tendo acolhido encontros preparatórios para a II Cúpula Aspa (Doha, março) e participado das reuniões que a antecederam: de Altos Funcionários (Cairo, fevereiro) e de Chanceleres (Cairo, março).

## Ásia e Oceania

Com vistas a colocar em prática a vocação universalista de nossa política externa, altos representantes do Governo brasileiro visitaram países da Ásia e Oceania, e receberam visitas de autoridades desses continentes.

O Chanceler iraniano visitou o Brasil, em março. Aconteceu, em setembro, em Teerã, a VII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Irã. O Presidente do Irã visitou o Brasil, em novembro. Assinaram-se acordos de cooperação nas áreas de cultura, ciência e tecnologia, agricultura e de isenção de vistos para passaportes diplomáticos.

O Presidente da República do Uzbequistão visitou Brasília, em maio, ocasião em que se assinaram declaração conjunta e acordos de cooperação nas áreas de minas e energia, cultura, esportes, turismo, agricultura, comércio e investimentos.

Em janeiro, missão indiana chefiada pelo Diretor da DRDO (Organização de Pesquisa e Desenvolvimento na área da Defesa), vinculada ao Ministério da Defesa da Índia, esteve no Brasil, para contatos com o setor de defesa brasileiro. Realizou-se, em agosto, em Brasília, a IV Comissão Mista Brasil-Índia, que acordou diversas iniciativas com o objetivo de expandir o comércio e os investimentos bilaterais, bem como a cooperação em energia, agricultura, temas sociais, espaço e defesa. Houve, ainda, visita bilateral ao Brasil do Chanceler indiano, em agosto.

Brasil e Butão estabeleceram relações diplomáticas. Realizou-se visita do Primeiro-Ministro do Butão para participar da V Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta, a convite da Itaipu Binacional.

Com relação à Austrália, houve negociação do Plano de Ação Brasil-Austrália com o objetivo de elevar as relações bilaterais a uma Parceria Reforçada. Em agosto, realizou-se a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Austrália.

No que tange à Nova Zelândia, o Ministro da Agricultura e Reflorestamento neozelandês visitou o Brasil, para estimular o comércio e os investimentos bilaterais no setor agrícola.

No âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), realizaram-se cerca de 30 eventos, visando à coordenação sobre temas distintos, como propriedade



intelectual, direitos humanos, Oriente Médio, Antártida, mudança do clima e comércio internacional. No tocante ao Fundo Ibas, o ano de 2009 marcou o início da execução de quatro iniciativas. Além dos já iniciados projetos no Haiti e na Guiné-Bissau, agora começam a fazer parte do mapa de beneficiários Palestina, Burundi, Camboja e Cabo Verde.

O Grupo do qual participam Brasil, Rússia, Índia e China (Brics) realizou, em maio, na Rússia, a I Cúpula de Chefes de Estado/Governo.

Sobre o Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal), realizou-se reunião de Altos Funcionários (Buenos Aires, 7 e 8 de abril) e publicação de livro sobre a III Reunião Ministerial do Focalal. Foi particularmente expressiva a troca de visitas de autoridades de alto nível entre o Brasil e a China. Dessa intensa troca de visitas de alto nível, resultou a assinatura de importantes instrumentos bilaterais, em áreas como energias renováveis, petróleo, ciência e tecnologia, e cooperação financeira. O Brasil instalou Embaixada residente em Pionguangue, na Coreia do Norte, em junho.

Na I Reunião da Comissão Mista Brasil-Indonésia, em Brasília, foi adotado o Plano de Ação da Parceria Estratégica.

Realizou-se Sessão Ministerial entre o Mercado Comum do Sul e a Associação De Nações Do Sudeste Asiático (Mercosul - Asean) em setembro, à margem da 64ª Assembléia Geral das Nações Unidas.

## África

Cúpula América do Sul – África (Asa) - O Brasil teve papel ativo no exercício da função de Coordenador Regional para a América do Sul e no preparo da participação brasileira na II Cúpula Asa, realizada na Venezuela, em setembro. A Ação “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos” visa a beneficiar especificamente os países africanos (e, excepcionalmente, também o Timor-Leste) e reforçar a capacidade institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de organismos regionais africanos e dos seus países membros. A LOA 2009 alocou R\$ 3.680.000,00 à referida ação orçamentária. Esses recursos, que foram disponibilizados e executados em sua totalidade, de uma forma geral, atenderam aos objetivos do fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da intensificação da cooperação com Organismos regionais africanos (como o Centro de Formação em Desminagem Humanitária da África do Oeste - CPADD) e com países membros dessas organizações.

Os recursos da Ação “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos” possibilitaram, ainda, a execução de atividades de cooperação que, por razões diversas, não se enquadram no escopo de atividades de cooperação institucional prestada pelo Brasil a outros canais. No caso particular da CPLP, a participação de representantes dos

países membros em eventos, muitas vezes, somente se viabiliza pelo apoio brasileiro, canalizado por meio da CPLP. Esta ação, além de fortalecer a Comunidade, já que os Estados Membros passam a ver nela meio efetivo de concretização de iniciativas, constitui apoio importante para a própria realização de eventos no Brasil, que se vêm assim enriquecidos pela participação de representantes oriundos de países carentes de recursos e que, sem o apoio brasileiro, não se fariam representar.

O “III S.O.S África”, realizado pela Federação Internacional Democrática das Mulheres (São Paulo- SP); o V Congresso sobre Planejamento de Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa (Itajaí - SC); o “Encontro Preparatório para o Fórum da Sociedade Civil” (Salvador - BA); o “V Encontro Empresarial da CPLP” (Fortaleza - CE); e o “Encontro sobre a Saúde Mental na CPLP” (Rio de Janeiro - RJ) são alguns dos eventos que se enquadram nessa situação e que contaram com o apoio financeiro do setor competente do Itamaraty.

Outra área que recebeu o apoio financeiro ao abrigo da Ação “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos” foi a da cooperação. Trata-se de setor fundamental para a estruturação institucional dos Estados da CPLP. Sem o apoio brasileiro, provavelmente os países beneficiários não teriam como enviar seus representantes para aprimorar sua formação nas Academias militares brasileiras. Além de contribuir para a formação dos militares da CPLP, o Itamaraty apoiou financeiramente a realização de missões de prospecção de futuras cooperações do Ministério da Defesa do Brasil aos seguintes países: Guiné-Bissau (para avaliação da infraestrutura local com vista à futura instalação da Missão Militar Brasileira na Guiné-Bissau); São Tomé e Príncipe (Missão técnica da Marinha e Aviação Civil); e Moçambique (Missão técnica para tratar de Operações de Apoio à Paz).

O Itamaraty transferiu recursos ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para apoio à realização das eleições presidenciais na Guiné-Bissau. O apoio em temas eleitorais traduziu-se também em aportes à CPLP, na forma de contribuição para a organização de missões de observação eleitoral da Comunidade, nas eleições da Guiné-Bissau e de Moçambique. No tocante à cooperação em temas educacionais, foram liberados recursos que possibilitaram a execução da II Edição do Programa de Incentivo à Formação Científica, executado em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os recursos possibilitaram que cerca de 200 estudantes de Angola, Moçambique e Cabo Verde realizassem estágio em universidades brasileiras, durante o período de férias escolares.

## Oriente Médio:

O Brasil participou da Conferência Internacional sobre a Economia Palestina e a Reconstrução de Gaza, promovida pelo Egito, em 02 de março. Nessa reunião, o Brasil anunciou uma contribuição de US\$ 10 milhões. Em

outubro, o país participou do Fórum Internacional de Jerusalém, promovido pelo Rei do Marrocos, em Rabat. Destaca-se ainda, em julho, o XVII Seminário Internacional de Mídia sobre Paz no Oriente Médio, realizado no Rio de Janeiro. Em acolhimento à solicitação da Organização das Nações Unidas (Onu), o colóquio reuniu representantes da sociedade civil, diplomatas, jornalistas e cientistas políticos com reconhecida atuação junto à comunidade internacional naquela matéria. No Oriente Médio, a rede de representação brasileira foi ampliada. A Embaixada em Omã, instaurada por decreto de abril de 2008, passou a operar de forma mais efetiva a partir do segundo semestre, com a inauguração de suas comunicações pela Intratec. Por sua vez, a Embaixada junto ao Governo do Iraque, sediada em Amã, continua em processo de transferência para a nova sede já alugada em Bagdá, onde se aguarda a conclusão das etapas de adaptação arquitetônica e de segurança.

### Multilateralismo

**Nações Unidas:** O Brasil foi eleito pela 10ª vez, feito só igualado pelo Japão, membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biênio 2010 e 2011. Logrou-se eleger um especialista brasileiro para a Comissão para Direito Comercial Internacional e outro para a Comissão do Serviço Público Internacional. Aprovou-se, na Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), resolução que determina a continuação imediata das negociações sobre a reforma do CSNU. Renovou-se mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), cujo comando cabe ao Brasil desde sua criação, em 2004, e para a qual contribui com significativo contingente militar.

**Desarmamento e Não-Proliferação:** O Brasil assumiu a Presidência do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis e sediou sua 24ª Plenária Anual. Organizou Curso Regional de assistência e proteção para resposta a emergências químicas e Curso Regional para operadores do Sistema Internacional de Monitoramento do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. Explorou possibilidade de constituição de empresa binacional Brasil-Argentina na área nuclear. Assinou com a França acordo para a produção de submarino convencional movido a energia nuclear.

**Direitos Humanos:** O Brasil elaborou resolução, aprovada por consenso pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre proteção e combate à discriminação das pessoas com AIDS; logrou eleger uma juíza brasileira para a Relatoria Especial sobre Independência de Juízes e Advogados. Assumiu presidência do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e participou da revisão da Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia.

**Meio Ambiente:** O Brasil engajou-se no processo negociador que culminou na 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução do

desmatamento e de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio do G-77/China e da União Europeia para a proposta de realizar, em 2012, nova cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio+20). Na parceria estratégica Brasil-França, deu-se início à implementação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica e do Comitê Binacional do Protocolo para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico.

**Desenvolvimento e Saúde:** Criou-se Força-Tarefa para examinar a viabilidade técnica e jurídica de contribuição sobre operações financeiras internacionais, com vistas a financiar o desenvolvimento de países pobres. A Central Internacional para Compra de Medicamentos contra AIDS, Tuberculose e Malária (UNITAID) aprovou decisão sobre os recursos da contribuição voluntária solidária sobre bilhetes aéreos, a serem geridos pela Fundação Milênio, cujo conselho conta com representante brasileiro.

### Temas Econômicos

A fim de elevar o perfil do debate sobre investimentos públicos no plano internacional e chamar a atenção para a importância das inversões públicas para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, o Itamaraty promoveu, em conjunto com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Seminário de Alto Nível sobre o Papel dos Investimentos Públicos na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social, realizado no Rio de Janeiro, em julho.

O Itamaraty coordenou a participação brasileira nos seguintes contenciosos no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC): subsídios ao algodão, movido contra os EUA - procedimento de arbitragem, concluído em agosto, definiu montante e modalidade da retaliação a que o País tem direito. O MRE coordena Grupo de Trabalho interministerial para preparar proposta à Câmara de Comércio Exterior (Camex) de contramedidas nas áreas de bens, propriedade intelectual e serviços; pneus reformados, movido pelas Comunidades Europeias (CE) contra o Brasil - em setembro, o Brasil notificou à OMC o cumprimento das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC); medida antidumping sobre suco de laranja, movido contra os EUA - painel estabelecido, em processo de seleção de painelistas; subsídios à exportação de açúcar, movido contra as CE - monitoramento do processo de implementação. Além desses casos, o Itamaraty atuou na coordenação da participação brasileira em diversos contenciosos na OMC nos quais o Brasil ingressou como terceira parte.

O Brasil participou das negociações agrícolas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Na condição de coordenador do G-20, o Brasil defendeu a pronta retomada das negociações. Foi dado prosseguimento aos esforços de manutenção e abertura de novos mercados para os produtos agrícolas brasileiros. Foram realizadas 17 missões técnicas internacionais ao Brasil, para inspeções na área de defesa agropecuária, cujos resultados foram a aprovação

das exportações de material genético avícola para a União Europeia, de carne suína para o Vietnã e Filipinas, de carne bovina *in natura* para a Indonésia e o aumento das exportações de carne bovina para o Chile. Manteve-se, ainda, elevado grau de participação no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e nos órgãos normativos internacionais de referência na matéria (Codex Alimentarius, Organização Mundial de Saúde Animal e Convenção Internacional de Proteção de Vegetais).

O MRE coordenou a atuação brasileira no Grupo Negociador de Regras (GNR) no âmbito da Rodada do Desenvolvimento (Rodada Doha) de negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (relativo a negociações de acordos sobre antidumping, subsídios horizontais e subsídios à pesca), no Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU) e nas atividades da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de Crédito à Exportação, Aço, Concorrência e Construção Naval. No âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (Cofig), acompanhou as operações de financiamento das exportações de aeronaves civis de modo a assegurar sua compatibilidade com as normas do ASU. Quanto à defesa comercial, participou do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e apoiou exportadores brasileiros em processos iniciados por terceiros países, como Colômbia (borracha), Ucrânia (frangos) e Comunidades Europeias (alumínio). Coordenou ainda ação contrária aos subsídios à indústria de papel e celulose nos EUA e à produção de nova linha de jatos comerciais no Canadá e no Japão.

O Brasil manteve o alto perfil de atuação no âmbito das negociações relativas a bens industriais no contexto da Rodada Doha, na defesa de seus interesses e dos interesses dos países em desenvolvimento, especialmente dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Com vistas ao incremento do comércio sul-sul, o Brasil contribuiu ativamente para o acordo, alcançado em 2009, para as negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais, cuja conclusão está prevista para 2010. Ocorreram ainda negociações bilaterais para abertura de mercados e cooperação regulatória com Estados Unidos, China, União Europeia, Canadá e Rússia, entre outros.

A diplomacia brasileira negociou temas relativos à propriedade intelectual junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), à Organização Mundial do Comércio (OMC), à Organização Mundial de Aduanas (OMA), bem como tomou parte em reuniões bilaterais com Estados Unidos, China, Japão e Comunidades Europeias (CE). As principais evoluções nos foros multilaterais foram o questionamento, no âmbito do Conselho de Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) da OMC, por Brasil, Índia e outros, de apreensões indevidas pelas CE de medicamentos genéricos em trânsito com destino a países em desenvolvimento; a criação do Grupo sobre Pirataria e Contrafação, no âmbito da OMA; nova sessão do Comitê Assessor de Observância (ACE), da OMPI, após dois anos de paralisação; e a proposta de tratado, apresentada por Brasil, Equador e Paraguai, sobre limitações e exceções ao direito autoral em benefício dos

deficientes visuais, negociada no Comitê Permanente sobre Direito Autoral e Direitos Conexos (SCCR).

Em março, foi realizada sessão da Quinta Revisão de Política Comercial (V TPR-Brasil) na Organização Mundial do Comércio (OMC). Na ocasião, as principais medidas comerciais adotadas pelo governo no período 2005-2009 foram objeto de mais de 400 perguntas formuladas pelos demais países membros da OMC, todas devidamente respondidas. Coordenou-se, também, a participação do Brasil na Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, onde a delegação brasileira foi convidada a participar, como observadora, dos debates sobre a luta contra o protecionismo no comércio internacional. Ainda no campo da OCDE, o Itamaraty articulou com representantes dos demais órgãos do governo a participação do Brasil em comitês e grupos de trabalho onde o país atua como membro observador. Foram iniciadas as negociações com a Cepal, em Santiago, com vistas à preparação do XXXIII Período de Sessões da Cepal, a ser realizado em Brasília, em junho de 2010. No plano das relações bilaterais com os EUA, foram realizadas duas importantes reuniões, ambas em dezembro: o Mecanismo de Consultas entre o MRE e o "U.S. Trade Representative – USTR", em Brasília, e o Diálogo de Parceria Econômica, entre o MRE e Departamento de Estado, em Washington.

A respeito de cooperação financeira e tributária, ocorreram as seguintes atividades: 1) maio: conclusão do Acordo de Reestruturação da dívida de Cabo Verde; 2) junho: rodada de negociações para reestruturação da dívida da Tanzânia; 3) julho: celebração do Acordo Brasil-Japão para isenção mútua de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para companhias de transporte aéreo em rotas internacionais; 4) julho: celebração do acordo Brasil – Emirados Árabes Unidos para evitar dupla tributação de renda para companhias aéreas em rotas internacionais; 5) julho: idem com o acordo de cooperação financeira com o Japão para empréstimos da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); 6) agosto: Acordo para reestruturação da dívida do Suriname; 7) setembro: reunião do Fórum Global de Transparência e Troca de Informações em Matéria Tributária, no México, onde se decidiu o ingresso do Brasil como membro efetivo.

Sobre negociações de serviços, realizaram-se: 1) negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul; 2) coordenação de Grupo de Trabalho do Conselho de Aviação Civil (Conac) para aproximar política externa e transporte aéreo internacional; 3) atividades da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci); 4) consultas aeronáuticas com Angola, Coréia do Sul, Egito, Hong Kong, Marrocos, Moçambique, República Dominicana e Suriname; 5) participação em foros de investimentos no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); 6) coordenação interministerial para o Acordo sobre

Investimentos com o Chile; e 7) participação no Grupo de Trabalho sobre Transportes no foro Ibas (Índia, Brasil e África do Sul).

## Promoção Comercial e Turismo

Sobre as Missões de Atração de Investimentos para o Programa de Aceleração do Crescimento e o Setor Portuário, foram realizadas as seguintes atividades de destaque: a) “roadshows” de divulgação de projetos prioritários do Programa de Aceleração do Crescimento junto a investidores institucionais na Rússia (Moscou), no Canadá (Montreal, Toronto e Vancouver) e Japão e Coreia (Tóquio e Seul); b) missões de atração de investimentos para o setor portuário na Dinamarca (Copenhague), Holanda (Antuérpia) China (Hong Kong) e Cingapura; c) organização do espaço de promoção institucional do Brasil durante a Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-XV), em Copenhague, igualmente voltada para a apresentação de oportunidades a investidores institucionais; d) missões de investidores estrangeiros chineses ao Brasil (Eximbank Chinês); e) realização do Fórum Brasil-África Subsaariana: Empreendedorismo para o Desenvolvimento, em Dacar, Senegal, com a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e de empresas privadas.

A respeito das missões empresariais, o Itamaraty organizou a vertente empresarial e logística de visitas do Senhor Presidente da República ao exterior, a saber: Arábia Saudita, Cazaquistão, China, Bélgica, Alemanha, Peru, Suécia, Turquia e Ucrânia. Organizou, ainda, missões empresariais que acompanharam o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Togo e Mali.

Com relação às atividades de inteligência e informação comercial realizou-se, com a utilização da rede de informática “BrazilTradeNet”, o atendimento a 1.110 consultas comerciais, entre solicitações de empresas brasileiras e estrangeiras, 24 reclamações comerciais, 3126 solicitações de usuários da “BrazilTradeNet”; 453 atualizações de dados básicos e de informações econômico-comerciais sobre diversos países, elaboração de 38 fichas-país, 6797 validações/atualizações de cadastros de empresas importadoras estrangeiras, 105 avisos com informações sobre oportunidades comerciais em concorrências públicas e licitações no exterior. Foram revisados e atualizados os guias “Como Exportar” para 20 países, além da feitura e atualização de 46 pesquisas de mercado.

Quanto ao Programa de Substituição Competitiva de Importações – PSCI, foram organizados eventos empresariais, seminários e grupos de trabalho nos países da América do Sul, sobretudo em parceria com a Bolívia e o Peru. No que se refere ao Foro Índia, Brasil, África do Sul (Ibas), foi elaborado levantamento de dados com foco na identificação de investimentos e de serviços

complementares, com vistas ao adensamento do comércio com o Bloco.

O Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty no exterior apoiou a participação institucional de empresas em 68 feiras, sendo 22 mostras gerais e 46 setoriais, relativas aos seguintes setores da indústria: agropecuária, alimentação, fruticultura e floricultura (16); animais de estimação (1); equipamento de material de construção (2); Couro e calçados (1); Cosméticos (1); informática e telecomunicações (2); jóias (1); máquinas, ferramentas e ferragens (1); medicina e saúde (2); meio ambiente (1); mineração (1); móveis e decoração (1); têxteis confecção e moda (1) transporte ferroviário (1); turismo (13); e veículos (1).

No Brasil, o Itamaraty participou de 19 feiras dos setores de aquicultura e pesca, brindes, couro e calçados, construção, fruticultura, hospitalar, horticultura, hotelaria e turismo. Merecem destaque a participação nas feiras Fiam – Feira Internacional da Amazônia – e Ecogerma – Feira e Congresso sobre Energias Sustentáveis organizada pela Câmara de Comércio Brasil – Alemanha.

No que concerne a atividades que estimulem o fluxo de turistas ao País, o Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério do Turismo (MTur), o Instituto Brasileiro do Turismo e as Secretarias Estaduais de Turismo, atuou por meio de (i) apoio institucional à participação brasileira em eventos no exterior (feiras, salões e convenções) na área de turismo; (ii) apoio aos “Comitês Descubra o Brasil”, unidades presentes em países da América do Sul de promoção do Brasil como destino de viagens; (iii) intermediação nas relações entre o Governo brasileiro e a Organização Mundial do Turismo (OMT), em colaboração com o MTur; e (iv) intermediação em negociações referentes a acordos bilaterais na área de turismo. Aprovaram-se três Acordos Bilaterais de Turismo (Israel, Angola, Moçambique).

## Cooperação

### Cooperação Científica e Tecnológica

No âmbito do Programa Gestão da Política Externa, a Ação Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (SICTEX) permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros. Como resultado, foram realizadas 17 missões brasileiras ao exterior; a recepção a 10 delegações estrangeiras; a organização de 17 eventos internacionais; e a celebração de 6 acordos de cooperação.

### Cooperação bilateral

O setor competente do Itamaraty executou a coordenação, negociação, aprovação, acompanhamento e avaliação, em âmbito nacional, da cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais, e a cooperação horizontal entre o Brasil e outros países e organismos internacionais, em especial, com os países em desenvolvimento.

A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil se concentrou nas áreas de agricultura (incluindo segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, trabalho, desenvolvimento urbano e bioenergia. Executaram-se 159 projetos e 305 atividades isoladas de cooperação técnica Sul-Sul, em benefício de 56 países em desenvolvimento. Dentre esses instrumentos, incluem-se aqueles que viabilizam operações trilaterais Sul-Sul em parceria com países desenvolvidos e organismos internacionais. Esse mesmo período testemunhou um crescimento superior a 150% no número de países beneficiários da cooperação brasileira (de 21 para 56 países).

Com o objetivo de imprimir novo status e nova dinâmica para a cooperação brasileira, adotou-se uma abordagem para a cooperação Sul-Sul do Brasil, baseada em ações “estruturantes”, que ofereceram diversas vantagens para a cooperação brasileira e, principalmente, para os países beneficiários: aumentou-se o impacto social e econômico sobre o público-alvo da cooperação e logrou-se assegurar maior sustentabilidade dos resultados da cooperação do Brasil. Nessa linha dos projetos “estruturantes”, o Itamaraty coordenou a implantação de “unidades de demonstração” para produção agrícola no Haiti e Mali, operadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. No Haiti, a “unidade de demonstração” atuou como núcleo do Programa de Cooperação Brasil-Haiti em Agricultura e Segurança Alimentar. No Mali, o projeto tem abrangência regional, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da cadeia do algodão dos países do “Cotton-4” (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali). Outro exemplo de projetos de maior impacto foram os Centros de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, apoiados pelo Itamaraty. Dos 10 Centros, sendo que cinco (5) já estão em operação (Angola, Timor-Leste, Paraguai, Cabo Verde e Guiné-Bissau) e outros cinco serão implantados no decorrer de 2010 (Haiti, Guatemala, Bolívia, Jamaica e Moçambique).

A Cooperação Técnica Recebida Bilateral refere-se aos projetos de capacitação de instituições nacionais apoiados pelo Japão, Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, França e Estados Unidos, com prioridade para os seguintes temas: meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, trabalho, promoção do tecido econômico e desenvolvimento social. Houve cerca de 120 projetos em execução, atendendo instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil.

### **Cooperação trilateral**

A cooperação trilateral permitiu potencializar a cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil. Dentre os países com os quais o Brasil trabalhou em projetos triangulares, destacaram-se o Japão e os Estados Unidos da América, com os quais encontram-se em fase de elaboração projetos de perfil “estruturante” no campo da agricultura. Outras parcerias trilaterais envolveram a Espanha, Canadá e Argentina, além de organismos internacionais (Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP, Organização

Internacional do Trabalho - OIT, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA). O Governo brasileiro assinou instrumentos de parceria trilateral com a França, Itália, Egito, OIT e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH).

### **Cooperação multilateral**

Os programas de cooperação técnica com organismos internacionais têm sido instrumentos de apoio aos programas inovadores do Governo brasileiro. O Itamaraty atuou como contraparte governamental de 25 organismos internacionais e com a Comissão Européia para os assuntos afetos à cooperação técnica. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, cabe ressaltar geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais, meio ambiente, desenvolvimento social, educação, saúde e administração pública. Cerca de 375 projetos encontram-se em execução na área multilateral, atendendo a instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil.

### **Área Cultural**

Procurou-se atender prioritariamente aos Programas de Difusão Cultural (PDCs), propostas de eventos culturais elaboradas pelas Embaixadas e Consulados, levando-se em conta as diretrizes da política externa brasileira. Dentre os principais Programas de Difusão Cultural (PDCs), merecem destaque a Exposição Burle Marx, em Berlim; o Ano Villalobos, com cerca de 85 recitais de música realizados em mais de 40 cidades do mundo; os eventos comemorativos dos estabelecimentos de relações diplomáticas com Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã e Cingapura; a participação brasileira no Festival de Divindades Negras, no Togo; a participação brasileira no Festival Panafricano de Argel; e o Mês Cultural do Brasil no Timor Leste. Foram promovidos 690 eventos culturais.

A respeito de difusão do audiovisual, buscou-se apoiar a participação do cinema brasileiro em festivais internacionais. Foram realizadas sete grandes mostras, nas cidades de Buenos Aires, Bogotá, La Paz, Lima, Quito, Santiago e Seul. Houve cerca de 130 iniciativas de promoção do cinema brasileiro no exterior, entre os quais se destaca o Festival Internacional de Cinema de Berlim. Cabe mencionar, além dessas atividades, a realização do IV Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro. A divulgação cultural ocupou-se da manutenção dos sítios eletrônicos do Itamaraty, pela elaboração e distribuição de publicações acerca da realidade brasileira e pelo apoio a programas de rádio brasileiros no exterior. Foi lançada a 15ª edição da revista “Textos do Brasil”, intitulada Festas Populares (em português) e a versão em francês da 13ª edição da revista, chamada Sabores do Brasil. Publicou-se, também, o livro Ciência & Tecnologia no Brasil, em português, e o guia ilustrado do Palácio Itamaraty, em Brasília. Foram distribuídos aos Postos no exterior 9.659 exemplares de produtos (livros, CDs e DVDs).

Também merece menção o Programa Formadores de Opinião (PFO), destinado a divulgar a realidade brasileira, projetos e instituições bem-sucedidas em diversas áreas, para formadores de opinião estrangeiros. Foi organizado PFO para jornalistas surinameses.

A respeito do Programa Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior –, seguem os resultados das quatro ações que o compõem:

- Ação – Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros, promoveu a cooperação educacional, com destaque para os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A Bolsa Mérito MRE, destinada a premiar os alunos do PEC-G que apresentem desempenho acadêmico excepcional, cresceu 60% no ano de 2009 em número de estudantes beneficiados. O valor da bolsa é de R\$ 500,00 mensais, e foram agraciados 128 alunos.

O PEC-PG recebeu 280 candidaturas e foram selecionados 188 estudantes, sendo 96 para Mestrado e 92 para Doutorado.

- Ação – Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior: a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx) é composta por 21 Centros Culturais Brasileiros (CCBs), 7 Institutos Culturais, 52 Leitorados e 2 Cursos de Português em Vice-Consulados (Artigas e Rio Branco), que registraram aproximadamente 27.000 matrículas em 2009. Deu-se início ao processo de abertura de três (3) novos CCBs, em Gaborone, Tel Aviv e Beirute. O Itamaraty apoiou a programação cultural nos CCBs; participou, junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do processo de seleção de leitores; e acompanhou as atividades por estes desempenhadas. Foi autorizada a abertura de treze (13) novos leitorados brasileiros em universidades estrangeiras, na China, Camarões, Costa do Marfim, Cuba, Gabão, Líbano, Paraguai, Peru, Ucrânia e Vietnã.

### Ensino Profissional Diplomático

Com relação à Ação Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas –, a exemplo do que faz anualmente, desde 1945, o Instituto Rio Branco (IRBR) promoveu em 2009, em parceria com o Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UNB), um Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata. O IRBR tem procurado aumentar, gradualmente, a base geográfica de divulgação das informações a respeito do concurso, como forma de democratizar o acesso à Carreira. O concurso foi amplamente divulgado e realizado em 17 capitais de Estados, além de Brasília, e selecionou 109 novos alunos. Os aprovados no Concurso são empossados na classe inicial da Carreira – a de Terceiro Secretário – e matriculados no Curso de Formação de Diplomatas, que tem duração de um ano e meio. Após 6 meses de curso, os Secretários passam a cumprir estágio profissional na Secretaria de Estado. Desde 2002, é facultada aos alunos do Curso de Formação a possibilidade de fazer um

Mestrado em Diplomacia, no âmbito do Curso de Formação. Cerca de 30 vagas são oferecidas anualmente. No momento, 31 alunos da turma 2007 estão na fase de entrega da dissertação e 23 alunos da Turma 2008 encontram-se na fase de pesquisa e produção da dissertação.

Foram realizadas as edições LVI e LVII do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. Na primeira, foram 42 inscritos, e 27 na segunda edição do ano. O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é direcionado a Segundos-Secretários, como pré-requisito à sua promoção à classe de Primeiro Secretário, sendo estruturado em 4 módulos de palestras e contando com exames escritos ao final de cada módulo. Nos últimos anos tem ocorrido um significativo aumento do número de inscritos no Curso de Altos Estudos (Cae). Em 2009 não foi diferente, com a apresentação de 98 novas inscrições. Neste ano, 60 novos projetos foram aprovados. Desse total, 29 teses obtiveram aprovação em sua fase final.

O programa de cooperação entre o IRBR e o Instituto del Servicio Exterior de la Nación (Isen), da República Argentina, teve início em 1997 e inclui programa de intercâmbio, por meio do qual os melhores alunos de cada Academia fazem um ano de curso na contraparte. Atualmente, dois alunos egressos do IRBR cursam o Isen, e duas alunas do Isen cursam o IRBR. Além disso, sete estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa participam do Curso de Formação, no âmbito do programa de estudantes estrangeiros 2009/2010.

O IRBR participou da III Reunião do Mecanismo de Coordenação entre Academias e Institutos Diplomáticos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), realizada na Academia Diplomática do Chile "Andrés Bello". No âmbito do foro Ibas, o IRBR encaminhou proposta de memorando de entendimento trilateral, que formalizará a aproximação com as Academias Diplomáticas da África do Sul e da Índia, iniciada em 2007. Inaugurado em 2002, o "Programa de Ação Afirmativa do IRBR – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia" conta também com a participação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), Cultura (Fundação Palmares), além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. No Processo Seletivo de 2008, finalizado em março de 2009, foram concedidas 39 bolsas, 27 das quais advindas de recursos orçamentários do IRBR. O Processo Seletivo de 2009, que será finalizado em março de 2010, oferecerá 64 bolsas, 52 das quais financiadas pelo orçamento do IRBR. O valor anual da bolsa-prêmio permanece em R\$ 25.000,00 para cada bolsista.

### Pesquisa e Divulgação

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) implementou uma série de atividades em consonância com as suas competências institucionais e com o Programa "Análise e Difusão da Política Externa Brasileira", do Plano Plurianual – PPA, com a realização de 114 atividades ao todo. As atividades implementadas pela Fundação contemplaram a

realização de vinte eventos nacionais e internacionais, abrangendo encontros, palestras, seminários, cursos e conferências que contaram em seus debates com a participação de diplomatas, acadêmicos, especialistas nacionais e internacionais, autoridades, além de representantes da sociedade civil; a realização do Concurso – Prêmio América do Sul – sobre o tema “Peru: Evolução Recente e Futura”; o apoio/parceria para na realização de seis eventos; a realização de oito lançamentos de livros e do Prêmio América do Sul; a implementação de quatro estandes promocionais de vendas de livros; a participação em seis feiras e bienais de livros; a edição de sessenta e sete obras novas e a conclusão de mais vinte e uma obras que encontravam em restos a pagar de 2008, a publicação de 88 livros especializados ou relacionados aos temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática do Brasil. Dentre os eventos acima citados destacam-se os Seminários Preparatórios (temas: Crise Financeira; Integração da América do Sul; Processo de Paz no Oriente Médio; Reforma da Organização das Nações Unidas; Amazônia; Mudanças Climáticas) para a IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - IV CNPEPI - “O Brasil no mundo que vem aí”; a II Conferência de Comunidades Brasileiras no Exterior e sua Reunião Preparatória; as realizações dos Seminários sobre Desenvolvimento Econômico (I, II, III, IV e V); o VI e VII Curso para Diplomatas Sul-Americanos; e o I Curso à Distância sobre Desenvolvimento Econômico.

### **Atendimento Consular**

O principal a ressaltar é o avanço exitoso de projetos em duas grandes áreas: de um lado a informatização e a modernização dos serviços consulares e, de outro, o estabelecimento de nova interação com as comunidades brasileiras no exterior. No primeiro caso, em cerca de 70 Postos no exterior foi instalado e está em operação o Sistema Consular Integrado (SCI), que informatiza as atividades de controle e emissão de passaportes biométricos, vistos e atos notariais e registro civil. No segundo caso, foi realizada a II Conferência “Brasileiros no Mundo”, foi aprovada a criação do “Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior”, estabeleceu-se sistema de eleições dos seus membros titulares e respectivos suplentes e concebeu-se sistema “on line” de registro, acompanhamento e prestação de contas de demandas da diáspora brasileira. Independentemente dessas duas grandes ações, cabe destaque, entre outras, às seguintes realizações em 2009: (1) criação da Ouvidoria Consular para o processamento de comentários, sugestões, elogios e críticas referentes ao serviço consular; (2) lançamento da Carteira de Matrícula Consular biométrica pelos Consulados-Gerais nos Estados Unidos; (3) ampliação da assistência a detentos brasileiros no exterior; e (4) início das providências para o reforço na assistência consular na África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010. Realizaram-se ainda a II Conferência “Brasileiros no Mundo”, voltada para a prestação de contas dos órgãos de Governo sobre suas políticas para as comunidades brasileiras no exterior e para a institucionalização do sistema de Conferências e do Conselho de Representantes das Comunidades Brasileiras no Exterior; e o lançamento

do Portal das Comunidades Brasileiras no Exterior. Tendo em vista que das atividades descritas acima nem todas acarretam dispêndio de recursos das ações em questão, o desempenho dessa Unidade Gestora não pode ser corretamente medido pelo simples cotejamento dos recursos disponíveis e gastos no exercício. Contudo, mesmo sob o ponto de vista estritamente orçamentário, o desempenho do DCB deve ser considerado satisfatório, tendo em vista – no caso da Ação - a natureza imprevisível das demandas que recaem sobre essa ação (determinadas em ampla medida por situações emergenciais como catástrofes naturais, conflitos armados e alterações de ordem política ou econômica em países estrangeiros, ou pela celebração de acordos que permitem o desenvolvimento de programas de regularização migratória). Assim, o gasto a menos de recursos nessa rubrica pode indicar ter havido menor número de emergências ou, então, economia de recursos advinda da utilização, sempre que possível, de UTIs aéreas e aeronaves militares da Força Aérea Brasileira como forma de redução de custos em casos mais onerosos de repatriação de brasileiros.

### **O Serviço Exterior**

Foi implementado o Projeto de Sistema de Recursos Tecnológicos dos Postos, que deverá padronizar e modernizar a área de tecnologia da informação (TI) dos postos. Foram gerenciados contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento, suporte e assistência de programas e sistemas de informática, transporte de malas diplomáticas, serviços de correio, acesso à Internet e à Infolia; e foram promovidos 86 cursos de treinamento para 1.235 servidores. O Itamaraty deu prosseguimento ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração, que permitirá a consolidação e padronização de toda a gestão financeira do Ministério, instituiu novo correio eletrônico institucional e concluiu os estudos técnicos para a reformulação do sítio eletrônico do MRE na Internet e para a padronização dos sítios dos postos. O Programa “Gestão da Política Externa” foi realizado a contento, pois o percentual de execução financeira total resultou superior a 70% e, para a maioria das Ações, a execução física atingiu percentual igual ou superior a 60% da meta estimada, à exceção da Ação - “Construção do Anexo III do Ministério das Relações Exteriores”, pois não foi possível licitar as obras em decorrência do atraso na aprovação dos projetos executivos pela Administração de Brasília. Pela Ação – “Manutenção do Cerimonial”, foram realizados eventos relacionados a visitas de 127 altas autoridades estrangeiras ao Brasil, entre as quais 38 Chefes de Estado, 5 Chefes de Governo e 37 Chanceleres, e, pela Ação “Missões Oficiais do Presidente e Vice-Presidente da República ao exterior”, foram possibilitadas 43 Missões oficiais a 30 países. No âmbito da Ação - “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos”, foram registrados 68 eventos. A Ação 1 – “Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Sictex)” permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros, e a Ação - “Cooperação Técnica Internacional” implementar 915 projetos.

### 5.1.15. Função Energia

A função Energia, bem como todas as ações nela executadas são essenciais para a economia brasileira. Todas as funções governamentais, econômicas ou não, dependem de um bom funcionamento da área energética. Além de essencial, é intensiva em capital. As quantias investidas para manter e expandir a oferta de petróleo e gás natural, ou de energia elétrica, são avaliadas em bilhões de reais (energia elétrica) ou dezenas de bilhões de reais (petróleo e gás). No demonstrativo a seguir, apresenta-se a execução orçamentária da função Energia no últimos cinco anos. Observa-se para o período um crescimento de aproximadamente 158% no valor empenhado.

Em R\$ milhões

| FUNÇÃO ENERGIA                                  | EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA |               |               |               |               |
|-------------------------------------------------|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                                 | 2005                  | 2006          | 2007          | 2008          | 2009          |
| Orçamento Fiscal e Seguridade Social            | 457                   | 438           | 519           | 519           | 790           |
| Orçamento de Investimento das Empresas Estatais | 26.061                | 31.529        | 37.526        | 50.591        | 67.571        |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>26.518</b>         | <b>31.967</b> | <b>38.045</b> | <b>51.110</b> | <b>68.361</b> |

O quadro a seguir demonstra os valores empenhados por subfunção, distribuídos em subfunções típicas e atípicas. As subfunções típicas representam 83% do total empenhado na função em 2009.

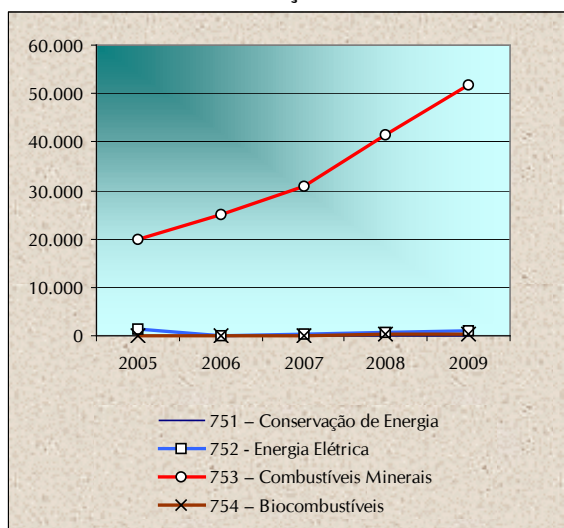
Em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                           | 2005            | 2006            | 2007            | 2008            | 2009            | TOTAL            |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| 751 – Conservação de Energia        | 35,6            | 33,8            | 55,9            | 101,1           | 79,2            | 305,3            |
| 752 - Energia Elétrica              | 1.206,4         | 140,1           | 308,8           | 636,0           | 1.012,5         | 3.303,8          |
| 753 – Combustíveis Minerais         | 19.764,9        | 24.899,0        | 30.779,9        | 41.447,8        | 51.650,5        | 168.542,1        |
| 754 – Biocombustíveis               |                 |                 |                 | 256,7           | 203,4           | 460,1            |
| <b>OUTRAS SUBFUNÇÕES (ATÍPICAS)</b> | <b>2.382,9</b>  | <b>2.957,1</b>  | <b>4.033,6</b>  | <b>5.206,2</b>  | <b>10.928,0</b> | <b>25.483,4</b>  |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>23.389,8</b> | <b>28.030,0</b> | <b>35.178,2</b> | <b>47.647,9</b> | <b>63.873,6</b> | <b>198.094,6</b> |

Fontes: Petrobras, SIEST, SIAFI, CGOF/MME

Conforme demonstrado no gráfico, destaca-se a subfunção Combustíveis Minerais, que nos últimos anos apresentou um crescimento de 161%.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS**



Cabe enfatizar que os investimentos em dutos e terminais portuários são alocados nas Subfunções Transporte Hidroviário e Transportes Especiais, ambas atípicas, e estes investimentos cresceram significativamente no último quadriênio. Em 2009, todo o recurso orçamentário executado na Subfunção Conservação de Energia foi

utilizado nas atividades de melhoria da eficiência energética das Refinarias de São José dos Campos (REVAP), de Betim (REGAP) e de Paulínia (REPLAN).

Em relação à subfunção Energia Elétrica destaca-se a incorporação ao sistema de geração de energia elétrica uma capacidade de 3.565 MW.

Já em relação à transmissão, foram incorporados 3.606 km de linhas de transmissão, com tensão igual ou superior a 230 kV (rede básica), e 9.067 MVA de capacidade de transformação em subestações.

As metas estabelecidas nos programas de energia nas regiões são inferiores aos valores realizados, pois estão defasadas em pelo menos dois anos; a dinâmica do planejamento, associada aos leilões promovidos pela Aneel e as mudanças constantes nos cronogramas de entrada em operação dos empreendimentos alteram com frequência os valores dos indicadores propostos.

No entanto, esses indicadores mostram que as expansões realizadas no setor estão compatíveis com as necessidades de oferta ao mercado de energia elétrica brasileiro.

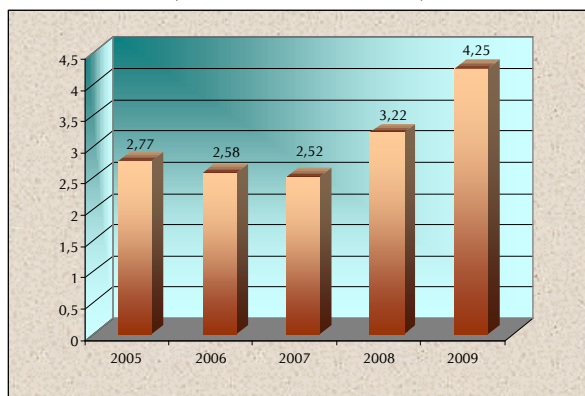
Foram investidos no setor elétrico pelas empresas do grupo Eletrobrás nos Programas Energia nas Regiões (0294-Energia na Região Nordeste, 0295-Energia na Região Sul, 0296-Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, 0297-Energia na Região Norte e 1042-Energia nos Sistemas



Isolados), no ano de 2009, R\$ 4,25 bilhões em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Esse investimento supera em 31,7% o valor de 2008. A execução orçamentária total foi de 76,5% em relação ao previsto em função de atrasos em processos licitatórios e outros fatores.

**AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS  
(VALORES EM R\$ BILHÕES)**



Durante o ano de 2009 o Sistema Elétrico Brasileiro - SEB, compreendido pelo Sistema Interligado Nacional – SIN e Sistemas Isolados, localizados na região Norte do Brasil, operou em condições normais, nos patamares de segurança estabelecidos pelos órgãos setoriais.

Não houve, em qualquer período do ano, comprometimento da segurança do suprimento de energia elétrica. Ainda nos Programas Energia nas Regiões foram investidos R\$ 992 Milhões, em 2009, pelo Grupo Petrobras em suas térmicas.

**EXECUÇÃO DO GRUPO PETROBRAS  
NA SUBFUNÇÃO ENERGIA ELÉTRICA**

| ANO  | VALORES<br>(EM R\$ MILHÕES) |
|------|-----------------------------|
| 2005 | 1.175,1                     |
| 2006 | 116,1                       |
| 2007 | 278,2                       |
| 2008 | 609,3                       |
| 2009 | 992,0                       |

Fonte: Petrobras

### Programa Luz para Todos

É um Programa de eletrificação rural, lançado em 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros residentes em área rural. Com o objetivo de atender novas demandas, surgidas durante os cinco anos de execução, foi prorrogado até 2010.

O Programa é coordenado pelo MME e operacionalizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS, e realizado em parceria com as concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais.

Até dezembro de 2009, foram executadas cerca de 2.235.332 ligações, beneficiando 11,1 milhões de

brasileiros, das quais 1.116,8 mil na região Nordeste, 402,3 mil na região Norte, 179,7 mil na região Sul, 380,8 mil na região Sudeste e 155,5 mil na região Centro-Oeste, tendo sido executadas, somente no ano de 2009, 357.970 ligações, beneficiando 1.789.850 pessoas em todo o país.

Os contratos assinados entre o Governo Federal e as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em todo o país totalizam R\$ 10,9 bilhões, sendo liberados R\$ 7,8 bilhões para a execução das obras.

A transformação provocada no meio rural, com a chegada da energia elétrica, vem estimulando o retorno ao campo de muitas famílias que haviam procurado oportunidades nos grandes centros urbanos.

As obras do Programa Luz para Todos também incrementam a economia. O Programa provocou expressiva movimentação na indústria, estimando-se que mais de 5,6 milhões de postes já foram instalados, 823 mil transformadores e 1.080 mil km de cabos elétricos, criando mais de 335 mil novos postos de trabalho.

Em 2008, foram realizadas, no âmbito do Programa Luz para Todos, 441.427 ligações, o que corresponde a 78,1% da meta estabelecida para esse período. Em 2009, foram mais 357.970 domicílios com acesso à energia elétrica, o que representa 70,1% da meta proposta.

**LIGAÇÕES EFETUADAS E VALORES APLICADOS  
NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS**

| ANO  | LIGAÇÕES EFETUADAS | VALOR (EM R\$) |
|------|--------------------|----------------|
| 2005 | 378.046            | 700.082.497    |
| 2006 | 590.013            | 1.805.893.456  |
| 2007 | 397.877            | 1.908.741.679  |
| 2008 | 441.427            | 1.679.675.413  |
| 2009 | 357.970            | 1.279.220.819  |

Fonte: MME

Foi gasto o montante de R\$ 4 milhões na ação de Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Convencional, que corresponde à transferência ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Essa transferência teve o objetivo de dar suporte ao Programa Luz para Todos no desenvolvimento e implementação de políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas, promovendo o seu uso produtivo e sócio-educativo para viabilizar a inclusão e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa. A contrapartida à doação ao FUMIN/BID foi o montante de R\$ 1 milhão.

### Programa Atuação Internacional na Área de Petróleo

Merecem destaque na atuação internacional as descobertas de petróleo nos campos de Cascade e Chinook, Stones, Coulomb e Cottonwood, localizados na área americana do Golfo do México, além da descoberta de gás no campo de

Kinteroni X1, no Peru, do início de produção dos campos gigantes de AKPO e AGBaMI, além de outros campos em fase de desenvolvimento da produção na Nigéria.

Em relação à expansão de mercados consumidores, foram realizadas aquisições de ativos no segmento de distribuição na Colômbia, Chile, Paraguai, Uruguai, acrescentando 560 novos postos de distribuição, aquisição da refinaria de Passadena, no Estados Unidos, e no Japão, uma refinaria na ilha de Okinawa, permitindo o acesso ao relevante mercado oriental.

| INDICADOR                                                                        | 2009<br>(META) | 2009<br>(REALIZ.) | 2008<br>(REALIZ.) |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Produção Média de Gás Natural no Exterior (milhões de m3/dia)                    | 17,07          | 16,52             | 17,06             |
| Capacidade de Refino instalada no Exterior (mil barris por dia)                  | 281            | 281               | 281               |
| Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (mil barris por dia) | 139,89         | 140,58            | 123,63            |

Produção Média de Gás Natural no Exterior (Milhões de m3/dia). A execução do indicador em 2009 foi 3,2% abaixo da meta, em razão de menor demanda brasileira do gás natural boliviano.

Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (Mil barris por dia). A execução do indicador em 2009 foi acima da meta em 0,12%, devido produção acima do esperado na Nigéria, com a maior eficiência de produção do campo de AGBAMI e na Argentina, com entrada de novos poços produtores e maior rendimento na produção. Capacidade de Refino Instalada no Exterior (Mil barris por dia)

O indicador manteve a execução conforme o esperado, em razão do que havia sido definido no plano de negócios da companhia para o ano, dentro do programa.

#### Programa Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

A execução do Programa demonstrou-se adequada, possibilitando a modernização e manutenção da Rede de Postos de Serviço, modernização e adequação da infraestrutura operacional de distribuição de GLP, o suporte aos clientes comerciais e industriais e o desenvolvimento de programas de segurança, meio ambiente e saúde, logística e operações.

O ingresso dos postos da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. – ALVO na rede BR, localizados nas regiões Norte, Nordeste de Centro Oeste, oriundos da aquisição Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga realizada em 2007, cuja incorporação foi aprovada pelo CADE em dezembro de 2008, contribuiu para que o indicador “Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora – Programa de Olho no Combustível” não atingisse a meta anual.

Isto por que este indicador é resultante do número de postos certificados pelo Programa "De Olho no Combustível" dividido pelo número de postos ativos (postos de bandeira BR que adquiriram combustível no mês).

Desta forma, o ingresso dos postos da Alvo na rede BR influencia negativamente o resultado deste indicador, pela necessidade de ajustes operacionais para viabilizar a certificação destes novos postos.

Os investimentos financeiros realizados objetivaram a oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

| INDICADOR                                                                                                      | 2009<br>(META) | 2009<br>(REALIZ.) | 2008<br>(REALIZ.) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora – Programa de Olho no Combustível                                   | 97,7           | 93,8              | 90,6              |
| Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento – TFCA                                                       | 0,66           | 0,42              | 0,31              |
| Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível | 37,7           | 38,0              | 34,9              |
| Taxa de Participação da Liqueficação Distribuidora no Mercado de GLP                                           | 22,7           | 22,4              | 22,3              |

#### Programa Oferta de Petróleo e Gás Natural

No início de 2009, duas novas plataformas iniciaram suas operações na Bacia de Campos. Em janeiro, no campo de Marlim Sul, começou a operar a plataforma P-51, instalada em lâmina d'água de 1.255 metros e a 150 km da costa de Macaé, com capacidade para produzir até 180 mil barris de petróleo por dia. Em fevereiro, no campo de Marlim Leste, entrou em operação o FPSO Cidade de Niterói.

Esta unidade integra o Módulo II de Marlim Leste e tem capacidade para produzir 100 mil barris de petróleo leve (28° API) e 3,5 milhões de m³ de gás por dia. No dia 1º de maio foi iniciada a produção na camada Pré-Sal da Bacia de Santos, com o início do teste de longa duração (TLD) do campo de Tupi.

A produção foi iniciada através do poço 1-RJS-646, localizado em uma lâmina d'água de 2.140 metros, interligado ao FPSO BW Cidade de São Vicente, que tem capacidade de produzir até 30.000 barris de óleo por dia. Com o início do TLD de Tupi, a Petrobras inaugura o desenvolvimento de uma nova fronteira exploratória na camada Pré-Sal.

Esta avaliação subsidiará o corpo técnico da Petrobras para os futuros projetos de desenvolvimento da produção nesta área.

Essas informações serão decisivas não só para definir o modelo de desenvolvimento da área de Tupi, como também das outras acumulações do pré-sal, que configuram uma das maiores descobertas já feitas pela indústria do petróleo.

Em junho duas unidades entraram em operação.

No dia 15, foi iniciada a produção do FPSO Cidade de São Mateus, localizado no campo de Camarupim. Esta unidade tem capacidade para processar 10 milhões de m<sup>3</sup> de gás e 35 mil barris de óleo por dia e é o primeiro FPSO para gás instalado no Brasil.

No dia 20, entrou em operação o FPSO Frade, na Bacia de Campos. A unidade poderá produzir até 100 mil barris de óleo por dia.

Em julho foi iniciada a produção do FPSO Espírito Santo.

A área denominada Parque das Conchas (antigo BC-10) está localizada a 110 quilômetros da costa do Espírito Santo, onde se encontram reservatórios de óleo pesado a quase 2 km de profundidade na Bacia de Campos.

As principais descobertas realizadas na Província Pré-Sal estão localizadas na Bacia de Santos, nas áreas denominadas de Tupi, Guará e Iara, e na Bacia de Campos, na área chamada de Parque das Baleias.

As reservas provadas do país poderão ser duplicadas considerando a expectativa de volumes potencialmente recuperáveis de petróleo e gás destas áreas.

Para alcançar a meta estipulada para 2.017 de produção superior a 1 milhão de barris de óleo operados pela Petrobras, uma série de atividades exploratórias e de desenvolvimento da produção estão sendo executadas.

Durante o ano foram perfurados mais poços e realizados testes de formação, cujos resultados comprovam o alto potencial e o baixo risco da área. Em 1º de maio, foi iniciado o Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi, com o FPSO BW Cidade de São Vicente, que marcou o início da produção na área do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos.

Uma versão revisada do PLANSAL, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos, está sendo elaborada com o objetivo de incorporar as informações obtidas ao longo deste ano, revendo as estratégias e projetos previstos, considerando as novas informações obtidas sobre as características de reservatório e produção nessa área.

O desenvolvimento do Pré-Sal promove também o desenvolvimento da indústria nacional.

Este ano foi iniciada a licitação para a construção de novas sondas no Brasil, que se somam às embarcações e às sondas contratadas anteriormente e que já estão em construção.

| INDICADOR                                       | 2009<br>(META) | 2009<br>(REALIZ.) | 2008<br>(REALIZ.) |
|-------------------------------------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural | 2.200,0        | 1971              | 1855              |
| Produção Média de Gás Natural                   | 80,4           | 53,5              | 51,1              |

Em 2009 a produção nacional de óleo e LGN alcançou a média de 1.971 mil bpd, 6,3% acima do volume médio

produzido em igual período do ano de 2008 (1.855 mil bpd) e com uma diferença de apenas 28 mil bpd da meta de produção divulgada pela Companhia no início de 2009 (2.050 mil bpd, com variação de mais ou menos 2,5%).

Esse aumento de 116 mil bpd, deveu-se, principalmente, a entrada em operação das plataformas P-53 (Marlim Leste), P-51 (Marlim Sul), FPSO - Cidade de Niterói (Marlim Leste) e FPSO - Cidade de São Vicente (TLD Tupi) e ao aumento na produção das plataformas P-52 e P-54 no campo de Roncador, que contribuíram para a superação do declínio natural dos campos maduros.

A produção nacional média de gás natural, no ano de 2009, atingiu o volume de 53,5 milhões m<sup>3</sup>/d, mantendo-se praticamente no mesmo nível de 2008 (54,5 milhões m<sup>3</sup>/d, uma variação de cerca de 1,8%), principalmente em função da redução da demanda, que provocou o fechamento de alguns campos de gás não associado.

### Ação Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2009, foram investidos cerca de R\$ 1,8 bilhão em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) das diversas áreas da indústria do petróleo e também de energia.

As realizações da companhia nessa área contribuem para o avanço tecnológico da indústria nacional na área de petróleo, gás e energia, e também impulsiona o desenvolvimento científico, nessa área, nas universidades e instituições de pesquisa brasileiras.

O crescimento constante dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis é reflexo da expansão dessas atividades e da implantação de um programa interno voltado para a criação de infraestrutura laboratorial nas instituições de pesquisa nacionais.

Aproximadamente R\$ 490 milhões foram destinados a projetos de pesquisa e de implantação de infraestrutura laboratorial em universidades e institutos de pesquisa nacionais.

A Petrobras hoje coordena 50 redes de pesquisa, que reúnem cerca de 80 instituições em todo o país, em temas nas áreas diversas áreas em que atua.

Em 2009, foram inaugurados diversos laboratórios fruto destes investimentos contribuindo para que se forme, no Brasil, um dos mais avançados parques tecnológicos do mundo na área de energia. Em 2009, foram encerrados 158 projetos de pesquisa.

A visão de projetos de pesquisa de longo prazo e do investimento na construção de infraestrutura laboratorial torna o número de projetos encerrados menor do que o previsto, porém sem deixar de atingir os resultados tecnológicos esperados para o período.

## Programa Refino de Petróleo

Foram concluídas as obras de construção e montagem dos projetos da Unidade de Hidrotratamento de Nafta oriunda da unidade de Coqueamento Retardado e da segunda Unidade Fracionadora de Líquidos pertencente ao projeto Plangás na Refinaria Duque de Caxias - REDUC e das unidades de Propeno das refinarias de Paulínia - REPLAN e Presidente Getúlio Vargas - REPAR que visam atender a demanda por matéria-prima da indústria Petroquímica.

Ainda em 2009, a Refinaria Potiguar Clara Camarão - RPCC, localizada em Guamaré no Rio Grande do Norte, foi incorporada ao parque de refino e, em novembro, iniciaram-se as obras de infraestrutura para ampliação da mesma e da implantação de sua unidade de produção de gasolina.

A tecnologia do HBIO é um novo processo que possibilita a inclusão de óleo vegetal na corrente de diesel, produzindo, desta forma, um diesel de alta qualidade e pureza.

Ao final de 2009 temos as refinarias Presidente Bernardes - RPBC, Gabriel Passos - REGAP, Presidente Getúlio Vargas - REPAR, Henrique Lage - REVAP e Paulínia - REPLAN aptas ao processamento desta tecnologia.

| INDICADOR                                                                             | 2009<br>(META) | 2009<br>(REALIZ.) | 2008<br>(REALIZ.) |
|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total (em milhões de barris por dia)    | 1,86           | 1,79              | 1,77              |
| Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Nacional (em milhões de barris por dia) | 1,49           | 1,41              | 1,38              |
| Capacidade de Refino Instalada (em milhões de barris pelo número de dias do ano)      | 2,05           | 1,99              | 1,99              |

Nota: Valores atualizados até novembro de 2009

Entre as subfunções atípicas destaca-se a relativa a Transportes Especiais, principalmente representada por meio do Programa Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis.

## Gás Natural

A oferta de gás natural no Brasil registrou crescimento em relação ao ano de 2008, principalmente em função da entrada em operação das plataformas P-51, P-53, FPSO Cidade de Niterói, do início de produção dos Campos de Camarupim no Espírito Santo e de Lagosta na Bacia de Santos e da entrada em operação do gasoduto Coari-Manaus em novembro, possibilitando a oferta comercial de gás proveniente da província de Urucu.

Destacamos também a contribuição do projeto de ampliação da oferta de gás do Campo de Manati na Bahia.

A baixa demanda de gás durante o ano foi a principal responsável pela não elevação da entrega de gás ao mercado, apesar da ampliação da oferta de gás.

A inserção de Gás Natural Liquefeito - GNL no Brasil, com a entrada em operação dos terminais de Pecém/CE e Baía de Guanabara/RJ, permite maior flexibilidade na oferta de gás natural ao prover o país de novas fontes de suprimento e, conseqüentemente garante maior segurança ao setor energético brasileiro.

Nos dias 18 a 26 de janeiro de 2009, foi realizada a primeira entrega de gás natural liquefeito (GNL) para geração de energia elétrica no país.

A regaseificação foi realizada no terminal de GNL de Pecém (CE), com capacidade para regaseificar 7 milhões de m<sup>3</sup>/dia;

O terminal de regaseificação GNL da Baía de Guanabara concluiu no dia 31 de março de 2009, com sucesso, a etapa de testes, que consistiu na entrega de GNL regaseificado para geração de energia elétrica nas usinas termelétricas da região Sudeste.

O terminal da Baía de Guanabara tem capacidade de regaseificação de 14 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural. A execução orçamentária do Grupo Petrobras, excetuando a Subfunção Energia Elétrica e a Função Indústria ao longo dos últimos 5 anos ficou em R\$ 190,96 bilhões, sendo que em 2009 foi de R\$ 61,367 bilhões.

| INDICADOR                                                                                           | 2009<br>(META) | 2009<br>(REALIZ.) | 2008<br>(REALIZ.) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados | 47,00%         | 33,6%             | 35,6%             |
| Extensão da malha de oleodutos de transporte da Petrobras (km)                                      | 7033           | 7033              | 7033              |
| Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (MM m <sup>3</sup> /mês)            | 14,78          | 13,78             | 13,00             |

## Programa Brasil com todo Gás

| INDICADOR                                                    | 2009<br>(META) | 2009<br>(REALIZ.) | 2008<br>(REALIZ.) |
|--------------------------------------------------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Gás Natural |                | 120               | 96                |
| Extensão da Malha de Gasodutos da Petrobras                  | 8.575          | 7.476             | 6863              |
| Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil                    | 68.570         | 45.295            | 49,1              |

O indicador (Capacidade de dutos para o transporte de Gás Natural) foi alterada a unidade de bilhão de m<sup>3</sup>/km para milhão de m<sup>3</sup>/dia.

## 5.1.16. Função Organização Agrária

### Análise da Função Governamental

#### Execução Orçamentária na Função Organização Agrária e Subfunções

A Função Organização Agrária contempla os temas reforma agrária, agricultura familiar e comunidades quilombolas, cujo montante de recursos empenhados em 2009 conforme demonstrativos a seguir.

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA 2005/2009

em R\$ milhões

| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | EMPENHADO       |                 |                 |                 |                 |
|---------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|                     | 2005            | 2006            | 2007            | 2008            | 2009            |
| OFSS                | 3.583,24        | 4.249,06        | 4.853,56        | 4.072,87        | 4.369,88        |
| OI                  | 0,00            | 0,00            | 0,00            | 0,00            | 0,00            |
| <b>TOTAL</b>        | <b>3.583,24</b> | <b>4.249,06</b> | <b>4.853,56</b> | <b>4.072,87</b> | <b>4.369,88</b> |

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO             | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA POR SUBFUNÇÕES |            | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA EM OUTRAS FUNÇÕES |          | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA |            |
|-----------------------|-------------------------------------------------------|------------|-------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------------------------------------|------------|
|                       | EMPENHADO                                             | %          | EMPENHADO                                                               | %        | EMPENHADO                                          | %          |
| 631 - Reforma Agrária | 2.942,98                                              | 100        | 0,00                                                                    | 0        | 2.942,98                                           | 100        |
| Outras Subfunções     | 1.426,00                                              | 33         | 0,00                                                                    | 0        | 1.426,90                                           | 33         |
| <b>TOTAL</b>          | <b>4.369,88</b>                                       | <b>100</b> | <b>0,00</b>                                                             | <b>0</b> | <b>4.369,88</b>                                    | <b>100</b> |

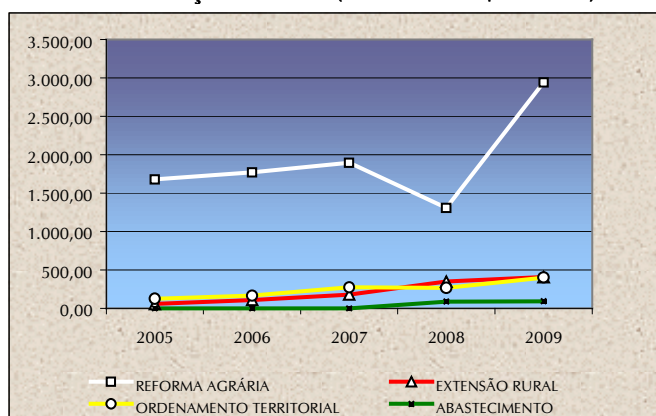
#### VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO               | EXERCÍCIO |          |          |          |          |
|-------------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|
|                         | 2005      | 2006     | 2007     | 2008     | 2009     |
| Reforma Agrária         | 1.676,13  | 1.768,66 | 1.895,32 | 1.305,69 | 2.942,98 |
| Extensão Rural          | 56,61     | 109,45   | 180,02   | 347,30   | 406,04   |
| Ordenamento Territorial | 124,54    | 165,48   | 273,76   | 265,47   | 402,18   |
| Abastecimento           | 0,00      | 0,00     | 0,00     | 89,24    | 92,05    |

Fonte: Siafi

#### VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (VALORES EM R\$ MILHÕES)



A crise mundial de 2008 provocou uma queda na arrecadação federal daquele ano e no 1º semestre de 2009, causando a diminuição da execução orçamentária e financeira no Ministério do Desenvolvimento Agrário, devido ao contingenciamento maior do orçamento do Ministério. Esse fato fica visível na tabela apresentada,

onde se verifica um crescimento da execução no total das quatro subfunções típicas, acima citadas, de R\$ 3.583 milhões em 2005 para R\$ 4.853 milhões em 2007, e, em 2008 uma retração para 4.073 milhões, com uma pequena recuperação em 2009 para R\$ 4.370 milhões. Observa-se que a subfunção Abastecimento aparece somente em 2008

e 2009. Isto ocorre pois essa subfunção tem sua execução no Programa Aquisição de Alimentos, PAA, criada pelo PPA 2008/2011 e recepcionada pela ação orçamentária 2B81 do programa 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF. Em relação às demais subfunções típicas, ocorreu um forte crescimento nominal da execução conforme política do MDA de fortalecer suas subfunções típicas, destacando-se que:

- Extensão Rural – passou de R\$ 56,6 milhões em 2005 para 406,0 milhões em 2009;
- Ordenamento Territorial – passou de R\$ 124,5 milhões em 2005 para 402,2 milhões em 2009;
- Reforma Agrária – passou de R\$ 1.676,1 milhões em 2005 para R\$ 2.943,0 milhões em 2009.

O tema Reforma Agrária possui dois componentes

relevantes a concessão de crédito para instalar assentados da reforma agrária beneficiados com a política de desapropriação de terras; e a concessão de crédito para agricultores familiares sem terras adquirirem terras e fazerem investimento básico para iniciar a produção. Até 2008, os montantes referentes a essas concessões de créditos estavam incluídos na subfunção Outros Encargos Especiais na função Organização Agrária. Em 2009, esses valores foram alocados na subfunção típica Reforma Agrária, sendo esta uma das razões pelo substancial acréscimo nesta última. Em consequência, houve o crescimento relativo em relação ao total da função Organização Agrária, de 2008 para 2009, nessa subfunção, de 32,1% para 67,4%, e a conseqüente diminuição do peso das demais subfunções (ver linha Outras Subfunções na tabela seguinte) de 50,7% para 12,1%.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (EMPENHADO) 2005 A 2009

em R\$ milhões

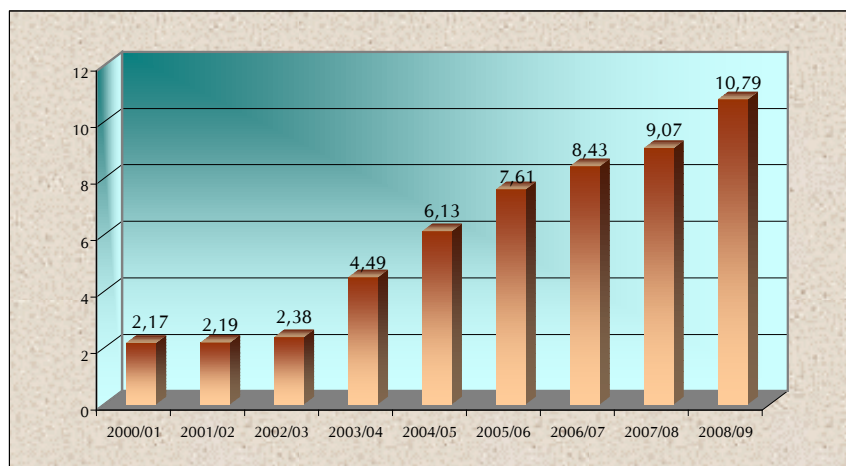
| SUBFUNÇÕES                    | 2005            | %          | 2006            | %          | 2007            | %          | 2008            | %          | 2009            | %          |
|-------------------------------|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|
| SUBFUNÇÕES TÍPICAS            |                 |            |                 |            |                 |            |                 |            |                 |            |
| 127 - Ordenamento Territorial | 124,54          | 3,48       | 165,48          | 0          | 273,76          | 5,64       | 265,47          | 6,52       | 402,18          | 9,20       |
| 605 - Abastecimento           | 0,00            | 0          | 0,00            | 0          | 0,00            | 0          | 89,24           | 2,19       | 92,05           | 2,11       |
| 606 - Extensão Rural          | 56,61           | 1,58       | 109,45          | 2,58       | 180,02          | 3,71       | 347,30          | 8,53       | 406,04          | 9,29       |
| 631 - Reforma Agrária         | 1.676,13        | 46,78      | 1.768,66        | 41,62      | 1.895,32        | 39,05      | 1.305,69        | 32,06      | 2.942,98        | 67,35      |
| Outras Subfunções             | 1.725,96        | 48,17      | 2.205,46        | 51,9       | 2.504,46        | 51,6       | 2.065,17        | 50,71      | 526,63          | 12,05      |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>3.583,24</b> | <b>100</b> | <b>4.249,06</b> | <b>100</b> | <b>4.853,56</b> | <b>100</b> | <b>4.072,87</b> | <b>100</b> | <b>4.369,88</b> | <b>100</b> |

Fonte: MDA

#### Principais Resultados da Atuação Governamental na Função Organização Agrária

No contexto da Função Organização Agrária, o crédito rural do Pronaf assume importância considerável, ao ampliar o acesso dos agricultores familiares ao sistema oficial de crédito ao longo dos anos. Somada a esta ampliação, já consolidada neste importante segmento do setor econômico brasileiro, têm sido adotadas estratégias com vistas a tornar esta importante política pública convergente com os conceitos de sustentabilidade. Para a safra 2009/2010 foram disponibilizados R\$ 15 bilhões para a agricultura familiar. É um novo recorde de recursos disponibilizados para o financiamento dos agricultores familiares.

#### EVOLUÇÃO DO VOLUME DE CRÉDITO AO AMPARO DO PRONAF SAFRAS 2000/2001 A 2008/2009 (VALOR EM R\$ BILHÃO)\* - Valores executados



\*Os dados apresentam pequena variação da mensagem do ano anterior, visto que à época o MDA não possuía as informações completas das aplicações de todos os bancos.

Como segundo eixo para o desenvolvimento sustentável, o Pronaf passa a contar com uma nova abordagem de acesso ao crédito rural. Com a criação do Pronaf Sustentável, por meio do Decreto nº 6.882/2009, o agricultor passará a gerir sua propriedade de forma sistêmica, abordando aspectos vinculados à produção, à conservação ambiental, à administração e comercialização da produção, permitindo maior lucro com perfeita sintonia com as questões ambientais.

Como vertente final do desenvolvimento sustentável do Pronaf em 2009, promoveu-se a consolidação da linha de financiamento "Mais Alimentos", criada no ano de 2008. Em 2009 os agricultores que produziam açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura, continuaram a ter o financiamento de máquinas e equipamentos mais baratos para a produção. Para esta linha de financiamento, passou-se a permitir o financiamento de utilitários para comercialização da produção.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, política pública complementar ao crédito rural do Pronaf, que permite a proteção do agricultor familiar durante a ocorrência de quedas bruscas nos preços de comercialização, teve o número de produtos cobertos ampliado para 35, ao mesmo tempo em que o limite de proteção por agricultor passou de R\$ 3.500,00 para R\$ 5.000,00.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço essencial para que as políticas públicas cheguem às comunidades e propriedades rurais. Em 2009, o Governo realizou um conjunto de atividades com o objetivo de ampliar e qualificar esse serviço, destacando-se o apoio às instituições de ATER credenciadas; a formação de agentes de desenvolvimento rural e agricultores familiares; as ações de inovação tecnológica, adequadas às especificidades dos diversos biomas.

O Fundo Garantia-Safra é um seguro de renda para situações de catástrofe provocadas por seca ou excesso de chuvas que geram perdas superiores a 50% nas lavouras de milho, feijão, algodão, arroz e mandioca de agricultores familiares de municípios situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O Fundo Garantia Safra garante o pagamento de R\$ 550,00 para cada família que aderiu ao programa e foi prejudicada por fenômenos climáticos. Em 2009, o programa passou por transformações destinadas ao seu aprimoramento, como a extensão da cobertura para eventos de perdas de safra ligados ao excesso de chuva e o aperfeiçoamento dos procedimentos de verificação de perdas, para que o Seguro Garantia-Safra chegue com mais rapidez aos agricultores.

Para safra 2009/2010, foram disponibilizadas 694.852 cotas de participação e as adesões estão em andamento com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores

familiares, municipalidades e governos estaduais.

Em 2009, somente o MDA investiu mais de 90 milhões de reais no apoio à comercialização por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Juntamente com o MDS, foram investidos mais de 600 milhões de reais no PAA em 2009, consolidando o programa como uma ação estratégica de segurança alimentar e de geração de renda para a agricultura familiar.

O ano de 2009 representou uma grande conquista no campo da comercialização dos produtos da agricultura familiar brasileira, por meio da Lei 11.947, a Lei da Alimentação Escolar, que instituiu a compra obrigatória de no mínimo 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar. A implementação desta lei criará um mercado de cerca de um bilhão de reais que poderá beneficiar, já em 2010, mais de 200 mil famílias de agricultores em todo o país.

Atualmente existem 32 empresas com o Selo Combustível Social estimulando e fortalecendo aproximadamente 54.000 famílias produtoras de oleaginosas em todo país. Das 32 empresas, 3 receberam o Selo em 2009.

Também em 2009, o MDA investiu perto de R\$ 7 milhões de reais em projetos de apoio a organização produtiva, transferência de tecnologia e produção de sementes e mudas em todo país. Desse total, quase R\$ 4 milhões foram destinados a agricultores familiares e técnicos dos 34 Territórios da Cidadania com ações do Biodiesel.

Ao longo do ano de 2009, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apoiou 164 Territórios Rurais selecionados, nas 27 unidades da federação, abrangendo 2.500 municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas (28,51 % do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 5.046.045,5 Km<sup>2</sup> (58,49 % da área total do país). Nestes territórios concentram-se 60,86 % dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil. Os recursos totais aplicados pelo Programa foram da ordem de R\$ R\$ 382,0 milhões.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) integra o Plano Nacional de Reforma Agrária, e beneficiou, em 2009, 5.872 famílias com um investimento total de aproximadamente R\$ 226 milhões, que viabilizaram a realização de investimentos básicos e comunitários e a aquisição de mais de 90 mil hectares pelas famílias beneficiárias.

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio das ações de implantação de bibliotecas, de formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras. Em 2009, foram implantadas 1.237 bibliotecas, em 461 municípios de 23 estados da Federação, e capacitados 2.154 agentes de leitura, promovendo o acesso de aproximadamente 160 mil famílias aos 252 mil livros distribuídos.



**SÍNTESE DOS DADOS FINANCEIROS DO PROGRAMA  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS EM 2009**

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA                                                                                                               | DADOS FINANCEIROS R\$           |                                 |                                     |                          |            |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|------------|------------|
|                                                                                                                                 | META 2009 <sup>(1)</sup><br>(A) | REALIZADO <sup>(2)</sup><br>(B) | VALORES PAGOS <sup>(3)</sup><br>(C) | RAP PAGOS <sup>(4)</sup> | %<br>(B/A) | %<br>(C/A) |
| 6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento                                                                                | 14.727.101                      | 11.531.376                      | 9.938.796                           | 1.097.220                | 78,3       | 67,5       |
| 102C - Elaboração de PTDRS                                                                                                      | 1.999.999                       | 1.279.400                       | 1.279.400                           | 556.526                  | 64,0       | 64,0       |
| 2A99 - Apoio à Gestão dos PTDRS                                                                                                 | 15.000.000                      | 11.144.440                      | 2067450                             | 4.035.877                | 74,3       | 13,8       |
| 8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais                                                    | 335.699.870<br>(5)              | 298.940.849<br>(5)              | 2.002.200                           | 123.824.609<br>(5)       | 89,0       | 0,6        |
| 8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária         | 33.606.645                      | 33.296.362                      | 3.457.596                           | 18.775.520               | 99,1       | 10,3       |
| 5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara | 22.898.876                      | 22.598.876                      | 22.579.130                          | 19.301                   | 98,7       | 98,6       |
| 2272 – Gestão e Administração do Programa                                                                                       | 3.092.899                       | 2.670.348                       | 2.610.348                           | 346.396                  | 86,3       | 84,4       |

Fonte: Resultados Financeiros: Sigplan/Siaf, em 21/01/2010, e SPOA/MDA, de 10/01/2010.

(1) Com base no orçamento 2009 disponibilizado, ou seja, considerou-se os valores orçamentários do crédito inicial mais os créditos adicionais, subtraindo-se os valores de créditos contingenciados. / (2) Com base nos valores de empenhos liquidados.. (3) Valores pagos até 31/12/2009 / (4) Valores inscritos em Restos a Pagar, pagos até 31/12/2009. / (5) Inclusive Emendas Parlamentares.

Esses resultados estão analisados a seguir, em conjunto com os indicadores utilizados para a gestão do Programa. Na ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária, foram executados R\$ 4,8 milhões no ano de 2009, sendo que no período de 2003 a 2009, foram incorporados à reforma agrária mais de 47,7 milhões de hectares com a criação de 3.386 projetos de assentamento, sendo 297 somente em 2009, envolvendo uma área total de 4,6 milhões de hectares somente em 2009. Atualmente existem implantados no país 8.570 projetos de assentamento, numa área de 85,2 milhões de hectares, nos quais residem pouco mais de 928 mil famílias. Já do ponto de vista do assentamento de famílias, no período 2003 a 2009, o Governo assentou 574.532 famílias, volume este que corresponde a 61,9% da totalidade de famílias assentadas no país, desde o início desta política, e do assentamento da primeira família, até hoje. Somente em 2009, foram assentadas 55.421 famílias. Em relação às vistorias realizadas, verifica-se a execução de R\$ 100,4 milhões no período de 2003 a 2009, sendo que somente em 2009, R\$ 14,7 milhões foram executados no âmbito desta ação. Do ponto de vista da execução física, o total de áreas vistoriadas no período de 2003 a 2009, foi de 33,7 milhões de ha, sendo que somente em 2009, cerca de 5,3 milhões de ha foram efetivamente vistoriados.

Em 2009, 65,8 mil famílias tiveram recursos depositados nas contas das associações dos assentamentos para a construção ou recuperação de casas. Destaca-se que no ano o Incra atingiu a expressiva marca de 58.324 residências construídas ou reformadas. Além disso, o Governo realizou outras 59 mil operações de crédito, envolvendo as demais modalidades do Crédito Implantação, totalizando o atendimento a mais de 124,8 mil famílias. Outras 70,4 mil famílias foram beneficiadas mediante complementação de créditos (nas modalidades que sofreram reajuste de valor).

Além do Crédito Instalação, foram realizadas várias ações

com vistas à qualificação da infra-estrutura básica nos novos assentamentos, tais como construção e recuperação de estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água, dentre outras. No período que abrange os anos de 2003 a 2009, o total aplicado em ações de infra-estrutura foi de cerca de R\$ 1,5 bilhão, passando de pouco mais de R\$ 61,4 milhões em 2003 para 324,8 milhões em 2009. Em 2009, foram disponibilizados mais de R\$ 324 milhões para ações de infra-estrutura nos assentamentos.

Com relação à execução física, mais de 63,1 mil famílias foram beneficiadas no ano com obras que resultaram na construção e recuperação de 7.751,88 km de estradas, na construção de 299 sistemas de abastecimento de água, bem como na implantação de outras 876 obras (construção de quadras de esporte, centros comunitários, galpões, dentre outros). De outro lado, outras 204 mil famílias serão beneficiadas com obras de infra-estrutura, cujos recursos já estão devidamente assegurados para a realização das mesmas, recursos estes que vão proporcionar a construção/recuperação de 22.165,93 km de estradas, 1.218 sistemas de abastecimento de água, bem como outras 667 obras diversas. Destacamos aqui, que as famílias só são contabilizadas como beneficiadas por ações de infra-estrutura, quando as obras são efetivamente finalizadas.

Referenciando-se à ação de Demarcação Topográfica, do INCRA, verifica-se a execução de R\$ 41,6 milhões, atendendo diretamente a 28.750 famílias. Destaca-se, ainda, que outras 121.211 famílias já se apresentam com recursos assegurados para a realização de ações de topografia, parte das quais com demarcação já iniciada, e outras cujas ações vão se iniciar em 2010, tendo em vista que a formalização dos processos de contratação só se realizou ao final do ano de 2009.

Foram disponibilizados R\$ 10,6 milhões, em relação à ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização, no INCRA, mais conhecido como “Terra



Sol”, beneficiando diretamente 8.786 famílias com diferentes atividades, sendo que outras 11.823 famílias estão envolvidas em projetos atualmente em execução (ou em vias de se iniciar), estando com recursos garantidos para tal, e com previsão de conclusão das atividades no ano de 2010.

Já quanto à ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, do INCRA, a execução verificada nesta ação foi de R\$ 2,8 milhões, com a concessão de 35.764 títulos, sendo que destes, 96% (34.335) foram de títulos de concessão de uso, e os demais 4% (1.429) foram títulos de domínio.

A ação de Assistência Técnica é fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos, a Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATEs, no INCRA, vem sendo priorizada no decorrer dos últimos anos. Em 2003, cerca de 95 mil famílias recebiam este serviço, passando para um total de aproximadamente 270 mil famílias em 2009. Em 2010 deverão receber a ATEs outras 58,5 mil famílias, que tiveram contratos firmados no final do ano de 2009.

O Incra apóia o processo de escolarização e formação, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). No ano de 2009, o montante total de R\$ 16,7 milhões foi executado por parte do Incra por meio deste Programa, tendo sido efetuados ainda, destaques orçamentários para instituições de ensino públicas, bem como para outras instituições governamentais, no valor de R\$ 5,4 milhões, dos quais cerca de 80% (R\$ 4,3 milhões) foram destinados a uma parceria efetuada junto ao CNPq, para a implementação da ação de “Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagogia e Social”. Mediante esta ação, foram selecionadas 23 propostas contemplando 52 projetos, que atendeu diretamente 2.222 alunos.

Através da ação “Educação de Jovens e Adultos”, do INCRA, foram atendidos 21.076 alunos, sendo que estão em sala de aula atualmente, 13.119 alunos. Já em relação à ação de “Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária”, da Autarquia, foram atendidos 6.487 alunos em 2009.

Importante marco no ano de 2009, foi a criação do Programa Terra Legal, mediante a edição da Lei Nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

É patente o incremento da execução orçamentária ocorrido no último ano, sendo que somente em 2009, foram disponibilizados cerca de R\$ 20,7 milhões para esta ação. A execução física final no ano de 2009 proporcionou a regularizando uma área de 930.355,00 ha, obtida por meio da emissão de 37.771 títulos nos estados com convênios firmados e na Amazônia Legal.

Uma das ações desenvolvidas no âmbito da ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural de ação foi a viabilização da emissão Certificado de Cadastro de

Imóveis Rurais – CCIR via web, desburocratizando o acesso, conferindo agilidade, transparência e segurança jurídica, bem como proporcionando economia para o Incra de cerca de R\$ 5 milhões só em despesas de Correio. No final de 2009, a expressiva quantidade de pouco mais de 629,6 mil CCIRs foram emitidos, com previsão de se alcançar a emissão de mais de 1 milhão de CCIR até 30/01/2010. De outro lado, verificou-se também a atualização cadastral de mais de 786 mil imóveis.

Foram georreferenciados 36.469 imóveis em todo o país. De outro lado verificou-se também a certificação de 5.506 imóveis compreendendo mais de 22,6 milhões de ha, proporcionando um aumento de cerca de 34,8% em relação a 2008. O sistema “Certificaweb”, que vai permitir a certificação digital de imóveis, encontra-se em fase de homologação, já estando disponível em 7 Superintendências Regionais como piloto.

Quanto à ação de georreferenciamento na Região da Amazônia Legal, já foram realizados 3 pregões cuja área estimada a ser georreferenciada é de 3,6 milhões de hectares, com aproximadamente 24,6 mil ocupações e 981 km de perímetros de áreas urbanas consolidadas. Um quarto edital está sendo preparado, com vistas ao georreferenciamento de mais 58,4 mil ocupações, atingindo um total de 8,5 milhões de ha.

Outras ações desenvolvidas sob a égide desta ação foi a digitalização do acervo fundiário do estado do Pará; a densificação da Rede Geodésica Brasileira de Estações Ativas GPS - RiBaC/RBMC, mediante consolidação da Cooperação técnica entre o Incra e o IBGE; a instalação de 05 novas estações que estão proporcionando cobertura quase que total do território nacional para fins de aplicações de alto nível do GPS; ampliação do número de estações de 21(2007) para 60 (2009), com perspectiva de chegar a 110 até o fim de 2010.

Em relação ao Acervo Fundiário, foram inseridas mais 2.000 geometrias corretas de assentamentos; atualizou-se todos os dados externos (unidades de conservação federal, terras indígenas, unidades de conservação estadual, etc.); contabilizou-se 5.269 assentamentos inseridos na base de dados e foi recuperado quase todo o acervo de glebas arrecadadas do Incra. De outro lado encontra-se em desenvolvimento a inserção de mais 1.000 Projetos de Assentamento e 120.000 imóveis rurais e a massificação de um acesso fácil, de baixo custo e rápido a todos os setores do Incra para consulta e visualização de dados cartográficos e interação com órgãos externos, permitindo compartilhamento da informação geográfica.

As ações acumuladas do Incra na execução da Política Quilombola contabilizam 948 processos de titulação abertos; 101 Editais de Relatórios Técnicos de Identificação e delimitação - RTIDs publicados, totalizando 1.356.901 hectares em benefício de 12.910 famílias; além de 49 Portarias de Reconhecimento publicadas, totalizando 241.728 hectares reconhecidos em benefício de 4.307 famílias. De 2003 a 2009 foram expedidos 60 títulos, regularizando 174.469 hectares em benefício de 54 territórios, 82 comunidades e 4.217 famílias quilombolas.

Em 2009, o Incra emitiu 4 Títulos de propriedade coletivos para 2 comunidades quilombolas urbanas, totalizando 5.922 m² em benefício de 32 famílias. Publicou 23 editais de Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação - RTIDs, com 804.029 hectares, em benefício de 2.452 famílias; publicou ainda 10 Portarias de Reconhecimento, relativos a 25.801 hectares, que vão beneficiar 552 famílias.

Destaca-se também a emissão 30 decretos desapropriatórios de territórios quilombolas, declaratórios de interesse social, em 15 estados brasileiros, totalizando 350.814 hectares, que vão beneficiar 3.896 famílias quilombolas, ação esta que permitirá a desintrusão efetiva e titulação definitiva destes territórios quilombolas. Em relação ao Manejo de Recursos Naturais do PPA, contemplado na Reforma Agrária, foram aportados R\$ 14,6 milhões, beneficiando diretamente 17,7 mil famílias. Ressalta-se que no período de 2003 a 2009, mais de 78,2% da área incorporada à Reforma Agrária, foi destinada aos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, que baseia sua exploração no extrativismo e serve principalmente às comunidades tradicionais. Ou seja, do total de 47,7 milhões de hectares incorporados, 36,9 milhões foram destinados a este tipo de assentamento.

#### Indicadores que foram Considerados e Efetivamente Utilizados no Processo de Avaliação dos Resultados de Atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Com relação ao Pronaf, conforme quadro a seguir, observa-se uma redução no número de contratos do Programa, apesar do aumento do valor emprestado. Dentre outros fatores que implicaram a redução da utilização do Pronaf, estão: i) processo de renegociação de dívidas rurais, que ao mesmo tempo em que colocou os agricultores em situação cadastral de normalidade junto aos agentes financeiros, promoveu a redução da capacidade de pagamento dos agricultores e por consequência a diminuição do valor disponibilizado ao financiamento; ii) implementação do sistema de monitoria de inadimplência do Pronaf grupo B (microcrédito rural) com suspensão da elaboração de novos contratos de

crédito para municípios com taxa de inadimplência igual ou superior a 15%; iii) a dinâmica para as operações de investimento é cíclica de longo prazo, por necessitar de maior prazo para pagamento da operação, mantendo congelada a capacidade de pagamento do agricultor limitando a contratação de novas operações; e iv) restrições para utilização do crédito rural na Região Norte.

#### CONTRATOS PRONAF

| ANO SAFRA | CONTRATOS FIRMADOS | VALOR          |
|-----------|--------------------|----------------|
| 2004/2005 | 1.635.036          | 6.131.346.444  |
| 2005/2006 | 1.912.858          | 7.608.501.193  |
| 2006/2007 | 1.691.919          | 8.423.918.494  |
| 2007/2008 | 1.648.924          | 9.073.059.194  |
| 2008/2009 | 1.426.525          | 10.495.541.982 |
| 2009/2010 | 717.664            | 4.677.880.495  |

Fonte: BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 12/2009; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 10/2009; BASA: Até 10/2009; BB: Até 11/2009; BN: Até 11/2009 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos a alterações.

Houve ainda uma significativa melhora na aplicação dos recursos e em termos de atendimento ao público beneficiário. Em 2008, foram atendidos pouco mais de 803 mil Agricultores Familiares (AF), já em 2009 este número chegou a mais de um milhão oitocentos e cinquenta mil, portanto, uma expansão aproximada de 134% no número de beneficiários, em decorrência principalmente do aumento de recursos disponibilizados. Em relação aos indicadores de execução da meta para o ano de 2009, verifica-se que os recursos empenhados representam 95,11% do total planejado. Já em relação ao número de agricultores familiares - AF, foi possível atender 7,86% além do total previsto para o ano, ou seja, a meta, que era de 1.741.949 agricultores, foi superada em 136.876, chegando a 1.878.825. Em 2009, 553.225 agricultores familiares, de 714 municípios dos estados do Nordeste e Região Semi-árida de Minas Gerais participaram do Programa Garantia-Safra. Receberam o benefício 383.903 agricultores. Desses, 182.147, distribuídos em 181 municípios, foram beneficiados por aderirem ao Garantia na safra 2007-2008, e 201.756 agricultores, distribuídos em 171 municípios, por aderirem ao Programa na safra 2008-2009, conforme demonstrado a seguir.

#### PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

| ESTADO       | MUNICÍPIOS PARTICIPANTES |            |            |            |            |            |            |
|--------------|--------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|              | 2002-2003                | 2003-2004  | 2004-2005  | 2005-2006  | 2006-2007  | 2007-2008  | 2008-2009  |
| AL           | 1                        | 13         | 19         | 19         | 0          | 12         | 11         |
| BA           | 0                        | 20         | 39         | 35         | 22         | 54         | 87         |
| CE           | 160                      | 74         | 146        | 161        | 152        | 167        | 161        |
| MA           | 0                        | 0          | 0          | 0          | 0          | 2          | 40         |
| MG           | 0                        | 52         | 18         | 22         | 8          | 9          | 26         |
| PB           | 78                       | 102        | 109        | 129        | 124        | 148        | 151        |
| PE           | 26                       | 49         | 44         | 48         | 46         | 57         | 57         |
| PI           | 44                       | 28         | 47         | 83         | 74         | 121        | 95         |
| RN           | 0                        | 7          | 26         | 35         | 33         | 52         | 69         |
| SE           | 24                       | 22         | 17         | 11         | 12         | 13         | 17         |
| <b>TOTAL</b> | <b>333</b>               | <b>367</b> | <b>465</b> | <b>543</b> | <b>471</b> | <b>635</b> | <b>714</b> |

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

### MUNICÍPIOS PAGOS/PAGAMENTO IMINENTE

| ESTADO       | MUNICÍPIOS PARTICIPANTES |            |            |            |            |            |            |
|--------------|--------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|              | 2002-2003                | 2003-2004  | 2004-2005  | 2005-2006  | 2006-2007  | 2007-2008  | 2008-2009  |
| AL           | 1                        | 10         | -          | -          | -          | 3          | -          |
| BA           | -                        | 2          | 1          | 8          | 8          | 31         | 29         |
| CE           | 1                        | 25         | 128        | 7          | 124        | 25         | 114        |
| MA           | -                        | -          | -          | -          | -          | -          | 1818       |
| MG           | -                        | 3          | 5          | 12         | -          | 6          | 16         |
| PB           | 65                       | 58         | 104        | 50         | 119        | 48         | 61         |
| PE           | 22                       | 9          | 20         | 30         | 37         | 26         | 22         |
| PI           | 38                       | 20         | 40         | 51         | 69         | 12         | 9          |
| RN           | -                        | -          | 13         | 16         | 29         | 23         | -          |
| SE           | 13                       | 9          | -          | -          | 6          | 7          | -          |
| <b>TOTAL</b> | <b>140</b>               | <b>136</b> | <b>311</b> | <b>174</b> | <b>392</b> | <b>181</b> | <b>269</b> |

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

### PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES

| ESTADO       | MUNICÍPIOS PARTICIPANTES |                |                |                |                |                |                |
|--------------|--------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|              | 2002-2003                | 2003-2004      | 2004-2005      | 2005-2006      | 2006-2007      | 2007-2008      | 2008-2009      |
| AL           | 189                      | 6.988          | 11.051         | 11.479         | -              | 5.730          | 3.032          |
| BA           | 0                        | 7.000          | 8.907          | 9.148          | 6.063          | 15.176         | 22.645         |
| CE           | 108.950                  | 36.106         | 128.663        | 160.012        | 172.931        | 285.363        | 260.687        |
| MA           | -                        | -              | -              | -              | -              | 118            | 6.036          |
| MG           | -                        | 26.577         | 8.563          | 7.102          | 812            | 4.326          | 9.783          |
| PB           | 29.972                   | 37.562         | 49.755         | 54.791         | 59.310         | 74.345         | 83.329         |
| PE           | 27.696                   | 28.879         | 31.908         | 46.264         | 52.899         | 78.275         | 78.216         |
| PI           | 18.761                   | 12.602         | 23.543         | 38.206         | 34.210         | 63.286         | 55.848         |
| RN           | -                        | 3.155          | 8.613          | 12.005         | 8.461          | 14.087         | 16.707         |
| SE           | 14.724                   | 18.970         | 16.858         | 17.577         | 11.635         | 17.900         | 16.942         |
| <b>TOTAL</b> | <b>200.292</b>           | <b>177.839</b> | <b>287.861</b> | <b>356.584</b> | <b>346.321</b> | <b>558.606</b> | <b>553.225</b> |

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

### AGRICULTORES PAGOS/PAGAMENTO IMINENTE

| ESTADO       | MUNICÍPIOS PARTICIPANTES |               |                |                |                |                |                |
|--------------|--------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|              | 2002-2003                | 2003-2004     | 2004-2005      | 2005-2006      | 2006-2007      | 2007-2008      | 2008-2009*     |
| AL           | 209                      | 4.425         | -              | -              | -              | 1.899          | -              |
| BA           | -                        | 285           | 582            | 2.565          | 2.199          | 9.913          | 9.161          |
| CE           | 573                      | 13.274        | 120.908        | 11.338         | 159.734        | 68.451         | 184.548        |
| MA           | -                        | -             | -              | -              | -              | -              | 3.434          |
| MG           | -                        | 1.489         | 2.920          | 4.669          | -              | 3.593          | 6.562          |
| PB           | 27.147                   | 23.264        | 47.318         | 23.947         | 57.456         | 24.447         | 29.303         |
| PE           | 27.155                   | 9.338         | 14.764         | 33.450         | 47.315         | 41.485         | 35.828         |
| PI           | 17.632                   | 9.476         | 28.801         | 25.652         | 31.838         | 9.407          | 4.652          |
| RN           | -                        | -             | 4.046          | 4.460          | 7.786          | 6.927          | -              |
| SE           | 12.360                   | 14.259        | -              | -              | 9.672          | 16.025         | -              |
| <b>TOTAL</b> | <b>85.076</b>            | <b>75.810</b> | <b>211.339</b> | <b>106.081</b> | <b>316.000</b> | <b>182.147</b> | <b>273.488</b> |

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

\* Em andamento. Início dos pagamentos ocorreu em março de 2009

Conforme caracteriza o próximo quadro, em 2009 as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, financiadas pela SAF/MDA (Compra Direta e Apoio à Formação de Estoques) realizaram operações no valor de R\$92.053.333,00 (Noventa e dois milhões, cinqüenta e três mil, trezentos e trinta e três reais). Foram atendidas diretamente 26.667 famílias. As ações desempenhadas estimulam a produção da agricultura familiar, combatem a queda de preços decorrente da especulação local e fortalecem os processos de comercialização da agricultura familiar. Produtos como feijão, leite, trigo, castanhas do Brasil e de caju, entre outros, tiveram as oscilações de preços reduzidas pela intervenção do PAA/MDA.

### MODALIDADES DO PAA

| ANO                      | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | TOTAL       |
|--------------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| VALOR EMPENHADO          | 74.531.328 | 64.926.546 | 89.239.799 | 92.053.333 | 320.751.006 |
| FAMÍLIAS BENEFICIADAS    | 27.173     | 21.935     | 26.539     | 26.667     | 102.314     |
| QUANTIDADE ADQUIRIDA (T) | 111.823    | 83.269     | 59.613     | 82.765     | 337.470     |

Fonte: MDA

### ÍNDICES APURADOS EM 2008 E 2009 PARA OS INDICADORES DE EFICIÊNCIA FINANCEIRA

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA                                                                                                               | ÍNDICE APURADO (%) |      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------|
|                                                                                                                                 | 2008               | 2009 |
| 6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento                                                                                | 97,7               | 78,3 |
| 102C - Elaboração de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS                                             | 99,95              | 64,0 |
| 2A99 - Apoio à Gestão dos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS                                        | 100,0              | 74,3 |
| 8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais                                                    | 72,2               | 89,0 |
| 8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária         | 58,2               | 99,1 |
| 5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara | 100,0              | 98,7 |
| 2272 – Gestão e Administração do Programa                                                                                       | 99,25              | 86,3 |

Fonte: SDT/MDA, de 21/01/2010 / (1) – Com base nos valores do orçamento 2009 disponibilizado e de empenhos liquidados. (Tabela 2)

### ÍNDICES APURADOS EM 2008 E 2009 PARA OS INDICADORES DE EFICÁCIA DOS RESULTADOS FÍSICOS

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA                                                                                                               | ÍNDICE APURADO (%) |       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------|
|                                                                                                                                 | 2008               | 2009  |
| 6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento                                                                                | 48,0               | 77,8  |
| 102C - Elaboração de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS                                             | 9,1                | 40,0  |
| 2A99 - Apoio à Gestão dos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS                                        | 9,43               | 62,5  |
| 8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais                                                    | 120,0              | 66,5  |
| 8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária         | 100,0              | 114,9 |
| 5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara | 93,65              | 100,3 |
| 2272 – Gestão e Administração do Programa (1)                                                                                   | -                  | -     |

Fonte: SDT/MDA, de 21/01/2010 / (1) A Ação Orçamentária 2272 – Gestão e Administração do Programa não possui indicador nem meta física.

Com relação aos resultados físicos e financeiros alcançados em 2009 e aos índices apurados para os indicadores de eficiência e eficácia adotados pelo Programa, cumpre destacar que a implementação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, da SDT/MDA, adota um processo de participação dos Colegiados territoriais na discussão, priorização e definição dos projetos territoriais a serem apoiados em cada território, envolvendo parte significativa do seu orçamento anual.

No caso dos resultados físicos obtidos para as ações de capacitação de agentes de desenvolvimento, gestão dos PTDRS e apoio a projetos de infra-estrutura e serviços nos territórios rurais, é importante frisar que os valores de Restos a Pagar – RAP, pagos em 2009, ajudaram no alcance dos resultados físicos obtidos, embora ainda abaixo da meta do exercício, em função das questões operacionais fazendo que a celebração de convênios e contratos ficasse concentrada em novembro e dezembro.

Desta forma, parte significativa dos resultados físicos em termos de capacitação de agentes de desenvolvimento, elaboração e gestão de PTDRS, apoio a projetos de infra-estrutura e serviços nos territórios rurais e de fomento a empreendimentos associativos e cooperativos, com recursos orçamentários de 2009, somente serão obtidos

em 2010, com a implementação e execução dos contratos/convênios e respectivos projetos.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, da SRA/MDA, os dados provenientes dos sistemas de informação fornecem subsídios para o monitoramento das Unidades Técnicas Estaduais (UTE's), por meio do acompanhamento sistemático da atuação de cada estado na execução do Programa e da elaboração de indicadores que demonstram o seu desempenho estadual.

#### INDICADORES - PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

| INDICADORES        | 2008        | 2009        |
|--------------------|-------------|-------------|
| Operações          | 5.285       | 4.984       |
| Famílias atendidas | 9.731       | 5.872       |
| Área adquirida     | 151.353     | 90.608      |
| Valores investidos | 294.804.360 | 226.907.164 |

Fonte: Sistema de Análise e Contratação – SAC, 15/01/2010

O desempenho do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, no exercício de 2009 foi inferior ao observado no ano anterior, destacando-se uma redução de 40% no número de famílias atendidas. Isso ocorreu principalmente devido à interrupção nas contratações da linha de financiamento Combate à Pobreza Rural, cujos recursos de “investimentos comunitários” passaram a ser exclusivamente nacionais a partir da assinatura do Decreto

nº 6672/2008, o que resultou na retomada das contratações dessa linha apenas em agosto de 2009, quando o novo manual operativo/normativo foi finalizado.

O desempenho do Programa Arca das Letras também é avaliado por meio do acompanhamento sistemático das ações realizadas, levando em consideração o número de bibliotecas implantadas, livros distribuídos, famílias e municípios beneficiados, bem como a quantidade de agentes de leitura capacitados. Em 2009, o Programa Arca das Letras teve um desempenho semelhante ao do exercício anterior, com destaque para o número de famílias atendidas pelas bibliotecas rurais que apresentou um aumento de 12%.

#### INDICADORES DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS

| INDICADORES                    | 2008    | 2009    |
|--------------------------------|---------|---------|
| Municípios atendidos           | 442     | 461     |
| Famílias atendidas             | 143.309 | 159.897 |
| Bibliotecas implantadas        | 1.306   | 1.237   |
| Livros distribuídos            | 270.223 | 252.630 |
| Agentes de leitura capacitados | 2.552   | 2.154   |

Fonte: CGAC/SRA e Sistema Arca das Letras, 12/01/2010

Quanto ao Incra, destaca-se que os indicadores utilizados

no processo de avaliação são as próprias metas estabelecidas para as ações específicas, conforme o PPA.

#### Programas Estruturantes do MDA

Os 07 (sete) programas estruturantes do MDA/INCRA encontram-se no quadro e estão comentados a seguir:

| PROGRAMAS ESTRUTURANTES DO MDA                                              |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| 0135 - Assentamentos Para Trabalhadores Rurais                              |
| 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento              |
| 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas |
| 0351 - Agricultura Familiar - Pronaf                                        |
| 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar         |
| 1334 - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais                    |
| 1116 - Crédito Fundiário                                                    |

No quadro a seguir, são apresentadas informações referentes aos Indicadores do Programa Planos Territoriais de Desenvolvimento Territorial Sustentável – PTRDS, definidos no PPA 2007/2011, considerando os índices previstos (no PPA 2007-2011) e alcançados no exercício de 2009:

#### ÍNDICES PREVISTOS E APURADOS EM 2009 PARA OS INDICADORES DO PROGRAMA NO PPA 2007-2011

| INDICADOR NO PPA 2007-2011                      | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                  | ÍNDICE 2009     |                 |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
|                                                 |                                                                                                                                                                            | PREVISTO NO PPA | APURADO EM 2009 |
| Taxa de Atendimento em Elaboração de PTDRS      | Relação percentual entre o nº de Territórios Rurais com PTDRS elaborado e o nº total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450)                                        | 42,2            | 25,7            |
| Taxa de Atendimento em Infra-estrutura          | Relação percentual entre nº de Territórios Rurais com projetos de apoio à infra-estrutura implementados e o número de total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450) | 44,4            | 24,22           |
| Taxa de Consolidação de Colegiados territoriais | Relação percentual entre o nº de Territórios Rurais com Colegiados Territoriais consolidados e o nº total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450)                   | 35,0            | 25,33           |

Fonte: Sigplan, em 21/01/2010, e SDT/MDA, de 21/01/2010

#### Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Quando da concepção do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, foi definido, a partir de estudos e análises desenvolvidos a partir das Microrregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que o número total de Territórios Rurais estimado seria de 450 territórios no Brasil.

Em função de diversos fatores, a incorporação de novos territórios ao Programa não foi realizada conforme a previsão inicial, influenciando desta maneira, no número total de territórios trabalhados anualmente e, conseqüentemente, no número de planos a serem elaborados, de colegiados a serem consolidados e territórios a serem apoiados com o Programa de Infra-estrutura (ver o nome do programa). Ou seja, com os atuais 164 territórios rurais incorporados ao Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais os índices previstos inicialmente para 2009 não serão alcançados.

Para exemplificar essa análise, o índice previsto inicialmente para 2009 no indicador Taxa de Atendimento em Elaboração de PTDRS - 42,2% – significa que deveríamos obter 190 planos territoriais elaborados até

2009 (para 42,2% dos 450 possíveis territórios rurais no Brasil). Uma vez que estão incorporados ao Programa apenas 164 territórios, foi impossível o alcance dessa previsão inicial.

Esse descompasso entre a previsão inicial anual para o número total de territórios rurais apoiados e o número de territórios efetivamente incorporados ao Programa, aliado às dificuldades relacionadas à operacionalização e contratualização de projetos, que implicaram em resultados físicos abaixo do previsto para 2009 nas ações orçamentárias relacionadas aos indicadores do PPA, contribuíram para que os índices apurados em 2009 ficassem aquém da previsão inicial no PPA 2007-2011.

Quanto à Capacitação de Agentes de Desenvolvimento, foram investidos, em 2009 recursos da ordem R\$ 11,5 milhões na formação de 27.836 agentes de desenvolvimento por intermédio de processos voltados para a sensibilização e mobilização dos atores territoriais, bem como para a elaboração e gestão social dos PTDRS e dos próprios Colegiados Territoriais, além de temas relacionados aos eixos estratégicos dos planos territoriais.

Foram elaborados, em 2009, 08 novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo que no

período 2004 a 2009, 116 territórios rurais concluíram pelo menos uma primeira versão do seu PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa, contendo, além do diagnóstico territorial, os principais eixos norteadores do desenvolvimento territorial e a visão de futuro do território, constituindo-se desta forma, em um referencial para qualificação e legitimação das demandas locais materializadas em projetos e programas territoriais.

Como componente complementar aos PTDRS, 60 novos Planos Safra Territoriais - PST1, estão em fase final de elaboração, o que irá contabilizar um total de 120 planos safra já elaborados. Ainda com o objetivo de qualificar os Planos Territoriais, até 2009 foram elaborados 95 Estudos de Potencialidades Econômicas -EPEs e com os recursos descentralizados em 2009 estão sendo elaborados 25 novos estudos totalizando 120 Estudos, quando da sua conclusão.

Todos os 164 Territórios Rurais apoiados em 2009 já constituíram seus Colegiados Territoriais, sendo 27 deles no exercício em questão, e que apresentam níveis de consolidação variáveis, considerando a diversidade existente entre as realidades vivenciadas em cada espaço apoiado. Desse total de colegiados constituídos, 114 já alcançaram o status de “consolidados”, 25 deles em 2008, todos dispondo de estatuto/regimento e funcionando de acordo com os mesmos.

Com relação ao Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais, em 2009 foram contratados 347 Planos de Trabalho envolvendo recursos da ordem de R\$ 298,9 milhões, beneficiando um total de 1.873 municípios, sendo 420 apoiados diretamente e outros 1.453 indiretamente apoiados, em 109 territórios rurais<sup>2</sup>, apoiando projetos nas áreas de planejamento e gestão, produção, agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, obras hídricas, centros de formação e agroindustrialização, dentre outros.

O Projeto Dom Hélder Câmara tem como objetivo estratégico a geração e difusão de referenciais que possam orientar políticas públicas no Semi-Árido do Nordeste. Atuando em oito territórios de seis estados do Nordeste, está desenvolvendo suas atividades em articulação com outras entidades governamentais e não governamentais e outras políticas públicas – federais, estaduais e municipais -

voltadas para a convivência com o Semi-Árido do Nordeste.

Os territórios apoiados são: Sertão Central e Sertão dos Inhamuns (Ceará); Sertão do Apodi (Rio Grande do Norte); Sertão do Cariri (Paraíba); Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe (Pernambuco); Sertão Sergipano (Sergipe ); e, Sertão de São João do Piauí (Piauí).

No exercício 2009 foram aplicados recursos da ordem de R\$ 22,5 milhões, em diversas ações e atividades, cujos principais resultados foram:

- 15.050 famílias beneficiadas com assistência técnica permanente;
- Na área de comercialização, foram apoiadas 21 feiras de agricultura familiar e implantada 1 nova feira;
- 12.000 alunos/as beneficiados/as com educação do campo e convivência com o Semi-Árido;
- Mantidos 9 fundos rotativos de micro-finanças rurais;
- 500 novos cidadãos alfabetizados, entre jovens e adultos, nas áreas de atuação do Projeto Dom Hélder Câmara;
- 80 novos filhos de agricultores familiares formados em técnicas agropecuárias;
- Foram instaladas 80 novas Minibibliotecas Rurais (Arcas da Letras);
- Foram implantadas 30 (trinta) Unidades Demonstrativas de Consórcios agroecológicos de produção de alimentos com algodão, em articulação com a EMBRAPA e ESPLAR.

### Programa de Crédito Fundiário

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento de acesso à terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação, concedendo crédito para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a consequente melhoria das condições de vida da população rural.

Dentre as Ações que o compõem destaca-se, no exercício de 2009, a Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário, cujos níveis de execução física e orçamentária foram altos.

<sup>1</sup> O **Plano Safra Territorial** tem como principal finalidade ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional, tais como o crédito rural, a assistência técnica e extensão rural, a comercialização, a agregação de valor, a Garantia Safra, dentre outras, às condições específicas de cada Território, bem como propiciar a articulação institucional necessária à sua consolidação. Em sua formulação, o PST é um dos componentes de um processo mais amplo, enquadrando-se como parte da formulação do Plano Safra Nacional e dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

<sup>2</sup> Parte dos municípios apoiados com projetos de infra-estrutura e serviços em 2009 estão localizados fora dos 164 Territórios Rurais diretamente apoiados pelo Programa no ano. Isto se deu em decorrência, principalmente, da operacionalização de contratos de repasse referentes a emendas parlamentares, dirigidas a municípios não vinculados aos territórios apoiados.

# **DEMONSTRATIVO DAS METAS E EXECUÇÃO FÍSICA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2009**

| AÇÃO                                                                       | META       |                    | EXECUÇÃO |                              |                  | RESTOS A PAGAR (R\$) |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|--------------------|----------|------------------------------|------------------|----------------------|
|                                                                            | FÍSICA     | ORÇAMENTÁRIA (R\$) | FÍSICA   | ORÇAMENTÁRIA (R\$) EMPENHADO | FINANCEIRA (R\$) |                      |
|                                                                            | (FAMÍLIAS) |                    | FAMÍLIAS |                              | LIQUIDADO/PAGO   | 2009                 |
| Ação 2373 – Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário | 2.400      | 3.250.000,00       | 2.800    | 3.201.360,24                 | 132.825,34       | 3.068.534,90         |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan em 15/01/2010 e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi em 12/01/2010

Após a promulgação do Decreto 6.672, 02 de dezembro de 2008, o Programa Nacional de Crédito Fundiário passou por uma série de ajustes na sua base legal e normas de execução, a fim de adequar-se à nova realidade de execução com recursos nacionais. Em virtude disso, no ano de 2009, a linha de financiamento Combate à Pobreza Rural esteve paralisada até o mês de agosto, quando as contratações foram retomadas.

## **Assentamentos para Trabalhadores Rurais**

Do ponto de vista da área efetivamente incorporada à Reforma Agrária, mediante a criação de projetos de assentamentos, mais de 47,7 milhões de hectares foram incorporados no período de 2003 a 2009, seja mediante ações onerosas (desapropriação e compra), seja através de ações não onerosas (reconhecimento, arrecadação, etc.), sendo que somente em 2009, 4,6 milhões de hectares foram incorporados à Reforma Agrária. No período de 2003 a 2009, os recursos destinados à ação de obtenção (onerosa) foram cerca de R\$ 7 bilhões, sendo que somente em 2009, foram destinados R\$ 742,8 milhões para a obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais.

Por outro lado, vem ocorrendo relativa redução no volume de terras obtidas mediante mecanismos onerosos, tendo em vista o reforço na obtenção de terras mediante modalidades não onerosas. Contudo, o incremento e a priorização cada vez maior das ações de qualificação dos assentamentos, vem proporcionando ano após ano, um maior direcionamento de recursos para estas ações em detrimento da obtenção. Além dos itens acima levantados, contribuíram também para a redução do volume de terras obtidas de forma onerosa, a elevação dos preços da terra em praticamente todo o país, bem como as dificuldades relativas à área jurídica, que por vezes emperram processo por anos.

Verificou-se assim, no âmbito destas modalidades, no período de 2003 a 2009, a obtenção de 4,6 milhões de hectares mediante desapropriação e compra (curiosamente o mesmo volume de terras totais incorporadas à Reforma Agrária, somente no ano de 2009). Em 2009, o volume de terras obtidas foi de 513,8 mil ha. Destaca-se para melhor entendimento, que as terras obtidas de forma onerosa (em

especial àquelas desapropriadas), só vão ser contabilizadas como áreas incorporadas à Reforma Agrária, posteriormente à criação do projeto de assentamento.

## **Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento**

O Governo Federal elevou consideravelmente os recursos destinados aos créditos de instalação às famílias, tendo reajustado os seus valores para algumas modalidades. Tais ações são essenciais para garantir qualidade de vida e condições de produção aos assentados e atualmente já se aproximam (e até superam), em termos de dotação orçamentária, a tradicional ação de obtenção de terras. A recente priorização dos processos de qualificação dos projetos de assentamentos, em 1995, voltava-se basicamente para a obtenção de terras (Fiscalização da Função Social e Criação de Projetos de Assentamento). Em 2009, houve um equilíbrio relativo com as ações voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos, quais sejam a Implantação e Desenvolvimento dos Assentamentos e o Crédito Instalação, que inclusive, desde 2008, já supera as dotações orçamentárias (e gastos) voltadas aos processos de obtenção de terras.

## **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar**

O Governo retomou e ampliou de forma significativa o serviço/ação de Assistência Técnica e Social aos Assentados – ATEs, do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Programa 1427), atendendo somente em 2009, pouco mais de 270 mil famílias, sendo que tivemos ainda 2.521 famílias beneficiadas com a conclusão de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA e Planos de Recuperação de Assentamentos – PRA. Além disso, cumpre informar que estão sendo elaborados atualmente PDAs e PRAs que envolvem 120,3 mil famílias assentadas e que outras 58,5 mil famílias serão beneficiadas com os serviços de ATEs no início de 2010. Com relação ao Crédito Instalação e Infra-estrutura, existem diversas etapas para a implantação dos assentamentos, as quais são necessárias para a estruturação dos mesmos, criando condições necessárias para a instalação e o desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária.

Destaca-se como fundamental neste processo, a ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, que atualmente contempla 9 (nove) modalidades: “Apoio Inicial” (R\$ 3.200,00); “Aquisição de Material de Construção” (R\$ 15.000,00); “Recuperação Material Construção” (até R\$ 8.000,00); “Fomento” (R\$ 3.200,00); “Adicional de Fomento” (R\$ 3.200,00); “Adicional do Semi-Árido” (até R\$ 2.000,00); “Reabilitação de Crédito de Produção” (R\$ 6.000,00); além da criação em 2009, da modalidade “Crédito Ambiental” (R\$ 2.000,00), além do “Crédito Mulher” (R\$ até 2.400,00). Ressalta-se que o valor destinado à construção de moradias passou de R\$ 10.000,00 para R\$ 15.000,00. Do ponto de vista orçamentário, foi autorizado em 2009 o expressivo montante de R\$ 1,2 bilhão para atender as famílias assentadas nas modalidades previstas para o Crédito Instalação, sendo que praticamente todo este recurso foi executado, dos quais parte já foi efetivamente depositada nas contas das associações e outra parte foi inscrita em restos a pagar, que deve ser disponibilizada efetivamente no início de 2010. Deste total, 82,4% destinaram-se às famílias das regiões norte e nordeste, demonstrando que o Governo Federal vem atuando incisivamente no combate às desigualdades regionais existentes no país.

Há evolução dos recursos destinados ao crédito instalação no período de 2003 a 2009, de onde visualizamos o vultoso volume de recursos destinados a esta ação que consumiu nos últimos 7 anos (2003 a 2009), pouco mais de R\$ 5,5 bilhões.

Além do Crédito Instalação, outro importante componente com vistas à estruturação dos assentamentos é a ação de Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento, que visa prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, mediante implantação ou recuperações de estradas vicinais, redes elétricas, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, dentre outras.

No período que abrange os anos de 2003 a 2009, o total aplicado em ações de infra-estrutura foi de cerca de R\$ 1,5 bilhão, passando de pouco mais de R\$ 61,4 milhões em 2003 para 324,8 milhões em 2009.

Em relação à execução física, mais de 63,1 mil famílias foram beneficiadas neste ano com obras que resultaram na construção e recuperação de 7.751,88 km de estradas, na construção de 299 sistemas de abastecimento de água, bem como na implantação de outras 876 obras (construção de quadras de esporte, centros comunitários, galpões, dentre outros).

De outro lado, outras 204 mil famílias serão beneficiadas com obras de infra-estrutura, cujos recursos já estão devidamente assegurados para a realização das mesmas, recursos estes que vão proporcionar a construção/recuperação de 22.165,93 km de estradas, 1.218 sistemas de abastecimento de água, bem como outras 667 obras diversas. Destacamos aqui, que as

famílias só são contabilizadas como beneficiadas por ações de infra-estrutura, quando as obras são efetivamente finalizadas.

#### IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO (FAMÍLIAS BENEFICIADAS)



Fonte: MDA

A política de Reforma Agrária se harmoniza com as políticas de preservação e recuperação do meio ambiente, especialmente no respeito às populações tradicionais e à sustentabilidade, ao implantar com êxito Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, tais como: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto Agro-Extrativista (PAE), Reservas Agro-Extrativistas (RESEX) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), entre outros.

Para além da ação de licenciamento ambiental (inserida no Programa 135), a recuperação de áreas degradadas e o manejo sustentável dos recursos naturais estão contemplados na Reforma Agrária por meio da ação Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, ação esta voltada para a recuperação e proteção do meio ambiente. Somente em relação a esta ação, foram aportados R\$ 14,6 milhões, beneficiando diretamente 17,7 mil famílias.

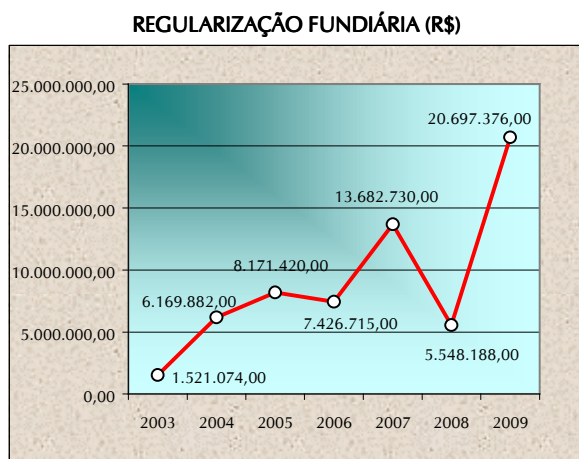
Ressalta-se que no período de 2003 a 2009, mais de 78,2% da área incorporada à Reforma Agrária, foi destinada aos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, que baseia sua exploração no extrativismo e serve principalmente às comunidades tradicionais. Ou seja, do total de 47,7 milhões de hectares incorporados, 36,9 milhões foram destinados a este tipo de assentamento.

O tamanho médio das áreas nos Projetos de Assentamento criados no período de 2003 a 2009 é de aproximadamente 86 ha/família. Este fato se deve aos projetos ambientais, que em geral apresentam áreas superiores as dos demais assentamentos, tendo em vista seu caráter preservacionista. Excluindo-se estes projetos, a média nacional, gira em torno de 20 ha/famílias.



## Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

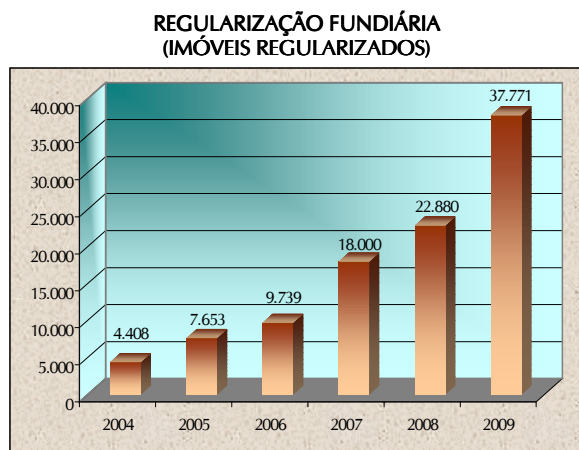
No gráfico a seguir pode-se visualizar a execução financeira da ação de Regularização Fundiária no período de 2003 a 2009. É patente o incremento da execução orçamentária ocorrido no último ano, sendo que somente em 2009, foram disponibilizados cerca de R\$ 20,7 milhões para esta ação. Cumpre ainda destacar que foi contingenciado nesta ação o expressivo montante de R\$ 81,9 milhões.



Fonte: Siafi

A execução física final no ano de 2009 proporcionou a regularização de uma área de 930.355,00 ha, obtida por meio da emissão de 37.771 títulos nos estados com convênios firmados e na Amazônia Legal.

No gráfico seguinte pode-se verificar a evolução do número de títulos emitidos entre os anos de 2004 e 2009, o que indica o expressivo aumento desta atividade nos últimos anos.



Fonte: SRFA/DF/Inkra

Vale ressaltar que o maior volume de área e título regularizado aparece no final da execução dos convênios, considerando que o processo de regularização nos estados é realizado em diversos municípios por varredura, e por estarem em execução, embora já tenham influenciado o orçamento da ação, ainda não foram computados como

resultados em 2009.

Quanto à execução física, cumpre destacar que a regularização fundiária na Amazônia, inicia-se pelo cadastramento dos ocupantes de terras públicas, ação priorizada no exercício de 2009, a qual cadastrou 26.191 ocupações, com uma área total de 4,5 milhões de hectares, em 261 municípios.

Outra ação primordial para a regularização é o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas. Foi constituída uma força tarefa para dar continuidade à análise do passivo de processos administrativos de fiscalização cadastral, com vistas ao combate à grilagem, cumprimento da função social da propriedade e combate a situações de trabalho análogo ao escravo, possibilitando assim a arrecadação de terras para o processo de reforma agrária.

Em 2009, 287 processos foram analisados, totalizando cerca de 7,1 milhões de ha, sendo 173 processos encerrados, correspondendo a 3,4 milhões de ha, auxiliando assim no processo de depuração do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e Mapa de Controle de Processos de Certificação – MCF, respondendo assim às constantes cobranças dos órgãos de controle.

Por fim, destaca-se que foi elaborado um Manual de Cadastro Rural, uniformizando procedimentos cadastrais, auxiliando o processo de qualificação das informações inseridas no SNCR. A ação de georreferenciamento da Malha Nacional, figura como uma ação estruturante do processo de Regularização Fundiária, e tem por objetivos:

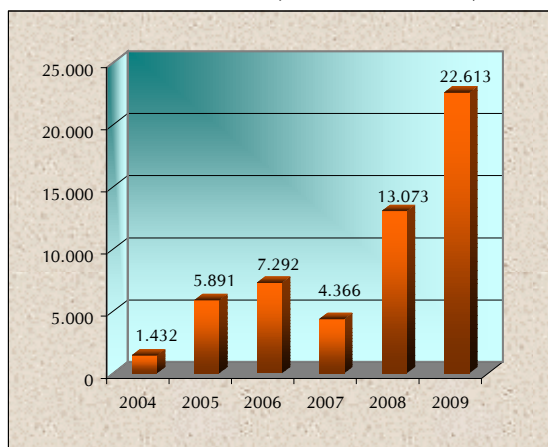
- localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais;
- efetuar o georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267/2001;
- integrar as informações georreferenciadas com serviços de registro imobiliários e demais entes públicos; reestruturar e ampliar os Comitês Regionais de Certificação;
- padronizar e sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do Incra; e
- ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Em 2009, os principais resultados verificados apontam para o georreferenciamento de 36.469 imóveis em todo o país. Por outro lado verificou-se também a certificação de 5.506 imóveis compreendendo mais de 22,6 milhões de ha, proporcionando um aumento de cerca de 34,8% em relação a 2008.

#### EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

| REGIÃO       | NÚMERO DE IMÓVEIS GEORREFERENCIADOS |
|--------------|-------------------------------------|
| CENTRO-OESTE | 2                                   |
| NORDESTE     | 27.430                              |
| SUL          | 18                                  |
| SUDESTE      | 8.716                               |
| NORTE        | 303                                 |
| <b>TOTAL</b> | <b>36.469</b>                       |

#### ÁREA CERTIFICADA (EM 1.000 HECTARES)



Outras ações desenvolvidas sob a égide desta ação foi a digitalização do acervo fundiário do estado do Pará; a densificação da Rede Geodésica Brasileira de Estações Ativas GPS - RiBaC/RBMC, mediante consolidação da Cooperação técnica entre o Incra e o IBGE; a instalação de 05 (cinco) novas estações que estão proporcionando cobertura quase que total do território nacional para fins de aplicações de alto nível do GPS; ampliação do número de estações de 21(2007) para 60 (2009), com perspectiva de chegar a 110 até o fim de 2010.

### 5.1.17. Função Indústria

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC possui o papel de promover o desenvolvimento industrial do país, contribuindo para o crescimento econômico por meio da intensificação do comércio exterior e do fortalecimento do mercado interno. A necessidade de uma política industrial provém do reconhecimento de que o manejo das variáveis macroeconômicas, por mais adequado que seja, é insuficiente para conduzir o país ao desenvolvimento sustentável e à capacitação industrial e tecnológica de que necessitamos. Tendo em vista esta necessidade, em maio de 2008, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que tem como objetivos principais promover a competitividade de longo prazo da economia, consolidar a confiança na capacidade de crescer da economia, integrar os instrumentos de políticas existentes, fortalecer a coordenação entre instituições de governo e aprofundar a articulação com o setor produtivo privado.

Tendo em vista os principais objetivos da PDP, foram traçados desafios a serem enfrentados e, dado esses desafios, foram estabelecidas quatro macrometas para a Política: ampliar a participação da formação bruta de capital fixo no Produto Interno Bruto (PIB), de 17,6% em 2007 para 21% em 2010; ampliar a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010; elevar a participação dos gastos privados em P&D no PIB, de 0,51% em 2005 para 0,65% em 2010; e ampliar em 10% o número de Micro e Pequenas Empresas (MPes) exportadoras até 2010 (11.792 em 2006).

Visando a construção da competitividade de longo prazo da economia brasileira, foram estruturados 32 programas para a PDP, divididos em 3 níveis: ações sistêmicas, destaques estratégicos e programas estruturantes para sistemas produtivos.

As ações sistêmicas estão focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva. Os destaques estratégicos estão voltados a temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do país no longo prazo. Os programas estruturantes para sistemas produtivos referem-se a objetivos estratégicos que visam diversificar a estrutura produtiva doméstica.

Essas diretrizes delineadas pela PDP tiveram como objetivo central criar e fortalecer as condições estruturantes e os instrumentos de coordenação entre instituições do Estado e a iniciativa privada, para que as alocações de recursos, tanto privados quanto públicos, pudessem ser realizadas, de modo a influenciar positivamente os fatores produtivos em ganhos de padrão de qualidade.

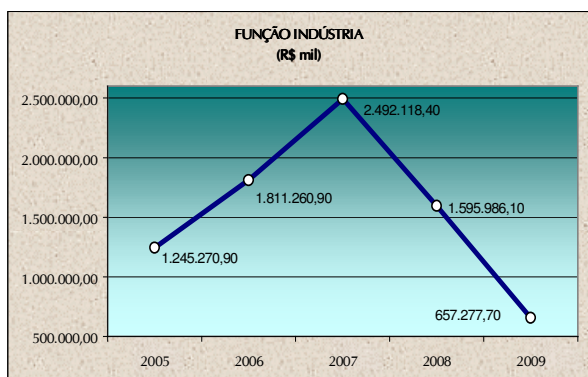
Em 2009, os esforços dos trabalhos da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foram concentrados na construção das agendas de ação e na manutenção da capacidade competitiva dos setores, com medidas mitigadoras da crise e de indução do consumo, tendo em vista as previsões pessimistas com a crise financeira internacional e o novo contexto que comprometia o alcance das metas setoriais e os desafios da PDP.

A missão institucional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) está relacionada, sobretudo, a duas Funções de Governo: "22 – Indústria" e "23 - Comércio e Serviços". Nessas duas áreas de atuação do Setor Público foram destinados, em 2009, 98,3% dos recursos públicos executados no âmbito do Órgão. Do valor total empenhado líquido, que foi da ordem de R\$ 749 milhões, o montante de R\$ 657,2 milhões (87,7%) foi executado na Função "Indústria" e a quantia de R\$ 79,7 milhões (10,6%), na Função "Comércio e Serviços". A tabela a seguir demonstra os valores empenhados líquidos no período 2005-2009.

#### VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR FUNÇÃO PERÍODO 2005-2009

| R\$ mil                  |             |             |             |             |           |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|
| FUNÇÃO                   | 2005        | 2006        | 2007        | 2008        | 2009      |
| 22 – Indústria           | 1.245.270,9 | 1.811.260,9 | 2.492.118,4 | 1.595.986,1 | 657.277,7 |
| 23 – Comércio e Serviços | 9.720,5     | 22.349,7    | 37.670,8    | 39.344,3    | 79.792,0  |
| Outras Funções           | 47.120,5    | 55.646,9    | 71.807,2    | 3.162,0     | 12.028,1  |
| TOTAL                    | 1.302.112,1 | 1.889.257,6 | 2.601.596,5 | 1.638.492,5 | 749.097,9 |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010



A variação negativa, nos valores empenhados na função Indústria, entre os exercícios de 2008 e 2009 decorre, preponderantemente, dos efeitos da crise financeira internacional que abalou o mundo recentemente, fazendo com que a execução de alguns programas de governo ocorresse abaixo do esperado, e da não execução das ações dos Programas “0902 – Operações Especiais Financiamentos com Retorno” e “1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)”, sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), tendo em vista a proposta de sua extinção. A seguir, serão apresentados os principais resultados, por função, obtidos pelos programas finalísticos que contribuíram sobremaneira para a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) ao longo de 2009.

### Função Indústria

Os principais programas que apresentaram execução orçamentária na função “Indústria”, em 2009, são: “0390 – Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade”, com valor empenhado líquido equivalente a R\$ 354,2 milhões, correspondente a 53,8% do total executado pelo MDIC nessa função; “0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual”, no qual foi executado o montante de R\$ 63,6 milhões, correspondente a 9,6% do total na Função; “0392 – Pólo Industrial de Manaus”, que apresentou execução de R\$ 53,5 milhões, equivalente a 8,1% do total na função; e “1020 – Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA”, com execução de R\$ 41,2 milhões, que representam 6,2% do total na função.

### VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR SUBFUNÇÃO FUNÇÃO 22 – INDÚSTRIA (2005-2009)

| SUBFUNÇÃO                       | 2005               | 2006               | 2007               | 2008               | 2009             |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| 122 – Administração Geral       | 301.358,6          | 387.142,3          | 463.754,0          | 243.994,8          | 219.222,9        |
| 123 – Administração Financeira  | 69.299,9           | -                  | 343.005,2          | -                  | -                |
| 126 – Tecnologia da Informação  | 19.178,9           | 3.484,1            | 1.076,6            | 980,0              | 70.267,8         |
| 665 – Normalização e Qualidade  | 203.744,9          | 203.197,0          | 210.161,8          | 242.870,8          | 279.996,1        |
| 846 – Outros Encargos Especiais | 584.400,9          | 1.156.622,9        | 1.392.964,1        | 1.061.528,2        | 41.567,1         |
| Outras Subfunções               | 67.287,5           | 60.814,4           | 81.156,5           | 46.612,2           | 46.223,7         |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>1.245.270,9</b> | <b>1.811.260,9</b> | <b>2.492.118,4</b> | <b>1.595.986,1</b> | <b>657.277,7</b> |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010

De fato, a execução de alguns programas de governo ocorreu aquém do esperado em razão dos efeitos da crise financeira mundial, o que provocou reflexos nos seus indicadores de desempenho. No programa 0392 – Pólo Industrial de Manaus, o indicador *Taxa de Agregação de Valor Local* obteve o índice de 2,74 em 2009, com incremento de 11,4% em relação ao índice de 2,46 registrado em 2008. Entretanto, os demais indicadores desse programa não apresentaram melhora. O indicador *Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal* registrou queda na participação do estado do Amazonas na arrecadação do Governo Federal, de 66,97% em 2008 para 61,52% em 2009; o indicador *Taxa de variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus*, que mede a relação entre as exportações e as

importações no exercício, diminuiu de 13,93% em 2008 para 13,59% em 2009; e a apuração do indicador *Índice de Mão de Obra no Pólo Industrial de Manaus* em 2009 apresentou um resultado 10,37 pontos percentuais inferior ao do ano de 2008.

### Programa Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade

No Programa “0390 – Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade”, o indicador *Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População* obteve o índice de 92,86 em 2008, bem próximo da meta do indicador para o final do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, que é de 93,0. No caso do indicador *Taxa de Reconhecimento do*

*INMETRO*, o índice apurado em 2008 foi de 49,15, próximo também da sua meta para o final do PPA, que é de 51,0.

No intuito de aumentar a produtividade, com a adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços, o MDIC promove o fortalecimento das empresas nacionais por meio da atuação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro. O Instituto provê confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade, promovendo a harmonização das relações de consumo, a inovação e a competitividade do país. Dentre suas principais realizações em 2009, destacam-se as seguintes:

- Regulamentação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos ônibus urbanos e rodoviários e às embarcações usadas para transporte de passageiros. Com a publicação das principais normas e regulamentos técnicos definindo critérios de acessibilidade em veículos e embarcações novos e usados, o marco regulatório para acessibilidade foi concluído;
- Implantação do controle metrológico legal sobre os esfigmomanômetros digitais, possibilitando uma maior credibilidade nos resultados das medições realizadas por estes instrumentos e um controle dos instrumentos importados, feito importante para a área de saúde;
- Consolidação e ampliação da Rede de Serviços para verificação de cronotacógrafos, equipamento obrigatório para veículos de transporte de passageiros e cargas que monitora a velocidade, tempos, paradas e distâncias percorridas, contribuindo para aumentar a segurança nas estradas e vias urbanas, reduzindo o índice de acidentes e preservando a vida dos cidadãos. Houve, ainda, a promoção de apoio técnico para viabilização da chamada “Lei Seca”, com a implantação de nova metodologia de ensaio de etilômetros (gás seco);
- Implantação do curso de Mestrado Profissional, devidamente autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, visando a formação de pessoal em Metrologia e Qualidade;
- Edição do manual para a implementação do *Registration, Evaluation, Authorisation and Restrictions of Chemicals* (REACH) e prestação de suporte técnico a outros órgãos de governo. O REACH é o novo regulamento para substâncias químicas da União Europeia, que tem por objetivo assegurar um elevado nível de proteção à saúde humana e ao ambiente e garantir a livre circulação dessas substâncias em prol da competitividade e da inovação. O manual é importante para viabilizar uma maior inserção de produtos brasileiros no mercado europeu;

- Desenvolvimento, em ação conjunta com o *National Institute of Standards and Technology* (NIST) dos Estados Unidos da América (EUA), de quatro Materiais de Referência Certificados (MRC): dois de bioetanol (anidro e hidratado) e dois de biodiesel (biodiesel de soja e de gordura animal). Estes últimos representam quase 100% do biodiesel produzido no Brasil e nos EUA. O desenvolvimento de MRC é fator fundamental para a estratégia de tornar o biocombustível uma *commodity*;
- Início da implantação de dois novos laboratórios que contam com recursos oriundos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para prover a rastreabilidade e assegurar a confiabilidade nas medições de quantidade, volume, massa, velocidade e vazão de fluidos. A confiabilidade e a aceitação dessas medições interessam aos Municípios, aos Estados, à União e às empresas de indústria de petróleo e gás natural, pois é por meio delas que são definidos os valores dos *royalties* e de comercialização; e
- Estabelecimento de dois Termos de Cooperação entre o Inmetro e o Ministério da Justiça para a área de segurança pública, um destinado a criar o Programa Nacional de Metrologia Forense, que envolve várias ações de capacitação, pesquisa e acreditação de laboratórios forenses, e outro voltado à produção de material de referência para drogas ilícitas, possibilitando confiabilidade nos exames realizados para identificá-las.

#### **Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual**

A propriedade intelectual é responsável pela maior parte do valor gerado pelas empresas modernas, especialmente nos segmentos mais dinâmicos referentes a produtos diferenciados por marcas e outros signos distintivos, *design* e conteúdo tecnológico ou autoral. Ela representa, portanto, uma contribuição direta das políticas setoriais do MDIC, especialmente para a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), centrada em essência na promoção da inovação e da inserção das empresas brasileiras nos mercados dinâmicos.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é responsável por registros de marcas, concessão de patentes e averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial, bem como por registros de programas de computador, desenho industrial e indicações geográficas, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96) e a Lei de *Software* (Lei nº 9.609/98).

Em 2009, os esforços do Instituto por um sistema de propriedade intelectual adequado às necessidades do país, que projete investimentos, organize mercados, crie parâmetros e critérios de concorrência leal e permita a repressão à pirataria e o desenvolvimento das empresas estabelecidas, proporcionaram importantes resultados.

Houve a redução dos pedidos de marcas e patentes em estoque para análise (*backlog*); o início da operação do INPI como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar de Patentes (ISA/IPEA), no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), com 49 pedidos; e o aprofundamento da articulação com os escritórios de propriedade industrial da América do Sul, para a implantação de sistema de informação de cooperação entre os escritórios nacionais de propriedade intelectual e de acesso de cidadãos do continente aos serviços de proteção aos direitos de propriedade intelectual.

Para divulgar novas tecnologias em áreas estratégicas para o Brasil, foram publicados 15 novos "Alertas Tecnológicos" pelo Centro de Divulgação, Documentação e Informação Tecnológica do Instituto, nas áreas de biodiesel, célula combustível, célula-tronco, energia eólica e solar, deficiência visual e auditiva e nanotecnologia.

Ademais, ampliou-se a disseminação da importância da propriedade intelectual entre as empresas brasileiras de diferentes portes e setores de atividade, por meio de capacitação de cerca de 8.000 pessoas; consolidaram-se as atividades de educação superior e pesquisa em propriedade intelectual, conferindo-se os primeiros títulos de mestre do primeiro Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual do país; e formaram-se mais 2.000 pessoas para atuar nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das universidades e institutos públicos de pesquisa, em consonância com a Lei de Inovação.

O Programa "0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual" tem 6 indicadores, dentre os quais se destaca o *Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia*, cujo valor apurado foi de 0,99, em 2009, atingindo a meta prevista ao final do PPA 2008-2011, que é de 1,00. Contudo, os demais indicadores desse programa não apresentaram um desempenho favorável.

O indicador *Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial* aponta para uma queda em seu desempenho, 2008 para 2009, quando os valores apurados foram 1,01 e 1,09, respectivamente, enquanto a meta a ser atingida é de 1,00.

E, ainda no Programa 0393, os indicadores *Prazo de Concessão de Patentes* e *Prazo para Concessão de Registro de Marcas* foram os que apresentaram resultados mais distantes de suas metas. Para o primeiro indicador houve melhora de 2008 para 2009, os índices passaram de 10,35 para 10,25, mas a meta de 3,50 ainda está distante de ser atingida. O segundo também melhorou, passou de 2,85 para 2,24 no mesmo período, entretanto o valor apurado em 2009 ainda está distante da meta de 0,80.

Vale ressaltar, contudo, que as metas desses dois indicadores estão mal dimensionadas. No caso do indicador *Prazo de Concessão de Patentes*, a meta foi

definida sem considerar os prazos estabelecidos em lei que transcorrem do Depósito do Pedido até o Exame Técnico. Além disso, não houve melhora significativa do indicador, em decorrência de um conjunto de fatores, dentre os quais se destaca o aumento contínuo do volume de depósitos nos últimos anos, que faz o tamanho do estoque crescer na mesma proporção do aumento da capacidade de exame. E no caso do indicador *Prazo para Concessão de Registro de Marcas*, a meta foi definida com base na diminuição inicial do "*backlog*" quando foram examinados os pedidos de registros mais simples, sem oposição, que demandam um tempo de análise menor. Hoje, são examinados, também, pedidos com oposição que demandam um tempo maior, razão pela qual sua meta também está mal atribuída.

### Programa Pólo Industrial de Manaus

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior também tem papel importante para assegurar viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais da Zona Franca de Manaus mediante atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Autarquia responsável por construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais.

Em 2009, foram desenvolvidos seis projetos de desenvolvimento tecnológico nas áreas de fitoterápicos, cosméticos, alimentos, energia e flores tropicais ornamentais no âmbito do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), bem como houve aquisição de máquinas e equipamentos de informática e contratação de serviços de assistência técnica para tecnologia e informação.

No apoio à promoção industrial, houve a realização de serviços de manutenção da infraestrutura do Distrito Industrial, a viabilização da capacitação de empreendedores com vistas à implantação do Parque Tecnológico e a construção da Unidade de Gestão Estratégica. Também houve apoio à infraestrutura e à produção dos estados de Rondônia, Roraima, Acre e Amazonas, com financiamento de projetos no valor de R\$ 34,4 milhões. Em relação à promoção comercial, destaca-se a realização da V Feira Internacional da Amazônia (FIAM), que contemplou extensa programação e exposição de produtos de alto valor agregado, produzidos por multinacionais intensivas em capital e tecnologia que operam no Pólo Industrial de Manaus (PIM). Para realização desse evento, foram necessários recursos da ordem de R\$ 8,1 milhões.

Em municípios dos estados da Amazônia Ocidental, foram apoiados 49 projetos que compreenderam: aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários e agrícolas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do produtor rural; construção de portos, pontes e recuperação de estradas, favorecendo o embarque, desembarque e transporte de mercadorias e passageiros dos municípios carentes de infraestrutura; aquisição de tanques de resfriamento de leite, favorecendo as

atividades de pequenos e médios produtores rurais; e fortalecimento da infraestrutura de parques de exposição.

### **Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte**

Dentre as medidas de apoio ao desenvolvimento produtivo, no âmbito do programa “0419 – Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte”, cujo percentual do valor empenhado líquido em relação ao total da função foi de 2,4%, o que corresponde a R\$ 15,7 milhões, é relevante destacar as seguintes:

- O Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos, que visa incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural de Arranjos Produtivos Locais (APLs), passou a operar com sete Núcleos Operacionais do PEIEx. A iniciativa diagnostica problemas e introduz melhorias em aproximadamente 224 empresas por Núcleo Operacional. Em 2009, foram realizados 631 atendimentos a empresas no âmbito do PEIEx;
- Em relação à promoção comercial, foram finalizados em 2009 o Projeto de Promoção Comercial do APL moveleiro de Bento Gonçalves/RS, que beneficiou aproximadamente 300 empresas em 72 municípios, e os Projetos de Promoção Comercial para os APLs de Confecção de Moda Feminina de Goiânia/GO, de Couro e Calçados de Goiânia e Goianira/GO, de Quartzito de Pirenópolis/GO e de Látex de São Luís de Montes Belos, com a realização de ações diretas para 102 empresas;
- Também foi realizada a 4ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com cerca de 900 participantes de todo o país e do exterior e de 130 palestrantes, debatedores e autoridades;
- Visando apoiar as Micro e Pequenas Empresas, foi finalizada a construção de 31 barracões industriais que possibilitaram a implantação de cerca de 100 microempresas e empresas de pequeno porte, de diferentes setores, gerando mais de 700 empregos diretos;
- Foram realizadas ações de capacitação do empresariado de Micro e Pequenas Empresas que alcançaram aproximadamente 2.000 empresários; e
- Em relação à promoção e atração de investimentos estrangeiros, foram realizados os seminários internacionais “Invest in Brazil”, em Taipé (Taiwan); e os seminários “Brazil Business Seminar – Industrial Bio Fuel Technology and Infrastructure Business Opportunities”, em Tóquio, e “Seminar Invest in Brazil”, em Seul.

### **Programa Competitividade das Cadeias Produtivas**

O programa “0812 – Competitividade das Cadeias Produtivas” apresentou um percentual de execução de 0,39% do total executado na função, o que corresponde a R\$ 2,5 milhões, não considerados os recursos provenientes de ações não-orçamentárias. Apesar do baixo percentual, o programa é um grande mobilizador das ações estratégicas da PDP, sendo fundamental destacar os principais resultados obtidos por meio do programa.

Em virtude da situação internacional, que afetou mais intensamente o setor de Bens de Capital, o Governo Federal reduziu os impostos incidentes e ampliou a oferta de financiamento, via BNDES; reduziu os juros de seus créditos; e alongou os prazos de carência e de amortização para os bens de capital. A edição da Medida Provisória nº 465/2009 possibilitou a concessão de subvenção econômica ao BNDES sob a modalidade de equalização de taxas de juros, destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

Outro destaque foram as medidas anticíclicas aos produtos das indústrias automotiva, de duas rodas e de máquinas agrícolas e rodoviárias: desoneração tributária e melhores condições de financiamento; proposição de ações governamentais, com vistas a reduzir a poluição do ar, decorrente do uso de diesel em caminhões e ônibus, principalmente nos grandes centros urbanos, em cumprimento à legislação ambiental (Resolução CONAMA nº 403/2008); e gestão dos Acordos Automotivos com a Argentina e Uruguai e ampliação do Acordo com o México.

Em articulação com Órgãos e Entidades do governo, no âmbito dos fóruns institucionais como o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, realizadas discussões técnicas para regulamentar o uso de biocombustíveis - etanol e biodiesel - no país e estimular seu uso no mundo.

Em relação ao segmento de eletroeletrônica de consumo, os trabalhos da PDP resultaram em medidas de desoneração tributária, visando estimular o setor de linha branca e manter empregos e competitividade diante da crise internacional, tais como a redução do IPI aos produtos da linha branca até 31 de janeiro de 2010, cujo benefício passou a ser proporcional à eficiência energética do eletrodoméstico. No caso de geladeiras, por exemplo, os produtos que possuem Selo “A”, que atesta menor consumo, a alíquota do IPI foi reduzida de 15% para 5%. E, no caso dos fogões com selo “A”, o IPI caiu de 4% para 2%.

### **Função Comércio e Serviços**

No que tange às políticas de comércio e serviços, que tem como objetivo a formulação e a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento do país nesses setores de alta relevância, os principais resultados de 2009 ocorreram nas subfunções 126 – *Tecnologia da Informação*, 691 – *Promoção Comercial* e 693 –



*Comércio Exterior*, conforme demonstrado na próxima Tabela.

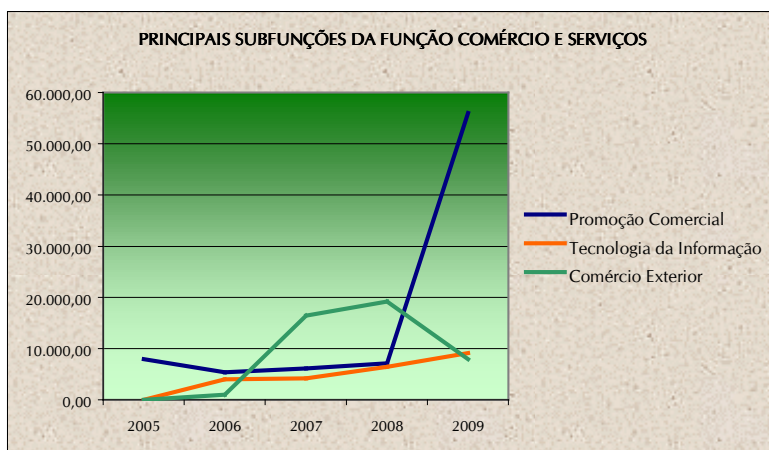
Os principais programas de governo com execução orçamentária na área de ação governamental “Comércio e Serviços”, em 2009, são: “0411 – Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços”, com valor empenhado líquido equivalente a R\$ 55,3 milhões,

correspondente a 69,3% do total executado pelo MDIC nessa função de governo; “0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora”, no qual foi executado o valor de R\$ 17,7 milhões, correspondente a 22,2% do total na função; e “0419 – Desenvolvimento de Microempresa e Empresa de Pequeno e Médio Porte”, que apresentou execução de R\$ 5,5 milhões, equivalente a 7% do total na função.

#### VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR SUBFUNÇÃO FUNÇÃO 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS (2005-2009)

| SUBFUNÇÃO                       | 2005           | 2006            | 2007            | 2008            | 2009            |
|---------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| 122 – Administração Geral       | -              | 6.067,7         | 8.617,5         | 5.783,9         | 6.028,0         |
| 126 – Tecnologia da Informação  | -              | 4.040,0         | 4.191,5         | 6.457,4         | 9.147,2         |
| 661 – Promoção Industrial       | 532,9          | 288,3           | 373,2           | 555,3           | 624,9           |
| 691 – Promoção Comercial        | 7.918,2        | 5.410,5         | 6.100,6         | 7.112,4         | 56.015,6        |
| 693 – Comércio Exterior         | -              | 996,4           | 16.444,1        | 19.228,4        | 7.940,7         |
| 846 – Outros Encargos Especiais | 1.060,9        | 5.486,4         | 1.787,7         | 166,2           | -               |
| Outras Subfunções               | 208,3          | 60,2            | 156,0           | 40,5            | 35,5            |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>9.720,5</b> | <b>22.349,7</b> | <b>37.670,8</b> | <b>39.344,3</b> | <b>79.792,0</b> |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010



O salto na subfunção é decorrente da execução da ação 11SI, projeto cuja execução orçamentária ficou restrita ao exercício de 2009.

Com o objetivo de aproximação com a China, o Governo brasileiro decidiu participar da Exposição Mundial de Xangai 2010 (Expo Xangai 2010). Para tanto foi publicado o Decreto Presidencial S/Nº, de 17 de junho de 2008, criando a Comissão Interministerial, coordenada pelo MDIC, encarregada de viabilizar a participação do Brasil no referido evento. Em agosto de 2008, foi assinado o contrato de participação do país na Expo Xangai 2010, que ocorrerá de 1º de maio a 31 de outubro de 2010.

A Lei nº 11.897/2008 autorizou a realização de despesas no montante de R\$ 28 milhões, e o Decreto S/Nº de 11 de agosto de 2009 suplementou em mais R\$ 22 milhões a dotação orçamentária da ação 11SI – Participação Brasileira na Exposição Universal em Xangai – Expo Xangai 2010, totalizando R\$ 50 milhões.

As medidas adotadas para assegurar a presença do país na Expo Xangai resultaram na celebração do Convênio nº 01/2009/MDIC entre o MDIC e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Para a execução do objeto do convênio, foram empenhados recursos na ordem de R\$ 50 milhões, o mesmo valor conveniado.

A participação brasileira será uma oportunidade para a apresentação de setores reconhecidos por sua competitividade internacional, que promovam o desenvolvimento sustentável das cidades, aliado à adequação das exigências do mundo contemporâneo.

Além da divulgação da imagem do país no exterior, com impacto direto na promoção de investimentos e do turismo, a Expo Xangai 2010 constituirá excelente espaço para o Brasil divulgar suas potencialidades regionais e abordar temas de interesse mundial.



Ampliar as exportações foi uma estratégia adotada pelas Políticas Industriais brasileiras, principalmente, a PDP. Para isso, a PDP implementou medidas tributárias e de financiamento para estímulo às exportações, medidas de simplificação dos procedimentos administrativos e operacionais nas exportações e medidas de facilitação.

O atual estágio do comércio exterior brasileiro requer como estratégia para seu maior desenvolvimento a implementação de instrumentos modernos, flexíveis e ágeis, que permitam a simplificação da logística, o acesso à informação e o apoio creditício, elementos fundamentais para viabilizar a participação das empresas no competitivo mercado internacional.

Um dos principais indicadores que atesta o bom desempenho das exportações brasileiras é a participação em mercados de destino relevantes, também conhecido como Índice de Concentração de *Hanna & Kay*. Se comparado ao ano de 2005, houve melhora no resultado do indicador.

O valor obtido demonstra ampliação do número de países relevantes para as exportações brasileiras, reduzindo-se assim a dependência do Brasil em relação aos parceiros tradicionais. Esse é, na verdade, o significado do Índice de Concentração de *Hanna & Kay*, e seu crescimento, em relação ao parâmetro de referência, demonstra a desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade externa, em vista da ampliação do leque de países compradores significativos.

A Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações Brasileiras

também constitui um dos indicadores básicos utilizados na gestão do Programa "0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora". De 2005 a 2009, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados em relação ao total das exportações nacionais, de aproximadamente 55% para 43,7%. Tal decréscimo representa a perda de participação dos produtos manufaturados no valor total das exportações brasileiras, em detrimento dos produtos básicos e semimanufaturados.

A Taxa de Variação das Exportações Brasileiras busca aferir o percentual de variação das exportações nacionais em relação ao ano anterior, refletindo o desempenho das vendas externas do país.

Tal indicador apresentou melhora contínua, de 2006 a 2008, a despeito da crise financeira internacional iniciada em agosto de 2008, fato que não chegou a comprometer os principais indicadores para o exercício de 2008. Entretanto, em 2009, houve retração de aproximadamente 22% na taxa de variação das exportações nacionais.

Em 2009, as exportações brasileiras atingiram US\$ 152,9 bilhões, queda de 21,8% sobre o resultado de 2008, de US\$ 197,9 bilhões. As importações somaram US\$ 127,6 bilhões, decréscimo de 25,3% em relação ao período anterior, de US\$ 172,9 bilhões.

Com isso, o saldo comercial apresentou superávit de US\$ 25,3 bilhões, valor pouco acima dos US\$ 24,9 bilhões de 2008. O resultado da balança comercial de 2009 é reflexo da redução da demanda mundial provocada pela crise econômica internacional.

#### EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO PERÍODO 2006-2009

| INDICADORES                                                                           | 2006      | 2007      | 2008      | 2009           |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|----------------|
| PIB do Brasil (US\$ bilhões)                                                          | 1.072,00  | 1.295,50  | 1.569,40  | 1.268,5 (**)   |
| Exportações Brasileiras (US\$ bilhões)                                                | 137,50    | 160,60    | 197,90    | 152,99         |
| Exportações de Manufaturados (US\$ bilhões)                                           | 75,02     | 83,94     | 92,68     | 66,59          |
| Importações Brasileiras (US\$ bilhões)                                                | 91,40     | 120,60    | 172,98    | 127,64         |
| Corrente de Comércio (US\$ bilhões)                                                   | 229,15    | 281,26    | 371,13    | 279,88         |
| Exportações Mundiais (US\$ bilhões)                                                   | 11.887,00 | 13.619,00 | 15.773,70 | 11.919,00 (**) |
| Taxa de Participação das Exportações de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (%) | 54,56     | 52,27     | 46,83     | 43,7           |
| Taxa de Participação das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (%)         | 1,15      | 1,17      | 1,25      | N.D.           |
| Grau de Abertura da Economia Brasileira (%)                                           | 21,35     | 21,71     | 23,65     | N.D.           |

Fonte: SECEX/MDIC, SRFB/MF, BACEN/MF, FMI e OMC

(\*\*) Previsão para 2009

N.D. - Não Disponível

Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação de comércio exterior no exercício de 2009, destacamos:

- Realização de 8 Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), que contaram com a presença de cerca de 7.409 participantes, com média de 926 participantes por evento. Cerca de 1.980 empresas marcaram presença nos eventos;

- Portal do Exportador recebeu 866.866 acessos, confirmando ser um importante instrumento de apoio ao setor exportador ou para aqueles que pretendem se iniciar em comércio exterior;
- Fala Exportador, serviço prestado pelo Portal do Exportador para atender dúvidas e questões da comunidade exportadora, atendeu, em 2009, 2.241 consultas, totalizando 26.010 solicitações de informação desde o seu lançamento, em novembro de

2001, provenientes de 1.272 municípios brasileiros de todas as Unidades da Federação e de 126 países, com tempo médio de resposta de 2 dias;

- Sistema ALICEWEB, ferramenta de disseminação dos dados da Balança Comercial Brasileira, alcançou o número de 161.012 usuários, com 2.063.481 visitas. Em setembro de 2009, foi disponibilizado o Sistema Aliceweb-Mercosul, consulta on-line via internet contendo as bases de dados dos países membros do MERCOSUL de forma individualizada e do conjunto Mercosul (intra e extra-bloco), disponíveis em português, espanhol e inglês;
- Sistema Radar Comercial, que objetiva auxiliar na seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, teve média mensal de 2.046 acessos até outubro de 2009, com 52.112 usuários cadastrados;
- Foi desenvolvido o módulo específico para o Drawback Integrado, conforme definido pela Medida Provisória nº 451/2008 e redefinido pela Lei nº 11.945/2009, que converteu a MP e promoveu alterações significativas em relação ao projeto original. O Drawback Integrado foi criado para alavancar ainda mais as exportações brasileiras, envolvendo isenção fiscal concedida aos beneficiários do regime, sendo, portanto, considerado como uma ampliação dos benefícios oferecidos pelo Drawback Verde-Amarelo, implantado em 2008. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia esse novo sistema, efetuavam-se diversas melhorias nos sistemas já existentes (Drawback Suspensão e Drawback Verde-Amarelo), que estão em constante evolução, haja vista a dinâmica do comércio exterior;
- No âmbito de Negociações Internacionais na Área de Indústria, foram firmados 6 Acordos. Os resultados ultrapassaram a meta inicialmente estipulada de assinar 2 Acordos. Tal fato se deve à mudança de enfoque do MDIC, que passou a dar maior ênfase à realização de reuniões bilaterais com países selecionados e não envolvem a negociação de acordos comerciais para a redução de tarifas alfandegárias, mas buscam, entretanto, reduzir as barreiras não-tarifárias através da cooperação entre os países;
- Desenvolvimento do Módulo Venda do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio das Entidades (SISCOSERV), iniciado em 2008 e concluído em 2009, encontra-se em fase de testes pelos usuários. A entrada efetiva desse módulo depende da edição do arcabouço jurídico elaborado pelo MDIC e Receita Federal do Brasil (RFB/MF), em andamento no Ministério da Fazenda. O Módulo de Aquisição foi iniciado em 2009 com previsão de conclusão em novembro 2010.

Contribuindo para a obtenção das metas traçadas para o Complexo de Serviços da Política de Desenvolvimento da

Produção (PDP), diversas as ações foram executadas, entre elas: elaboração da Política Nacional de Comércio e Serviços (PNCS); o movimento de empresas e negócios nas Juntas Comerciais, em todo o país, abrangeu 639.103 constituições, 1.279.079 alterações e 207.466 extinções, totalizando 2.125.648 empresas cadastradas em 2009.

As atividades realizadas no cerne do Acordo-Quadro de Cooperação do Brasil com a Comunidade Europeia, em 2009, permitiram o apoio a 33 projetos, com o envolvimento de 28 instituições públicas e privadas, e resultaram em ações voltadas à internacionalização de 654 pequenas e médias empresas.

Houve também a aquisição de um equipamento de análise de resíduos tóxicos em alimentos, doado ao Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Pedro Leopoldo (MG), e a aquisição de equipamentos de microscopia para um laboratório de biotecnologia, doados ao Inmetro.

Destaca-se também o projeto Telecentros de Informação e Negócios, que diferencia-se dos demais programas de inclusão digital do país por atender aos microempresários e empresários de pequeno porte como público alvo e ter por objetivo, não somente oferecer acesso à internet, mas principalmente promover a cultura de inovação e de empreendedorismo. Até 2009, já são 1.275 Telecentros em operação em todo o país e ainda 2.254 pedidos para instalação de novos Telecentros aguardando equipamentos.

O MDIC realizou importante papel como impulsionador da economia mediante fortalecimento da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no desenvolvimento do país. Realizando atividades em diversos campos de atuação por meio de recursos não-orçamentários, o Banco apresentou um crescimento de desembolso de 49% em relação a 2008, e de 112% em relação a 2007. De 2008 para 2009, os desembolsos saltaram de R\$ 92,2 bilhões para R\$ 137,3 bilhões.

Em 2009, merece destaque a atuação nas áreas de Energia, com desembolso de R\$ 41,7 bilhões, dos quais R\$ 25 bilhões destinados à operação com a Petrobrás e R\$ 13,7 bilhões para produção e distribuição de energia elétrica; Financiamento a Máquinas e Equipamentos, com desembolso de R\$ 26,6 bilhões para os Produtos BNDES Finame e Cartão BNDES, de R\$ 19 bilhões para micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas e de R\$ 13,5 bilhões para o setor de transporte rodoviário; Financiamento à Exportação, cujos desembolsos alcançaram R\$ 15,6 bilhões; e Ampliação da Capacidade de Oferta de Bens e Serviços, na qual foram desembolsados R\$ 14,9 bilhões para ampliação da capacidade produtiva das empresas brasileiras, principalmente do complexo sucro-alcooleiro e de produção de biocombustíveis (R\$ 5,1 bilhões) e dos setores de alimentos, agroindústria e agropecuária (R\$ 4,3 bilhões) e de comércio e serviços (R\$ 2,9 bilhões).

Também houve apoio do Banco a outros importantes segmentos da economia. Nos setores consubstanciados em Insumos Básicos, os desembolsos em 2009 foram de R\$ 11,8 bilhões, com realce para os setores de papel, celulose e produtos florestais e os setores de química, petroquímica e atividades relacionadas.

Nos Pequenos Projetos de Investimento, o BNDES Automático disponibiliza recursos para os investimentos das pequenas indústrias e das empresas de pequeno porte dos setores de comércio e serviços, bem como para operações especiais do setor agrícola.

O apoio às Micro e Pequenas Empresas ocorreu, sobretudo, por meio dos desembolsos referentes ao BNDES Fime, BNDES Automático e Cartão BNDES, que totalizaram R\$ 16,7 bilhões. Este valor representa um aumento de 25% em relação aos desembolsos no ano anterior.

Nas áreas de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Logística, Telecomunicações e Inclusão Social, os desembolsos de 2009 corresponderam, nesta ordem, a R\$ 7,2 bilhões, R\$ 4 bilhões, R\$ 3,7 bilhões e R\$ 382

milhões, que foram destinados a projetos de desenvolvimento urbano, rodovias e transporte ferroviário, projetos de ampliação e modernização das empresas do setor de telecomunicações e atividades relacionadas ao desenvolvimento social.

### Considerações Finais

Importante destacar que os valores informados nas tabelas por função e subfunção referem-se apenas a ações orçamentárias.

Os resultados do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram obtidos por meio de ações não orçamentárias, tipificadas como “Financiamentos”, não constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Relevante também é a demonstração da execução orçamentária por fonte de recursos, uma vez que na função governamental “22 – Indústria” mais de 60% da execução é proveniente de recursos próprios, explicando o alto índice de execução em 2009.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS

|                                       |                   |                                                              | R\$ 1,00              |               |
|---------------------------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------|
| FUNÇÃO                                | FONTE DE RECURSOS |                                                              | VALORES EMPENHADOS    | % DE EXECUÇÃO |
| 22 – INDÚSTRIA                        | 00                | Recursos Ordinários                                          | 72.129.771,10         | 11,0%         |
|                                       | 50                | Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados             | 409.011.165,29        | 62,2%         |
|                                       | 74                | Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia                     | 138.436.276,34        | 21,1%         |
|                                       | 80                | Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados                 | 15.029.908,72         | 2,3%          |
|                                       | 82                | Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres            | 1.248.909,00          | 0,2%          |
|                                       | 86                | Outras Receitas Originárias                                  | 21.421.726,30         | 3,30%         |
| <b>TOTAL 22 - INDÚSTRIA</b>           |                   |                                                              | <b>657.277.756,75</b> | <b>87,7%</b>  |
| 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS              | 00                | Recursos Ordinários                                          | 29.282.561,12         | 36,7%         |
|                                       | 50                | Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados             | 6.723.446,30          | 8,4%          |
|                                       | 86                | Outras Receitas Originárias                                  | 38.434.519,62         | 48,2%         |
|                                       | 95                | Doações de Entidades Internacionais                          | 5.351.554,69          | 6,7%          |
| <b>TOTAL 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS</b> |                   |                                                              | <b>79.792.081,73</b>  | <b>10,7%</b>  |
| OUTRAS FUNÇÕES                        | 00                | Recursos Ordinários                                          | 9.693.685,48          | 80,6%         |
|                                       | 12                | Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.287.724,57          | 10,7%         |
|                                       | 50                | Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados             | 55.321,08             | 0,5%          |
|                                       | 51                | Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas      | 581.391,45            | 4,8%          |
|                                       | 76                | Outras Contribuições Sociais                                 | 410.000,00            | 3,4%          |
| <b>TOTAL OUTRAS FUNÇÕES</b>           |                   |                                                              | <b>12.028.122,58</b>  | <b>1,6%</b>   |
| <b>TOTAL GERAL</b>                    |                   |                                                              | <b>749.097.961,06</b> | <b>100%</b>   |

Fonte: Siafi Gerencial – Base 22/01/2010

### 5.1.18. Função Desporto e Lazer

Como integrante da área social do Governo Federal, o Ministério do Esporte - ME tem sua atuação vinculada à consecução dos seguintes objetivos de Governo: promover a inclusão social e a redução das desigualdades; fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Essa atuação se dá por meio da implementação de políticas públicas destinadas ao fomento do esporte nacional em suas três dimensões: Educacional; Recreativo/Lazer; de Alto Rendimento. Além disso, ressalta-se a implementação de políticas no contexto da cadeia produtiva do esporte e das pesquisas científicas voltadas à área desportiva.

Tais atividades representam um grande esforço de cooperação intra e intergovernamental – envolvendo as três esferas de governo e outras instituições federais –, além de obter na sociedade civil significativo apoio tanto em relação às parcerias na execução dos programas quanto no controle social da atuação governamental. Em relação ao Esporte Educacional, o ME tem logrado o crescimento contínuo do número de crianças, adolescentes e jovens atendidos por atividades desportivas oferecidas no contraturno escolar.

O Programa Segundo Tempo está presente em diversos municípios em todas as regiões do país, por meio de celebração de convênios com entidades governamentais e não governamentais. A parceria com o Ministério da Educação – MEC, firmada em 2009, proporcionará efetividade ainda maior ao programa. No âmbito do

esporte recreativo e de lazer, o ME tem implementado e desenvolvido Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer proporcionalmente entre as cinco regiões do país, com foco em populações em situação de vulnerabilidade social.

Os convênios também representam o instrumento de gestão mais utilizado nesse programa. No que concerne o Esporte de Alto Rendimento, a atuação do Governo Federal tem sido pautada pelo objetivo de elevar o nível esportivo do Brasil.

Dessa forma, são desenvolvidas ações de concessão de bolsas a atletas e para-atletas, funcionamento de núcleos de esporte de base, detecção de talentos, ampliação e modernização de infraestrutura desportiva. Por fim, busca-se promover a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo, por meio da instalação de unidades de produção em comunidades de risco social. No ano de 2009, esse programa beneficiou milhões de pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais. No contexto do fomento à pesquisa científica, a Rede CEDES promove o lançamento de Editais Públicos para apoio a pesquisas específicas e difusão do conhecimento por meio eletrônico e publicações impressas.

O demonstrativo a seguir registra a execução orçamentária do ME para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, dentro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, no período de 2005 a 2009, cujo montante totaliza R\$ 4,48 bilhões no período apurado.

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER 2005/2009

em R\$ milhões

| DESPORTO E LAZER | EMPENHADO |      |       |      |      |       |
|------------------|-----------|------|-------|------|------|-------|
|                  | 2005      | 2006 | 2007  | 2008 | 2009 | TOTAL |
| OFSS             | 423       | 740  | 1.414 | 946  | 963  | 4.486 |
| OI               |           |      |       |      |      |       |
| Total            | 423       | 740  | 1.414 | 946  | 963  | 4.486 |

Fonte: Siafi

Os números apurados indicam evolução do investimento no desenvolvimento de políticas públicas na área esportiva e na captação de eventos internacionais de grande magnitude, como por exemplo a realização dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Neste sentido, percebe-se que no exercício de 2007 os gastos na função Desporto e Lazer atingiram o seu ápice com o valor empenhado de R\$ 1,4 bilhões.

O próximo demonstrativo registra a execução orçamentária do ME para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, que tem como subfunções típicas: Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e a Subfunção Lazer. O quadro discrimina além da execução orçamentária nas subfunções típicas os valores relativos às demais subfunções em 2009.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO               | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER POR SUBFUNÇÕES |            | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "27 - DESPORTO E LAZER" EM OUTRAS FUNÇÕES |   | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "27 - DESPORTO E LAZER" |            |
|-------------------------|----------------------------------------------------|------------|-----------------------------------------------------------------------------|---|--------------------------------------------------------|------------|
|                         | EMPENHADO                                          | %          | EMPENHADO                                                                   | % | EMPENHADO                                              | %          |
| Subfunções Típicas      | 899,2                                              | 93,3       |                                                                             |   | 899,2                                                  | 93,3       |
| Desporto de Rendimento" | 46,5                                               | 4,8        |                                                                             |   | 46,5                                                   | 4,8        |
| Desporto Comunitário"   | 850,8                                              | 88,3       |                                                                             |   | 850,8                                                  | 88,3       |
| Lazer"                  | 1,9                                                | 0,2        |                                                                             |   | 1,9                                                    | 0,2        |
| Outras Subfunções       | 64,2                                               | 6,7        |                                                                             |   | 64,2                                                   | 6,7        |
| <b>TOTAL</b>            | <b>963,4</b>                                       | <b>100</b> |                                                                             |   | <b>963,4</b>                                           | <b>100</b> |

Fonte: Siafi

De acordo com os dados apurados, o valor empenhado para as subfunções típicas totalizaram R\$ 899,2 milhões, com destaque para o desporto comunitário em cerca de R\$ 850,8 milhões em 2009. Outro registro importante é a evolução da execução orçamentária nas subfunções típicas no período de 2005 a 2009, ou seja, os valores empenhados pelo ME a conta de dotações alocadas para Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer.

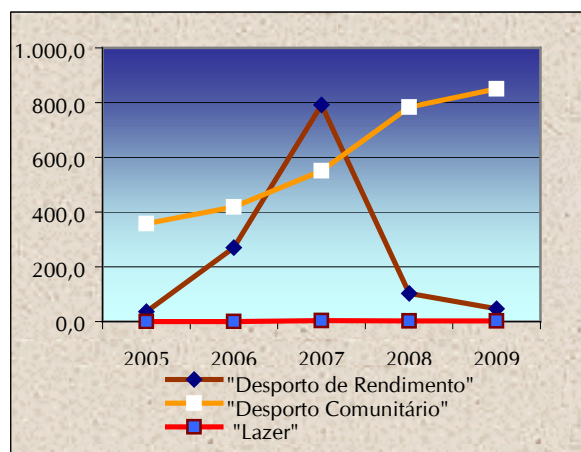
### EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÕES TÍPICAS     | EMPENHADO    |              |                |              |              |                |
|------------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|
|                        | 2005         | 2006         | 2007           | 2008         | 2009         | TOTAL          |
| Desporto de Rendimento | 36,5         | 270,1        | 791,4          | 102,4        | 46,6         | 1.246,9        |
| Desporto Comunitário   | 358,2        | 418,5        | 551,2          | 783,9        | 850,8        | 2.962,5        |
| "Lazer"                | 0,00         | 0,0          | 3,7            | 2,8          | 1,9          | 8,4            |
| <b>TOTAL</b>           | <b>394,6</b> | <b>688,5</b> | <b>1.346,2</b> | <b>889,1</b> | <b>899,2</b> | <b>4.217,7</b> |

Fonte: Siafi

**VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009 (EM R\$ MILHÕES)**



Fonte: Siafi

A representação gráfica da execução orçamentária por subfunções típicas indica que a Subfunção Desporto de Rendimento, relacionada com os gastos voltados para custeio da participação de equipes brasileiras em eventos nacionais e internacionais, bem como para a realização de eventos para este segmento evoluiu de forma

acentuada até 2007, ano de realização dos XV Jogos Pan-Americanos - Rio 2007. Por outro lado, a execução na Subfunção Desporto Comunitário indica uma tendência evolutiva, ressaltando que nesta subfunção estão alocados os gastos direcionados para a inclusão social pelo esporte, funcionamento de núcleos de esporte educacional, bem como a implantação e modernização de instalações esportivas tendo como foco comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, a Subfunção Lazer com execução pouco significativa, uma vez que dentro da programação do ME está restrita a Ação Desenvolvimento de Atividades Esportivas e de Lazer a pessoas Adultas e Idosas – Vida Saudável.

Destaca-se, a seguir, a execução orçamentária e financeira dos principais programas do ME – que serão abordados, adiante, com maior nível de detalhe – excluindo-se as despesas administrativas, com pessoal e encargos sociais e as transferências legais aos estados e ao Distrito Federal de que trata o § 2.º do Art. 6º da Lei n.º 9.615/98 (Lei Pelé), bem como Inciso IV do art. 2º, da Lei no 11.345/2006 (Timemania).

## EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

em R\$ 1,00

| PROGRAMAS                                                  | LEI + CRÉDITOS          | EMPENHADO             | VALORES PAGOS        |
|------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão      | 133.590.970,00          | 58.482.044,96         | 16.708.705,97        |
| Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer                 | 14.566.352,00           | 9.310.052,26          | 5.614.747,52         |
| Inclusão Social pelo Esporte                               | 13.765.265,00           | 13.173.801,09         | 11.074.154,71        |
| Esporte e Lazer da Cidade                                  | 970.317.336,00          | 635.970.864,97        | 4.425.805,43         |
| Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo | 266.933.340,00          | 205.966.170,13        | 55.939.575,09        |
| <b>TOTAL</b>                                               | <b>1.399.173.263,00</b> | <b>922.902.933,41</b> | <b>93.762.988,72</b> |

Fonte: Siafi

### Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

No ano de 2009, as principais ações executadas pelo ME com relação ao Futebol, foram: a) A contratação de Serviços especializados de consultoria de apoio ao gerenciamento para a organização e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 - Consórcio Copa 2014; b) A contratação de profissionais para a prestação de serviços de pesquisa e consultoria na mensuração sócio-econômica do futebol profissional brasileiro; c) Projeto Torcida Legal; e d) I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas.

Para implementação da Copa do Mundo FIFA - 2014 e da Copa das Confederações, o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, deverá se dotar dos meios e instrumentos necessários para o gerenciamento e monitoramento dos projetos dos empreendimentos previstos nas diversas cidades sede eleitas e respectivos orçamentos de investimentos, em interlocução permanente e direta com o Comitê Organizador Local, permitindo o monitoramento contínuo e eficaz dos prazos, cronogramas e requisitos técnicos exigidos pela FIFA.

Nesse sentido, foram elaborados os Termos de Referência (TR) para contratação de Serviços Especializados de Apoio ao Gerenciamento para Organização e Realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

O valor para execução dos serviços de apoio ao gerenciamento para organização e realização da Copa do Mundo FIFA – 2014 bem como da Copa das Confederações é de R\$ 13,2 milhões.

A fim de conhecer a fundo a importância socioeconômica do futebol no Brasil, o ME percebeu a necessidade de contratar profissionais para a realização de estudos e pesquisas sobre os impactos do esporte nos diversos setores da economia brasileira. Para tal consultoria, a Fundação Getúlio Vargas – FGV foi a instituição escolhida por contratação direta devido à expertise em estudos de futebol.

O valor do serviço prestado é de R\$ 5 milhões e o contrato foi firmado dia 31 de dezembro de 2009. O valor de empenhos emitidos em 2009 é de R\$ 160 mil.

Os principais objetivos do estudo são: Consolidar o caráter público do Ministério do Esporte como responsável por construir uma Política Nacional de

Esporte voltada para o fortalecimento do futebol profissional brasileiro, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico do país; Consolidação da cadeia produtiva do futebol profissional no Brasil; Consolidação de indicadores socioeconômicos sobre a importância do futebol profissional na economia brasileira; Impactos da atividade do futebol profissional sobre os demais setores da economia brasileira; Impactos do futebol profissional sobre a economia brasileira em função de mudanças no perfil econômico dos clubes de futebol brasileiro; Indicadores econômico-financeiros dos clubes, notadamente o endividamento; Reestruturação do calendário das competições do futebol profissional brasileiro; e Normatização dos laudos técnicos de vistoria de estádios de futebol.

O Projeto Torcida Legal é um conjunto de medidas que foi assinado para garantir a segurança do torcedor nos eventos esportivos.

Três documentos foram assinados na ocasião da celebração do Torcida Legal, em março: Projeto de Lei que altera o Estatuto do Torcedor, Decreto presidencial que regulamentou o artigo 23 do Estatuto do Torcedor (laudos técnicos de vistoria dos estádios publicados no DOU sob Portaria nº 124/2009 e Portaria nº 185/19/10/2009 e Termo de Cooperação Técnica.

O Termo de Cooperação foi assinado entre o ME, Ministérios da Justiça - MJ, Confederação Brasileira de Futebol - CBF e Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG para a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol e em cumprimento às garantias de segurança assumidas pelo Governo Brasileiro para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

O I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas foi realizado nos dias 04 e 05 de julho na cidade de São Paulo – SP. Os participantes incluíam dirigentes de torcidas organizadas e uniformizadas dos clubes que participaram das séries “A” e “B” do Campeonato Brasileiro de Futebol durante o ano de 2009, representantes desses clubes, imprensa especializada e entidades relacionadas ao tema.

O Seminário foi realizado em parceria com o MJ e teve o apoio do Ministério Público de São Paulo e os principais dirigentes de torcida do estado de São Paulo. Estiveram presentes 65 agremiações de vários estados do Brasil,

somando um total de 110 membros de torcidas, além de representantes de entidades relacionadas ao tema. Foi gasto para realização desta ação o valor de R\$ 73 mil.

No âmbito do Programa Brasil Campeão, estão sendo implementadas ações visando ao início de um processo de elevação da posição do Brasil no ranking internacional, tornando-o uma das dez principais potências esportivas até 2016.

Neste contexto, dentre outras iniciativas, dar-se-á continuidade à execução de Núcleos de Esporte de Base (NEB) e da Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva), buscando o aprimoramento dos atletas de alto rendimento, ampliando e qualificando o investimento nas atividades esportivas voltadas para os portadores de deficiência e por meio do apoio à participação de equipes brasileiras em competições nacionais e internacionais.

Destaca-se, também, a ação de concessão de bolsas a atletas, a qual possibilita o apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima aos atletas de várias categorias e esportes diferentes, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições, melhorando assim seus resultados e igualando as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade.

Desde seu lançamento até 2008, o Bolsa Atleta já contemplou cerca de 7,3 mil pessoas, sendo 3,3 mil somente em 2008, dos quais 13 medalhistas nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de Pequim.

A última edição dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos contou com a participação de 86 bolsistas para-atletas e 37 atletas. No ano de 2009, já foram feitas 7.442 inscrições, das quais 2.276 em pré-renovação e 5.166 novas inscrições, com recursos orçamentos de R\$ 40,2 milhões.

Dentre as ações recentes, tem relevante importância a conquista do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão 2016.

Resultado do reconhecimento de qualidade dos XV Jogos Pan-americanos e dos III Jogos Parapanamericanos em 2007 e de um trabalho expressivo de mais de 50 órgãos do Governo Federal – coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento/Ministério do Esporte, em parceria com os Governos de Estado e Município do Rio de Janeiro, com o Comitê Olímpico Brasileiro e com o Comitê Paraolímpico Brasileira, apoiados pela iniciativa privada, a conquista do maior evento esportivo do planeta marca a inserção definitiva do Brasil no roteiro das grandes competições.

No total, o Governo Federal investiu R\$ 91,7 milhões no projeto de candidatura olímpica do Rio de Janeiro.

As iniciativas listadas anteriormente têm em comum a articulação entre Governo Federal e parceiros executores, formando assim uma rede contínua das

ações, pois elas já vêm sendo implementadas em exercícios anteriores, mas, estrategicamente, evidenciadas neste período, pois tiveram ligação direta ou indireta com os resultados obtidos pelas equipes brasileiras nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Pequim 2008, na Copa do Mundo FIFA de Futsal, nos Jogos dos Países de Língua Portuguesa – CPLP realizados no Rio de Janeiro, nos Jogos Sul-americanos Escolares/Equador e na participação do Brasil Copa America de Basquetebol/Feminino, além da Candidatura e da conquista do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Cabe realçar as parcerias já estabelecidas, historicamente, com Comitê Olímpico e Comitê Paraolímpico Brasileiro e com as Confederações esportivas, que são os principais parceiros na vertente esportiva do alto rendimento, com os vêm sendo discutidas medidas, ações e metas para o desenvolvimento, qualificação e profissionalização do Esporte no Brasil, a curto, médio e longo prazos.

Perspectivas e iniciativas a serem encaminhadas estão ligadas a: Implantação e implementação de ações visando o início de um processo que coloque o Brasil entre as 10 principais potências esportivas até 2016, atuando no apoio na preparação de equipes, atletas nacionais que tenham potencial de conseguir resultados nas principais competições internacionais; dar continuidade a implementação de mais Núcleos de Esporte de Base e no aprimoramento dos atletas de alto rendimento e aumentar o atendimento desses atletas por intermédio da Bolsa Atleta com foco nas modalidades definidas como prioritárias para o alcance da meta de colocar o Brasil entre os melhores do mundo.

Para tanto, e entre outras coisas, persiste o desafio de implantar um centro de treinamento em altitude no Brasil, universalizando a possibilidade de acesso a esse tipo de treinamento; atuar como indutor da capacitação, atualização de gestores esportivos e promover maior investimento na ciência do esporte; coordenar as ações prioritárias a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no que tange às responsabilidades e investimentos assumidos pelo Governo Federal, com especial destaque para a constituição do Comitê Gestor de Ações Interministeriais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e da Autoridade Pública Olímpica, para a implementação de medidas e ações necessárias ao combate e controle de dopagem esportiva e colaboração com os diversos órgãos federais envolvidos nos Jogos Rio 2016 para liberação de recursos e desenvolvimento de projetos em áreas estratégicas tais como: modernização de aeroportos, intervenções urbanas e de mobilidade, modernização de infraestrutura esportiva, ações de legado social e segurança.

### **Inclusão Social pelo Esporte**

Este Programa objetiva contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.



A produção correspondente aos convênios firmados no ano de 2009 - e que será distribuída no ano de 2010 - será da ordem de 631.805 itens esportivos, e contemplará cerca de 6,8 milhões de pessoas.

Em 2009, foram liberados 1.173.432 artigos esportivos advindos do estoque do programa (formado pela produção relativa aos convênios firmados no exercício de 2008), conforme demonstrativo a seguir, para atender a demanda dos Programas e Ações conduzidos em parceria com entidades estaduais, municipais e filantrópicas, objetivando promover a inclusão social de crianças, jovens e adultos por meio da prática de esportes. O material distribuído beneficiou um universo de 7.523.857 pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais.

#### MATERIAIS ESPORTIVOS LIBERADOS NO EXERCÍCIO DE 2009

| UF           | BENEFICIADAS | LIBERAÇÕES REALIZADAS | ITENS LIBERADOS  | INDIVÍDUOS ASSISTIDOS |
|--------------|--------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| AC           | 145          | 148                   | 34.555           | 736.161               |
| AL           | 105          | 109                   | 65.676           | 241.263               |
| AM           | 22           | 23                    | 4.895            | 57.300                |
| AP           | 89           | 89                    | 3.712            | 73.720                |
| BA           | 373          | 398                   | 44.732           | 185.272               |
| CE           | 47           | 52                    | 128.554          | 372.405               |
| DF           | 143          | 727                   | 74.747           | 416.456               |
| ES           | 26           | 26                    | 4.239            | 33.981                |
| EX           | 22           | 25                    | 8.259            | 134.460               |
| GO           | 85           | 92                    | 12.116           | 130.243               |
| MA           | 107          | 107                   | 10.568           | 152.884               |
| MG           | 1.358        | 1.383                 | 95.734           | 1.355.519             |
| MS           | 9            | 12                    | 21.597           | 67.610                |
| MT           | 8            | 11                    | 14.407           | 39.480                |
| PA           | 16           | 19                    | 6.838            | 39.440                |
| PB           | 7            | 9                     | 487              | 6.258                 |
| PE           | 200          | 204                   | 82.891           | 568.491               |
| PI           | 2            | 2                     | 42.750           | 127.800               |
| PR           | 32           | 43                    | 88.677           | 304.107               |
| RJ           | 232          | 244                   | 138.094          | 535.999               |
| RN           | 18           | 19                    | 12.455           | 42.203                |
| RO           | 6            | 6                     | 964              | 4.516                 |
| RR           | 2            | 2                     | 386              | 5.600                 |
| RS           | 340          | 345                   | 43.061           | 465.347               |
| SC           | 51           | 54                    | 65.117           | 203.810               |
| SE           | 36           | 37                    | 2.202            | 32.440                |
| SP           | 458          | 473                   | 162.582          | 1.173.662             |
| TO           | 5            | 7                     | 3.137            | 17.430                |
| <b>TOTAL</b> | <b>3.944</b> | <b>4.666</b>          | <b>1.173.432</b> | <b>7.523.857</b>      |

Fonte: CMAES/SE/ME

A Ação Pintando a Liberdade propiciou a geração de emprego direto para 13.000 internos do Sistema Prisional Brasileiro, em 73 unidades de produção.

A Ação Pintando a Cidadania absorveu a mão-de-obra de 2.499 pessoas – em 27 unidades de produção - que residem em comunidades reconhecidamente carentes, na produção de materiais esportivos, promovendo a

inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal.

O indicador do Programa, no contexto do PPA 2008-2011, em função dificuldades operacionais, nunca pode ser apurado.

Dessa forma, foi proposto novo indicador com a denominação de "Pessoas Atendidas", tendo sido cadastrado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP para vigorar a partir de 2010.

Um Acordo de Cooperação entre o Brasil e a República de Moçambique possibilitou a implantação de uma fábrica de bolas esportivas em Maputo, capital daquele país. Procedeu-se a capacitação dos membros das comunidades, ensinando-lhes o ofício de costura de bolas e manuseios de equipamentos.

Para não depender de matéria prima do mercado externo, as bolas são produzidas com o couro de boi, produto que, até então, mesmo sendo de excelente qualidade, era subaproveitado naquele país.

A experiência, além de colaborar com desenvolvimento daquela nação africana, garante autonomia aos gestores moçambicanos, fato que antes da instalação da fábrica brasileira, dependia exclusivamente do processo de importação de bolas da Ásia.

#### Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo (PST)

Em 2009 visando tornar o esporte uma política pública efetiva, viabilizou-se a cooperação entre o Ministério do Esporte e o MEC, de forma a ampliar e qualificar mais significativamente a abrangência do PST por meio da articulação com o Sistema Educacional brasileiro.

Essa parceria se materializa a partir da inserção do PST no Programa Mais Educação, que tem por objetivo universalizar o acesso à prática esportiva a todos os alunos das Escolas Públicas da Educação Básica das redes municipal e estadual, iniciando com as Escolas que participam do Programa Mais Educação.

No contexto dos Projetos Especiais, concebidos em 2008, foram atendidas aproximadamente 2.000 pessoas em 2009, por meio dos seguintes Projetos Pilotos: a) Piloto Pessoa com Deficiência; b) PST Universitário; e c) IES Colaboradoras - Núcleos Padrão e Núcleos Pessoa com Deficiência.

Os projetos pilotos têm por objetivo analisar se as modalidades ofertadas aos públicos específicos necessitam ser trabalhadas de forma diferenciada por meio de metodologias específica e testar as metodologias propostas no funcionamento dos núcleos do PST.

O Ministério finalizou a revisão das diretrizes do PST e a revisão da Proposta Pedagógica, concebida a partir da compreensão do Esporte Educacional, visando ao estabelecimento de uma identidade nacional para o

Programa e ao desenvolvimento do novo modelo de capacitação. Esse processo culminou com a publicação do livro de Fundamentos Pedagógicos do PST: da reflexão à prática.

Foram realizados 31 eventos de capacitação ao longo do ano, em todo o território nacional, capacitando diretamente cerca 3.364 pessoas, entre Coordenadores Geral, pedagógicos, setoriais, de núcleo, e demais recursos humanos envolvidos nos projetos especiais.

A implementação da Cooperação Técnica Internacional, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores – MRE e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC para transferência de tecnologia com foco na implantação do Programa em países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação, não pôde ser implantada no exercício de 2009, considerando a insuficiência de recursos orçamentários para aplicação ao projeto.

No entanto, algumas Missões Internacionais têm sido efetivadas por meio do MRE e a ABC que demandam a participação do Ministério para subsidiar as reuniões com os Gestores dos ME e dos países interessados em aderir ao Segundo Tempo.

Em junho de 2009 foi anunciado em Maputo o início do Projeto de Cooperação Internacional para implantação do Programa Segundo Tempo em Moçambique, em 12 províncias moçambicanas atendidas por um programa nacional desportivo do governo da nação que envolve escolas públicas, clubes esportivos e entidades que trabalham com o desporto social.

Para tanto o Ministério apresentou com base na Proposta atual de cooperação, um Piloto de implantação de núcleos em atendimento a crianças, adolescentes e jovens, a ser desenvolvido, com Moçambique.

Em setembro de 2009, em Campinas e São Paulo, realizou-se, a capacitação do Gestor com nove Técnicos indicados pelo Governo Moçambicano. Com isso espera-se fortalecer o Programa como tecnologia e método da inclusão social por meio do esporte.

Destacam-se no exercício de 2009 outros resultados alcançados pelo PST: qualificação e ampliação da abrangência do Programa por meio da democratização do processo de seleção e fortalecimento das parcerias institucionais; diversificação do público-alvo a partir da implantação dos Projetos Pilotos; oferta aos beneficiados do Programa de eventos e programações diferenciadas ao longo do ano, a exemplo do Projeto Recreio nas Férias; fortalecimento do Esporte Educacional na Política Nacional de Educação, por meio da inserção do PST no Programa Mais Educação; qualificação e aprimoramento da gestão do Programa por meio das seguintes medidas: - revisão das diretrizes e dos Instrumentos Normativos do Programa; - revisão e consolidação da Proposta Pedagógica do PST; - qualificação do processo de capacitação da Equipe interna, Gestores, Professores e Monitores do Programa; - aprimoramento do Modelo de Acompanhamento Operacional dos Convênios do PST; e

- ampliação e reestruturação do Modelo de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST a partir das Equipes Colaboradoras criadas junto às IES.

O Ministério do Esporte realizou em janeiro de 2009 a edição Piloto do Projeto Segundo Tempo/Recreio nas Férias e atendeu a mais de 105 mil beneficiados do Programa Segundo Tempo em 13 estados e 71 municípios, contratando no período 2.100 agentes de lazer, para complementação do quadro de recursos humanos que já atuam no Programa Segundo Tempo. Foram capacitadas cerca de 3.640 pessoas para a realização do Recreio.

De acordo com a pesquisa realizada, a Edição Piloto teve mais de 95% de aprovação. Esta atividade é desenvolvida por meio da Ação de Funcionamento de Núcleos com o objetivo de oferecer aos beneficiados do Programa Segundo Tempo, no período de férias escolares de janeiro, o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer sua auto-estima, além de promover o envolvimento da comunidade e das famílias.

O esporte deve ser entendido como uma política de estado com vistas ao desenvolvimento da nação, ao fortalecimento da identidade cultural e da cidadania.

O PST tem atuado para gerar oportunidades, sobretudo nas áreas de maior vulnerabilidade social, acesso ao Esporte Educacional de qualidade para milhares de crianças, adolescentes e jovens.

Uma vez que se encontra implantado em todas as unidades da federação, o Programa procurou manter equilíbrio entre o número de beneficiados em cada região do país, respeitando as especificidades e características regionais.

Agora com a inserção no Programa Mais Educação, sendo implementado em Escolas Públicas de todas as regiões do país, contribuiu cada vez mais para a redução das desigualdades, garantindo o acesso ao esporte sem distinção de raça, cor, gênero, condição física, social, ou qualquer outra forma de discriminação. Ao lado disso, o Programa atuou de forma integrada com outros Programas e Ações do Governo Federal, como por exemplo, o Pacto do Seminário Nordestino, o PRONASCI e o Mais Educação.

A prática de Esporte Educacional em 2009 funcionou em mais de 1.365 municípios em todas as regiões do país. Nesse período, estiveram ativos 189 convênios formalizados em exercício anteriores, sendo 25 com governos estaduais, 121 com prefeituras, dez com outros órgãos públicos e 33 com organizações não-governamentais, beneficiando aproximadamente 997.202 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 19.234 professores e monitores.

Atualmente, encontram-se vigentes 246 convênios, beneficiando 1.028.780 crianças, adolescentes e jovens,

sendo que 122 estão em funcionamento e 124 em processo de estruturação.

A oscilação do número de convênios em vigência ocorre devido ao período de formalização e a data de vigência estipulado para cada convênio.

Com os recursos orçamentários disponibilizados em 2009 foram beneficiados 702.600 crianças, adolescentes e jovens, por meio dos convênios com empenhos de segunda parcela e formalização de novos. O índice apurado corresponde a 86,70% da meta prevista na LOA.

O índice apurado abaixo da meta ocorre devido ao contingenciamento de parte dos recursos orçamentários e ao ajuste realizado no primeiro semestre de 2009 nas ações do Programa, alterando a média per capita para R\$ 350,00. Registra-se que na elaboração da proposta orçamentária para 2009 a média prevista foi de R\$ 230,00 per capita.

A apuração dos Indicadores do Programa, definidos no PPA, "*Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens*"; "*Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros*"; e "*Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas*", resultou nos índices de 0,6%, 6,2% e 18,0%, respectivamente.

Todos os índices apurados ficaram abaixo das previsões para o exercício de 2009, situação que pode ser atribuída à dificuldades operacionais na finalização de processos, bem como às restrições orçamentárias.

### **Esporte e Lazer da Cidade – PELC**

Este Programa tem como objetivos ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social. Em 2009, foi dada continuidade ao processo de implementação e desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer. Foram executados 143 convênios (firmados em 2007 e 2008), para Funcionamento de Núcleos, beneficiando cerca de dois milhões de pessoas em atividades sistemáticas e eventos de esporte recreativo e de lazer.

Os convênios são distribuídos proporcionalmente entre as cinco regiões do país, seguindo o critério do número de habitantes e do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Em alguns casos, como o Centro-Oeste, esta proporção é alterada por conta das emendas parlamentares.

O programa atende regiões com índices de maior vulnerabilidade social, porém não limita a participação a famílias com renda de até ½ salário mínimo per capta e sem rendimento.

Considerando que a formação e o desenvolvimento de políticas públicas locais de esporte e de lazer são centrais para o Programa, cabe salientar que foram realizadas 86 visitas técnicas a convênios em execução. Destas, oito foram por conta de denúncias de má execução, feitas via Ouvidoria, e as demais enquanto Monitoramento. As entidades foram diligenciadas e tiveram prazo para ajustar-se, de acordo com o objeto pactuado e a legislação vigente. Por não cumprirem as solicitações da diligência, cinco convênios foram rescindidos. Foram realizados, ainda, 155 módulos de formação, com a participação de mais de 3.000 agentes sociais de esporte recreativo e de lazer.

Para garantir a qualidade destas formações foram realizados dois encontros de debates e estudos com formadores.

O PELC, em 2009, garantiu o fomento a 22 projetos de pesquisa científica, por meio da Rede CEDES. A seleção, por Edital Público, contou com a inscrição de 66 propostas e aprovou 44. Participaram deste Edital, Instituições de Ensino Superior de 18 estados e Distrito Federal, sendo que 17 já integravam a Rede e 19 são novos proponentes de todas as regiões brasileiras.

Com este resultado a Rede CEDES passa a reunir 59 Núcleos, 21 estados, o Distrito Federal e 139 projetos fomentados.

O produto destes estudos é difundido mediante acesso aberto (site do ME e Repositório digital da Rede) e publicações impressas (foram distribuídos 5.263 livros).

A difusão do conhecimento é também fomentada pelo apoio à publicação de 03 periódicos científicos da área da Educação Física (acesso digital aberto/impresso) e a realização de eventos científicos de abrangência nacional e internacional (apoio a três grandes eventos/100% do orçamento inicial).

Além disso, pode-se destacar a divulgação nacional dos premiados do 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (2008); o apoio à realização dos IX Jogos dos Nacionais dos Povos Indígenas, dos quais participaram 33 etnias, com 1.200 indígenas; a participação na elaboração da Carta Olímpica com o MEC/SECAD/Programa Mais Educação, especialmente considerando o Legado Social do Projeto Rio 2016.

A apuração do indicador do Programa, definido no PPA 2008-2011, *taxa de atendimento da demanda por esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social*, que resultou em 3,5%, ficou inferior a 6%, índice previsto para 2009.

A diferença pode ser creditada às dificuldades operacionais na finalização de processos, bem como às restrições orçamentárias.

### 5.1.19. Função Gestão Ambiental

A atuação do Governo na implementação de um novo modelo de gestão ambiental compatível com o desenvolvimento econômico avançou em várias frentes na busca pela consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente.

Para melhor ilustração desse quadro, ressalta-se a redução da taxa de desmatamento da Floresta Amazônica, que teve, no período de agosto de 2008 a julho de 2009, seu menor índice numa série histórica de 21 anos, representando uma queda de aproximadamente 45% em relação ao período anterior, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço de setores governamentais e da sociedade, segmentos envolvidos na execução de atividades previstas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Entre essas ações, destacaram-se o condicionamento da concessão de crédito para atividade agropecuária à comprovação de regularidade ambiental, conforme Resolução do Banco Central nº 3.545/2008, e a intensa e efetiva fiscalização do Ibama na Amazônia, com o apoio da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército Brasileiro e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Vale destacar que os trabalhos de fiscalização no período resultaram na aplicação de 6.590 multas (no valor de R\$ 2,76 bilhões), embargo em 502 mil hectares e apreensão de 231 mil metros cúbicos de madeira e 414 caminhões. Há continuidade dessa tendência de redução do desmatamento na Amazônia.

Os dados divulgados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Inpe, relativos a agosto e setembro de 2009, confirmam esse processo de queda. Em agosto, o desmatamento da Amazônia diminuiu 34% em relação ao mesmo mês de 2008 e, em setembro, 32%.

Além do combate ao desmatamento na Amazônia, em 2009 o MMA ampliou essa atividade a outros biomas brasileiros, em destaque, ao bioma cerrado.

Foi elaborado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento de Queimadas no Cerrado – PPCerrado e lançados os dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período de 2002 a 2008.

Ainda com o objetivo de contribuir para a redução do desmatamento, destaca-se a celebração de pactos setoriais que abrangem diferentes setores: Governo Federal, governos estaduais, bancos públicos e privados, empresas e organizações da sociedade civil.

Esses pactos têm por finalidade a adoção de medidas para inibir o avanço de atividades predatórias que afetam negativamente o meio ambiente.

Por exemplo, em 2009, foi firmado o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, que conta com a participação do MMA e da Federação Brasileira de Bancos – Febraban.

Trata-se de um compromisso histórico desses setores para uma gestão ambiental mais eficaz, com o reconhecimento da magnitude dos problemas ambientais da atualidade, sobretudo os das mudanças do clima.

Outra iniciativa relevante do governo na área ambiental foi a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, com atuação nas áreas federal, estadual e municipal.

Atualmente esse sistema protege 16,72% do território continental brasileiro.

Em 2009, quatro unidades de conservação federais foram criadas, ampliando o sistema em aproximadamente 369 mil hectares e protegendo importantes áreas nos Biomas Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e área marinha com Unidades de Conservação - UC que beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

A adequada implementação do sistema é também uma constante meta. Assim, o programa Áreas Protegidas na Amazônia - ARPA deu um grande passo ao realizar ações de implementação em 62 unidades de conservação, bem como o Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de UC nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica.

As atividades de fiscalização desenvolvidas em 2009 também demonstraram a evolução do governo na área ambiental.

Realizaram-se cerca de 426 operações contra ilícitos ambientais, por intermédio do Ibama, destacando-se: Operação Guardiões da Amazônia; Boi Pirata II/PA; Rei do Gado/PA; Curuá/MT; Turiawaca/MA; Pólo Arco de Fogo e Portal da Amazônia/RO; Angustifolia/PR e Impacto Profundo – nos litorais norte, nordeste e sudeste. Nessas operações foram emitidos 20.535 autos de infração, que resultaram no já referido montante de R\$ 2,76 bilhões em multas.

Quanto à apreensão de madeira, contabilizou-se 156 mil m<sup>3</sup> e foram embargados 404 mil hectares na Amazônia por ilícitos ambientais.

A política para os Povos e Comunidades Tradicionais também avançou em 2009, uma vez que se garantiu, por meio da Portaria Interministerial nº 239/2009, a inserção econômica dos povos e comunidades tradicionais.

Essa portaria instituiu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, uma parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e a

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os investimentos foram iniciados em 2008, em dez cadeias produtivas (açai, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha-do-brasil, copaíba, pequi e piaçava), resultando na implantação de duas cadeias nacionais (castanha-do-brasil e babaçu) e oito cadeias territoriais. Nesse contexto, ressalta-se a constituição de instâncias de governança nacional (câmaras setoriais da castanha-do-brasil e do babaçu), câmaras e grupos de trabalhos setoriais em 10 estados (MA, PA, TO, AC, AP, AM, MT, RO, CE e PI) e em 300 municípios, e a criação de Rede de Serviços destinada ao atendimento às cadeias de produtos e ao início do diálogo com o setor empresarial, diante da importância da participação desse setor nesses processos.

Fato inédito é o processo de inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 7 produtos da sociobiodiversidade, a qual subvencionou R\$ 500 mil para 1.800 famílias extrativistas, indicando enorme potencial desta política para 2010, dado o descompasso entre preço mínimo e preços praticados pelo mercado.

No setor de Recursos Hídricos, entre as atividades desenvolvidas no exercício de 2009 estão o apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à Gestão Integrada de Recursos Hídricos; o desenho institucional do Observatório das Águas; o desenvolvimento da matriz de coeficientes técnicos de consumo de água nos processos produtivos; o apoio à elaboração do Programa Nacional de Águas Subterrâneas; e o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Outro ponto importante na política ambiental é o processo de concessões florestais, cuja viabilização implica a realização de levantamentos socioeconômicos das localidades, de estudos de viabilidade econômica das atividades e da elaboração de editais de licitação.

As áreas a serem concedidas devem estar previamente identificadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e no Plano Anual de Outorga Florestal, ambos instrumentos desenvolvidos pelo Serviço Florestal.

Em outubro de 2009, sob essas condições, foi lançado o edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará. As três unidades de manejo florestal disponibilizadas para licitação em Saracá-Taquera totalizam aproximadamente 140 mil hectares e visam fomentar o desenvolvimento sustentável no oeste do Pará e dinamizar, em especial, a economia dos municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, com a geração de cerca de 1.000 empregos.

Na esfera internacional, o Brasil engajou-se ativamente no processo negociador, que culminou na 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague, por meio de significativas metas de redução nas emissões de CO<sub>2</sub>.

O país deverá reduzir entre 36,1% e 38,9% as estimativas de emissões previstas para 2020. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio amplo na Assembleia Geral da ONU (AGNU) para a proposta de realizar, em 2012, nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio + 20).

Na presidência dos Países Megadiversos Afins, trabalhou pela adoção, em 2010, de regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios pela Convenção sobre Diversidade Biológica. Como comprovação do grande avanço na gestão ambiental, dois indicadores devem ser ressaltados. O primeiro diz respeito à taxa de desmatamento, que apresentou grande redução, conforme demonstra tabela a seguir:

**ÁREA DESMATADA (km<sup>2</sup>) NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 1988 E 2009**

| ANO  | ÁREA DESMATADA (km <sup>2</sup> ) | ANO   | ÁREA DESMATADA (km <sup>2</sup> ) |
|------|-----------------------------------|-------|-----------------------------------|
| 1988 | 21.050                            | 1999  | 17.259                            |
| 1989 | 17.770                            | 2000  | 18.226                            |
| 1990 | 13.730                            | 2001  | 18.165                            |
| 1991 | 11.030                            | 2002  | 21.523                            |
| 1992 | 13.786                            | 2003  | 25.396                            |
| 1993 | 14.896                            | 2004  | 27.772                            |
| 1994 | 14.896                            | 2005  | 19.014                            |
| 1995 | 29.059                            | 2006  | 14.196                            |
| 1996 | 18.161                            | 2007  | 11.633                            |
| 1997 | 13.227                            | 2008  | 12.911                            |
| 1998 | 17.383                            | 2009* | 7.008                             |

Fonte: PRODES/INPE ( \* )Taxa estimada

O segundo refere-se à ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o qual apresentou grande avanço no Governo atual, como pode ser observado na tabela a seguir:

**UC FEDERAIS**

| ANO CRIAÇÃO OU AMPLIAÇÃO | ÁREA (km <sup>2</sup> ) | Nº DE UC CRIADA | Nº DE UC AMPLIADA |
|--------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------|
| Até 2002                 | 500.392                 | 235             | 8                 |
| 2003                     | 535                     | 3               | 0                 |
| 2004                     | 29.423                  | 8               | 3                 |
| 2005                     | 61.876                  | 20              | 1                 |
| 2006                     | 112.758                 | 22              | 3                 |
| 2007                     | 1.257                   | 5               | 2                 |
| 2008                     | 58.565                  | 7               | 2                 |
| 2009                     | 3.688                   | 4               | 0                 |
| <b>TOTAL</b>             | <b>768.495</b>          | <b>304</b>      | <b>19</b>         |

#### UC ESTADUAIS

| ANO CRIAÇÃO | ÁREA (km²) | Nº DE UC CRIADA |
|-------------|------------|-----------------|
| Até 2002    | 398.342    | 489             |
| 2003        | 44.518     | 19              |
| 2004        | 20.547     | 18              |
| 2005        | 33.346     | 22              |
| 2006        | 217.696    | 29              |
| 2007        | 3.918      | 13              |
| 2008        | 14.001     | 22              |
| 2009        | 23.099     | 7               |

Sob o aspecto orçamentário, o MMA e suas vinculadas operam dentro de quatro funções, a saber: Previdência Social, Gestão Ambiental, Encargos Especiais e Reserva de Contingência. A análise dos quadros seguintes permite observar que houve um crescimento consecutivo em todas as funções, tanto de dotação quanto de execução,

nos exercícios apresentados, exceto na função Encargos Especiais. Neste caso, é importante registrar os novos procedimentos adotados com relação ao pagamento da dívida contratual externa, que desde 2007 está sendo transferida para a administração da Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse processo gradual de transferência explica a trajetória descendente dos valores referentes à subfunção Serviço da Dívida Externa, que em 2005 era responsável por 73% da função em pauta. No entanto, a subfunção Outros Encargos Especiais, devido à operação especial Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, apresentou um incremento expressivo, particularmente pelo crescimento da execução de ações contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

#### EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| FUNÇÃO                  | 2005          | 2006          | 2007          | 2008          | 2009          | AUMENTO (%) |
|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|
|                         | LEI+CRÉDITO   | LEI+CRÉDITO   | LEI+CRÉDITO   | LEI+CRÉDITO   | LEI+CRÉDITO   | 2005 A 2009 |
| Previdência Social      | 131.441.773   | 185.595.900   | 229.618.869   | 237.124.762   | 258.299.171   | 96,5        |
| Gestão Ambiental        | 1.289.525.451 | 1.262.165.979 | 1.460.434.130 | 1.670.095.279 | 1.728.679.725 | 34,0        |
| Encargos Especiais      | 126.083.506   | 94.460.164    | 78.456.000    | 28.482.970    | 58.631.622    | -53,5       |
| Reserva de Contingência | 697.639.659   | 847.236.352   | 1.036.009.479 | 1.225.982.893 | 1.480.678.209 | 112,2       |

Fonte: Siafi Gerencial

#### EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO

| FUNÇÃO                  | 2005        | 2006          | 2007          | 2008          | 2009          | AUMENTO (%) |
|-------------------------|-------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|
|                         | EXECUÇÃO    | EXECUÇÃO      | EXECUÇÃO      | EXECUÇÃO      | EXECUÇÃO      | 2005 A 2009 |
| Previdência Social      | 130.387.465 | 174.312.882   | 221.457.884   | 233.643.998   | 252.966.343   | 94          |
| Gestão Ambiental        | 948.310.839 | 1.106.747.759 | 1.210.315.071 | 1.281.264.425 | 1.370.799.628 | 45,9        |
| Encargos Especiais      | 70.285.178  | 39.458.641    | 36.992.811    | 23.085.833    | 52.686.833    | -25         |
| Reserva de Contingência | -           | -             | -             | -             | -             | -           |

Fonte: Siafi Gerencial

Do ponto de vista global, o maior incremento no orçamento ocorreu na função Reserva de Contingência. Vale registrar que estes são recursos com extrema rigidez de aplicação, ficando quase que integralmente sem utilização, visto que a parcela relativa à Reserva de Contingência só é passível de execução mediante crédito adicional. Em seguida, está situada a função Previdência Social. Essa ocorrência era esperada, uma vez que houve um aumento do número de servidores e pensionistas nos últimos anos, além das reestruturações da composição

remuneratória das carreiras do MMA. A Gestão Ambiental, onde se encontram as ações finalísticas do Ministério e também ações ligadas à administração, saúde, relações exteriores, trabalho, educação, ciência e tecnologia etc., apresentou um crescimento total de 34% de dotação e 45,9% de execução, conforme tabela a seguir. Cabe ressaltar que a taxa de inflação acumulada entre janeiro de 2005 e janeiro de 2009, com base no IPCA, foi da ordem de 21,17 % (fonte: site do Banco Central).

#### FUNÇÃO 09 "PREVIDÊNCIA SOCIAL" MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

| SUBFUNÇÃO              | 2005        | 2006        | 2007        | 2008        | 2009        |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                        | LEI+CRÉDITO | LEI+CRÉDITO | LEI+CRÉDITO | LEI+CRÉDITO | LEI+CRÉDITO |
| PREVID. DO REG. ESTAT. | 131.441.773 | 185.595.900 | 229.618.869 | 237.124.762 | 258.299.171 |
|                        | EXECUÇÃO    | EXECUÇÃO    | EXECUÇÃO    | EXECUÇÃO    | EXECUÇÃO    |
| PREVID. DO REG. ESTAT. | 130.387.465 | 174.312.882 | 221.457.884 | 233.643.998 | 252.966.343 |

**FUNÇÃO 28 "ENCARGOS ESPECIAIS"**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000**

| SUBFUNÇÃO             | 2005               | 2006              | 2007              | 2008              | 2009              |
|-----------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                       | LEI + CRÉDITO      | LEI + CRÉDITO     | LEI + CRÉDITO     | LEI + CRÉDITO     | LEI + CRÉDITO     |
| SERV. DA DÍV. EXTERNA | 93.034.640         | 73.657.470        | 45.566.075        | 7.276.660         | 4.855.723         |
| TRANSFERÊNCIAS        | 0                  | 0                 | 4.762.800         | 2.998.800         | 2.998.400         |
| OUTROS ENCARGOS ESP.  | 33.048.866         | 20.802.694        | 28.127.125        | 18.207.510        | 50.777.499        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>126.083.506</b> | <b>94.460.164</b> | <b>78.456.000</b> | <b>28.482.970</b> | <b>58.631.622</b> |
|                       | EXECUÇÃO           | EXECUÇÃO          | EXECUÇÃO          | EXECUÇÃO          | EXECUÇÃO          |
| SERV. DA DÍV. EXTERNA | 37.246.685         | 19.356.946        | 9.323.616         | 4.881.740         | 3.081.741         |
| TRANSFERÊNCIAS        | 0                  | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 |
| OUTROS ENCARGOS ESP.  | 33.038.493         | 20.101.695        | 27.669.195        | 18.204.093        | 49.605.092        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>70.285.178</b>  | <b>39.458.641</b> | <b>36.992.811</b> | <b>23.085.833</b> | <b>52.686.833</b> |

**FUNÇÃO 99 "RESERVA DE CONTINGÊNCIA"**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000**

| SUBFUNÇÃO           | 2005               | 2006               | 2007                 | 2008                 | 2009                 |
|---------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                     | LEI + CRÉDITO      | LEI + CRÉDITO      | LEI + CRÉDITO        | LEI + CRÉDITO        | LEI + CRÉDITO        |
| RESERVA DE CONTING. | 697.639.659        | 847.236.352        | 1.036.009.479        | 1.225.982.893        | 1.480.678.209        |
| <b>TOTAL</b>        | <b>697.639.659</b> | <b>847.236.352</b> | <b>1.036.009.479</b> | <b>1.225.982.893</b> | <b>1.480.678.209</b> |
|                     | EXECUÇÃO           | EXECUÇÃO           | EXECUÇÃO             | EXECUÇÃO             | EXECUÇÃO             |
| RESERVA DE CONTING. | 0                  | 0                  | 0                    | 0                    | 0                    |
| <b>TOTAL</b>        | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             | <b>0</b>             | <b>0</b>             |

**FUNÇÃO 18 "GESTÃO AMBIENTAL"**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000**

| SUBFUNÇÃO               | 2005                 | 2006                 | 2007                 | 2008                 | 2009                 |
|-------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                         | LEI + CRÉDITO        | LEI + CRÉDITO        | LEI + CRÉDITO        | LEI + CRÉDITO        | LEI + CRÉDITO        |
| PLAN. E ORÇ.            | 11.227.525           | 10.626.802           | 8.404.761            | 3.900.000            | 5.715.406            |
| ADM. GERAL              | 750.498.410          | 803.761.070          | 854.678.575          | 941.861.598          | 1.022.966.835        |
| NORMAT. E FISCAL.       | 30.518.527           | 35.965.072           | 35.077.760           | 49.323.722           | 94.795.726           |
| TECNOL. DA INFOR.       | 15.103.506           | 18.864.801           | 11.173.937           | 8.361.742            | 37.576.973           |
| ORDENAM. TERRITORIAL    | 2.260.854            | 621.453              | 9.363.766            | 27.995.097           | 15.979.508           |
| FORMAÇÃO DE REC. HUM.   | 16.900.950           | 15.906.456           | 48.379.156           | 80.033.475           | 42.520.444           |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL      | 3.389.038            | 1.431.156            | 2.017.667            | 959.667              | 413.212              |
| POLICIAMENTO            | 1.051.620            | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    |
| COOPER. INTERNAC.       | 4.674.105            | 1.800.000            | 3.293.727            | 2.897.547            | 0                    |
| ATENÇÃO BÁSICA          | 11.764.294           | 12.417.050           | 12.983.236           | 14.275.595           | 15.449.980           |
| VIGIL. EPIDEMIO. *      | 0                    | 0                    | 4.058.347            | 3.434.107            | 2.197.000            |
| ALIMENT. E NUTRIÇ.      | 12.434.955           | 13.187.867           | 13.756.911           | 14.786.659           | 14.879.584           |
| PROT E BEN AO TRAB.     | 1.951.658            | 2.021.105            | 1.979.553            | 2.324.635            | 2.340.015            |
| EDUCAÇÃO INFANTIL       | 1.560.765            | 1.415.927            | 1.429.060            | 1.494.698            | 1.495.790            |
| PATR. HIST. ART. E ARQ. | 2.034.501            | 1.650.000            | 100.000              | 0                    | 0                    |
| ASS. AOS POVOS INDÍG.   | 300.000              | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    |
| SANEAMENTO BÁS. URB     | 3.695.999            | 1.120.000            | 905.026              | 1.198.910            | 1.096.618            |
| PRESER. E CONS. AMB.    | 216.086.592          | 192.739.748          | 217.640.758          | 266.087.474          | 186.572.064          |
| CONTROLE AMB.           | 70.832.415           | 40.194.614           | 72.355.294           | 90.937.936           | 95.423.403           |
| REC. DE ÁREAS DEGR.     | 6.093.434            | 1.600.129            | 3.822.500            | 12.443.782           | 14.290.153           |
| RECURSOS HÍDRICOS       | 106.899.180          | 91.402.109           | 145.272.585          | 133.430.137          | 165.209.544          |
| DESENV. CIENTÍFICO      | 1.274.024            | 3.072.230            | 1.478.348            | 2.300.824            | 2.433.100            |
| DESENV. TEC. E ENGEN.   | 195.296              | 925.470              | 99.584               | 71.701               | 100.000              |
| DIFUSÃO DO CONHECIM.    | 6.694.093            | 4.367.424            | 3.487.490            | 3.358.348            | 3.350.000            |
| PROMOÇÃO PROD. VEG.     | 7.811.915            | 7.075.496            | 5.676.089            | 5.640.896            | 3.874.370            |
| EXTENSÃO RURAL          | 1.268.000            | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    |
| TURISMO                 | 3.003.795            | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    |
| OUTROS ENC. ESP.        | 0                    | 0                    | 3.000.000            | 2.976.729            | 0                    |
| <b>TOTAL</b>            | <b>1.289.525.451</b> | <b>1.262.165.979</b> | <b>1.460.434.130</b> | <b>1.670.095.279</b> | <b>1.728.679.725</b> |

**FUNÇÃO 18 "GESTÃO AMBIENTAL"**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000**

| SUBFUNÇÃO               | 2005               | 2006                 | 2007                 | 2008                 | 2009                 |
|-------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                         | EXECUÇÃO           | EXECUÇÃO             | EXECUÇÃO             | EXECUÇÃO             | EXECUÇÃO             |
| PLAN. E ORÇ.            | 4.733.701          | 7.972.171            | 6.936.637            | 3.539.449            | 3.677.352            |
| ADM. GERAL              | 624.560.272        | 780.743.450          | 815.379.140          | 890.936.640          | 957.401.006          |
| NORMAT. E FISCAL.       | 29.183.858         | 34.286.099           | 33.762.657           | 42.226.209           | 68.005.862           |
| TECNOL. DA INFOR.       | 11.157.465         | 14.612.379           | 6.153.786            | 7.553.255            | 33.527.389           |
| ORDENAM. TERRITORIAL    | 922.392            | 578.543              | 653.577              | 10.619.271           | 3.410.420            |
| FORMAÇÃO DE REC. HUM.   | 12.302.387         | 12.917.166           | 20.456.743           | 30.798.310           | 22.050.252           |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL      | 766.741            | 765.860              | 900.175              | 10.329               | 840                  |
| POLICIAMENTO            | 0                  | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    |
| COOPER. INTERNAC.       | 2.975.100          | 1.206.990            | 2.559.344            | 2.523.535            | 0                    |
| ATENÇÃO BÁSICA          | 11.352.043         | 11.708.913           | 12.523.038           | 13.820.703           | 14.416.291           |
| VIGIL. EPIDEMIO. *      | 0                  | 0                    | 624.240              | 902.797              | 2.145.561            |
| ALIMENT. E NUTRIÇ.      | 11.865.397         | 9.714.079            | 13.275.562           | 13.515.497           | 14.439.582           |
| PROT E BEN AO TRAB.     | 1.508.555          | 1.779.642            | 1.661.417            | 1.768.955            | 2.175.605            |
| EDUCAÇÃO INFANTIL       | 1.194.051          | 1.243.365            | 1.049.856            | 1.147.805            | 1.306.772            |
| PATR. HIST. ART. E ARQ. | 783.012            | 897.895              | 100.000              | 0                    | 0                    |
| ASS. AOS POVOS INDÍG.   | 0                  | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    |
| SANEAMENTO BÁS. URB     | 524.780            | 635.107              | 905.026              | 1.198.910            | 0                    |
| PRESER. E CONS. AMB.    | 109.772.397        | 106.023.584          | 109.067.106          | 91.373.975           | 91.440.476           |
| CONTROLE AMB.           | 41.948.679         | 33.778.116           | 55.340.803           | 52.118.145           | 68.388.523           |
| REC. DE ÁREAS DEGR.     | 3.218.255          | 920.575              | 2.024.426            | 1.064.670            | 7.890.366            |
| RECURSOS HÍDRICOS       | 66.484.357         | 75.120.982           | 118.337.057          | 108.129.660          | 77.763.535           |
| DESENV. CIENTÍFICO      | 876.127            | 2.915.389            | 1.345.302            | 1.005.500            | 960.732,00           |
| DESENV. TEC. E ENGEN.   | 96.600             | 386.579              | 0                    | 0                    | 0                    |
| DIFUSÃO DO CONHECIM.    | 5.454.341          | 2.763.662            | 2.574.719            | 753.131              | 542.163              |
| PROMOÇÃO PROD. VEG.     | 5.960.646          | 5.777.213            | 3.745.727            | 3.579.873            | 1.256.901            |
| EXTENSÃO RURAL          | 78.720             | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    |
| TURISMO                 | 590.963            | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    |
| OUTROS ENC. ESP.        | 0                  | 0                    | 938.733              | 2.677.806            |                      |
| <b>TOTAL</b>            | <b>948.310.839</b> | <b>1.106.747.759</b> | <b>1.210.315.071</b> | <b>1.281.264.425</b> | <b>1.370.799.628</b> |

\* EM 2009, PARTE DA SUBFUNÇÃO ENTROU COMO FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO, TENDO SIDO AJUSTADO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO.

As subfunções vinculadas à função Gestão Ambiental que obtiveram crescimento significativo, comparadas ao exercício de 2005, foram: Recuperação de Áreas Degradadas e Controle Ambiental. As subfunções Normatização e Fiscalização e Ordenamento Territorial, embora não entrem no rol das vinculadas a tal função, possuem grande relevância nos trabalhos realizados por este órgão e por isso foram agrupadas às atividades finalísticas do Ministério do Meio Ambiente, conforme tabela a seguir.

**AÇÕES FINALÍSTICAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

| SUBFUNÇÃO            | 2005               | 2006               | 2007               | 2008               | 2009               |
|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                      | LEI + CRÉDITO      | LEI + CRÉDITO      | LEI + CRÉDITO      | LEI + CRÉDITO      | LEI + CRÉDITO      |
| PRESER. E CONS. AMB. | 216.086.592        | 192.739.748        | 217.640.758        | 266.087.474        | 186.572.064        |
| CONTROLE AMB.        | 70.832.415         | 40.194.614         | 72.355.294         | 90.937.936         | 95.423.403         |
| REC. DE ÁREAS DEGR.  | 6.093.434          | 1.600.129          | 3.822.500          | 12.443.782         | 14.290.153         |
| RECURSOS HÍDRICOS    | 106.899.180        | 91.402.109         | 145.272.585        | 133.430.137        | 165.209.544        |
| NORMAT. E FISCAL.    | 30.518.527         | 35.965.072         | 35.077.760         | 49.323.722         | 94.795.726         |
| ORDENAM. TERRITORIAL | 2.260.854          | 621.453            | 9.363.766          | 27.995.097         | 15.979.508         |
| <b>TOTAL</b>         | <b>432.691.002</b> | <b>362.523.125</b> | <b>483.532.663</b> | <b>580.218.148</b> | <b>572.270.398</b> |
|                      | EXECUÇÃO           | EXECUÇÃO           | EXECUÇÃO           | EXECUÇÃO           | EXECUÇÃO           |
| PRESER. E CONS. AMB. | 109.772.397        | 106.023.584        | 109.067.106        | 91.373.975         | 91.440.476         |
| CONTROLE AMB.        | 41.948.679         | 33.778.116         | 55.340.803         | 52.118.145         | 68.388.523         |
| REC. DE ÁREAS DEGR.  | 3.218.255          | 920.575            | 2.024.426          | 1.064.670          | 7.890.366          |
| RECURSOS HÍDRICOS    | 66.484.357         | 75.120.982         | 118.337.057        | 108.129.660        | 77.763.535         |
| NORMAT. E FISCAL.    | 29.183.858         | 34.286.099         | 33.762.657         | 42.226.209         | 68.005.862         |
| ORDENAM. TERRITORIAL | 922.392            | 578.543            | 653.577            | 10.619.271         | 3.410.420          |
| <b>TOTAL</b>         | <b>251.529.938</b> | <b>250.707.899</b> | <b>319.185.626</b> | <b>305.531.930</b> | <b>316.899.182</b> |



Observa-se que o crescimento dessas ações foi da ordem de 26%, o que já era esperado tendo em vista que o meio ambiente vem ganhando grande evidência por parte do governo federal acompanhando o paradigma mundial.

Dentre as subfunções relacionadas à administração do órgão, merecem destaque Tecnologia da Informação, Formação de Recursos Humanos e Administração Geral. Em relação ao aumento de 51% dessas despesas, algumas considerações podem ser feitas, a saber:

1) Nos últimos anos, o Ministério do Meio Ambiente - MMA fez uma importante reforma administrativa na sua estrutura; foram criadas a Assessoria de Assuntos Internacionais, o Departamento de Gestão Estratégica e o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, nº 11.284/2006, responsável por gerir as florestas públicas federais e fomentar o desenvolvimento florestal sustentável, por meio da implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e do Sistema Nacional de Informações

Florestais, programas de capacitação, assistência técnica e pesquisa e de desenvolvimento;

2) Foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO que é administrativa e financeiramente, vinculada ao MMA, criado por meio da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a finalidade de executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização, monitoramento, entre outras, das unidades de conservação instituídas pela União;

3) Para criar condições de trabalho compatíveis com a nova realidade, o MMA investiu na modernização das instalações físicas e da infra-estrutura tecnológica, informatização, aquisição de equipamentos, aprimoramento de pessoal por meio da realização de concursos, cursos de pós-graduação e oferecimento de treinamentos. Todas essas ações garantiram mais segurança, conforto e agilidade ao trabalho desenvolvido pelo Ministério.

#### DEMAIS AÇÕES DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

| SUBFUNÇÃO               | 2005          | 2006          | 2007          | 2008          | 2009          |
|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                         | LEI + CRÉDITO | LEI + CRÉDITO | LEI + CRÉDITO | LEI + CRÉDITO | LEI + CRÉDITO |
| PLAN. E ORÇ.            | 11.227.525    | 10.626.802    | 8.404.761     | 3.900.000     | 5.715.406     |
| ADM. GERAL              | 750.498.410   | 803.761.070   | 854.678.575   | 941.861.598   | 1.022.966.835 |
| TECNOL. DA INFOR.       | 15.103.506    | 18.864.801    | 11.173.937    | 8.361.742     | 37.576.973    |
| FORMAÇÃO DE REC. HUM.   | 16.900.950    | 15.906.456    | 48.379.156    | 80.033.475    | 42.520.444    |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL      | 3.389.038     | 1.431.156     | 2.017.667     | 959.667       | 413.212       |
| POLICIAMENTO            | 1.051.620     | 0             | 0             | 0             | 0             |
| COOPER. INTERNAC.       | 4.674.105     | 1.800.000     | 3.293.727     | 2.897.547     | 0             |
| ATENÇÃO BÁSICA          | 11.764.294    | 12.417.050    | 12.983.236    | 14.275.595    | 15.449.980    |
| VIGIL. EPIDEMIO.        | 0             | 0             | 4.058.347     | 3.434.107     | 2.197.000     |
| ALIMENT. E NUTRIÇ.      | 12.434.955    | 13.187.867    | 13.756.911    | 14.786.659    | 14.879.584    |
| PROT E BEN AO TRAB.     | 1.951.658     | 2.021.105     | 1.979.553     | 2.324.635     | 2.340.015     |
| EDUCAÇÃO INFANTIL       | 1.560.765     | 1.415.927     | 1.429.060     | 1.494.698     | 1.495.790     |
| PATR. HIST. ART. E ARQ. | 2.034.501     | 1.650.000     | 100.000       | 0             | 0             |
| ASS. AOS POVOS INDÍG.   | 300.000       | 0             | 0             | 0             | 0             |
| SANEAMENTO BÁS. URB     | 3.695.999     | 1.120.000     | 905.026       | 1.198.910     | 1.096.618     |
| DESENV. CIENTÍFICO      | 1.274.024     | 3.072.230     | 1.478.348     | 2.300.824     | 2.433.100     |
| DESENV. TEC. E ENGEN.   | 195.296       | 925.470       | 99.584        | 71.701        | 100.000       |
| DIFUSÃO DO CONHECIM.    | 6.694.093     | 4.367.424     | 3.487.490     | 3.358.348     | 3.350.000     |
| PROMOÇÃO PROD. VEG.     | 7.811.915     | 7.075.496     | 5.676.089     | 5.640.896     | 3.874.370     |
| EXTENSÃO RURAL          | 1.268.000     | 0             | 0             | 0             | 0             |
| TURISMO                 | 3.003.795     | 0             | 0             | 0             | 0             |
| OUTROS ENC. ESP.        | 0             | 0             | 3.000.000     | 2.976.729     |               |
| TOTAL                   | 856.834.449   | 899.642.854   | 976.901.467   | 1.089.877.131 | 1.156.409.327 |
|                         | EXECUÇÃO      | EXECUÇÃO      | EXECUÇÃO      | EXECUÇÃO      | EXECUÇÃO      |
| PLAN. E ORÇ.            | 4.733.701     | 7.972.171     | 6.936.637     | 3.539.449     | 3.677.352     |
| ADM. GERAL              | 624.560.272   | 780.743.450   | 815.379.140   | 890.936.640   | 957.401.006   |
| TECNOL. DA INFOR.       | 11.157.465    | 14.612.379    | 6.153.786     | 7.553.255     | 33.527.389    |
| FORMAÇÃO DE REC. HUM.   | 12.302.387    | 12.917.166    | 20.456.743    | 30.798.310    | 22.050.252    |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL      | 766.741       | 765.860       | 900.175       | 10.329        | 840           |
| POLICIAMENTO            | 0             | 0             | 0             | 0             | 0             |
| COOPER. INTERNAC.       | 2.975.100     | 1.206.990     | 2.559.344     | 2.523.535     | 0             |
| ATENÇÃO BÁSICA          | 11.352.043    | 11.708.913    | 12.523.038    | 13.820.703    | 14.416.291    |
| VIGIL. EPIDEMIO.        | 0             | 0             | 624.240       | 902.797       | 2.145.561     |

| SUBFUNÇÃO               | 2005               | 2006               | 2007               | 2008               | 2009                 |
|-------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| ALIMENT. E NUTRIÇ.      | 11.865.397         | 9.714.079          | 13.275.562         | 13.515.497         | 14.439.582           |
| PROT E BEN AO TRAB.     | 1.508.555          | 1.779.642          | 1.661.417          | 1.768.955          | 2.175.605            |
| EDUCAÇÃO INFANTIL       | 1.194.051          | 1.243.365          | 1.049.856          | 1.147.805          | 1.306.772            |
| PATR. HIST. ART. E ARQ. | 783.012            | 897.895            | 100.000            | 0                  | 0                    |
| ASS. AOS POVOS INDÍG.   | 0                  | 0                  | 0                  | 0                  | 0                    |
| SANEAMENTO BÁS. URB     | 524.780            | 635.107            | 905.026            | 1.198.910          | 0                    |
| DESENV. CIENTÍFICO      | 876.127            | 2.915.389          | 1.345.302          | 1.005.500          | 960.732,00           |
| DESENV. TEC. E ENGEN.   | 96.600             | 386.579            | 0                  | 0                  | 0                    |
| DIFUSÃO DO CONHECIM.    | 5.454.341          | 2.763.662          | 2.574.719          | 753.131            | 542.163              |
| PROMOÇÃO PROD. VEG.     | 5.960.646          | 5.777.213          | 3.745.727          | 3.579.873          | 1.256.901            |
| EXTENSÃO RURAL          | 78.720             | 0                  | 0                  | 0                  | 0                    |
| TURISMO                 | 590.963            | 0                  | 0                  | 0                  | 0                    |
| OUTROS ENC. ESP.        | 0                  | 0                  | 938.733            | 2.677.806          |                      |
| <b>TOTAL</b>            | <b>696.780.901</b> | <b>856.039.860</b> | <b>891.129.445</b> | <b>975.732.495</b> | <b>1.053.900.446</b> |

### Programas Estruturantes

Para a consecução dos objetivos setoriais da gestão ambiental, o MMA possui 17 programas, dentre os quais se destacam: Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas; Qualidade Ambiental; Nacional de Florestas; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; e Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer. São apresentados, a seguir, a execução orçamentária e os principais resultados desses programas.

#### Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas

| LEI + CRÉDITO | EMPENHADO     | LIQUIDADO     | PAGO          |
|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 80.569.098,00 | 60.969.361,00 | 44.601.238,00 | 44.719.465,00 |

O programa Conservação de Bacias Hidrográficas atua por meio de ações integradas, em parceria com comitês e agências de bacias hidrográficas e órgãos gestores de recursos hídricos, com iniciativas próprias voltadas para capacitação de órgãos gestores de recursos hídricos, elaboração de planos de recursos hídricos, fiscalização do uso de recursos hídricos e, ainda, realização de contratos de gestão para aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos nas respectivas bacias. Essa linha de atuação proporcionou o alcance dos seguintes resultados em 2009:

i) Outorga de 1.135 usuários de recursos hídricos, sendo 60% para atividades de irrigação; e cadastramento de 8.341 usuários de recursos hídricos, destacando-se, ainda, a consolidação do cadastro de 300 usuários com regularização de usos (cadastro e outorga) e de cobrança pelo uso, além da migração de aproximadamente 1.350 usuários para o Cadastro Nacional de Recursos Hídricos – CNARH;

ii) Emissão, até o momento, para mais de 25 empreendimentos, do CERTHO – Certificado de Sustentabilidade de Obras Hídricas, instituído pelo Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001, que

avalia a sustentabilidade operacional hídrica do empreendimento de reservação ou adução de água bruta a ser implantado, financiado total ou parcialmente com recursos da União e com custo superior a R\$ 10 milhões. Dentre essas empresas, destaca-se o PISF – Programa de Integração do São Francisco, obra que viabilizará o atendimento de consumo e a geração de empregos para milhares de brasileiros;

iii) Realização de 24 campanhas de fiscalização de usuários outorgados, com a finalidade de verificar a regularidade dos termos e condições da outorga concedida, de dirimir conflitos e, ainda, de apurar denúncias, resultando em 143 usuários vistoriados, com 35 notificações e 22 regularizações, contemplando usuários das bacias dos rios Paraíba do Sul, Grande, Piracicaba, Capivari, Jundiá, Piranhas Açu, Pípiripau, São Francisco, Doce e Tocantins;

iv) Implantação, na ANA, da Sala de Situação, dotada de infraestrutura física compatível com as necessidades de monitoramento dos eventos hidrológicos críticos, em tempo real, que deverá gerar informações necessárias à prevenção de catástrofes;

v) Criação do Comitê único para as bacias dos rios Piranhas-Açu, com o reconhecimento dos dois estados envolvidos, Rio Grande do Norte e Paraíba, um avanço para a gestão de recursos hídricos no país, no âmbito da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

vi) Elaboração das diretrizes para a gestão de recursos hídricos na bacia do Alto Paraguai, a ser aprovada, para a sua efetivação, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH;

vii) Lançamento do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, com previsão de atualização anual. O documento responde à Resolução nº 58 do CNRH e procura respostas para o comportamento dos recursos hídricos do país, tendo como referência o período passado. A série histórica que se formará poderá responder a uma série de indagações e direcionar os investimentos em recursos hídricos de maneira adequada, para suprir as populações de água em quantidade e

qualidade ideais;

viii) Publicação do Atlas Regiões Metropolitanas, que contempla o diagnóstico do abastecimento urbano de água num horizonte que se estende até 2025, constituindo-se em um importante instrumento de planejamento e de alocação de recursos para suprir as cidades com população superior a 250 mil habitantes.

Os indicadores do programa têm por objetivo aferir a efetividade do avanço da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, representado pela variação: área do território nacional e crescimento da taxa da população brasileira atendida com a implantação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, como segue:

| Indicador 1: Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recurso Hídricos, excluída a Bacia Amazônica |            |                        |                        | UNIDADE DE MEDIDA:<br>%             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------------------|------------------------|-------------------------------------|
| ÍNDICE DE REFERÊNCIA (%)                                                                                                                     | DATA       | ÍNDICE APURADO EM 2008 | ÍNDICE APURADO EM 2009 | ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA |
| 1,58                                                                                                                                         | 01/06/2003 | 1,58                   | 1,58                   | 16,96                               |

| Indicador 2: População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos Decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos |            |                        |                        | UNIDADE DE MEDIDA:<br>%             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------------------|------------------------|-------------------------------------|
| ÍNDICE DE REFERÊNCIA                                                                                                                            | DATA       | ÍNDICE APURADO EM 2008 | ÍNDICE APURADO EM 2009 | ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA |
| 5,93                                                                                                                                            | 01/12/2003 | 5,93                   | 5,93                   | 14,34                               |

**Comentários:** Duas bacias hidrográficas tiveram o processo de cobrança instituído até o momento, a saber, do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Para o período deste PPA, está prevista a instalação do processo de cobrança em outras três bacias hidrográficas: São Francisco, Doce e Verde Grande. As cobranças no São Francisco e Doce devem ter início em 2010, representando o alcance mais de 95% para ambos os índices previstos e há boas possibilidades de que se inicie também na bacia do rio Verde Grande, afluente do São Francisco, até o final do PPA, o que significaria o alcance de 100% dos indicadores.

#### Programa Qualidade Ambiental

| LEI + CRÉDITO | EMPENHADO     | LIQUIDADO     | PAGO          |
|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 40.842.137,00 | 21.731.517,00 | 14.769.508,47 | 14.769.508,47 |

O programa tem por objetivo promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas.

No que se refere ao licenciamento ambiental sob a responsabilidade do programa, durante o exercício 2009 foram desenvolvidos novos instrumentos de avaliação ambiental estratégica que estão possibilitando o melhoramento contínuo do processo de licenciamento ambiental nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs e Ibama e, por conseguinte, da gestão ambiental, assegurando condições para o desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

Ainda com o objetivo de melhorar o licenciamento ambiental, destaca-se a participação do Ministério do Meio Ambiente no Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia – MME.

O MMA vem investindo na capacitação dos órgãos ambientais para o mapeamento de áreas de risco de acidentes com produtos perigosos, visando definir mecanismos de prevenção e atendimento à ocorrência de emergências ambientais envolvendo esses produtos. Encontra-se em andamento o mapeamento de

sensibilidade ambiental a derramamento de óleo, com previsão para conclusão em 2010, que inclui os mapeamentos das bacias de Sergipe-Alagoas / Pernambuco-Paraíba, das bacias do sul da Bahia (abrangendo Jacuípe, Camamu-Alamada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba e Mucuri) e da bacia do Espírito Santo, todos no âmbito do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, que abrange 9(nove) agrupamentos de bacias sedimentares marítimas. Foi inaugurado o 1º Laboratório público brasileiro, na área de meio ambiente, com capacidade para a análise de dioxinas e furanos, resultado de convênio firmado entre o MMA e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb.

Finalizada em 2009 a primeira fase do Programa de Registro de Emissões e Transferência de Poluentes – RETP, que é um sistema de levantamento, tratamento e transferência de substâncias e produtos que causam ou têm potencial para causarem danos ou riscos ao meio ambiente e à saúde humana. O RETP contemplará informações sobre emissões de poluentes no ar, na água e no solo, assim como dados sobre resíduos transportados para outras áreas de tratamento e disposição final. Os dados inicialmente virão de fontes pontuais (como as indústrias) e, futuramente, poderão incorporar também fontes difusas (como transporte ou operações agrícolas).

Com relação à atuação do MMA para a proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, destacam-se os projetos que tratam da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo presidente da República no ano de 2009. A Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei

nº 12.187/2009, apresenta dois objetivos principais: (i) reduzir as emissões e fortalecer as remoções de gases de efeito estufa no território nacional, assumindo o compromisso de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases do efeito estufa, entre 36,1% e 38,9%; e (ii) definir e implementar medidas para promover a adaptação à mudança do clima. Como instrumento da Política, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, Lei nº 12.114/2009, terá recursos oriundos da participação especial da receita da produção de petróleo que serão destinados ao financiamento de empreendimentos e apoio a projetos ou estudos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima.

No tocante ao aspecto da qualidade do ar no país, o MMA, no ano de 2009, realizou ações contemplando o controle das fontes móveis e fixas de poluição, como integrantes do Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar realizado em consonância com o Plano Nacional de Mudanças do Clima.

O MMA também continuou desenvolvendo, em 2009, a estratégia de implementação das Convenções. No que se

refere à Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs no Brasil, em 2009 o Ministério obteve recursos do Global Environment Facility – GEF, com aprovação de dois projetos que permitirão a elaboração do Plano Nacional de Implementação e o desenvolvimento da capacidade do país de gerenciar POPs e Bifenilas Policloradas – PCBs. Sobre a Convenção de Roterdã – PIC, destaca-se, com relação ao asbesto/amianto, a publicação da Portaria MMA nº. 43, de 2009, que dispõe sobre a vedação ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados de utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto.

Por fim, pode-se afirmar que a execução do programa promove a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas dos diversos setores produtivos, mediante a articulação institucional, o planejamento conjunto de ações pertinentes aos temas, o fortalecimento de entidades e a modernização e processos de gestão ambiental.

Os indicadores do programa e seus índices são apresentados a seguir:

| DESCRIÇÃO                                                                                                                                                  | ÍNDICE | DATA DE APURAÇÃO |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|------------------|
| Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação (UNIDADE)                                                                             | 52     | 01/2009          |
| Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (UNIDADE) | 657    | 01/2009          |
| Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)                                                                          | 290    | 04/2009          |
| Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)                                                                         | 1.810  | 04/2009          |

Fontes: Ibama, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, MME, MT e Cadastro Técnico Federal do Ibama

Embora tenha ocorrido um número bem menor de violações dos padrões primários de material particulado inalável e ozônio, em relação aos anos anteriores, o número de episódios de ultrapassagem do nível de atenção ocorridos na região metropolitana de São Paulo foi elevado, o que atinge mais de 10% da população brasileira.

Apesar de os índices de material particulado ainda serem elevados em determinadas regiões, o ozônio é hoje a principal preocupação dos gestores públicos que monitoram a qualidade do ar das grandes cidades, não obstante os avanços do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores e da legislação federal sobre emissões veiculares/Proconve.

Trata-se de um poluente secundário cujos precursores são dióxido de nitrogênio, que tem como principal fonte os veículos pesados, e os hidrocarbonetos, oriundos das emissões veiculares e também industriais, sendo a indústria petroquímica uma importante fonte emissora dessa família de poluentes.

Tal fato se verifica claramente nos níveis de ozônio medidos nas regiões metropolitanas de SP e RJ, que concentram grande número de veículos, e nas regiões industriais como Cubatão e Baixada Fluminense, importantes pólos petroquímicos.

Os dados finais do consumo de CFCs e HCFCs só são obtidos no mês de maio de cada ano, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no Cadastro Técnico Federal – CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas, comercializadas ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente. Portanto, os dados apresentados na tabela acima são referentes ao exercício de 2008.

Os HCFCs são considerados substâncias intermediárias na substituição dos CFCs. Assim, optou-se pela introdução de indicador relacionado aos HCFCs.

Atualmente, o Protocolo de Montreal estabelece como meta o congelamento dos HCFCs em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010, redução de 10% do consumo em 2015; 35% em 2020; 67,5% em 2025; 97,5% em 2030 e eliminação do consumo em 2040. Essas substâncias, além do potencial de destruição da camada de ozônio, possuem potencial de aquecimento global.

Apesar das recentes ações governamentais, entre elas os avanços do PROCONVE para veículos leves, a

implementação dos Programas de Inspeção e Manutenção Veicular em São Paulo e o incremento das ações de controle e monitoramento ambiental nas indústrias, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, o aumento no número de veículos em circulação nas

### Programa Nacional De Florestas

| LEI + CRÉDITO | EMPENHADO     | LIQUIDADO     | PAGO          |
|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 65.043.384,00 | 31.991.433,74 | 31.991.433,74 | 31.991.433,74 |

O programa Nacional de Florestas tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores, de modo a ampliar o mercado interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor.

O programa vem se esforçando para conseguir no Bndes novas regras para o financiamento de plantios florestais que contemplem a utilização de espécies nativas, visando, também, obter acesso aos recursos externos oriundos dos Projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Outrossim, foram desenvolvidas ações diversas no Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, como, por exemplo, criação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CR-ad's), voltados para realizar atividades de mobilização e de capacitação técnica; de implantação de experimentos florestais (modelos demonstrativos de recuperação da cobertura vegetal dos biomas); e de promoção de ações de articulação interinstitucional.

Ressalta-se, também, o grande avanço ocorrido com relação à proposição e condução dos projetos financiados por agências internacionais de fomento, mediadas pela Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Com o apoio de organismos internacionais (FAO, PNUD, ITTO e outros) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), estão sendo financiados projetos florestais, patrocinados editais para a seleção de consultores e de projetos, dentre os quais merecem destaque o Edital de Recuperação de Nascentes e Margens dos Cursos D'Água e o de Formação de Agentes Multiplicadores para Assistência Técnica a projetos Florestais.

O Programa participa ainda de uma ampla corrente voltada para a elaboração de um Plano Nacional de Recuperação de áreas Degradadas, juntamente com a Embrapa, Ibama, órgãos estaduais de meio ambiente e organizações não governamentais.

Também foi motor de importantes acontecimentos no campo das mudanças de paradigma para o crédito rural com a criação do Pronaf Florestas, atendendo mais 18 mil produtores rurais, do Propflora, mecanismo de financiamento da recuperação de áreas degradadas.

ruas, principalmente veículos pesados, motocicletas e veículos velhos e também da demanda de crescimento do parque industrial, especialmente a indústria petroquímica e de geração de calor (termelétricas), requerem medidas ainda mais intensas.

Outro horizonte que se abriu com a dinâmica de implementação das metas do Nacional de Florestas foram as agendas de debate sobre serviços ambientais e a importância das florestas para o processo de discussão e para as soluções sobre as mudanças climáticas.

Tanto no contexto das reduções de emissões quanto na aplicação de mecanismos de desenvolvimento limpo, a discussão que envolve as florestas teve origem em estudos e na promoção de ações do programa.

Os avanços tecnológicos alcançados apontam para a expansão e a liderança no conhecimento de silvicultura e para a consolidação das práticas do manejo florestal sustentável das florestas.

Na transferência de tecnologia, destaca-se a força dos programas de fomento de empresas privadas para os pequenos produtores rurais incorporados na produção florestal.

As pesquisas avançam para superar o desafio da silvicultura de espécies nativas e na tecnologia de industrialização da madeira, de forma a gerar cada vez menos resíduos com maiores usos dos produtos da floresta.

Destacam-se, também, os avanços sobre o contexto dos usos não madeiráveis da floresta, debate que permitiu o resgate de conhecimentos tradicionais, a incorporação de pessoas aos sistemas de produção e o reconhecimento da eficiência das boas práticas para o uso e a conservação das florestas.

O programa contribui diretamente para a incorporação de temas voltados para a conservação da biodiversidade de maneira mais ampla, quando incorpora a dimensão e a importância socioambiental dos biomas não florestais como a Caatinga e o Cerrado.

### Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

| LEI + CRÉDITO | EMPENHADO     | LIQUIDADO     | PAGO          |
|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 33.537.361,00 | 25.998.668,15 | 25.998.668,15 | 25.998.668,15 |

Entre as diversas atividades realizadas pelo programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade destaca-se a finalização da proposta de Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas, que compreende o monitoramento, a avaliação e a minimização dos impactos decorrentes dessas espécies no país.

No último trimestre de 2009, foi publicado o livro "Informe sobre as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil".

Essa obra corresponde ao primeiro de uma série de

informes científicos que serão publicados sobre essa temática, representando um enorme avanço na orientação das três esferas do Poder Público para as ações de prevenção, erradicação, controle/manejo e monitoramento das espécies exóticas invasoras no país.

Cumpra também destacar a atuação decisiva do MMA para impedir a revogação da Resolução Normativa nº 05 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, que obriga o monitoramento pós liberação comercial relativa aos efeitos adversos dos organismos geneticamente modificados ao meio ambiente, à biodiversidade e à saúde humana.

Por fim, cabe ressaltar que o MMA vem apoiando ações de pesquisa voltadas ao monitoramento da coexistência entre variedades convencionais e variedades geneticamente modificadas, incentivando também o monitoramento de eventuais contaminações decorrentes da liberação comercial de variedades geneticamente modificadas, particularmente em relação ao milho.

No ano de 2009, foi publicada a Portaria Conjunta nº 316 entre o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, referente aos instrumentos de implementação da Política Nacional da Biodiversidade voltados para a conservação e recuperação de espécies ameaçadas de extinção, sendo estes: as Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção; os Livros Vermelhos das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção; e os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Outra importante iniciativa foi a implementação do projeto GEF “Conservação e Manejo de Polinizadores para a Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica” no Brasil, sob a coordenação internacional da FAO, a coordenação nacional do MMA e a execução pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade - Funbio.

Sobre as ações relacionadas à Implementação da Política Nacional da Biodiversidade, em 2009 iniciou-se o processo de elaboração do 4º Relatório para a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, com término previsto para maio de 2010.

Foram propostos três indicadores que revelam a evolução do status da biodiversidade brasileira: Mudanças no Status das Espécies Ameaçadas; Tendências dos Biomas e Ecossistemas; e Cobertura de Áreas Protegidas.

Este é um passo fundamental para as nossas ações, considerando que o estabelecimento de indicadores constitui um instrumento essencial para o planejamento e gestão, principalmente no que se refere a políticas e à definição de objetivos.

Destaca-se, ainda, a aprovação da resolução que dispõe sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras.

O indicador de desempenho do programa é a Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas.

Considera-se que os esforços para a conservação da biodiversidade brasileira podem ser avaliados na medida em que mais e mais espécies ameaçadas de extinção são manejadas, o que possibilita a redução da quantidade de espécies nessa situação. Esse indicador aponta para o número de espécies que sofrem ações de manejo necessárias para sua recuperação.

Assim, as ações previstas no programa voltadas para a conservação da biodiversidade brasileira podem ter suas eficácias expressas neste indicador.

A expectativa era que ao final de 2009 houvesse, pelo menos, manejo de 50% das espécies ameaçadas de extinção.

Porém, verificou-se que pouco mais de um quarto das espécies ameaçadas de extinção estavam tendo algum tipo de manejo.

Esta taxa aquém do esperado é resultado de quatro fatores: a) os números previstos para ser alcançados foram muito ambiciosos, tendo em vista que, em 2003, apenas 2% das espécies ameaçadas de extinção eram manejadas; b) os recursos destinados para a realização deste programa são constantemente contingenciados, impedindo que haja um apoio mais eficaz das políticas de conservação das espécies ameaçadas; c) o número de espécies ameaçadas de extinção aumentou, tendo em vista a revisão da lista oficial da flora ameaçada de extinção, lançada em 2008, que aumentou o número de 108 para 472; e d) o grande projeto que deve aumentar o desempenho deste programa, denominado Probio II, que tem entre suas metas a elaboração e a implementação de planos de ação para as espécies ameaçadas de extinção, teve seu início atrasado em relação ao planejamento.

O Projeto deveria ter se iniciado em 2007, mas, somente em setembro de 2008, efetivou-se.

Dessa forma, as iniciativas que ele deve apoiar estão atrasadas, resultando em um menor número de ações de manejo para as espécies ameaçadas de extinção.

Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado é o que busca o MMA por meio desse programa.

#### **Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – FLORESCER**

| LEI+CRÉDITO    | EMPENHADO     | LIQUIDADO     | PAGO          |
|----------------|---------------|---------------|---------------|
| 112.890.826,00 | 85.803.135,77 | 75.861.421,77 | 75.861.421,77 |

O objetivo do programa Florescer é promover a queda contínua e consistente do desmatamento ilegal, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros, prevenindo e combatendo o desmatamento ilegal,

queimadas predatórias e incêndios florestais.

Com base nesse objetivo, em setembro de 2009, o MMA apresentou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado, seguindo o modelo do PPCDAM, visando agregar esforços no combate ao desmatamento, queimadas ilegais e, consequentemente, à emissão de gases que contribuam para aumento do efeito estufa, entre outros.

Em 2009, as metas propostas para as ações do programa Florescer foram atingidas por meio do monitoramento das áreas susceptíveis a desmatamento e incêndios florestais, associado às ações de fiscalização em campo.

Assim, as ações de monitoramento e de fiscalização ambiental apresentaram, como resultado, o menor índice de desmatamento dos últimos anos na Amazônia Legal.

O Ibama, no ano de 2009, aprimorou a metodologia de monitoramento e alterou a metodologia aplicada à execução das atividades de fiscalização ambiental, com a ampliação da capacidade logística, pela contratação de empresas, que disponibilizaram viaturas e aeronaves.

Na Amazônia Legal, foram substituídas ações pulverizadas, com pequenos efetivos em sua maioria, por ações melhor estruturadas, com uma quantidade maior de servidores do quadro e de autarquias parceiras, concentrando-se nos municípios prioritários que foram responsáveis por mais de 50% da área desmatada, estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, em consonância com o Decreto 6.321/07.

Observa-se que o Ibama atuou estrategicamente com o intuito de descapitalizar os infratores, pela destinação/alienação dos bens apreendidos, o que potencializa o efeito pedagógico da fiscalização e reduz a sensação de impunidade.

Entre as ações, destacam-se: Caapora (março a abril) e Boi Pirata II (junho a dezembro), no estado do Pará, Portal da Amazônia (abril a dezembro) e Bom Futuro (maio a julho) em Rondônia, Turiawaca (junho a outubro) no Maranhão, além das ações realizadas pela Operação Arco de Fogo, nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, de fevereiro a dezembro de 2009, em conjunto com a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança Pública.

Com base nos resultados de redução de áreas desmatadas na Amazônia Legal, o Ibama poderá elaborar novas metodologias para as operações de fiscalização a serem aplicadas nos demais biomas, respeitando-se as suas peculiaridades.

### 5.1.20. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão executa suas ações nas funções Administração, Encargos Especiais e Previdência Social, merecendo destaque a função Administração, com a maioria das ações executadas nela.

Atua, entre outras competências, na coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, das ações de organização e modernização do estado, na administração de recursos da informação, de informática e de serviços gerais, cartográficos e estatísticos nacionais; na administração patrimonial, nas negociações, no acompanhamento e na avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais e na coordenação da gestão de parcerias público-privadas.

Neste contexto, merecem destaque as ações desenvolvidas que tiveram como escopo o aperfeiçoamento na gestão do processo orçamentário, bem como a sistematização, otimização e aprimoramento do processo de alocação de recursos buscando a melhoria da eficiência e a eficácia das atividades que integram os Sistemas de Planejamento e Orçamento da União.

A execução da política de gestão de pessoal da Administração Pública Federal teve como foco de atuação a democratização das relações de trabalho, a profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal e a política de atenção à saúde do Servidor Público Federal.

A maior expressão dessa política encontra-se na manutenção do diálogo permanente com todas as categorias de servidores públicos federais, por meio de mesas de negociação e grupos de trabalho que discutem a estruturação de carreiras e demais questões atinentes às condições do trabalho.

Como resultado deste processo, as ações concentraram-se na regulamentação dos critérios de desenvolvimento do servidor nas carreiras, bem como das gratificações de desempenho de diversas categorias, previstas nas leis que reestruturaram as carreiras de todo o Serviço Público Federal.

No sentido da profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal, além de cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional, foram criados a carreira de Analista de Infraestrutura e os cargos isolados de Especialista em Infraestrutura, para prover os órgãos executores de programas federais de infraestrutura de profissionais qualificados, além da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, na forma da Lei nº 12.904/09, com 2.400 cargos efetivos de Analista Técnico de Políticas Sociais, cujos servidores atuarão nos Órgãos federais que desenvolvem programas e projetos na área social.

Avançou-se na autorização de concursos públicos, com o objetivo de recuperar a força de trabalho perdida em razão de aposentadorias, evasões e outras circunstâncias, bem

como a substituição dos trabalhadores terceirizados em situação irregular.

Os concursos públicos na esfera federal passaram a contar com uma única legislação e, no ano de 2009, foram autorizados concursos para o preenchimento de 31.702 vagas, com enfoque nas áreas de fiscalização, educação e segurança.

As ações voltadas à organização e à modernização do estado concentraram-se nas áreas de desenvolvimento institucional e organizacional da Administração Pública Federal; proposição e implementação de mecanismos para a melhoria do desempenho institucional; e apoio ao fortalecimento institucional e à melhoria da gestão de estados e municípios.

O ano de 2009 foi declarado, por meio de Decreto, como o Ano Nacional da Gestão Pública (ANGP). Neste contexto, foram realizados o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, o XIV Congresso Nacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e o II Seminário de Ações Compartilhadas PNAGE-PROMOEX.

Em relação ao apoio ao fortalecimento institucional e à melhoria da gestão de estados e municípios, as ações se destinaram a fomentar projetos de modernização e inovação da gestão pública, por meio de apoio técnico e financeiro.

No âmbito dos Sistemas de Administração dos Recursos de Informação e Informática e de Serviços Gerais, as ações buscaram racionalizar a gestão dos recursos, promover a adoção de padrões de normas e de software livre, e integrar ações de governo eletrônico que ampliam a oferta, por meios eletrônicos, de serviços e informações à sociedade.

Neste sentido, foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para 2010/2011, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em colaboração com os Órgãos setoriais do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), com o objetivo de estabelecer as bases para a revisão da política de governança da Tecnologia da Informação do Governo Federal, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação.

Foram consolidados o guia de codificação e o guia de administração de Páginas, Sítios e Portais dos Padrões Brasil e-Gov, os quais correspondem a um conjunto de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas.

O guia de codificação apresenta recomendações de boas práticas em codificação e o guia de administração subsidia a concepção, desenvolvimento, manutenção e administração de sítios de governo eletrônico na esfera federal.

Para conferir mais segurança e agilidade na transmissão de dados, voz e imagem, implementar novos serviços e



reduzir custos, o MP vem mantendo e expandindo a rede Infovia Brasil. Foram conectados 14 novos prédios (20 pontos) do Governo Federal à rede Infovia, em Brasília.

Após quatro anos de implantação, a rede Infovia em Brasília interliga, com fibras óticas, 137 pontos localizados em 95 prédios governamentais, proporcionando a integração de mais de 70 órgãos públicos. Somente no Serviço de Voz, foi alcançada economia superior a R\$ 16 milhões, por meio da contratação e entrega unificada do tráfego de ligações telefônicas originadas em órgãos públicos.

O projeto intitulado *software público*, [www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br), ampliou o número de soluções disponíveis - de 19 para 34, o que tem contribuído em muito para racionalizar a contratação de *software* pela Administração Pública.

Destacou-se, ainda, a criação da comunidade virtual 4CMBR, voltada para a melhoria do uso de TI em prefeituras, que alcança centenas de municípios brasileiros.

O aprimoramento das ações que visem ao aumento do poder de compra do Estado e ao uso intensivo da tecnologia da informação nos processos de aquisição e de contratação de bens, obras e serviços, no âmbito do Governo Federal, são os eixos que fundamentam a estratégia de melhoria da gestão do Governo Federal, fazendo mais e melhor com os recursos disponíveis, evitando o desperdício nos gastos públicos, refletindo, principalmente, no incentivo e otimização do uso do pregão eletrônico como principal ferramenta para alcançar melhores performances de economia, transparência, celeridade e controle social.

O Governo Federal economizou com o uso do pregão eletrônico mais de R\$ 5,5 bilhões, valor estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados.

A evolução dos gastos para compra de bens e contratação de serviços, por meio dessa modalidade licitatória, revelou um crescimento real acumulado de 388%, saltando de R\$ 4,2 bilhões, em 2005, para R\$ 20,5 bilhões, em 2009.

Objetivando dar celeridade ao processo de celebração dos convênios e contratos de repasse, foi implantado o Portal dos Convênios, que representa mais um grande passo em direção à transparência e ao controle social na execução das despesas orçamentárias da União.

Essa iniciativa deve-se não apenas à constatação do Governo Federal quanto à necessidade de um instrumento eficiente e transparente para a operacionalização das transferências voluntárias, mas também atende dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 (LDO 2009) e Acórdãos específicos do Tribunal de Contas da União (TCU).

A execução da política de disseminação de informações de natureza estatística (demográfica e socioeconômica) e de natureza geocientífica (geográfica, cartográfica, geodésica e

ambiental) tem procurado atender às demandas da sociedade e do planejamento de políticas públicas, com a ampliação do escopo temático investigado, a disponibilização da informação em suportes mais flexíveis e a adoção de práticas mais ativas na coleta e disseminação de seus produtos.

Neste contexto, as principais pesquisas realizadas e divulgadas foram: o Censo Agropecuário 2006, a Pesquisa Espacial de Tabagismo (PETab 2008), a Conta Satélite de Saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), o Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal, o segundo volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, enfocando os Sertões, e o mapa Fauna Ameaçada de Extinção: Invertebrados Aquáticos e Peixes 2009.

Além desses trabalhos, disponibilizou-se no portal do IBGE, na Internet, o Posicionamento por Ponto Preciso (PPP), que é um serviço *on line* gratuito, para fornecer coordenadas de alta precisão no Sistema de Referência Geocêntricas para as Américas (SIRGAS 2000) e a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas (RBMC-IP), que fornece coordenadas de melhor qualidade para usuários da Internet sem fio.

Para o acompanhamento da evolução estrutural da economia do país, foram elaboradas pesquisas contínuas, disponibilizando uma série de resultados anuais voltados para os setores de Serviços: a Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Comércio, com a Pesquisa Anual do Comércio (PAC); da Indústria, com a Pesquisa Industrial Anual (PIA/Empresa e PIA/Produto) e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC); e da Agropecuária, com a Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM); a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM); e a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

No âmbito do Sistema de Contas Nacionais, foram divulgadas as Contas Nacionais e as Contas Regionais do Brasil e o Produto Interno Bruto, contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto (PIB do Brasil, dos estados e dos municípios).

Foram também divulgadas as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), permitindo conhecer dados sobre pessoal ocupado total e assalariado e salários pagos nas empresas, nos órgãos da administração pública e em entidades sem fins lucrativos.

Entre os eventos que permearam a fase de planejamento do Censo Demográfico 2010, destacaram-se as seguintes atividades: processo seletivo simplificado para o preenchimento de 33.012 vagas; realização da 2ª Prova-piloto do Censo 2010, que testou os novos itens do conteúdo do questionário e formas diferenciadas de indagar novos e antigos itens; 3ª Reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 2010; desenvolvimento de projeto de treinamento para mais de 240 mil contratados temporários; e Seminário do IBGE sobre o Censo Demográfico de 2010 e a realização do Censo Experimental, que apontou a necessidade de

aprimoramento e mudanças fundamentais em diversos aspectos da operação.

A base territorial para o Censo 2010 integrará os mapas urbanos e rurais e dividirá o país em 289.297 setores censitários. Além disso, a migração da Base Territorial e do Cadastro de Endereços para um ambiente gráfico estruturado em bancos de dados geoespaciais, que será incluído no computador de mão, irá melhor orientar o recenseador no percurso que deverá fazer durante o seu trabalho de campo.

Em relação à administração patrimonial, o patrimônio da União é considerado um recurso estratégico para a implementação de políticas públicas de inclusão social e territorial, de desenvolvimento local e regional, de preservação ambiental e dos programas de infraestrutura que integram o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Neste sentido, o Governo atuou na gestão patrimonial da União, especialmente na utilização de imóveis de sua propriedade nos programas sociais e de infraestrutura, com destaque para as ações de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social.

O conjunto das ações de inclusão sócio-territorial atinge, hoje, mais de 550 mil famílias que vivem em áreas da União.

A regularização fundiária de interesse social, já definida como prioridade do governo no âmbito das ações de urbanização do PAC, ganhou força ao ser aliada ao combate ao desmatamento como ação estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira.

As ações de destinação de imóveis para provisão habitacional buscaram, assim como as de regularização fundiária de interesse social, minimizar os impactos negativos gerados pelo padrão essencialmente especulativo do crescimento urbano, que acaba por combinar a segregação em suas faces social, espacial e ambiental.

No âmbito das negociações, acompanhamento e avaliação de projetos com financiamentos externos de organismos multilaterais e agências governamentais, foi recomendada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), após avaliação criteriosa quanto à adequação das propostas de financiamento com as estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais, a preparação de 84 novos empréstimos externos (53 Cartas-Consulta visando cooperação financeira reembolsável e 31 Termos de Referência para cooperação financeira não-reembolsável), que alcançaram um montante de financiamento da ordem de US\$ 15,9 bilhões.

Desse montante de solicitações, foram contratadas 31 operações de financiamento externo (reembolsáveis e não-reembolsáveis), equivalentes a US\$ 3,7 bilhões. A maior

participação nos recursos coube aos estados (60% e 18 operações), seguidos da União (33% e 5 operações), e dos municípios (7% e 8 operações).

O ano foi de intenso relacionamento com os Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID), em consequência da crise econômico-financeira mundial, iniciada em meados do ano anterior.

O governo brasileiro teve papel relevante na elaboração de propostas voltadas a dotar tais organismos de recursos e instrumentos financeiros que permitiram intervenções efetivas e rápidas na recuperação das economias dos países membros.

Nesse contexto, o Brasil: (i) tornou-se Membro Pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF); (ii) dobrou sua participação no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); (iii) participou das discussões sobre a nona recomposição de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); (iv) aprovou o início das discussões para o sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); (v) formalizou os trâmites internos para a adesão do país ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e (vi) concluiu os trâmites para participar da quarta recomposição de capital do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), bem como participou das negociações para a sua quinta recomposição.

Com vistas a propiciar a coordenação e o aprimoramento da análise sobre a conveniência da participação do país nos organismos internacionais, o Ministério assumiu a responsabilidade pelos pagamentos das contribuições a todos os organismos internacionais dos quais o país é membro, sendo que, em 2009, foram pagos cerca de R\$ 366,5 milhões.

Na área de parcerias público-privadas e infraestrutura, destacaram-se a licitação do primeiro projeto de PPP da esfera federal – Projeto do Consórcio Datacenter – formado pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, para a disponibilização e o gerenciamento de um Complexo Datacenter de alto padrão, em regime de “co-location”, por 15 anos, na cidade de Brasília e a abertura da licitação internacional de outro projeto federal de PPP – Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina/PE, que consiste na implantação de perímetro de irrigação, numa área de 7.862 hectares irrigáveis, com captação de cerca de 7,8 m<sup>3</sup>/s de água no Rio São Francisco, com grande potencial para a fruticultura. Foram ainda discutidos os termos da minuta de edital e contrato do Projeto TV Pública digital entre Ministério do Planejamento, Empresa Brasil de Comunicações – EBC, Casa Civil, Ministério da Fazenda e BNDES, com o objetivo de implementar a TV Pública digital em todo o território nacional por meio de parceria público-privada.

## Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

A execução orçamentária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, composta por três unidades orçamentárias: MP – Administração Direta, IBGE e ENAP, e ainda pelos recursos sob supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dos Encargos Financeiros da União, no ano de 2009, foi da ordem de R\$ 4.095,05 milhões, divididos em três funções: Administração, Encargos Especiais e Previdência Social conforme apresentado no demonstrativo a seguir.

### VALORES EXECUTADOS, POR FUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

R\$ milhões

| FUNÇÃO             | PERÍODO         |               |                 |               |                 |               |                 |               |                 |                |
|--------------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------|
|                    | 2005            |               | 2006            |               | 2007            |               | 2008            |               | 2009            |                |
| ADMINISTRAÇÃO      | 1.209,53        | 68,0%         | 1.770,93        | 74,3          | 2.576,26        | 66,8          | 1.656,69        | 53,2%         | 2.174,25        | 53,1%          |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 13,04           | 0,7%          | 18,17           | 0,8%          | 18,09           | 0,5%          | 11,20           | 0,4%          | 390,55          | 9,5%           |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 555,46          | 31,2%         | 593,70          | 24,9%         | 1.262,50        | 32,7%         | 1.446,23        | 46,4%         | 1.530,25        | 37,4%          |
| <b>TOTAL MP</b>    | <b>1.778,03</b> | <b>100,0%</b> | <b>2.382,80</b> | <b>100,0%</b> | <b>3.856,85</b> | <b>100,0%</b> | <b>3.114,12</b> | <b>100,0%</b> | <b>4.095,05</b> | <b>100,00%</b> |

As funções de destaque, no exercício de 2009, foram Administração com 53,1% do total dos recursos e Previdência Social com 37,4% dos recursos. Dentro da função Administração temos que a principal unidade orçamentária executora foi o IBGE com R\$ 1.087,59 milhões, ou seja, aproximadamente 50% do total, seguido pela Administração Direta com R\$ 1.058,55 milhões (48%). Já na função Previdência Social, a unidade orçamentária que mais executou foi a Administração Direta, R\$ 1.036,64 milhões.

### Função Administração e suas Subfunções – Período 2005 a 2009

O demonstrativo seguinte apresenta os valores executados, na função Administração, no período de 2005 a 2009, por subfunção. Cabe ressaltar que todas as unidades orçamentárias do MP concentram suas atividades na função Administração. Essa função apresentou, em 2009, um crescimento de cerca de 80% em relação ao exercício de 2005, sendo que, em 2006 e 2007, ocorreram aumentos de aproximadamente 46% sobre o ano anterior.

### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                                       | PERÍODO         |                |                 |                |                 |                |                 |                |                 |                |
|-------------------------------------------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
|                                                 | 2005            |                | 2006            |                | 2007            |                | 2008            |                | 2009            |                |
| <b>TÍPICAS</b>                                  | <b>920,04</b>   | <b>76,07%</b>  | <b>1.303,07</b> | <b>73,58%</b>  | <b>1.820,65</b> | <b>70,67%</b>  | <b>1.556,87</b> | <b>93,97%</b>  | <b>1.945,82</b> | <b>89,49%</b>  |
| 121-Planejamento e Orçamento                    | 14,68           | 1,21%          | 185,42          | 10,47%         | 419,36          | 16,28%         | 28,00           | 1,69%          | 162,92          | 7,49%          |
| 122-Administração Geral                         | 775,47          | 64,11%         | 993,11          | 56,08%         | 1.244,36        | 48,30%         | 1.362,26        | 82,23%         | 1.583,03        | 72,81%         |
| 125-Normalização e Fiscalização                 | 0,67            | 0,06%          | 0,14            | 0,01%          | 0,01            | 0,00%          | 0,98            | 0,06%          | 2,23            | 0,10%          |
| 126-Tecnologia da informação                    | 121,18          | 10,02%         | 111,39          | 6,29%          | 127,46          | 4,95%          | 146,31          | 8,83%          | 177,15          | 8,15%          |
| 127-Ordenamento Territorial                     | 1,17            | 0,10%          | 0,83            | 0,05%          | 1,50            | 0,06%          | 2,13            | 0,13%          | 4,01            | 0,18%          |
| 128-Formação de Recursos Humanos                | 6,72            | 0,56%          | 8,49            | 0,48%          | 7,57            | 0,29%          | 12,05           | 0,73%          | 11,42           | 0,53%          |
| 129-Administração de Receitas                   | 0,00            | 0,00%          | 3,69            | 0,21%          | 5,31            | 0,21%          | 3,14            | 0,19%          | 3,36            | 0,15%          |
| 131-Comunicação Social                          | 0,15            | 0,01%          | 0,00            | 0,00%          | 15,08           | 0,59%          | 2,00            | 0,12%          | 1,70            | 0,08%          |
| <b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>                        | <b>289,49</b>   | <b>23,93%</b>  | <b>467,86</b>   | <b>26,42%</b>  | <b>755,61</b>   | <b>29,33%</b>  | <b>99,82</b>    | <b>6,03%</b>   | <b>228,43</b>   | <b>10,51%</b>  |
| 212-Cooperação Internacional                    | 8,52            | 0,70%          | 4,37            | 0,25%          | 1,63            | 0,06%          | 3,05            | 0,18%          | 148,27          | 6,82%          |
| 273-Previdência Complementar                    | 10,13           | 0,84%          | 10,21           | 0,58%          | 11,81           | 0,46%          | 14,31           | 0,86%          | 0,00            | 0,00%          |
| 301-Atenção Básica                              | 18,70           | 1,55%          | 19,60           | 1,11%          | 19,01           | 0,74%          | 19,62           | 1,18%          | 23,14           | 1,06%          |
| 306-Alimentação e Nutrição                      | 22,87           | 1,89%          | 23,65           | 1,34%          | 24,28           | 0,94%          | 24,01           | 1,45%          | 24,46           | 1,12%          |
| 331-Proteção e Benefícios ao Trab               | 9,19            | 0,76%          | 10,37           | 0,59%          | 10,34           | 0,40%          | 10,31           | 0,62%          | 9,63            | 0,44%          |
| 364-E ensino Superior                           | 0,38            | 0,03%          | 0,44            | 0,02%          | 0,47            | 0,02%          | 0,84            | 0,05%          | 0,73            | 0,03%          |
| 365-Educação Infantil                           | 1,11            | 0,09%          | 1,06            | 0,06%          | 0,89            | 0,03%          | 0,93            | 0,06%          | 0,95            | 0,04%          |
| 571-Desenvolvimento Científico                  | 13,21           | 1,09%          | 15,87           | 0,90%          | 18,67           | 0,72%          | 18,99           | 1,15%          | 17,95           | 0,83%          |
| 573-Difusão do Conhec. Científico e Tecnológico | 2,82            | 0,23%          | 3,74            | 0,21%          | 3,61            | 0,14%          | 3,26            | 0,20%          | 3,30            | 0,15%          |
| 845-Transferências                              | 0,40            | 0,03%          | 0,00            | 0,00%          | 0,00            | 0,00%          | 0,00            | 0,00%          | 0,00            | 0,00%          |
| 846-Outros encargos Especiais                   | 202,16          | 16,71%         | 378,55          | 21,38%         | 664,90          | 25,81%         | 4,50            | 0,27%          | 0,00            | 0,00%          |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>1.209,53</b> | <b>100,00%</b> | <b>1.770,93</b> | <b>100,00%</b> | <b>2.576,26</b> | <b>100,00%</b> | <b>1.656,69</b> | <b>100,00%</b> | <b>2.174,25</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Siafi

Observa-se que os gastos da função Administração estão concentrados nas subfunções típicas, cerca de 80% do total dos valores executados no período.

A principal subfunção utilizada foi “122 - Administração Geral”, responsável, em média, por 65% dos valores executados na função ao longo do período em análise.

Em 2009, essa subfunção realizou R\$ 1.583,03 milhões, sendo que 73% desse montante destinou-se ao pagamento de despesas de pessoal.

No ano de 2005, a segunda maior subfunção realizada foi a “126 - Tecnologia da Informação” com 10% do total da função Administração. 76% do montante classificado nessa subfunção referia-se à manutenção dos sistemas estruturantes do MP.

O gráfico a seguir apresenta as subfunções mais significativas em razão do montante de recursos executados no período de 2005/2009.



Nos exercícios de 2006 e 2007, a subfunção “121 - Planejamento e Orçamento” ganhou maior relevância, apresentando aumento de 1.263%, quando passou de R\$ 14,68 milhões em 2005 para R\$ 185,42 em 2006. No ano de 2007, a subfunção realizou R\$ 419,36 milhões, aumento de 226% com relação a 2006.

O crescimento da despesa ocorreu em função do Censo Agropecuário 2006 e da Contagem da População 2006 pelo IBGE. Com o término dessas atividades, em 2008, a subfunção apresentou decréscimo no montante dos valores liquidados. Houve acentuado crescimento novamente em 2009, devido às ações preparatórias para o Censo Demográfico 2010 e para a realização do Censo Experimental, sob responsabilidade do IBGE.

Com relação a subfunção “122 – Administração Geral”, pode-se afirmar que em termos nominais no período de 2005-2009, foram duplicados os recursos nessa subfunção. O aumento dos gastos com pessoal se deu pelos seguintes motivos:

Em 2006, foi criada a Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE; houve o pagamento de 50% da Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG para aposentados. No âmbito do IBGE, realizou-se o concurso público para o cargo de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas

com 649 vagas, ocorreu também a reestruturação da carreira do IBGE, a reintegração de 97 anistiados e o ingresso de 885 servidores de nível médio.

Em 2007, ocorreu a inclusão de 50 Analistas de Planejamento e Orçamento, de 150 Gestores e 281 PCC's; houve o reajuste de cargos em comissão - DAS; e a criação das gratificações de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, de Atividade Executiva – GAE e de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU.

Em 2008, houve a reestruturação das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG, de Analista de Planejamento e Orçamento, e de Pesquisa em Informações Estatísticas; e para o IBGE, ingressaram mais 166 Técnicos e 13 Pesquisadores em Informações Geográficas e Estatísticas; foram reintegrados anistiados e aumentou-se o quantitativo de contratos temporários para a área de Pesquisa.

No exercício de 2009, houve reajuste salarial de carreiras federais e ingresso de 1.008 servidores das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG (60), de Analista de Planejamento e Orçamento - APO (35), de Analistas de Infraestrutura (700), de contratos temporários (208).

Outra subfunção que merece destaque é “846 - Outros Encargos Especiais”, classificada na função Administração - Outras subfunções.

Em 2005, do total de R\$ 202,16 milhões liquidados nessa subfunção, R\$ 154, 48 milhões, ou seja, 76% dos recursos da subfunção, referiam-se a ação “Indenização a Anistiados Políticos (Lei nº 10.559, de 13/11/2002)”.

No ano de 2006, a subfunção apresentou um acréscimo de 87% devido ao aumento nos valores liquidados relativos a Indenização a Anistiados Políticos, que nesse exercício quase dobrou, totalizando R\$ 303,12 milhões.

Em 2007 houve alteração da classificação dessa ação da função “Administração” para a função “Previdência Social”, na subfunção “274 – Previdência Especial”. Tal transferência não é percebida no gráfico acima, visto que no mesmo exercício a ação “Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento – CAF”, recebeu recursos, via crédito extraordinário, com o propósito de transformar o Brasil em acionista especial. O crédito, no montante de R\$ 551,00 milhões, permitiu a aquisição de mais 35.378 ações da série “C”.

O decréscimo fica claro em 2008, quando a subfunção fica composta somente dos recursos das ações de Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento – FAD, Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD e Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA. Em 2009, houve alteração da classificação das ações de Integralizações de Cotas da subfunção “846 - Outros Encargos Especiais”, dentro da função Administração, para a subfunção “212 –

Cooperação Internacional”, também apresentada no gráfico.

#### Função Encargos Especiais e Suas Subfunções – Período 2005 a 2009

O quadro a seguir demonstra os valores executados na função Encargos Especiais, no período de 2005 a 2009,

por subfunção. No período de 2005 a 2008, somente as unidades orçamentárias MP – Administração Direta e IBGE possuem realização. Em 2009, além da Administração Direta e do IBGE, o MP supervisionou a realização dos recursos relativos a Encargos financeiros da União do Órgão 71.000.

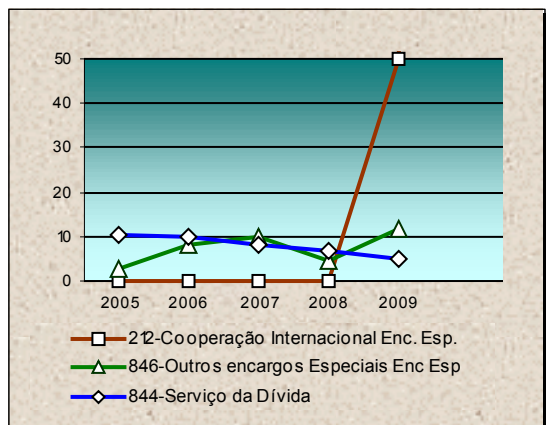
#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

| SUBFUNÇÃO                              | PERÍODO |         |      |         |      |      |      |         |        |        |
|----------------------------------------|---------|---------|------|---------|------|------|------|---------|--------|--------|
|                                        | 2005    |         | 2006 |         | 2007 |      | 2008 |         | 2009   |        |
| ENCARGOS ESPECIAIS                     | 10,30   | 28%     | 9,96 | 37%     | 8,27 | 45%  | 6,86 | 41%     | 378,65 | 46%    |
| 212-Cooperação Internacional Enc. Esp. | 0,00    | 0,00%   | 0,00 | 0,00%   | 0,00 | 0%   | 0,00 | 0,00%   | 373,58 | 98,66% |
| 844-Serviço da Dívida                  | 10,30   | 100,00% | 9,96 | 100,00% | 8,27 | 100% | 6,86 | 100,00% | 5,07   | 1,34%  |

Fonte: Siafi

No caso da subfunção “844 - Serviço da Dívida Externa”, até 2008, as realizações são decrescentes, como mostra o gráfico, e concentraram-se na Amortização e Encargos de Financiamentos da Dívida Contratual Externa, tanto do MP – Administração Direta como do IBGE. Em 2009, somente MP – Administração Direta executou nessa subfunção.

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS, POR SUBFUNÇÃO NO PERÍODO 2005/2009 (EM R\$ MILHÕES)



Com relação à subfunção “846 – Outros Encargos Especiais”, no período de 2005 a 2009, a realização diz respeito aos precatórios pagos pelo IBGE. O aumento de

274% dessa subfunção em 2009 deu-se em razão do Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, da unidade orçamentária MP – Administração Direta. Além disso, a função ganhou expressividade em 2009 com um crescimento de 3.487,05% em relação a 2008, como demonstrado no gráfico, devido à inserção da subfunção “212 – Cooperação Internacional”, com a criação do Programa 0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais.

O crescimento da despesa verificado nesse exercício foi decorrente da transferência de ações referentes aos pagamentos das contribuições a Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento de todo o Poder Executivo do Ministério das Relações Exteriores para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

#### Função Previdência Social e Suas Subfunções – Período 2005 a 2009

A função Previdência Social era composta pelas subfunções “272 – Previdência do Regime Estatutário” e “274 – Previdência Especial” e executada pelas três unidades orçamentárias do MP: MP – Administração Direta, IBGE e ENAP em 2009.

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

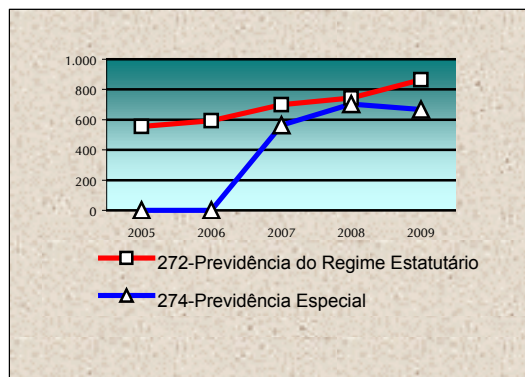
| SUBFUNÇÃO                             | PERÍODO |         |        |         |        |         |         |         |         |         |
|---------------------------------------|---------|---------|--------|---------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                                       | 2005    |         | 2006   |         | 2007   |         | 2008    |         | 2009    |         |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL                    | 555,46  | 100,00% | 593,70 | 100,00% | 1262,5 | 100,00% | 1446,23 | 100,00% | 1530,25 | 100,00% |
| 272-Previdência do Regime Estatutário | 555,46  | 100,00% | 593,70 | 100,00% | 699,83 | 55,43%  | 742,92  | 51,37%  | 863,89  | 56,45%  |
| 274-Previdência Especial              | 0,00    | 0,00%   | 0,00   | 0,00%   | 562,67 | 44,57%  | 703,31  | 48,63%  | 666,36  | 43,55%  |

Fonte: Siafi

Nos anos de 2005 e 2006 a alocação de recursos nessa função ocorria em sua totalidade na subfunção "272 – Previdência do Regime Estatutário", na ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

A partir de 2007, foi incluída no orçamento do MP a subfunção "274 – Previdência Especial", executada pela Administração Direta, com objetivo de pagar os valores retroativos a anistiados políticos civis (Lei nº 11.354/2006), e a indenização a Anistiados Políticos (Lei nº 10.559/2002), acarretando um aumento da despesa, que apresentou uma variação de 212% em relação a 2006, conforme demonstrado no gráfico seguinte.

**VALORES EXECUTADOS NAS SUBFUNÇÕES  
NO PERÍODO 2005/2009  
(VALORES EM R\$ MILHÕES)**



Os Programas que tiveram maior impacto nos resultados da atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estão assim distribuídos:

| PROGRAMA                                                                           | R\$ 1,00         |            |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------|
|                                                                                    | (LOA + CRÉDITOS) | EMPENHADO  |
| 0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União                        | 60.164.223       | 23.000.196 |
| 1088 - Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública                              | 63.842.750       | 49.496.639 |
| 1054 - Gestão de RH e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público (*) | 265.995.001      | 70.340.697 |
| 0798 - Compras Governamentais                                                      | 39.850.000       | 39.847.238 |
| 0794 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União                                   | 57.887.651       | 49.326.085 |

Fonte: Siafi, 12/1/2010

(\*) No valor do Programa, são consideradas as reservas da SOF para eventuais despesas com pessoal e encargos da União.

O Programa de Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos, com o objetivo de gerir o Plano Plurianual e os Orçamentos da União, de forma integrada e articulada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público, teve papel importante para a consecução do objetivo setorial de conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão.

Neste sentido, foi elaborado o Relatório "Avaliação da Dimensão Estratégica", que compreende uma análise do andamento das políticas prioritárias de maior impacto para a estratégia de desenvolvimento do país, com a finalidade de conferir transparência ao desempenho dos objetivos estratégicos de Governo. Este documento teve como base a Avaliação dos Programas do PPA 2008-2011 (ano base 2008), elaborada pelos Órgãos Setoriais.

Foram desenvolvidas ações e atividades que tiveram como escopo o aperfeiçoamento na gestão do processo orçamentário, bem como a sistematização, otimização e aprimoramento do processo de alocação de recursos, como a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que unifica o Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan), o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) e o Sistema Integrado das Empresas Estatais (SIEST), buscando a melhoria operacional, a integração de processos e a eliminação da duplicidade de informações, divulgando, tempestivamente,

informações gerenciais e estratégicas dos processos de planejamento e orçamento.

Visando à melhoria dos instrumentos de monitoramento do PPA, foi desenvolvido um sistema de relatórios que possibilita a consulta a dados de monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan - [www.sigplan.gov.br](http://www.sigplan.gov.br)), do Sistema de Monitoramento do PAC (SisPAC - [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)) e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP - [www.siop.planejamento.gov.br](http://www.siop.planejamento.gov.br)).

Ademais, foram realizados estudos que viabilizaram a elaboração da versão preliminar de um Marco Conceitual, um Guia Metodológico e um Guia de Referência para fins de construção de indicadores de programas do PPA.

Foram iniciados trabalhos de construção de uma Matriz de Sustentabilidade para os estados brasileiros, consistindo na avaliação e proposição de uma carteira de indicadores para os estados, permitindo estabelecer comparações entre os estados brasileiros e possibilitando indicar as prioridades para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Os resultados da matriz de Sustentabilidade podem ser utilizados como referência no processo de alocação de recursos, bem como podem balizar a mobilização de atores, como os Órgãos Setoriais e Unidades da Federação, em torno da temática do desenvolvimento territorial.



Foi realizado, também, estudo sobre a distribuição espacial dos recursos do PAC, com o objetivo de verificar se essa distribuição contribui para a interiorização ou a litoralização do país.

Foi elaborado, ainda, um estudo aprofundado das características dos municípios que foram selecionados como pólos de referência, com o objetivo de traçar um perfil de cada uma das vinte e nove cidades, associando um conjunto de informações padronizadas, a partir de dados de *Regiões de influência das cidades* – REGIC, atualizado em 2007, com informações específicas de cada cidade, relacionadas com sua vocação produtiva, logística, turística e cultural, bem como aspectos da qualidade de vida (saúde, saneamento e habitação) e educação da população local.

O Programa Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública, cujo objetivo é promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública, com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos, contribui para o objetivo setorial de promover a gestão pública eficiente e efetiva, com vistas a tornar a administração pública ética, transparente, participativa e descentralizada.

Neste sentido, o Programa constitui um centro de geração e implementação de novas práticas e mecanismos voltados para a concepção e institucionalização de modelos de gestão promotores da cidadania, com ações voltadas para a transformação da gestão pública e implantação de mecanismos de controle social sintonizados com as políticas de governo.

Há quatro frentes estratégicas de atuação do Programa:

- (1) desenvolvimento institucional: por meio de ações de coordenação, orientação, supervisão e elaboração de políticas e diretrizes de governo para a gestão pública;
- (2) articulação: por meio da gestão de parcerias e apoio a ações de modernização institucional;
- (3) fomento gerencial: por meio de medidas de desenvolvimento gerencial, tais como capacitação, gestão do conhecimento, entre outros; e
- (4) assistência técnica e cooperação financeira.

Dentro dessas formas de atuação, o ano de 2009 foi declarado, por meio de Decreto, como o Ano Nacional da Gestão Pública, com a realização do 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, que congregou parceiros estratégicos do setor público, do setor privado e do terceiro setor, em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília sobre Gestão Pública.

O evento marcou o lançamento da Agenda Nacional da Gestão Pública, que contém uma série de iniciativas inovadoras para melhorar a gestão e do novo Portal do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização ([www.gespublica.gov.br](http://www.gespublica.gov.br)), que reuniu os principais atores em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília e os diálogos acerca de uma estratégia nacional de ação em prol da melhoria da gestão pública.

Destacaram-se as seguintes iniciativas de Gestão: a Carta de Serviços ao Cidadão; o Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o software Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; o Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios e o Guia Básico de Gestão Municipal; a minuta de Projeto de Lei para regulamentar a contratualização de desempenho; e o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão.

No âmbito do Programa GesPública, foram desenvolvidas iniciativas, como: Rede Nacional da Gestão Pública; Simplificação do Atendimento ao Cidadão; Guia para Elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão; Manual de Avaliação de Satisfação e Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; Integração das Bases de Dados; Centrais de Atendimento Integrado ao Cidadão; Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF); e Semana Orçamentária Federal.

Foi realizado o XIV Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, que teve por objetivo apresentar e discutir experiências e pesquisas sobre administração pública.

Foram estabelecidas diretrizes para a supervisão da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e construída uma proposta para reorientação da sua gestão, além da instituição do programa de tutoria para acompanhamento do estágio probatório dos novos EPPGG.

No que diz respeito à substituição de trabalhadores terceirizados em situação irregular no Poder Executivo Federal, foram autorizados concursos para substituir o equivalente a 70,2% do total de 13.040 desses servidores, informados pelos Ministérios e Órgãos da Presidência da República, em situação irregular na Administração Direta.

No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), foi viabilizada a assinatura do acordo de cooperação entre os Ministérios do Planejamento e da Previdência Social, com o CONSAD, para a realização do cruzamento de bases de dados sobre servidores, no intuito de evitar acumulações indevidas de remuneração por servidores públicos.

No Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Tribunais de Contas dos Estados, Municípios e Distrito Federal (PROMOEX), foram implantados o Portal e a Rede Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil ([www.controlepublico.org.br](http://www.controlepublico.org.br)), disponíveis a todos os segmentos da sociedade. Foi apoiada a implantação, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), dos registros de convênios vinculados a empréstimos externos.

Referente ao Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil (PRODEV), foi elaborado o Plano de Ação para o Fortalecimento da Gestão para Resultados no Brasil e, em parceria com o BID e a ESAF, foram realizadas duas edições do “Curso

Nacional sobre Gestão para Resultados para a Efetividade do Desenvolvimento para os Estados Brasileiros”.

Foi realizado, no âmbito do Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Seleccionados para a Redução da Pobreza (Projeto Brasil Municípios), encontro com Prefeitos Municipais, com a promoção de debates relacionados ao desenvolvimento local e regional e gestão municipal e apresentação de casos de cidades brasileiras e européias.

No âmbito do Projeto Brasil Município, foram desenvolvidas atividades, com o objetivo de contribuir para o aumento da efetividade e dos impactos das políticas, programas e projetos formulados ou implementados em municípios, por meio da melhoria das capacidades institucionais das administrações municipais. Suas ações são voltadas, principalmente, a municípios das regiões Norte e Nordeste.

O Projeto atuou em três eixos: Capacitação, Associativismo e Assistência Técnica. Foram desenvolvidos os módulos de “Gestão Financeira” e de “Planejamento e Gestão por Resultados”, sendo realizados 11 cursos, com a capacitação de 298 pessoas, entre técnicos, gestores e professores de 52 municípios das regiões Norte e Nordeste.

Nos eixos de Associativismo e Assistência Técnica foram realizados: o Seminário Internacional “Consórcios Públicos: Avanços e Perspectivas”; o início dos estudos de caso sobre as tipologias de arranjos associativos no Brasil; e os Encontros Técnicos nas cidades de Recife/PE, João Pessoa/PB, Aracaju/SE e Salvador/BA, com representantes dos municípios envolvidos no Projeto.

O Programa de Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público tem por objetivo garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos, para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas.

Neste sentido, foi mantido o diálogo permanente com todas as categorias de servidores públicos federais, por meio de mesas de negociação e grupos de trabalho que discutiram a estruturação de carreiras e demais questões atinentes às condições do trabalho, que resultaram em 4 projetos de lei, conferindo aumentos de remuneração e adequando as carreiras às novas diretrizes da política de gestão de pessoas.

Com o objetivo de formar servidores públicos para a área de negociação coletiva e democratização das relações de trabalho, foi ofertado o Curso de Especialização a Distância em Negociação Coletiva, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A primeira turma, com aproximadamente 500 alunos, está prevista para concluir no segundo semestre de 2010.

Como forma de profissionalização de servidores públicos federais, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos na Administração Pública Federal, com o objetivo de aprimorar a Política de Recursos Humanos implementada pelo Governo Federal, que contou com 1.054 participantes, entre dirigentes dos Órgãos que compõem o Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) e representantes das entidades sindicais signatárias do Sistema Nacional de Negociação Permanente (SINNP) e da sociedade civil.

Considerando a política de Seguridade Social e Benefícios do servidor público federal como um conjunto de ações voltadas para a saúde do servidor em seu sentido mais amplo, foi intensificado o processo de construção coletiva desta política com encontros, oficinas, reuniões com as áreas de recursos humanos, técnicos de saúde e entidades sindicais, com o escopo de compartilhar experiências, dificuldades e projetos.

Para enfrentar o desafio proposto, foi instituído o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor (CGASS), regulamentados pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

O SIASS, como sistema estruturante, possibilita a elaboração de normas, a padronização de procedimentos e a racionalização de recursos, com uso de informação para ação, projetos de formação e canais de comunicação.

A organização do SIASS tem exigido uma política de comunicação para o compartilhamento de informações e a troca de experiências relacionadas com as questões ligadas à saúde do servidor.

Para tanto, foram implantados o Portal SIASS e o Boletim de Saúde do Servidor, com o objetivo de integrar e divulgar ações, legislações, dicas de saúde, notícias, artigos, eventos e toda informação necessária para o fortalecimento da construção coletiva da Política de Atenção à Saúde do Servidor.

Foram desenvolvidas, ainda, várias atividades de atenção à saúde do servidor, como: implantação do Sistema de Informações Siape-Saúde - módulo de perícia oficial em toda a Administração Pública; implantação do Prontuário Eletrônico nos serviços que realizam perícia; instituído o exame médico periódico para todos os servidores; criação das Unidades do SIASS, em fase de implantação em 18 (dezoito) estados e que deverá ser oportunamente estendida a todas as Unidades da Federação; universalização do benefício da assistência médico-odontológica para todos os servidores federais e tornado isonômico entre todos os entes do Poder Executivo.

O Programa Compras Governamentais, com o objetivo de otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normatizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais, com a implementação do conjunto de ações que o integra, tem papel importante na consecução do objetivo de melhorar



os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, com impactos positivos sobre a redução de custos e a transparência com vistas ao controle social.

O Governo continuou a envidar esforços para atender a demandas de sistemas e projetos de logística pública, dando continuidade às ações de manutenção e evolução dos sistemas de compras governamentais - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG/ComprasNet) e de desenvolvimento de novo sistema de transferências voluntárias da União (Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias - SICONV/Portal de Convênios), a fim de alcançar melhores níveis de transparência, controle, redução de custos operacionais, agilidade e economicidade.

O uso do sistema eletrônico de compras públicas permite que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos pregões eletrônicos e as presenciais em tempo real, por meio do endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

O pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos.

Neste sentido, destacaram-se como principais resultados as evoluções do SIASG/COMPRASNET, com a implantação do módulo para consultas gerenciais no Sistema de Cartão de Pagamento (SCP); inclusão do campo para informação do valor estimado na ata dos pregões presenciais; adequação do Pregão Eletrônico para não permitir suspensão dessa licitação que restrinja o direito de registro de intenção de recorrer; implantação de funcionalidade para permitir que usuários (fornecedores e sociedade em geral) visualizem a Planilha de Formação de Preços durante a execução de pregões eletrônicos; implantada a funcionalidade para permitir validação de dados do cadastro de usuários do Sistema de Divulgação Eletrônica (SIDEC - certificação digital); inclusão no módulo Sistema de Minuta de Empenho (SISME) todas as espécies de empenho que são contempladas no Sifafi; implantada a possibilidade de inclusão de contratos de execução de convênios anteriores a 2005; implantada a funcionalidade para permitir sub-rogação de convênios; disponibilizado no código para registro e publicação de dispensa de licitação para outras hipóteses legalmente previstas além da Lei nº 8.666/93; criado o subsistema Sessão Pública para realização informatizada das licitações previstas na Lei nº 8.666/93; permissão de consulta termos aditivos e apostilamentos de contratos; constituído Banco de Pregões (presenciais e eletrônicos) abandonados, revogados ou anulados, para consultas e eventuais reaberturas.

O SICONV/Portal de Convênios deu continuidade às ações de desenvolvimento do sistema informatizado para realização das atividades inerentes às transferências voluntárias da União a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, com a revisão e a melhoria de diversas funcionalidades já disponibilizadas e implantação de novos módulos operacionais, tais como: Execução, Consórcio Público, Consultas Gerenciais e Integração com a CAIXA para contratos de repasse.

O SICONV é destinado a viabilizar aos Órgãos repassadores (concedentes) e aos Órgãos recebedores (convenientes) dos recursos, o gerenciamento on-line da execução de todas as transferências voluntárias, contribuindo, assim, para a agilidade e a correta aplicação dos recursos, ao proporcionar total transparência, redução de custos operacionais, desburocratização, maior fiscalização e controle social, além de igualdade de oportunidades no acesso a esses recursos.

Este Sistema atende a todo o ciclo-de-vida das operações de transferência voluntária, da oferta de recursos até a prestação de contas e opera de forma integrada a outros sistemas estruturadores do Governo Federal, com destaque para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), com os Cadastros de Pessoa Física e Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil, com a Imprensa Nacional e com as instituições bancárias públicas federais.

Ademais, foram capacitados 22.570 usuários para utilização dos sistemas de compras eletrônicas e de módulos operacionais do SIASG/COMPRASNET, SICONV/Portal de Convênios e do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP.

O Programa Gestão do Patrimônio Imobiliário da União tem por objetivo identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável.

Contribui para o objetivo de garantir que o patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial.

Foram desenvolvidas ações com foco na gestão patrimonial da União, especialmente na utilização de imóveis para provisão habitacional e regularização fundiária de interesse social, bem como para a garantia dos direitos das populações tradicionais.

Neste sentido, foi realizado um Auto de Demarcação para fins de regularização fundiária de interesse social, na área do Projeto Porto do Capim, com uma área de 29.462,21 m<sup>2</sup>, em João Pessoa/PB.

Foram demarcadas, também, áreas localizadas em terrenos de Marinha e marginais de rios federais, envolvendo a identificação e a avaliação de imóveis, inclusive para a instalação de plataformas marítimas, em acompanhamento aos investimentos do PAC e do Programa da Amazônia Sustentável e Amazônia Legal (PAS).

Foram regularizados 6.532 imóveis em assentamentos em áreas públicas federais, titulando 8.414 famílias.

Foram declaradas 80 áreas como de Interesse do Serviço Público, nos estados de SP, MG e PR.

Houve o cadastramento de 27 mil famílias e emissão de 6 mil títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) em áreas da União ocupadas informalmente, na cidade de Belém/PA.

No âmbito do Projeto Nossa Várzea, foi realizada a primeira doação de área urbana da União (465 hectares), ao município de Porto Velho, beneficiando cinco mil famílias. Foram entregues 13.491 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas em 23 municípios do estado do Pará e 58 às famílias ribeirinhas no município de Mazagão/AP.

As comunidades tradicionais agroextrativistas da Amazônia Brasileira têm no Projeto Nossa Várzea – Sustentabilidade e Cidadania na Amazônia Brasileira, importante política pública de reconhecimento da posse e inclusão produtiva.

Foram transferidos três imóveis da União ao Incra, com área total de 10.636 hectares, beneficiando cerca de 355 famílias, nos municípios de Arame/MA, Cruz do Espírito Santo/PB, Canoinhas/SC e RA Sobradinho/DF, no âmbito do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Neste sentido, foram criados Grupos de Trabalho Estaduais, no âmbito do Projeto “Minha Casa, Minha Vida”, em apoio à habitação em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, compostos pelas Superintendências do Patrimônio da União (SPU), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e representantes indicados por todos os outros segmentos do Conselho Nacional das Cidades, inclusive os movimentos populares, trabalhando juntos na identificação de imóveis, tornando realidade a gestão democrática do patrimônio público da União.

Como resultado, já foram reservados para provisão de habitação popular, 65 imóveis em Minas Gerais, Paraná e São Paulo, como também imóveis em áreas centrais, como o caso da ocupação Chiquinha Gonzaga, no centro do Rio de Janeiro, que beneficiou 66 famílias de baixa renda.

Foi constituído, também, Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério das Cidades, composto pela Casa Civil, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ministério das Cidades, CAIXA, Secretaria de Patrimônio da União/MP e representações dos quatro Movimentos Nacionais de Luta pela Moradia: União Nacional de Luta por Moradia Popular (UNMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e Central de Movimentos Populares (CMP), em apoio à promoção do direito à moradia, com a aquisição de imóveis do INSS, disponíveis para alienação, com a identificação de 25 imóveis passíveis de compra.

Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que incluiu o acesso a serviços por meio da Internet.

Como resultado, tem-se verificado sucessivo incremento nominal na arrecadação passando de R\$ 261,6 milhões, em 2006, para R\$ 549,2 milhões, em 2009.

Foram expedidas 56.230 Notificações por Aviso de Recebimento, com o propósito de impedir a prescrição de débitos patrimoniais e foi feito o acompanhamento das cobranças patrimoniais, com inscrição de 32.410 débitos em Dívida Ativa da União (DAU), onde foram cobrados, prioritariamente, os maiores devedores.

### 5.1.21. Função Trabalho

Nos últimos anos, o nível de emprego formal celetista vem evoluindo de maneira bastante significativa. Em 2009, seguindo essa linha de crescimento, foram gerados cerca de 995.110 empregos celetistas, mesmo com os efeitos da crise financeira internacional. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2003 a 2009 foram criados cerca de 11,8 milhões de empregos formais. A taxa de desemprego no Brasil, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apresentou declínio entre 2007 e 2008, ao passar de 8,1% para 7,1%, atingindo o menor patamar da década. Em paralelo, foram incluídos no mercado de trabalho formal, em 2009, 588.680 trabalhadores na área urbana e 98.431 trabalhadores rurais que estavam laborando sem carteira assinada. Além disso, foram libertados 3.571 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão e 26.403 pessoas com deficiência foram inseridas pela ação da fiscalização do trabalho, ultrapassando a barreira de 100 mil trabalhadores

com deficiência inseridas no período de janeiro de 2005 até dezembro de 2009. No ano, foram qualificados cerca de 95 mil trabalhadores, sendo que quase metade proveniente do Programa Bolsa Família. Já o volume de recursos para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial aumentou significativamente, devido ao aumento do salário mínimo e aos efeitos da crise internacional. O sistema para a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, passou por evoluções tecnológicas, de forma a promover uma maior segurança e melhorar o relacionamento com o cidadão.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento também expandiu suas atividades, implantando novos Centros de Formação em Economia Solidária – CFES – e qualificando um número maior de agentes para acompanhar e apoiar empreendimentos econômicos solidários, ampliando o escopo de trabalhadores atingidos pelo programa.

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO: TRABALHO – 2005 A 2009

| TRABALHO | EMPENHADO      |                |                |                |                |                |
|----------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|          | 2005           | 2006           | 2007           | 2008           | 2009           | TOTAL          |
| OFSS     | 12.664.594.478 | 16.520.562.730 | 19.719.232.002 | 21.666.166.448 | 27.265.641.706 | 97.836.197.364 |

Fonte: Siafi Gerencial

#### FUNÇÃO: TRABALHO - EMPENHOS LIQUIDOS - 2005 A 2009

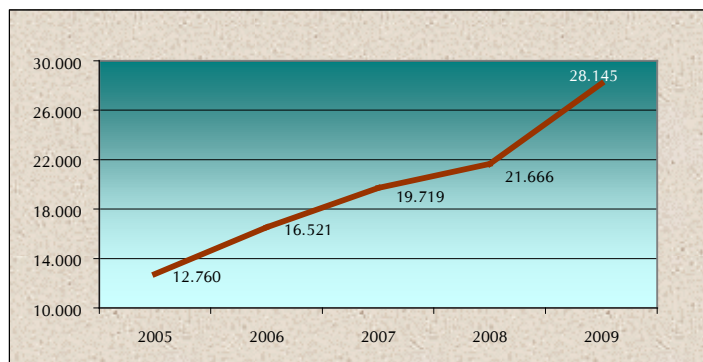
em R\$ mil

| Subfunção                                | 2005              | 2006              | (%)        | 2007              | (%)        | 2008              | (%)        | 2009              |
|------------------------------------------|-------------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|
| 122 ADMINISTRACAO GERAL                  | 824.637           | 932.706           | 13%        | 1.044.496         | 27%        | 200.898           | -76%       | 171.543           |
| 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA             | 88.019            | 219.917           | 150%       | 225.973           | 157%       | 172.090           | 96%        | 72.975            |
| 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO          | 20.698            | 20.880            | 1%         | 23.489            | 13%        | 17.278            | -17%       | 23.370            |
| 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO             | 92.465            | 72.060            | -22%       | 60.744            | -34%       | 56.309            | -39%       | 64.890            |
| 301 ATENCAO BASICA                       | 17.281            | 12.603            | -27%       | 15.595            | -10%       | 14.285            | -17%       | 16.897            |
| 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO               | 11.877            | 11.645            | -2%        | 11.794            | -1%        | 0                 | -100%      | 0                 |
| 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR | 11.409.903        | 14.955.217        | 31%        | 17.989.349        | 58%        | 20.726.204        | 82%        | 27.171.792        |
| 332 RELACOES DE TRABALHO                 | 6.956             | 10.525            | 51%        | 12.806            | 84%        | 16.989            | 144%       | 11.926            |
| 333 EMPREGABILIDADE                      | 264.893           | 263.091           | -1%        | 287.112           | 8%         | 240.692           | -9%        | 247.669           |
| 334 FOMENTO AO TRABALHO                  | 7.994             | 7.295             | -9%        | 25.338            | 217%       | 18.277            | 129%       | 26.904            |
| 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS         | 0                 | 0                 | -          | 0                 | -          | 120.213           | -          | 317.709           |
| 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO           | 7.043             | 7.848             | 11%        | 11.787            | 67%        | 11.371            | 61%        | 11.439            |
| <b>TOTAL DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES</b>   | <b>12.751.767</b> | <b>16.513.787</b> | <b>30%</b> | <b>19.708.482</b> | <b>55%</b> | <b>21.594.607</b> | <b>69%</b> | <b>28.137.113</b> |
| <b>TOTAL GERAL DA FUNÇÃO</b>             | <b>12.759.749</b> | <b>16.520.563</b> | <b>29%</b> | <b>19.719.232</b> | <b>55%</b> | <b>21.666.166</b> | <b>70%</b> | <b>28.144.812</b> |

Observação: Variações referem-se ao ano de 2005

Fonte: SIAFI

#### EVOLUÇÃO DO EMPENHO LÍQUIDO DA FUNÇÃO TRABALHO (EM R\$ MILHÕES)



## Resultados Alcançados Por Programas Estruturantes no Âmbito da Função Trabalho

### Programa Rede de Proteção ao Trabalho

O programa Rede de Proteção ao Trabalho, integrante do Plano Plurianual 2008-2011, tem como objetivo reduzir a precariedade das relações de trabalho. Para alcançar este objetivo, um conjunto de ações de inspeção do trabalho integra o programa, das quais merecem destaque: “Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS”; “Fiscalização do Trabalho no Campo”; “Inserção de Aprendizizes no Mercado de Trabalho” e “Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho”.

O indicador do programa é *Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados*, relação percentual entre o número de itens da legislação trabalhista irregulares regularizados na ação fiscal e o número de itens da legislação trabalhista encontrados pela fiscalização em situação irregular. Em 2009 o índice final apurado foi 81,43%, quando o índice previsto era 90,50%. Cumpre registrar que a série histórica deste índice gira em torno de 86%. A fiscalização do trabalho, devido a alterações legislativas, teve que alterar o foco de suas ações, priorizando as empresas de médio e grande porte com indícios de irregularidades. Assim, a possibilidade de alcançar o índice previsto tornou-se difícil, pois nem sempre se consegue eliminar as situações irregulares encontradas, sendo necessária a lavratura de autos de infração e de notificações de débitos.

O MTE, por intermédio da Auditoria Fiscal do Trabalho, atuou para incluir, no mercado de trabalho formal, milhares de trabalhadores em 2009. Entre janeiro e dezembro, mais de meio milhão de trabalhadores (588.680 - soma dos resultados alcançados nas duas primeiras ações citadas no primeiro parágrafo) foram registrados sob ação fiscal, o que representou 38,3% do total de empregos gerados no período, segundo o CAGED. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seus vínculos de emprego formalizados.

A maior presença fiscal no campo pode ser medida pela ampliação dos vínculos trabalhistas formalizados. Entre janeiro e dezembro, a auditoria trabalhista registrou, sob ação fiscal, 98.431 trabalhadores rurais. A maior presença da auditoria trabalhista no campo estimula o cumprimento voluntário da legislação trabalhista e contribui para inibir a prática de submeter trabalhadores à condição análoga a de escravo.

A formalização do vínculo empregatício assegura ao trabalhador os direitos trabalhistas e previdenciários, com grande impacto em sua renda, pois há o depósito mensal do FGTS em sua conta vinculada, recolhimento da contribuição previdenciária, pagamento de décimo terceiro salário, férias, repouso semanal remunerado, entre outros direitos. Além desses benefícios diretos, o esforço da fiscalização implica um aumento da arrecadação,

principalmente no que diz respeito ao FGTS, contribuição previdenciária e salário educação.

A inspeção verificou, de janeiro a dezembro, a arrecadação ao FGTS em 224.954 empresas. A presença fiscal nas empresas resultou em mais de um bilhão e quatrocentos milhões de reais (R\$ 1.474.392.000,00), entre valores notificados e recolhidos sob ação fiscal. O número de notificações de débito emitidas foi de 13.880.

O aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho via fiscalização do cumprimento de cotas legais para aprendizizes nas empresas manteve-se como objetivo da auditoria trabalhista em 2009. Até dezembro, 68.926 aprendizizes foram inseridos pela ação da fiscalização no mercado de trabalho.

A fiscalização do cumprimento da cota de pessoas com deficiência possibilitou, em 2009, a inserção no mercado de trabalho de 26.403 pessoas com deficiência nas empresas com 100 ou mais empregados fiscalizadas com este fim. No período de janeiro de 2005 até dezembro de 2009, o MTE ultrapassou a barreira de 100 mil trabalhadores com deficiência inseridos no mercado formal pela inspeção do trabalho (107.325).

O projeto piloto de incentivo à aprendizagem de pessoas com deficiência é um dos eixos da estratégia do MTE para elevar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Integrante da agenda social do Governo Federal, o projeto tem como objetivo a ampliação da participação de pessoas com deficiência em programa de capacitação profissional pelo instituto da aprendizagem. Cabe ressaltar que a falta de capacitação profissional adequada é o principal argumento evocado por empregadores para a não integralização das cotas para pessoas com deficiência.

#### VALORES EMPENHADOS PROGRAMA REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO 2005/2009

| em R\$ milhões |       |       |       |       |        |
|----------------|-------|-------|-------|-------|--------|
| 2005           | 2006  | 2007  | 2008  | 2009  | TOTAL  |
| 20,86          | 19,83 | 19,39 | 20,25 | 25,20 | 105,53 |

Fonte: SIGPlan

### Erradicação do Trabalho Escravo

O programa Erradicação do Trabalho Escravo, integrante do Plano Plurianual 2008-2011 tem como objetivo erradicar a prática de exploração do trabalho escravo no país.

O indicador do programa é *Número de Trabalhadores Libertados*. Em 2009, foram 3.571 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, superando o número previsto para o ano (3.000).

De janeiro a dezembro de 2009, a auditoria trabalhista realizou 141 operações específicas de combate ao trabalho escravo, compreendendo 324 estabelecimentos fiscalizados e resultando no resgate de 3.571 trabalhadores da condição análoga a de escravo. Do total de libertados,

cerca de 72% receberam três parcelas, no valor de um salário mínimo, do seguro-desemprego na modalidade especial criada para esse segmento.

É importante ressaltar que o seguro-desemprego dificilmente compreenderá a totalidade dos resgatados, por haver trabalhadores que não atendem aos requisitos do programa. As indenizações pagas pelos empregadores aos trabalhadores foram da ordem de R\$ 5.591.778,22 no período. No período 2003-2009, 30.461 trabalhadores foram resgatados da condição análoga a de escravo em operações do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Cadastro de Empregadores Infratores, outro instrumento inibidor da prática, registra em sua última atualização (31/12/2009) 163 nomes de pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização submetendo trabalhadores à condição análoga a de escravo.

O cadastro é fonte de consulta de bancos públicos e privados em análise de concessão de financiamento, bem como de empresas e entidades signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, criado e monitorado pelo Instituto Ethos, pela Repórter Brasil e pela OIT.

**VALORES EMPENHADOS  
PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
2005/2009**

em R\$ milhões

| 2005 | 2006 | 2007  | 2008  | 2009 <sup>1</sup> | TOTAL |
|------|------|-------|-------|-------------------|-------|
| 6,04 | 9,13 | 11,60 | 11,37 | 8,63              | 46,77 |

Fonte: SIGPlan

### Qualificação Social e Profissional

A qualificação social e profissional é entendida como um direito do cidadão. A partir dessa premissa, os beneficiários do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) são estimulados a refletir sobre sua importância no mundo no qual estão inseridos, para que possam desenvolver atitudes críticas em relação ao novo mercado de trabalho e às novas formas de organização social. Nesse contexto, o PNQ contribui para ampliar as oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente daqueles que apresentam maior vulnerabilidade sócio-econômica.

No âmbito do PNQ, os Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs consistem em um instrumento que articula a ação de qualificação social e profissional a demandas efetivas de vários setores de atividade econômica, identificadas por meio de negociação coletiva com representantes de trabalhadores, empresários e movimentos sociais.

Em 2009, foram qualificados 45 mil trabalhadores em cursos para os setores da construção civil e turismo, no âmbito do Programa Próximo Passo, dos quais 44 mil

beneficiários eram do Programa Bolsa-Família. Além disso, em 2009, foram realizadas audiências públicas para a execução de projetos em 2010. Em cumprimento à Portaria Interministerial nº 127/2008, as entidades convenientes que irão realizar os cursos de qualificação foram selecionadas por meio de Chamada Pública de Parcerias, a partir de publicação de editais que especificaram os critérios e regras a serem seguidas no desenvolvimento dos projetos. Nesse sentido, para a execução de 35 projetos, foram selecionadas 42 diferentes parcerias – entidades privadas sem fins lucrativos - para a qualificação de 104 mil trabalhadores.

Os Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, como uma das vertentes do Convênio Plurianual Único, que integra ações de qualificação, intermediação de mão-de-obra, habilitação do seguro-desemprego e informações sobre mercado de trabalho, tem sido executado em todo o Brasil, qualificando, em 2009, 40 mil trabalhadores, resultado de convênios/aditivos firmados ainda em 2008. Em 2009, foram assinados 74 convênios/termos aditivos para a qualificação de 70 mil trabalhadores em todo o Brasil, cujos convenientes estão em procedimento de licitação, visando à contratação das entidades executoras dos cursos que serão realizados no exercício de 2010.

Desde sua instituição, em 2003, até dezembro de 2009, o PNQ já inscreveu em seus cursos 790 mil trabalhadores em todo o Brasil, e a meta para 2010 (70 mil trabalhadores) demonstra a preocupação do Governo Federal na preparação do trabalhador brasileiro para as novas oportunidades surgidas no mercado de trabalho, inclusive em decorrência da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Os novos projetos que serão realizados em 2010 priorizam os setores de construção civil, fruticultura, comércio, portuário, têxtil, vestuário, artesanato, moto frete, trabalho doméstico, serviços, siderurgia, bares e restaurantes, *telemarketing*, tecnologia da informação, comércio de combustíveis, turismo, indústria do carnaval e educação física. Além da continuidade da qualificação nos setores de turismo e construção civil para os beneficiários do Programa Bolsa-Família e qualificação em diversos.

<sup>1</sup> Houve uma queda nos valores empenhados em 2009 visto que o orçamento disponibilizado foi menor do que o dos dois anos anteriores.

**VALORES EXECUTADOS NO PERÍODO 2007/2009 (EM R\$ MILHÕES)**

| AÇÃO           | EMPENHADO  |             |                |             |
|----------------|------------|-------------|----------------|-------------|
|                | 2007       | 2008        | 2009           | TOTAL       |
| PlanSeQ - 4725 | 18.130.502 | 80.391.566  | 89.399.720,25  | 187.921.788 |
| PlanTeQ - 4728 | 61.515.991 | 37.313.880  | 45.731.296,50  | 144.561.168 |
| Total          | 79.646.483 | 117.705.446 | 135.131.016,75 | 464.016.214 |

**INDICADORES DO PROGRAMA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL**

| INDICADOR                                                                                                             | ÍNDICE PREVISTO | ÍNDICE REALIZADO | COMENTÁRIOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Carga Horária Média por Pessoa Qualificada                                                                            | 200             | 198,86           | Trata-se de resultado parcial. A carga horária média considerada adequada para os cursos de qualificação desenvolvidos no âmbito do programa seguem o que consta definido na Resolução nº 575/08 Codefat e Termo de Referência (200 horas), podendo assim ocorrerem cursos com carga horária menor e outros com carga horária maior, de forma a manter a média de 200 horas, o resultado parcial próximo a 200 horas é satisfatório para fins de aferição do resultado da qualidade pedagógica dos cursos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade                                                | 93              | 86,74            | Trata-se de resultado parcial. O não alcance da meta estabelecida para este indicador demonstra a dificuldade de voltar o atendimento aos trabalhadores de mais baixa escolaridade, que tem se mostrado desinteressados em inscrever-se nos cursos oferecidos. O sistema de gestão das ações de emprego permite que as pessoas de baixa escolaridade, bem como as mulheres, jovens, negros e pardos, tenham prioridade de acesso aos cursos no momento de convocação dos educandos, tal como estabelecido nas Resoluções do Codefat. Entretanto, faz-se necessário que o MTE firme parcerias para que se consiga alcançar a população de mais baixa escolaridade.                                                                                                                                                                  |
| Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres                                                          | 136             | 133,6            | Trata-se de resultado parcial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos                                                       | 125             | 130,42           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Taxa de Eficácia das Qualificações                                                                                    | 95              | 95,18            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho                                                          | 116             | 96               | Trata-se de resultado parcial. O índice previsto para este indicador não pode ultrapassar 100%, isso porque não é possível o encaminhamento de mais de 100% do total de trabalhadores desocupados, portanto a previsão está incorreta. O que se busca aqui é encaminhar ao Mundo do Trabalho todos os educandos concluintes dos cursos que estejam sem ocupação. O resultado de 96% demonstra a integração da qualificação com a ação de intermediação de mão-de-obra, pois indica que esses trabalhadores foram encaminhados aos postos do SINE, ou a outro sistema de intermediação de mão de obra, ou diretamente a um emprego. Assim, os educandos que não foram encaminhados, ou não tiveram interesse, ou não tinham em sua localidade um posto de intermediação, ou conseguiram um emprego durante a realização dos cursos. |
| Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social | 82              | 83,2             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR                                                         | 10              | 1,42             | Trata-se de resultado parcial. O índice apurado refere-se ao orçamento de 2008 com execução em 2009, tendo em vista que não houve execução em 2009 do orçamento no mesmo exercício. O resultado para este indicador está vinculado diretamente ao orçamento disponível à qualificação, tendo em vista que a meta estabelecida para execução física depende do limite financeiro estabelecido para o programa. Assim, como o número de trabalhadores inscritos nos postos do SINE aumentou de 2008 para 2009 e o orçamento da qualificação manteve-se, o índice apurado para este indicador diminuiu.                                                                                                                                                                                                                               |
| Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos)                                             | 215             | 185,73           | Trata-se de resultado parcial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

## Integração de Políticas Públicas de Emprego E Renda

O Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é de natureza finalística e ação continuada. Seu principal objetivo é atender ao trabalhador dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso ou ainda àqueles à procura de postos de trabalho. Visa à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, por intermédio da execução integrada e articulada das ações, a fim de: elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE; reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades; e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira ao trabalhador conforme previsão legal.

Esse programa reúne a maioria das ações nucleares do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: “Pagamento do Seguro-Desemprego”, “Pagamento do Benefício Abono Salarial”, “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra”, “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED”, “Relação Anual de Informações Sociais – RAIS” e ainda, “Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS”.

O público-alvo das ações executadas pelo programa é o trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, à procura de postos de trabalho, e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial ou seguro-desemprego. Para

operacionalização das ações, são firmados convênios com os estados, o Distrito Federal e municípios com mais de 200 mil habitantes, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Parte das ações é também executada pelas unidades descentralizadas do próprio Ministério do Trabalho e Emprego – caso da habilitação ao seguro-desemprego e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; e por municípios via termo de cooperação técnica – caso também da CTPS. Ainda, o MTE mantém contratos com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, para pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

No contexto do aprimoramento e da expansão das políticas prioritárias, vale destacar a previsão de implantação, em 2010, de novo sistema informatizado para a gestão das ações de emprego desenvolvidas pelo MTE e respectivos parceiros.

O novo sistema terá base *web*, barateando o custo de sua expansão, e garantirá facilidades ao trabalhador e ao empregador, tais como: preenchimento do formulário de dispensa do seguro-desemprego via *web*, para empresas com certificação digital, e possibilidade de inscrição de trabalhadores e registro de vagas no Sistema Nacional de Emprego (SINE) via internet.

Haverá base de dados única, nacional e integrada, possibilitando intermediação de mão-de-obra interestadual e redução da duplicação de esforços entre unidades de atendimento. Espera-se, com o novo sistema, um significativo avanço na capilaridade da política pública de emprego e aproximá-la do cidadão.

O Programa tem cinco indicadores, cuja apuração segue:

### INDICADORES DO PROGRAMA 0099 NO ANO DE 2009

| INDICADOR                                                                                                        | ÍNDICE PREVISTO NO PPA PARA 2009 | ÍNDICE APURADO |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------|
| Taxa de Aproveitamento de Vagas                                                                                  | 51,01 %                          | 39,31 %        |
| Taxa de Captação de Vagas                                                                                        | 14,14 %                          | 16,91%         |
| Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal* | 7,21 %                           | 6,65 %         |
| Taxa de Cobertura do Abono Salarial                                                                              | 97,00 %                          | 92,56 %        |
| Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego                                                                           | 63,28 %                          | 80,06%         |

Fontes: Sigplan; Infoger/CSINE/CGER/DES/SPPE/MTE; CAGED/MTE; Caixa; Banco do Brasil; RAIS/MTE; Base de Gestão do SD/CGSAP/DES/SPPE/MTE.

\* Dados do CAGED referentes ao público-alvo do SINE, que desconsidera falecimento, aposentadoria e transferência dos desligamentos; e transferência dos admitidos.

Os três primeiros indicadores referem-se à atuação do SINE em intermediação de mão-de-obra. A Taxa de Aproveitamento de Vagas é calculada pela relação percentual entre o número de trabalhadores colocados e o número de vagas captadas pelo SINE. Percebe-se que a capacidade do Sistema de preencher as vagas ofertadas ficou aquém do esperado, o que revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema

de descasamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sistema e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. O bom desempenho no índice Taxa de Captação de Vagas, que compara as oportunidades de emprego ofertadas ao SINE pelas empresas com as admissões registradas no Caged, pode ser atribuído à recuperação da economia após a crise, visto que o comportamento do indicador é fortemente sensível à disposição das empresas em contratar.

Quanto à Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal, é obtida pela comparação entre o número de trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho pelo SINE e os admitidos segundo registros do Caged. Assim, um aumento no índice depende de um crescimento da capacidade de colocação do SINE maior que crescimento do mercado de trabalho formal – o que não se verificou em 2009. Sobre a Taxa de Cobertura do Abono Salarial, esta ficou abaixo do esperado em virtude da conjunção de dois fatores: o aumento do número de trabalhadores identificados com direito ao benefício; e o atraso da notificação aos que ainda não efetuaram saques previstos para dezembro/2009, o que só ocorrerá em fevereiro de 2010. O último indicador, Taxa de Cobertura do Seguro-desemprego, é calculado pela comparação dos

beneficiários com a quantidade de demitidos sem justa causa conforme registros do Caged. Porém, há que se ressaltar uma mudança metodológica, em que deixaram de fazer parte do rol de ‘demitidos sem justa causa’ do Caged os trabalhadores com término de contrato por prazo determinado e término de contrato. Considera-se positiva a mudança, pois traz um retrato mais real da taxa de cobertura do seguro-desemprego; contudo a previsão no PPA considerava a metodologia antiga.

Tratando da execução global do Programa, pode-se considerar que seus objetivos foram atingidos. A execução financeira foi de 96,47%, influenciada pela alta execução das ações de maior vulto, como a Ação 0583 – “Pagamento do Seguro-desemprego” e a Ação 0581 – “Pagamento do Benefício Abono Salarial.

#### EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA 0099

| DADOS FINANCEIROS  | 2009<br>(a)        | 2008<br>(b)        | VARIAÇÃO %<br>(a/b) |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| LOA + créditos (c) | R\$ 27.464.731.679 | R\$ 20.970.290.429 | 30,97%              |
| Empenhado (d)      | R\$ 26.493.943.950 | R\$ 20.532.242.930 | 29,04%              |
| Realizado (e)      | R\$ 26.493.943.950 | R\$ 20.532.242.941 | 29,04%              |
| % Execução         | 96,47%             | 97,91 %            | -                   |

Fonte: Sigplan

Na comparação com 2008, apesar de o percentual de execução financeira do Programa 0099 ter caído de 97,91% em 2008 para 96,47% em 2009, o volume de recursos realizados foi 29,04% maior no período. Esse aumento se deu, principalmente, para atender às despesas obrigatórias com pagamento de seguro-desemprego e abono salarial, que acompanham a valorização real do salário mínimo. No caso do seguro-desemprego, ademais, parte do comportamento de alta pode ser explicado pelo contexto de crise a partir do último trimestre de 2008, gerando, inclusive, concessão de parcelas extras do benefício a trabalhadores demitidos sem justa causa dos setores mais afetados, e crescimento expressivo da modalidade Bolsa-Qualificação, destinada a trabalhadores com contrato de trabalho suspenso.

#### Pagamento do Seguro-desemprego

O benefício do seguro-desemprego é concedido em cinco modalidades: Trabalhador Formal e Trabalhador Doméstico, que beneficiam os trabalhadores demitidos sem justa causa; Pescador Artesanal, concedido àquele trabalhador que fica impedido de exercer sua atividade nos períodos de defeso para reprodução da espécie pescada; Trabalhador Resgatado, para aqueles comprovadamente resgatados de regime de trabalho forçado ou da condição

análoga à de escravo; e Bolsa-Qualificação, que auxilia os trabalhadores com contrato de trabalho suspenso, objetivando à preservação do emprego. A principal ação orçamentária referente ao seguro-desemprego é a de número 0583 - Pagamento do Seguro-desemprego, que contempla o pagamento na modalidade Trabalhador Formal. Nessa modalidade, foram beneficiados, em 2009, 6.855.912 trabalhadores demitidos sem justa causa, o que representa 111,70% da meta estipulada na Lei Orçamentária Anual – LOA. A execução orçamentária da Ação foi de R\$ 18.583.309.381 no ano, ou 96,46% dos recursos disponíveis, patamar considerado satisfatório. Ao longo do ano, foi preciso recorrer a créditos adicionais para todas as modalidades do seguro-desemprego, exceto Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo.

Isso se deveu ao crescimento do número de trabalhadores beneficiados, mas também ao aumento do salário mínimo em patamar mais elevado que o previsto quando do Projeto de Lei Orçamentária de 2009 (o PLOA utilizou como referência o salário mínimo a R\$ 456,66 a partir de fevereiro, mas o efetivo valor aprovado foi R\$ 465,00). No caso da ação 0583 – Pagamento do Seguro-desemprego, o quadro a seguir contém a lista de créditos adicionais autorizados no exercício, e sua caracterização.



### CRÉDITOS ADICIONAIS À AÇÃO 0583

| VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R\$) | TIPO DE CRÉDITO | DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR                |
|----------------------------------|-----------------|----------------------------------------------|
| 567.540.959                      | Suplementar     | Decreto S/Nº de 30.07.2009 (D.O.U. 31.07.09) |
| 1.000.000.000                    | Suplementar     | Decreto S/Nº de 13.10.2009 (D.O.U. 14.10.09) |
| 1.219.445.116                    | Suplementar     | Decreto S/Nº de 15.12.2009 (D.O.U. 15.12.09) |

Fonte: Diário Oficial da União

### Pagamento do Benefício Abono Salarial

O benefício Abono Salarial é um importante instrumento de combate às desigualdades individuais de renda, com vistas a propiciar a melhoria da qualidade de vida das populações menos favorecidas, uma vez que é destinado aos trabalhadores com faixa salarial de até dois salários mínimos. Em 2009, foram 15.994.432 beneficiários do Abono Salarial, correspondendo à superação em 4,38% da meta prevista na LOA. A execução financeira da ação alcançou R\$ 7.564.506.704, ou 97,99% do valor de LOA mais créditos em 2009, patamar considerado satisfatório. Ao longo do ano, foi preciso recorrer a créditos adicionais para custear a ação, devido ao aumento do salário mínimo em patamar mais elevado que o previsto quando do Projeto de Lei Orçamentária de 2009.

### CRÉDITOS ADICIONAIS À AÇÃO 0583

| VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R\$) | TIPO DE CRÉDITO | DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR                |
|----------------------------------|-----------------|----------------------------------------------|
| 637.773.212                      | Suplementar     | Decreto S/Nº de 30.07.2009 (D.O.U. 31.07.09) |
| 66.215.529                       | Suplementar     | Decreto S/Nº de 15.12.2009 (D.O.U. 15.12.09) |

Fonte: Diário Oficial da União

### Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra

A ação refere-se ao serviço prestado por meio do Sistema Nacional de Emprego – SINE, de intermediação entre trabalhadores à procura de emprego e aqueles em busca de mão-de-obra, como forma de reduzir o tempo de desemprego, com o objetivo de diminuir o desemprego friccional e permitir um funcionamento mais eficiente do mercado de trabalho. A ação acompanha a descentralização da execução via convênios com estados, DF, municípios com mais de 200 mil habitantes e entidades privadas sem fins lucrativos. Em 2009, foram recolocados no mercado de trabalho 1.076.248 trabalhadores com o auxílio do SINE, ou 100,76% do desempenho em 2008. A estabilidade no desempenho – apesar do crescimento da rede de atendimento, para 1.300 postos –, pode ser atribuída à crise econômica mundial, cujos impactos ainda se sentiam no Brasil nos primeiros meses do ano.

A execução financeira da ação pode ser considerada positiva, tendo sido empenhados, segundo registros do Siafi, R\$ 93.049.787, ou 92,09% dos recursos disponíveis na LOA. Esse resultado deriva do contingenciamento de recursos ao longo do ano, com liberação de limites apenas na segunda quinzena de dezembro; e também das dificuldades associadas ao uso do Siconv – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse por novos parceiros. A despeito desses problemas, foram firmados 18 (dezoito) novos convênios para execução das ações de intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro-desemprego e qualificação social e profissional, o que pode ser considerado um excelente resultado. No âmbito das ações implementadas pelo Governo Federal com vistas a reduzir as desigualdades regionais, vale destacar que o

critério de distribuição dos recursos do SINE privilegia os estados e municípios das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste com 10% a mais de recursos que os entes federativos das Regiões Sul e Sudeste.

### Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

O registro administrativo CAGED destina-se a acompanhar as admissões e os desligamentos dos trabalhadores com contrato de trabalho em regime celetista, para subsidiar o pagamento do seguro-desemprego e manter atualizada a base de dados de empregados e desempregados, permitindo, assim, a geração de dados e informações sobre o mercado de trabalho. A ação registra as admissões e desligamentos processados, e o pagamento de contratos com os Correios e de manutenção de sistemas informatizados. Em 2009, foram registrados 31.380.170 admissões e desligamentos, correspondendo a um saldo positivo de 995.110 postos de trabalho em 2009, apesar dos efeitos nocivos da crise financeira internacional, que foram sendo diluídos ao longo do ano. O comportamento favorável do emprego formal no ano de 2009 reforça o processo de recuperação da atividade econômica, com efeitos positivos sobre o dinamismo do mercado de trabalho formal. Desde 2003, vem se consolidando uma posição positiva no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos dos empregos gerados. A execução financeira alcançou R\$ 13.399.562, ou 82,21% da LOA. Esse desempenho foi influenciado pela equação do contrato de processamento de dados, que determina que quanto maior a movimentação, menor o valor unitário.

## Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

A RAIS processa informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando a identificar os beneficiários do Abono Salarial, bem como gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal, a serem utilizadas na elaboração e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. A ação registra os vínculos empregatícios processados, e o pagamento de contratos com os Correios e com a manutenção de sistemas informatizados. Sendo a RAIS um registro administrativo anual, o desempenho físico da ação é computado uma única vez ao ano, quando concluído o processamento da RAIS do ano anterior. A RAIS 2008, divulgada em setembro de 2009, registrou 62.136.537 vínculos empregatícios declarados até o dia 31/07/2009, por 7,7 milhões de estabelecimentos. O número total de empregos formais registrados no Brasil alcançou 39,4 milhões em dezembro de 2008, representando um crescimento de 4,88% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2007. Esse desempenho equivaleu ao acréscimo de 1,8 milhão de postos de trabalho formais em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A leitura dos dados da RAIS mostra que, de 2003 a 2008, foram criados 10,8 milhões de empregos celetistas e estatutários, os melhores resultados verificados até então, com média anual de 1,8 milhão de empregos. A execução financeira da ação alcançou R\$ 10.544.587, ou 80,15% da LOA. Em 2009, chegou a ser solicitado crédito adicional à Ação, conforme discriminação no quadro a seguir, para atender a demandas excepcionais de processamento associadas à transição de sistemas entre empresas prestadoras de serviços de informática, porém os custos da ação foram menores que os esperados.

### CRÉDITO ADICIONAL À AÇÃO 2621

| VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R\$) | TIPO DE CRÉDITO | DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR                |
|----------------------------------|-----------------|----------------------------------------------|
| 1.056.623                        | Suplementar     | Decreto S/Nº de 04.06.2009 (D.O.U. 05.06.09) |

Fonte: Diário Oficial da União

### Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

A CTPS permite a inserção do cidadão no mercado de trabalho pela sua identificação, para fins de registro

profissional e anotações de interesse da Previdência Social. A ação propicia a aquisição, distribuição e provimento de estoque da CTPS, bem como de equipamentos e outros insumos para sua confecção, e implantação do sistema de controle de emissão informatizada. Atualmente, encontram-se em circulação dois modelos distintos de Carteira de Trabalho: a tradicional, e a informatizada, que incorporou diversos itens de segurança que preservam o conteúdo do documento, dificultando a fraude. Para o modelo informatizado, adotou-se um controle nacional, com a utilização de numeração única e cadastramento no PIS/PASEP no ato da solicitação.

Em 2009, foram emitidas em todo o país 5.106.668 CTPS, sendo 3.079.963 do modelo manual e 2.026.705 do modelo informatizado. Esse resultado corresponde a 89,07% da meta para o ano, e pode ser parcialmente atribuído à greve de servidores do MTE, ocorrida entre novembro e dezembro, que prejudicou a emissão do documento nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. A execução financeira da ação ficou comprometida pelo contingenciamento de limites orçamentário e financeiro, chegando a apenas 54,73% do autorizado na LOA. O corte inviabilizou importantes aperfeiçoamentos operacionais, como o projeto de “personalização” da CTPS, mediante o qual espera-se, no futuro, estabelecer contrato único para impressão, distribuição e emissão da Carteira. Ainda, vale registrar a implantação, em escala piloto, do Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), que, na forma de cartão magnético, passa a integrar CTPS informatizada, com o objetivo de modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios, economizando recursos.

### Economia Solidária em Desenvolvimento

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento destina-se ao apoio e fomento de iniciativas econômicas de base coletiva e autogestionária, em áreas urbanas e rurais, englobando atividades de produção, prestação de serviços, finanças, comercialização e consumo. Em 2009, o foco permaneceu no fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), principalmente por meio das ações a seguir descritas.

### EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA 1133

| DADOS FINANCEIROS  | 2009 (A)     | 2008 (B)   | VARIÇÃO % (A/B) |
|--------------------|--------------|------------|-----------------|
| LOA + créditos (c) | 28.123.068   | 31.523.187 | -11,79          |
| Empenhado (d)      | 26.816.303   | 22.051.111 | 21,61           |
| Realizado (e)      | 10.733.721 * | 14.889.945 | -18,91          |
| % Execução         | 95,35        | 69,95      | -               |

Fonte: Sigplan

\*Dados até 22/01/2010

## **Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários**

Até 2009, foram apoiadas 76 incubadoras universitárias de Economia Solidária de base autogestionária, recém-criados ou em vias de criação, em parceria com o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), beneficiando cerca de 600 EES. Em parceria com o Ministério da Educação e com a Financiadora de Estudos e Projetos, foram apoiados e beneficiados mais 31 programas e projetos das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

## **Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária**

Foram implementados Núcleos Estaduais de Assistência Técnica (Neates) nos estados do Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sendo que os três primeiros foram convênios firmados ainda em 2008 e o último convênio firmado em 2009. Além disso, foi firmada parceria com o governo do estado do Amapá para o apoio à assistência técnica aos EES daquele estado, entre outros estados.

## **Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária**

Foram formados mais 300 gestores governamentais das esferas federal, estadual e municipal, sendo 100 servidores federais do MTE, do BNDES, da Finep e de outros ministérios e órgãos públicos federais, os quais vêm desenvolvendo políticas públicas de economia solidária. Foram também iniciadas as atividades de Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), sendo cinco regionais (Nordeste, Centro Oeste, Norte, Sul e Sudeste) e mais um Centro Nacional de Formação, que

proporcionaram a capacitação de mais de 2 mil formadores e de gestores públicos que atuam com Empreendimentos Econômicos Solidários em todas as Unidades da Federação. Importante destacar que dos Centros Regionais de Formação, quatro deles são referentes a convênios firmados em 2008 e o quinto, referente ao Centro Regional de Formação da região Sul, a convênio firmado em 2009.

## **Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários**

Foram gastos R\$ 2,768 milhões referentes ao pagamento da segunda parcela para convênio firmado com entidade selecionada em chamada pública realizada no ano de 2008 para o desenvolvimento do projeto Comercialização Solidária. No âmbito do projeto apoiou-se a realização de feiras regionais, estaduais e nacionais de economia solidária, além de assessoria e articulação de empreendimentos econômicos solidários para realizarem a comercialização de seus produtos e serviços. Foram beneficiados mais de 3.600 empreendimentos no contexto desta ação.

## **Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário**

Foram selecionadas dez entidades para capacitar novos agentes, que ao final do processo, totalizarão 532 agentes trabalhando em comunidades pobres rurais e urbanas em todo o território, abrangendo quilombolas, indígenas, desempregadas dos grandes centros urbanos, mulheres, entre outras. Estes agentes estão apoiando e acompanhando mais de 680 empreendimentos econômicos solidários que atingem mais de 77.630 mil trabalhadores.

### **INDICADORES DO PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO**

| INDICADOR                                                                                                   | ÍNDICE PREVISTO | ÍNDICE REALIZADO |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|
| Número de trabalhadores inseridos social e economicamente por meio de empreendimentos econômicos solidários | 1.250.000       | 1.687.496        |
| Percentual de trabalhadores da economia solidária que recebem menos de 1 salário mínimo                     | 76              | 41               |
| Taxa de participação da economia solidária no PIB                                                           | 0,59            | 0,3              |

Os indicadores do programa foram elaborados para utilizar como fonte a base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O primeiro mapeamento da economia solidária foi realizado em 2005, tendo sido ampliado em 2007. Nele foram identificados como economia solidária 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), nos quais participam quase 1,7 milhão de trabalhadores. Porém, o mapeamento só alcançou 52% dos municípios brasileiros. Apesar destes limites e de se tratar de uma base nova, trata-se da única fonte em que de fato é possível visualizar a economia solidária, ou seja, atividades econômicas de base associativa e autogestionária. Nas demais bases de dados, como as do IBGE, não existem categorias como “trabalhadores associados” ou “empreendimento econômico solidário”,

por isso não é possível identificar com precisão as informações sobre a economia solidária. Um segundo problema que dificulta a coleta de dados para a aferição necessária para o preenchimento dos indicadores é que, devido à capacidade financeira e operacional, os dados somente estão sendo coletados a cada três anos, conforme disciplina a Portaria MTE nº 30/2006. Desta maneira, os dados que hoje possuímos ainda são relativos ao período de 2007, quando foi realizada a última atualização da base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Desta maneira, não é possível perceber alteração dos indicadores do ano de 2008 para o ano de 2009.

### 5.1.22. Função Transporte

O Governo Federal vem promovendo, nos últimos anos, um salto qualitativo na gestão dos transportes, reunindo competências e elementos necessários para as realizações vitais ao setor. O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC promoveu um impulso considerável nos investimentos do Setor Transporte. Visando a realização e continuidade de obras e serviços, foram desenvolvidos e atualizados estudos e projetos em todos os modais, de forma a permitir a licitação de obras

prioritárias no âmbito do Ministério dos Transportes. Importantes desafios foram vencidos. Melhorou-se a eficiência dos modais, reduziu-se o desequilíbrio da matriz de transportes e aperfeiçoou-se a gestão organizacional. Estão sendo implementadas ações para a preservação do patrimônio público de transportes, o atendimento às demandas do crescimento interno e do comércio exterior, a estruturação de corredores estratégicos de transportes para o escoamento da produção e para o turismo, e o estímulo à maior participação dos modais hidroviário e ferroviário.

#### ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005-2009

em R\$ milhões

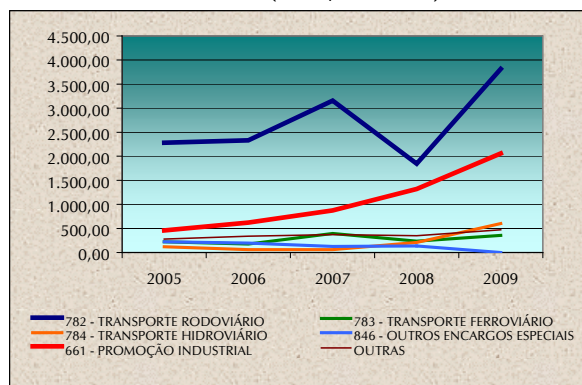
| TRANSPORTE                                           | EXECUTADO      |                |                |                |                |                 |
|------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
|                                                      | 2005           | 2006           | 2007           | 2008           | 2009           | TOTAL           |
| 121 - Planejamento e Orçamento                       | 12,8           | 70,4           | 31,7           | 62,3           | 114,8          | 292,0           |
| 122 - Administração Geral                            | 144,1          | 161,9          | 234,6          | 228,9          | 195,0          | 964,5           |
| 125 - Normatização e Fiscalização                    | 33,6           | 30,6           | 27,7           | 23,3           | 32,1           | 147,3           |
| 126 - Tecnologia da Informação                       | 0,0            | 1,0            | 0,0            | 0,0            | 59,7           | 60,8            |
| 128 - Formação de Recursos Humanos                   | 1,1            | 1,1            | 1,2            | 1,2            | 2,0            | 6,6             |
| 130 - Administração de Concessões                    | 8,8            | 5,7            | 1,3            | 0,4            | 1,2            | 17,4            |
| 131 - Comunicação Social                             | 0,7            | 4,0            | 2,5            | 0,1            | 6,7            | 14,0            |
| 212 - Cooperação Internacional                       | 0,1            | 0,0            | 0,0            | 0,0            | 0,0            | 0,1             |
| 301 - Atenção Básica                                 | 33,6           | 32,0           | 27,8           | 4,1            | 25,5           | 123,0           |
| 306 - Alimentação e Nutrição                         | 7,5            | 8,7            | 9,1            | 9,4            | 10,6           | 45,3            |
| 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador           | 4,5            | 4,1            | 4,5            | 4,6            | 5,5            | 23,2            |
| 365 - Educação Infantil                              | 0,5            | 0,5            | 0,5            | 0,5            | 0,6            | 2,6             |
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 0,0            | 0,1            | 0,0            | 0,0            | 0,0            | 0,1             |
| 542 - Controle Ambiental                             | 27,0           | 12,8           | 5,2            | 3,9            | 6,2            | 55,3            |
| 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia       | 3,5            | 4,8            | 0,6            | 0,7            | 0,5            | 10,0            |
| 661 - Promoção Industrial                            | 459,3          | 623,2          | 876,2          | 1.320,4        | 2.056,4        | 5.335,5         |
| 694 - Serviços Financeiros                           | 1,5            | 0,0            | 19,7           | 11,2           | 10,0           | 42,4            |
| 782 - Transporte Rodoviário                          | 2.280,0        | 2.334,4        | 3.158,0        | 1.844,0        | 3.812,2        | 13.428,6        |
| 783 - Transporte Ferroviário                         | 223,8          | 176,4          | 393,6          | 239,3          | 356,8          | 1.389,9         |
| 784 - Transporte Hidroviário                         | 122,6          | 61,4           | 61,5           | 210,4          | 599,9          | 1.055,7         |
| 845 - Transferências                                 | 0,0            | 0,0            | 5,2            | 0,0            | 0,0            | 5,2             |
| 846 - Outros Encargos Especiais                      | 223,2          | 196,8          | 124,2          | 138,4          | 0,0            | 682,6           |
| <b>TOTAL</b>                                         | <b>3.588,3</b> | <b>3.729,9</b> | <b>4.985,0</b> | <b>4.103,3</b> | <b>7.295,7</b> | <b>23.702,2</b> |

Fonte: Siafi Gerencial

#### VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO TRANSPORTE 2005-2009 (VALORES EM R\$ MILHÕES)



#### VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005-2009 (EM R\$ MILHÕES)



A execução orçamentária em 2009 superou todas as expectativas em relação aos anos anteriores. Comparado a 2008, o aumento do desempenho chegou a 107% no setor rodoviário, 185% no setor hidroviário, 49% no setor ferroviário e 56% no setor naval. Esses resultados refletem o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento do transporte do país.

### **Transporte Rodoviário**

Um dos fatores que contribuíram para o crescimento de 107% no modal foi a prioridade dada à manutenção da malha rodoviária federal, tendo sido contratada a recuperação de mais de 24 mil km de rodovias pavimentadas.

Duplicaram-se trechos rodoviários em áreas economicamente consolidadas como a BR-230 na Paraíba, entre João Pessoa e Campina Grande e avançou-se na pavimentação de segmentos prioritários para a movimentação segura de pessoas e bens, como é o caso da BR-156 no Amapá, BR-319 no Amazonas, BR-364 no Acre, BR-230 no Pará, BR-135 na Bahia, BR-146 e BR-364 em Minas Gerais, BR-153 no Paraná, BR-285 no Rio Grande do Sul, BR-080 em Goiás, BR-158, BR-242 e BR-364 no Mato Grosso, BR-359 no Mato Grosso do Sul, entre outras.

Em 2009 foram contratados serviços de recuperação e posterior manutenção da malha rodoviária federal nos moldes do programa de Contrato de Restauração e Manutenção - CREMA 1ª Etapa, promoveu-se aumento de capacidade de forma a permitir maior segurança na movimentação de pessoas, no escoamento da produção agropecuária e industrial e de outros bens, a integração nacional e incremento do turismo.

Foi concluída a ponte da BR-158, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, ligando os municípios de Paulicéia e Brasilândia, 2 km de extensão, além da conclusão de trecho de 50 km da BR-319, no Amazonas. Foram iniciadas obras de pavimentação em sete rodovias federais, entre abril e agosto de 2009.

Destaca-se ainda, a conclusão do processo de concessão da 2ª etapa - fase II do programa de concessões rodoviárias, referente a trecho das rodovias BR 116/324-BA, com extensão de 680,6 km. O início das operações da concessionária se deu em outubro de 2009.

Em 2009, as 14 concessionárias de rodovias investiram aproximadamente R\$ 786,7 milhões, contra cerca de R\$ 897,1 milhões, ocorridos em 2008. Essa redução é compatível com os cronogramas de investimento que integram os Planos de Exploração das Rodovias concedidas.

Foi iniciada a 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias, que será implementada em duas fases. A Fase I compreende 2.601 km distribuídos em três rodovias: BR-040/DF/MG, de Brasília a Juiz de Fora (937 km); BR-116/MG, da Divisa MG/BA até a Divisa MG/RJ (817 km) e BR-381/MG, entre Belo Horizonte e Governador Valadares,

com 311 km. A Fase II compreende 1.608 km distribuídos em três rodovias: BR-101/BA, da Divisa ES/BA até o entroncamento com a BR-324 (791 km); BR-101/ES, Divisa RJ/ES até a Divisa ES/BA (458 km) e BR-470/SC, entre Navegantes e a Divisa SC/RS, com 359 km.

### **Transporte Hidroviário**

As obras da eclusa de Tucuruí encontram-se em estágio final, com 88% de execução física nas duas plantas e no canal intermediário. O investimento, que garantirá navegabilidade no rio Tocantins, já garantiu 3,5 mil postos de trabalho. O investimento para a conclusão da maior eclusa do país, retomada a partir de 2007, é de R\$ 965,4 milhões.

No Amazonas, Pará e Rondônia continuaram as obras de construção de 39 terminais fluviais, com 21 em obras, 15 em fase de licitação e três concluídos, trazendo segurança para o deslocamento da população da região Norte.

Às Administrações de Hidrovias compete promover e desenvolver as atividades de execução, acompanhamento e fiscalização de estudos, obras e serviços de hidrovias, dos portos fluviais e lacustres que lhes venham a ser atribuídos, bem como exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições e jurisdição.

Fazem parte das Administrações as hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC), Amazônia Oriental (AHIMOR), do Nordeste (AHINOR), do Tocantins e Araguaia (AHITAR), do São Francisco (AHSFRA), do Paraná (AHRANA) e do Sul (AHSUL). No que se refere à execução orçamentária, em 2009, foram executadas despesas de R\$ 15,4 milhões, correspondendo a 42,0% dos recursos disponíveis para as Administrações de Hidrovias.

### **Transporte Ferroviário**

Prosseguiram as obras na Ferrovia Norte-Sul que percorrerá 2.253 km, ligando Açailândia, no Maranhão, a Estrela D'Oeste, em São Paulo, e terá investimento total de R\$ 6,52 bilhões, dos quais, R\$ 5,67 bilhões serão aplicados até 2010. O trecho de 571 km entre Açailândia (MA) e Guaraí (TO) já está concluído. Em 2009, foram contratados os estudos e projetos da ferrovia de integração Oeste-Leste, que dinamizará o escoamento da produção do estado da Bahia e servirá de ligação dessa região com outros pólos do país, por intermédio de conexão com a Ferrovia Norte-Sul. A ferrovia ligará as cidades de Ilhéus, Caetitê e Barreiras, no estado da Bahia, a Figueirópolis, no estado do Tocantins, formando um corredor de transporte que otimizará a operação do Porto de Ponta da Tulha e ainda abrirá nova alternativa de logística para portos no norte do país atendidos pela Ferrovia Norte-Sul e Estrada de Ferro Carajás.

### **Promoção Industrial (Fundo da Marinha Mercante)**

Impulsionada também pelas descobertas do Pré-Sal, a indústria naval está sendo revitalizada, com mais de 200 embarcações contratadas, outras 98 em construção, que

inclui a conclusão de implantação de dois grandes estaleiros, no Sul e no Nordeste e mais de 100 embarcações concluídas.

O Estaleiro Atlântico Sul está 86% realizado, sendo 42% somente em 2009.

O mapa do programa de financiamento da Marinha Mercante mostra a distribuição de prioridades para todas as regiões do Brasil.

Em 2009, priorizou-se o financiamento para quatro novos estaleiros sendo dois na Bahia, um em Alagoas e outro no Ceará e para dez navios da segunda fase do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro - Promef, com investimento total previsto na ordem de R\$ 3 bilhões.

Além dessas novas plantas, também foram aprovados projetos de ampliação e modernização de outros estaleiros, em seis estados. O resultado desses investimentos aumentará os níveis de emprego na construção naval, ultrapassando 45 mil empregos diretos.

#### Indicadores

No processo de avaliação dos resultados da atuação do governo em 2009 não estavam disponíveis informações que permitissem o cálculo dos indicadores do setor, uma vez que a conclusão do processo licitatório e consequente contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo de 24 indicadores selecionados no projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes" só ocorreu em novembro.

#### Análise dos Programas Estruturantes do Setor

A seguir, serão evidenciados e analisados cinco programas estruturantes do setor, indicando sua importância, desempenho, bem como os resultados alcançados em cada um.

#### Programa Vetor Logístico Amazônico

O Vetor Logístico Amazônico tem por objetivo promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e oeste dos estados do Pará e Mato Grosso, inclusive a BR-163 ao norte de Cuiabá. O programa priorizou a implantação de infraestrutura hidroviária e fluvial mínima para impulsionar o desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida da população, uma vez que grande

parte dos municípios do Amazonas tem sua infraestrutura hidroviária constituída por uma multiplicidade de pequenos pontos de atracque espalhados ao longo dos rios da região, sem gerenciamento.

Entre as ações implementadas no modal hidroviário, merecem destaque as seguintes obras:

- Construção de Terminais Hidroviários nos municípios de Alvarães, Anama, Anori, Apuí (Prainha), Aripuanã, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Canutama, Caraurai, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Eirunepé, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba (Cacau Pirera), Iranduba (Solimões), Itacoatiara, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Juruti, Jutai, Labrea, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Maués, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Raimundo, Tapauá, Tefé, Tonantins, Urucara, Urucurituba no estado do Amazonas;
- Construção de Terminais Hidroviários nos municípios de Altamira e Santarém (Prainha) no estado do Pará;
- Construção de Terminais Hidroviários nos municípios de Porto Velho (Cai N'Água) e Guajará-Mirim no estado de Rondônia;
- Manutenção de 13.819 km de vias navegáveis sob jurisdição da Administração da Hidrovia da Amazônia Ocidental - AHIMOC, com execução orçamentária de 60%.

Entre as ações implementadas no modal rodoviário, merecem destaque as seguintes obras:

- Construção e pavimentação na BR-364/AC entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, com extensão total de 504,8 km. Em 2009 foram executados 28,0 km representando 5,5% da obra;
- Construção na BR-163/MT entre Guarantã do Norte e a Divisa MT/PA, com extensão total de 52,5 km. Em 2009 foram executados 15,0 km representando 66,7% da obra;
- Construção na BR-319/AM entre Manaus e a Divisa AM/RO, com extensão total de 871,6 km. Em 2009 foram executados 31,5 km representando 3,6% da obra.
- Construção de ponte na BR-230/PA sobre Rio Araguaia na Divisa PA/TO, com extensão total de 0,9 km. Em 2009 foram executados serviços na mesoestrutura e superestrutura, representando 39% do total da obra.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R\$ milhões

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO                      | LOA + CRÉDITOS | EMPENHADO      | LIQUIDADO    | PAGO         | % EXECUÇÃO    |
|-----------------------------------------|----------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| Transporte Rodoviário                   | 1.602,1        | 1.512,2        | 672,2        | 596,7        | 41,96%        |
| Transporte Hidroviário                  | 226,1          | 182,3          | 18,1         | 17,8         | 7,98%         |
| <b>1456 - Vetor Logístico Amazônico</b> | <b>1.828,2</b> | <b>1.694,5</b> | <b>690,2</b> | <b>614,5</b> | <b>37,75%</b> |

Fonte: Siafi

Obs: Somente Despesas Discricionárias

## Programa Vetor Logístico Centro-Norte

O Programa tem como objetivo promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Amapá, Maranhão e Tocantins e leste dos estados do Pará e Mato Grosso, exclusive a BR-163.

No modal ferroviário deu-se continuidade, em 2009, à implantação do trecho Aguiarnópolis/TO-Palmas/TO, concluindo o subtrecho Colinas do Tocantins-Guará, com 116 km de extensão, e prosseguiu com a construção do subtrecho seguinte, entre Guará e Palmas, no qual foram concluídos 53 km de obras, representando 36,0% de sua extensão total.

No que se refere à execução orçamentária, para as obras neste trecho foram executadas despesas de R\$ 131,6 milhões, correspondendo a 32,5% da dotação disponível.

No trecho Palmas/TO – Uruaçu/GO, cuja extensão total é de 575 km, foram concluídas as obras de infraestrutura em 97,5 km.

No restante do trecho as obras encontram-se em andamento.

No que se refere à execução orçamentária, foram executadas despesas de R\$ 123,3 milhões, correspondendo a 32,8% dos recursos disponíveis.

A retenção cautelar de parte dos valores contratuais resultou na redução do ritmo das obras e, consequentemente, impossibilitou o cumprimento das metas.

Entre as ações implementadas no modal hidroviário, merecem destaque as seguintes obras:

- Construção das Eclusas de Tucuruí, cuja execução física em 2009 foi de 8,0%, totalizando 88% do empreendimento.
- Manutenção de 25% de vias navegáveis sob jurisdição da Administração da Hidrovia Araguaia-Tocantins – AHITAR, com execução orçamentária de 51%;
- Manutenção de 19,9% de vias navegáveis sob jurisdição da Administração da Hidrovia da Amazônia Oriental - AHIMOR, com execução orçamentária de 48%.

No modal rodoviário destacam-se as seguintes obras:

- Construção na BR-156/AP entre Ferreira Gomes e Oiapoque, com extensão total de 427,2 km. Em 2009 foram pavimentados 25 km, representando 5,8% do empreendimento, além de terem sido iniciadas as obras de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.
- Construção na BR-242/TO entre Peixe, Paranã e Taguatinga, com extensão total de 57 km. Em 2009 foram executados 29 km representando 50,9% da obra;
- Construção na BR-230/PA entre a Divisa PA/TO, Marabá e Altamira, com extensão total de 518,1 km. Em 2009 foram realizados processos licitatórios para contratação de obras de pavimentação;
- Duplicação na BR-135/MA entre o Porto de Itaqui e Pedrinhas, com extensão total de 16,1 km. Em 2009 foram executados 1,6 km representando 9,9% da obra.
- Construção na BR-158/MT entre a Divisa PA/MT e Ribeirão Cascalheira com extensão total de 481,4 km. Em 2009 foram executados 11,0 km representando 2,3% da obra;

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R\$ milhões

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO                         | LOA + CRÉDITOS | EMPENHADO      | LIQUIDADO    | PAGO         | % EXECUÇÃO    |
|--------------------------------------------|----------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| Transporte Rodoviário                      | 1.040,8        | 961,6          | 348,3        | 332,1        | 33,46%        |
| Transporte Ferroviário                     | 793,0          | 781,2          | 255,5        | 254,8        | 32,22%        |
| Transporte Hidroviário                     | 522,7          | 520,4          | 434,0        | 430,6        | 83,04%        |
| <b>1457 - Vetor Logístico Centro-Norte</b> | <b>1.833,8</b> | <b>1.742,7</b> | <b>603,8</b> | <b>587,0</b> | <b>32,93%</b> |

Fonte: Siafi

Obs: Somente Despesas Discricionárias

## Programa Vetor Logístico Nordeste Setentrional

O Vetor Logístico Nordeste Setentrional tem por objetivo promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

No modal ferroviário, destaca-se a Ferrovia Nova Transnordestina cujo objetivo é interligar os pólos de produção agrícola, mineral e industrial da região. Entre os méritos do projeto, registram-se: proporcionar condições para o crescimento da produção e exportação de grãos ao criar nova alternativa logística; integrar regiões produtoras de grãos do Nordeste (MA, PI e BA) aos portos de Pecém-

CE e Suape-PE; potencializar a articulação de novos pólos minerais e agro-industriais e arranjos produtivos locais, especialmente o pólo gesseiro do Araripe e proporcionar a criação de mais de 600 empregos diretos e milhares de empregos indiretos na sua área de influência. Em 2009 foram realizadas desapropriações de imóveis na faixa de domínio da ferrovia, com execução financeira de 48,0%.

No modal hidroviário, a manutenção de 5.300 km de vias navegáveis sob jurisdição da Administração da Hidrovia do Nordeste, garantiu a trafegabilidade nos principais rios federais da região, contribuindo para melhorar as condições sócio-econômicas de áreas carentes, favorecendo a distribuição de renda e a desconcentração

populacional. A dotação orçamentária em 2009 foi R\$ 3,5 milhões.

Entre as ações no modal rodoviário, merecem destaque as seguintes obras:

- Adequação na BR-230/PB entre João Pessoa e Campina Grande. Em 2009 foram executados 5 km, concluindo a adequação do trecho, com extensão total de 112 km;
- Adequação na BR-101/RN entre Natal e a Divisa RN/PB, com extensão total de 81,4 km. Em 2009 foram executados 18,2 km representando 22,3% da obra.
- Adequação na BR-101/PB entre a Divisa RN/PB e Divisa PB/PE, com extensão total de 129,0 km. Em

2009 foram executados 15,5 km representando 12,0% da obra.

- Adequação na BR-101/PE entre a Divisa PB/PE e a Divisa PE/AL, com extensão total de 220,5 km. Em 2009 foram executados 35,5 km representando 16,1% da obra.
- Construção na BR-135/PI entre Jerumenha, Bertolândia e Eliseu Martins, com extensão total de 178,7 km. Em 2009 foram executados 35,0 km representando 19,6% da obra.
- Adequação de Ponte na BR-304/CE sobre Rio Jaguaribe (restauração/duplicação/construção de acessos) no município de Aracati, com extensão total de 3,1 km (0,5 km de ponte e 2,6 km de acessos). Em 2009 foram executados 90% da infraestrutura, 70% da mesoestrutura e 50% da superestrutura da ponte nova, representando 45,0% da obra.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R\$ milhões

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO                                  | LOA + CRÉDITOS | EMPENHADO      | LIQUIDADO    | PAGO         | % EXECUÇÃO    |
|-----------------------------------------------------|----------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| Transporte Rodoviário                               | 1.454,1        | 1.346,0        | 486,4        | 465,9        | 33,45%        |
| Transporte Ferroviário                              | 184,1          | 17,5           | 9,4          | 9,4          | 5,08%         |
| Transporte Hidroviário                              | 3,5            | 3,2            | 1,7          | 1,7          | 48,44%        |
| <b>1459 - Vetor Logístico Nordeste Setentrional</b> | <b>1.638,2</b> | <b>1.363,5</b> | <b>495,7</b> | <b>475,2</b> | <b>30,26%</b> |

Fonte: Siafi

Obs: Somente Despesas Discricionárias

#### Programa Qualidade dos Serviços de Transporte

O programa objetiva garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes.

As ações do programa são de fiscalização, regulação e normatização, sendo executadas, principalmente, no âmbito das agências reguladoras: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Em cumprimento à programação anual de fiscalização da exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido, foram realizadas inspeções técnicas e operacionais nas 12 concessionárias, resultando em notificações visando à manutenção da segurança operacional e melhorias na oferta de serviços de transportes.

A Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura Rodoviária – Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé (Brasil-Argentina) teve dotação orçamentária em 2009 de R\$ 0,6 milhões, totalmente empenhada e paga como aporte do governo brasileiro para as ações de fiscalização realizadas pela Delegação de Controle/Comissão Mista Brasil-Argentina – DELCON/COMAB, organismo internacional criado pelo Acordo de 22 de agosto de 1989 e seu protocolo adicional, de 6 de julho de 1990, celebrados entre o Brasil e a Argentina.

Ao longo de 2009 foram realizadas operações de fiscalização na prestação do serviço de transporte

rodoviário interestadual e internacional de passageiros, abrangendo mais de 235 mil veículos.

As ações de fiscalização verificaram as condições da prestação de serviços para adequá-las à legislação do setor, coibir irregularidades e mediar conflitos entre empresas e usuários, garantindo assim, segurança e qualidade no transporte rodoviário de passageiros.

Em abril de 2009, foi finalizada a consulta pública no âmbito do Projeto da Rede Nacional de Transporte Interestadual de Passageiros - PROPASS BRASIL, em todas as regiões do país, com a finalidade de reestruturar o transporte rodoviário regular, focado na qualidade dos serviços, na modicidade tarifária e no aprimoramento do modelo de gestão e controle.

O processo de concessão da 2ª etapa - fase II do programa de concessões rodoviárias, referente a trecho das rodovias BR 116/324-BA, com extensão de 680,6 km foi concluído. O início das operações da concessionária se deu em outubro de 2009.

Em 2009, as 14 concessionárias de rodovias investiram aproximadamente R\$ 786,7 milhões, contra cerca de R\$ 897,1 milhões, ocorridos em 2008. Essa redução é compatível com os cronogramas de investimento que integram os Planos de Exploração das Rodovias concedidas.

Dando continuidade às atividades de inscrição e manutenção do cadastro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC, decorrentes da regulamentação da Lei nº 11.442/2007,



iniciou-se em 2009 o recadastramento desses transportadores em adequação ao novo dispositivo legal, que definiu direitos do transportador, responsabilidades do transportador perante o contratante do serviço e incluiu as exigências: seguro contra perdas ou danos causados à carga e capacidade técnica e operacional.

Com relação às ações de fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de carga foi registrada uma execução de 120,58% da meta física e 77,47% da meta financeira. A fiscalização rodoviária de carga é efetuada apenas nas balanças.

Relativamente às outorgas na área de serviços de transportes aquaviários, em 2009 foram emitidos 107 Termos de Autorização a Empresas Brasileiras de Navegação - EBN, Empresas Brasileiras de Navegação Interior - EBNI e Terminais de Uso Privativo - TUP, resultando em um aumento de 5,5% comparativamente a 2008.

O incremento na regularização das EBNI ocorreu principalmente devido a um intenso trabalho de conscientização realizado junto aos empresários, principalmente da Região Amazônica. Com a divulgação

das regras do pré-sal, observou-se o crescimento do número de empresas interessadas em obter autorização para operarem na navegação de apoio marítimo.

A crise econômica não chegou a afetar a movimentação de carga em 2008, apesar da acentuada queda em dezembro, reduzindo a estimativa inicial de 822 milhões de toneladas para 768,3 milhões. Em 2009 a movimentação de cargas foi da ordem de 790 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 2,8% em relação a 2008. Em decorrência de Acordo de Cooperação firmado com o Comando da Marinha, cujo objeto é a cooperação técnica e operacional visando à fiscalização das empresas de navegação, das embarcações nacionais e estrangeiras, portos e terminais quanto ao cumprimento das normas da ANTAQ, foram assinados, em 2009, os Termos de Cooperação com os Comandos do 3º Distrito Naval, em Natal/RN, e 6º Distrito Naval, em Ladário/RS.

A aprovação, em 2008, de normas disciplinando o procedimento de fiscalização proporcionou, em 2009, um aumento significativo no número de penalidades aplicadas, 632.587, representando um acréscimo de 602% em relação a 2008.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R\$ milhões

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO                                 | LOA + CRÉDITOS | EMPENHADO   | LIQUIDADO   | PAGO        | % EXECUÇÃO    |
|----------------------------------------------------|----------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Normatização e Fiscalização                        | 48,9           | 41,4        | 32,1        | 31,5        | 65,65%        |
| Administração de Concessões                        | 2,1            | 1,3         | 1,2         | 1,2         | 58,65%        |
| Transporte Ferroviário                             | 10,0           | 0,0         | 0,0         | 0,0         | 0,00%         |
| <b>1463 - Qualidade dos Serviços de Transporte</b> | <b>51,0</b>    | <b>42,6</b> | <b>33,4</b> | <b>32,7</b> | <b>65,37%</b> |

Fonte: Siafi

Obs: Somente Despesas Discricionárias

#### Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

O objetivo do programa é renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no país para o transporte marítimo e de navegação interior.

O Fundo da Marinha Mercante tem atualmente uma carteira de 515 projetos considerados prioritários.

Os 245 já contratados desde 2007, envolvendo a garantia de R\$ 10,55 bilhões para financiamento de projetos até 2010, apresentam a seguinte situação: 113 embarcações concluídas; 98 embarcações e 2 estaleiros em construção (Atlântico Sul – Suape/PE e Navship – Navegantes/SC); e 32 embarcações contratadas. Os 270 projetos restantes aguardam contratação (253 embarcações e 17 estaleiros), representando um investimento total de R\$ 22.770,0 milhões.

Em 2009, destacam-se como principais resultados: o avanço na execução dos Estaleiros Navship (97% de realização, sendo 22% em 2009) e Atlântico Sul (86% realizados, sendo 42% em 2009).

Os financiamentos para construção de embarcações saltaram de R\$ 472,8 milhões em 2005 para R\$ 1.541,5 milhões em 2009, representando um aumento de 226%.

É importante observar que, mesmo face à crise financeira mundial de 2009, a demanda por financiamento com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM cresceu em relação a 2008.

Não existe uma correspondência direta entre o total de recursos liberados no exercício de um ano e o total de embarcações/estaleiros entregues neste mesmo período, tendo em vista que geralmente a construção de uma embarcação/estaleiro tem duração superior a um ano.

Em 2009 o desembolso de recursos do FMM para financiamento de construção e ampliação de estaleiros foi de R\$ 510,2 milhões.

Demandaram recursos para implantação ou ampliação dos estaleiros nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R\$ milhões

| PROGRAMA/SUBFUNÇÃO                                                                | LOA + CRÉDITOS | EMPENHADO       | LIQUIDADO       | PAGO            | % EXECUÇÃO    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Administração Geral                                                               | 8,2            | 4,4             | 2,8             | 2,8             | 33,70%        |
| Tecnologia da Informação                                                          | 13,3           | 12,9            | 12,3            | 12,3            | 91,98%        |
| Formação de Recursos Humanos                                                      | 0,3            | 0,2             | 0,1             | 0,1             | 36,67%        |
| Promoção Industrial                                                               | 2.936,2        | 2.270,6         | 2.056,4         | 2.056,4         | 70,04%        |
| Serviços Financeiros                                                              | 10,0           | 10,0            | 10,0            | 10,0            | 100,00%       |
| Transporte Hidroviário                                                            | 140,0          | 140,0           | 140,0           | 140,0           | 100,00%       |
| <b>8768 - Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval</b> | <b>3.113,0</b> | <b>2.438,10</b> | <b>2.221,51</b> | <b>2.221,51</b> | <b>71,36%</b> |

Fonte: Siafi

Obs: Somente Despesas Discricionárias

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2009 DA FUNÇÃO TRANSPORTE

em R\$ milhões

| 26 TRANSPORTE                                        | 2009             |                   |                     |                 |               |
|------------------------------------------------------|------------------|-------------------|---------------------|-----------------|---------------|
|                                                      | LOA + CRÉDITOS   | EMPENHOS EMITIDOS | EMPENHOS LIQUIDADOS | EMPENHOS PAGOS  | % EXECUÇÃO    |
| 121 - Planejamento e Orçamento                       | 446,8            | 359,2             | 114,8               | 106,6           | 0,68%         |
| 122 - Administração Geral                            | 314,5            | 285,1             | 195,0               | 192,7           | 1,16%         |
| 125 - Normatização e Fiscalização                    | 48,9             | 41,4              | 32,1                | 31,5            | 0,19%         |
| 126 - Tecnologia da Informação                       | 82,4             | 73,5              | 59,7                | 59,6            | 0,36%         |
| 128 - Formação de Recursos Humanos                   | 3,8              | 2,4               | 2,0                 | 2,0             | 0,01%         |
| 130 - Administração de Concessões                    | 2,1              | 1,3               | 1,2                 | 1,2             | 0,01%         |
| 131 - Comunicação Social                             | 14,2             | 11,4              | 6,7                 | 6,7             | 0,04%         |
| 301 - Atenção Básica                                 | 35,1             | 33,7              | 25,5                | 25,5            | 0,15%         |
| 306 - Alimentação e Nutrição                         | 11,0             | 10,9              | 10,6                | 10,6            | 0,06%         |
| 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador           | 6,2              | 5,6               | 5,5                 | 5,5             | 0,03%         |
| 365 - Educação Infantil                              | 0,7              | 0,6               | 0,6                 | 0,6             | 0,00%         |
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 0,5              | 0,5               | 0,0                 | 0,0             | 0,00%         |
| 542 - Controle Ambiental                             | 34,7             | 9,4               | 6,2                 | 5,7             | 0,04%         |
| 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia       | 15,0             | 8,0               | 0,5                 | 0,5             | 0,00%         |
| 661 - Promoção Industrial                            | 2.936,2          | 2.270,6           | 2.056,4             | 2.056,4         | 12,24%        |
| 694 - Serviços Financeiros                           | 10,0             | 10,0              | 10,0                | 10,0            | 0,06%         |
| 782 - Transporte Rodoviário                          | 10.326,9         | 9.196,1           | 3.812,2             | 3.572,7         | 22,68%        |
| 783 - Transporte Ferroviário                         | 1.596,4          | 1.203,6           | 356,8               | 350,1           | 2,12%         |
| 784 - Transporte Hidroviário                         | 921,4            | 863,7             | 599,9               | 596,2           | 3,57%         |
| <b>TOTAL</b>                                         | <b>16.806,84</b> | <b>14.387,08</b>  | <b>7.295,72</b>     | <b>7.034,07</b> | <b>43,41%</b> |

Fonte: Siafi Gerencial

(\*) Regra de cálculo: Empenhos Liquidados/Total LOA + Créditos

### 5.1.23. Função Assistência Social

O Brasil está vivendo uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas, promovida por uma concepção de desenvolvimento mais distributiva e sustentável. Nesse contexto, as políticas sociais ganham papel relevante, rompendo com a falsa dicotomia entre o social e o econômico.

A desigualdade de renda brasileira declinou de forma sistemática, acentuada e sem precedentes entre 2001 e 2008, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios - PNAD 2008, divulgada em 2009. Ao analisar a desigualdade de renda familiar per capita segundo o coeficiente de Gini, verifica-se uma queda de 8,4% entre os anos de 2001 e 2008 (de 0,594 para 0,544), o que indica a tendência rumo a uma sociedade mais justa. Uma decomposição fatorial por fonte de renda do coeficiente de Gini aponta para a desconcentração da renda do trabalho como responsável pela maior parte desse movimento, embora as transferências públicas (aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família) tenham revelado significativa contribuição.



Fonte: IPEA – Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2008

Ademais, em 2008 o país foi capaz de reduzir a extrema pobreza à metade do valor do ano de 2003, de maneira a alcançar em 5 anos o que o Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio - ODM estabeleceu que fosse feito em 20 anos, até 2015, conforme demonstra a seguir. Além da queda da desigualdade e da pobreza em termos de renda, os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008 revelam a expansão do acesso da população, em especial dos grupos mais vulneráveis, a uma ampla variedade de oportunidades

como o acesso a serviços habitacionais básicos, à informação e à educação. A expansão continuada do acesso aos itens que caracterizam a qualidade do domicílio (normativamente definida segundo quatro aspectos: acesso a saneamento básico, características físicas adequadas, ocupação adequada e acesso a bens de consumo duráveis) foi também acompanhada pela desconcentração, tornando o acesso mais bem distribuído e menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos.

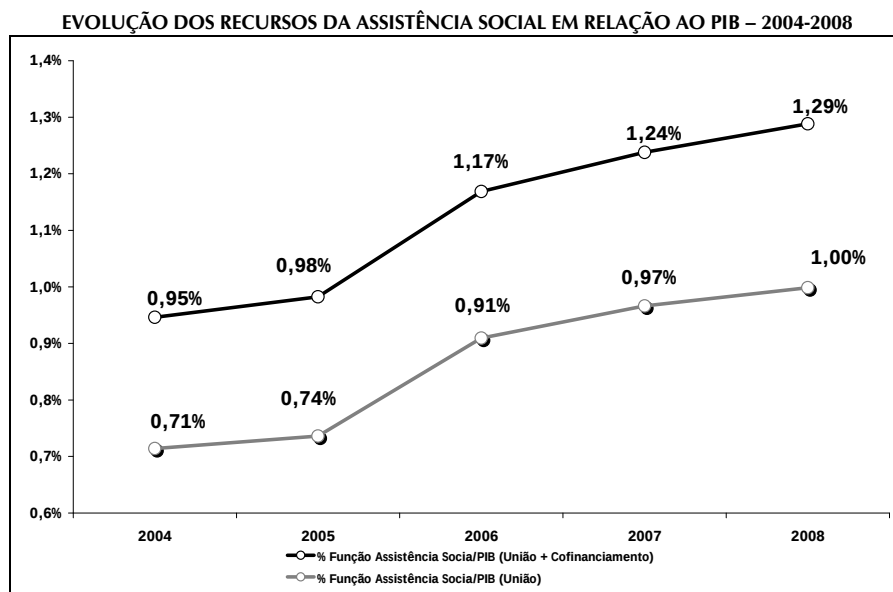


No que se refere à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil - IDH, medida calculada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD que engloba as dimensões de renda, educação e longevidade, o Brasil manteve a classificação de país de desenvolvimento humano elevado, alcançado em 2005. A elevação na dimensão absoluta do índice de 0,807 em 2006, para 0,813 em 2007 esteve relacionada principalmente ao aumento do PIB per capita no período considerado, embora a edição especial do relatório anual "Situação Mundial da Infância do Fundo das Nações Unidas para a Infância" (Unicef) aponte que o país faz parte do grupo de 25 nações – em meio a 196 analisadas – que mais avançou na redução da mortalidade de menores de 5 anos, atingindo em 2008 a marca de 22 mortes para cada mil nascidos vivos.

O relatório cita os avanços também na redução da desnutrição em crianças menores de dois anos – de 2000 a 2008, o índice caiu 77%. Outro destaque trata do acesso à escola já que, em 2001, 920 mil crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula. Em 2008, o número caiu para 570 mil. As condicionalidades de saúde e educação do Programa Bolsa Família, referentes à frequência escolar, vacinação, acompanhamento nutricional das crianças e das gestantes, certamente contribuíram para a evolução dos números apresentados.

De acordo com os dados divulgados pela PNAD 2009, o ano de 2008 reafirmou a tendência de queda do trabalho infantil no país. Para a faixa etária de 5 a 15 anos, a taxa de trabalho infantil caiu de 6,6% para 5,8%, evoluindo de 2,49 milhões de crianças em situação de trabalho em 2007 para 2,14 milhões em 2008, ou seja, aproximadamente 350 mil crianças de 5 a 15 anos deixaram de trabalhar no intervalo de um ano. Já na faixa etária entre 5 e 13 anos a ocupação caiu acentuadamente de 1,2 milhão em 2007 (19,2%) para 993 mil em 2008, alcançando o menor nível de ocupação da década (3,2%).

Os resultados de impacto na redução da pobreza e da desigualdade são fruto, em grande parte, da ampla política social de Estado concebida com foco nos mais pobres. Trata-se de uma clara prioridade de atuação e intervenção comprometida com a Agenda Social. Nessa perspectiva, constata-se o crescimento contínuo dos recursos destinados à Assistência Social, que em termos nominais aumentaram 102,5% de 2004 a 2008; em relação ao PIB, os recursos evoluíram de 0,95% em 2004, para 1,29% em 2008. Considerando que em 2008 o PIB teve um incremento da ordem de 48,8% em termos nominais em relação a 2004, verifica-se um crescimento maior do investimento na área social.



Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Dados: SIAFI; SISTN/STN; IBGE)

### Função Assistência Social

Com o intuito de apoiar a gestão das ações da função Assistência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS desenvolve pesquisas de avaliação e processos de monitoramento dos programas e ações executados ou financiados pelo Governo Federal, bem como a capacitação de gestores e técnicos e a disseminação do conhecimento, agregando qualidade à gerência e ao desempenho dos programas e políticas sociais. A Matriz de Informação Social, principal ferramenta de gestão e acompanhamento de informações estratégicas, permitiu consolidar as informações das ações do MDS e dos recursos investidos nas mesmas, de maneira a acompanhar a evolução dos principais indicadores sociais.

Por meio do monitoramento dos equipamentos sociais, como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, o Censo do Sistema Único de Assistência Social, sequencial aos anos de 2007 e 2008, levantou a situação dos equipamentos e sua forma de funcionamento, dados utilizados como subsídios para o cálculo de indicadores de qualidade, ações de correção de problemas, bloqueio de repasses de recursos financeiros e definição da política de expansão dos serviços. O IDCRA

S, é um indicador de desempenho do CRAS consolidado em 2009, é uma metodologia adotada para a construção de um indicador sintético que está baseada em uma perspectiva de estágios de desenvolvimento dos CRAS, no total de 10 estágios. Em 2009 foi iniciado também o processo de elaboração do IDCRA, de forma semelhante ao já consolidado IDCRA.

O Censo CRAS 2009 registrou 5.796 CRAS, em 4.326 municípios e no DF. Em relação a 2008, constata-se um aumento de 13% de CRAS no Brasil. Do total de CRAS registrado no Censo 2009, 3.916 são cofinanciados pelo Governo Federal. Já o Censo SUAS, incorporando o segundo censo CREAS, indicou a existência de 1.200 CREAS em funcionamento, número maior que os cofinanciados pelo Governo Federal, o que demonstra o comprometimento dos demais entes federados na consolidação dessa unidade de referência no âmbito do SUAS.

Por fim, é importante ressaltar a promoção de ações de monitoramento na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no apoio à construção de indicadores e no desenvolvimento e melhoria de ferramentas de informação que auxiliem e orientem os gestores na tomada de decisão, visando melhor focalização dos esforços e melhoria no atendimento das demandas.

### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2004/2009

em R\$ milhões

| ASSISTÊNCIA SOCIAL | EMPENHADO       |                 |                 |                 |                 |                 | TOTAL            |
|--------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
|                    | 2004            | 2005            | 2006            | 2007            | 2008            | 2009            |                  |
| OFSS               | 13.863,4        | 15.806,1        | 21.554,6        | 24.713,6        | 28.845,2        | 33.335,6        | 138.118,4        |
| OI                 | 0               | 0               | 0               | 0               | 0               | 0               | 0                |
| <b>TOTAL</b>       | <b>13.863,4</b> | <b>15.806,1</b> | <b>21.554,6</b> | <b>24.713,6</b> | <b>28.845,2</b> | <b>33.335,6</b> | <b>138.118,4</b> |

Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação CGPA/SPO/SE/MDS (Dados: SIAFI)

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO POR SUBFUNÇÃO GOVERNAMENTAL  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009**

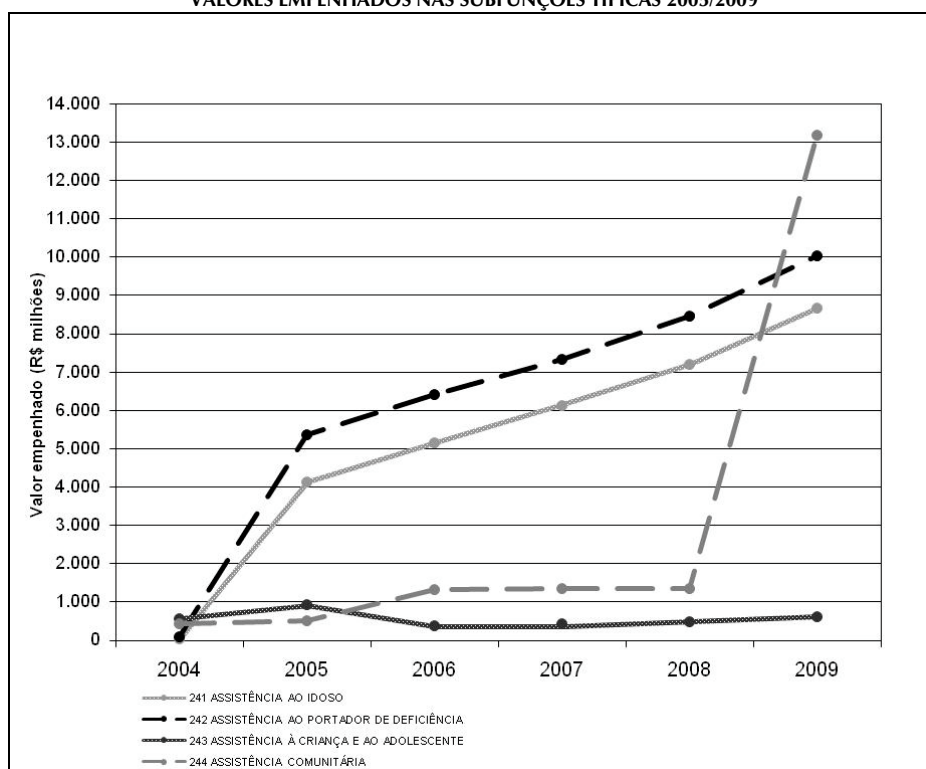
em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                                    | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO 08 POR SUBFUNÇÕES |             | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 08 EM OUTRAS FUNÇÕES |             | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 08 |             |
|----------------------------------------------|--------------------------------------|-------------|--------------------------------------------------------|-------------|-----------------------------------|-------------|
|                                              | EMPENHADO                            | %           | EMPENHADO                                              | %           | EMPENHADO                         | %           |
| Subfunções Típicas                           |                                      |             |                                                        |             |                                   |             |
| 241 - Assistência ao Idoso                   | 8.674,98                             | 96,9        | 0,82                                                   | 91,6        | 8.675,81                          | 96,9        |
| 242 - Assistência ao Portador de Deficiência | 10.037,20                            | 98,7        | 2,52                                                   | 96,0        | 10.039,72                         | 98,7        |
| 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente | 618,36                               | 90,8        | 99,92                                                  | 88,9        | 718,28                            | 90,6        |
| 244 - Assistência Comunitária                | 13.174,24                            | 97,8        | 582,71                                                 | 72,4        | 13.756,95                         | 96,3        |
| Outras Subfunções                            | <b>830,79</b>                        | <b>78,9</b> | -                                                      | -           | <b>830,79</b>                     | <b>78,9</b> |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>33.335,58</b>                     | <b>97,1</b> | <b>685,98</b>                                          | <b>74,5</b> | <b>34.021,55</b>                  | <b>96,5</b> |

Pela análise da evolução dos recursos da Função Assistencial Social, por subfunção, nota-se que, em 2004, o Benefício de Prestação Continuada - BPC se encontrava alocado na subfunção 845 – Transferências, o que não ocorreu em 2005, quando o BPC idoso passou a ser alocado na subfunção 241 – Assistência ao Idoso, e o BPC Deficiente, na subfunção 242 – Assistência ao Portador de Deficiência. Com essa alteração, observa-se um incremento significativo das duas últimas subfunções mencionadas entre os exercícios de 2004 e 2005. Dessa forma, resta na subfunção 845 – Transferências, a partir do exercício de 2005, apenas o recurso alocado no Programa Bolsa Família (PBF). Outra variação significativa ocorreu entre os exercícios de 2007 e 2008 na medida em que o

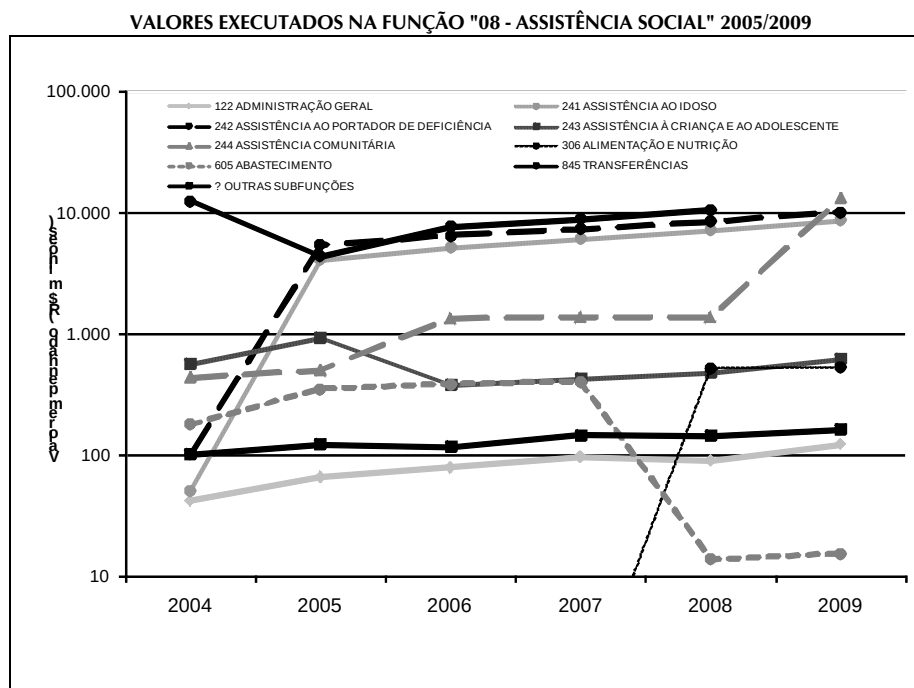
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA passou de figurar, até 2007, na subfunção 605 – Abastecimento para figurar, a partir de 2008, na subfunção 306 – Alimentação e Nutrição, de modo a classificar melhor o gasto conforme seu objetivo final. Nesse mesmo sentido, a última variação significativa em termos de subfunção ocorreu entre os exercícios de 2008 e 2009, na medida em que os recursos do PBF mudaram da subfunção 845 – Transferências para ser classificados na subfunção 244 – Assistência Comunitária a partir de 2009. Segue abaixo o quadro com a execução do MDS por subfunção. A seguir encontra-se o gráfico evidenciando a evolução, 2005 a 2009, nas subfunções típicas.

**VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009**



Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – CGPA/SPO/SE/MDS

Obs.: Também houve execução na função 28 – Encargos especiais de R\$ 72.400 no ano de 2009. Contudo tal execução não é representativa na escala de valores que foi utilizada neste trabalho.



A política pública de assistência social foi organizada, a partir de 2005, em um novo modelo de gestão descentralizada e participativa, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que visa a regulação e organização, em todo o território nacional, dos projetos, programas, benefícios e serviços socioassistenciais, fundamentado na complexidade dos serviços em níveis de proteção social básica e especial, na centralidade da família, na territorialização, na participação social e no financiamento partilhado pelas três esferas de governo.

Em 2009, 99% dos municípios brasileiros (5.507) estavam habilitados em algum nível de gestão do SUAS sendo que, 940 municípios (16,9% do total de municípios) em gestão inicial, 4.182 municípios (75,2%) em gestão básica e 385 (6,9%) em gestão plena. Ao final de 2009, apenas 57 municípios (1%) não estavam habilitados ao SUAS. O nível crescente de adesão ao SUAS desde a sua implantação no ano de 2005 até o exercício de 2009 e o incremento da habilitação nos níveis de gestão básica e plena, conforme observado no quadro a seguir demonstra a consolidação desse modelo de gestão compartilhada.

**EVOLUÇÃO DA ADEÇÃO AO SUAS – 2005 A 2009**

| TIPO DE HABILITAÇÃO | PERÍODO     |             |             |             |             |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                     | 2005        | 2006        | 2007        | 2008        | 2009        |
| Não Habilitados     | 417         | 231         | 124         | 98          | 57          |
| Gestão Inicial      | 1625        | 1286        | 1262        | 1170        | 940         |
| Gestão Básica       | 3206        | 3690        | 3813        | 3921        | 4182        |
| Gestão Plena        | 312         | 356         | 364         | 374         | 385         |
| <b>TOTAL</b>        | <b>5560</b> | <b>5563</b> | <b>5563</b> | <b>5563</b> | <b>5564</b> |

Fonte: SNAS

Como estratégia fundamental para a consolidação do SUAS, merece destaque a formação de agentes de controle social da assistência social, por meio da capacitação dos conselheiros nacionais, estaduais e do DF, que destinou-se ao aprimoramento da capacidade institucional dos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social, por meio do desenvolvimento das competências individuais e coletivas dos seus membros relacionadas ao exercício do controle social da política de proteção social não contributiva. Foram oferecidas 430 vagas aos membros dos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social, dentre os quais figuram conselheiros e secretários executivos.

No que se refere aos avanços em termos de regulação, ressalta-se a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e o protocolo de gestão. Por meio da Resolução nº 109/2009 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que padroniza em todo território nacional os serviços de assistência social, cria identidade para os seus serviços e passam a ter nomenclatura padronizada nacionalmente, favorecendo a unidade de compreensão. Ainda na área de regulação, destaca-se a elaboração e publicação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009).

O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS estabelece procedimentos necessários para garantir a oferta prioritária de serviços socioassistenciais para as famílias do Programa Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais, especialmente das que apresentam sinais de maior vulnerabilidade.

Visando atender ao que determina a Política Nacional de Assistência Social, de implementar o Sistema Nacional de Vigilância Social, o MDS firmou parceria, no final de 2008, com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ para realizar o Projeto de Implementação de Ações de Vigilância Social, que culminou na elaboração de um relatório preliminar com as variáveis e os indicadores da situação de vulnerabilidade e risco social nos municípios brasileiros.

No tocante às publicações destacam-se em 2009 os documentos “Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS” e do caderno “CRAS – a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços”, que trazem um conjunto de diretrizes e informações para apoiar os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação e funcionamento do CRAS. Ainda em 2009 foram publicados os Cadernos de Orientação do Projovem Adolescente, um conjunto de oito volumes lançado em outubro e o documento “Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” (Resolução conjunta CNAS/CONANDA nº 01/2009).

A seguir são apresentados os principais resultados dos cinco programas estruturantes no âmbito da função Assistência Social, com informações sobre as metas de atendimento e a execução financeira no exercício de 2009.

### **Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família - PBF é a principal ação pública de transferência de renda condicionada do Brasil. Em 2009, completou seu sexto ano de operação, no qual foram tomadas medidas importantes para o aperfeiçoamento do Programa e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico).

Criado pela Lei nº 10.836/2004, o PBF visa contribuir para a superação da pobreza e a diminuição da desigualdade no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis.

Em 2009, diversas iniciativas foram tomadas para ampliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade. Uma das principais foi o reajuste dos benefícios em aproximadamente 10%, a fim de preservar o poder de compra das famílias diante da alta dos preços dos produtos alimentares. Assim, o benefício básico, voltado às famílias em situação de extrema pobreza, passou de R\$ 62,00 para R\$ 68,00; o benefício variável, voltado a famílias em situação de pobreza que têm crianças e adolescentes de até 15 anos, limitado a três benefícios, passou de R\$ 20,00 para R\$ 22,00, e o Benefício Variável Vinculado ao Jovem - BVJ, voltado a famílias em situação de pobreza que têm adolescentes de 16 e 17 anos de idade, limitado a dois benefícios, passou de R\$ 30,00 para R\$ 33,00. O ano foi marcado também por aperfeiçoamentos na metodologia de focalização do Programa Bolsa Família. O primeiro foi a alteração dos critérios de elegibilidade do PBF: a linha de extrema pobreza passa a corresponder a uma renda familiar per capita de até R\$ 70,00 e a linha de pobreza a uma renda familiar per capita de até R\$ 140,00. O segundo foi a atualização das estimativas de pobreza utilizadas pelo Programa por meio da incorporação de um coeficiente de vulnerabilidade de renda que considera a instabilidade dos ganhos das famílias mais pobres. Finalmente, as estimativas da população-alvo do Programa nos municípios foram redefinidas com base na metodologia dos Mapas de Pobreza. Com isto, o público potencialmente beneficiário do Bolsa Família passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias distribuídas em todo o território nacional. Com base nessas novas estimativas, realizou-se a expansão da cobertura do Programa Bolsa Família em três etapas. A primeira foi concluída em maio, quando ocorreu a inclusão de 300 mil novas famílias; a segunda, em agosto, com a inclusão de mais 500 mil famílias; a terceira e última aconteceu na folha de pagamentos de outubro, com a inclusão de outras 500 mil famílias. No total, 1,3 milhão de famílias foram incluídas no Bolsa Família em 2009. Também em 2009 o PBF beneficiou 12.370.915 famílias, em 100% dos municípios brasileiros, com um benefício financeiro de valor médio de R\$ 94,92. Os recursos financeiros repassados pelo Bolsa Família para pagamento de benefícios totalizaram R\$ 11,84 bilhões em 2009, ou aproximadamente 0,4% do PIB de 2008, o que demonstra que esse Programa tem um custo relativamente baixo, considerando seu impacto positivo na redução da pobreza e da concentração de renda. Esse montante representa 28,69% do total repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 16% do total de Transferências Constitucionais no mesmo período. Na Região Nordeste, os recursos repassados pelo Bolsa Família representam 42,33% dos recursos repassados pelo FPM e 24,92% do total das Transferências Constitucionais, o que demonstra a importância desse Programa para os cidadãos e, ainda, para a economia da Região. A tabela a seguir compara os montantes de recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e das transferências de renda.



**TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA O MUNICÍPIO – DEZEMBRO/2009 (R\$ MILHÕES)**

| REGIÃO             | FPM<br>(A)    | TOTAL DAS<br>TRANSFERÊNCIAS<br>CONSTITUCIONAIS<br>(B) | TOTAL DOS<br>PROGRAMAS DE<br>TRANSFERÊNCIA DE<br>RENDA<br>(C) | PTR/ FPM<br>(C/A) | PTR / TRANSF.<br>CONSTITUCIONAL<br>(C/B) |
|--------------------|---------------|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------------------|
| CENTRO-OESTE       | 2.951         | 4.935                                                 | 602                                                           | 20,38%            | 12,19%                                   |
| NORDESTE           | 14.665        | 24.913                                                | 6.208                                                         | 42,33%            | 24,92%                                   |
| NORTE              | 3.655         | 6.655                                                 | 1.135                                                         | 31,06%            | 17,06%                                   |
| SUDESTE            | 12.794        | 25.983                                                | 2.935                                                         | 22,94%            | 11,30%                                   |
| SUL                | 7.222         | 11.530                                                | 964                                                           | 13,35%            | 8,36%                                    |
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>41.286</b> | <b>74.017</b>                                         | <b>11.844</b>                                                 | <b>28,69%</b>     | <b>16,00%</b>                            |

Fonte: STN

A execução da meta financeira do PBF, no período de 2005 a 2009, será apresentada na tabela a seguir. Cabe esclarecer que, na elaboração do PPA 2008-2011, a Senarc propôs o desmembramento da ação Serviço de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência de Renda. Dessa forma, foi acrescida ao PBF a ação

Serviço de Apoio a Gestão Descentralizada do PBF, que tem como finalidade transferir recursos financeiros aos estados e municípios com propósito de assegurar melhoria do desempenho da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

**EXECUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - 2005/2009**

em R\$ milhões

| AÇÃO         |                                                                                                                            | 2005            | 2006            | 2007            | 2008             | 2009             |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| 006O / 8442  | Transferência de Renda Diretamente às Famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza                                    | 4.307,94        | 5.807,58        | 8.755,56        | 10.472,87        | 11.844,28        |
| 2272         | Gestão e Administração do Programa                                                                                         | 9,60            | 1,58            | 2,87            | 2,12             | 1,00             |
| 6414         | Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda – Cadastro Único | 7,20            | 14,79           | 15,00           | 15,01            | 3,92             |
| 6524         | Serviço de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência de Renda                                       | 178,30          | 523,98          | 406,53          | 191,70           | 218,70           |
| 8446         | Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família                                                        | 0,00            | 0,00            | 0,00            | 257,90           | 231,92           |
| <b>TOTAL</b> |                                                                                                                            | <b>4.503,05</b> | <b>6.347,94</b> | <b>9.179,95</b> | <b>10.939,59</b> | <b>12.299,82</b> |

Fonte: SIGPlan

O MDS vem utilizando indicadores de gestão para monitoramento e avaliação do PBF e do Cadastro Único. Além de medir o alcance das metas, esses indicadores contribuem para a transparência no que concerne à execução do PBF e do Cadastro Único e à identificação de particularidades não previstas no desenho inicial. Isso conduz à percepção dos resultados e do impacto no público para o qual se destina as ações do programa. Com a mudança na metodologia para estimar o público-alvo do Programa Bolsa Família, em 2009, o número potencial de

beneficiários passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias. Sendo assim, com a expansão estabelecida para o exercício de 2009, o resultado de apuração do indicador Taxa de Atendimento às Famílias Pobres atingiu 100%. Quanto ao total de famílias beneficiárias do PBF, com os números definidos a partir da nova estimativa apurou-se, nesse indicador, um resultado de 95,2%. A tabela a seguir apresenta o resultado do monitoramento dos indicadores contidos no Plano Plurianual.

**INDICADORES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - 2008 E 2009 (%)**

| INDICADOR                                                | 2008     |           | 2009     |           |
|----------------------------------------------------------|----------|-----------|----------|-----------|
|                                                          | PREVISÃO | RESULTADO | PREVISÃO | RESULTADO |
| Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação | 80,00    | 84,80     | 85,00    | 88,40     |
| Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde    | 60,00    | 58,20     | 70,00    | 64,50     |
| Taxa de Atendimento às Famílias Pobres                   | 100,00   | 100,00    | 100,00   | 95,20     |

Fonte: SIGPlan

Em relação ao acompanhamento de condicionalidades do Bolsa Família, na área de educação, o exercício de 2009 foi encerrado com 88,4% dos integrantes em idade escolar das famílias beneficiárias com a frequência escolar monitorada, representando 15,7 milhões de alunos acompanhados no bimestre outubro/novembro. Em relação

ao final de 2008, quando o resultado foi de 84,8%, o crescimento na taxa de acompanhamento foi de 4,4 pontos percentuais. O percentual de alunos de 6 a 15 anos com acompanhamento registrado chegou a 89,6%, representando 14 milhões de alunos. Para os alunos com idade entre 16 a 18 anos, o percentual de

acompanhamento foi de 79,4%, o que representa 1,7 milhão de jovens acompanhados.

No que se refere ao acompanhamento de condicionalidades na área de saúde, o exercício de 2009 foi encerrado com 64,5% das famílias que possuem integrantes no perfil para acompanhamento de saúde com o acompanhamento realizado no 2º semestre de 2009. Este indicador corresponde ao acompanhamento de 6,3 milhões de famílias. Em relação ao final de 2008, quando o resultado foi de 58,2%, o crescimento na taxa de acompanhamento foi de 6,3 pontos percentuais no exercício.

Em setembro de 2009 foi publicada portaria que institui o Fórum Intergovernamental e Intersetorial de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família. De caráter consultivo, o Fórum será um espaço destinado ao debate e à integração entre políticas públicas das três esferas de governo no acompanhamento das condicionalidades do Programa, visando ao seu aprimoramento.

Importante ressaltar, em 28 de outubro de 2009, o lançamento oficial do Projeto de Inclusão Bancária dos beneficiários do PBF, regulamentado pelo Decreto nº 7.013/2009. Esse projeto contribui para ampliar a inclusão social das famílias atendidas pelo Programa, pois viabiliza o acesso ao sistema financeiro formal e pode garantir a oferta de instrumentos financeiros importantes à população de baixa renda, como poupança, microcrédito e microsseguros, além de proporcionar flexibilidade para a utilização de serviços bancários. Desde o lançamento do projeto-piloto, em março de 2008, o Projeto de Inclusão Bancária já alcançou cerca de dois milhões de famílias beneficiárias, o que representa R\$ 169 milhões transferidos mensalmente (por volta de 16% do total de benefícios transferidos às famílias do PBF no mês de novembro de 2009). A meta é alcançar quatro milhões de famílias até o final de 2010.

No que se refere à oferta de programas complementares ao PBF, destaca-se o programa Próximo Passo, executado por meio de articulação entre o MDS e o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, o qual visa a oferta de ações de qualificação profissional vinculadas a demandas efetivas por mão-de-obra de vários setores da atividade econômica, a exemplo das oportunidades ocupacionais surgidas com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Minha Casa Minha Vida, bem como para atender a diversos eventos turísticos, entre os quais a Copa do Mundo de 2014.

Como uma das ações do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, os cursos de qualificação profissional nos setores da construção civil e do turismo são financiados com recursos do orçamento de 2008, alocados no FAT. Assim, cabe ao MTE a contratação das executoras para ministrar os cursos e ao MDS todo o processo de articulação com as redes estaduais e municipais de assistência social e do Bolsa Família, visando a mobilização dos beneficiários para participarem da qualificação. Em 2009, passaram pela qualificação quase 40 mil beneficiários do PBF, nos setores

da construção civil - em articulação com as obras do PAC - e do turismo, em mais de 200 municípios brasileiros.

A parceria firmada com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB tem também contribuído para ampliar o acesso dos beneficiários ao Microcrédito Produtivo Orientado. Conforme dados do BNB (novembro de 2009), metade da carteira de clientes do Programa Crediamigo (microcrédito urbano) é composta por beneficiários do PBF (51,5%), totalizando 205 mil empreendedores de baixa renda.

Na estratégia de apoio à gestão compartilhada do Programa, destaca-se a institucionalização do Índice de Gestão Descentralizada - IGD, com a publicação da Lei nº 12.058/2009, que consolida esse instrumento de aferição da qualidade da gestão do PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico em nível municipal através de indicadores definidos com esta finalidade. Esses indicadores refletem os esforços dos gestores no acompanhamento das condicionalidades e na atualização do cadastro das famílias vulneráveis. No exercício de 2009, foram transferidos a estados e municípios R\$ 231,92 milhões, sendo que R\$ 231,78 milhões referem-se a transferências para municípios e R\$ 0,14 milhões referem-se a repasses a estados não efetuadas em 2008. Em 2009 foi finalizada a parceria com a totalidade municípios brasileiros, que participam, junto com os estados e o Governo Federal, de ações para melhoria das condições de vida das famílias carentes.

O CadÚnico, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, ao final de 2009, contou com cerca de 19 milhões de famílias identificadas na sua base de dados, totalizando cerca de 72 milhões de pessoas. Destas, em torno de 32 mil famílias em todo o Brasil estão identificadas como quilombolas, sendo aproximadamente 25 mil beneficiárias do PBF e cerca de 76 mil famílias identificadas como indígenas, sendo aproximadamente 64 mil delas beneficiárias do PBF. Em 2009 houve ampla mobilização dos gestores municipais para atualizar os dados das famílias beneficiárias com mais de dois anos desde a última alteração cadastral. Desde o lançamento da estratégia de revisão cadastral, em fevereiro deste ano, mais de 2,7 milhões de famílias tiveram o cadastro atualizado.

A Portaria nº 376/2008 define e normatiza procedimentos e conceitos para a gestão do Cadastro Único que ainda não haviam sido regulamentados e define o novo formulário de coleta de dados. Este Formulário passará a ser utilizado pelos municípios a partir da implantação da nova versão do Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único, denominada Projeto CadÚnico 7, prevista para iniciar em 2010. Esta nova versão do Aplicativo permitirá às prefeituras realizar o cadastramento e a manutenção dos dados das famílias de baixa renda por meio de aplicação on-line, baseada em tecnologia web e de software livre.

Para implantar o novo formulário do CadÚnico, foi iniciado processo de capacitação que terá continuidade ao longo de 2010. Em 2009, foram capacitados 435 multiplicadores entre técnicos estaduais e municipais

ligados à gestão do CadÚnico. Os instrutores serão responsáveis por capacitar, em seus estados, mais de 15.000 entrevistadores que realizarão o cadastramento das famílias nos municípios. Para esse processo de capacitação foram elaboradas sete publicações impressas, além de um vídeo instrucional, com o objetivo de assegurar que os conhecimentos necessários para o preenchimento do novo formulário cheguem com homogeneidade a cada entrevistador, de forma a garantir a qualidade e ampliar a fidedignidade dos dados do CadÚnico.

Periodicamente há verificações das informações declaradas no CadÚnico pelas famílias integrantes do PBF a partir de comparações com informações contidas em outras bases de dados. Em 2009, foi feito o cruzamento do CadÚnico com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2007 e com a Relação de Políticos Eleitos e Suplentes no Pleito de 2008 do Tribunal Superior Eleitoral.

Na comparação entre a RAIS 2007 e o CadÚnico foram identificadas todas as pessoas que aparecem, simultaneamente, no CadÚnico e na RAIS e foram comparadas as rendas informadas em cada uma dessas bases. Nos casos em que foram encontradas divergências entre essas informações, a renda per capita familiar registrada no CadÚnico foi recalculada, tendo como referência a renda média anual constante da base da RAIS. Os municípios puderam realizar a atualização cadastral das famílias identificadas na RAIS 2007 até 31 de dezembro de 2009. A partir desta data, as famílias identificadas cujos dados não foram atualizados tiveram seus benefícios bloqueados na folha de pagamento do PBF de janeiro de 2010.

Para a realização do batimento das informações da base de Políticos 2008 e do CadÚnico, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE encaminhou a Senarc a base de dados dos Políticos Eleitos e Suplentes de 2008. De posse dessas informações foi possível verificar se o político cadastrado no CadÚnico é também o responsável pela unidade familiar. Cabe ainda destacar a disponibilização, em julho de 2009, do Sistema de Monitoramento de Auditorias do CadÚnico - SIMAC, por meio do qual os municípios passaram a complementar e atualizar as informações das

famílias encontradas em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU. A partir dos resultados obtidos foram abertas averiguações e tomadas as providências cabíveis, como o cancelamento do recebimento do benefício do Bolsa Família para as famílias que possuíam políticos eleitos ou suplentes em sua composição e o bloqueio de possível habilitação ao Programa.

Por fim, vale mencionar a disponibilização do SISTAC – Sistema de Isenção de Taxas de Concurso. Essa ferramenta online automatiza o processo de concessão da isenção de taxas em concursos públicos federais para candidatos inscritos no CadÚnico. O SISTAC está aberto para três públicos específicos: (i) Instituições Executoras: acesso para envio da relação de candidatos que solicitaram isenção de taxas por estarem inscritos no CadÚnico; (ii) Órgãos de Auditoria: acesso para consulta da relação de candidatos, dando transparência ao processo; e (iii) Candidatos: acesso para consulta do deferimento ou não da solicitação de isenção de taxa.

### Programa Proteção Social Básica

O Programa Proteção Social Básica reúne um conjunto de benefícios, serviços e projetos voltados para o atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. As ações prioritárias do programa são os Benefícios de Prestação Continuada - BPC e os serviços do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF desenvolvidos na rede de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. O BPC é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, em qualquer idade cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a 1/4 do salário mínimo. No exercício de 2009, houve um investimento de R\$ 8,70 bilhões no atendimento a 1.625.625 pessoas com deficiência (PcD) e de R\$ 8,16 bilhões no atendimento a 1.541.220 pessoas idosas, com uma execução orçamentária de 99,1% no BPC para pessoas com deficiência e de 96,7% no BPC para pessoas idosas.

#### EXECUÇÃO FÍSICA DO BPC NO PERÍODO DE 2005 A 2009 (BENEFICIÁRIOS)

| AÇÃO                       | 2005             | 2006             | 2007             | 2008             | 2009             |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| BPC pessoa com deficiência | 1.211.761        | 1.293.645        | 1.385.107        | 1.510.682        | 1.625.625        |
| BPC pessoa idosa           | 1.065.604        | 1.183.840        | 1.295.716        | 1.423.790        | 1.541.220        |
| <b>TOTAL</b>               | <b>2.277.365</b> | <b>2.477.485</b> | <b>2.680.823</b> | <b>2.934.472</b> | <b>3.166.845</b> |

Fonte: Dataprev/Síntese, atualizado em 15/01/2010.

Em relação ao ano de 2005, observa-se um crescimento na quantidade de beneficiários de 34,2% no BPC para pessoas com deficiência e de 44,6% no BPC para pessoas idosas. Tendo em vista a necessidade de ampliação e manutenção de uma rede de proteção integral voltada aos beneficiários do BPC e de acesso às diversas políticas públicas, em 2007 foi instituído o Programa BPC na Escola com o objetivo de promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência até 18 anos,

beneficiárias do BPC, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola, por meio de articulação intersetorial, envolvendo as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos. Durante o exercício de 2009, o programa contou com a adesão de todos os estados, Distrito Federal e 2.622 municípios, incluindo as capitais. O programa atende atualmente a 232 mil crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, e desse público, 30% já se encontra na escola.

No período de dezembro de 2008 a dezembro de 2009, foram transferidos aos municípios que aderiram ao Programa BPC na Escola R\$ 737,8 mil para capacitação das equipes técnicas e R\$ 1.736.725 para pagamento dos 144.556 questionários cadastrados no aplicativo do programa.

A Renda Mensal Vitalícia - RMV foi criada em 1974 no âmbito da Previdência Social e extinta em janeiro de 1996 com a regulamentação do BPC. Este benefício era destinado às pessoas com 70 anos ou mais e às pessoas em situação de invalidez, que tivessem contribuído para a Previdência Social no mínimo por 12 meses ou tivessem exercido atividade remunerada anteriormente, não coberta pela Previdência Social, por cinco anos no mínimo. A RMV deve ser mantida durante toda a vida dos beneficiários que recebiam o benefício na data de sua extinção, com base no pressuposto do direito adquirido. Durante o exercício de 2009, a RMV por idade atendeu a 99.627 pessoas em janeiro e a 85.090 pessoas em dezembro, com uma execução financeira de R\$ 511,52 milhões, que corresponde a 100% do orçamento disponível para esta ação. A RMV por invalidez atendeu a 259.088 pessoas em janeiro e a 237.307 pessoas em dezembro, com uma execução de R\$ 1,34 bilhão, correspondente a 96,78% do orçamento disponível para esta ação.

O Serviço de Proteção Social Básica às Famílias consiste no cofinanciamento federal junto às demais esferas de governo, para custeio dos serviços desenvolvidos no âmbito dos CRAS, unidades de referência da política de assistência social, que têm por funções a gestão territorial da rede socioassistencial e a oferta de atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Devem ofertar o serviço de PAIF, que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O funcionamento dos serviços em 3.916 CRAS, cofinanciados pelo governo federal em 2009 nos 3.187 municípios, possibilitou referenciar mais de 14 milhões de famílias que vivem em territórios de vulnerabilidade e promover o atendimento de mais de 2,5 milhões de famílias por meio do PAIF. Para tanto, a execução orçamentária do MDS para realização desse Programa foi de R\$ 298,01 milhões.

Visando a realização de um diagnóstico nacional sobre a aplicação dos recursos e execução dos serviços cofinanciados por meio do PBT - Piso Básico de Transição, foi disponibilizado em 2009 o "Questionário do Piso Básico de Transição" – QPBT, para preenchimento por todos os municípios, estados e o Distrito Federal que à época recebiam o PBT. O QPBT configurou-se como um instrumento de grande importância para subsidiar a proposta pactuada na reunião da CIT – Comissão Intergestores Tripartite – com relação à destinação do PBT, estabelecendo parâmetros para que a equalização do

cofinanciamento da Proteção Social Básica possa se efetivar nos próximos anos.

### **Programa Proteção Social Especial**

No âmbito da Proteção Social Especial, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS constitui-se numa unidade pública estatal que coordena, articula e oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com direitos violados numa estreita interface com a rede de serviços socioassistenciais e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Presta atendimento psicossocial a nível individual e grupal por meio de equipe interprofissional, visando contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias, a preservação e restauração da integridade dos usuários, o rompimento de padrões violadores no âmbito das relações familiares e sociais e para a prevenção de reincidência de violações de direitos.

Os CREAS têm abrangência municipal ou regional e sua implantação considera os indicadores de situações de violação de direitos nos territórios. Quando estruturado no âmbito regional, além do município sede, garante cobertura de atendimento a um grupo de municípios circunvizinhos, de acordo com pactuação entre os respectivos gestores municipais e o gestor estadual.

Em 2009, o MDS cofinanciou com recurso do Fundo Nacional de Assistência Social 1.014 CREAS Municipais e 43 CREAS Regionais, garantindo a cobertura a 1.236 municípios, nos três serviços ofertados no âmbito dos CREAS: proteção social a indivíduos e famílias; proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias; e serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A Proteção Social Especial também oferta Serviços Especializados de Alta Complexidade que garantem o atendimento a famílias e a indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos que necessitam de acolhimento provisório, em função de fragilidades ou rompimento dos vínculos familiares ou comunitários. Tais serviços proporcionam moradia transitória e acompanhamento técnico profissional com vistas ao retorno dos usuários ao convívio familiar ou alcance da autonomia. No caso de crianças e adolescentes, esgotados as possibilidades de reinserção familiar, promove-se o encaminhamento para família substituta. As ações são organizadas em: Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

O MDS, em consonância com as normativas legais, cofinancia a manutenção de tais serviços mediante transferência fundo a fundo, de maneira regular e automática, por meio dos Pisos de Alta Complexidade: PAC I - voltado a garantia de acolhimento para idosos, crianças e adolescentes, adultos com deficiência, jovens e mulheres vítimas de violência e PAC II - destinados ao acolhimento de indivíduos e famílias em situação de rua. No exercício de 2009, 847 municípios e o Distrito Federal

receberam PAC I e 93 municípios e o Distrito Federal receberam PAC II.

Também é ofertado nessa subfunção o serviço de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e idosas, que visa desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e vida prática, aquisição de habilidades, desenvolvimento de possibilidades, estímulo de capacidades de comunicação e socialização, locomoção independente e oportunidades de convivência, de modo a assegurar a conquista de maior grau de independência individual e social. Tal serviço é cofinanciado por meio do Piso de Transição de Média Complexidade, repassado a 1.551 municípios, sete estados e o Distrito Federal.

Os investimentos na Subfunção Assistência Comunitária em 2009 para os serviços de proteção social especial somam R\$ 149,5 milhões, propiciando uma capacidade de atendimento de 239.282 pessoas.

Os Serviços de Proteção Social Especial desenvolvidos na subfunção de Assistência à Criança e ao Adolescente incluem o atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias e acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, também ofertados nos CREAS. Além disso, inclui as ações de convivência e de fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil e a garantia de transferência de renda para as suas famílias.

As ações são desenvolvidas tendo como referência a interface do SUAS com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A partir de informações do Censo CREAS este atendimento é ofertado em 96,1% dos 1.200 CREAS, atingindo uma cobertura mensal de 53.400 crianças e adolescentes.

O acompanhamento especializado a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto é feito de forma sistemática por equipe interprofissional, tendo como objetivos promover a inserção dos adolescentes em serviços e programas de promoção e proteção social. De acordo com dados do Censo SUAS, mais de 800 municípios ofertam o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto dos quais 388 municípios contam com o cofinanciamento do Governo Federal que garante o atendimento mensal a cerca de 32.920 adolescentes.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI compreende a transferência de renda, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação dessa situação. Foram atendidas em 2009 cerca de 827 mil crianças e adolescentes por mês, em 3.503 municípios.

Na perspectiva de aprimorar o PETI, foi concluído o “Estudo Quantitativo para Avaliação do PETI”, que objetivou caracterizar as famílias com crianças e adolescentes beneficiárias do Programa e os recursos físicos e humanos utilizados pelos serviços de convivência, e o “Estudo Qualitativo para Avaliação do PETI”, que teve como objetivo realizar diagnóstico desses serviços, para identificação de boas práticas ou de dificuldades na implementação.

O Sistema de Acompanhamento do Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - SISPETI, atualmente tem adesão de 3.471 municípios que já inseriram dados gerenciais no Sistema, legitimando a ferramenta de gestão e imprimindo maior transparência e efetividade. É importante destacar que a PNAD de 2008, divulgada em 2009, aponta a tendência de queda do trabalho infantil no Brasil revelando a importância das ações do PETI para colaborar no enfrentamento deste fenômeno. Em 2009 os investimentos na Subfunção Assistência à Criança e ao Adolescente, para cofinanciamento dos serviços de proteção social especial, somam-se R\$ 341,9 milhões, propiciando uma capacidade de atendimento a 906,8 mil pessoas, com destaque para o PETI que atendeu cerca 827 mil crianças e adolescentes e investiu cerca de R\$ 257 milhões. Foram investidos, ainda, R\$ 23,6 milhões em transferência de renda para os 81,8 mil beneficiários atendidos que participam do PETI e que não estão dentro dos critérios do Programa Bolsa Família.

#### **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM**

O Projovem Adolescente possui caráter essencialmente preventivo, tendo por objetivos gerais complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária além de promover condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Dirige-se a jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, vinculados ou egressos de programas e serviços de proteção social especial, bem como sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto aqueles em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Cada grupo de 25 jovens constitui um coletivo, que deve ser acompanhado por um Orientador Social, além de outros profissionais que constituem a equipe do Projovem Adolescente. O referido coletivo de jovens é a unidade de referência financeira e de monitoramento da execução desta ação. O Serviço foi regulamentado em 2009, o que significou um grande avanço para a sua gestão, na medida em que especifica de forma clara princípios e diretrizes para condução da modalidade do Projovem dirigida aos adolescentes. Em 2009, o Projovem Adolescente esteve presente em 3.147 municípios, com 20.859 coletivos em funcionamento, o que representa uma capacidade de atendimento a 521.475 jovens.

Em dezembro, o MDS promoveu a qualificação para a implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente – SISJOVEM, que contou com representantes de todas as regiões do país, das Secretarias

Estaduais de Assistência Social e dos membros dos COEGEMAS's (Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social existentes nos 27 estados). Com a implantação do SISJOVEM, a informação sobre o número de jovens beneficiados poderá ser obtida de forma mais consistente. Entre os meses de março e junho foram realizadas capacitações estaduais sobre o Projovem Adolescente abrangendo todos os estados e o Distrito Federal, somando 3.216 municípios, com a qualificação de um total de 3.840 pessoas. As capacitações foram promovidas pelo MDS em parceria com o CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) e as Secretarias Estaduais de Assistência Social. Para a implantação do Projovem Adolescente no ano de 2009, foram pagos recursos no montante de R\$ 228,1 milhões.

### Programa Acesso à Alimentação

O Programa Acesso à Alimentação reúne um conjunto de 12 ações orçamentárias, com o objetivo estratégico de garantir o direito à alimentação adequada, em especial das famílias em situação de insegurança alimentar instaladas nos territórios mais pobres, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, conforme estipulado no § 7º do art. 165 da Constituição Federal. As ações prioritárias do programa são a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e a Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. A ação de Aquisição de Alimentos - PAA consiste na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais, para recomposição dos estoques públicos e para comercialização. O PAA é executado em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. Em 2009, o orçamento aprovado para essa ação foi de R\$ 624,3 milhões. Recentemente, o Brasil introduziu uma inovação importante relacionando compras governamentais, produção de alimentos, erradicação da fome e melhoria da educação. Por meio da Lei nº 11.947/2009, determinou-se que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pela União para a merenda

escolar (PNAE) sejam utilizados na compra de alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar e do empreendedorismo familiar rural. Em 2009, no âmbito federal, por meio de cooperação entre o MDS e a Conab, foram investidos R\$ 249,8 milhões, beneficiando aproximadamente 71.600 agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 151.439 toneladas de alimentos e atendimento a 25.800 entidades assistenciais.

Nos últimos dois anos foram publicados editais de seleção de propostas para apoio a projetos de compra direta local da agricultura familiar em municípios e estados pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad. Os convênios firmados com os estados, em 2008 e 2009, atenderam a aproximadamente 24,1 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 11 mil toneladas de alimentos, os quais vem sendo doados a 450 mil pessoas. Em 2009 foi executado o valor de R\$ 28,7 milhões.

Em se tratando da parceria firmada com os municípios, a ação selecionou, por meio de edital, 80 municípios, atendendo 11,3 mil agricultores com a aquisição de cerca de 41.665 toneladas de alimentos com um volume total de investimentos em torno de R\$ 28,5 milhões - beneficiando 1.880 entidades assistenciais (aproximadamente 788 mil pessoas).

Na modalidade do PPA Leite (Leite Fome Zero), ação que garante a compra do leite de pequenos agricultores familiares, compatibilizando-a com a distribuição gratuita aos segmentos populacionais vulneráveis, foi alcançada a meta de compra de 700 mil litros de leite/dia em 2009, entregues diariamente a 650 mil famílias (cerca de 3 milhões de pessoas), beneficiando 26 mil agricultores em 1.158 municípios da região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais. Em 2009 foram executados R\$ 138,9 milhões para aquisição e distribuição de leite.

#### BALANÇO DO PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM 2009

| ATUAÇÃO DO PAA | AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIADOS | TONELADA DE ALIMENTOS | ENTIDADES ASSISTENCIAIS OU PESSOAS ATENDIDAS | RECURSOS EXECUTADOS (R\$ MILHÕES) |
|----------------|--------------------------------------|-----------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------|
| FEDERAL        | 71.600                               | 151.439               | 25.800 entidades                             | 249,8                             |
| ESTADUAL       | 24.100                               | 11.000                | 450.000 pessoas                              | 28,7                              |
| MUNICIPAL      | 11.300                               | 41.665                | 1.880 entidades 788.819 pessoas              | 28,5                              |
| LEITE          | 26.000                               | 144.000               | 3 milhões de pessoas                         | 138,9                             |
| <b>TOTAL</b>   | <b>133.000</b>                       | <b>348.104</b>        |                                              | <b>445,9</b>                      |

Fonte: Governos Estaduais, Municipais e Conab.

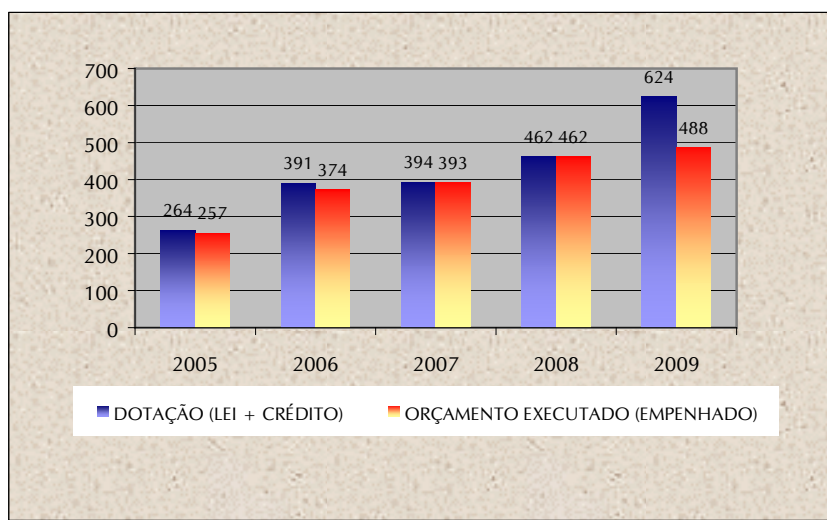
Quanto à Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, cabe destaque o equipamento Restaurante Popular, que funciona nos municípios com mais de 100 mil habitantes por meio da cooperação entre o Governo Federal, o Distrito Federal e os governos locais, e prestam importante serviço público para promoção do direito humano à alimentação adequada dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do país. A cada dia, cerca de 105 mil refeições são servidas nos 74

Restaurantes Populares em funcionamento, distribuídos em 65 municípios brasileiros. As Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos implantados em parceria com prefeituras municipais que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas - na unidade, em parceria com o CRAS. A distribuição de refeições é em sua maioria gratuita, podendo ser comercializada a preço acessível. Em 2009, pela ação de apoio a instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares foram contratadas 98 novas unidades,

sendo 80 cozinhas comunitárias e 18 Restaurantes Populares, que serão pagos em duas parcelas, uma em 2009 e outra com recursos orçamentários de 2010. O total de recursos orçamentários aplicados em 2009 foi de R\$ 46,1 milhões, dos quais R\$ 24,7 milhões já foram liquidados. Por meio dessa ação busca-se ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis, à população de baixa renda e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano e os distribuem a entidades que

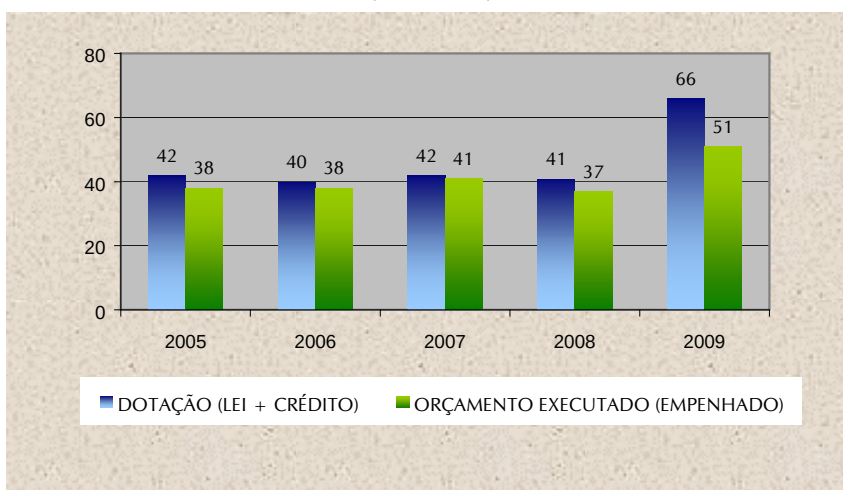
compõem a rede de promoção e proteção social municipal. Em 2009, pela ação de apoio a instalação de Banco de Alimentos foram contratadas 16 novas unidades, que serão pagas em duas parcelas, uma em 2009 e outra com recursos orçamentários de 2010. O total de recursos orçamentários aplicados em 2009 foi de R\$ 5,54 milhões dos quais R\$ 2,96 milhões já foram liquidados. É importante ressaltar os grandes avanços obtidos no cumprimento do dever de promover a realização do direito humano à alimentação das famílias rurais e urbanas em territórios pobres de todas as regiões do país, principalmente a partir de 2005. Os resultados atingidos pelo programa estão diretamente relacionados à evolução de recursos destinados, conforme gráficos seguintes.

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PAA 2005/2009  
(R\$ MILHÕES)**



Fonte: Siafi Gerencial

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – REDE DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS 2005/2009  
(R\$ MILHÕES)**



Fonte: Siafi Gerencial



## 5.1.24. Funções Urbanismo, Saneamento e Habitação

### Função Urbanismo

Os investimentos realizados na função Urbanismo, pelo Ministério das Cidades - MCidades, são bastante heterogêneos, incluindo recursos para as mais diversas áreas, tais como regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, metrô, trens urbanos, mobilidade urbana, formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de habitação e de saneamento, capacitação de agentes sociais, dentre outras. O quadro e o gráfico seguintes demonstram o crescimento de 123% nos valores aplicados, entre os anos de 2005 e 2009. Importante frisar que os dados referem-se aos valores totais de empenhos realizados pelo Ministério das Cidades, não incluindo os valores de empenho decorrente de descentralizações externas de recursos a outros órgãos da administração pública direta ou indireta.

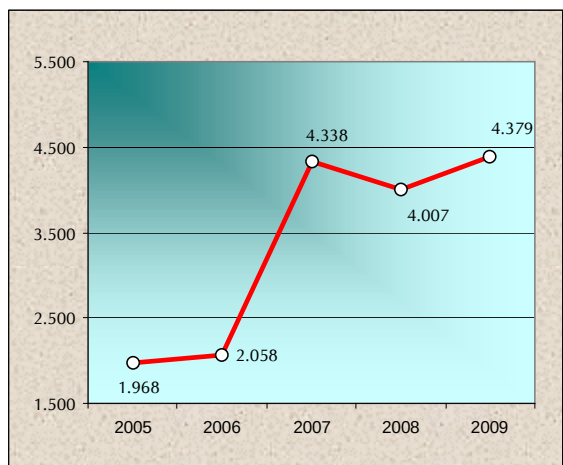
#### FUNÇÃO URBANISMO SÉRIA HISTÓRICA DE EXECUÇÃO

Em R\$ milhões

| 15 - FUNÇÃO URBANISMO         | VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO<br>2005/2009 |       |       |       |       |        |
|-------------------------------|-------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|--------|
|                               | 2005                                      | 2006  | 2007  | 2008  | 2009  | TOTAL  |
| Orçamento Fiscal e Seguridade | 1.968                                     | 2.058 | 4.338 | 4.007 | 4.379 | 16.750 |

Fonte: Siafi Gerencial

#### EMPENHOS REALIZADOS NA FUNÇÃO URBANISMO (EM R\$ MILHÕES)

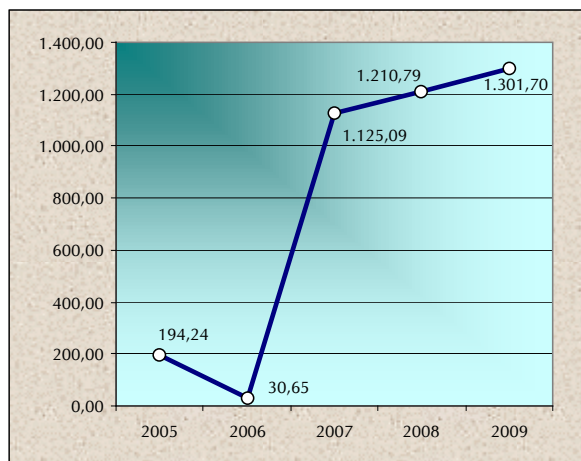


Fonte: Siafi Gerencial

O incremento desta função é explicado principalmente pelo aumento dos investimentos advindos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e dos recursos de emendas parlamentares para investimentos nos mais de 5.000 municípios brasileiros. No período em análise (2005/2009), os recursos oriundos de emendas parlamentares aumentaram tanto em valores absolutos, bem como em participação no orçamento do MCidades.

Este incremento de recursos decorrente das emendas possibilitou ampliar o apoio à melhoria da infra-estrutura nos municípios brasileiros. Quanto aos investimentos em urbanismo via Programa de Aceleração do Crescimento, vale esclarecer que a grande maioria dos investimentos destinou-se à Urbanização de Assentamentos Precários. Os investimentos em urbanização de assentamentos precários saltaram de R\$ 194 milhões, em 2005, para R\$ 1,3 bilhão, em 2009, ou seja, um acréscimo de 570% no volume de recursos, conforme gráfico:

#### URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

A série histórica dos valores empenhados para Urbanização de Assentamentos Precários nos últimos cinco anos demonstra um incremento significativo dos valores empenhados em 2007, relativamente ao exercício de 2006, em decorrência de sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

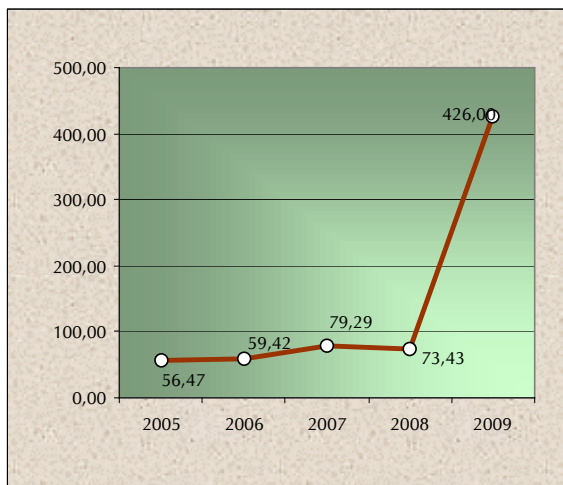
Já o exercício de 2009 apresentou um incremento dos valores empenhados, da ordem de 7,5%, em relação a 2008. Em 2009, foram iniciados 54 empreendimentos de urbanização por intermédio do PAC, com recursos oriundos do OGU.

Estes 54 empreendimentos totalizam R\$ 701,7 milhões e beneficiarão mais de 47 mil famílias quando as obras forem concluídas. Cabe informar a conclusão de três empreendimentos, cujos investimentos totalizam R\$ 25,4 milhões e beneficiaram 1.860 famílias. Destaca-se ainda, o aumento dos investimentos realizados na área de Trânsito. Até 2008, a maior parte dos investimentos destinava-se à manutenção do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.



Além do fortalecimento desse importante Sistema, conseguiu-se executar campanhas educativas veiculadas em âmbito nacional e apoiar projetos destinados à redução de acidentes de trânsito.

**TRÂNSITO  
(EM R\$ MILHÕES)**



Fonte: Siafi Gerencial

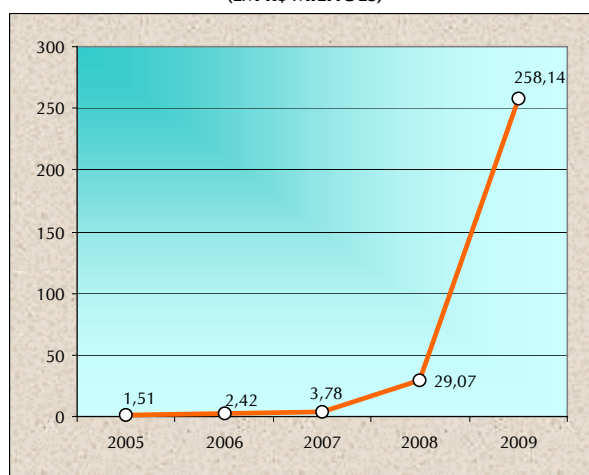
Na ação de apoio a projetos destinados à redução de acidentes de trânsito, foram assinados em 2009 contratos de repasse com 499 municípios. A execução desta ação ocorreu por intermédio da descentralização de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset) para a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB/MCidades no valor de R\$ 186 milhões em 2009. Já para as campanhas educativas foram destinados R\$ 120 milhões, sendo integralmente empenhado no exercício. Estas campanhas foram

veiculadas em âmbito nacional, atingindo 95% da população brasileira.

Os investimentos realizados nos sistemas de trens urbanos apoiados pelo Ministério das Cidades conseguiram avanços importantes nos últimos 5 anos. No sistema de trens de Porto Alegre, no período compreendido entre 2005 a 2007 os investimentos se situaram entre 1,5 e 3,7 milhões, enquanto em 2009 chegaram a R\$ 258 milhões.

Os principais fatores foram: a expansão da linha de metrô - Trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo (R\$ 250 milhões), a modernização do sistema (R\$ 7 milhões) e a implantação de sistema de eficiência energética (R\$ 0,94 milhão), conforme demonstrado no gráfico seguinte.

**SISTEMA DE TRENS DE PORTO ALEGRE  
(EM R\$ MILHÕES)**



Fonte: Siafi Gerencial

**IMAGEM AÉREA DA EXPANSÃO DO METRÔ TRECHO SÃO LEOPOLDO/NOVO HAMBURGO**



O ano de 2009 confirma o acerto das medidas implementadas ao apresentar resultados positivos nos cinco sistemas metro-ferroviários operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, que transportaram 110,5 milhões de passageiros no ano. Esses números representam o melhor resultado dos últimos 16 anos, com uma média diária de 370,3 mil passageiros transportados, um avanço de aproximadamente 4,2% em relação à média diária do ano anterior. Destaque-se que em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na média diária de passageiros transportados verificados situaram-se, respectivamente, em 6,7% e 2,5% acima dos números atingidos no ano anterior.

A receita total apurada no ano de 2009, englobando todos os sistemas, foi de R\$ 105,3 milhões, superando em 5,8% a obtida no ano de 2008. Cabe lembrar que os sistemas da CBTU operam com tarifas sociais, inferiores às praticadas pelos modais concorrentes.

O custo total, por sua vez, apresentou uma redução de 0,8% em relação ao apurado em 2008, totalizando R\$ 283,9 milhões. Destaca-se também a expressiva elevação nos níveis alcançados no tocante à Taxa de Cobertura Plena, decorrente da relação entre demandas e receitas crescentes – apesar das limitações nas tarifas praticadas em quatro dos cinco sistemas – Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, nesses três últimos casos em R\$ 0,50 – e custos decrescentes. A Taxa de Cobertura Plena média em 2009 foi de 35,5%, contra os 33,0% observados em 2008.

Outra área de atuação do MCidades enquadrada na função Urbanismo refere-se às políticas de Mobilidade Urbana nos municípios brasileiros. Nesta área, consolidou-se em 2009 o Projeto de Lei da Mobilidade cujo objetivo fundamental é promover a integração entre os diversos modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nas cidades – marco importante para a regulação do setor na área de Transporte e Mobilidade Urbana, recomendando sua apresentação ao Congresso Nacional. Nesse segmento, ressalta-se ainda a 5ª edição anual do Programa Bicicleta Brasil, que promoveu a campanha “Dia sem Carro”, reunindo setores do governo e da sociedade com o intuito de refletir sobre o modelo atual de Mobilidade e buscar alternativas para seu desenvolvimento.

Com vistas à COPA 2014, diversas propostas de empreendimentos foram selecionadas com base em critérios de adequação ao sistema de transporte público urbano local e contribuição para a ligação e acesso entre aeroporto e rodoviária, com os estádios e a rede hoteleira.

O Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC foi desenvolvido com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e a população em geral informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal.

Voltado para permitir o controle da aplicação dos recursos públicos e apoiar o planejamento do Ministério das Cidades e das prefeituras brasileiras, o SNIC reúne em uma única base de dados informações de diversas fontes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - Datasus, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, entre outras, totalizando mais de 1200 indicadores para cada município brasileiro. O SNIC foi desenvolvido em *software* livre (Java, PHP e PostgreSQL) e permite a seleção, o cruzamento e a visualização espacial de diversas variáveis em um mapa, no qual também estão incorporadas fotos de satélite de alta resolução das principais regiões brasileiras.

A implementação do sistema passa pela disponibilização, via Internet, de dados georreferenciados, por meio de tecnologias abertas e de uso livre, em consonância com a orientação do Governo Federal, a fim de garantir uma maior interoperabilidade entre os sistemas de informações, possibilitando auditorias aos códigos-fonte dos programas visando preservar a segurança e privacidade dos dados e diminuindo os custos com licenças de softwares, entre outros. O acesso ao sistema pode ser efetuado no sítio [www2.cidades.gov.br/geosnic](http://www2.cidades.gov.br/geosnic).

Além das ações de capacitação realizadas na área, destacam-se ainda a compra e distribuição gratuita aos respectivos municípios de 50.000 km² de imagens de satélite da área urbana, bem como o envio de 30.000 kits didáticos contendo aplicativos de grande utilidade para a gestão territorial, composto por um conjunto de softwares, bancos de dados geográficos e manuais especialmente desenvolvidos pelo Ministério das Cidades em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

No que se refere ao Conselho das Cidades, foram realizadas, em 2009, quatro reuniões. Na 20ª Reunião, realizada em março, foram aprovadas pelo Plenário do Conselho e publicadas no Diário Oficial da União, Resoluções Recomendadas tratando de diretrizes para o Programa Minha Casa Minha Vida; da adoção de medidas que previnem despejos e de orientações sobre mobilidade urbana e para desoneração do Transporte Público. Em julho, na 21ª Reunião, foram aprovadas Resoluções Normativas indicando participantes para atuar em nome do Conselho no Grupo Executivo do Programa Terra Legal e instituindo o Grupo de Trabalho para debater o Serviço de Moradia Social. O Conselho também elaborou e aprovou como Resolução Administrativa, o Regimento da 4ª Conferência Nacional das Cidades, e ainda, Resoluções Recomendadas abordando questões nas áreas de planejamento urbano e saneamento. Na Reunião de outubro foram aprovadas e publicadas Resoluções que ressaltam a importância da constituição de conselhos e a realização de conferências pelos estados e municípios e pelo aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº. 1.687/2007, que institui as diretrizes da política de mobilidade urbana e dá outras providências.

As questões atinentes à regularização fundiária têm por um dos objetivos acelerar os processos de regularização fundiária no Brasil. Para isto, o Ministério apóia projetos de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais em áreas urbanas. O tema fundiário também foi objeto de investimentos no PAC por intermédio das ações de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários. De acordo com dados do monitoramento, estão sendo realizadas atividades de regularização fundiária em 2.592 assentamentos localizados em 385 municípios brasileiros.

Os resultados apresentados na tabela seguinte encontram-se discriminados em ações que possuem: apoio direto do Governo Federal (com recursos do Orçamento Geral da União, além da regularização dos imóveis da União a cargo da Secretaria do Patrimônio da União) e apoio indireto (apoio técnico, capacitação, legislação etc.). Os números demonstram que o tema da regularização fundiária entrou efetivamente para as agendas municipais e estaduais.

#### REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

|                | FAMÍLIAS COM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO INICIADO | TÍTULOS CONCEDIDOS | TÍTULOS REGISTRADOS EM CARTÓRIO |
|----------------|-------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------|
| APOIO DIRETO   | 1.418.381                                       | 320.686            | 111.773                         |
| APOIO INDIRETO | 290.197                                         | 51.513             | 25.319                          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>1.708.378</b>                                | <b>372.199</b>     | <b>137.092</b>                  |

Fonte: Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades

Observação: não estão incluídas as informações referentes às intervenções de urbanização de favelas desenvolvidas no âmbito do PAC.

Importante destacar a publicação da Lei nº 11.977/2009, que estabelece instrumentos e procedimentos para simplificar e acelerar processos, como a demarcação urbanística, a legitimação de posse e novos procedimentos de licenciamento urbanístico e ambiental, e da Lei nº 11.952/2009 que autoriza a doação das terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra que não cumprem função agro-pastoril em áreas urbanas aos municípios amazônicos, contribuindo para o desenvolvimento urbano dos municípios amazônicos de forma sustentável.

Outro foco de atuação governamental é a prevenção de desastres sócio-ambientais em áreas urbanas. O objetivo é promover a prevenção e erradicação de riscos em assentamentos precários, por intermédio de apoio a projetos que visem a capacitação de equipes municipais; a elaboração de planos municipais de redução de riscos; e a elaboração de projetos para estabilização de encostas.

Desde o início de sua operação, o Ministério das Cidades já apoiou 64 municípios na elaboração de *Planos Municipais de Redução de Riscos* (PMRRs) em 12 estados, sendo que 34 já foram concluídos. Além disto, apoiou 15 municípios na elaboração de projetos básicos para estabilização de encostas consideradas prioritárias nos respectivos PMRRs. Importante ressaltar que os planos municipais de redução de riscos consistem na maior contribuição dentro da função urbanismo, considerando que o diagnóstico e o plano de obras, componentes intrínsecos do plano, objetivam planejar as intervenções a serem realizadas nas áreas de risco, a partir de critérios técnicos e de uma escala de prioridades elaborada.

Quanto ao Ordenamento Territorial, no período de 2003 a 2006, foi apoiada a quase totalidade de municípios que tinham a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores até outubro de 2006, por meio de repasse direto de recursos ou por meio de oficinas de capacitação e

sensibilização, com destaque para a Campanha Nacional "Plano Diretor Participativo".

Já a partir de 2007, a ação foi direcionada a atender a demanda dos municípios relativa ao apoio, por meio de assistência técnica e da capacitação de equipes municipais e da sociedade, de modo a melhorar as condições dos municípios na promoção da gestão dos instrumentos de planejamento e de gestão urbana. Nesse sentido foram celebrados convênios com entidades e Governos Estaduais para o apoio à implementação de Zonas Especiais de Interesse Social e capacitação técnica. Também foi concebido o projeto Rede Nacional de Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos, que articulou a formação de uma rede de pesquisadores em todos os estados para avaliar 526 Planos Diretores. Esse projeto também prevê a realização de atividades de capacitação em todos os estados com base nas conclusões obtidas nas análises dos Planos Diretores.

Para superar os sucessivos contingenciamentos, o programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais tem se focado na promoção de ações de cooperação e articulação federativa, que não envolvem o apoio direto com recursos financeiros. Nesse sentido, foram assinados acordos internacionais com a França, a Espanha e a Itália, e acordos de cooperação técnica em áreas estratégicas como o Porto do Rio de Janeiro, o Complexo Cultural Recife-Olinda e o centro antigo de Salvador. Por meio destes acordos, o Ministério das Cidades apóia institucionalmente as ações integradas, promovendo articulações e parcerias para a obtenção de financiamentos e subsídios, disponibilizando informações e indicadores e acompanhando, divulgando e avaliando as ações de reabilitação.

Além disso, a equipe do programa participou da discussão de formas de parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU para a implementação

do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC das Cidades Históricas. Nesta discussão, a idéia é definir a atuação do Ministério das Cidades nas linhas estratégicas ligadas à requalificação urbanística; à infraestrutura urbana e social e à recuperação de monumentos e imóveis públicos. Buscando o aproveitamento de imóveis urbanos ociosos, foram desenvolvidos trabalhos conjuntos com a extinta Rede Ferroviária Federa S.A - RFFSA, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a Secretaria do Patrimônio da União – SPU e com o Ministério dos Transportes para permitir a alienação de imóveis públicos para programas de regularização fundiária e de provisão habitacional de interesse social.

Estes trabalhos resultaram no aperfeiçoamento da legislação existente sobre o assunto e em uma ação pioneira - que envolveu o MCidades, o INSS, a SPU, a

Caixa Econômica Federal e os movimentos sociais de luta pela moradia - de identificação e destinação de imóveis não operacionais do INSS para programas habitacionais do Governo Federal. Como resultado, em 2009, a União comprou 27 imóveis do INSS que serão destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida em 2010.

Outro grande passo foi dado com as discussões junto ao Conselho das Cidades e os diversos parceiros do Ministério das Cidades para a instituição do Serviço de Moradia Social, serviço público gratuito que visa garantir moradia digna para a população de baixa renda em áreas centrais ou dotadas de infra-estrutura. As discussões culminaram na apresentação do Projeto de Lei nº 6342/2009 e na criação de um grupo de trabalho no Conselho das Cidades para aprofundar a questão ao longo do ano de 2010.

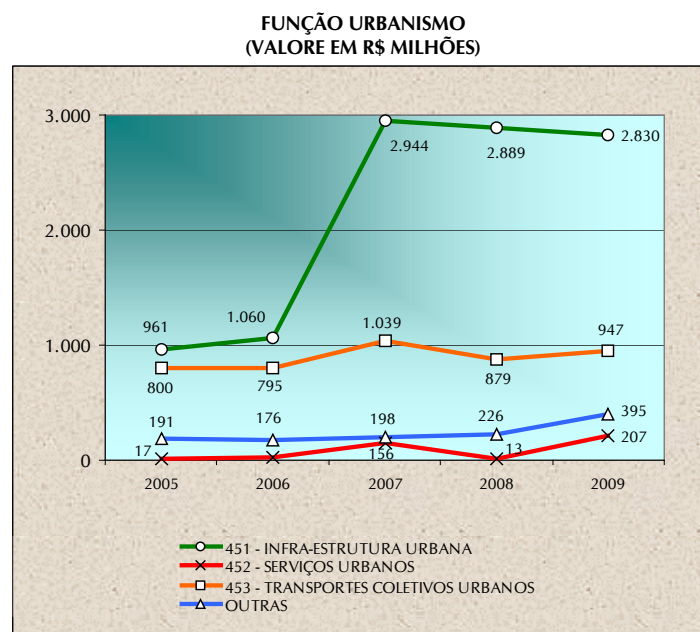
#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO – 2009

| SUBFUNÇÃO                        | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO URBANISMO POR SUBFUNÇÃO |             | EXECUÇÃO DA SUBFUNÇÃO URBANISMO EM OUTRAS FUNÇÕES |             | TOTAL DA SUBFUNÇÃO DE URBANISMO |             |
|----------------------------------|--------------------------------------------|-------------|---------------------------------------------------|-------------|---------------------------------|-------------|
|                                  | EMPENHADO                                  | %           | EMPENHADO                                         | %           | EMPENHADO                       | %           |
| 451 – Infra-Estrutura Urbana     | 2.830                                      | 77,3        | 656                                               | 91,1        | 3.486                           | 79,5        |
| 452 – Serviços Urbanos           | 207                                        | 68,6        | -                                                 | -           | 207                             | 68,6        |
| 453 – Transporte Coletivo Urbano | 947                                        | 89,8        | -                                                 | -           | 947                             | 89,8        |
| Outras Subfunções                | 395                                        | 83,9        | -                                                 | -           | 395                             | 83,9        |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>4.379</b>                               | <b>79,8</b> | <b>656</b>                                        | <b>91,1</b> | <b>5.035</b>                    | <b>81,1</b> |

Fonte: Siafi Gerencial

Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos valores empenhados por subfunções da função urbanismo nos últimos cinco anos.



Fonte: Siafi Gerencial

Conforme se verifica no gráfico acima, o aumento da execução em Urbanismo também é explicado pelo incremento dos investimentos em urbanização de assentamentos precários e em infra-estrutura urbana via emendas parlamentares. Destaca-se ainda a estabilidade no volume de investimentos nas demais subfunções, haja vista não apresentarem acréscimos ou reduções relevantes.

## Função Saneamento

### Principais resultados da atuação governamental

A Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, define-o como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. De acordo com o inciso IX do art. 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios a promoção de programas que visem à melhoria das suas condições. Assim sendo, vários são os agentes atuantes no setor, envolvendo os diversos entes da Federação.

Na esfera federal têm atuação em saneamento o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros.

A atuação do Governo Federal no setor de saneamento básico é caracterizada por uma multiplicidade de agentes intervenientes e uma complexa estrutura institucional que demanda, além de um significativo aporte de recursos financeiros, iniciativas que promovam o planejamento setorial, a coordenação entre os órgãos, a articulação das ações e a delimitação das competências institucionais a fim de evitar a superposição das atividades.

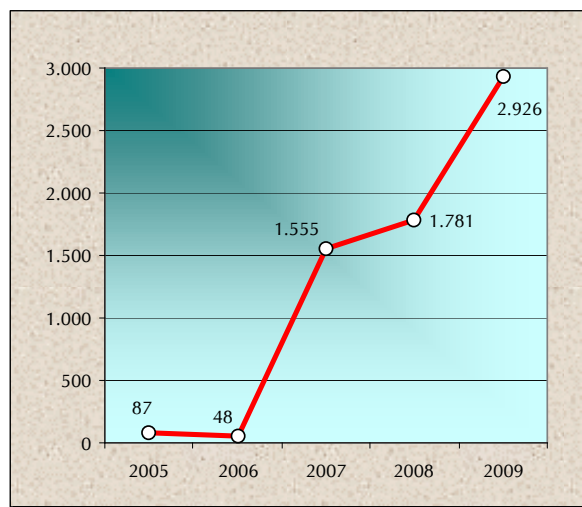
### SANEAMENTO / SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO

em R\$ milhões

| 17 - FUNÇÃO SANEAMENTO        | VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO - 2005/2009 |      |       |       |       |       |
|-------------------------------|------------------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|
|                               | 2005                                     | 2006 | 2007  | 2008  | 2009  | Total |
| Orçamento Fiscal e Seguridade | 87                                       | 48   | 1.555 | 1.781 | 2.926 | 6.398 |

Fonte: Siafi Gerencial

### EMPENHOS REALIZADOS NA FUNÇÃO SANEAMENTO (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

Verifica-se um aumento bastante expressivo, superior a 3.000%, dos valores empenhados nos anos de 2007 e 2008 em relação a 2006. Tal incremento se deve à elevação do nível de investimentos no setor em função do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, confirmando a importância atribuída a essa política no âmbito federal.

Em 2009, o valor empenhado volta a dar um salto se comparado ao ano anterior. A elevação de mais de 64% entre os montantes empenhados em 2008 e 2009 reforça a percepção do aumento do ritmo de execução das obras do PAC no último ano.

Em termos de recursos não onerosos, no âmbito do Ministério das Cidades, em 2009, foi autorizada a dotação de R\$ 3,11 bilhões para a função Saneamento, dos quais R\$ 2,93 bilhões foram empenhados, o que corresponde ao comprometimento de mais de 94% do montante autorizado.

Os principais investimentos em 2009 foram em saneamento integrado (R\$ 1,09 bilhão), esgotamento sanitário (R\$ 911,94 milhões), abastecimento de água (R\$ 488,80 milhões) e drenagem urbana (R\$ 403,99 milhões).

Quanto ao desembolso efetivado em 2009, foram pagos R\$ 839,88 milhões do total empenhado no exercício, além de outros R\$ 781,32 milhões de restos a pagar de exercícios anteriores.

No contexto legal/institucional, ao longo de 2009, deu-se continuidade ao processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB, cuja conclusão está prevista para meados de 2010. Cabe destacar que, por meio do Decreto nº 6.942, de 18/08/09, foi instituído o período 2009-2010 como o Biênio Brasileiro do Saneamento e instituído Grupo de Trabalho Interinstitucional para coordenar a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (GTI-PLANSAB).

O objetivo desse Decreto foi não apenas marcar o compromisso do Brasil com o avanço do setor, mas consolidar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, por meio da articulação de esforços dos diversos órgãos do Governo Federal e da sociedade civil nesse processo.



No que tange aos indicadores, cabe salientar que a característica plurianual das iniciativas de saneamento dificulta o processo de avaliação dos resultados da atuação governamental no setor num único exercício. Entretanto, cabe comentar os avanços registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cuja versão com dados de 2008 foi divulgada em setembro de 2009. Tal pesquisa revela um incremento do acesso aos serviços de abastecimento de água no país nos últimos anos. Em 2002, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 81,9% e em 2008 passou para 83,9%.

Em termos absolutos, foi identificado o real incremento de 9,3 milhões de domicílios atendidos por este serviço, passando de 38,9 milhões em 2002 para 48,3 milhões de domicílios servidos por este serviço em 2008.

Avanços também foram representativos em relação aos serviços de esgotamento sanitário. Em 2002, existiam 32,3 milhões de domicílios no país cobertos por rede coletora e fossa séptica, o que representava 68,1% do total de domicílios. Em 2008, este número subiu para 42,1 milhões de domicílios, representando 73,17% do total.

O crescimento dos indicadores de acesso aos serviços de esgotamento sanitário nos últimos anos reflete, em grande parte, a retomada dos investimentos federais em saneamento, além da inversão na prioridade dada a esses serviços a partir de 2007, cujos investimentos superaram os valores alocados em abastecimento de água, contrariando a tendência historicamente registrada.

Com relação à coleta de resíduos, em 2002, 36,7 milhões de domicílios eram atendidos por este serviço, o que representava 77,3% do total. Já em 2008, o total de domicílios atendidos foi de 50,5 milhões, representando 87,9% do total. O crescimento absoluto foi de 13,8 milhões de domicílios.

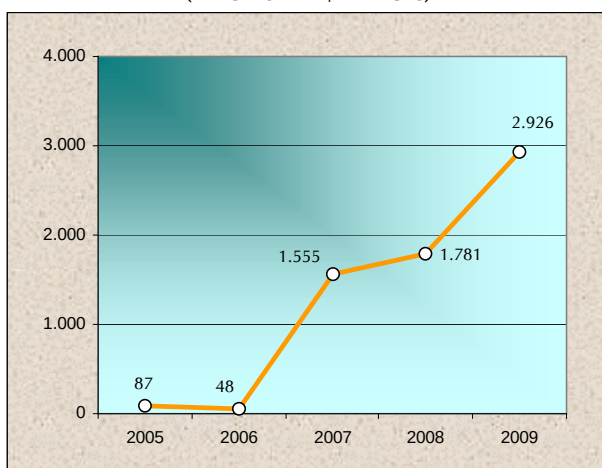
#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO – 2009

| SUBFUNÇÃO                      | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SANEAMENTO POR SUBFUNÇÃO |             | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SANEAMENTO EM OUTRAS SUBFUNÇÕES |             | TOTAL DA SUBFUNÇÃO DE SANEAMENTO |             |
|--------------------------------|---------------------------------------------|-------------|----------------------------------------------------|-------------|----------------------------------|-------------|
|                                | EMPENHADO                                   | %           | EMPENHADO                                          | %           | EMPENHADO                        | %           |
| 512 - Saneamento Básico Urbano | 2.926                                       | 94,0        | 1,3                                                | 86,6        | 2.927                            | 94,0        |
| 511 – Saneamento Básico Rural  | -                                           | -           | -                                                  | -           | -                                | -           |
| Demais                         | 0,8                                         | 87,9        | -                                                  | -           | 0,8                              | 87,9        |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>2.926</b>                                | <b>94,0</b> | <b>1,3</b>                                         | <b>86,6</b> | <b>2.928</b>                     | <b>94,0</b> |

Fonte: Siafi Gerencial

Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

#### SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SUBFUNÇÃO 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO (VALORES EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

O gráfico ao lado apresenta a evolução dos valores empenhados na subfunção 512 - Saneamento Básico Urbano, nos últimos cinco anos. Conforme se verifica, os investimentos realizados na função saneamento utilizaram basicamente a subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano, uma vez que o público-alvo é a população urbana de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

## Função Habitação

### Principais resultados da atuação governamental

Os recursos alocados na função Habitação visam ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais, e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários. A tabela seguinte apresenta o comparativo dos valores empenhados na função nos últimos cinco anos. Pode-se observar uma elevação do valor empenhado no ano de 2008 em comparação com 2007, já o exercício de 2009 apresentou uma leve queda de aproximadamente 3 % em relação ao exercício anterior.

#### SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO

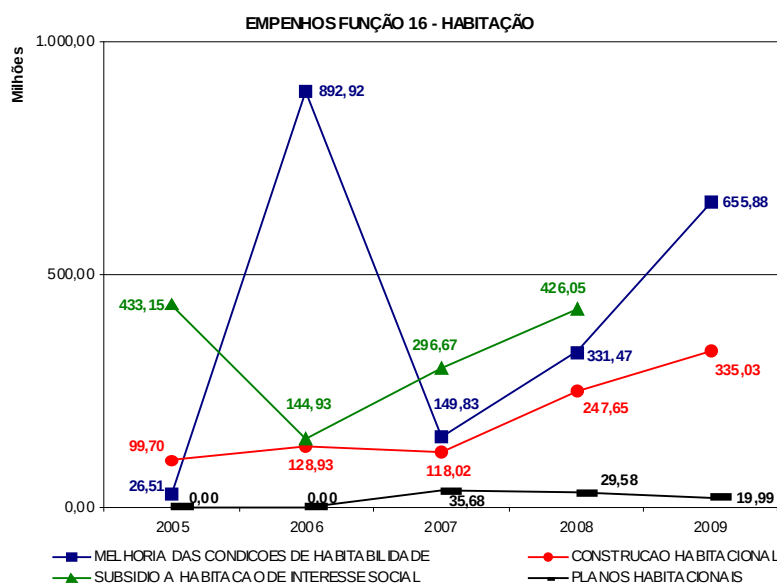
em R\$ milhões

| HABITAÇÃO                               | VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO 16 (HABITAÇÃO) 2005/2009 |       |      |       |       |       |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------|-------|------|-------|-------|-------|
|                                         | 2005                                                  | 2006  | 2007 | 2008  | 2009  | Total |
| Orçamento Fiscal e da Seguridade Social | 560                                                   | 1.167 | 600  | 1.045 | 1.011 | 4.383 |

Fonte: Siafi Gerencial

O Ministério das Cidades possui quatro linhas principais de atuação na função habitação: 1) a melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários; 2) construção de habitações de interesse social, 3) subsídios à habitação de interesse social e 4) apoio à elaboração dos planos habitacionais de interesse social. O gráfico a seguir apresenta o volume de recursos empenhados nas quatro principais áreas de atuação do Ministério, em habitação. A inclusão do tema habitacional no escopo do Programa de

Aceleração do Crescimento foi de grande importância para o setor e possibilitou importantes avanços. Os investimentos no subsídio à habitação de interesse social possibilitaram que um grande número de famílias de baixa renda tivesse acesso ao financiamento da casa própria. Os recursos na melhoria das condições de habitabilidade e na construção de casas também apresentaram um crescimento constante a partir de 2007.



Fonte: Siafi Gerencial

O Programa de Aceleração do Crescimento também inclui em sua agenda o apoio aos municípios na elaboração de seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social. As elaborações destes Planos são de grande valia para o setor e visa atender requisito previsto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 que exige que a aplicação dos recursos do FNHIS se dê aos entes que possuam Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda.

Faz-se importante frisar que o gráfico acima não considera os valores executados no Programa Minha Casa, Minha Vida, haja vista que orçamentariamente as sua execução é

realizada na função 28 – Encargos Especiais, muito embora seja relacionado à habitação. Somente no Programa Minha Casa, Minha Vida, foram aplicados mais de R\$ 5 bilhões em 2009.

Conforme 8º balanço do PAC – 2º quadrimestre de 2009, o número de empreendimentos financiados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS/OGU que se encontram no estágio “em obras” vem apresentando melhoras. Os empreendimentos no estágio “ações preparatórias” também estão melhorando, haja vista a redução detectada nas últimas medições.

A tabela subsequente apresenta as despesas empenhadas no exercício de 2009, referentes às subfunções da função Habitação, que corresponderam a 82,70% da dotação da função, sendo que a subfunção “Infra-Estrutura Urbana” foi

responsável por 64,88% da totalidade desses empenhos. A tabela a seguir apresenta, ainda, as despesas empenhadas nas subfunções da habitação executadas em outras funções.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO - 2009

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO                    | FUNÇÃO HABITAÇÃO POR SUBFUNÇÕES |             | SUBFUNÇÕES DE HABITAÇÃO EM OUTRAS FUNÇÕES |             | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DE HABITAÇÃO |             |
|------------------------------|---------------------------------|-------------|-------------------------------------------|-------------|-----------------------------------|-------------|
|                              | EMPENHADO                       | %           | EMPENHADO                                 | %           | EMPENHADO                         | %           |
| 481 - Habitação Rural        | -                               | -           | -                                         | -           | -                                 | -           |
| 482 - Habitação Urbana       | 355                             | 70,5        | 4                                         | 40,3        | 359                               | 69,9        |
| 451 - Infra-Estrutura Urbana | 656                             | 91,1        | -                                         | -           | 656                               | 91,1        |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>1.011</b>                    | <b>82,6</b> | <b>4</b>                                  | <b>40,3</b> | <b>1.015</b>                      | <b>82,3</b> |

Fonte: SIAFI Gerencial

Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

As subfunções ligadas a Habitação mantiveram uma média de R\$ 876,6 milhões ao longo dos cinco anos. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos valores empenhados nas ações relacionadas à função Habitação, incluindo subfunções vinculadas a Outras Funções, tais como Encargos Especiais, as quais apresentaram ações relacionadas especificamente com a função Habitação nos últimos cinco anos.

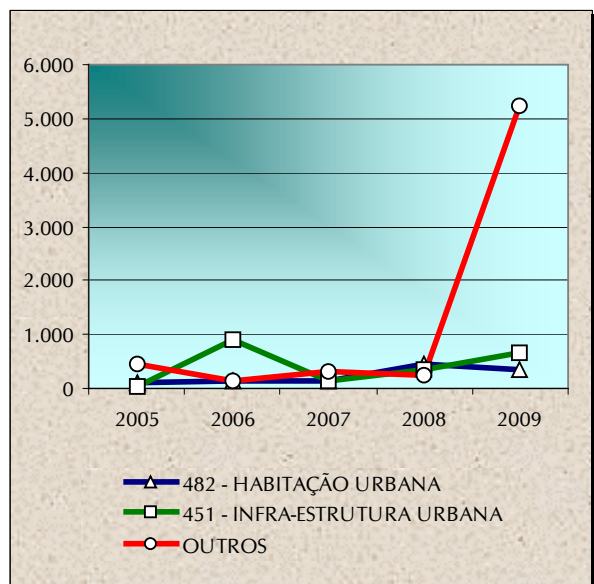
#### SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES RELACIONADAS À FUNÇÃO HABITAÇÃO

Em R\$ milhões

|                              | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|
| 482 - HABITAÇÃO URBANA       | 100  | 129  | 154  | 466  | 355  |
| 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA | 26   | 893  | 150  | 331  | 656  |
| OUTROS                       | 434  | 145  | 297  | 248  | 5250 |

Fonte: SIAFI Gerencial

#### VALORES EMPENHADOS (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: SIAFI Gerencial

A redução observada na subfunção 451 deve-se ao fato de que os valores alocados na ação 10S3 - Urbanização de Assentamentos Precários (aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano), foram computados no Programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, função Urbanismo.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV integra a função de governo Encargos Especiais, mas desempenha atividades típicas da função Habitação.

Criado em 25/03/2009, pela MP nº 459, transformada na Lei 11.977/2009, o Programa tem a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal até 10 salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros.

O PMCMV tem um papel chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. O Programa, como resposta anti-cíclica à crise, foi a oportunidade que os setores habitacionais público e privado precisavam para colocar em marcha convergente dois grandes vetores. O primeiro, refere-se à implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda.

O segundo, parte da modelagem de operações imobiliárias implantadas por construtoras que, embora com pouca abrangência, sinalizavam para a factibilidade da atuação do setor privado no atendimento do mercado habitacional para famílias de baixa renda.

Assim, com a criação do PMCMV, um dos objetivos estratégicos da Política Nacional de Habitação, qual seja, o estabelecimento de condições para a ampliação de um mercado popular de habitação, já começa a ser implementado.



Ainda no âmbito do PMCMV, a União foi autorizada a participar da constituição do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab, instrumento financeiro de garantia de crédito aos financiamentos concedidos a mutuários adquirentes de unidades habitacionais, com vistas a facilitar o acesso da população a novas linhas de financiamento imobiliário, por meio da garantia do pagamento, aos agentes financeiros, da prestação mensal de financiamento habitacional, caso o mutuário não a pague, em caso de desemprego ou redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda até dez salários mínimos.

O FGHab tem por finalidade, também, assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente do mutuário, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel. Esse Fundo concederá garantia para até 600.000 financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV.

No ano de 2009 o Programa atingiu 100% de execução, com empenho na ordem de 5,2 bilhões.

#### **Análise dos Programas Estruturantes**

##### **Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto**

Este é um dos principais programas gerenciados pelo Ministério das Cidades e tem como objetivo ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Contempla iniciativas relacionadas à elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental; financiamento a estados e municípios e concessionárias estaduais e municipais para projetos de saneamento ambiental integrado; planejamento, implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários; implantação de melhorias sanitárias domiciliares; apoio técnico com vistas à sustentabilidade dos sistemas implantados; apoio técnico e financeiro ao controle da qualidade da água para consumo humano; fomento à “Educação Ambiental e em Saúde” voltada para o saneamento; remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas; além de estudos e projetos demonstrativos direcionados ao controle da poluição hídrica.

Compreende ações viabilizadas a partir de recursos onerosos e não onerosos, sendo a maior parte delas gerenciadas no âmbito do Ministério das Cidades. Algumas são implementadas pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa/Ministério da Saúde e Agência Nacional de Águas – ANA/Ministério do Meio Ambiente.

Em 2009, em termos de recursos do OGU viabilizados via MCidades para o Programa 0122, foi autorizada a dotação de R\$ 1,49 bilhão, dos quais R\$ 1,41 bilhão foram empenhados, correspondendo a 95% do total.

Foram pagos R\$ 398,89 milhões do montante empenhado, além de outros R\$ 477,69 milhões em restos a pagar de exercícios anteriores. Ao final do ano, 253 obras se encontravam em andamento, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 4,58 bilhões.

Destas, 48 obras foram iniciadas, abrangendo recursos da ordem de R\$ 537,93 milhões, sendo que as demais já haviam se iniciado em anos anteriores. Foram assinados 18 novos contratos no ano, totalizando investimentos de aproximadamente R\$ 463,66 e concluídos 6 empreendimentos, que juntos perfazem o montante de R\$ 18,07 milhões.

Dos empreendimentos em andamento, merecem destaque, seja por se tratarem de obras de grande porte, seja pelo potencial benefício em termos de preservação ambiental: i) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO (Etapas 1 e 2) – R\$ 424,17 milhões; ii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto Velho/RO – R\$ 114,61 milhões; iii) Ampliação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos de Cuiabá/MT (preservação do Pantanal, mediante elevação do nível de coleta de 39% para 70% e do nível de tratamento de 29% para 70%) – R\$ 124,00 milhões - ; iv) Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Entorno Sul do Distrito Federal/GO (Sistema Corumbá IV) – R\$ 117,30 milhões; v) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Ilha de São Luís/MA – R\$ 111,00 milhões; vi) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alvorada e Viamão/RS – R\$ 107,12 milhões; vii) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Esteio e Sapucaia do Sul/RS – R\$ 105,80 milhões; dentre outros.

##### **Programa Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros**

Para viabilizar a descentralização dos sistemas de trens urbanos para os estados e municípios, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas destinados a sua expansão ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços. Ademais, este Programa se destaca como objetivo de Governo para promover a inclusão social e a redução das desigualdades.

Com uma dotação orçamentária aprovada de R\$1,08 bilhão, foram empenhados R\$1,02 bilhão, ou seja, 94,4% do total aprovado. Dos seis sistemas sob administração federal, cinco são operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

De uma dotação autorizada no valor de R\$673 milhões, a empresa executou R\$ 617 milhões, indicando um percentual de 91%. Foram aprovados e aplicados recursos orçamentários nas ações de implantação, modernização e recuperação de sistemas metro-ferroviários.

Foi realizado em 2009 convênio para a realização de Estudos e Projetos de Engenharia para a Implantação do Veículo Leve sobre trilhos-VLT ligando São Bernardo do

Campo a São Paulo e também uma descentralização de créditos para a recuperação da estação central de Maceió.

No sistema de Recife, foram investidos recursos na complementação da implantação da Linha Sul e na reabilitação da Linha Centro, destacando-se a aquisição de 7 VLT (Veículos Leves sobre Trilhos), que passarão a operar, após a modernização do trecho final da Linha Sul, entre as localidades de Cajueiro Seco e Cabo.

O início da operação comercial da Linha Sul, trecho Recife/Cajueiro Seco, configura importante marco atingido no período. Em Belo Horizonte, os recursos foram alocados em obras complementares da Linha 1 (trecho Eldorado/Vilarinho).

A aprovação de crédito suplementar ao orçamento para as Linhas 2 (Barreiro/Hospitais) e 3 (Pampulha/Savassi) permitiu a retomada do projeto executivo que estava paralisado desde 2007.

Também foram contratados os serviços de engenharia para construção do desvio para estacionamento no Terminal de Vilarinho, o que permitirá a execução de viagens adicionais nos horários de pico, aumentando a demanda diária transportada em cerca de mais 12.000 passageiros.

Os recursos aplicados na continuidade da implantação do metrô de Salvador (trecho Lapa/Pirajá) possibilitaram avanços nas obras de cinco estações e em serviços complementares nos túneis, a construção do elevado na Avenida Bonocô, a implantação de 6 km de via e a continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Destaca-se, também, a contratação da aquisição de seis Trens Unidades Elétricos (TUE), a cargo do Governo do Estado da Bahia.

Quanto ao projeto de modernização do trem de subúrbio (trecho Calçada/Paripe), o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, já em operação, e a contratação da recuperação de mais 3 TUE e 2 locomotivas.

Os investimentos no sistema de Fortaleza, após a adequação dos recursos liberados à capacidade de execução prevista na programação incluída no PAC, foram aplicados na implantação do metrô e na modernização da Linha Oeste.

No trecho em superfície da Linha Sul, as obras da via permanente encontram-se praticamente concluídas no trecho de 10 km entre Vila das Flores e Conjunto Esperança. As obras de construção do elevado no Pólo de Parangaba, com 3,3 km de extensão, e o trecho subterrâneo de 2,8 km, entre as ruas Padre Cícero e Castro e Silva, no centro de Fortaleza, encontram-se em fase de finalização, bem como as obras nas estações Benfica e São Benedito, já com suas estruturas praticamente concluídas.

Na Linha Oeste, destaca-se a realização das licitações para início efetivo da modernização do trecho, com a execução das obras civis e sistemas fixos.

Um importante marco no exercício de 2009 é a conclusão do viaduto de Caucaia. Para 2010, prevê-se a conclusão e entrega de 8 estações. Nos sistemas de Natal e João Pessoa, os recursos aprovados possibilitaram a continuidade e ampliação dos serviços de recuperação dos pontos críticos da via permanente e de recuperação do material rodante, que se constituem nos maiores problemas a serem superados.

No entanto, os esforços envidados ainda não surtiram o efeito desejado, o que é esperado em 2010. No sistema de Maceió, já foi verificada uma melhoria substancial na demanda atendida, a qual atingiu, em dezembro, 163,0 mil passageiros transportados, valor superior em 5,1% ao auferido em 2008.

Os recursos aprovados e disponibilizados em 2009 permitiram a contratação do projeto executivo de engenharia, da fabricação e fornecimento de 8 VLT e da execução das obras civis, visando uma remodelação de todo o sistema, com a expectativa de um grande avanço físico durante 2010.

A Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB opera o sistema na capital gaúcha. Com uma dotação orçamentária aprovada de R\$ 409,19 milhões, executou R\$ 403,95 milhões, com um percentual de execução de 98,7% do total.

Como destaques da execução orçamentária, foram aplicados recursos na expansão da Linha 1, trecho São Leopoldo – Novo Hamburgo, no valor de R\$ 250,00 milhões. Com a obra em plena atividade, a sua execução física está desdobrada em cinco frentes, correspondentes à implantação do elevado metroviário - 9,30 km.

Acrescente-se ainda 2 estações de passageiros - Rio dos Sinos e Liberdade, o início das atividades relativas à contratação e execução dos sistemas operacionais e a aplicação de R\$ 7,0 milhões na modernização do sistema de freios dos trens, no sistema multimídia, dentre outros.

O Indicador definido no Plano Plurianual - PPA previu 45.621.940 passageiros transportados no sistema de Porto Alegre em 2009. Foram transportados 44.404.858 passageiros, apresentando uma redução de 5,59% em relação ao resultado alcançado em 2008, correspondendo a um decréscimo de 2.630.902 passageiros.

Dentre os principais motivos que contribuíram para redução no quantitativo de passageiros transportados cita-se a greve dos metroviários (02/06/09 a 16/06/09), as férias escolares prolongadas, dentre outros.

**COMPARATIVO PASSAGEIROS TRANSPORTADOS  
NO SISTEMA – 2009 X 2008**

|               | 2008              | 2009              |
|---------------|-------------------|-------------------|
| JAN           | 3.525.155         | 3.375.861         |
| FEV           | 3.239.482         | 2.997.589         |
| MAR           | 3.901.626         | 4.000.118         |
| ABR           | 3.967.979         | 3.813.274         |
| MAI           | 3.936.405         | 3.846.788         |
| JUN           | 3.906.303         | 2.758.562         |
| JUL           | 3.993.496         | 3.808.548         |
| AGO           | 4.172.713         | 3.806.570         |
| SET           | 4.224.169         | 3.961.473         |
| OUT           | 4.232.913         | 4.093.132         |
| NOV           | 4.042.755         | 3.909.486         |
| DEZ           | 3.892.764         | 4.033.457         |
| <b>TOTAIS</b> | <b>47.035.760</b> | <b>44.404.858</b> |

Fonte: TRENSURB

**Programa Segurança e Educação no Trânsito:  
Direito e Responsabilidade de Todos**

O Programa tem como objetivo reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país. De uma dotação orçamentária autorizada de R\$ 534,100 milhões, o programa executou, através do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, R\$ 425,995 milhões, com uma execução percentual de 79,76%.

O DENATRAN, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT administra políticas, elabora, fomenta e executa programas e projetos que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Em 2009, o Governo realizou ações estruturantes visando o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), conforme estabelecido na Política Nacional de Trânsito (PNT), com o objetivo precípuo de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade promovendo, desta forma, a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes de trânsito no país.

Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, tendo sido capacitados 6.700 técnicos municipais de todas as Unidades da Federação em cursos de gestão de trânsito, legislação de trânsito, requalificação didática de instrutor de trânsito e análise de recursos de infrações de trânsito. Foram também realizadas palestras dirigidas aos

transportadores de cargas em 12 estados, atingindo um público de 1.600 pessoas.

Em relação à política de educação e cidadania no trânsito, foi produzida a série de 12 programas intitulada “Pela Estrada Afora”, veiculada semanalmente pela TV Cultura e dirigida ao público infanto-juvenil, com o objetivo de apresentar informações e construir conhecimentos relacionados ao comportamento seguro de pedestres, ciclistas e no interior de veículos. Foram ainda definidas as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola e no Ensino Fundamental, publicações enviadas para 104.323 pré-escolas e 154.321 instituições de ensino fundamental em todos os municípios. Destaca-se, também, a distribuição do material educativo “Viva o Trânsito: histórias para o ensino fundamental” para 33 milhões de alunos de 60.081 escolas localizadas em 928 municípios integrados ao SNT.

Investiu-se fortemente na informação à população, por meio de campanhas publicitárias educativas de trânsito com veiculação em âmbito nacional em filmes para TV, spots de rádios, folders e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos, em 2009, 15 filmes e 15 spots sob os slogans “Seja educado no trânsito como você é na sua vida”, “Motorista legal é motorista consciente”, “Pedestre legal é pedestre consciente”, “Motociclista legal é motociclista consciente”, além das campanhas de divulgação dos direitos da população para recebimento do seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e da divulgação do movimento “Dia sem carro”.

Foram apresentados à sociedade e em específico à comunidade técnica os requisitos técnicos mínimos para a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos SINIAV, sistema que assegurará maior controle da frota e da velocidade média dos veículos com conseqüente diminuição dos acidentes e mortes no trânsito. Com esse objetivo, importante também mencionar, a exigência de novos equipamentos obrigatórios para veículos saídos de fábrica (air-bag e freio ABS), e de equipamentos de segurança no transporte de cargas especiais.

Este Programa possui como objetivo “reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país”, onde ocorrem aproximadamente 35 mil mortes por ano. Temos a seguir os índices apurados nos exercícios de 2008 e 2009, elaborados a partir dos indicadores considerados na avaliação da atuação do Denatran ao desempenhar suas competências:

|                                                            | 2008     |            | 2009     |            |
|------------------------------------------------------------|----------|------------|----------|------------|
|                                                            | PREVISTO | APURADO    | PREVISTO | APURADO    |
| Índice de Acidentes com Vítimas Fatais por 10 mil veículos | 6,3      | 6,8        | 6,3      | 6,5        |
| Índice de Acidentes com Vítimas por 10 mil veículos        | 91,1     | 75,3       | 91,1     | 75,2       |
| Frota Registrada                                           |          | 49.644.025 |          | 54.159.864 |

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e Ministério da Saúde

Embora os índices previstos para redução do número de acidentes com vítimas fatais não tenham sido alcançados, pode-se perceber que, apesar do significativo aumento da frota em 9,1%, houve redução daqueles índices no exercício de 2009 em relação a 2008. Devem ser considerados na avaliação dos resultados os instrumentos legais instituídos (Resoluções e Deliberações do CONTRAN, Portarias do Denatran e outros), os programas educativos implementados, os estudos técnicos realizados e demais ações desenvolvidas pelo Denatran com vistas a aumentar a segurança de motoristas, pedestres e usuários do trânsito e reduzir a impunidade dos condutores infratores.

#### **Programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**

No âmbito da Função Encargos Especiais (28), subfunções Outras Transferências (845) e Outros Encargos Especiais

(846), as seguintes operações especiais compõem o Programa Minha Casa, Minha Vida: Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas, Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais, Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com Menos de 50.000 habitantes e Transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

O Programa prevê um aporte de R\$ 34 bilhões de recursos, sendo R\$ 25,5 bilhões do OGU e R\$ 7,5 bilhões do FGTS, destinados à produção de um milhão de unidades habitacionais, e, ainda, R\$ 1 bilhão, do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinado ao financiamento da cadeia produtiva, conforme detalhamento abaixo.

| AÇÃO                               | LIMITE<br>(EM R\$ MILHÕES) |
|------------------------------------|----------------------------|
| FAR – OGU                          | 14.000,00                  |
| FDS – OGU                          | 500,00                     |
| Mun. até 50 mil habitantes – OGU   | 1.000,00                   |
| PNHR– OGU                          | 500,00                     |
| PNHU (OGU + FGTS)                  | 10.000,00                  |
| FGHAB – OGU                        | 2.000,00                   |
| BNDES – OGU (equalização de juros) | 5.000,00                   |
| BNDES (cadeia produtiva)           | 1.000,00                   |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>34.000,00</b>           |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

Em 2009, o PMCMV executou 100% dos recursos previstos no Orçamento Geral da União:

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - 2009**

| em R\$ milhões |                                          |           |   |              |            |              |            |
|----------------|------------------------------------------|-----------|---|--------------|------------|--------------|------------|
| COD            | PROGRAMA                                 | HABITAÇÃO |   | DEMAIS       |            | TOTAL        |            |
|                |                                          | EMPENHADO | % | EMPENHADO    | %          | EMPENHADO    | %          |
| 0909           | Op. Especiais: Outros Encargos Especiais | -         | - | 5.250        | 100        | 5.250        | 100        |
| <b>TOTAL</b>   |                                          | -         | - | <b>5.250</b> | <b>100</b> | <b>5.250</b> | <b>100</b> |

Fonte: Siafi Gerencial

O Programa Minha Casa, Minha Vida recebeu 3.219 propostas de empreendimentos com 656.368 unidades habitacionais, totalizando recursos da ordem de R\$ 39,02 bilhões no exercício de 2009. Com relação às contratações, foram firmados contratos de 275.528 unidades habitacionais, representando investimentos da ordem de R\$ 14,08 bilhões, conforme demonstrativo a seguir. Dessas unidades contratadas, 217.906 são referentes a contratações com empresas do setor da construção civil e 57.622 unidades foram contratadas diretamente com as famílias beneficiadas.

#### **PROPOSTAS CONTRATADAS NO PMCMV - 2009**

| FAIXA            | TOTAL                  |                       |
|------------------|------------------------|-----------------------|
|                  | UNIDADES HABITACIONAIS | R\$                   |
| <b>0 a 3 SM</b>  | 168.926                | 6.943.976.226         |
| <b>3 a 6 SM</b>  | 75.620                 | 4.656.923.088         |
| <b>6 a 10 SM</b> | 30.982                 | 2.478.586.973         |
| <b>TOTAL</b>     | <b>275.528</b>         | <b>14.079.486.287</b> |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

A meta de contratação de 1 milhão de unidades habitacionais foi estabelecida de acordo com o déficit habitacional nos estados da federação sendo que, até a referida data, os estados do Acre, Bahia e Mato Grosso já alcançaram a meta estabelecida nas operações destinadas ao atendimento até três salários mínimos. Considerando que as operações especiais acima não integram o Plano Plurianual 2008-2011, não há indicadores discriminados para o programa. Não obstante, considera-se que o volume de contratações constitui um parâmetro válido para a

mensuração da efetividade da ação governamental no bojo da qual tais operações especiais estão inseridas.

### **Programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários**

O programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários representou 64,88% dos valores empenhados na função de Habitação em 2009.

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA EM 2009**

em R\$ milhões

| COD          | PROGRAMA                               | URBANISMO    |              | DEMAIS       |              | TOTAL        |              |
|--------------|----------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|              |                                        | EMPENHADO    | %            | EMPENHADO    | %            | EMPENHADO    | %            |
| 1128         | Urban. Regul. Fundiária e A. Precários | 1.313        | 94,09        | 1.747        | 96,48        | 3.060        | 95,44        |
| <b>TOTAL</b> |                                        | <b>1.313</b> | <b>94,09</b> | <b>1.747</b> | <b>96,48</b> | <b>3.060</b> | <b>95,44</b> |

Fonte: SIAFI Gerencial

Nota 1 = % Empenhado / Dotação Autorizada

Nota 2 = A coluna "Demais Empenhado %" refere-se aos empenhos do programa 1128 que pertencem à função de habitação e saneamento.

Os indicadores utilizados no Plano Plurianual - PPA para o programa de urbanização são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, que utiliza micro dados do censo demográfico 2000, com atualização anual baseada nas Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios – PNAD.

A dificuldade de utilização de outros indicadores é causada pelo fato de outras variáveis influenciarem nas condições habitacionais da população, como por exemplo, a disponibilidade de crédito para a produção habitacional, que é afetada, inclusive, pela conjuntura econômica.

Com isto, a Política Nacional de habitação deve ser analisada de forma integral, uma vez que, a conclusão dos projetos habitacionais leva em média, mais de um exercício para alcançar a sua efetividade e atender plenamente as necessidades das famílias beneficiadas; dada a complexidade dos problemas enfrentados na maioria das intervenções.

Nos últimos anos pode-se observar uma tendência de melhoria das condições de vida da população. Em termos proporcionais, o déficit habitacional relativo (nº de domicílios que compõem o déficit / total de domicílios do país) vem diminuindo desde 1991, conforme especificado a seguir:

| ANO                     | 1991   | 2007   | 2008   |
|-------------------------|--------|--------|--------|
| <b>DÉFICIT RELATIVO</b> | 15,40% | 11,10% | 10,00% |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

A partir de 2007, verifica-se uma tendência de redução do déficit habitacional, em termos relativos e absolutos, pois o número de domicílios do déficit de 2006 para 2007 caiu de 7,9 milhões para 7,2 milhões, respectivamente.

As análises preliminares da PNAD 2008, divulgada em 2009, indicam uma provável manutenção desta tendência.

Uma das referências do programa 1128 é o Projeto do Complexo do Alemão, uma parceria do Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro.

Visa a integração física e social de diversas comunidades por meio da ordenação urbanística, com obras de urbanização integrada, produção e melhorias habitacionais, implantação de teleférico integrado à malha de transportes urbanos e construção de equipamentos comunitários. Informações do Projeto:

|       |                              |
|-------|------------------------------|
| Meta: | 30 mil famílias beneficiadas |
|-------|------------------------------|

| ENTE                         | INVESTIMENTO | EXECUÇÃO |
|------------------------------|--------------|----------|
| Prefeitura                   | 107,7        | 75%      |
| Estado                       | 725,4        | 48%      |
| <b>TOTAL DO INVESTIMENTO</b> | <b>833,1</b> |          |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

Os destaques do Projeto são:

- Conclusão de Creche, de Clínica da Família e do Centro de Geração de Renda do bairro Joaquim de Queiroz em 30/12/2009.
- Conclusão da obra do Centro de Integração e Atenção à Saúde em 22/12/2009;
- Inauguração da construção de 192 unidades habitacionais na Av. Itaóca 1833 em 22/12/2009.

### 5.1.25. Função Comércio e Serviços

O Ministério do Turismo tem como propósito o desenvolvimento do turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos, divisas e na redução das desigualdades regionais, proporcionando a inclusão social.

#### Análise da Execução por Função e Subfunções Típicas

Ao Ministério do Turismo e seus órgãos vinculados cabem investimentos relacionados às Funções 23 – Comércio e Serviços, e 28 - Encargos Especiais. Quanto às Subfunções vinculadas, a Subfunção 695 -Turismo representa a quase totalidade da dotação prevista para o Ministério. Sendo assim, este relatório será voltado para a prestação de informações e resultados relativos a esta classificação funcional.

#### Função Típica

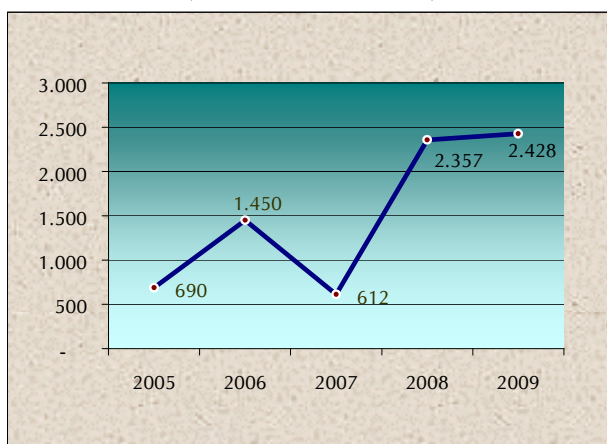
A Função que prevalece no orçamento do MTur é a Função' 23-Comércio e Serviços', em todos os anos, conforme demonstrado a seguir.

#### VALORES EXECUTADOS POR FUNÇÃO

| FUNÇÕES                  | EMPENHADO  |              |            |              |              |
|--------------------------|------------|--------------|------------|--------------|--------------|
|                          | 2005       | 2006         | 2007       | 2008         | 2009         |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS (23) | 689.686,36 | 1.450.441,31 | 612.063,76 | 2.357.446,19 | 2.428.386,85 |
| ENCARGOS SOCIAIS (28)    | 351,08     | 3.636,44     | 2.621,69   | 5.338,74     | 340,91       |

Fonte: Siafi Gerencial – 23/02/2010

EVOLUÇÃO - FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS  
(VALORES EM R\$ MILHÕES)



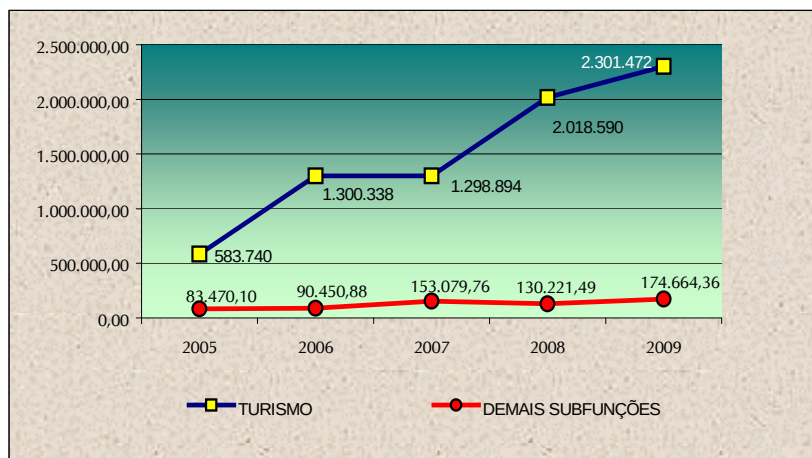
## Análise das Subfunções

### VALORES EXECUTADOS NAS SUBFUNÇÕES - 2006/2009

Em R\$ 1.000,00

| SUBFUNÇÃO                                            | EMPENHADO           |                     |                     |                     |                     |
|------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|                                                      | 2006                | 2007                | 2008                | 2009                | TOTAL               |
| 121 - Planejamento E Orçamento                       | 5.984,25            | 3.908,82            | 5.271,84            | 3.559,94            | 18.724,84           |
| 122 - Administração Geral                            | 51.914,89           | 85.288,71           | 73.177,75           | 82.088,40           | 292.469,75          |
| 125 - Normalização e Fiscalização                    | 325,52              | 193,76              | 396,18              | 1.264,20            | 2.179,66            |
| 126 - Tecnologia da Informação                       | 5.809,84            | 9.041,15            | 4.904,70            | 7.317,99            | 27.073,68           |
| 128 - Formação de Recursos Humanos                   | 9.598,05            | 35.267,78           | 25.657,93           | 62.297,92           | 132.821,68          |
| 131 - Comunicação Social                             | 2.660,00            | 2.278,69            | 7.063,93            | 4.646,11            | 16.648,72           |
| 212 - Cooperação Internacional                       | 817,16              | 1.439,49            | 1.014,95            | 243,31              | 3.514,91            |
| 306 - Alimentação e Nutrição                         | 562,30              | 706,64              | 677,08              | 831,31              | 2.777,33            |
| 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador           | 310,19              | 406,60              | 289,42              | 257,49              | 1.263,71            |
| 365 - Educação Infantil                              | 47,69               | 95,76               | 42,07               | 59,37               | 244,89              |
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 4.419,00            | 4.294,74            | 3.861,00            | 2.620,00            | 15.194,74           |
| 571 - Desenvolvimento Científico                     | 1.553,43            | 1.912,21            | 3.327,38            | 6.433,87            | 13.226,89           |
| 665 - Normalização e Qualidade                       | 6.448,55            | 8.245,42            | 4.537,26            | 3.044,45            | 22.275,68           |
| 695 - Turismo                                        | 1.300.337,78        | 1.298.893,98        | 2.018.589,62        | 2.301.472,16        | 6.919.293,54        |
| <b>TOTAL</b>                                         | <b>1.390.788,65</b> | <b>1.451.973,74</b> | <b>2.148.811,10</b> | <b>2.476.136,52</b> | <b>7.467.710,01</b> |

A Subfunção representa uma partição da função e a de maior peso orçamentário para o MTur é a “695 – Turismo”. Já a Subfunção “122 – Administração Geral” está relacionada a área meio, que reflete a execução das ações operacionais e de manutenção do órgão. A Subfunção “128 – Formação de Recursos Humanos” visa promover e apoiar a qualificação e o aperfeiçoamento de profissionais associados ao turismo. O gráfico a seguir apresenta a evolução da Subfunção “Turismo”, referente às demais Subfunções executadas pelo Ministério do Turismo:



### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em R\$ 1.000,00

| PROGRAMAS                                       | 2005              | 2006                | 2007              | 2008                | 2009                |
|-------------------------------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 1001 - Gestão da Política de Turismo            | 14.542,46         | 17.504,13           | 10.152,55         | 24.247,78           | 24.429,40           |
| 1163 - BRASIL: Destino Turístico Internacional  | 107.425,58        | 83.882,37           | 126.803,06        | 142.753,25          | 109.766,66          |
| 1166 - Turismo No Brasil: Uma Viagem Para Todos | 575.888,17        | 995.453,14          | 472.312,67        | 2.182.880,01        | 2.337.506,41        |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>697.856,22</b> | <b>1.096.839,64</b> | <b>609.268,28</b> | <b>2.349.881,04</b> | <b>2.471.702,46</b> |

## Programas Estruturantes

### Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

#### Macroprograma de Regionalização do Turismo

O Macroprograma de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, definido no Plano Nacional de Turismo 2007/2010, tem por finalidade estruturar, ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística brasileira, tornando mais competitivo o produto turístico nacional no mercado externo, ampliando seu consumo no mercado doméstico. O Programa define, ainda, de forma participativa junto às Unidades da Federação, quais são as regiões e respectivos municípios turísticos brasileiros. Em 2009, a partir de um processo de aperfeiçoamento e evolução do mapeamento, foi lançado o 3º Mapa da Regionalização do Brasil, com 276 regiões turísticas, abrangendo 3.635 municípios.

O novo Mapa aumenta o número das regiões e reduz o número de municípios englobados em relação à 2ª edição. Isso reflete o amadurecimento do setor, especialmente do poder público estadual, com maior enfoque na definição de seus municípios com potencialidade turística.

A Regionalização, de acordo com a própria Organização Mundial do Turismo – OMT, é tida atualmente como uma tendência estratégica, sendo o conceito de região turística referência espacial na qual estão inseridos os produtos turísticos. A região turística não enxerga limites geopolíticos. É o espaço geográfico que reúne características e potencialidades similares e complementares para o desenvolvimento da atividade. O

funcionamento adequado daquelas regiões requer a criação das Instâncias de Governança Regionais, que unam o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, constituídas em fórum, conselho, associação ou agência de desenvolvimento do turismo.

A iniciativa prioriza 59 regiões turísticas que contemplam 65 destinos tidos como prioritários e indutores do desenvolvimento da atividade no país. Em relação especificamente aos citados 65 destinos indutores, consideram-se aqueles que possuem infraestrutura básica turística e atrativos qualificados, sendo capazes de atrair e distribuir visitantes para seu entorno, movimentando a economia local.

O Plano Nacional do Turismo – PNT 2007/2010 prevê, como uma de suas metas principais, a estruturação de 65 destinos capazes de desenvolver o turismo em suas regiões, objetivando representar a diversidade cultural, regional, de biomas, de gastronomia, dentre outras, do turismo brasileiro.

Apresentados em agosto de 2007, os 65 destinos indutores ganharam um estudo de competitividade. Lançado em abril de 2008, o estudo analisou 13 dimensões e suas variáveis, utilizando uma escala de 0 a 100 que considerou, para os resultados, 5 níveis de competitividade.

Dando continuidade ao trabalho, em maio de 2009 deu-se início à 2ª edição do estudo com algumas adequações metodológicas. No quadro seguinte são apresentados os principais resultados comparativos, por dimensão.

| DIMENSÕES                          | MÉDIA       |             |             |             |              |             |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|
|                                    | BRASIL      |             | CAPITAIS    |             | NÃO CAPITAIS |             |
|                                    | 2008        | 2009        | 2008        | 2009        | 2008         | 2009        |
| INFRAESTRUTURA GERAL               | 63,8        | 64,6        | 70,5        | 71,3        | 58,1         | 58,9        |
| ACESSO                             | 55,6        | 58,1        | 66,9        | 69,9        | 47,5         | 49,7        |
| SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS | 44,8        | 46,8        | 56,8        | 59,4        | 36,3         | 37,9        |
| ATRATIVOS TURÍSTICOS               | 58,2        | 59,5        | 56,6        | 58,5        | 59,3         | 60,2        |
| MARKETING E PROMOÇÃO DO DESTINO    | 38,2        | 41,1        | 46,3        | 47,5        | 32,4         | 36,5        |
| POLÍTICAS PÚBLICAS                 | 50,8        | 53,7        | 55,7        | 58,7        | 47,3         | 50,2        |
| COOPERAÇÃO REGIONAL                | 44,1        | 48,1        | 42,9        | 47,1        | 45,0         | 48,8        |
| MONITORAMENTO                      | 35,4        | 34,5        | 42,1        | 41,8        | 30,6         | 29,4        |
| ECONOMIA LOCAL                     | 56,6        | 57,1        | 64,7        | 67,6        | 50,9         | 49,6        |
| CAPACIDADE EMPRESARIAL             | 51,3        | 55,7        | 72,1        | 78,1        | 36,6         | 39,8        |
| ASPECTOS SOCIAIS                   | 57,2        | 57,4        | 62,3        | 63,1        | 53,5         | 53,4        |
| ASPECTOS AMBIENTAIS                | 58,9        | 61,8        | 63,8        | 67,0        | 55,5         | 58,1        |
| ASPECTOS CULTURAIS                 | 54,6        | 54,6        | 61,4        | 63,0        | 49,8         | 48,7        |
| <b>TOTAL GERAL</b>                 | <b>52,1</b> | <b>54,0</b> | <b>59,5</b> | <b>61,9</b> | <b>46,9</b>  | <b>48,4</b> |

Fonte: FGV/MTur/Sebrae, 2009

Percebe-se, pelos dados agregados, uma evolução em 11 das 13 dimensões avaliadas nas duas edições do estudo. As capitais apresentaram os melhores resultados na comparação com a pesquisa divulgada em 2008. Constata-se no quadro a seguir que as capitais evoluíram do Nível 3 para o Nível 4, atingindo “as condições adequadas para a atividade turística considerando o padrão mínimo de qualidade”. A média nacional e das “não capitais” mantiveram-se no Nível 3, isto é, “em condição regularmente satisfatória”. [0]



| ANO  | NÍVEL 1 | NÍVEL 2 | NÍVEL 3  | NÍVEL 4      | NÍVEL 5 |
|------|---------|---------|----------|--------------|---------|
|      |         | BRASIL  | CAPITAIS | NÃO CAPITAIS |         |
| 2008 | -       | 52,1    | 59,5     | 46,9         | -       |
| 2009 | -       | 54      | 61,9     | 48,4         | -       |

Fonte: FGV/MTur/Sebrae, 2009

Com relação aos 65 destinos nos níveis da escala utilizada, identificou-se que a maior parte deles encontra-se no nível 3, com 37 destinos, um a menos que na pesquisa anterior. Por sua vez, houve um aumento no número de destinos situados no Nível 4: 21 destinos em 2009 contra 18 no ano anterior. Em contrapartida, o Nível 2 concentra sete destinos, dois a menos que na pesquisa anterior. Ressalte-se que nenhum destino obteve índices referentes aos Níveis 1 e 5.

### Indicadores do Programa

Quanto às metas previstas relativas aos destinos indutores, foram feitas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para alteração dos indicadores existentes para o Programa 1166 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão. Neste sentido, o Ministério do Turismo passou a incorporar o indicador "Competitividade dos destinos indutores de desenvolvimento turístico regional", com índices de 0 a 100, que apontam a competitividade do conjunto dos destinos indutores. A previsão deste índice, para o ano de 2009, foi de 55%, sendo que o resultado efetivamente apurado foi de 54%, valor próximo ao da meta estabelecida.

### Promoção Nacional do Turismo Brasileiro

Dentre as principais iniciativas promocionais desenvolvidas em 2009 pelo Programa 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão destacam-se as campanhas: "Viaja Mais - Melhor Idade"; "Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil"; e "Viagem é para toda a vida". Foram envidados, ainda, esforços publicitários nos períodos precedentes aos principais feriados nacionais, fortalecendo a "cultura da viagem" entre os brasileiros.

O Programa Viaja Mais – Melhor Idade tem por objetivo proporcionar a inclusão de aposentados e pessoas com mais de 60 anos em viagens para que possam conhecer o Brasil nos períodos de baixa ocupação hoteleira, oferecendo facilidades como: preços mais baixos e parcelamento das viagens com desconto em folha de pagamento. O Programa guarda correlação com um dos principais objetivos do Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010: fortalecer o mercado interno do turismo, trazendo inclusão social. Neste sentido, foram empenhados R\$ 633.790,91 para veiculação desta campanha. Esse programa, também, tem o intuito estimular viagens para os destinos turísticos nos períodos de baixa ocupação, reduzindo o impacto das sazonalidades.

Outra iniciativa de forte impacto social é a Campanha do Turismo Sustentável & Infância, que objetiva alertar os

empresários do setor turístico para que denunciem práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes. Veiculada principalmente no Carnaval, a campanha trouxe o *slogan*: "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é Crime. Denuncie! Procure o Conselho Tutelar de sua cidade ou disque 100". Foram empenhados R\$ 4.646.105,50 nesta ação.

Já as campanhas "Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil" e "Viagem é para toda a vida" visam fortalecer ainda mais o mercado interno e estimular o hábito de viagens entre os brasileiros. Estas ações são um desdobramento da campanha "Está na hora de conhecer o Brasil", lançada pelo Ministério do Turismo no final de 2008 e veiculada durante o verão em mídias diversas (TV aberta e fechada, internet, mídia exterior, cinemas, revistas e jornais de todo país), indo ao ar também nos períodos que antecederam os feriados de Paixão de Cristo, Tiradentes, Dia do Trabalho e Corpus Christi. Em 2009, esta campanha foi a principal estratégia promocional para amenizar os efeitos da desaceleração econômica no setor do turismo, e contou para tanto com recursos da ordem de R\$ 29.701.043,21.

A seguir, outras três campanhas promocionais, com os respectivos valores empenhados em 2009:

| CAMPANHA                                                                                                                                                 | VALORES EMPENHADOS (R\$) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Viaje com Agente (ação promocional junto aos agentes de viagem)                                                                                          | 387.565,31               |
| Aeroportos (painéis fotográficos com imagens de destinos turísticos do país, nos terminais de embarque e desembarque de diversos aeroportos brasileiros) | 1.245.450,55             |
| Campanha do Salão do Turismo (ação de divulgação do 4º Salão do Turismo)                                                                                 | 6.543.764,84             |

Fonte: FGV/MTur/Sebrae, 2009

### Apoio à Comercialização Nacional

Uma estratégia que busca incentivar e apoiar a comercialização e a promoção dos destinos turísticos brasileiros, congregando operadores e fornecedores dos diversos tipos de serviços turísticos, é a realização do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, evento que apresenta os resultados da regionalização e roteirização turística ao país, bem como expõe a oferta de produtos e serviços turísticos nacionais.

A 4ª edição do Salão do Turismo, realizada em São Paulo de 1º a 5 de julho, mostrou que o evento conquistou o consumidor final. Foram empenhados R\$ 5,3 milhões para a realização da Ação. Ao todo, o evento recebeu 98 mil visitantes, muitos dos quais foram ao Pavilhão de Exposições do Anhembi dispostos a planejar as próximas

férias ou marcar uma viagem. Seguem abaixo alguns resultados que comprovam o sucesso do evento:

- Em peças de artesanato, foram vendidos R\$ 449,3 mil, segundo dados do Programa do Artesanato Brasileiro/MDIC. Em 2008, a venda foi de R\$ 360,1 mil, demonstrando que em 2009 houve um crescimento de 25%;
- Mercado da Agricultura Familiar faturou R\$ 226,3 mil, 117% a mais do que no ano passado;
- No Espaço Jóias do Brasil, os resultados também superaram as expectativas. Foram vendidos R\$ 104,3 mil, 69,5% a mais do que em 2008. Já no espaço Moda - Talentos do Brasil, novidade no 4º Salão, vendeu R\$ 51,2 mil;
- Na Mostra de Manifestações Artísticas o público pôde assistir a 90 apresentações de diversos estados brasileiros que contaram com a participação de 547 artistas;
- A Área Gastronômica atendeu 12 mil visitantes e serviu 43 mil porções, obtendo um faturamento de R\$ 210 mil. Em 2008, foram R\$ 131,6 mil em vendas (28,9 mil porções);
- Segundo pesquisa realizada no próprio evento, a expectativa de negócios para os representantes de operadoras nacionais e empresários que compram serviços e produtos de fornecedores locais (agências de turismo receptivo e meios de hospedagem), durante a Rodada de Negócios, é de R\$ 95,5 milhões para o período de um ano. Já para os fornecedores locais, os resultados parciais indicam uma expectativa de R\$ 134 milhões para o mesmo período. Em 2008, a expectativa foi de R\$ 24,3 milhões para compradores e R\$ 47,7 milhões para vendedores;
- No Núcleo de Conhecimento, 13,5 mil pessoas se inscreveram para as diversas atividades, que contaram com a participação de 93 palestrantes/debatedores nacionais e 5 internacionais.

Todos os números do último Salão do Turismo são superiores aos do anterior o que demonstra, portanto, a evolução e mostra que a parceria entre os governos e a iniciativa privada é fundamental para aumentar ainda mais nos brasileiros o gosto pelas viagens.

### **Ações de Infraestrutura**

As ações de infraestrutura para o exercício de 2009 foram direcionadas principalmente para a reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, melhoria de acessibilidade e da sinalização turística, recuperação de prédios de mercados históricos, museus, casas de culturas, centro de artesanato, centro de convenções ou eventos, centro de informações turísticas, bem como escolas de qualificação destinadas aos profissionais dos setores de hotelaria.

### **Prodetur Nacional**

O PRODETUR Nacional é uma iniciativa do Ministério do Turismo, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que cria uma linha de crédito para atender à demanda por recursos de financiamento internacional dos Estados e municípios brasileiros.

Objetiva, ainda, alcançar as metas do Plano Nacional do Turismo ampliando a importância do turismo no desenvolvimento do país gerando novos empregos e conseqüentemente reduzindo as desigualdades sociais. Para a consecução de seus objetivos o Prodetur Nacional prevê investimentos de três fontes distintas: financiamento internacional, contrapartida federal aportada pelo Ministério do Turismo com recursos do Orçamento Geral da União, e contrapartida local aportada pelos estados e municípios participantes. Inicialmente os recursos de financiamento internacional eram aportados somente pelo BID, entretanto, devido à grande demanda por recursos, potencializada após a escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014, o Ministério do Turismo abriu a possibilidade para que a Corporação Andina de Fomento – CAF também atuasse como agente financiador para o Programa.

Atualmente o Prodetur Nacional conta com a adesão de 19 estados e 7 municípios. O montante de recursos aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, para financiamento do Programa (contando com a proposta de financiamento do próprio Ministério, voltada para o apoio às propostas estaduais e municipais) totaliza US\$ 873 milhões.

Ressaltam-se os projetos desenvolvidos principalmente nos destinos indutores estabelecidos pelo Ministério do Turismo para alcançar a Meta 3 do Plano Nacional do Turismo que prevê “Estruturar os 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional”.

### **Ações Apoiadas Pelo Prodetur 2009**

No ano de 2009 as ações apoiadas pelo Prodetur foram: Estradas/Acessos; Estudos/Pesquisas; Fortalecimento Institucional; Infraestrutura; Patrimônio Histórico Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável; Produto Turístico; Projetos; Promoção e Marketing; Qualificação Profissional/Empresarial; Sinalização Turística; e Urbanização

Importante destacar que as dotações orçamentárias autorizadas para os Programas Prodetur vêm experimentando crescimento desde 2006, potencializado a partir de 2007 pelos avanços na execução da contrapartida federal para o Prodetur NE II e pela criação do Prodetur Nacional. A execução orçamentária, por sua vez, teve um significativo aumento entre 2006 e 2007, ocasionado principalmente pela flexibilização da execução do Prodetur NE II. A partir de 2007 a execução orçamentária manteve-se em patamar superior a 95% levando-se em consideração os valores autorizados e os empenhados. No que se refere aos produtos e destinos foi fortalecida a produção associada ao turismo e o apoio projetos em que as atividades turísticas são indutoras do desenvolvimento local e da geração de trabalho e renda. Estas estratégias contribuem para a comercialização dos destinos ao promover e valorizar aspectos naturais, culturais e sociais das diferentes regiões brasileiras.

Finalizando, destacamos que o volume de recursos aportados no exercício de 2009 para os programas soma R\$ 1.781.856.669,56.

### Qualificação

Em 2009, investiu-se R\$ 43.120.952,17 em qualificação profissional, o que representou o compromisso com a qualificação de 79.822 pessoas. Neste contexto, destaca-se o Programa de Qualificação em Línguas Estrangeiras - "Olá Turista", com a oferta, em dois anos, de cursos de língua espanhola e inglesa, a distância, com a utilização de tecnologia para 80 mil participantes como estratégia de preparação para a Copa 2014.

Vale salientar, também, que os recursos investidos para fortalecer e valorizar a produção associada ao turismo totalizaram R\$ 7.009.147,00 no apoio a 69 projetos e 12 campanhas, objetivando incrementar a utilização de produtos de segmentos da economia, com atributos naturais ou culturais dos setores artesanal, industrial e agropecuário, buscando agregar valor à oferta turística e para que se tornem um atrativo para aumentar a permanência do turista no destino.

Neste contexto, destaca-se o projeto "Integração da Produção Associada", em parceria com o Sebrae, que objetiva a construção de um Manual de Ações que propõe a integração da produção associada a novos produtos turísticos.

É uma proposta inovadora que irá apoiar o desenvolvimento do turismo nos municípios brasileiros, iniciando em 12 municípios do entorno das cidades sedes da Copa de 2014

Com o foco na dinamização econômica das comunidades locais, por meio de atividades turísticas, para o apoio e promoção de iniciativas de turismo de base comunitária o investimento foi de R\$ 4.587.792,86 para cerca de 40 projetos. Estes projetos organizam e fortalecem os atores locais residentes, para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos.

No âmbito do apoio à comercialização dos produtos e serviços, a I Mostra de Base Comunitária realizada no Salão do Turismo, no *Adventure Sport Fair* e no Festival de Gramado, merece destaque pela repercussão positiva e pela visibilidade que o segmento obteve com esta ação.

O fomento aos negócios turísticos constitui um importante item do Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo, uma vez que fortalece as atividades dos agentes econômicos, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do setor.

No exercício de 2009, foram realizados os seguintes estudos e pesquisas de oportunidades de investimento no ativo turístico brasileiro:

- Estudo sobre Incentivos Tributários para o Desenvolvimento do Turismo;
- Diagnóstico do Setor de Agenciamento de Viagens;

- Estudo Técnico para a Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Piauí;
- Estudo sobre a Legislação Trabalhista para o Setor de Alimentação Fora do Lar; e
- Diagnóstico do Setor de Apoio ao Turismo Náutico Brasileiro.

A partir dos resultados dos estudos e das pesquisas, são desenvolvidas ações integradas com os diversos segmentos turísticos, mediante participação conjunta em importantes eventos da cadeia produtiva do turismo no país e no exterior. Os encontros com representantes do setor turístico constituem excelentes oportunidades para divulgação dos programas de crédito para o setor e promoção das potencialidades do Brasil como um destino auspicioso para investimentos turísticos.

### Financiamento e Fungetur

Relativamente aos resultados das ações de promoção do turismo nacional, vale mencionar que em pesquisa realizada sobre investimentos em meios de hospedagem foram identificados 301 empreendimentos hoteleiros em andamento no país, em fase de projeto ou em construção, com início de operação previsto para o período de 2010 a 2013.

Estima-se que as inversões na hotelaria nacional deverão atingir a soma de R\$ 16,1 bilhões no período mencionado. A expectativa é de que sejam criadas mais de 69 mil unidades habitacionais, o que permite sinalizar uma geração de mais de 50 mil novos empregos no setor.

Foram criadas três novas linhas de crédito para financiar as atividades turísticas no país, a saber:

- BB Crediário Turismo: modalidade de crédito direto ao consumidor – CDC, destinada ao financiamento de serviços ao consumidor do turismo, operacionalizada pelo Banco do Brasil;
- Crediário CAIXA Fácil Turismo: linha de crédito voltada para o consumidor final do turismo, destinada à aquisição de pacotes turísticos, operacionalizada pela Caixa Econômica Federal; e
- FAT Turismo – Giro Setorial: linha de crédito destinada a financiar capital de giro isolado para empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas no MTur, operacionalizada pela Caixa Econômica Federal.

Como resultado das políticas de crédito para o setor, merece registro o volume de recursos desembolsado pelos bancos públicos federais para as atividades turísticas no exercício.

Por meio de operações de investimento e capital de giro, o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – Bndes, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal destinaram cerca de R\$ 5,584 bilhões para projetos das empresas que atuam na cadeia produtiva do turismo.

O volume alcançado representou uma evolução de 53% em relação aos valores observados no ano anterior (R\$ 3,6 bilhões), evidenciando o dinamismo das atividades

turísticas no país, não obstante a crise que se instalou na economia mundial a partir do segundo semestre de 2008.

Para o exercício de 2009, a programação orçamentária e financeira para Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimento no âmbito do Ativo Turístico Brasileiro previu uma dotação de R\$ 5.500.000,00. Desse montante, foram realizados R\$ 5.462.263,29, o que representa uma execução de 99,3% dos recursos.

No âmbito do Fundo Geral do Turismo – Fungetur, as atividades estiveram voltadas para o aprimoramento operacional do Fundo, enquanto instrumento governamental de apoio aos projetos dos prestadores de serviços turísticos.

Os trabalhos, ao longo deste exercício, se pautaram na proposição de um aperfeiçoamento da regulamentação concernente às operações e ao funcionamento do Fundo, aprovada por ato ministerial, e no estabelecimento das condições gerais de financiamento, norteadas pela atratividade e competitividade frente às demais linhas de crédito do mercado.

Foi celebrado o terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo com a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro do Fungetur, prorrogando a validade do contrato de prestação de serviços.

A dotação orçamentária de 2009, no valor de R\$ 21,8 milhões, foi objeto de empenho no exercício.

Destarte que, no fim do exercício de 2009, a Caixa apresentou demanda relativa aos projetos avaliados, devidamente enquadrados às condições deste Fundo, que resultou na efetiva movimentação financeira dos recursos classificados em restos a pagar referente ao exercício de 2008, no montante de R\$ 21,9 milhões e dos recursos do próprio exercício, somando um valor total de R\$ 43,8 milhões.

Vale ressaltar que a Caixa possui 12 tomadores do segmento turístico compreendendo (hotéis, pousadas, parques temáticos, equipamentos de grande potencial turístico) contratados com recursos do Fungetur, que corresponde a um montante R\$ 28,4 milhões.

Assim, está em andamento o revigoramento do Fungetur no segmento turístico, no tocante à infraestrutura turística, com reflexos na geração de empregos diretos e indiretos, para os setores turísticos e da construção civil.

Nos últimos quatro anos, foram envidados esforços no sentido de retomar o potencial do Fundo como instrumento de fomento à iniciativa privada, que resultou na celebração de Contrato entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, e a Caixa.

Atualmente os recursos repassados àquela Instituição somam o valor de R\$ 97,3 milhões, compreendendo os recursos orçamentários dos exercícios de 2006 a 2009.

## **Programa – Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**

### **(Ação 0073 – Publicidade de Utilidade Pública)**

O ano de 2009 foi marcado por ações significativas, consolidadas na continuidade das campanhas de comunicação, seminários de sensibilização junto à cadeia produtiva do turismo, execução de projetos para formação de multiplicadores regionais na temática. Também foram muito positivos os resultados obtidos na conclusão do “Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional”, nos estados de São Paulo, Paraíba e Pernambuco.

A consolidação dessas ações pode ser observada pelo aumento de propostas cadastradas no Siconv e o número de convênios aprovados durante o exercício. Firmados 10 Convênios: SP, BA, PE, PA, SC, AP, DF; 02 Termos de Cooperação: Secretaria Especial de Direito Humanos – Sedh e Fundação Universidade de Brasília – FUB; 01 Acordo de Cooperação: Fortaleza, totalizando R\$ 4.646.105,50 (Fonte: SIAFI). As ações executadas foram:

- 475.000 unidades de materiais de comunicação e divulgação do disque denúncia 100, distribuídos em hotéis, bares, restaurantes e similares; eventos, feiras nacionais e internacionais de turismo; 1 documentário e 2 vídeos institucionais;
- 42 Seminários de sensibilização em: Aracaju, Recife, Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Belo Horizonte, São Luiz, Natal, Teresina, Ilhéus, Goiânia, Vitória, Salvador, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ. 1 curso de formação de formadores dirigido à cadeia produtiva do turismo e sociedade civil para os 09 estados do nordeste brasileiro. Total de 4.480 pessoas diretamente sensibilizadas e 65 formadas como formadores na temática;
- Projetos de “Inclusão Social com Capacitação Profissional” junto aos adolescentes e jovens socialmente vulneráveis implementados em: Santos, Guarujá e São Vicente/SP; Recife, Olinda, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca/PE; João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Conde e Cabedelo/PB. Capacitados 410 jovens, sendo que 30% desses já foram inseridos no mercado de trabalho;
- Participação internacional em 2 reuniões junto à Task Force for the Protection of Children in Tourism da OMT (Londres e Berlin) e 2 reuniões no Equador com o Grupo de Ação Regional de Proteção às crianças e adolescentes nas Américas;
- Apresentação de dois cases no IV Salão do Turismo.

## **Brasil: Destino Turístico Internacional**

### **Promoção do Turismo no Mercado Internacional**

O Instituto Brasileiro do Turismo – Embratur encerrou 2009 com avanços representativos na promoção do Brasil como destino turístico para o mundo.

Além de atrair mais turistas estrangeiros, as ações foram focadas na construção de uma imagem positiva do país no exterior, hoje reconhecido pela credibilidade e solidez.

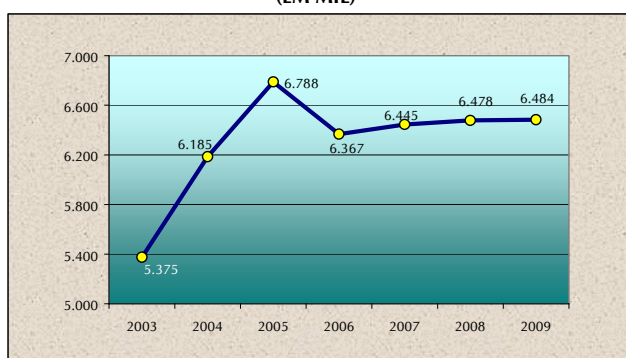
As estratégias também estiveram alinhadas com o compromisso de enfrentar os desafios do futuro, consolidar o turismo receptivo internacional e contribuir para a geração de renda, empregos e desenvolvimento do Brasil.

### Desembarques Internacionais

Desembarque de 6.483.944 passageiros de voos internacionais em 2009 (refere-se a brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros).

Apesar da crise econômica internacional, observa-se a manutenção do patamar de desembarques em relação a 2008, diante de uma retração no mercado mundial.

DESEMBARQUES INTERNACIONAIS  
Nº DE PASSAGEIROS  
(EM MIL)

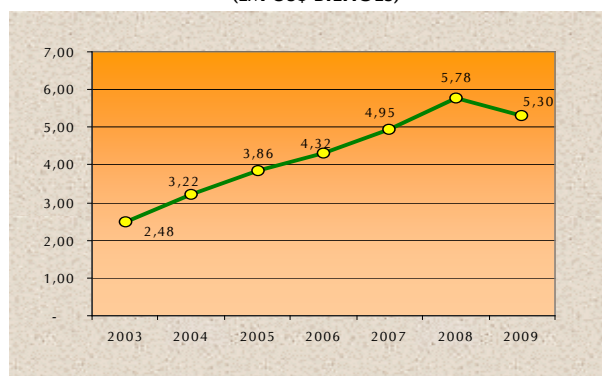


Fonte: BC/DPF

### Receita Cambial Turística

A receita cambial mostra que os gastos de turistas estrangeiros no Brasil foram da ordem de US\$ 5,3 bilhões (contra US\$ 5,78 bilhões em 2008) – o que representa um decréscimo de (8,3%) refletindo os efeitos da crise econômica mundial no turismo.

GASTOS DE TURISTAS ESTRANGEIROS NO BRASIL  
(EM US\$ BILHÕES)



Fonte: BC/DPF

O Plano Aquarela de Marketing Turístico Internacional, trabalho de promoção internacional do turismo brasileiro, alcançou um novo patamar com a execução orçamentária por mercado.

Em 2009, aproveitando as grandes oportunidades para o turismo com o anúncio da realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016, o Embratur lançou em dezembro de 2009 o Plano Aquarela 2020 – com definição de estratégias, metas e objetivos de *marketing* internacional do turismo brasileiro e as ações a serem implementadas na próxima década.

Foram estabelecidas prioridades para investimentos em ações de promoção do Brasil no exterior considerando-se critérios como acessibilidade de acesso, conhecimento e interesse pelo Brasil por parte dos mercados, gasto médio e tempo de permanência do turista no destino, apresentando os seguintes resultados:

- Países de altíssima prioridade: Argentina, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Chile, Espanha, Itália e França;
- Países de alta prioridade: Portugal, Uruguai, Holanda e Peru;
- Países com alto interesse pelo Brasil e facilidade de acesso: Japão, México, Colômbia, Paraguai, Bélgica, Canadá, Suécia, Suíça, Finlândia, Noruega e Dinamarca; e
- Países emergentes e oportunidades (novos mercados): China, Rússia, Coreia, Índia, Turquia, Israel e Emirados Árabes Unidos.

As ações no mercado internacional englobam investimentos em promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos brasileiros no exterior.

Além disso, com o objetivo de fazer um trabalho mais consistente de divulgação de destinos turísticos brasileiros na imprensa internacional, foi instituído o trabalho permanente de Relações Públicas na Argentina, Estados Unidos, Portugal, Reino Unido, França, Espanha, Itália, Alemanha, Peru e Chile.

Em 2009 os efeitos da crise econômica foram sentidos de forma diferenciada nas diversas regiões do globo.

Dentre as regiões que tiveram a menor queda, a América do Sul estava inclusa e o Brasil é considerado o destino líder.

Ainda com respeito à América do Sul, cabe destacar que a região, em especial Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia e Peru, constitui mercado com grande potencial de crescimento, que vem recebendo e que nos próximos anos continuará a receber investimentos crescentes para a ampliação do número de visitantes dos países vizinhos.

Segundo estudos do Conselho Mundial de Viagens e Turismo – WTTC, o país ocupa o 13º lugar no *ranking* da economia do turismo, entre os 181 pesquisados.

Teve a melhor colocação entre todos os países da América Latina e foi escolhido para sediar, em maio de 2009, em Florianópolis, Santa Catarina, o 9º Fórum Mundial de Turismo promovido pelo WTTC que reuniu

700 líderes do mercado, sendo, assim, consolidado como destino de destaque para sediar eventos internacionais.

O Brasil, com o apoio do Embratur, por meio de suas diversas ações de apoio à captação e promoção de eventos, mantém a melhor classificação da América Latina, e a segunda melhor do continente americano, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, segundo a *International Congress and Convention Association – ICCA*. Chegou ao posto de 7º no *ranking* da ICCA em 2008, com 254 eventos internacionais realizados.

Para mensurar o impacto dos eventos internacionais realizados no Brasil, o Embratur realizou uma pesquisa inédita, divulgada em 2009, revelando gasto médio de US\$ 285,10 por dia em eventos internacionais pesquisados entre setembro de 2007 e dezembro de 2008.

A projeção para os 254 eventos realizados em 2009 apontam impacto de US\$122,6 milhões.

A pesquisa também detalha o perfil socioeconômico do turista estrangeiro que visita o país para participar de congressos, seminários e conferências.

O Embratur também divulgou a pesquisa que mostra como o turista internacional vê o Brasil. O Rio de Janeiro foi a cidade mais lembrada pelos estrangeiros.

Além do povo brasileiro, citado por 45% dos entrevistados, Belezas naturais/Natureza (23%), Praias/Mar (18%), Sol/Clima tropical (com 14%) e Diversidade (9%) foram o melhor do Brasil, na opinião de estrangeiros de 27 países que visitaram o Brasil em junho de 2009, período de realização das 2.405 entrevistas.

#### Parcerias de Resultado

Destaca-se, ainda, como um importante evento para incrementar o turismo, os grandes eventos esportivos. Diante deste fato, o Embratur começou a se preparar para otimizar essas oportunidades.

Dentre as ações, o Instituto e o *Visit Britain* – órgão de turismo da Inglaterra – firmaram um acordo de cooperação para troca de experiências nas áreas de turismo e promoção de imagem nos Jogos Olímpicos e Copa do Mundo.

O Brasil quer conhecer as experiências das Olimpíadas de 2012 e a Inglaterra tem interesse no conhecimento do Brasil na candidatura à sede da Copa 2014.

#### Foco na Geração de Oportunidades

O ano de 2009 foi marcado pela combinação das diversas formas de atuação do Embratur, o que permitiu uma intervenção sincronizada junto ao mercado turístico dos países, aos representantes da mídia e ao consumidor final, com resultados mais consistentes.

O relacionamento do turismo brasileiro com operadores e agentes de viagens de outros países é cada vez mais sólido e feito de parcerias.

Diversos tipos de ações, entre elas feiras, *workshops*, *roadshows*, apoio a eventos, seminários de capacitação, programa Caravana Brasil e *fampress*, garantiram a renovação desses contatos, de informações sobre novos roteiros e produtos à presença dos estados e de empresas de turismo brasileiras entre aqueles que levam aos consumidores de cada país o destino Brasil.

O país esteve presente em 57 feiras internacionais de turismo e em 234 eventos promocionais durante todo o ano de 2009.

Além de receber informações do Brasil por meio de eventos promocionais, mais de 770 agentes de viagens se formaram no Programa “Agentes de Viagem Especialistas em Brasil”, feito pela *internet* e fruto de uma parceria do Embratur com a Fundação Getúlio Vargas.

Os Escritórios Brasileiros de Turismo – EBTs foram braço do Embratur nos países de prioridade para a promoção internacional do Brasil.

Presentes na Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Reino Unido, Japão e América do Sul, os EBTs tiveram seu foco na aproximação com os *trades* local para apresentar novos produtos do país para os mercados de atuação.

A meta prevista para a geração de divisas pelo turismo no Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010, para o ano de 2009, foi de US\$ 6,7 bilhões, a mesma meta foi estabelecida para o PPA 2008/2011 no Programa 1163, conquanto a crise financeira internacional e a forte desvalorização do dólar frente ao real que levaram ao afastamento da meta, ficando a geração de divisas em US\$ 5.305 milhões.

#### Renúncia Fiscal

Redução a zero da alíquota do Imposto de Renda sobre remessas ao exterior destinadas à promoção turística brasileira conforme Decretos nº 5.533/2005 e nº 6.761/2009.

#### REDUÇÃO DA ALIQUOTA DE IMPOSTO DE RENDA (EM R\$ 1,00)

| 2008         | 2009         |
|--------------|--------------|
| 1.710.293,56 | 1.820.154,50 |

Fonte: Sistema de Registro de Informações de Promoção Sisprom no sítio do MDIC

### 5.1.26. Ministério da Pesca e Aquicultura

O reconhecimento da importância do setor da pesca e aquicultura para o desenvolvimento sustentável do Brasil passa pela implantação gradual de uma política de Estado que se expressa no fortalecimento das políticas públicas do Governo Federal.

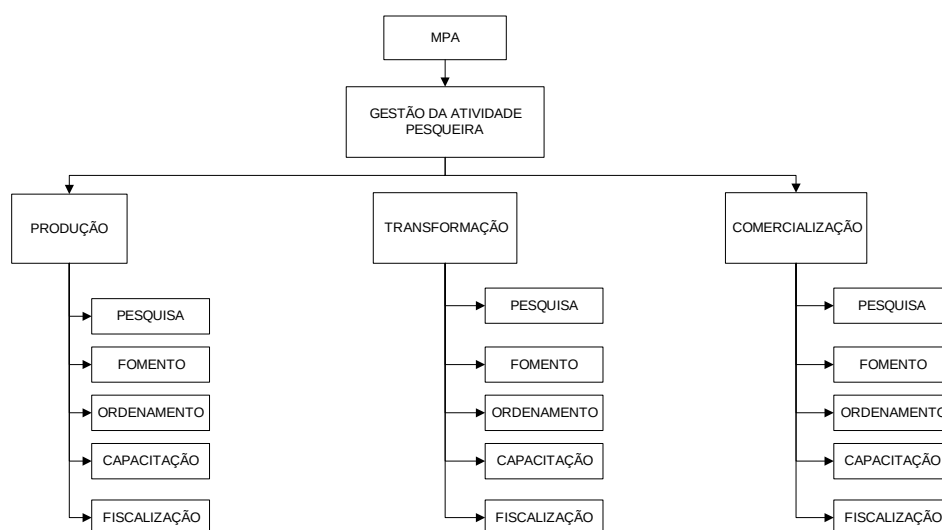
A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), pela Lei nº 11.598/2009, a promulgação da Lei nº 11.959/2009 (Lei da Pesca), e a realização da 3ª Conferência Nacional, foram passos fundamentais para garantia da continuidade das políticas - institucionalidade e a legitimação da sociedade.

A gestão da atividade pesqueira é um processo integrado capaz de planejar e implantar as regulamentações que governam a pesca e a aquicultura, de modo a assegurar a

sustentabilidade do uso dos recursos naturais, garantindo a ampla participação social neste processo.

Para um manejo adequado dos recursos pesqueiros, é necessária a compreensão dos fatores que controlam as etapas da cadeia produtiva - produção, transformação e comercialização -, sejam estas de caráter social, ambiental, tecnológico, econômico, e institucional, associados à necessidade de o Estado construir um mecanismo eficiente de acesso e fiscalização dos recursos naturais.

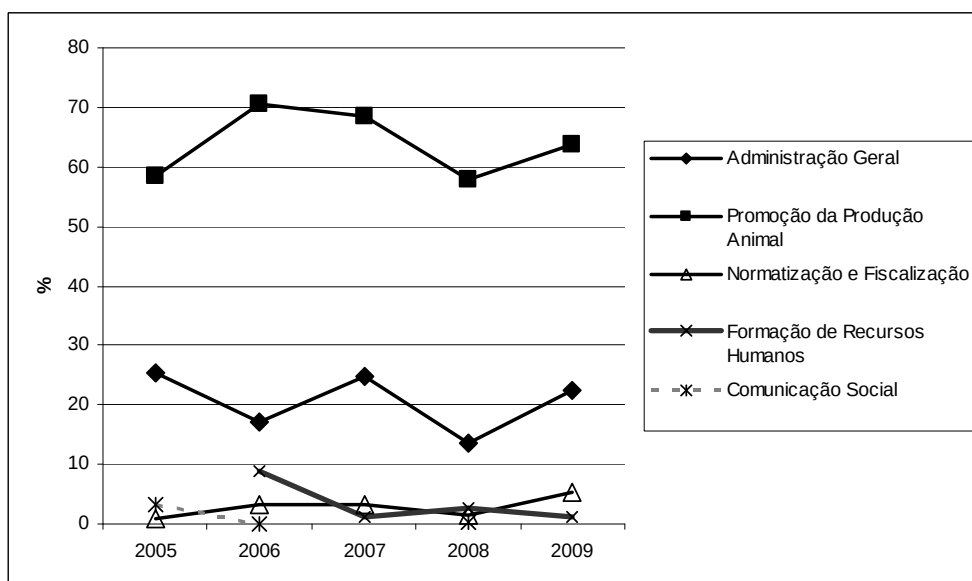
O quadro a seguir ilustra tal entendimento, considerando que a atividade pesqueira está sob a coordenação de um órgão do Governo Federal (MPA), sem desconsiderar as competências e atribuições de outros órgãos que possuem ações diretamente associadas à pesca e aquicultura (licenciamento, fiscalização, fomento, pesquisas, dominialidade de áreas físicas, trabalho e emprego).



Além disso, o MPA mantém relações com diferentes pastas do governo, necessárias para realizar aquilo que lhe compete, conforme estabelece a Lei que o criou, bem como outros instrumentos que regulamentam competências conjuntas referentes à gestão da atividade pesqueira em áreas de atuação comum. Exemplos são o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros com o Ministério do Meio Ambiente, regulamentado pelo Decreto nº 6.891/2009 e Portarias de ambos os ministérios; a questão relativa à sanidade pesqueira, com o Ministério da Agricultura – Decreto nº 7.024/2009; a cessão de águas públicas, com a Secretaria do Patrimônio da União, também regulamentada por meio da Instrução Normativa Interministerial nº 1/2009.

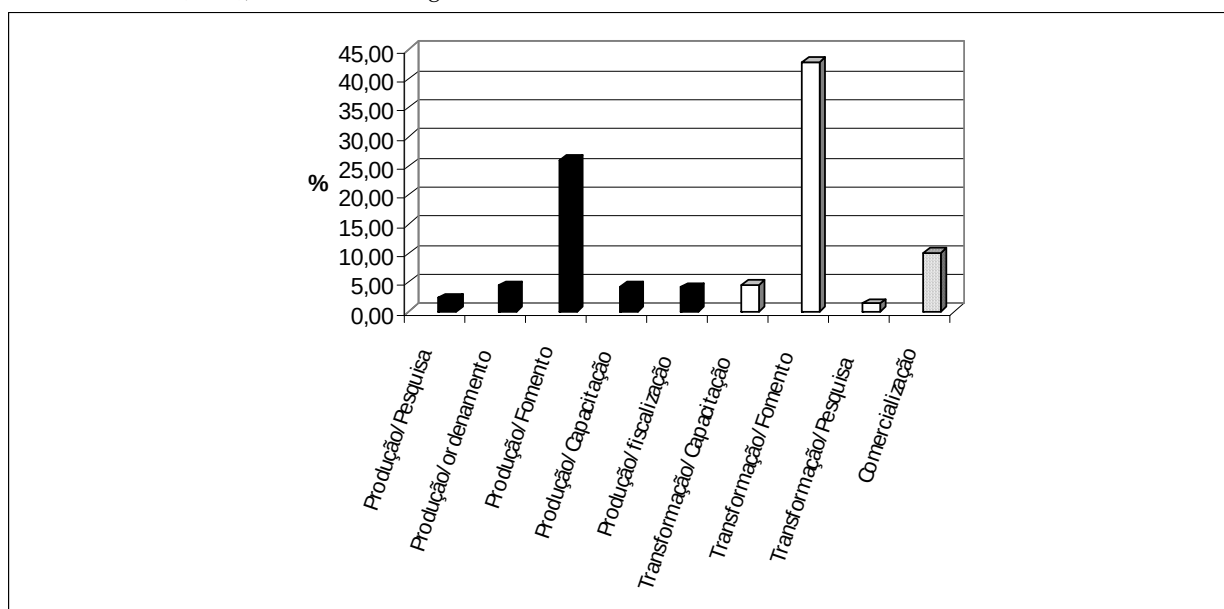
### Execução Orçamentária por Subfunções

No ano de 2009, quando analisados os investimentos por *subfunção* de governo, observa-se que a maior parte dos recursos foi aplicada em ações de promoção da produção animal (cerca de 64%), padrão observado nos anos anteriores (2005 a 2008). Houve uma pequena variação no ano de 2006, em função de um maior aporte de recursos para a ação de apoio às unidades de ensino na pesca, e não houve variações significativas nas outras subfunções. O gráfico a seguir ilustra a descrição.



| SUBFUNÇÃO                    | 2005   | 2006   | 2007   | 2008   | 2009   |
|------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Administração Geral          | 25,34% | 17,16% | 24,89% | 13,72% | 22,45% |
| Promoção da Produção Animal  | 58,39% | 70,43% | 68,37% | 57,97% | 63,83% |
| Normatização e Fiscalização  | 0,83%  | 3,18%  | 3,26%  | 1,60%  | 5,31%  |
| Formação de Recursos Humanos |        | 8,87%  | 1,19%  | 2,79%  | 1,25%  |
| Comunicação Social           | 3,36%  | 0,11%  |        | 0,17%  |        |

Analisando sob a ótica das etapas da cadeia produtiva, a aplicação dos recursos do Ministério da Pesca e Aquicultura, nas áreas finalísticas, mostra-se mais abrangente e atende a todas as etapas, ainda que a produção concentre boa parte dos investimentos (43%), como mostra o gráfico **INVESTIMENTOS DO MPA NAS ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA – 2009**.



A diversidade dos objetos das ações do Ministério da Pesca e Aquicultura, além da etapa da produção, é materializada em outras ações que dão continuidade à cadeia produtiva – transformação e comercialização, contempladas com uma soma considerável de recursos, 45% e 12%, respectivamente.

Mesmo que a atividade de pesca extrativa e a aquicultura representem, até o momento, montante de produção e econômico tímidos em relação ao PIB do Brasil, estes setores são dotados de um capital humano e social de grande valor, e muitas comunidades ainda guardam valores e culturas tradicionais dos seus modos de vida e de trabalho.



Representam também importância singular para a garantia de segurança alimentar em suas comunidades, e a relação de trabalho parte de um processo baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança, tendo como fundamento o fato de que os pescadores, ou parte deles, são proprietários do seu meio de produção.

No Brasil ainda predomina a informalidade na pesca, com pouca tecnologia associada às diversas etapas da cadeia produtiva, existindo uma série de questões sociais, sanitárias, tecnológicas e ambientais a ser superada. Diante deste quadro, a cadeia produtiva se apresenta como uma chave analítica que, associada a outros aportes teóricos, parece ser capaz de captar esses diversos fenômenos.

Embora não existam muitas pesquisas sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal no país, está cada vez mais disponível um conjunto de teorias para avaliar as atividades econômicas informais e que possuem outros atributos como solidariedade, beleza, sustentabilidade, que se distinguem das análises de outras atividades econômicas mais formais e de maior porte.

São cerca de quatro milhões de pessoas ligadas às atividades de pesca e aquicultura no país, e a maioria dos postos de trabalho não guardam vínculo empregatício, sendo realizados em regime de parceria, quase sempre não formalizado.

Grande parte destes postos de trabalho concentra-se na etapa da produção, sendo que o número de pescadores profissionais inscritos no Registro Geral da Pesca, atualmente, é de 834 mil.

Quando se trata de empregos formais, este número é da ordem de 30 mil trabalhadores, sendo que a maioria dedica-se aos processos de fabricação e conservação do pescado, ou seja, à etapa da transformação.

A produção de pescados no Brasil, depois das variações de aumento e queda experimentadas nas décadas de 70 e 80 do século passado, em função das diferentes visões e políticas adotadas para a pesca, se estabilizou, até 2009, em pouco mais de um milhão de toneladas/ano.

A possibilidade de crescimento da produção oriunda da pesca extrativa, no mar ou nas águas continentais, hoje restritas em função do histórico das pescarias no Brasil e no mundo, está associada à efetividade de medidas de ordenamento pesqueiro. O aumento da produção de pescado observado no período citado deve-se, em grande parte, ao crescimento da aquicultura, atualmente responsável por 27% da produção.

Os investimentos de 2009 apontados no gráfico INVESTIMENTOS DO MPA NAS ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA – 2009 seguem o padrão do que foi aplicado em 2008.

O fomento às etapas de produção e transformação compõe o maior volume de recursos. Para a etapa de

fomento à produção, as ações principais são aquelas relacionadas à subvenção ao preço do óleo diesel, implantação de projetos e unidades demonstrativas, a implantação da aquicultura em águas públicas da União e ações de ordenamento desta produção.

No que se refere à etapa de transformação, o MPA investe a maior parte dos recursos na implantação dos Terminais Pesqueiros Públicos, nas unidades de beneficiamento do pescado, fábricas de gelo – as unidades integrantes da cadeia produtiva.

Em relação ao ano de 2008, os recursos aplicados pelo MPA para ações na área da comercialização foram mais vultosos que em 2009 (11%), em função da aquisição de 85 caminhões frigoríficos, permissionados para diversas entidades..

A capacitação para a gestão das unidades integrantes da cadeia produtiva tem recebido aporte financeiro ainda reduzido, mas que deve ser ampliado em função dos diagnósticos realizados pelas ações da política territorial adotada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

As entidades de classe do setor têm, em geral, caráter predominantemente representativo, necessitando de melhor capacitação para administração dos negócios que se constituem as unidades da cadeia produtiva.

Nas etapas da cadeia produtiva de transformação e comercialização encontram-se as melhores oportunidades para geração de postos de trabalho e renda para as comunidades pesqueiras, em contraponto com a etapa de produção, principalmente da pesca, visto a situação de sobreexploração comercial dos principais estoques pesqueiros.

O planejamento estratégico do MPA "Mais Pesca e Aquicultura", para 2008/2011, segue as orientações do Governo Federal no sentido de direcionar esforços para a redução da pobreza, combate à exclusão social e diminuição das desigualdades sociais e regionais, e a aceleração econômica para consecução desses objetivos.

O plano estabeleceu como diretrizes a abordagem territorial para a intervenção pública em prol do desenvolvimento sustentável, nos espaços de maior concentração da sua demanda social.

Tem como agenda social dois eixos de trabalho: o primeiro, uma ação estruturante para aliar questões referentes ao desenvolvimento do trabalho e da cadeia produtiva, da organização social das comunidades pesqueiras.

O segundo tem relação com o aumento de produção do pescado, especialmente proveniente da aquicultura, com ações para a inclusão social com geração de trabalho e renda.

#### **Análise do Desempenho dos Programas Estruturantes**

Os três programas das áreas finalísticas do MPA são: Desenvolvimento Sustentável da Pesca; Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Gestão da Política Pesqueira e suas ações estruturantes foram desenvolvidas tendo como objetivo subsidiar as políticas de ordenamento e desenvolvimento da pesca e aquicultura, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, desde a produção até o consumidor final.

O planejamento estratégico orientou a elaboração do PPA setorial do MPA. Entretanto, considerando que a lógica de elaboração do PPA tem nível maior de agregação, foram definidos os três programas citados. Todos os eixos do “Mais Pesca e Aquicultura” encontram abrigo nos programas e ações do PPA, havendo uma estreita correspondência entre os dois Planos.

### Infraestrutura e Fomento

As ações nas áreas de infraestrutura e fomento estão associadas aos Programas de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura, e diretamente relacionadas à implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização de pescado. Exemplos são a implantação de terminais pesqueiros públicos (TPP), os centros integrados da pesca artesanal (CIPAR), as fábricas de gelo, unidades de beneficiamento de pescado, entre outras estruturas. Aliada a essas ações, a adoção de políticas de comercialização tem como objetivo ampliar o consumo interno de pescado pela população, além de contribuir positivamente na balança comercial brasileira,

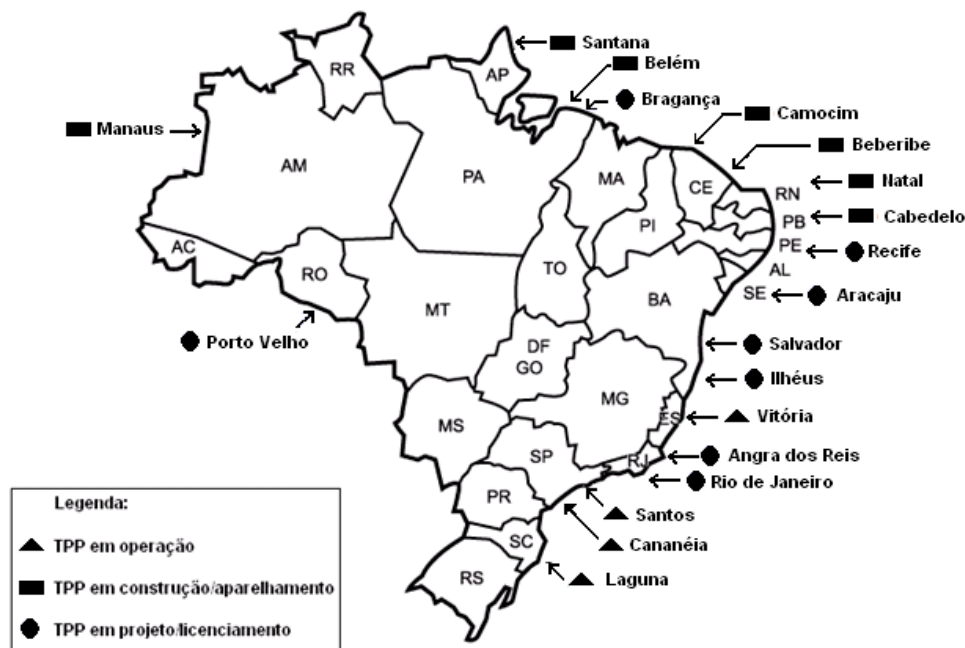
aumentando a participação de produtos dessa natureza nas exportações do país.

Para que ocorra o estabelecimento efetivo dessa rede de estruturas, faz-se necessário garantir o acesso ao crédito de maneira a viabilizar essas ações. Outro fator condicionante para a estruturação da cadeia produtiva é a organização do setor por meio do associativismo e do cooperativismo.

Por fim, a realização de ações de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias permite a geração de subsídios para o planejamento, formulação, fortalecimento e controle das políticas nacionais direcionadas aos setores aquícola e pesqueiro.

Na área de infraestrutura e logística, o Governo Federal estabeleceu como meta, até 2011, a construção, recuperação e ampliação de vinte Terminais Pesqueiros Públicos em todo o Brasil.

Até o ano de 2009, quatro desses TPPs já se encontram em operação (Santos-SP, Cananéia-SP, Laguna-SC e Vitória-ES) e outros seis em processo de construção ou aparelhamento (Manaus-AM, Santana-AP, Belém-PA, Camocim-CE, Beberibe-CE, Natal-RN, e Cabedelo-PB). Os demais terminais (Porto Velho-RO, Bragança-PA, Recife-PE, Aracaju-SE, Salvador-BA, Ilhéus-BA, Angra dos Reis-RJ e Rio de Janeiro-RJ) encontram-se na fase de elaboração ou de licenciamento do projeto. O gráfico a seguir ilustra a localização destes empreendimentos.



Ainda nesta área, foi executado o estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação das unidades de beneficiamento, conservação e comercialização de pescado da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP - SP). Além disso, foi feita a licitação de estudos de mercado e planejamento de investimentos para caracterização da cadeia produtiva da pesca nas regiões metropolitana de São Luís - MA e do litoral sul do Espírito Santo..

Para viabilização das atividades de apoio à implantação de infraestrutura aquícola e pesqueira, em 2009 foram investidos R\$ 68.293.630,00, dos R\$ 103.518.119,00 previstos, representando uma execução orçamentária de aproximadamente 66%. Quanto à execução física, 98 infraestruturas foram apoiadas, representando um quantitativo superior às 79 infraestruturas planejadas para o ano corrente; com relação aos cinco TPPs para 2009, dois terminais foram implantados, e os demais se encontram em processo de implantação.

Concomitantemente às ações de infraestrutura, o permissionamento de uso dos Caminhões do Peixe têm permitido o escoamento da produção nacional. Foram permissionados para uso por meio de edital público, 85 caminhões com capacidade entre 1,5 a 12 toneladas, equipados com baú frigorífico, e um caminhão para transporte de peixes vivos.

Outra importante ferramenta de comercialização são os módulos da Feira do Peixe que permitem a comercialização direta de pescados, sem intermediários. Este projeto, que prevê a distribuição de 1.200 desses módulos em todo o país, é fruto de uma parceria entre a Cia. Nacional de Abastecimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Em 2009, foi concluído o processo da 2ª etapa de distribuição de 360 módulos, fornecidos às comunidades no 1º trimestre de 2010. As entidades beneficiadas, também são selecionadas por meio de edital. Foi contabilizado um volume de 47.928kg de pescado comercializado/mês, gerando um faturamento de R\$ 237.912,00 mensais, beneficiando cerca de 3.100 pescadores artesanais e aquicultores familiares.

De maneira a complementar os mecanismos de incentivo à comercialização de pescados, o MPA tem incentivado o consumo de pescado pela população, por meio da Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescado - Semana do Peixe. A 6ª edição da campanha foi realizada em parceria com o Ministério da Saúde, a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL. A ABRAS divulgou que, em 2009, 92% das redes de supermercados do país participaram da campanha. Dez estados realizaram festivais gastronômicos durante a campanha, com participação de 150 restaurantes. Realizaram-se ações para ampliar o nível de conhecimento dos consumidores a respeito dos benefícios do consumo de pescado, dos padrões de qualidade e dos métodos de conservação e de preparo. Como balanço final, os dados da ABRAS mostraram que a

campanha foi responsável pelo crescimento, entre 15% e 20%, do volume de vendas de pescado nos supermercados, em comparação à campanha do ano anterior, e um aumento acumulado de 40% em relação aos dois últimos anos.

Outra ação ligada ao incentivo ao consumo de pescado diz respeito à sua inclusão na alimentação escolar, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A partir de uma experiência piloto em Pernambuco, foi identificada a necessidade de unidades de beneficiamento de pescado nos pólos de produção, considerando as exigências específicas da alimentação escolar. Apesar dos ajustes requeridos ao projeto, dezenas de municípios já estão sendo beneficiados pelo pescado na alimentação escolar. No município de Fortaleza, mais de nove mil crianças recebem rotineiramente pescado na alimentação escolar. O pescado para alimentação escolar tem sido adquirido por meio de diferentes instrumentos, entre estes o Programa de Aquisição de Alimentos, que permitiu a aquisição de mais de 2.000 toneladas de pescado (correspondentes a R\$ 8 milhões), oriundos de 16 estados.

Como parte das atividades de fomento, foram elaborados e adaptados diversos instrumentos de financiamento, com vistas a atender aos objetivos de desenvolvimento das atividades de produção dos pescadores, aquicultores e suas associações. Baseados em recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural, estes instrumentos são operados por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e das linhas de apoio ao desenvolvimento produtivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram realizados 8.195 contratos de crédito, contabilizando R\$ 110.622.224,47 em valores concedidos durante o ano de 2009, a maioria nas regiões Norte e Nordeste, apontando um direcionamento de recursos para regiões com histórico de carência de investimentos. Como ação de articulação das linhas de crédito disponíveis ao setor pesqueiro, destaca-se a criação da linha Mais Alimentos em 2009. Esta linha dá oportunidade a que pescadores e aquicultores tenham acesso a financiamento para projetos entre R\$ 7 mil e R\$ 100 mil, com taxa de juros de 2% ao ano, prazo de pagamento de 10 anos e carência de até mais três anos. Com a reestruturação do Programa Profrota Pesqueira, haverá uma expansão do programa, possibilitando a abertura para beneficiar toda a frota pesqueira nacional, contemplando não somente a frota oceânica previsto anteriormente.

O total de recursos investidos em projetos de assistência técnica foi da ordem de R\$ 6.011.960,00, destinados a atender 26 projetos que beneficiaram, de forma direta, um total de 18.267 pescadores e aquicultores. Dos projetos apoiados, 48% se concentram na região Nordeste; 30,5%, na região Sul; 17%, na região Norte e 3,5% na região Sudeste. Entre os projetos apoiados, destaca-se o executado em parceria com o Instituto Agropolos no Ceará, que tem integração direta com as

diversas frentes de ação do MPA. O projeto tem como foco a prestação de assistência técnica para aquicultores no Parque Aquícola do Castanhão.

Paralelamente, a organização do setor por meio do associativismo e do cooperativismo colabora com a estruturação da cadeia produtiva, reduzindo custos de produção, aumentando a qualidade e agregação de valor ao pescado, permitindo a melhoria de renda. Em 2009, as ações voltadas ao cooperativismo se deram, principalmente, por meio da incubação de empreendimentos com ações de assessoria e capacitação continuadas. Os investimentos para as incubações foram da ordem de R\$ 808.351,00, destinados a cooperativas, aos CIPARs e unidades de beneficiamento de pescado. Ao todo, foram 2.200 beneficiários envolvidos e 10 empreendimentos apoiados, em sua maior parte na região Norte (40%) e Nordeste (40%). Além dessas ações, o MPA organizará seminários em diversas localidades do país, no ano de 2010, a fim de elaborar a Política Nacional de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo na Pesca e na Aquicultura. Outras atividades relacionadas à área de organização pesqueira e aquícola, em 2009, deram-se pela participação do MPA em conselhos e comitês relacionados ao tema, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Comitê Executivo do Programa Nacional de Incubação de Cooperativas.

Quanto às ações de fomento à Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, o MPA intensificou sua atuação junto a diversos parceiros no apoio a projetos de pesquisa em aquicultura e pesca. Dentre os parceiros, destacam-se o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e os Fundos Setoriais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Esta parceria tem permitido a viabilização de editais de demanda induzida, como o Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MPA Nº 036/ 2009, elaborado, divulgado e avaliado no ano de 2009. Do montante de recursos aportados, R\$ 2.900.000,00 são oriundos do MPA, sendo R\$ 1.926.637,00 em 2009, e R\$ 973.363,00 para 2010; o restante será investido pelo Fundo Setorial do Agronegócio. A partir deste edital foram apoiados 16 projetos de pesquisa nas áreas de pesca e piscicultura marinha em 12 instituições de pesquisa e ensino de todo o Brasil, de 10 estados litorâneos brasileiros. Vale salientar que o apoio a projetos por meio de chamadas públicas possibilita ao MPA fortalecer as relações institucionais e abrir espaço para somar recursos financeiros com outros órgãos do governo, visando à ampliação do fomento em ciência e tecnologia, em aquicultura e pesca. Esta é uma estratégia que vem gerando bons resultados.

Como coroamento dessa ação, com término previsto para o ano de 2013, espera-se o desenvolvimento de tecnologias para o cultivo de diversas espécies de peixes marinhos nativos (ornamentais e destinados ao consumo), atividade ainda incipiente no país. Outro resultado diz respeito à realização de diagnósticos socioeconômicos de

importantes pescarias realizadas no país, como a da lagosta e a de peixes pelágicos, que vai gerar subsídios para o estabelecimento de políticas que promovam o desenvolvimento social, ambiental e econômico da pesca marinha. O edital apoiou, ainda, estudos para a formação da cadeia produtiva da anchoíta, a ser estabelecida no sul do país. Em 2009, foram ainda investidos recursos na ordem de R\$ 1.300.000,00 em outros dois editais publicados em conjunto com o CNPq/MCT no ano de 2008, destinados ao apoio de 26 projetos de pesquisa e tecnologias para produção de biodiesel a partir de microalgas, e apoio à geração e disponibilização de tecnologias para a agricultura familiar de base ecológica, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Em 2009, houve também o apoio a projetos de pesquisa em rede, como o Projeto da Rede de Identificação Molecular do Pescado – RENIMP, de âmbito nacional, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, no qual o Ministério investiu R\$ 600.000,00 via CNPq/MCT. O projeto utilizará tecnologia para identificação de espécies de pescado de interesse comercial. Com base nessas informações, pretende-se desenvolver e implantar uma metodologia segura para a identificação molecular das principais espécies de pescado comercializadas no Brasil. Outro projeto em rede apoiado em conjunto com o CNPq/MCT, intitulado Bases Tecnológicas para o Desenvolvimento da Aquicultura no Brasil – AQUABRASIL, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, envolve cerca de 10 de suas unidades, 30 universidades públicas e privadas, e empresas do setor produtivo. O projeto visa identificar e propor soluções para os principais problemas das cadeias produtivas da aquicultura em consolidação no país, contemplando projetos componentes nas áreas de genética, nutrição, sanidade, manejo e tecnologia de processamento. Nesta ação foram investidos R\$ 2.400.000,00. Ainda em parceria com a EMBRAPA, o MPA atuou decisivamente juntamente com o MAPA na criação de uma nova unidade descentralizada da empresa em Palmas (TO) - Embrapa Pesca, Aquicultura e Sistemas Agrícolas. Além de desenvolver pesquisas e tecnologia com foco nas Regiões Centro-Oeste e Norte, a nova unidade também terá a responsabilidade de coordenar a estruturação de um Programa Nacional de Pesquisa em Aquicultura e Pesca.

Em cumprimento às ações de fomento à pesquisa, o Ministério também apoia diretamente diversas universidades e fundações brasileiras por meio da celebração de convênios e da descentralização de recursos. Estas atividades têm permitido a estruturação e a modernização de laboratórios de pesquisa, a formação e capacitação de recursos humanos, e a geração de conhecimentos que subsidiam a elaboração e condução da política nacional de pesca e aquicultura. Em 2009 foram realizados investimentos, da ordem de R\$ 800.000,00, em centros de pesquisa e unidades de ensino no Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. Dentre essas ações, destaca-se, no ano de 2009, a inauguração da Unidade de Melhoramento Genético de Peixes – da EPAGRI/SC, cujo

foco é a realização de pesquisas genéticas com tilápias e espécies nativas de peixes na estação experimental de piscicultura da EPAGRI em Itajaí. Também em SC foi inaugurado o Núcleo Sanidade Aquícola da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Já no CE, está sendo finalizada a reforma, ampliação e adequação de um navio de pesquisa, de propriedade da Universidade Federal do Ceará – UFC, cujo objetivo é a realização de pesquisas oceânicas na região Nordeste e o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão.

### **Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura**

Relacionado diretamente às ações do Programa de Gestão da Política Pesqueira, este eixo se baseia na qualidade da informação com mecanismos de sistematização e difusão para a tomada de decisões. A apresentação de informações consistentes resulta em uma política pública mais adequada, e uma série de ações para a gestão da informação é necessária: o cadastramento da frota pesqueira nacional; o registro geral da aquicultura e pesca; o monitoramento da atividade pesqueira no litoral; o censo aquícola e pesqueiro; o rastreamento das embarcações pesqueiras; a consolidação da estatística pesqueira nacional, assim como o desenvolvimento de pesquisas estratégicas.

O monitoramento e controle das atividades de pesca e aquicultura são fundamentais para o correto dimensionamento das ações de governo voltadas ao fomento da produção, processamento e comercialização de pescados, bem como à geração de emprego, renda e alimentos de alta qualidade. Idealmente, os dados e informações de produção e esforço de pesca, somados aos dados cadastrais e socioeconômicos dos pescadores e aquicultores, empreendimentos e embarcações, bem como de consumo, gerados nesses processos de monitoramento e controle, devem alimentar o Sistema Nacional de Informações da Aquicultura e Pesca – SINPESQ (criado pelo Decreto nº 1.964, de 13/11/1995), de forma a subsidiar o Governo na gestão e elaboração das políticas públicas do setor.

O desenvolvimento e a implantação do SINPESQ é fruto da parceria do MPA com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, formalizada em agosto último por meio do Acordo de Cooperação Técnica. O SINPESQ é também apoiado pelo MMA, IBAMA, ICMBIO e Marinha do Brasil, e tem seguido duas metas prioritárias: desenvolver a infraestrutura de dados e seus diferentes subsistemas e módulos operacionais, e construir o Plano Nacional de Monitoramento Pesqueiro que garantirá a geração de dados e informações do setor pesqueiro, da produção à comercialização, em todo o território nacional, respeitando-se e adaptando-se às peculiaridades locais, valorizando as experiências, conhecimentos e vocações locais.

Os subsistemas e módulos operacionais do SINPESQ estão sendo desenvolvidos em etapas, e encontram-se em distintas fases de desenvolvimento. O Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS, o Sistema Emergencial de Mapa de Bordo, a

Central de Observadores de Bordo, a Base de Dados do Censo Aquícola Nacional estão implantados e em plena operação. O Sistema de Subvenção ao Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais e Registro Geral da Pesca – RGP, que congrega o cadastro de pescadores, aquicultores, embarcações, empresas e o Módulo de Permissionamento de Pesca, estão na fase de homologação e deverão entrar em operação em 2010. A Base de Dados de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro, com seus módulos de pesca artesanal e industrial, está na fase de modelagem e deverá entrar em operação no final de 2010.

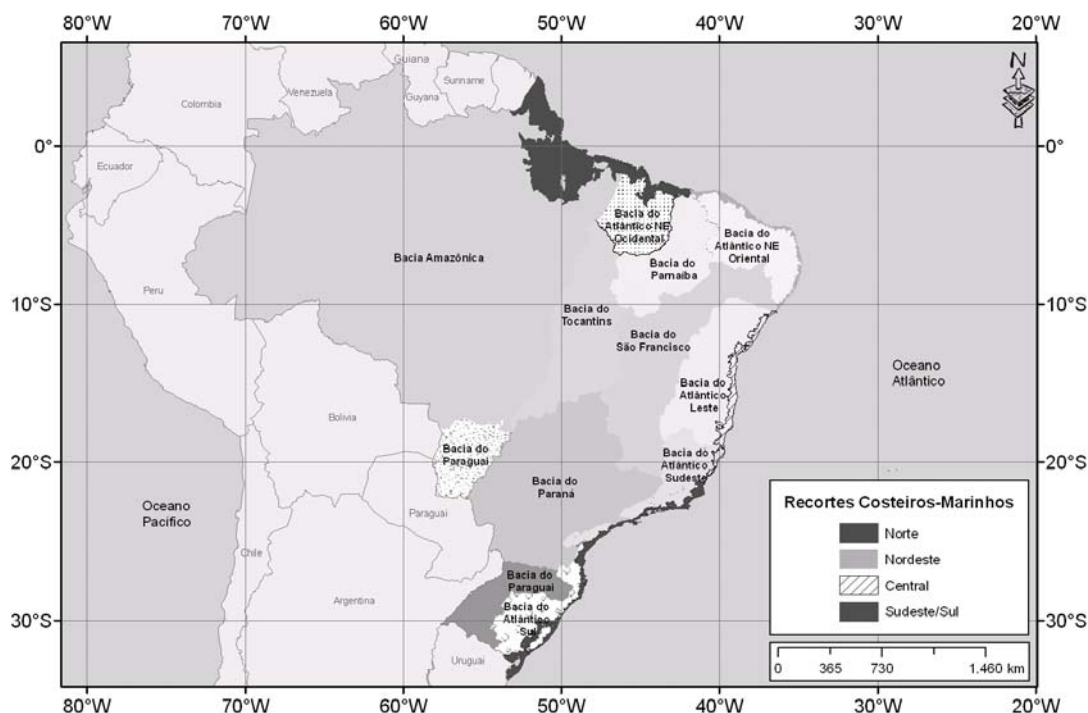
Em relação ao Sistema de Subvenção ao Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais – SSADP, vale considerar que no ano de 2009 mais de duas mil embarcações de 13 estados da Federação foram credenciadas no programa, e 24 milhões de reais foram direcionados para pagamento da subvenção. Também foi desenvolvido um sistema informatizado para controle mais efetivo do pagamento desta subvenção. Assim, foi licitada a contratação de empresa para análise de negócio, modelagem e desenvolvimento do SSADP, no valor final de R\$ 1.464.796,26.

No que tange ao Plano Nacional de Monitoramento da Pesca, foi adotada dinâmica de trabalho distinta para a pesca e aquicultura. Na aquicultura, atendendo aos encaminhamentos do I SENAQ (Seminário Nacional de Informações da Aquicultura), o MPA decidiu realizar o 1º Censo Aquícola Nacional. Por ser uma experiência pioneira no país, optou-se por realizar um projeto piloto no Ceará, para avaliação, ajustes metodológicos e o dimensionamento do Censo Aquícola Nacional. Depois da validação da metodologia, lançou-se, em outubro, o 1º Censo Aquícola Nacional. Dessa forma, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e apoiado pelo IBGE, o MPA está fazendo a primeira "fotografia" da aquicultura no país. O Censo Aquícola objetiva entrevistar, até abril de 2010, todos os produtores de organismos aquáticos do país (continental e marinho), que comercializam toda ou parte da sua produção. Até dezembro de 2009, 1.864 municípios brasileiros haviam sido amostrados, de um total de 5.425. Foram investidos R\$ 4,6 milhões para realização do censo.

No caso da pesca, a implantação do Plano Nacional de Monitoramento exigiu ações em diferentes frentes: revisão e reestruturação do instrumento administrativo Mapa de Bordo; reorganização e ampliação do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira – PROBORDO; desenvolvimento da metodologia de monitoramento do desembarque pesqueiro, e a consolidação das parcerias para execução dos projetos.

Ao longo de 2009, foi continuada a estratégia de consolidar parcerias e firmar convênios para garantir a geração de informações da produção, esforço e áreas de pesca junto aos desembarques e portos pesqueiros no território nacional (frota artesanal e industrial), de acordo com o recorte espacial apresentado no mapa RECORTE

ESPACIAL DO PLANO NACIONAL DE MONITORAMENTO DA PESCA. Até o momento, estas parcerias resultaram num investimento de R\$ 17,2 milhões, sendo R\$ 5,5 milhões executados em 2009, para garantir o monitoramento da pesca continental e marinha em grande parte do país no ano de 2010.



O controle da atividade de pesca foi realizado principalmente com base no Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS, instituído em 2006. Os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras, para operarem nas zonas brasileiras de pesca, devem usar equipamentos para o rastreamento ou monitoramento por satélite. O uso de sistemas de monitoramento de embarcações tem sido mundialmente implantado, e é resultado de recomendações propostas por diversas convenções internacionais relacionadas à conservação e ao uso sustentável de recursos pesqueiros ratificadas pelo Brasil para a pesca responsável.

O PREPS é uma iniciativa conjunta entre o MPA, o Ministério do Meio Ambiente e o Comando da Marinha, e constitui um dos principais instrumentos de promoção da sustentabilidade da atividade pesqueira no Brasil. Atualmente, engloba todas as embarcações de pesca de comprimento igual ou superior a 15 metros - cerca de 1.200 embarcações. No entanto, os bons resultados para a gestão da pesca apontam para a ampliação de sua abrangência, incluindo embarcações de menor porte, garantindo que a parcela da frota nacional com maior poder de pesca esteja devidamente monitorada. Assim, pretende-se controlar as operações de cerca de 3.000 embarcações pesqueiras. As áreas marinhas protegidas

estão representadas no PREPS e funcionam como cercas eletrônicas. Ao ultrapassar os limites destas áreas, a embarcação gera um alerta no sistema, disponível às autoridades competentes pela fiscalização. A possibilidade de constatação remota de infrações e em tempo próximo ao real inibe possíveis atuações ilícitas. O conhecimento sobre estratégias de captura, as áreas e épocas de pesca da frota nacional subsidiam a elaboração de políticas para atividade, a partir da identificação de novas áreas potenciais para a pesca. Embarcações que operam sobre recursos costeiros são reorientadas para outras áreas, objetivando-se reduzir o impacto sobre os recursos em grave situação de depleção e oferecer melhores opções de pescaria.

Para a análise das pescarias, são utilizadas informações (coordenada geográfica, data e hora) transmitidas pelos equipamentos de rastreamento instalados nas embarcações permissionadas. São consideradas, na análise da dinâmica espaço-temporal das frotas, as áreas de restrição à pesca, estabelecidas pela legislação em vigor. Inicialmente, a partir das informações transmitidas pelos equipamentos de rastreamento instalados a bordo, são realizados cálculos que permitem estimar quando a embarcação encontra-se em navegação ou pescando. Os dados referentes aos cruzeiros são utilizados para fins de verificação do cumprimento da legislação ambiental.

Além das políticas de desenvolvimento, o conhecimento sobre as áreas de ocorrência de recursos pesqueiros valiosos das águas brasileiras também é utilizado no planejamento de operações de patrulhas navais e de fiscalização, a partir da indicação de setores possivelmente mais visados por embarcações estrangeiras envolvidas na pesca ilegal. Possibilita, ainda, um maior controle sobre embarcações nacionais pesqueiras que operam sem autorização em águas sob jurisdição de outros países.

Em 2009, foi intensificada a identificação de embarcações pesqueiras que ainda não aderiram ao PREPS. Embarcações tiveram suas permissões de pesca suspensas até sua regularização. Além da suspensão de permissões de pesca, foram emitidas advertências aos armadores responsáveis por embarcações monitoradas em virtude de atrasos de envio de sinal não justificados, bem como por detecção de operação de pesca em área proibida. Também houve vistorias nos locais de permanência da embarcação declarados pelo armador de pesca, para esclarecer possíveis situações de declaração falsa de desativação de embarcações junto ao PREPS. Cerca de 10 comunicados diários são enviados à Coordenação do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel sobre a regularização das embarcações junto ao PREPS. Esta informação resulta na liberação ou suspensão do direito da subvenção, já que só podem ter acesso à subvenção apenas as embarcações em situação regular no PREPS.

Também foram realizados cursos oferecidos aos fiscais do Ibama e das Polícias Militares de Rio Grande-RS, Fernando de Noronha-PE, Natal-RN, São Luís-MA e Rio de Janeiro-RJ. Em 2009, como resultado final do PREPS, foram constatadas 1.242 adesões ao Programa. Também foram continuadas as ações de controle e ordenamento da atividade pesqueira, colocando em prática os acordos de cooperação com outros de pela fiscalização. Relatórios com informações sobre operações irregulares de embarcações pesqueiras foram encaminhados ao Ibama, a fim de subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e apoiar a análise das infrações observadas. Os resultados das ações de controle da pesca foram divulgados por meio de publicações e palestras.

Também foram iniciados entendimentos com o Instituto Nacional e Pesquisas Espaciais – INPE, Polícias Militares de São Paulo e Paraná e Ibama para celebração de Acordos de Cooperação para subsidiar atividades de controle, fiscalização e monitoramento da pesca. Também em 2009, o MPA adquiriu cinco lanchas rápidas para patrulha e fiscalização da pesca e concedeu o uso destes equipamentos a parceiros nos estados de Santa Catarina, Pará, Ceará e Rio Grande do Sul, elevando, assim, a capacidade local de combater à pesca ilegal no Brasil.

Por fim, como consequência do Regulamento n.º 1005, publicado pela Comunidade Européia, o MPA instituiu o Regime Nacional de Certificação de Capturas do Brasil, a fim orientar os exportadores de produtos da pesca

marinha à Comunidade Européia. Em continuidade à implantação de medidas que têm como objetivo prevenir, deter e eliminar a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada no mundo, este regime é considerado como uma medida de controle de mercado na busca pela sustentabilidade da atividade, de acordo com orientações da FAO.

Ainda em relação ao monitoramento e controle da pesca e aquicultura, são de responsabilidade do MPA a organização, a operacionalização e a manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP. Da mesma forma, a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca na modalidade comercial (industrial e artesanal), de espécies ornamentais, de subsistência e amadora ou desportiva, no território nacional compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes e águas internacionais. Assim, a operacionalização do RGP, como uma ação integrante do Programa Gestão da Política Pesqueira, compreende, rotineiramente, diversas fases operacionais, que vão desde a elaboração de normas até a efetivação, o controle, a renovação e o monitoramento dos registros das pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor pesqueiro, bem como o permissionamento de embarcações pesqueiras para o exercício de suas fainas de pesca, ao longo de nosso litoral e das bacias hidrográficas brasileiras.

O RGP compreendia, nos termos da IN SEAP/PR nº 3/2004, sete categorias de registro: pescador profissional, aprendiz de pesca, armador de pesca, embarcação pesqueira, indústria pesqueira, aquicultor, e empresa que comercializa organismos aquáticos vivos. Com a Lei da Pesca (Lei nº 11.959/09), o MPA adquiriu uma série de competências que refletirão na existência de outras categorias de registro. Assim, serão criadas categorias referentes ao exercício da pesca amadora, aos concessionários de terrenos e infraestruturas públicas, aos trabalhadores vinculados à atividade pesqueira artesanal, mesmo que não exerçam diretamente a atividade de captura.

Na estrutura da referida norma, a emissão de licenças, permissões, autorizações e o consequente registro para o exercício da aquicultura e da pesca comercial, no Brasil, é realizada, na maioria dos casos, pelas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura (SFPA), onde também é feito o seu controle no âmbito estadual. Em âmbito nacional, cabe o controle dos referidos atos administrativos, o que vem sendo realizado por meio de relatórios e consultas formuladas às SFPA's, bem como com o auxílio parcial de sistemas informatizados específicos, os quais estão em fase de reformulação, visando a um sistema unificado e, em tempo real, que congregue todas as categorias de registro acima mencionadas. O número de registros efetivados diz respeito, portanto, ao número de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo as embarcações, até então inscritas no RGP, bem como aquelas que, anualmente, renovam seus registros, cujo cálculo é efetivado a partir da



contabilização do número de registros (novos e renovados) gerados em cada Superintendência do MPA, com a totalização em nível nacional.

No decorrer de 2009, além dos quantitativos acima referenciados, merecem destaque as operações especiais ou específicas que contribuíram para o alcance das metas preestabelecidas, como o ordenamento da pesca e da aquicultura, em especial na elaboração atos normativos de ordenamento do uso de recursos pesqueiros, portarias de permissionamento de embarcações, e de cancelamento de autorizações de pesca. A participação em Comitês e Grupos Técnicos e Comissões também foi outra dessa natureza que envolveu a operacionalização do Sistema de Gestão Compartilhada; do Grupo Técnico de Trabalho Interministerial do Pescador Profissional; da Comissão Técnica para apuração de irregularidades no registro de pescadores profissionais em Mato Grosso e do Grupo Técnico de Trabalho Interinstitucional para avaliação do esforço de pesca sobre o estoque de sardinha-verdadeira.

Outra questão diz respeito ao permissionamento e registro de embarcações pesqueiras, para o qual foi feito o cadastramento de frotas pesqueiras, conforme discriminado: cadastramento da frota de cerco para sardinha, no litoral SE/Sul, e continuidade dos trabalhos referentes ao cadastramento das frotas de lagostas (litoral norte e nordeste), camarão-rosa (litoral norte e SE/Sul) e camarão-sete-barbas (litoral SE/Sul). Quanto ao repermissionamento de frotas, foram continuados os processos para concessão de autorizações de pesca para a frota que opera na captura de polvo no litoral SE/Sul; autorização provisória de defeso para captura de tainha pela frota que opera no cerco de sardinha-verdadeira; concessão de autorização de pesca para captura de caranguejo-vermelho e caranguejo-real; concessão de autorizações de pesca para operação na captura de peixe-sapo no litoral SE/Sul; e permissões provisórias de defeso para o camarão-rosa (litoral SE/Sul) e piramutaba (litoral norte). Outras atividades realizadas dizem respeito ao permissionamento de embarcações a serem financiadas pelo Programa Profrota Pesqueira; à aplicação de sanções administrativas no âmbito do RGP a embarcações engajadas em diversas pescarias; à autorização para importação de embarcações pesqueiras.

Para o Registro de Pescador Profissional foram realizados exames de processos (recursos), com atendimento às demandas de todas as SFPA, bem como impressão e expedição de carteiras de pescador profissional, cancelamento de registros e apuração de denúncias. Ainda foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social e a renovação do acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Visando a imprimir maior agilidade e um melhor controle dos procedimentos de registro de embarcações de pesca, continuaram-se os trabalhos para estudar e propor um novo modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras, cuja proposta está em fase final de revisão, depois da consulta pública, para aplicação em 2010. Para a aplicação deste novo modelo de documento, o

convênio já celebrado em 2008 com a UNIVALI, para o desenvolvimento do sistema informatizado de permissionamento de embarcações pesqueiras, foi finalizado oficialmente em dezembro de 2009, faltando apenas a importação dos dados de registro das categorias de embarcação pesqueira, armador de pesca e indústria pesqueira.

## Inclusão e Desenvolvimento Social

As ações deste eixo contribuem para o desenvolvimento dos Programas de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura.

Para pesca profissional artesanal, as ações do MPA têm sido orientadas priorizando a atuação nas diretrizes: estruturação da cadeia produtiva, inclusão social e organização do setor pesqueiro artesanal. Frente à complexidade dos problemas enfrentados por este setor, os projetos elaborados atuam sobre problemas sociais, ambientais e econômicos, buscando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras.

No eixo do desenvolvimento social, são realizados projetos de alfabetização e capacitação profissional de pescadores, de inclusão digital nos Telecentros da Pesca Maré, e de distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional.

Os altos índices de analfabetismo entre a categoria dos pescadores resulta da ausência histórica e real de formulação e construção de uma política pública específica que atenda ao segmento, respeitando sua cultura, diversidade e modo de vida, o que acabou por excluir o pescador dos sistemas de ensino. Para esses trabalhadores, não é o horário convencional que dita o tempo de trabalhar, tempo de descansar ou tempo de estudar. Sua jornada de trabalho é incompatível com o funcionamento da escola convencional.

Diante dessa realidade, foi lançado, em 2003, o projeto de alfabetização de pescadores e pescadoras, Pescando Letras - Brasil Alfabetizado, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, sendo que já foram alfabetizados mais de 120.000 pescadores. Em 2009, foram formadas cerca de 2.000 turmas, resultando no ingresso de aproximadamente 20.000 alunos, com destaque para o trabalho nos estados da Bahia, Pará, Ceará, Sergipe e Alagoas.

Visando aprimorar e avançar na implantação do Pescando Letras, o MPA está desenvolvendo cinco projetos pilotos de alfabetização integrada, educação cidadã e à qualificação profissional, um por região do Brasil, considerando as diferenças, modo de vida dos pescadores e período de defeso de cada região. O método que está sendo utilizado é aquele empregado em Cuba – **Sim, eu posso** –, que possibilita alfabetizar um jovem ou adulto em três ou quatro meses, sendo adaptável aos períodos de defeso, que dura em média quatro meses. O projeto tem como meta alfabetizar 4.100 pescadores e pescadoras profissionais artesanais nas



regiões do país, e ainda: 1.000 pescadores em Santa Catarina – Laguna, Imaruí e Imbituba; 900 pescadores no Rio de Janeiro – São Gonçalo, Maricá e Niterói; 200 pescadores em Mato Grosso – São Félix do Araguaia, Luciara, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha; 1.000 pescadores na Bahia – Morpará, Barra, Pilão Arcado e Remanso; e 1.000 pescadores no Pará – Currallinho, Breves, Portel e Melgaço.

O desafio de implantar um projeto que atenda e respeite as diferenças e peculiaridades dos pescadores artesanais é muito grande. É preciso considerar o período de defeso de cada localidade (em alguns municípios existe mais de um defeso), o que demanda um calendário múltiplo. É preciso formar as turmas de pescadores que realizam a mesma atividade de pesca. É preciso considerar cada cultura, a do pescador de rios e lagoas, do pescador do mar, do pescador da ilha de Marajó, no Pará, do pescador da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do pescador do rio São Francisco, do rio Araguaia, no Mato Grosso. Foram investidos pelo MPA R\$ 2.347.764,80 para implantação do projeto e mais R\$ 80.000,00 pela ACASA – Associação Comunitária de Ação Social, entidade conveniada, que desenvolveu um sistema para gerenciamento e acompanhamento das atividades do projeto – o SISLETRAS, em *software* livre.

Em 2006, a então SEAP/PR assinou Acordo de Cooperação com o Ministério da Educação para a implantação de uma política de formação humana na pesca marítima, continental, e aquicultura familiar. Uma nova versão do referido acordo foi firmada em 2009. Como resultados desta política existem atualmente 20 núcleos de pesquisa, 23 cursos técnicos em pesca ou aquicultura implantados, e 32 em implantação até o final de 2010. Também como resultado desta política, foi firmada parceria entre o Instituto Federal do Paraná, objetivando oferecer, por meio da educação a distância, cursos técnicos de nível médio integrados à pesca e à aquicultura. Serão oferecidos a 2.000 pescadores e aquicultores familiares, em 50 Polos de Apoio Presencial (nos Telecentros da Pesca Maré), em âmbito nacional.

No projeto de Inclusão Digital Telecentros da Pesca Maré, o MPA está realizando significativos investimentos. São 120 Telecentros em instalação e revitalização. O MPA investiu, em 2008, mais de dois milhões reais, na aquisição de kit multimídia composto por 10 novos computadores, projetor de imagem e tela de projeção, impressoras e máquinas fotográficas. Estes equipamentos foram entregues aos Telecentros em 2009, quando também foram enviados equipamentos novos para revitalizar 28 Telecentros antigos e instalar 10 Telecentros. Junto com os equipamentos, o MPA enviou acervos de livros do projeto Arca das Letras, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscando ampliar as funções do Telecentro, tornando-os pontos de cultura para as comunidades pesqueiras.

Também em 2009, buscando qualificar ainda mais o acervo, o MPA descentralizou R\$ 198.000,00 para aquisição de 120 kits minibibliotecas da Embrapa, que serão enviados aos Telecentros, servindo também de

suporte para os cursos de ensino a distância. Igualmente e objetivando avançar na qualificação dos Telecentros, o MPA realizou pregão para aquisição de equipamentos complementares (webcam, caixas de som, entre outros), no valor de R\$ 181.140,00. Com a conclusão da instalação dos Telecentros da Pesca Maré, cerca de 130.000 pescadores terão possibilidade de inclusão digital.

Além destes projetos, o MPA também apoia demandas espontâneas e de emendas parlamentares referentes aos projetos de capacitação. Em 2009, foram investidos R\$ 3.315.015,69 em 11 projetos, beneficiando diretamente 15.490 pescadores artesanais em nove estados.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, na Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, foram distribuídas 10.314 cestas de alimentos para marisqueiras e catadoras de caranguejo, sendo que representantes destas comunidades participaram também de oficinas regionais de avaliação e qualificação da ação. Em resposta à situação emergencial para atendimento de famílias de pescadores atingidos por enchentes, foram distribuídas mais 2.048 cestas de alimentos no estado do Rio Grande do Sul.

No eixo do desenvolvimento econômico, são desenvolvidos projetos de estruturação da cadeia produtiva que permitem aos pescadores agregar valor à produção e dispor de insumos mais baratos e acessíveis, melhorando a qualidade do pescado e a economicidade da atividade. São efetivados mediante a implantação de Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), de unidades de beneficiamento de pescado, de fábricas de gelo e de pequenos empreendimentos, como pontos de venda de pescado e cozinhas comunitárias.

Estão em implantação 13 CIPARs que prevêem investimentos em estruturas de recepção, beneficiamento e comercialização de pescado, bem como em unidades de apoio ao processo de educação e capacitação das comunidades. Em 2008, investiram-se recursos da ordem de 10 milhões de reais em aquisição de equipamentos para os CIPARs e convênios para realização de obras. Em 2009, o MPA lançou edital para selecionar as entidades aptas a receber os equipamentos. Destaca-se, em 2009, a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Santarém, para implantação do CIPAR, no valor de R\$ 2.375.000,00, bem como a assinatura de outros quatro convênios, no valor total de R\$ 1.431.417,37, para incubação dos CIPARs de Pirapora-MG, Xique-Xique-BA, Parintins-AM e Beberibe-CE. Os projetos de incubação apoiarão as entidades de pescadores artesanais na autogestão destes centros. Considerado o número de pescadores registrados nos municípios da área de abrangência dos 13 CIPARs, ao final de seu processo de implantação serão beneficiados 42.635 pescadores profissionais artesanais.

Dando prosseguimento ao Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal, que irá implantar 120 fábricas de gelo em todo o território nacional, até o ano

de 2010, no ano de 2009 foram entregues 32 unidades. Além disso, o MPA realizou novo edital público de cadastramento de entidades, sendo que foi formado um cadastro de 88 entidades habilitadas e classificadas para o recebimento de novos equipamentos. No final de 2009, procedeu-se ao registro de preço para aquisição dos equipamentos visando a atender à demanda cadastrada, o que permitirá ultrapassar a meta do Programa. Ainda no contexto deste Programa, além das fábricas de gelo, o MPA lançou edital público para seleção de entidades para o recebimento de 10 câmaras frigoríficas no estado do Espírito Santo.

No final de 2008, a então SEAP/PR publicou edital para cadastramento de entidades interessadas em implantar pequenos empreendimentos da pesca artesanal. Foram selecionados 64 projetos de cozinhas comunitárias, pontos fixos de comercialização, acampamento de pescadores e equipamentos para manipulação de mariscos, com orçamento total do edital em R\$ 2.800.000,00. No ano de 2009, em parceria com a CONAB e PNUD, foram realizados os termos de referência, os processos licitatórios, o recebimento dos materiais e equipamentos e a entrega dos materiais e equipamentos está prevista para o primeiro semestre de 2010. Além destes projetos, o MPA também apoia demandas espontâneas e de emendas parlamentares de projetos de infraestrutura para qualificação da cadeia produtiva. Em 2009, investiram-se R\$ 1.265.987,98 em oito projetos, beneficiando diretamente 3.481 pescadores artesanais em cinco estados.

Estas ações têm objetivado sempre a melhoria das condições de vida e a geração de renda aos pescadores profissionais artesanais sem, contudo, implicar aumento do esforço de pesca e degradação dos recursos pesqueiros. As políticas públicas para pesca artesanal do MPA objetivam também o aumento da produção pesqueira; entretanto, não pela via do aumento do esforço de pesca, mas sim pela estruturação da cadeia produtiva e qualificação do setor. Tais ações vêm possibilitando também melhor processar e conservar o pescado, evitando os elevados índices de desperdício de pescado observados nesta cadeia produtiva, frutos da informalidade e da falta de estruturação.

### **Alternativas Para a Pesca Industrial**

Com o objetivo de fomentar o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, em especial a pesca industrial o MPA tem apoiado projetos de caráter demonstrativo, visando desenvolver e inovar as tecnologias atualmente empregadas, reduzindo os custos operacionais e redirecionando parte do esforço de pesca para novas pescarias.

Neste sentido, o Projeto Anchoíta tem destaque por apostar em uma nova fase da pesca empresarial no país, mediante o aproveitamento de um recurso que não vem sendo explorado no Brasil. Com o potencial de produção sustentável em torno de 100 mil toneladas/ano, a pesca da anchoíta poderá ser referência para o setor pesqueiro nacional. O projeto financiado pelo Governo Federal

prevê o dimensionamento ideal para as capturas, o melhor aproveitamento da matéria-prima, a inclusão do pescado no mercado institucional (escolas, creches, hospitais, forças armadas) e o envolvimento de pequenos e médios armadores em um novo segmento, considerado bastante promissor. Para os anos de 2009 e 2010, já foram repassados cerca de R\$ 3.600.000,00 para a execução do Projeto Anchoíta, que prevê a contínua avaliação dos estoques disponíveis, a instalação de uma unidade experimental de processamento do pescado e a criação de uma frota de referência, com o papel fundamental de adequar e transferir a tecnologia necessária para esta nova atividade.

No segmento da pesca oceânica, o MPA tem envidado esforços para garantir o acesso à pesca dos recursos altamente migratórios, em especial os atuns e afins do Oceano Atlântico Sul. Em 2009, o Brasil sediou a reunião ordinária da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), que contou com a participação de 44 países, 14 ONGs e cinco organizações intergovernamentais. Destaca-se que nesse cenário o Brasil tem assumido um papel importante na defesa dos interesses de países em desenvolvimento que têm competido por cotas anuais de capturas com as grandes nações pesqueiras.

Para estimular as capturas de atuns e afins, foram apoiados projetos de instalação de dispositivos de agregação de peixes do tipo boias atradoras. Em 2009 foram adquiridos 20 dispositivos, ao custo de R\$ 400.000,00, para instalação nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com o objetivo de avaliar a interação dos atuns e afins com as boias. O princípio da agregação dos peixes com os dispositivos flutuantes permite minimizar os custos operacionais, uma vez que o pescador se dirige às áreas mais prováveis de ocorrência dos atuns.

Para a pesca do bonito-listrado, o MPA tem apoiado o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem aperfeiçoar o uso de isca viva, que corresponde ao principal insumo da pesca. Em 2009, a CAPES/MEC aprovou o projeto para o desenvolvimento de tecnologia para produção de isca viva apresentado pela UFSC, envolvendo o montante de R\$ 1.400.000,00, assegurando a formação de recursos humanos e o desenvolvimento tecnológico para o setor pesqueiro nacional.

### **Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura**

A atividade da aquicultura é a principal responsável pelo aumento da produção de pescados no Brasil. Com um crescimento que atinge hoje cerca de 30% da produção nacional de pescados, a atividade tem uma tendência a crescer ainda mais no país e garantir a regularidade de oferta para reduzir o preço final do pescado e aumentar o consumo.

Dando continuidade à política de fomento do MPA para o desenvolvimento da aquicultura de forma sustentável, celebraram-se, no ano de 2009, convênios que possibilitam a construção de parcerias para a gestão de

projetos. Dentre os convênios firmados destaca-se o projeto de maricultura em Lagamar - SP e na baía de Guaratuba - PR, que objetivam a avaliação de diferentes sistemas de cultivo de ostras.

O desenvolvimento econômico da piscicultura na região de implantação das unidades demonstrativas pode ser ressaltado como ponto importante destas ações. O cultivo de peixes em tanques-rede em diversas regiões do Brasil está sendo realizado pelo MPA na forma de unidades demonstrativas, em parceria com várias instituições. Foram firmados nove convênios que abrangem os estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Bahia, Sergipe e Amapá. Dentre as espécies a serem cultivadas nestes projetos estão o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), a piava (*Leporinus friderici*), o surubi ou bocudo (*Steindachneridion scriptum*) e a tilápia (*Oreochromis niloticus*).

Nessa área da piscicultura, o MPA pretende beneficiar 1.951 pessoas diretamente, atingindo agricultores, comunidade rural, pescadores profissionais, artesanais e piscicultores, além de outros beneficiários indiretos. Nesses projetos, o MPA está repassando um montante de R\$ 3.585.217,99 às entidades proponentes, sendo R\$ 1.708.738,59 em 2009 e o restante desse valor - R\$ 1.876.479,40 - em 2010.

A estruturação de unidades produtoras de formas jovens representa hoje um ponto importante para assegurar o crescimento da cadeia produtiva de pescado. Os projetos visam ampliar a capacidade produtiva de unidades já instaladas, por meio da implantação e adequação de infraestrutura e de equipamentos laboratoriais. Em parceria com o estado do Rio Grande do Norte será construída a estação de piscicultura na Barragem de Apodi. É grande a importância do desenvolvimento deste projeto numa região apontada pela ONU como uma das áreas de mais baixo índice de qualidade de vida no mundo. Também com o estado do RN, o MPA apoiou o projeto de cultivo de macroalgas como uma alternativa para o desenvolvimento das comunidades litorâneas.

O projeto Subsídios para o Cultivo da Alga *Kappaphycus alvarezii*, na Paraíba, fruto do convênio firmado com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), visa avaliar o risco ambiental e monitorar a introdução desta espécie exótica. Com a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará, o MPA firmou dois convênios para estruturar a cadeia produtiva de pescado. Um para construção de estação de aquicultura, a fim de produzir alevinos, e outro para investimentos na infraestrutura da estação de aquicultura Orion Nina Ribeiro. Em SC, os investimentos objetivam suprir as demandas de sementes de larvas do mexilhão *Perna perna*.

Com os projetos de maricultura, serão beneficiários 4.625 pessoas diretamente, entre aquicultores, pescadores artesanais, pesquisadores, além das comunidades locais dos estados onde serão realizados os convênios. Para realização desses projetos, está sendo repassado a estas instituições proponentes um montante de R\$

5.474.839,00, sendo R\$ 1.342.029,74 em 2009 e o restante deste valor (R\$ 4.132.819,26) em 2010.

Para apoiar a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva da aquicultura, os recursos foram focados principalmente no apoio à gestão das estruturas implantadas com recursos públicos. Dentre as ações desenvolvidas para este fim, destaca-se o projeto de difusão de tecnologia para o aproveitamento de carapaças de crustáceos, fruto da parceria do MPA com o Parque de Desenvolvimento Tecnológico (PADETEC) no município de Itarema-CE, aproveitando os resíduos de camarão. Outro projeto provém de parceria com o município de Angra dos Reis para ampliação do cultivo de vieiras na região. Com o intuito de contribuir para a geração de trabalho e renda nas comunidades tradicionais de pesca e mariscagem nas regiões do Baixo Sul da Bahia e na baía de Todos os Santos, a UFBA está desenvolvendo o projeto Semeie Ostras, com o objetivo de ampliar a dinâmica produtiva solidária e as tecnologias empregadas nas unidades produtivas de ostreicultura.

Com o propósito de elaboração de Normas Técnicas para certificação do camarão cultivado, o MPA, em parceria com o Centro Tecnológico do Nordeste (CETENE), desenvolveu um programa de adequação de produção, por meio do projeto Produção Integrada de Camarão Cultivado - tem por finalidade maximizar a qualidade do produto, garantindo a segurança alimentar, bem como a sustentabilidade ambiental, social e econômica da carcinicultura. A implantação e construção de frigoríficos para filetagem de peixes é uma ação que dá suporte à aquicultura regional. Com o objetivo de atender à demanda dos aquicultores de Alvorada do Sul-PR, foi firmado um convênio com a prefeitura desse município para construção de uma unidade de beneficiamento local.

A aquicultura familiar se coloca também como uma alternativa e uma oportunidade de emancipação e promoção da autonomia de milhares de trabalhadores, gerando emprego, aumentando a renda e promovendo a qualidade de vida. A ampliação e reforma da estação de aquicultura marinha Fernando Flambot da Cruz, em Curuçá-PA, tem por objetivo a realização de pesquisas sobre as espécies com potencial para cultivo, como o robalo (*Centropomus parallelus*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e tainha (*Mugil platanus*) e com os crustáceos camarão-branco (*Litopenaeus schmitti*) e camarão-rosa (*Penaeus subitilis*).

Para desenvolvimento dos programas de Estruturação da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar foram firmados 12 convênios atendendo aos estados do RS, SC, PR, MS, MG, RO, PA e AC. Envolve projetos para implantação de tanques-rede, construção de unidades de processamento e filetagem do pescado, aquisição de uma escavadeira hidráulica e caminhão para a construção de tanques de piscicultura, adequação de entrepostos e demais unidades de beneficiamento, entre outras similares. Para capacitação e demonstração de práticas das atividades da aquicultura, prevê-se a ampliação e

reforma do Centro de Capacitação de Aquicultura e Pesca do Nordeste Paranaense, em Curuçá. O objetivo é incrementar a assistência técnica, com a capacitação dos comunitários para a adoção de empreendimentos produtivos adaptados ao desenvolvimento local e, simultaneamente, de novas opções profissionalizantes.

Nesta ação, o MPA pretende beneficiar 5.016 pessoas diretamente, abrangendo produtores familiares e piscicultores, além de outros beneficiários indiretos. Para realização desses projetos, está sendo repassado a estas instituições proponentes um montante de R\$ 8.597.497,53, sendo que, desse total, R\$ 4.934.868,58 foi pago em 2009 e o restante desse valor - R\$ 3.662.628,95 - será pago em 2010.

Com o crescimento e intensificação da aquicultura, surge a necessidade de se adotar medidas sanitárias que atendam à produção de organismos aquáticos cultivados, de forma a controlar a transmissão e disseminação de enfermidades. As ações de Controle da Qualidade na Garantia de Conformidade, Segurança e Inocuidade de Produtos da Aquicultura da produção de moluscos bivalves (ostras, vieiras, mexilhões e sururus) têm como finalidade proporcionar maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros ao mercado interno e externo. Em 2009 foi formalizado um convênio entre o MPA e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa e do Agronegócio (FUNDEPAG) para realização do Programa Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves no estado de São Paulo (PECMB-SP). A existência de um programa desta natureza é condição obrigatória para o comércio internacional. Ainda na área de sanidade dos produtos da aquicultura, um projeto envolve ações do agente comunitário de saúde de animais aquáticos cultiváveis no estado do Rio Grande do Norte. Com a execução desse convênio, a intenção do MPA é beneficiar 830 pessoas diretamente. Para realização desses projetos, repassou-se a essas instituições proponentes um montante de R\$ 563.499,57, em 2009.

A adoção de princípios internacionais e de códigos de conduta responsável, por meio da disseminação de Boas Práticas de Manejo (BPM) e certificação, promove o desenvolvimento sustentável da aquicultura, com a consequente mitigação de impactos ambientais e de conflitos. O propósito é desenvolver um sistema de certificação, edição e publicação de materiais, promoção de eventos para a disseminação de informações e de práticas sustentáveis de aquicultura.

O Projeto Gente da Maré é uma cooperação entre o MPA e a *Canadian International Development Agency* (CIDA), representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O objetivo maior é reduzir a pobreza nas comunidades costeiras, assegurando a utilização sustentável dos recursos marinhos, pela introdução e disseminação de técnicas simples e economicamente viáveis de maricultura, com envolvimento das comunidades na co-gestão de recursos pesqueiros em quatro estados do Nordeste (PE, PB, BA e RN). Em 2009, foram realizadas oficinas de metodologias participativas e

mapeamento biorregional, envolvendo aproximadamente 100 pescadores artesanais e marisqueiras.

O Projeto Desenvolvimento das Comunidades Costeiras, cooperação técnica entre a ONU, a FAO e o MPA, concebeu uma intervenção para o Nordeste do Brasil, com princípios semelhantes ao Gente da Maré para o CE, RN e PB. Atualmente, o cultivo de algas nas três comunidades comercializa o produto seco e triturado para empresas locais. No ano de 2009 foram trabalhados os planos de negócios dos cultivos e a consolidação legal dos grupos.

Em parceria com a FAO, a Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura realizou em Brasília, nos dias 5 e 6 de junho de 2009, o I Workshop de Aquicultura Sustentável. Esse seminário teve por finalidade definir e padronizar uma metodologia de avaliação da sustentabilidade dos sistemas de produção da aquicultura no Brasil, assim como estabelecer metas, indicadores e avaliação.

A regulamentação do uso das águas públicas para criação de peixes e outros organismos aquáticos é um instrumento de inclusão social e possibilita que milhares de moradores de comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares) tenham acesso, de forma gratuita, a uma porção de água para produção por um período de até 20 anos. No caso de projetos de maior porte, as áreas são concedidas por meio de cessão onerosa. Dentro desse programa de governo, o Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura em Águas da União desenvolveu no ano de 2009 ações direcionadas à regularização de parques aquícolas continentais e marinhos, além de estudos para a liberação do cultivo de espécies de interesse para a aquicultura.

Ao final dos estudos de viabilização de reservatórios continentais para a implantação de parques aquícolas, como Itaipu, Castanhão, Tucuruí, Três Marias, Furnas, Ilha Solteira e áreas do litoral brasileiro aptas à instalação dos parques aquícolas em 2008, foram ofertadas, em 2009, cerca de 4.000 áreas não onerosas, destinadas à inclusão social de populações tradicionais. Paralelamente, houve a oferta de outras 14 áreas aquícolas à iniciativa privada, por meio de licitações onerosas. Destas, foram entregues 1.277 áreas não onerosas e 12 onerosas. Com relação às cessões de águas públicas individuais, lançaram-se dois editais para a licitação de 65 áreas aquícolas, com potencial de produção de 15 mil toneladas ao ano.

Foram formalizados dois Acordos de Cooperação do MPA com Administradoras de Usinas Hidrelétricas, no intuito de se obter informações prioritárias para a demarcação de parques aquícolas e evitar gastos desnecessários de recursos públicos. Dentre os acordos firmados, podem-se citar os assinados com FURNAS (Manso e Serra da Mesa) e a CHESF (Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Xingó, Boa Esperança e Pedra).

Com relação aos parques aquícolas marinhos, os principais avanços em 2009 foram: i) a contratação de serviços de elaboração do Projeto de Balizamento e Sinalização Náutica nos Parques Aquícolas do Estado de Santa Catarina, que atenderá em 10 municípios; ii) o estudo para implantação de Parques Aquícolas no Estado de São Paulo; iii) o produto final Estudos dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura – PLDM, com a indicação das áreas propícias para a demarcação dos Parques Aquícolas no Maranhão; iv) continuidade dos estudos do PLDM de Sergipe; v) estudos para implantação de parques aquícolas marinhos no Paraná; vi) continuidade dos estudos do PLDM do Pará; vii) continuidade dos estudos dos PLDMs do CE e RN.

Considerando os reservatórios continentais, foram repassados recursos para realização de estudos ambientais e socioeconômicos para a delimitação e implantação dos parques aquícolas de oito reservatórios no rio Paranapanema, no valor de R\$ 2.392.561,00, sendo que, em 2009, o repasse foi de R\$ 668.085,62. Serão realizados estudos que norteiem cientificamente o processo decisório sobre permissão ou não de se cultivarem tilápias em tanques-rede no lago de Itaipu, assim como na bacia do Rio Uruguai. Com estes projetos, o MPA visa beneficiar 54.440 pessoas diretamente e 122.550 indiretamente. Dentre os beneficiados estão os maricultores, aquícultores e comunidades tradicionais.

## **5.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS CONSTANTES DA LDO PARA 2009**

### **5.2.1. Aspectos Gerais**

O Plano Plurianual 2008/2011 tem, em seu nível estratégico, a definição de 57 metas prioritárias que expressam parcela substantiva dos esforços governamentais para a consolidação de um modelo de crescimento sustentável com inclusão social e educação de qualidade.

O andamento dessas metas, destacando as possibilidades de alcance dos valores previstos ao fim do período de vigência do Plano, é contemplado, anualmente, no Relatório de Avaliação do Plano, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.653, de 2008.

No exercício de 2009 houve o envio ao Congresso Nacional do referido Relatório, constituindo-se em um elemento de consolidação de informações sobre as prioridades do Governo Federal, uma vez que contempla no volume denominado “Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2008/2011” uma análise do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de

geração de oportunidades e enfrentamento a desigualdades ainda existentes na sociedade brasileira como forma de contribuir para a consolidação da prática da avaliação de políticas públicas, centrando, sobretudo, em sua eficácia e efetividade, medidas em função das vulnerabilidades e déficits que procuram atacar e das potencialidades que ajudam a efetivar.

Neste sentido, tem-se a pretensão de orientar a atuação do Governo Federal rumo à efetivação de um desenvolvimento sustentável e em bases inclusivas, preconizado no PPA 2008/2011, com uma interpretação geral de que tal avaliação traz consigo um elevado grau de complexidade e incerteza em função dos fatores que condicionam a execução das políticas públicas ou promovem inflexões nos cenários.

De modo geral, os dados atuais mostram um país no rumo certo, por vezes com uma velocidade maior do que a esperada, por outras, em ritmo menos intenso em função de um conjunto de restrições à implementação das políticas públicas.

Assim, pode-se inferir que uma visão de futuro que oriente a atuação governamental na direção de transformações essenciais para o Brasil em diversas áreas está calcada na definição de prioridades como elemento capaz de direcionar e corrigir os rumos no desenvolvimento dos planos e estabelecer insumos relevantes para a gestão dos recursos públicos.

As ações prioritárias do Governo Federal, no âmbito da análise dos orçamentos fiscal e da seguridade, estão contempladas no Anexo I – Prioridades e Metas da Lei nº 11.768/2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.

A consolidação da execução das ações prioritárias foi realizada a partir da identificação das ações contempladas no Anexo I da Lei nº 11.768 de 2008 – LDO 2009 e da execução física e financeira das ações correspondentes na base de dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual – SIGPlan do Governo Federal ([www.sigplan.gov.br](http://www.sigplan.gov.br)), que incorpora as informações da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, a qual estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009, LOA para 2009.

Inicialmente, a verificação foi realizada com a identificação das ações constantes do Anexo I da LDO para 2009 com a programação definida no Plano Plurianual 2008/2011, ano de 2009, consolidando as ações com registros na base de dados do SIGPlan e excluindo algumas situações como as referentes exclusivamente a restos a pagar (RAP 2008).

Desta forma, apurou-se a quantidade de ações prioritárias com execução no exercício financeiro de 2009.

## 5.2.2. Análise Setorial

### Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

| CÓD.          | AÇÕES PRIORITÁRIAS                                                                                                                          | ITEM DE INFORMAÇÃO      |                         |                         |                              | VALORES EM R\$          |              |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|--------------|
|               |                                                                                                                                             | DOTAÇÃO ATUALIZADA      | DESPESAS EMPENHADAS     | DESPESAS LIQUIDADAS     | RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO | VALORES PAGOS           | %            |
| 10YM          | IMPLANTACAO DA ESTRUTURA FISICA E LABORATORIAL PARA PESQUISA EM AGROENERGIA                                                                 | 3.600.000,00            | 3.600.000,00            | 1.421.977,16            | 2.178.022,84                 | 1.421.977,16            | 100,00       |
| 2130          | FORMACAO DE ESTOQUES PUBLICOS - PGPM                                                                                                        | 3.300.000.000,00        | 2.876.664.929,48        | 2.686.676.143,20        | 189.988.786,28               | 2.496.925.380,47        | 87,17        |
| 2D36          | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DA AGROENERGIA                                                         | 26.336.000,00           | 26.310.960,64           | 20.378.846,31           | 5.932.114,33                 | 20.279.591,49           | 99,90        |
| 4672          | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SISTEMAS INOVADORES DE PRODUCAO PARA O AGRONEGOCIO                                                            | 11.856.675,00           | 11.318.804,21           | 9.497.132,31            | 1.821.671,90                 | 9.327.827,16            | 95,46        |
| 4682          | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA DIFERENCIACAO E AGREGACAO DE VALOR A PRODUCAO EXTRATIVISTA, AGROPECUARIA E AGROINDUSTRIAL DE PEQUENA ESCALA | 5.641.637,00            | 5.565.613,00            | 3.844.761,18            | 1.720.851,82                 | 3.705.772,13            | 98,65        |
| 4686          | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE DE COMUNIDADES                                                                           | 4.364.515,00            | 4.234.144,02            | 3.622.473,58            | 611.670,44                   | 3.311.409,49            | 97,01        |
| 4842          | ERRADICACAO DA FEBRE AFTOSA                                                                                                                 | 55.020.255,00           | 44.109.788,74           | 40.079.063,51           | 4.030.725,23                 | 39.137.759,27           | 80,17        |
| 5920          | ZONEAMENTO AGRICOLA                                                                                                                         | 12.200.000,00           | 12.199.563,10           | 12.199.563,10           | 0,00                         | 12.199.563,10           | 100,00       |
| 7H17          | APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO                                                                                   | 624.586.698,00          | 499.951.514,33          | 889.957,18              | 499.061.557,15               | 813.393,99              | 80,05        |
| 8572          | PREVENCAO, CONTROLE E ERRADICACAO DE PRAGAS DOS VEGETAIS                                                                                    | 24.200.000,00           | 19.906.660,39           | 17.288.694,09           | 2.617.966,30                 | 16.731.793,87           | 82,26        |
| 8611          | APOIO AO PEQUENO E MEDIO PRODUTOR AGROPECUARIO                                                                                              | 75.307.704,00           | 57.117.030,53           | 8.997.430,71            | 48.119.599,82                | 8.706.297,14            | 75,84        |
| 8658          | PREVENCAO, CONTROLE E ERRADICACAO DE DOENCAS DOS ANIMAIS                                                                                    | 70.654.000,00           | 41.045.645,89           | 22.427.935,79           | 18.617.710,10                | 22.059.281,71           | 58,09        |
| <b>TOTAL:</b> |                                                                                                                                             | <b>4.213.767.484,00</b> | <b>3.602.024.654,33</b> | <b>2.827.323.978,12</b> | <b>774.700.676,21</b>        | <b>2.634.620.046,98</b> | <b>85,48</b> |

A média de execução das ações não prioritárias foi de 82,63%. O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais. As ações prioritárias 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário e 7H17 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário são destinadas a apoiar projetos de infra-estrutura agropecuária executados mediante celebração de convênios ou contratos de repasse com os diversos entes federados, ou ainda com entidades privadas sem fins lucrativos, caso se trate de convênio.

Ocorre que na execução do OGU 2009 foram encontradas dificuldades de ordem técnica e operacional na celebração de contratos de repasse em função da necessidade de utilização do Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, principalmente no que tange à participação da Caixa Econômica Federal – CAIXA na condição de mandatária da União na operacionalização de programas do Governo Federal.

Mediante a realização de uma série de reuniões por parte da Secretaria de Relações Institucionais – SRI/PR, algumas com a participação de representante do Comitê Gestor do SICONV, viabilizou-se a adequação de muitas funcionalidades do Sistema. Entretanto, tais dificuldades repercutiram negativamente na realização de empenhos e consequentemente na celebração dos contratos de repasse, sendo, portanto, a causa do baixo desempenho das ações relacionadas.

Dos recursos disponibilizados e descentralizados à CAIXA nas ações 7H17 e 8611, mais de R\$ 66 milhões deixaram de ser formalizados, dos quais cerca de R\$ 27 milhões não foram empenhados. Dos recursos empenhados, cerca de 39 milhões não puderam ser contratados, a maioria por falta de vinculação do empenho à proposta no SICONV. Esses valores nos foram informados pela CAIXA na data de 01.03.2010 e ainda não foi possível analisar os valores correspondentes a cada uma das ações.

## Ministério da Ciência e Tecnologia

As ações inseridas no anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2009 apresentaram execução média de 95,6% de recursos empenhados considerando as 31 ações com orçamento na LOA 2009, conforme Anexo I. As outras 7 ações discriminadas na LDO foram alocadas por emenda ao PPA e selecionadas como prioritárias no âmbito do Congresso Nacional, no entanto, não foram orçadas na LOA 2009.

| TÍTULO                                                                                                                                                                     | LEI + CRÉDITOS<br>(A) | EMPENHADO<br>(B) | LIQUIDADO   | PAGO        | %<br>B/A |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------|-------------|-------------|----------|
|                                                                                                                                                                            |                       |                  |             |             |          |
| CONCESSÃO DE BOLSAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS PARA C,T&I                                                                                 | 436.630.884           | 432.836.767      | 423.725.257 | 423.381.586 | 99,1%    |
| CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA                                                                                                       | 95.241.080            | 95.241.080       | 92.854.903  | 92.794.903  | 100,0%   |
| AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA O ESTUDO DA BIODIVERSIDADE, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE DOS ECOSISTEMAS AMAZÔNICOS FRENTE ÀS MUDANÇAS GLOBAIS | 10.000.000            | 10.000.000       | 5.513.545   | 5.494.041   | 100,0%   |
| PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEMI-ÁRIDO - INSA - NA REGIÃO NORDESTE                                                                                 | 1.373.000             | 1.070.304        | 649.043     | 583.462     | 78,0%    |
| DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE OS ECOSISTEMAS AMAZÔNICOS NO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA - NA REGIÃO NORTE                                       | 4.375.218             | 4.374.189        | 2.651.331   | 2.651.331   | 100,0%   |
| FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL                                                                                                                                             | 48.845.000            | 48.845.000       | 44.220.712  | 43.047.903  | 100,0%   |
| APOIO A REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS                                                                                                       | 700.000               | 700.000          | 470.116     | 461.777     | 100,0%   |
| DESENVOLVIMENTO DO SATÉLITE DE SENSORIAMENTO REMOTO COM IMAGEADOR RADAR - MAPSAR                                                                                           | 7.000.000             | 6.999.937        | 6.991.877   | 6.991.877   | 100,0%   |
| DESENVOLVIMENTO DO SATÉLITE AMAZÔNIA-1                                                                                                                                     | 30.800.000            | 30.799.923       | 28.936.607  | 28.931.584  | 100,0%   |
| DESENVOLVIMENTO DO SATÉLITE SINO-BRASILEIRO - PROJETO CBERS-3                                                                                                              | 56.998.839            | 56.992.553       | 51.701.036  | 51.689.972  | 100,0%   |
| IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA - CEA - NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA - MA                                                                                         | 100.000.000           | 92.681.934       | 6.051.878   | 6.027.257   | 92,7%    |
| REALIZAÇÃO DE OLIMPIADAS EM CIÊNCIAS                                                                                                                                       | 12.330.000            | 12.330.000       | 12.330.000  | 12.330.000  | 100,0%   |
| APOIO À PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NACIONAL                                                                                 | 4.755.813             | 3.435.094        | 1.796.665   | 1.775.849   | 72,2%    |
| APOIO À IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS - NACIONAL                                                                                          | 10.500.000            | 9.513.986        | 3.781.355   | 3.581.355   | 90,6%    |
| FOMENTO À PESQUISA NA ANTÁRTIDA                                                                                                                                            | 15.960.016            | 15.960.016       | 7.388.618   | 5.335.757   | 100,0%   |
| MONITORAMENTO DE QUEIMADAS E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS                                                                                                             | 1.200.000             | 1.199.463        | 1.082.900   | 1.082.900   | 100,0%   |
| FOMENTO À ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - NACIONAL                                                                                              | 25.875.000            | 23.168.494       | 5.545.337   | 5.325.556   | 89,5%    |
| IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS - NA REGIÃO NORDESTE                                                                                                  | 3.000.000             | 3.000.000        | 3.000.000   | 3.000.000   | 100,0%   |
| IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                                                                                           | 3.000.000             | 3.000.000        | 370.621     | 370.623     | 100,0%   |
| IMPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DO PANTANAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE                                                                                            | 2.500.000             | 2.500.000        | 200.000     | 200.000     | 100,0%   |
| DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE OS ECOSISTEMAS DO PANTANAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE                                                                                     | 694.494               | 683.105          | 683.105     | 683.105     | 98,4%    |
| PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ENERGIAS DO FUTURO                                                                                                                 | 1.236.218             | 840.686          | 598.716     | 596.332     | 68,0%    |
| FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DO AGRONEGÓCIO - CT-AGRONEGÓCIO                                                                                   | 84.062.228            | 68.250.337       | 51.135.553  | 42.573.937  | 81,2%    |
| FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONÁUTICO - CT-AERONÁUTICO                                                                                      | 34.010.654            | 33.827.018       | 16.457.184  | 9.169.073   | 99,5%    |
| APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA - NACIONAL                                                                                                   | 1.007.534             | 1.000.000        | 818.231     | 687.198     | 99,3%    |
| FOMENTO A INCUBADORAS DE EMPRESAS E PARQUES TECNOLÓGICOS - NACIONAL                                                                                                        | 1.000.000             | 1.000.000        | 0,0         | 0,0         | 100,0%   |
| IMPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO ETANOL - CNTE                                                                                                              | 1.800.000             | 1.800.000        | 1.800.000   | 1.800.000   | 100,0%   |
| PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS                                                                                                                    | 2.500.000             | 1.849.956        | 591.119     | 591.119     | 74,0%    |
| INFRA-ESTRUTURA PARA O SISTEMA CIENTÍFICO BRASILEIRO DE PREVISÃO DO CLIMA ESPACIAL                                                                                         | 7.400.000             | 7.399.750        | 2.294.778   | 2.294.778   | 100,0%   |
| MONITORAMENTO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA POR SATÉLITES - NA REGIÃO NORTE                                                                                                        | 2.850.000             | 2.847.650        | 2.069.210   | 2.069.210   | 99,9%    |
| PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÕES EM PREVISÃO DE TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (CPTEC)                                                                                    | 12.300.608            | 12.197.360       | 10.206.631  | 10.206.631  | 99,2%    |

Apenas quatro ações apresentaram execução financeira abaixo da média das ações não prioritárias de 88,74%, a saber: a) ação do INSA 2C66 - Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Nacional do Semi-Árido: estava prevista a contratação de empresas para realização de atividades de apoio à pesquisa na Estação Experimental. No entanto, não houve nenhuma empresa interessada, o que ocasionou a interrupção do processo de licitação; b) ação do FNDCT 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio - CT-Agronegócio: em função de atrasos na implementação das ações previstas para 2009, foram empenhados apenas os projetos/convênios com

compromissos firmes na realização de despesas; c) ações da SETEC 8971 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis e 2B41- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro: as instituições proponentes não conseguiram executar totalmente o cronograma de execução financeira proposto nos Termos de Cooperação ou Convênios e devolveram os recursos não investidos. Além disso, no caso da ação 2B41, alguns projetos previstos para serem apoiados, ou não apresentaram propostas adequadas, ou perderam o prazo de apresentação. No cálculo da média de empenho das ações não prioritárias, foi considerada a ação Reserva de Contingência.

## Ministério da Cultura

A Lei nº 11.768 de 14/08/08 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2009) relacionou, em seu Anexo I, as prioridades e metas da Administração Federal vinculando-as a cada objetivo do Governo. No caso específico do Sistema MinC, as ações consideradas prioritárias pela referida Lei estão todas inseridas no “Objetivo de Governo 3 – Propiciar o Acesso da População Brasileira à Educação e ao Conhecimento com Equidade, Qualidade e Valorização da Diversidade”. O texto a seguir apresenta informações sobre a execução física, orçamentária e financeira de cada uma dessas ações.

É importante ressaltar que o percentual de execução orçamentária do Sistema MinC como um todo, calculado na razão do montante de valores empenhados sobre o limite global de empenho autorizado pelo Decreto nº 6.752, de 28/01/09, e alterações posteriores, foi de 99,0%. Nesse cenário, a média da execução tanto para as ações prioritárias quanto para as demais é de 98,9%.

Dentre as ações estabelecidas como prioritárias pela LDO 2009 ressaltam-se a execução das ações Instalação de Bibliotecas Públicas (1521) e Modernização de Bibliotecas Públicas (7367), ambas integrantes do Programa Livro Aberto (0168), que tem como objetivo formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário.

Com relação à ação de instalação de bibliotecas, em 2009 foram adquiridos 450 kits de bibliotecas compostos de 2.000 títulos selecionados por especialistas, mobiliário, equipamentos de informática e de fruição de som e imagem no local. Os 450 kits serão instalados nos municípios que ainda não possuem este equipamento, no sentido de debelar o número de municípios brasileiros que ainda não possuem bibliotecas públicas. Ainda no referido período, foram desenvolvidas iniciativas que viabilizarão a construção de 9 bibliotecas de pequeno porte em parceria com os governos locais nos municípios de Manaus, Recife, Belém, Fortaleza e Goiânia.

Esta ação era responsável pela consecução da meta de 242 bibliotecas instaladas, entretanto, obteve-se durante o ano de 2009 a execução de cerca de 186% da meta física programada. Esse percentual maior que a meta fixada na LOA 2009 (posição Lei + Crédito) foi obtido mediante alocação adicional de recursos do programa e teve como finalidade atender à política do Governo Federal no sentido de “zerar” o número de municípios brasileiros sem biblioteca pública. De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 20,2 milhões, a ação teve um limite para empenho de R\$ 18,1 milhões, dos quais foram empenhados 100%, mas liquidados e pagos apenas 0,8% devido ao tempo necessário para conclusão do processo de entrega dos kits e instalação das bibliotecas nos municípios.

Em relação à modernização de bibliotecas, o nível de empenhos em relação ao limite da despesa foi de 100,0% e a meta física atingida foi de 151% da meta prevista. Das iniciativas concluídas, cabe salientar a aquisição de 100 kits com 1.000 títulos, além de mobiliário e a modernização de seis bibliotecas de referência, com foco nas bibliotecas públicas estaduais para atender municípios com até 20 mil habitantes, selecionados por Edital, além do conveniamento com Estados e Municípios para a modernização de cerca de 660 bibliotecas.

Outros investimentos foram realizados para a modernização das bibliotecas Estaduais da Bahia e do Ceará e para construção da primeira “biblioteca parque” do Brasil em Manguinhos, no Rio de Janeiro - RJ, além da abertura de uma “biblioteca temática” da Amazônia, partindo do acervo do poeta Thiago de Mello. As iniciativas realizadas por intermédio dessa ação foram beneficiadas com recursos orçamentários de R\$ 52,4 milhões, contando com autorização de limite para empenho de R\$ 39,0 milhões, dos quais 100% foram empenhados e em torno de 15,7% liquidados e pagos.

A ação Apoio à Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura (8886), inserida no Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania (1141), tem como finalidade promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade aos meios de fruição, produção e difusão cultural, especialmente das populações, comunidades ou segmentos excluídos em decorrência de aspectos econômicos, sociais ou culturais. Os Pontos de Cultura têm uma base antropológica que sintetiza traços culturais de territórios e comunidades, numa construção “de baixo para cima” em termos sociais com o poder público buscando a compreensão e difusão dos saberes e fazeres locais e aportando recursos de apoio ao desenvolvimento da cultura em comunidades com identidade própria.

Desde o início do programa na atual gestão, o Governo Federal contribuiu para o apoio e o funcionamento de 2.517 Pontos de Cultura localizados em todo o território nacional. Quanto aos Pontos de Cultura localizados no exterior, cabe informar que atualmente existem dois Pontos de Cultura localizados nos Estados Unidos, sendo um em Miami, na Flórida, e outro em San Francisco, Califórnia.

Como esta ação previa a consecução do apoio a 2.319 Pontos de Cultura, obteve-se durante o ano de 2009 resultados que contribuíram para a execução de 108,6% da meta física acumulada prevista. O percentual alcançado é resultado da adoção, desde 2008, de uma nova sistemática de execução com vistas a intensificar e descentralizar a implantação de Pontos de Cultura.

Essa sistemática consiste na substituição gradual dos convênios realizados com entidades da sociedade civil e alguns governos municipais por convênios diretos com os Estados e alguns municípios da Federação visando a formação de Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura (municípios acima de 200 mil habitantes). Em 2009, para a referida ação foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R\$ 118,1 milhões e limite de



empenho de R\$ 99,8 milhões, dos quais foram empenhados 99,5%, liquidados 26,3% e pagos 23,8%.

A ação Instalação de Espaços Culturais (1611), integrante do programa Engenho das Artes (1142), trata da construção, recuperação ou ampliação de espaços, tanto nas periferias quanto nos centros urbanos para fruição, produção, difusão, diálogo e convivência cultural das comunidades em que estão instalados ou venham a se instalar, e de estímulo à interação das linguagens artísticas em um mesmo ambiente.

Para a execução de todas as iniciativas compreendidas no âmbito dessa ação, foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R\$ 81,0 milhões e limite de empenho de cerca de R\$ 52,0 milhões, dos quais foram empenhados 96,5%, liquidados e pagos 10,2%. Dentre as iniciativas desenvolvidas por meio dessa ação, vale ressaltar a instalação dos “Espaços Mais Cultura”, pensados como equipamentos multiuso e flexíveis, com projetos arquitetônicos modulares, para que se adaptem às necessidades de cada local e possam comportar cine-teatro, biblioteca, salas para cursos e oficinas, mini-estúdios para edição de imagem e som, telecentros para acesso, formação e produção em cultura digital, saguão para exposições, etc. Eles são instalados em locais que atendam a populações de baixa renda, ou populações que tenham pouco ou nenhum acesso a meios de fruição, produção ou difusão cultural, como muitas no interior do país, e a programação e gestão desses espaços resultam de uma parceria entre poder público e comunidade local.

Dentro de uma concepção integrada de políticas de infraestrutura e inclusão social, o Sistema MinC está selecionando projetos para a construção de “Espaços Mais Cultura” em áreas de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Em 2009, foram selecionados projetos em 16 cidades (15 capitais e uma cidade do interior): Recife, Natal, São Luís, Curitiba, Florianópolis, Brasília, Campo Grande, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Fortaleza, Teresina, Palmas, Salvador, Maceió e Santos. Esta iniciativa é desenvolvida em parceria com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal.

Ainda no que tange às ações prioritárias, é importante destacar a execução das ações Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural (2521), Preservação de Acervos Culturais (2630), Preservação de Bens Culturais de Natureza Material (2636) e Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos (4013), todas integrantes do Programa Brasil Patrimônio Cultural (0167).

A Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural (2521) tem o intuito de proporcionar a preservação desse tipo de bens no âmbito das Forças Armadas e, por isso mesmo, está sob a responsabilidade dos Comandos do Exército e da Marinha, bem como da gestão do Fundo Aeronáutico. A meta física atingida até outubro de 2009 foi de seis bens preservados, representando 40% da meta prevista. E, de um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 1,1

milhão, foram empenhados e liquidados 68,4% e pagos 65,7%.

A Preservação de Acervos Culturais (2630) tem a finalidade de preservar bens móveis e integrados do Patrimônio Cultural por meio de ações de conservação preventiva, restauração e promoção, visando sua integridade, permanência e divulgação. No decorrer de 2009, esta ação foi responsável por iniciativas importantes como, por exemplo, a digitalização de acervo em domínio público e sua disponibilização para acesso, pela Internet, no Web Portal da Fundação Biblioteca Nacional - FBN. Atualmente, a Biblioteca Nacional Digital, uma inovação da FBN, disponibiliza em rede 23.000 itens, entre imagens, textos e músicas, totalizando mais de um milhão e cem mil imagens, das quais 9.300 arquivos sonoros com 5 terabytes de arquivos digitais armazenados, onde ocorrem mais de 140.000 acessos ao mês pela Internet.

Ainda nessa ação, vale mencionar a realização do Inventário da Biblioteca São Clemente, localizada no Rio de Janeiro e que contém cerca de 100 mil volumes. O referido trabalho, iniciado em 2008, teve seu escopo aumentado com a inclusão de periódicos. Também foram iniciados trabalhos para a realização de inventário na Biblioteca Infanto-Juvenil Maria Mazzetti.

Como essa ação previa a consecução da meta de preservação de 359.182 acervos, atingiu-se, durante o ano de 2009, um nível de execução física correspondente a cerca de 168,4% da meta original. Importante ressaltar que a meta física ultrapassou o valor estimado porque, além dos recursos provenientes da LOA 2009, a ação contou com recursos provenientes de parcerias firmadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a organização Itaú Cultural e a Fundação Nacional das Artes, dentre outras. De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 2,77 milhões, a ação teve um limite para empenho em torno de R\$ 2,6 milhões, dos quais foram empenhados 100%, liquidados e pagos cerca de 31,0%.

A ação Preservação de Bens Culturais de Natureza Material (2636), que concentrou o maior montante de recursos dentro do Programa Brasil Patrimônio Cultural em 2009, se fez presente nas 27 Unidades da Federação - UFs, preservando 526 bens, ou seja, uma meta superior à prevista em 207%.

A meta atingida foi superior à fixada em função, principalmente, da contratação de banco de projetos e da preservação de diversos bens móveis. Tudo isso implicou a redução do custo inicialmente previsto. Com relação aos recursos utilizados nessa ação, de uma dotação autorizada de R\$ 27,3 milhões e limite para empenho de cerca R\$ 23,8 milhões, empenhou-se 98,2% e liquidou-se e pagou-se em torno de 21%.

Dentre as realizações do período, destacam-se nessa ação: restauração do Casarão do Chá em Mogi das Cruzes – (SP), obras de conservação e restauração do Sítio Roberto Burle Marx – Rio de Janeiro (RJ),

restauração da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens – Coqueiro Seco (AL), gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Teresina (PI), pesquisa de arte rupestre na Chapada Diamantina – Lençóis (BA), serviço Emergencial Sobrado Ver-o-Peso - Belém (PA), restauração de Bens Imóveis e Tombados – Antonio Prado, Santo Amaro e Porto Alegre, Curitiba (RS e PR), banco de projetos para restauração de propriedades rurais dos Roteiros Nacionais de Imigração - Florianópolis (SC), restauração do Centro Cultural de Arraias - Arraias (TO), restauração das Igrejas Santana – Chapada dos Guimarães (MT) e Boa Morte - Cuiabá (MT), e restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo – Pirenópolis (GO).

A ação Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos (4013), também integrante do Programa Brasil Patrimônio Cultural, tem o intuito de organizar e preservar o patrimônio histórico, administrativo e artístico nacional, visando integrar subsídios que contribuam para a preservação da memória brasileira, especialmente a do Norte e Nordeste, possibilitando o acesso virtual ou informal à escolaridade e ao conhecimento de todos.

A execução das iniciativas dessa ação conta com a parceria das Universidades Federais de Pernambuco e de Santa Catarina, bem como da Fundação Joaquim Nabuco, sendo todos órgãos vinculados ao Ministério da Educação.

Em 2009 esta ação atingiu a meta física de 730.663 acervos preservados e, de um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 1,5 milhão, foram empenhados, liquidados e pagos 15,7 %. Como a execução física das iniciativas se baseia em licitações de obras de restauro do patrimônio cultural, os tempos de maturação dos projetos geralmente extrapolam o ano fiscal da dotação orçamentária.

A ação Fomento a Projetos na Área Museológica (2838), do Programa Museu Memória e Cidadania (0171), tem como finalidade promover ações voltadas para preservação, conservação, aquisição e difusão de acervos culturais museológicos, assim como de democratização e acesso a bens culturais, publicações na área museológica, pesquisas, atividades educativas e de comunicação com o público.

Essa ação viabilizou iniciativas que estabelecem políticas de financiamento e fomento a museus, como é o caso dos Editais de Modernização de Museus e Mais Museus e o Prêmio Mário Pedrosa, as quais possibilitam a implantação de novos museus, em especial nas pequenas localidades, bem como a modernização e adequação do funcionamento de museus já implantados. Como resultados, nessa ação houve apoio a 14 projetos em 2009, representando cerca de 13% da meta física prevista.

De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 12,9 milhões, a ação de museus teve um limite para empenho de R\$ 10,0 milhões, dos quais foram empenhados 97,5%, liquidados 34,0% e pagos cerca de 33,0%.

Finalizando, no que se refere às atividades desenvolvidas na ação Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (5538), que concentra o maior montante de recursos no Programa Monumenta (0813), destaca-se a finalização de 21 obras em 13 sítios: Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Diamantina (MG), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Natividade (TO), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG).

Dentre as obras finalizadas no período em referência, destacam-se: Quarteirão Leite Alves, em Cachoeira (BA); Quarteirão dos Trapiches, em Laranjeiras (SE); Reurbanização de Praças, em Natividade (TO); Estacionamento e Revitalização do Fortim, em Olinda (PE); Urbanização do Centro Histórico, em São Francisco do Sul (SC); e Edifício Ramos de Azevedo, em São Paulo (SP). De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 31,0 milhões, a ação teve um limite para empenho em torno de R\$ 27,0 milhões, dos quais foram empenhados 100%, liquidados e pagos cerca de 6%. Esse fato decorreu em virtude da elaboração dos termos aditivos aos convênios e atrasos nas licitações para a contratação de obras de responsabilidade das unidades conveniadas. Soma-se a isso o fato de alguns municípios ficarem impedidos de receber repasses de recursos em razão de inadimplência junto ao Governo Federal.

## Ministério da Defesa

Relativamente à execução financeira das ações orçamentárias constantes no Anexo de Ações e Metas Prioritárias da LDO, deve-se levar em consideração que o contingenciamento imposto pelas autoridades econômicas provocou a baixa capacidade de realização das metas previstas por essas ações. A média de contingenciamento atingiu cerca de 10% (dez por cento), conforme o demonstrativo a seguir:

### DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA - AÇÕES PRIORITÁRIAS

Em R\$ mil

| PROJETO/ATIVIDADE                                                                                           | DOTAÇÃO ATUALIZADA (A) | VALORES EMPENHADOS (B) | VALORES LIQUIDADOS (C) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (D) | VALORES PAGOS (E) | % (B/A) |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------------------|-------------------|---------|
| 11U9 - IMPLANTACAO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA                                                     | 2.684,0                | 2.411,0                | 1.459,3                | 951,7                              | 1.459,3           | 89,8    |
| 1209 - CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA CONTROLE E SEGURANCA DANAVEGACAO FLUVIAL NA REGIAO DO CALHA NORTE     | 7.200,0                | 4.319,5                | 3.840,1                | 479,4                              | 3.819,7           | 60,0    |
| 1211 - IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS DA REGIAO DO CALHA NORTE                        | 170.020,0              | 129.834,1              | 0,0                    | 129.834,1                          | 0,0               | 76,4    |
| 1213 - IMPLANTACAO DE UNIDADES MILITARES NA REGIAO DO CALHA NORTE                                           | 41.500,0               | 27.826,4               | 15.791,6               | 12.034,8                           | 15.374,7          | 67,1    |
| 1421 - CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR                                                            | 156.616,0              | 155.545,0              | 115.561,2              | 39.983,7                           | 114.038,1         | 99,3    |
| 2345 - MISSAO ANTARTICA                                                                                     | 10.911,0               | 5.875,4                | 4.844,8                | 1.030,6                            | 4.671,2           | 53,8    |
| 2439 - APOIO AEREO NA REGIAO DO CALHA NORTE                                                                 | 4.000,0                | 2.140,1                | 1.408,5                | 731,6                              | 1.408,0           | 53,5    |
| 2441 - MANUTENCAO DE AERODROMOS NA REGIAO DO CALHA NORTE                                                    | 2.400,0                | 1.439,2                | 1.124,2                | 315,1                              | 1.124,2           | 60,0    |
| 2442 - CONSERVACAO DE RODOVIAS NA REGIAO DO CALHA NORTE                                                     | 2.000,0                | 1.200,0                | 597,3                  | 602,7                              | 597,3             | 60,0    |
| 2443 - MANUTENCAO DE PEQUENAS CENTRAIS ELETRICAS NA REGIAO DO CALHA NORTE                                   | 1.000,0                | 600,0                  | 177,5                  | 422,5                              | 176,8             | 60,0    |
| 2445 - MANUTENCAO DE EMBARCACOES NA REGIAO DO CALHA NORTE                                                   | 2.000,0                | 1.199,4                | 1.166,7                | 32,7                               | 1.166,7           | 60,0    |
| 2452 - MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA NOS PELOTOES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIAO DO CALHA NORTE | 10.350,0               | 7.204,1                | 1.987,1                | 5.217,0                            | 1.981,0           | 69,6    |
| 2912 - REGULACAO E FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL                                                            | 30.496,0               | 20.047,9               | 18.438,8               | 1.609,1                            | 18.438,8          | 65,7    |
| 2923 - OPERACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO              | 450.969,7              | 441.431,5              | 293.377,1              | 148.054,3                          | 291.255,4         | 97,9    |
| 3128 - MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES                                                            | 448.044,5              | 375.159,4              | 178.006,2              | 197.153,2                          | 185.597,0         | 83,7    |
| 3133 - DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB           | 203.000,0              | 201.283,7              | 92.577,2               | 108.706,5                          | 95.745,2          | 99,2    |
| 3134 - INSTALACAO E ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES                                                     | 78.972,0               | 62.442,7               | 23.416,5               | 39.026,2                           | 23.380,6          | 79,1    |
| 5154 - REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL                                 | 67.897,6               | 50.437,2               | 1.757,8                | 48.679,4                           | 1.737,3           | 74,3    |
| 5375 - MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO                                      | 227.875,0              | 217.878,3              | 92.286,0               | 125.592,3                          | 89.371,0          | 95,6    |
| 7H49 - CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO MATAPI, ENTRE MAZAGAO E SANTANA - AP                                 | 6.000,0                | 6.000,0                | 0,0                    | 6.000,0                            | 0,0               | 100,0   |
| 7J52 - AMPLIACAO E REFORMA DO AEROPORTO DE CHAPECO - SC                                                     | 6.000,0                | 0,0                    | 0,0                    | 0,0                                | 0,0               | 0,0     |
| 8969 - AQUISICAO DE AERONAVES                                                                               | 731.481,5              | 680.421,2              | 441.312,7              | 239.108,6                          | 456.818,3         | 93,0    |
| TOTAL                                                                                                       | 2.661.417,2            | 2.394.696,1            | 1.289.130,5            | 1.105.565,7                        | 1.308.160,4       | 90,0    |

Fonte: Siafi

Calculada a execução média das ações orçamentárias a cargo do Ministério da Defesa, excluídas as despesas de pessoal e dívida, bem como as ações de caráter obrigatório, chegou-se ao índice de 78%, que servirá de base para seleção e justificativa para baixa execução. Quanto às ações que compõem o Programa Calha Norte (PCN), a baixa execução deve-se ao fato de que a dotação atualizada contempla valores provenientes de emendas orçamentárias, propostas nas discussões parlamentares do Orçamento Geral da União, cujos recursos destinados não foram integralmente disponibilizados. No exercício de 2009, o contingenciamento de cerca de 40% do

orçamento total previsto para o Programa 0643 - Calha Norte - PCN prejudicou a execução de todas as suas ações orçamentárias, inclusive aquelas constantes do Anexo I – Prioridades e Metas – LDO 2009. Além disso, a execução das ações desse Programa tem sido realizada, em sua maioria, a título de restos a pagar em exercício posterior em função das dificuldades dos estados e municípios em atender às formalidades requeridas para a administração de convênios. O quadro a seguir discrimina, por ação orçamentária, os valores disponibilizados para o PCN realizar suas atividades e cumprir suas metas:

## VALORES DISPONIBILIZADOS E METAS FÍSICAS PARA O PROGRAMA CALHA NORTE

em R\$ 1,00

| AÇÃO | RESULTADO  | DOTAÇÃO ATUALIZADA (A) | DOTAÇÃO DISPONÍVEL (B) | EXECUÇÃO (C) | % (C / B) |
|------|------------|------------------------|------------------------|--------------|-----------|
| 1209 | Financeiro | 7.200.000              | <b>4.320.000</b>       | 4.319.739    | 99,9      |
|      | Físico %   | 10                     | <b>06</b>              | 06           | 100,0     |
| 1211 | Financeiro | 176.020.000            | <b>135.047.500</b>     | 111.285.500  | 82,4      |
|      | Físico %   | 500                    | <b>296</b>             | 243          | 82,0      |
| 1213 | Financeiro | 46.100.000             | <b>27.897.639</b>      | 27.828.150   | 99,8      |
|      | Físico %   | 20                     | <b>12</b>              | 12           | 100,0     |
| 2439 | Financeiro | 4.000.000              | <b>2.200.000</b>       | 2.199.551    | 100,0     |
|      | Físico %   | 400                    | <b>240</b>             | 240          | 100,0     |
| 2441 | Financeiro | 2.400.000              | <b>1.440.000</b>       | 1.439.232    | 99,9      |
|      | Físico %   | 04                     | <b>03</b>              | 03           | 100,0     |
| 2442 | Financeiro | 2.000.000              | <b>1.200.000</b>       | 1.200.000    | 100,0     |
|      | Físico %   | 120                    | <b>72</b>              | 72           | 100,0     |
| 2443 | Financeiro | 1.000.000              | <b>600.000</b>         | 600.000      | 100,0     |
|      | Físico %   | 06                     | <b>04</b>              | 04           | 100,0     |
| 2445 | Financeiro | 7.200.000              | <b>4.320.000</b>       | 4.319.739    | 99,9      |
|      | Físico %   | 40                     | <b>24</b>              | 24           | 100,0     |
| 2452 | Financeiro | 10.350.000             | <b>7.204.386</b>       | 7.204.386    | 100,0     |
|      | Físico %   | 28                     | <b>18</b>              | 18           | 100,0     |

Fonte: Programa Calha Norte

No quadro anterior ficam evidenciados os valores disponibilizados para execução do PCN na coluna "Dotação Disponível", comprovando a execução acima da média realizada para o Ministério da Defesa. Com relação à ação 2912 - Regulação e Fiscalização da Aviação Civil, do Programa 0630 - Desenvolvimento da Aviação Civil, sob a responsabilidade da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), resultados físicos da ação superaram em 13,45% a previsão da LDO, com a utilização de apenas 65,74% do orçamento previsto, uma vez que a dotação da LOA 2009 para essa ação foi contingenciada no valor de R\$ 10.028.380, sendo R\$ 7.648.380 na fonte 176 (contribuições sociais – contribuição para o ensino aeroviário) e R\$ 2.380.000 na fonte 250 (recursos diretamente arrecadados – fiscalização da aviação civil). Desta forma, os recursos disponibilizados para efeito do gasto foram da ordem de R\$ 20.467.570, dos quais foram efetivamente gastos R\$ 20.047.888, ou seja, mais de 98% de execução. No que se refere às ações: 5154 e 7J52 – Ampliação e Reforma do Aeroporto de Chapecó – SC do Programa 0631 – Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, houve uma determinação superior do MD no sentido de que fossem paralisadas as negociações relativas às gestões do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - Profaa, no exercício de 2009. Dessa forma, não houve execução dos recursos alocados na LOA 2009 para essa ação. Quanto à Ação 7H39 – Construção do Aeroporto de Cascavel, apesar de constar na LDO/2009 como meta prioritária, não foi contemplada no conjunto de ações na LOA/2009. No que concerne à ação orçamentária 2345 – Missão Antártica, do Programa 0472 – Proantar, foi alocado inicialmente o montante de R\$ 10.911 milhões. Desse total, foram contingenciados R\$ 5.021, restando R\$ 5.889 milhões. Assim, a relação entre a disponibilidade e a execução (R\$ 5.875 milhões) é de 99,7%. No Programa 0623 – Segurança de Voo, cabe mencionar que para a Ação 2923 - Operação e Manutenção de Equipamentos e

Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, apesar de constar da LDO/2009 uma previsão de realização de meta física de dois sistemas mantidos, existe apenas um Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, portanto, a execução dessa meta não poderia ser superior a uma unidade.

A Ação 3134 – Instalação e Adequação de Organizações Militares, do Programa 0628 - Reparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro teve o percentual de execução financeira de 41,97%, tendo sido, porém, empenhados 100% dos recursos autorizados. De 53 obras previstas na LOA/2009, 38 foram concluídas, equivalendo a 71,70% da previsão.

Cabe esclarecer que a previsão constante em plano de obras é baseada unicamente no orçamento da União no que tange a investimento, sendo disponibilizada após a aprovação da LOA. A autoridade que responde pela destinação desses recursos só gerará uma expectativa de crédito quando o orçamento for aprovado e, posteriormente, quando os órgãos de apoio do sistema de obras militares, responsáveis pelo aspecto técnico e financeiro da destinação dos recursos, recebam o aviso de expectativa de crédito. Só então se inicia o processo licitatório, paralelamente à elaboração de projetos e orçamentos referentes à obra. Contudo, entre a aprovação do projeto básico e executivo e a tramitação do edital de licitação, antecedentes à lavratura do contrato e à emissão das ordens de serviços necessárias ao início da obra, demanda-se um prazo de aproximadamente 105 dias. Da aprovação do orçamento da União até chegarmos à entrega definitiva da obra, ocorrerá um lapso temporal sujeito aos óbices recursais administrativos e técnicos. Esses aspectos justificam o fato de a ação 3134 (nacional) ter sido finalizada no ano de 2009, com 71,70% de conclusão do total de obras previstas.

## Ministério da Educação

Como prioritárias foram selecionadas 168 ações orçamentárias, no entanto, para fins de análise, certas ações foram consideradas em conjunto, é o caso das 61 ações referentes à “Expansão do Ensino Superior”. A mesma metodologia foi utilizada na análise das ações relacionadas à “Implantação de Universidades” (5 ações) e do “REUNI” (53 ações). Justifica-se esta metodologia devido ao fato de que individualmente elas não representariam prioridades, sendo assim, só podem ser consideradas em conjunto. No caso do Ministério da Educação, a média de execução das ações não prioritárias foi de 60,31%. Tendo por base a referida média e as considerações do parágrafo anterior, não foi observada baixa execução entre as ações prioritárias do Ministério da Educação.

### DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

| PROGRAMA / AÇÕES                                                                   |                                                                                                                                             | DOTAÇÃO AUTORIZADA | EMPENHOS EMITIDOS | EMPENHADO LIQUIDADO | VALORES PAGOS    | % DE EXECUÇÃO |
|------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|---------------------|------------------|---------------|
| <b>1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>                   |                                                                                                                                             |                    |                   |                     |                  |               |
| 8790                                                                               | APOIO A ALFABETIZACAO E A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS                                                                                      | 87.000.000,00      | 82.000.000,00     | 81.958.840,00       | 81.958.840,00    | 94%           |
| 8823                                                                               | DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS                                                            | 23.300.000,00      | 21.819.295,56     | 20.593.530,40       | 20.593.530,40    | 94%           |
| <b>1061 - BRASIL ESCOLARIZADO</b>                                                  |                                                                                                                                             |                    |                   |                     |                  |               |
| 0515                                                                               | DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA                                                                                            | 1.196.715.097,00   | 1.178.193.997,72  | 1.100.755.880,76    | 1.036.708.651,40 | 98%           |
| 0969                                                                               | APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA                                                                                              | 432.936.391,00     | 421.657.005,25    | 420.072.792,76      | 420.072.734,54   | 97%           |
| 0A30                                                                               | CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA                                                            | 269.470.596,00     | 197.744.996,00    | 197.732.346,00      | 171.497.200,00   | 73%           |
| 0E36                                                                               | COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB | 5.070.150.004,00   | 5.070.150.004,00  | 5.070.150.000,61    | 5.070.150.000,00 | 100%          |
| 4045                                                                               | DISTRIBUICAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS PARA A EDUCACAO BASICA                                                                               | 76.600.000,00      | 57.862.957,65     | 7.073.772,20        | 7.046.452,62     | 76%           |
| 4046                                                                               | DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL                                                                      | 645.000.000,00     | 591.408.143,68    | 492.476.645,45      | 395.376.804,76   | 92%           |
| 6322                                                                               | DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO MEDIO                                                                            | 146.500.000,00     | 137.563.421,71    | 127.124.396,13      | 107.231.098,17   | 94%           |
| 8429                                                                               | FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA                                                                                                   | 326.671.280,00     | 255.083.761,32    | 125.089.119,99      | 78.487.430,40    | 78%           |
| 8744                                                                               | APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA                                                                                              | 2.026.625.172,00   | 2.022.756.103,49  | 2.013.431.229,03    | 2.013.422.237,78 | 100%          |
| <b>1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>               |                                                                                                                                             |                    |                   |                     |                  |               |
| 1H10                                                                               | EXPANSAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA                                                                             | 339.029.530,00     | 327.916.371,12    | 95.285.071,59       | 90.684.785,27    | 97%           |
| 6301                                                                               | ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA AS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL                                                          | 5.494.258,00       | 4.206.790,13      | 1.157.547,91        | 1.136.277,74     | 77%           |
| <b>1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CONTINUAÇÃO</b> |                                                                                                                                             |                    |                   |                     |                  |               |
| 8650                                                                               | REESTRUTURACAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA                                                                       | 170.885.460,00     | 151.555.866,73    | 62.746.291,66       | 60.162.832,85    | 89%           |
| <b>1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO</b>                                                 |                                                                                                                                             |                    |                   |                     |                  |               |
| 4008                                                                               | ACERVO BIBLIOGRAFICO DESTINADO AS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO                                            | 28.496.367,00      | 25.159.847,73     | 6.022.068,64        | 5.625.807,21     | 88%           |
| 4005                                                                               | APOIO A RESIDENCIA MULTIPROFISSIONAL                                                                                                        | 149.581.518,00     | 139.983.726,02    | 139.979.126,54      | 139.063.548,51   | 94%           |
| 8551                                                                               | COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR                                                            | 227.523.354,00     | 150.563.985,50    | 71.940.808,36       | 59.227.203,87    | 66%           |
| 6379                                                                               | COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS                                                                        | 166.400.000,00     | 135.029.057,37    | 98.487.710,49       | 92.490.738,44    | 81%           |
| 1H54                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DA FLORESTA EM CRUZEIRO DO SUL                                                                         | 3.278.775,00       | 3.259.271,24      | 880.540,72          | 816.695,36       | 99%           |
| 1H92                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ALEGRE                                                                                              | 4.523.247,00       | 4.501.150,30      | 2.145.569,78        | 2.145.569,78     | 100%          |
| 11EM                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ANGICOS                                                                                             | 7.362.031,00       | 7.356.824,11      | 380.238,43          | 380.238,43       | 100%          |
| 10ZM                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ARAGUAINA                                                                                           | 1.000.000,00       | 1.000.000,00      | 6.800,00            | 0,00             | 100%          |
| 1H55                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ARAPIRACA                                                                                           | 6.885.703,00       | 6.857.752,27      | 2.929.739,71        | 2.929.123,85     | 100%          |
| 1H59                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BARREIRAS                                                                                           | 5.938.706,00       | 5.726.389,44      | 1.620.481,94        | 1.509.787,53     | 96%           |
| 1H56                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BENJAMIN CONSTANT                                                                                   | 2.151.311,00       | 2.088.245,30      | 1.225.243,92        | 1.221.888,97     | 97%           |
| 1H73                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BOM JESUS                                                                                           | 7.025.105,00       | 6.335.371,25      | 1.095.385,28        | 1.041.659,71     | 90%           |
| 10FO                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BRAGANCA                                                                                            | 1.453.883,00       | 1.387.027,80      | 565.978,33          | 562.882,79       | 95%           |
| 1H94                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CASTANHAL                                                                                           | 6.136.698,00       | 5.432.705,43      | 706.705,87          | 675.073,87       | 89%           |
| 1H63                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CATALAO                                                                                             | 7.969.688,00       | 7.966.712,54      | 3.542.692,05        | 3.511.281,82     | 100%          |
| 10FQ                                                                               | EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CEILANDIA                                                                                           | 21.268.174,00      | 21.268.145,86     | 3.032.279,93        | 3.027.635,62     | 100%          |

| PROGRAMA / AÇÕES |                                                               | DOTAÇÃO AUTORIZADA | EMPENHOS EMITIDOS | EMPENHADO LIQUIDADO | VALORES PAGOS | % DE EXECUÇÃO |     |
|------------------|---------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|---------------------|---------------|---------------|-----|
| 10FR             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL       | 911.120,00         | 909.745,88        | 512.605,57          | 512.605,57    | 100%          |     |
| 1H65             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CHAPADINHA            | 2.449.906,00       | 2.326.722,28      | 956.697,55          | 934.000,23    | 95%           |     |
| 1H57             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE COARI                 | 2.182.089,00       | 2.181.905,37      | 2.019.359,18        | 2.016.192,40  | 100%          |     |
| 1H70             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CUITE                 | 2.193.076,00       | 2.180.212,97      | 1.583.966,10        | 1.565.271,28  | 99%           |     |
| 1H84             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE DIADEMA               | 12.729.628,00      | 12.729.165,99     | 2.000.341,98        | 1.977.321,98  | 100%          |     |
| 10GZ             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE DIVINÓPOLIS           | 9.402.681,00       | 9.401.497,21      | 4.057.584,39        | 3.938.490,36  | 100%          |     |
| 7F37             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN  | 706.996,00         | 703.635,97        | 316.881,88          | 305.169,78    | 100%          |     |
| 1H77             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GARANHUNS             | 2.766.168,00       | 2.069.798,50      | 1.429.418,14        | 1.404.967,59  | 75%           |     |
| 1H85             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GUARULHOS             | 1.530.000,00       | 1.529.007,27      | 804.940,88          | 801.503,93    | 100%          |     |
| 10ZN             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GURUPI                | 1.000.000,00       | 1.000.000,00      | 1.000.000,00        | 1.000.000,00  | 100%          |     |
| 1H58             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE HUMAITÁ               | 2.259.690,00       | 2.259.534,30      | 1.351.137,50        | 1.304.597,74  | 100%          | 96% |
| 1H66             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE IMPERATRIZ            | 2.460.198,00       | 2.435.579,61      | 1.327.557,65        | 1.325.109,38  | 99%           |     |
| 1H81             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITABAIANA             | 2.324.712,00       | 2.131.137,03      | 1.395.872,46        | 1.331.145,12  | 92%           |     |
| 10H0             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITABIRA               | 4.479.466,00       | 1.775.688,85      | 473.990,99          | 473.990,99    | 40%           |     |
| 10FY             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITACOATIARA           | 2.190.912,00       | 2.187.112,49      | 790.828,93          | 776.241,08    | 100%          |     |
| 1H64             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE JATAÍ                 | 8.017.726,00       | 8.002.938,75      | 4.074.510,94        | 4.030.793,08  | 100%          |     |
| 1H90             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE JUAZEIRO              | 500.000,00         | 500.000,00        | 500.000,00          | 500.000,00    | 100%          |     |
| 1H93             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE MARABÁ                | 6.037.352,00       | 5.554.986,28      | 1.857.422,53        | 1.848.092,53  | 92%           |     |
| 10F5             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA ANDRADINA        | 838.635,00         | 838.573,35        | 279.863,02          | 279.863,02    | 100%          |     |
| 10U1             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA FRIBURGO         | 1.310.155,00       | 1.310.155,00      | 503.162,61          | 503.162,61    | 100%          |     |
| 1H79             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA IGUAÇU           | 4.611.000,00       | 4.610.448,78      | 2.148.882,03        | 2.068.205,33  | 100%          |     |
| 10ZO             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PALMAS                | 1.000.000,00       | 998.568,29        | 352.894,23          | 352.894,23    | 100%          |     |
| 7F38             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSOES  | 764.375,00         | 758.678,33        | 365.570,04          | 364.353,24    | 99%           |     |
| 10G0             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARAÓPEBA             | 5.406.454,00       | 5.406.454,00      | 1.910.372,78        | 1.852.897,33  | 100%          |     |
| 10FZ             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARINTINS             | 2.084.255,00       | 2.084.206,09      | 1.090.196,73        | 1.073.605,44  | 100%          |     |
| 1H74             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARNAÍBA              | 7.637.443,00       | 6.212.515,53      | 1.117.934,92        | 952.353,84    | 81%           |     |
| 1H89             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PETROLINA             | 11.507.700,00      | 11.166.514,00     | 5.950.136,60        | 5.950.136,60  | 97%           |     |
| 1H75             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PICOS                 | 7.366.303,00       | 5.691.438,59      | 995.621,52          | 949.256,17    | 77%           |     |
| 10FM             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PLANALTINA            | 7.892.872,00       | 7.892.872,00      | 3.681.981,18        | 3.442.371,22  | 100%          |     |
| 10FT             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE POMBAL                | 2.177.000,00       | 2.175.641,58      | 1.589.696,73        | 1.589.696,73  | 100%          |     |
| 10ZP             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PORTO NACIONAL        | 1.862.783,00       | 1.860.810,38      | 810.956,56          | 793.582,57    | 100%          |     |
| 10FV             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE QUIXADA               | 694.408,00         | 693.811,99        | 282.359,12          | 282.359,12    | 100%          |     |
| 10U0             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RIO DAS OSTRAS        | 6.471.325,00       | 6.470.250,63      | 403.561,71          | 403.155,39    | 100%          |     |
| 10G1             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RIO PARANAÍBA         | 6.438.758,00       | 6.424.118,78      | 1.285.863,83        | 1.284.871,20  | 100%          |     |
| 1H68             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RONDONÓPOLIS          | 3.152.681,00       | 2.941.810,94      | 1.277.323,89        | 1.277.034,44  | 93%           |     |
| 1H95             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SANTAREM              | 1.667.277,00       | 1.665.885,00      | 504.670,77          | 486.509,09    | 100%          |     |
| 1H86             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SANTOS                | 8.046.123,00       | 8.046.067,06      | 1.891.807,08        | 1.888.442,45  | 100%          |     |
| 10H3             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO | 23.376.626,00      | 21.596.661,47     | 1.794.981,74        | 1.793.235,45  | 92%           |     |
| 10H4             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS   | 1.164.628,00       | 1.163.414,39      | 579.693,69          | 579.693,69    | 100%          |     |
| 1H91             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SÃO MATEUS            | 5.845.505,00       | 5.839.829,76      | 1.343.494,79        | 1.343.494,79  | 100%          |     |
| 1H78             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SERRA TALHADA         | 3.436.706,00       | 3.379.817,76      | 1.416.161,61        | 1.307.274,22  | 98%           |     |
| 11ER             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SETE LAGOAS           | 2.133.507,00       | 2.132.843,02      | 851.495,40          | 850.157,95    | 100%          |     |
| 1H69             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SINOP                 | 3.021.845,00       | 2.929.049,72      | 521.509,85          | 419.901,62    | 97%           |     |
| 10FW             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SOBRAL                | 2.541.495,00       | 2.541.307,17      | 2.004.634,84        | 1.987.091,44  | 100%          | 96% |
| 1H80             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SOROCABA              | 7.510.246,00       | 7.510.246,00      | 4.918.870,74        | 4.914.883,18  | 100%          |     |
| 11EU             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SUMÉ                  | 4.560.152,00       | 4.555.754,02      | 3.003.085,37        | 2.988.276,65  | 100%          |     |
| 1H83             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE TEOFILO OTONI         | 4.700.000,00       | 4.700.000,00      | 1.190.914,01        | 1.037.353,90  | 100%          |     |

| PROGRAMA / AÇÕES |                                                                                                              | DOTAÇÃO AUTORIZADA | EMPENHOS EMITIDOS | EMPENHADO LIQUIDADO | VALORES PAGOS  | % DE EXECUÇÃO |      |
|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|---------------------|----------------|---------------|------|
| 10US             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE TRES RIOS                                                            | 3.384.000,00       | 3.383.740,75      | 1.164.583,55        | 1.137.883,55   | 100%          |      |
| 11F0             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VARGINHA                                                             | 2.200.000,00       | 2.199.896,00      | 715.688,89          | 715.688,89     | 100%          |      |
| 1H60             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VITORIA DA CONQUISTA                                                 | 5.734.258,00       | 5.450.282,62      | 546.310,92          | 546.310,92     | 95%           |      |
| 1H72             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VITORIA DE SANTO ANTAO                                               | 1.566.423,00       | 1.565.738,96      | 635.432,64          | 619.353,69     | 100%          |      |
| 1H62             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VOLTA REDONDA                                                        | 3.236.000,00       | 3.233.111,33      | 700.554,69          | 700.554,69     | 100%          |      |
| 1H71             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO AGRESTE                                                              | 15.143.024,00      | 14.919.246,62     | 1.462.347,92        | 1.404.450,29   | 99%           |      |
| 1H61             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO CARIRI                                                               | 970.566,00         | 969.467,70        | 699.234,99          | 699.234,99     | 100%          |      |
| 10FP             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO GAMA                                                                 | 5.459.007,00       | 5.458.709,17      | 1.896.851,24        | 1.885.252,75   | 100%          |      |
| 1H76             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO LITORAL                                                              | 4.812.759,00       | 2.057.144,78      | 1.180.008,41        | 1.176.771,92   | 43%           |      |
| 10G2             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO LITORAL NORTE EM MAMANGUAPE                                          | 9.943.159,00       | 9.936.919,35      | 1.972.717,30        | 1.972.717,30   | 100%          |      |
| 1H67             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO MEDIO ARAGUAIA                                                       | 1.935.866,00       | 1.933.298,19      | 988.039,19          | 900.960,64     | 100%          |      |
| 10FX             | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO PONTAL EM ITUIUTABA                                                  | 10.795.000,00      | 10.792.953,29     | 2.243.490,57        | 2.230.949,43   | 100%          |      |
| 125C             | IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL -UFFS                                                   | 1.500.000,00       | 1.499.972,00      | 0,00                | 0,00           | 100%          | 100% |
| 12EM             | IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS                                                       | 11.743.257,00      | 11.743.216,08     | 4.671.739,44        | 4.579.326,09   | 100%          |      |
| 12EL             | IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC                                                                   | 40.849.102,00      | 40.412.831,69     | 757.902,05          | 757.902,05     | 99%           |      |
| 11G0             | IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA -UFOPA                                                  | 5.020.000,00       | 5.019.942,25      | 280.142,25          | 280.142,25     | 100%          |      |
| 10TM             | IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA                                                    | 28.578.532,00      | 28.553.538,47     | 17.906.114,67       | 17.844.539,45  | 100%          | 80%  |
| 8282             | REESTRUTURACAO E EXPANSAO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS -REUNI                                                  | 586.631.227,00     | 468.391.419,33    | 197.173.918,31      | 190.189.583,65 |               |      |
| 11C0             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS (UFSCAR)               | 5.056.424,00       | 5.056.424,00      | 840.614,47          | 772.237,17     | 100%          |      |
| 119W             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA (UNB)                                     | 23.655.840,00      | 23.651.222,64     | 5.579.076,63        | 5.571.167,66   | 100%          |      |
| 119V             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)                               | 15.259.396,00      | 15.205.158,64     | 9.367.133,67        | 8.533.048,13   | 100%          |      |
| 11E0             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)                     | 6.745.691,00       | 6.745.679,80      | 485.517,50          | 485.517,50     | 100%          |      |
| 11H5             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (UFPB)                             | 16.088.132,00      | 14.088.077,10     | 2.273.695,80        | 2.270.136,80   | 88%           |      |
| 119R             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)                             | 8.520.000,00       | 8.267.063,77      | 1.340.720,57        | 1.340.720,57   | 97%           |      |
| 11O2             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL)                           | 4.710.797,00       | 4.710.663,77      | 2.117.439,68        | 2.117.439,68   | 100%          |      |
| 11MW             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)                      | 7.356.802,00       | 7.356.802,00      | 2.023.526,77        | 1.922.825,58   | 100%          |      |
| 11DK             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA) | 1.272.000,00       | 1.272.000,00      | 541.114,62          | 541.114,62     | 100%          |      |
| 11GD             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS (UFG)                                | 17.045.048,00      | 17.045.003,51     | 2.204.819,60        | 2.015.067,61   | 100%          | 98%  |
| 11OT             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA (UNIFEI)                           | 6.516.000,00       | 6.488.177,52      | 4.211.728,40        | 4.211.728,40   | 100%          |      |
| 11GN             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)                        | 9.793.094,00       | 9.793.094,00      | 7.815.201,73        | 7.799.100,37   | 100%          |      |
| 119O             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)                              | 4.644.680,00       | 4.644.624,29      | 4.022.843,94        | 3.804.338,56   | 100%          |      |
| 11B0             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)                         | 21.493.975,00      | 20.553.306,35     | 5.632.523,56        | 5.548.648,95   | 96%           |      |
| 11H0             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)                        | 26.977.795,00      | 26.977.795,00     | 25.129.130,56       | 25.114.237,48  | 100%          |      |
| 11B5             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)                          | 8.758.704,00       | 8.758.631,51      | 5.271.118,42        | 4.774.159,99   | 100%          |      |
| 11B9             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)                            | 13.194.044,00      | 13.194.044,00     | 5.567.686,60        | 4.843.070,28   | 100%          |      |
| 11I0             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)                          | 15.519.629,00      | 15.519.454,96     | 134.104,99          | 134.104,99     | 100%          |      |
| 119S             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA (UNIR)                            | 7.186.336,00       | 7.183.668,53      | 1.507.888,64        | 1.507.888,64   | 100%          |      |
| 11M0             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)                             | 5.610.000,00       | 5.609.970,00      | 1.651.649,18        | 1.628.627,05   | 100%          |      |
| 11JK             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)                      | 17.952.333,00      | 17.952.333,00     | 4.123.260,89        | 3.939.521,97   | 100%          |      |
| 11K0             | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)                         | 20.583.310,00      | 20.583.308,55     | 5.345.961,60        | 5.153.022,76   | 100%          |      |

| PROGRAMA / AÇÕES                                                           |                                                                                                         | DOTAÇÃO AUTORIZADA | EMPENHOS EMITIDOS | EMPENHADO LIQUIDADO | VALORES PAGOS | % DE EXECUÇÃO |     |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|---------------------|---------------|---------------|-----|
| 11DO                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE SAO JOAO DEL REI (UFSJ)                | 4.335.275,00       | 4.335.275,00      | 2.892.473,55        | 2.888.747,48  | 100%          | 98% |
| 11OY                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE SAO PAULO (UNIFESP)                    | 12.893.233,00      | 12.893.233,00     | 7.418.161,89        | 7.417.514,91  | 100%          |     |
| 11C1                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE SERGIPE (UFS)                          | 12.219.218,00      | 8.931.263,70      | 1.410.831,65        | 1.337.476,19  | 73%           |     |
| 119Z                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE UBERLANDIA (UFU)                       | 9.300.000,00       | 9.299.912,49      | 1.612.205,11        | 1.610.575,26  | 100%          |     |
| 11D0                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE VICOSA (UFV)                           | 5.774.138,00       | 5.767.491,85      | 1.591.620,37        | 1.591.620,37  | 100%          |     |
| 11AG                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO ACRE (UFAC)                            | 3.728.313,00       | 3.728.077,96      | 845.790,47          | 845.790,47    | 100%          |     |
| 11DQ                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO AMAPA (UNIFAP)                         | 1.219.262,00       | 1.219.262,00      | 764.459,30          | 511.203,46    | 100%          |     |
| 119U                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)                        | 7.925.970,00       | 7.923.315,09      | 1.336.630,57        | 1.336.139,35  | 100%          |     |
| 11G4                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO CEARA (UFC)                            | 14.488.800,00      | 13.484.788,04     | 768.245,03          | 768.245,03    | 93%           |     |
| 11GA                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO ESPIRITO SANTO (UFES)                  | 16.296.490,00      | 16.295.337,40     | 2.050.072,69        | 2.050.072,69  | 100%          |     |
| 119T                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)      | 6.873.185,00       | 6.873.011,37      | 954.573,47          | 941.073,47    | 100%          |     |
| 119X                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO MARANHAO (UFMA)                        | 16.264.451,00      | 16.264.424,04     | 3.183.586,35        | 3.183.586,35  | 100%          |     |
| 11DH                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS)              | 14.802.060,00      | 14.802.060,00     | 3.317.892,31        | 3.317.892,31  | 100%          |     |
| 11H4                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO PARA (UFPA)                            | 24.158.356,00      | 22.371.448,81     | 4.489.787,49        | 4.468.085,99  | 93%           |     |
| 11HK                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO PARANA (UFPR)                          | 16.875.311,00      | 14.676.735,81     | 8.470.120,85        | 7.558.262,04  | 87%           |     |
| 11BA                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO PIAUI (UFPI)                           | 6.548.000,00       | 6.547.308,88      | 763.853,58          | 763.853,58    | 100%          |     |
| 11EC                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA (UFRB)              | 1.869.445,00       | 1.867.686,50      | 1.742.122,42        | 1.739.002,42  | 100%          |     |
| 11J0                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)                  | 17.341.244,00      | 17.341.244,00     | 5.858.969,47        | 5.737.459,90  | 100%          |     |
| 119Y                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)                      | 11.186.636,00      | 11.186.636,00     | 2.531.744,58        | 2.516.745,58  | 100%          |     |
| 11I9                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)             | 27.700.800,00      | 27.700.762,76     | 15.440.083,32       | 15.314.013,32 | 100%          |     |
| 11II                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)              | 10.617.000,00      | 10.617.000,00     | 3.754.336,54        | 3.754.336,54  | 100%          |     |
| 11M6                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO TOCANTINS (UFT)                        | 7.689.329,00       | 7.688.812,05      | 3.096.034,63        | 3.096.034,63  | 100%          |     |
| 11N2                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO (UFTM)               | 8.148.372,00       | 8.148.372,00      | 1.902.246,20        | 1.902.246,20  | 100%          |     |
| 11N9                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM) | 4.968.118,00       | 4.968.118,00      | 4.318.112,06        | 4.318.112,06  | 100%          |     |
| 119N                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (UNIVASF)        | 3.961.387,00       | 3.961.249,58      | 1.001.359,44        | 1.001.359,44  | 100%          |     |
| 11GI                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL FLUMINENSE (UFF)                          | 28.819.204,00      | 28.819.204,00     | 6.476.338,03        | 6.149.154,71  | 100%          |     |
| 11N0                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL RURAL DA AMAZONIA (UFRA)                  | 4.458.220,00       | 4.254.535,13      | 186.065,35          | 132.465,35    | 95%           |     |
| 11I0                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)               | 7.403.419,00       | 7.402.714,93      | 761.012,37          | 738.343,40    | 100%          |     |
| 11I6                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)           | 8.975.100,00       | 8.975.100,00      | 973.233,68          | 973.233,68    | 100%          |     |
| 119Q                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO (UFERSA)              | 6.603.400,00       | 6.603.277,54      | 2.428.385,70        | 2.428.385,70  | 100%          |     |
| 11O0                                                                       | REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERTECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA (UTFPR)        | 28.102.726,00      | 26.577.431,36     | 2.650.518,24        | 2.648.729,68  | 95%           |     |
| 4413                                                                       | TREINAMENTO ESPECIAL PARA ALUNOS DE GRADUACAO DE ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR (PET)                     | 30.123.901,00      | 26.466.960,00     | 25.872.960,00       | 24.029.930,00 | 88%           |     |
| 1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL                                |                                                                                                         |                    |                   |                     |               |               |     |
| 6310                                                                       | DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCACAO ESPECIAL                                                   | 41.150.000,00      | 32.738.092,50     | 4.645,23            | 4.645,23      | 80%           |     |
| 8371                                                                       | EDUCACAO ESPECIAL COMO FATOR DE INCLUSAO ESCOLAR                                                        | 6.300.000,00       | 6.300.000,00      | 6.980,00            | 6.980,00      | 100%          |     |
| 1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA |                                                                                                         |                    |                   |                     |               |               |     |



| PROGRAMA / AÇÕES                                                                                |                                                                                                                                     | DOTAÇÃO AUTORIZADA | EMPENHOS EMITIDOS | EMPENHADO LIQUIDADO | VALORES PAGOS  | % DE EXECUÇÃO |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|---------------------|----------------|---------------|
| 009H                                                                                            | CONCESSAO DE BOLSAS EM ATENDIMENTO AO PLANO NACIONAL DE POS-DOCTORADO                                                               | 36.761.300,00      | 36.753.800,00     | 15.103.500,00       | 15.103.500,00  | 100%          |
| 0487                                                                                            | CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS                                                                                 | 789.667.384,00     | 727.369.564,40    | 648.909.176,85      | 624.257.174,25 | 92%           |
| 0935                                                                                            | CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR                                                                             | 82.697.650,00      | 70.173.148,22     | 60.785.024,39       | 60.783.285,49  | 85%           |
| <b>1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA - CONTINUAÇÃO</b> |                                                                                                                                     |                    |                   |                     |                |               |
| 0B95                                                                                            | CONCESSAO DE BOLSAS DE QUALIFICACAO DE PESSOAL DE ALTONIVEL PARA PESQUISA EM TEMAS ESTRATEGICOS - NOVAS FRONTEIRAS DA POS-GRADUACAO | 26.033.767,00      | 22.411.607,10     | 4.461.339,25        | 4.461.339,25   | 86%           |
| 2317                                                                                            | ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA                                                                                        | 123.639.875,00     | 100.331.545,76    | 66.917.369,51       | 66.917.369,52  | 81%           |
| 4011                                                                                            | AVALIACAO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO E DE FOMENTO                                                               | 12.657.457,00      | 12.653.364,00     | 10.997.190,71       | 10.919.931,70  | 100%          |
| <b>1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA</b>                                           |                                                                                                                                     |                    |                   |                     |                |               |
| 8750                                                                                            | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DO CAMPO, DAS COMUNIDADES INDIGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS                                 | 30.922.354,00      | 22.560.756,25     | 7.753.976,99        | 7.753.976,99   | 73%           |
| <b>1448 - QUALIDADE NA ESCOLA</b>                                                               |                                                                                                                                     |                    |                   |                     |                |               |
| 0509                                                                                            | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA                                                                                         | 1.284.037.017,00   | 794.150.841,50    | 378.246.060,97      | 241.100.670,05 | 62%           |
| 09CW                                                                                            | APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA                                                                    | 632.312.112,00     | 546.993.936,20    | 292.184.183,86      | 72.606.931,29  | 87%           |
| 0E53                                                                                            | APOIO AO TRANSPORTE ESCOLLAR PARA A EDUCACAO BASICA - CAMINHO DA ESCOLA                                                             | 142.821.000,00     | 136.244.337,04    | 115.588.236,50      | 37.571.837,00  | 95%           |
| 8602                                                                                            | DISSEMINACAO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS                                                                                            | 13.000.000,00      | 11.983.531,55     | 10.909.543,42       | 10.909.543,42  | 92%           |
| <b>1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS</b>                                            |                                                                                                                                     |                    |                   |                     |                |               |
| 4014                                                                                            | CENSO ESCOLAR DA EDUCACAO BASICA                                                                                                    | 10.152.344,00      | 9.497.858,47      | 7.615.553,62        | 7.479.820,19   | 94%           |
| 4017                                                                                            | EXAMES NACIONAIS DE HABILIDADES E COMPETENCIAS                                                                                      | 166.025.742,00     | 146.423.907,86    | 127.497.302,69      | 126.777.139,98 | 88%           |
| 4022                                                                                            | AVALIACAO DA EDUCACAO BASICA                                                                                                        | 56.981.811,00      | 51.556.595,07     | 48.416.780,07       | 47.607.445,76  | 90%           |
| 6291                                                                                            | AVALIACOES INTERNACIONAIS DE ALUNOS                                                                                                 | 3.429.632,00       | 2.661.112,64      | 2.246.473,07        | 2.235.932,01   | 78%           |
| 6503                                                                                            | CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR                                                                                                          | 1.159.590,00       | 1.042.093,39      | 123.194,25          | 122.384,29     | 90%           |
| <b>8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem</b>                                         |                                                                                                                                     |                    |                   |                     |                |               |
| 2A95                                                                                            | ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJovem URBANO E CAMPO                                                      | 53.510.480,00      | 50.925.600,00     | 50.925.600,00       | 50.925.600,00  | 95%           |

Fonte: Siafi Base: 22/01/2010. Mês de Referência = 12

## Ministério da Integração Nacional

### EXECUÇÃO DAS AÇÕES PAC NO ANO DE 2009

R\$ mil

| AÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | VALORES PAGOS | RP NÃO PROC | EMP/ DOTAÇÃO |
|------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------|-------------|--------------|
| 100N | 6.632              | 6.532               | 743                 | 743           | 5.789       | 98%          |
| 10ER | 8.600              | 8.600               | 0                   | 0             | 8.600       | 100%         |
| 1670 | 2.931              | 2.931               | 1.170               | 1.170         | 1.761       | 100%         |
| 5246 | 14.000             | 13.865              | 0                   | 0             | 13.865      | 99%          |
| 7M16 | 23.000             | 23.000              | 0                   | 0             | 23.000      | 100%         |
| 1622 | 4.000              | 4.000               | 2.819               | 2.819         | 1.181       | 100%         |
| 1692 | 60.000             | 60.000              | 23.186              | 21.986        | 36.813      | 100%         |
| 5260 | 18.000             | 18.000              | 3.101               | 1.841         | 14.899      | 100%         |
| 5314 | 60.000             | 60.000              | 25.618              | 25.608        | 34.382      | 100%         |
| 5322 | 8.000              | 8.000               | 2.670               | 2.670         | 5.330       | 100%         |
| 1012 | 41.019             | 41.019              | 27.400              | 27.400        | 13.619      | 100%         |
| 1017 | 36.570             | 36.570              | 21.716              | 21.716        | 14.854      | 100%         |
| 1021 | 84.800             | 84.800              | 29.495              | 29.495        | 55.305      | 100%         |
| 1025 | 11.359             | 0                   | 0                   | 0             | 0           | 0%           |
| 1028 | 62.848             | 62.848              | 26.927              | 26.927        | 35.921      | 100%         |
| 10CT | 91.240             | 91.240              | 0                   | 0             | 91.240      | 100%         |
| 10DA | 43.600             | 43.600              | 22.411              | 22.411        | 21.189      | 100%         |
| 10E9 | 49.851             | 49.851              | 0                   | 0             | 49.851      | 100%         |
| 11NP | 39.200             | 39.200              | 0                   | 0             | 39.200      | 100%         |
| 124L | 4.000              | 4.000               | 0                   | 0             | 4.000       | 100%         |
| 124M | 5.800              | 5.800               | 0                   | 0             | 5.800       | 100%         |
| 1160 | 6.041              | 6.041               | 0                   | 0             | 6.041       | 100%         |
| 1161 | 5.698              | 5.698               | 0                   | 0             | 5.698       | 100%         |
| 1163 | 6.000              | 6.000               | 0                   | 0             | 6.000       | 100%         |

| AÇÃO         | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | VALORES PAGOS  | RP NÃO PROC | EMP/ DOTAÇÃO |
|--------------|--------------------|---------------------|---------------------|----------------|-------------|--------------|
| 1K48         | 1.370              | 1.367               | 0                   | 0              | 1.367       | 100%         |
| 1K51         | 16.000             | 16.000              | 0                   | 0              | 16.000      | 100%         |
| 5910         | 37.715             | 37.715              | 0                   | 0              | 37.715      | 100%         |
| 5924         | 31.800             | 31.800              | 0                   | 0              | 31.800      | 100%         |
| 7G76         | 45.806             | 45.806              | 45.806              | 45.806         | 0           | 100%         |
| 10GM         | 7.399              | 6.250               | 795                 | 747            | 5.455       | 84%          |
| 5308         | 103,1              | 99,3                | 51,5                | 51,5           | 47,8        | 96%          |
| 123D         | 81.100             | 81.100              | 57.539              | 57.523         | 23.561      | 100%         |
| 7131         | 101.554            | 101.554             | 31.739              | 31.739         | 69.815      | 100%         |
| 10F6         | 17.190             | 12.824              | 0                   | 0              | 12.824      | 75%          |
| 12EP         | 673.846            | 672.976             | 180.264             | 180.264        | 492.713     | 100%         |
| 5900         | 492.346            | 489.754             | 41.222              | 41.214         | 448.532     | 99%          |
| 1N64         | 40.000             | 40.000              | 0                   | 0              | 40.000      | 100%         |
| 126W         | 1.116              | 1.116               | 0                   | 0              | 1.116       | 100%         |
| 126X         | 1.070              | 1.070               | 0                   | 0              | 1.070       | 100%         |
| 126Y         | 1.182              | 1.182               | 0                   | 0              | 1.182       | 100%         |
| 126Z         | 1.853              | 1.853               | 0                   | 0              | 1.853       | 100%         |
| 127A         | 1.549              | 1.549               | 0                   | 0              | 1.549       | 100%         |
| 127B         | 1.169              | 1.169               | 0                   | 0              | 1.169       | 100%         |
| 127C         | 1.296              | 1.296               | 0                   | 0              | 1.296       | 100%         |
| 127D         | 1.101              | 1.101               | 0                   | 0              | 1.101       | 100%         |
| 116F         | 68.800             | 68.789              | 531                 | 523            | 68.258      | 100%         |
| 10RP         | 17.200             | 12.081              | 120                 | 119            | 11.960      | 70%          |
| 10RM         | 301.467            | 300.982             | 25.401              | 23.288         | 275.580     | 100%         |
| 10RN         | 1.131              | 0                   | 0                   | 0              | 0           | 0%           |
| 10ZW         | 63.203             | 57.013              | 9.651               | 9.646          | 47.362      | 90%          |
| 10RF         | 23.760             | 9.646               | 1.822               | 1.364          | 7.823       | 41%          |
| <b>Total</b> | <b>2.725.318</b>   | <b>2.677.685</b>    | <b>582.198</b>      | <b>577.070</b> | <b>0</b>    |              |

Fonte: Relatório Gerencial do Siafi de 13.01.2010

#### EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO ANEXO I DA LDO

R\$ mil

| PROJETO/ ATIVIDADE | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | VALORES PAGOS  | RP NÃO PROC | EMP/ DOTAÇÃO |
|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|----------------|-------------|--------------|
| 10BC               | 131.703            | 36.367              | 0                   | 0              | 0           | 28%          |
| 1028               | 62.848             | 62.848              | 26.927              | 26.927         | 0           | 100%         |
| 2B69               | 78.300             | 76.731              | 41.989              | 41.180         | 0           | 98%          |
| 5380               | 1.500              | 1.488               | 635                 | 632            | 0           | 99%          |
| 7H78               | 3.831              | 2.000               | 0                   | 0              | 0           | 52%          |
| 7K44               | 100                | 0                   | 0                   | 0              | 0           | 0%           |
| 109H               | 22.300             | 1.090               | 0                   | 0              | 0           | 5%           |
| 109I               | 2.615              | 1.304               | 0                   | 0              | 0           | 50%          |
| 1851               | 44.170             | 27.547              | 1.877               | 1.877          | 7,4         | 62%          |
| 5910               | 37.715             | 37.715              | 0                   | 0              | 0           | 100%         |
| 7G76               | 45.806             | 45.806              | 45.806              | 45.806         | 0           | 100%         |
| 6409               | 81.634             | 54.645              | 599                 | 499            | 0           | 67%          |
| 8348               | 632.193            | 441.643             | 43.536              | 43.536         | 0           | 70%          |
| <b>TOTAL</b>       | <b>1.144.715</b>   | <b>789.183</b>      | <b>161.368</b>      | <b>160.457</b> | <b>0</b>    |              |

Fonte: Relatório Gerencial do Siafi de 13.01.2010

A Média de Execução das Ações não Prioritárias foi de 93% - Valores Empenhados/Dotação Atualizada.

#### Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Ação 1025 – Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte (CE) - Em 2009, a baixa execução ocorreu devido ao atraso no processo licitatório (pregão) para a aquisição de equipamentos e a contratação de obras. As propostas recebidas encontram-se em análise.

Ação 10BC - Implantação de Projetos de Irrigação na Região Centro-Oeste - Ausência de pleitos, impossibilidade de caráter legal e administrativo dos

entes federativos, bem como problemas com a viabilidade dos projetos apresentados caracterizam o baixo valor empenhado. Alie-se a isso as limitações de caráter orçamentário.

Ação 7H78 – Implantação do Projeto de Desenvolvimento Hidroagrícola de Pedro Afonso - Não houve disponibilidade de limite orçamentário para empenho do valor total da ação.

Para a Ação 7K44 – Projeto de Irrigação Baixada Cuiabana no Estado do Mato - não foi apresentado pleito para esta ação.

## **Programa Infraestrutura Hídrica**

Ação 10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica - A dotação da Ação 10GM no ano de 2009 atenderia aos estudos para o Empreendimento Xingó, Construção de Barragens de Regularização do Alto São Francisco no estado de Minas Gerais, Barragens Jequitai e Estudos para a Adutora Guanambi.

Contudo, atraso na licitação dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA/RIMA gerou a baixa execução na Ação em função de os termos de referência do IBAMA só terem sido entregues em outubro de 2009. Com isso, o resultado da licitação só ocorreu em 31 de dezembro, permitindo que se emitisse nessa data o empenho no valor de apenas R\$ 2.860.453,00.

Apesar de os Estudos de Barragens de Regularização do Alto São Francisco no Estado de Minas Gerais já terem sido retirados do PAC, já havia sido autorizada a realização da licitação da operação e da manutenção das redes hidrométricas nas principais sub-bacias dos tributários mais expressivos dos rios Paracatu, Urucuia, das Velhas e Jequitai, para a qual foi empenhado R\$ 1.542.931,55. O atraso na licitação teve como causa a anulação do Edital pelo Tribunal de Contas da União, processo 007.482/2007, Acórdão nº 2391/2007. Em função disso, a nova licitação foi realizada somente em setembro e a emissão da nota de empenho foi emitida em outubro.

A inclusão no PAC dos estudos de reconhecimento, concepção, viabilidade e elaboração de projeto básico de sistema adutor na região de Guanambi só foi solicitada ao Grupo Executivo do PAC do Ministério da Integração em 7 agosto de 2009, por meio do Ofício nº 577/2009-PR/GB. Assim, os recursos foram empenhados somente em agosto no valor de R\$ 1.823.407,57, os quais estão sendo realizados dentro do prazo contratual.

Ação 109H - Construção de Barragens - A ausência de pleitos e limitações de caráter orçamentário, além da inadimplência dos proponentes, caracterizam o baixo empenho dessa ação.

Ação 109I - Construção de Açudes - A Inadimplência dos proponentes não permitiu o empenho dos recursos.

Ação 1851 – Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Não houve disponibilidade de limite orçamentário suficiente para essa ação.

## **Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais**

Ação 6409 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - O maior volume de recursos desta ação é oriundo de emendas parlamentares e dependem, primordialmente, de iniciativas técnicas, administrativas e institucionais dos proponentes (basicamente Prefeituras). A solicitação para execução dos projetos vinculados a esta ação concentrou-se no final do exercício, não havendo dessa forma, tempo hábil para o processamento técnico-administrativo e para

o cumprimento de todas as exigências. Além disso, a baixa qualidade dos projetos apresentados e a inadimplência de muitos proponentes também contribuíram para a falta de êxito dos empenhos.

## **Programa Prevenção e Preparação para Desastres**

Ação 8348 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nesta ação foram empenhados 70% da dotação inicial, no valor de R\$ 632 milhões, provenientes do Plano de Ação e de Emendas Parlamentares aprovados na LOA, acrescidos de R\$ 240 milhões do Decreto de 14 de janeiro de 2009, além de R\$ 250 milhões provenientes das Medidas Provisórias nº 463 e 473. Desse total, foram cancelados R\$ 204 milhões. É importante ressaltar que foi executado somente 7% do valor total aprovado em função do redimensionamento de metas de alguns projetos e do não cumprimento das exigências previstas por parte de estados e municípios para as transferências de recursos da União mediante convênios, cabendo registrar que a celebração da maioria dos convênios ocorreu no final do exercício.

## **Programa Integração de Bacias Hidrográficas**

Ação 10F6 - Implantação da Adutora do Agreste - Ramal Garanhuns/Pesqueira - no Estado de Pernambuco - Os recursos não empenhados nessa ação devem-se à diferença entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado do Projeto Básico e Executivo pelo Estado de Pernambuco em convênio com o Ministério da Integração.

Existia uma percepção inicial de que se poderia executar a obra do Ramal do Agreste nesta funcional juntamente com os estudos e a execução da Adutora do Agreste. Contudo, o TCU orientou a equipe do PISF a utilizar essa funcional exclusivamente para a realização dos estudos e da obra, o que ensejou o remanejamento dos recursos que seriam utilizados para o Ramal, deixando nesta funcional apenas o montante necessário para a contratação do Projeto Executivo da Adutora.

## **Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental**

Ação 10RP – Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba. A integralidade do empenho não foi obtida em função do deságio na contratação dos projetos para sistemas em 7 municípios das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba; da redução no valor do Termo de Compromisso com o Município de Olho d'Água das Flores/AL; da redução no custo do Projeto para a obra do aterro sanitário no Município de João Pinheiro/MG e pelo atraso na conclusão da licitação para aquisição de equipamentos para o aterro sanitário do Município de Irecê/BA.

Ação 10RN - Obras de Revitalização e Recuperação nas Bacias do São Francisco e Parnaíba - Problemas técnicos provocaram atraso na licitação para execução das obras e dos serviços relativos à construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres nas Cidades de Barreiras e Montes

Claros. Em função disso, os procedimentos licitatórios somente serão concluídos no exercício de 2010.

Ação 10ZW - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba - Os recursos não empenhados devem-se ao atraso no processo licitatório para a contratação da execução do Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Porto Real do Colégio/AL, Guanambi/BA, Três Marias/MG e Nova Porteirinha/MG, e ao deságio na contratação referente à implantação de 86 bacias de captação; 5511 ha de terraços; 01 viveiro;

plantio de 340.398 mudas nativas; cercamento de 620 ha de nascentes e matas ciliares na Bacia do Rio Tigre.

#### Programa Vetor Logístico Nordeste Meridional

Ação 10RF – Melhoria da Hidrovia do São Francisco - Trecho Ibotirama – Juazeiro - O atraso no envio do Plano de Trabalho pelo DNIT impossibilitou a celebração de Termo de cooperação para a execução do derrocamento na entrada da Barragem de Sobradinho, que será assinado em março de 2010. Além disso, foi adiada para fevereiro de 2010 a publicação do edital para a aquisição de uma draga por necessidade de sua revisão.

### Ministério da Justiça

A execução das ações orçamentárias constantes no Anexo de Ações e Metas Prioritárias da LDO encontra-se evidenciada no quadro abaixo. Percebe-se que o percentual de execução ficou acima dos 94%.

| METAS                                                                                                                                                                                                                   | LEI + CRÉDITO        | EMPENHADO            | %             | RAP                |                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------|--------------------|--------------------|
|                                                                                                                                                                                                                         |                      |                      |               | NÃO PROC.          | V. PAGO            |
| <b>0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL</b>                                                                                                                                                                           | <b>120.853.350</b>   | <b>77.961.603</b>    | <b>99,27</b>  | <b>61.601.098</b>  | <b>8.156.796</b>   |
| 14.421.0661.10M1.0101 - Construção da Quinta Penitenciária Federal                                                                                                                                                      | 1.800.000            | -                    | -             | -                  | -                  |
| 14.421.0661.8914.0001 - Apoio a Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais                                                                                                                                       | 47.786.000           | 29.161.742           | 100,00        | 28.061.743         | 2.635.388          |
| 14.421.0661.8915.0001 - Apoio a Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais                                                                                                                                            | 6.480.000            | 4.753.878            | 100,00        | 4.753.877          | -                  |
| 14.421.0661.8916.0001 - Aparelhamento e Reaparelhamento dos Estabelecimentos Penais                                                                                                                                     | 17.840.000           | 12.938.409           | 100,00        | 12.768.383         | 1.273.517          |
| 14.422.0156.2C52.0001 - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência                                                                                 | 1.000.000            | -                    | -             | -                  | -                  |
| 06.181.0662.2726.0001 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens e Serviços e Interesse da União                                                                                                           | 80.233.050           | 68.310.216           | 99,29         | 1.063.935          | 119.803            |
| 06.181.0663.2723.0001 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais                                                                                                                                         | 57.625.000           | 53.612.847           | 99,99         | 7.940.049          | 2.056.986          |
| <b>1127 – SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SUSP</b>                                                                                                                                                                 | <b>290.575.331</b>   | <b>214.527.345</b>   | <b>99,92</b>  | <b>128.041.902</b> | <b>3.666.246</b>   |
| 06.181.1127.2B00.0001 - Força Nacional de Segurança Pública                                                                                                                                                             | 25.381.427           | 24.452.286           | 99,87         | 2.382.116          | 89.545             |
| 06.128.1127.2320.0001 - Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional                                                                                                                                        | 67.846.094           | 58.699.023           | 99,76         | 24.311.638         | 1.414.112          |
| <b>1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL</b>                                                                                                                                                                           | <b>112.871.925</b>   | <b>88.417.753</b>    | <b>100,00</b> | <b>41.539.054</b>  | <b>9.262.938</b>   |
| 06.183.1353.1778.0001 - Implantação do Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pró-Amazônia)                                                                                             | 75.053.866           | 55.949.694           | 100,00        | 15.158.037         | 460.322            |
| 06.181.1353.1899.0001 - Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico - Científico (Promotec/Pró-Amazônia)                                                                                            | 37.218.059           | 32.468.059           | 100,00        | 26.381.018         | 8.802.616          |
| <b>1453 – PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI</b>                                                                                                                                           | <b>1.250.255.691</b> | <b>1.196.494.173</b> | <b>99,76</b>  | <b>356.560.651</b> | <b>84.658.407</b>  |
| 06.128.1453.00CA.0001 - Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Cíveis, Agentes Penitenciários, Guardas Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais de Baixa Renda, Pertencentes a Estados Membros - Nacional | 699.000.000          | 688.212.254          | 100,00        | 68.259.228         | 67.131.878         |
| 06.422.1453.8375.0001 - Campanha do Desarmamento                                                                                                                                                                        | 4.000.000            | 3.475.833            | 97,89         | 973.590            | 67.140             |
| 06.422.1453.8853.0001 - Apoio à Implementação de Políticas Sociais                                                                                                                                                      | 80.047.705           | 76.149.476           | 99,40         | 37.418.291         | 3.334.474          |
| 06.181.1453.8855.0001 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública                                                                                                                                            | 151.637.979          | 149.380.007          | 99,59         | 65.365.111         | 5.134.539          |
| 06.421.1453.8856.0001 - Modernização de Estabelecimentos Penais                                                                                                                                                         | 4.347.712            | 3.152.170            | 100,00        | 3.152.170          | -                  |
| 06.422.1453.8857.0001 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã                                                                                                                                          | 193.280.264          | 172.835.814          | 99,62         | 83.791.239         | 8.506.255          |
| 06.181.1453.8858.0001 - Valorização dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública                                                                                                                                 | 18.742.029           | 17.407.729           | 94,47         | 11.720.131         | 484.122            |
| 14.421.1453.8860.0001 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais                                                                                                                                         | 94.600.002           | 83.380.890           | 100,00        | 83.380.890         | -                  |
| <b>0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS</b>                                                                                                                                                                   | <b>45.377.467</b>    | <b>37.080.997</b>    | <b>97,28</b>  | <b>8.405.307</b>   | <b>1.004.246</b>   |
| 14.423.0150.2384.0001 - Proteção Social dos Povos Indígenas                                                                                                                                                             | 19.254.708           | 19.185.923           | 99,93         | 3.184.133          | 461.750            |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                                                                                                                                                                                      | <b>1.964.041.814</b> | <b>1.740.702.641</b> |               | <b>609.293.529</b> | <b>108.951.769</b> |

1,00

## Ministério da Previdência

| AÇÕES PRIORITÁRIAS - LDO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES INCRITOS EM RP NÃO PROCESSADOS | VALORES PAGOS    | %          |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------------------------|------------------|------------|
| 5509                     | 25.000.000         | 17.228.594         | 5.246.021          | 6.672.985                              | 4.953.928        | 69%        |
| <b>Total</b>             | <b>25.000.000</b>  | <b>17.228.594</b>  | <b>5.246.021</b>   | <b>6.672.985</b>                       | <b>4.953.928</b> | <b>69%</b> |

A dotação orçamentária disponível para a ação prioritária desta pasta, Reformulação das Agências da Previdência Social, foi de R\$ 25,5 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 17,2 milhões garantindo o início de 44 obras de reformas nas Agências da Previdência Social. O percentual de empenho em relação à dotação foi de 67,56%, ou seja, teve um bom desempenho se comparado à média de desempenho das demais ações do INSS. Estavam previstas inicialmente reformas em 87 unidades de atendimento, porém com a implantação do Plano de Expansão da Rede de Atendimento – PEX não foi possível a realização físico-financeira desta ação em níveis mais elevados.

## Ministério da Saúde

Com finalidade de complementar as informações sobre o desempenho setorial no Exercício 2009 são apresentados algumas informações e alguns dados comentados sobre a cobertura financeira para execução das ações e suas formas de execução. As tabelas a seguir apresenta a execução das ações prioritárias e demais ações sob responsabilidade do setorial, com valores aprovados empenhados e pagos. Essas ações são os principais componentes dos programas estruturantes, sendo também responsáveis pela implementação direta da política setorial.

em mil

| AÇÕES PRIORITÁRIAS                                                                       | DOTAÇÃO (A)      | EMPENHADO (B)    | VALORES LIQUIDADOS (C) | RP NÃO PROCESSADOS (D) | VALORES PAGOS (E) | % (F = B/A)  |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------------|------------------------|-------------------|--------------|
| Atenção Especializada em Saúde                                                           | 8.073            | 5.981            | 5.981                  | 2.782                  | 3.199             | 74,09        |
| Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar                        | 233.492          | 169.121          | 169.121                | 137.351                | 31.762            | 72,43        |
| Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde                              | 501.224          | 395.160          | 395.160                | 391.353                | 3.759             | 78,84        |
| Atenção Básica em Saúde Bucal                                                            | 74.143           | 32.894           | 32.894                 | 25.110                 | 7.784             | 44,37        |
| Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192                                     | 459.702          | 458.184          | 458.184                | 123.190                | 334.994           | 99,67        |
| Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue                                               | 27.623           | 24.199           | 24.199                 | 13.138                 | 11.061            | 87,60        |
| Atenção Especializada em Saúde Bucal                                                     | 90.078           | 89.911           | 89.911                 | 5.943                  | 83.968            | 99,81        |
| Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde                               | 1.200.831        | 675.384          | 675.384                | 597.447                | 77.625            | 56,24        |
| Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis | 143.809          | 126.542          | 126.542                | 105.032                | 21.510            | 87,99        |
| Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças                                     | 823.779          | 814.788          | 814.788                | 262.755                | 551.540           | 98,91        |
| Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégico       | 142.682          | 137.567          | 137.567                | 38.863                 | 96.908            | 96,42        |
| Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde                                 | 64.856           | 57.059           | 57.059                 | 31.666                 | 24.064            | 87,98        |
| Promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica            | 916.155          | 908.103          | 908.103                | 103.756                | 789.288           | 99,12        |
| Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares                                       | 562.985          | 562.430          | 562.430                | 80.564                 | 480.614           | 99,90        |
| Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH                                  | 5.350            | 5.093            | 5.093                  | 136                    | 4.957             | 95,20        |
| Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Mulher                                  | 8.747            | 8.424            | 8.424                  | 6.440                  | 1.984             | 96,30        |
| <b>TOTAL das Ações Prioritárias (A)</b>                                                  | <b>5.263.527</b> | <b>4.470.841</b> | <b>4.470.841</b>       | <b>1.925.527</b>       | <b>2.525.017</b>  | <b>84,94</b> |

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde. – Excluídas as despesas com pessoal

As ações priorizadas pela LDO com desempenho abaixo da média das demais ações do MS, que ficou em 98,80% - excluídas as despesas com pessoal - apresentam os seguintes fatores de influência sobre suas execuções:

Atenção Especializada em Saúde – entraves na celebração dos convênios que possibilitam o repasse dos recursos. Entre outros, o principal deles é a inadimplência nas prestações de contas de convênios anteriores.

Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar – a execução no exercício 2009 foi prejudicada pelo nível de exigência dos registros no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, condição essencial para a celebração dos convênios. Diante da qualidade da informação

apresentada pelos convenientes, o SICONV rejeitou os registros, o que impediu a celebração dos convênios.

Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica, Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue, Vigilância, Prevenção e Controle da AIDS e Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos - essas ações enfrentaram entraves na celebração dos convênios que possibilitam o repasse dos recursos. Entre outros, o principal deles é a inadimplência nas prestações de contas de convênios anteriores, como também entraves em processos licitatórios para a execução das obras ou aquisições de insumos.

Atenção Básica em Saúde Bucal – em 2009 houve a expansão da abrangência da ação. Anteriormente era limitada à aquisição de kits para a saúde bucal, composto de creme dental e escova. A partir de 2009 incorporou a compra de cadeiras odontológicas e outros equipamentos estruturantes da atenção básica em saúde bucal, o que

teve reflexo na sua execução pois passou a depender de convênios e licitações.

Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde – ação com recursos descentralizados para laboratório públicos e privados dependente de convênios, o que gera entraves na execução.

## Ministério de Minas e Energia

### Programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

#### Ação 2050.0001-Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural

No ano de 2009 foram aprovados os recursos orçamentários de R\$197.910.826,00 através da LOA. Todavia, em razão de consultas orçamentárias junto às empresas interessadas por ocasião das licitações, os valores necessários para os projetos de 2009 desta Agência Nacional do Petróleo - ANP passaram à quantia de R\$182.313.113,00.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

| em R\$ 1,00               |             |            |            |                             |
|---------------------------|-------------|------------|------------|-----------------------------|
| AUTORIZADO LOA + CRÉDITOS | EMPENHADO   | LIQUIDADO  | PAGO       | %L DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
| 197.910.826               | 182.313.113 | 69.489.976 | 69.489.976 | 92,12                       |

Fonte: SISPAC

O percentual de execução orçamentária da ANP (92,12%) está acima da média de execução das ações não prioritárias, que foi de 76,28 %. Conforme demonstrado, a ANP alcançou a execução financeira (pagamento) de 38,4% do valor total aprovado pela LOA de 2009. Esse valor está circunscrito a 1 projeto concluído e 6 projetos em execução na ANP, sendo que destes, 3 projetos (a saber: Levantamentos Sísmicos na Bacia do São Francisco, na Bacia do Paraná e na Bacia do Parecis) respondem por 70 % dos recursos aprovados para o ano-calendário de 2009. Houve um atraso no começo da execução dos referidos projetos, bem como um desequilíbrio inicial nas finanças da empresa responsável pela execução do levantamento na Bacia do Parecis. Tais circunstâncias, alheias às responsabilidades da ANP, contribuíram sobremaneira para o atraso na execução financeira (pagamento) dos valores orçados e empenhados em 2009.

### Programa 0391 – Mineração e Desenvolvimento Sustentável

#### Ação 10A4.0001 – Reformas de Unidades Regionais do DNPM

| AUTORIZADO LOA + CRÉDITOS | EMPENHADO    | LIQUIDADO  | PAGO       | % DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---------------------------|--------------|------------|------------|----------------------------|
| 2.541.394,00              | 1.028.586,49 | 810.505,65 | 810.505,65 | 40,47                      |

Fonte: DNPM

A execução orçamentária abaixo da média de execução das ações não prioritárias, que foi de 71,75%, ocorreu devido ao contingenciamento no grupo de despesas Investimentos, o que impossibilitou a execução de parte do orçamento.

### Programa 1115 – Geologia do Brasil

#### Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Na ação 2398.0001 - Levantamentos Geológicos, cujo objetivo é produzir informações geológicas para ampliar e diversificar a produção mineral brasileira, foram mapeados 272.214 km<sup>2</sup>, contemplando 136.134 km<sup>2</sup> na escala 1:100.000 e 136.080 km<sup>2</sup> na escala 1:250.000 e concluídos os projetos de cartografia geológica executados com as Universidades: UFBA, UERJ, UFMG e UnB, que totalizaram 64.000 km<sup>2</sup> de área mapeada na escala 1:100.000.

Na ação 4872.0001 – Levantamentos Aerogeofísicos, que objetiva fornecer informações aerogeofísicas (magnetométricas e gamaespectrométricas) para estimular investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral, foi levantado um total de 430.046 km de linhas de vôo, equivalente ao levantamento de 201.800 km<sup>2</sup>.

Na ação 2397.0001 - Levantamentos Hidrogeológicos, que visa gerar o conhecimento necessário para o aproveitamento de recursos hídricos subterrâneos do País, foi finalizada a produção de 11 folhas protótipos do Mapa Hidrogeológico do Brasil;

Na ação 2D84.0001 - Levantamentos Geoquímicos, que visa ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos, e águas de drenagem e de abastecimento público, foram cobertos 667.000 km<sup>2</sup> com a realização de levantamento geoquímico multielementar através da coleta de amostras em sedimentos, solos e águas de drenagem e de abastecimento humano, objetivando definir indicadores de áreas potencialmente favoráveis a concentrações minerais, áreas passíveis de contaminação natural ou poluição provocada por atividade antrópica e áreas para monitoramento ambiental.

Em R\$ 1,00

| AÇÃO                          | LOA + CRED        | ORÇAMENTO DESBLOQUEADO (*) |            | TOTAL DE EMPENHOS (**) |             | EXECUÇÃO (***)    |            |
|-------------------------------|-------------------|----------------------------|------------|------------------------|-------------|-------------------|------------|
|                               | VALOR             | VALOR                      | %          | VALOR                  | %           | VALOR             | %          |
| Levantamentos Geológicos      | 25.367.000        | 23.939.031                 | 94%        | 23.638.949             | 99%         | 13.465.205        | 56%        |
| Levantamentos Aerogeofísicos  | 38.176.000        | 37.475.468                 | 98%        | 37.471.607             | 100%        | 18.363.315        | 49%        |
| Levantamentos Hidrogeológicos | 11.375.122        | 10.612.170                 | 93%        | 10.591.521             | 100%        | 5.485.692         | 52%        |
| Levantamentos Geoquímicos     | 2.123.000         | 2.033.769                  | 96%        | 2.032.133              | 100%        | 1.605.928         | 79%        |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>77.041.122</b> | <b>74.060.438</b>          | <b>96%</b> | <b>73.734.210</b>      | <b>100%</b> | <b>38.920.140</b> | <b>53%</b> |

(\*) Recursos orçamentários desbloqueados pela SOF e autorizados para empenho

(\*\*) Total de empenhos emitidos

(\*\*\*) Total de empenhos liquidados e pagos

Obs: A média de execução das ações não prioritárias da CPRM foi de 85,54%.

O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais.

## Ministério do Desenvolvimento Agrário

A maior parte das ações prioritárias vinculadas à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) apresenta execução de recursos da ordem de 90% do montante disponibilizado, à exceção da ação 2B54 - Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel.

| PROGRAMA/AÇÃO |                                                                       | ORÇAMENTO 2009 |              |               |                        |         |                        |         |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------|----------------|--------------|---------------|------------------------|---------|------------------------|---------|
|               |                                                                       | DOTAÇÃO AUT    | INDISPONÍVEL | DISPONIBILIZ. | EMPENHADO ATÉ 31/12/09 | %       | LIQUIDADO ATÉ 31/12/09 | %       |
|               |                                                                       | A              | B            | C             | D                      | E = D/C | E                      | F = E/B |
| 2B54          | FOMENTO A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR                        | 15.369.500     | 7.549.500    | 7.820.000     | 4.255.920              | 54,42   | 4.255.920              | 54,42   |
| 2B81          | AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA                  | 95.413.062     | 2.930.964    | 92.482.098    | 92.053.334             | 99,54   | 92.053.334             | 99,54   |
| 4280          | FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E AGREGADO D           | 5.500.000      | -            | 5.500.000     | 4.869.228              | 88,53   | 4.869.228              | 88,53   |
| 4280          | FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E AGREGADO D - EMENDAS | 3.500.000      | 300.000      | 3.200.000     | 3.197.500              | 00,00   | 3.197.500              | 99,92   |
| 4260          | FOMENTO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA       | 256.482.520    | -            | 256.482.520   | 243.935.435            | 95,11   | 243.935.435            | 95,11   |
| 4260          | FOMENTO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRIC. - EMENDAS  | 3.270.000      | 720.208      | 2.549.792     | 2.349.792              | 92,16   | 2.349.792              | 92,16   |

Fonte: SPOA /MDA

As ações prioritárias do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) são: 8991 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais; e) 8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária.

| AÇÃO ORÇAMENTÁRIA                                                                                                       | DADOS FINANCEIROS R\$ |                      |                          |                    |            |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------|--------------------|------------|------------|
|                                                                                                                         | META 2009 (1)<br>(A)  | REALIZADO (2)<br>(B) | VALORES PAGOS (3)<br>(C) | RAP PAGOS (4)      | %<br>(B/A) | %<br>(c/A) |
| 8991 - APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS NOS TERRITÓRIOS RURAIS                                            | 335.699.870<br>(5)    | 298.940.849<br>(5)   | 2.002.200                | 123.824.609<br>(5) | 89,0       | 0,6        |
| 8394 FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA | 33.606.645            | 33.296.362           | 3.457.596                | 18.775.520         | 99,1       | 10,3       |

Fonte: Resultados Financeiros: Sigplan/Siaf, em 21/01/2010, e SPOA/MDA, de 10/01/2010.

(1) Com base no orçamento 2009 disponibilizado. ou seja, considerou-se os valores orçamentários do crédito inicial mais os créditos adicionais, subtraindo-se os valores de créditos contingenciados.

(2) Com base nos valores de empenhos liquidados.

(3) Valores pagos até 31/12/2009

(4) Valores inscritos em Restos a Pagar, pagos até 31/12/2009

(5) Inclusive Emendas Parlamentares.

Com relação às ações prioritárias vinculadas à Secretaria de Reordenamento Agrário (SRAMDA), o Programa Arca das Letras apresentou, no exercício de 2009, uma execução orçamentária abaixo da média das ações não prioritárias, com 49% de empenhos emitidos em relação ao orçamento disponível (valor da LOA + Créditos), conforme quadro:

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS NO EXERCÍCIO DE 2009

| Nº DA AÇÃO | AÇÃO            | ORÇAMENTÁRIO (A) | DISPONÍVEL (B) | EMPENHOS EMITIDOS (C) | RESTOS A PAGAR - INSCRIÇÃO | RESTOS A PAGAR (A LIQUIDAR) (D) | RESTOS A PAGAR PAGOS (F) | VALORES PAGOS 2009 (G) | TOTAL PAGO (H) = (F) + (G) | % DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (E) = (C)/(B) | % DE RECURSOS UTILIZADOS DE 2009 (I) = (G)/(B) |
|------------|-----------------|------------------|----------------|-----------------------|----------------------------|---------------------------------|--------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 2C72       | Arca das Letras | 354.912          | 354912         | 175.186,87            | 3.242,66                   | 1.377,66                        | 1.865                    | 175.186,87             | 177.051,87                 | 49,36                                    | 49,36                                          |
|            | TOTAL           | 354.912          | 354912         | 175.186,87            | 3.242,66                   | 1.377,66                        | 1.865                    | 175.186,87             | 177.051,87                 | 49,36                                    | 49,36                                          |

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi em 12/01/2010

Já com relação ao Programa 0137: Desenvolvimento Sustentável de Projeto de Assentamento, do Incra, a Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projeto de Assentamento visa prover ou recuperar os projetos de assentamento rural com infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável aos beneficiários da reforma agrária. Os recursos destinados a esta ação, compreendendo obras de infra-estrutura, são considerados básicos ao processo de estruturação e viabilização dos projetos de assentamento, na sua múltipla dimensão.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ FINANCEIRA – NACIONAL

| LOA* (A) | SUPLEMENTAÇÃO (B) | CONTINGENCIA-MENTO (C) | DESTAQUE RECEBIDO ** (D) | CRÉDITO DISPONÍVEL *** (E) | EMPENHO LIQUIDADO **** (F) | Valores em R\$ milhões |                       |
|----------|-------------------|------------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|------------------------|-----------------------|
|          |                   |                        |                          |                            |                            | VALOR PAGO (G)         | % EXECUTADO (H = F/E) |
| 309,24   | 22,46             | 1,88                   | 7,72                     | 322,56                     | 322,53                     | 61,52                  | 99,99                 |

Fonte: Siafi (12/01/2010)

\* Não inclui Emendas Parlamentares no valor de R\$ 2.750.000,00.

\*\* Os recursos envolvidos são destacados para estas instituições que têm a obrigação de prestarem contas do mesmo. Estas parcerias são efetivadas com instituições de ensino e formalizadas mediante Termo de Cooperação.

\*\*\* Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: E = A + B - C - D.

\*\*\*\* Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

A execução financeira para a ação de infra-estrutura no ano de 2009 foi de 99,99%. Ou seja, dos R\$ 322.558.908,14 efetivamente disponíveis para uso nesta ação em 2009, o montante total de R\$ 322.528.800,71 foi executado, o que demonstra excelente capacidade de alocação de recursos por parte do Incra para esta ação. De outro lado, verificamos que somente 53,07% do total disponível, foram efetivamente pagos (R\$ 61.520.654,32). Verifica-se também, que do orçamento originalmente previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (R\$ 309.235.049,00), R\$ 1.877.080,47 foi contingenciado, o que não chegou a causar impacto significativo, tendo em vista que um conjunto expressivo

de contratos, convênios e termos de parceria foram assinados no final de 2008 com os respectivos recursos inscritos em restos a pagar (RAP). Por outro lado, próximo ao final do exercício, ocorreu uma suplementação (a partir de recursos de outra ação – ATEs), no valor de 22.458.801,00, o que efetivamente compensou o contingenciamento do início do ano, bem como aportou importante recurso para o cumprimento de compromissos assumidos no decorrer do ano. Com relação ao Programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, a Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados teve a seguinte execução:

| LOA* (A)       | SUPLEMENTAÇÃO (B) | CONTINGENCIA-MENTO (C) | DESTAQUE CONCEDIDO (D) | CRÉDITO DISPONÍVEL (E)** | EMPENHO LIQUIDADO*** (F) | VALOR PAGO (G) | % EXEC. (H = F/D) |
|----------------|-------------------|------------------------|------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------|-------------------|
| 224.588.018,00 | (22.458.801,00)   | 90.015.133,90          | 1.161.263,47           | 110.952.819,63           | 110.945.735,47           | 47.545.995,80  | 99,99             |

Fonte: Siafi (12/01/2010).

\* Não inclui as Emendas Parlamentares no valor de R\$ 260.000,00.

\*\* Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: E = A + B - C - D.

\*\*\* Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Como se pode observar, a execução financeira da ação foi de 99,99% dos recursos disponíveis em 2009. Dos R\$ 110.952.819,63 disponíveis efetivamente para esta ação, foram executados neste exercício R\$ 110.945.735,47. De outro lado, verificamos também que 42,85% do total

disponível foram efetivamente pagos (R\$ 47.545.995,80), restando ainda um percentual expressivo de recursos que foram inscritos em restos a pagar.



O forte contingenciamento verificado para esta ação, no valor de R\$ 90.015.133,90 (40,08% do orçamento original), se deu por força do Decreto N° 6.808 de 27 de março de 2009, que reduziu sobremaneira os recursos do Incra para o exercício. Como um conjunto expressivo de contratos, convênios e termos de parceria foram assinados no final de 2008 e inscritos em restos a pagar, havia relativa folga no orçamento desta ação para o exercício de 2009. Houve ainda, em relação ao orçamento originalmente previsto para esta ação, além do contingenciamento anteriormente citado, outra redução do orçamento originalmente previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para esta ação, retirando-se outros R\$ 22.458.801,00 (10% do orçamento original), que foram alocados na ação 8396 – Implantação e Recuperação de

Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento (ação também prioritária em relação à execução do Incra). No Programa 0138: Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, a Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais visa propiciar a destinação de terras públicas baseando-se no princípio da democratização de acesso a terra por meio da regularização da situação jurídica de posseiros com a expedição de títulos de domínio ou licença de ocupação aos ocupantes, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário. Cumpre destacar que esta Ação, no exercício de 2009, sofreu importantes modificações que reestruturaram a forma de execução da regularização fundiária na Amazônia Legal.

| LOA<br>(A)     | CONTINGENCIAMENTO<br>(B) | CRÉDITO DIPONÍVEL*<br>(C) | EMPENHADO<br>LIQUIDADO**<br>(D) | PAGO<br>(E)  | % EXECUTADO<br>(F = D/C) |
|----------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------------|--------------|--------------------------|
| 102.632.378,00 | 81.896.835,09            | 20.735.542,91             | 20.697.376,01                   | 8.219.706,80 | 99,82                    |

Fonte: Siafi (12/01/2010)

\* Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: C = A-B. \*\* Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Observa-se que foi executado 99,82% do recurso efetivamente disponível, sendo pagos R\$ 8.219.706,00, o que significa 39,71% do valor total liquidado (R\$ 20.697.376,00). O restante do recurso que foi inscrito em restos a pagar será aplicado em convênios firmados com os estados de Sergipe, Bahia, Mato Grosso e Pará. Com relação ao Programa 1350: Educação do Campo – Pronera, a Ação 8370: Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior Para a Reforma Agrária teve a seguinte execução:

| LOA<br>(A)    | CONTINGENCIA-MENTO<br>(B) | DESTAQUE<br>CONCEDIDO*<br>(C) | CRÉDITO<br>DISPONÍVEL**<br>(D) | EMPENHO<br>LIQUIDADO***<br>(E) | VALOR PAGO<br>(F) | % EXECUTADO<br>(G = E/D) |
|---------------|---------------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------|
| 41.897.600,00 | 26.126.538,11             | 4.338.687,01                  | 11.432.374,88                  | 11.272.723,49                  | 6.066.996,35      | 98,60                    |

Fonte: Siafi (12/01/2010).

\* Os recursos envolvidos são destacados para estas instituições que têm a obrigação de prestarem contas do mesmo. Estas parcerias são efetivadas com instituições de ensino formalizadas mediante Termo de Cooperação.

\*\* Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: D = A-B-C.

\*\*\* Parte destes foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já foi havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Como pode ser verificado, a execução financeira para esta ação no ano de 2009 foi de 98,60%, ou seja, do crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra, no valor de R\$ 11.432.374,88, o montante total de R\$ 11.272.723,49 foi executado através de parcerias efetuadas mediante convênios com instituições de ensino públicas, no âmbito estadual e municipal, e instituições privadas sem fins lucrativos. Tal situação aponta para a excelente capacidade de alocação de recursos por parte do Incra para esta ação. De outro lado, verificamos que 53,06% do total de recursos disponível foi efetivamente pago (R\$ 6.066.996,35), acarretando em significativa inscrição de recursos em restos a pagar.

O limite de crédito para esta ação após o Decreto N° 6.808/08 foi de R\$ 15.771.061,89, sendo que destes, o montante total de R\$ 4.338.687,01 foi repassado por meio de destaque orçamentário para Universidades Federais (UFRPE, UFPB, UFPI, UFG, UFGD, UFRRJ e UFSC), para o Instituto Federal do Paraná, para Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA e para CNPq.

O motivo para o elevado contingenciamento verificado em relação a esta ação, que consumiu R\$ 26.126.538,11 (62,36% do orçamento original previsto na LOA), foi a limitação na execução dos recursos totais previstos para a

implantação de novas parcerias para a realização de cursos provocada pelo Acórdão TCU nº 2653/08 – Plenário, que determinou ao Incra que “quanto ao instrumento a ser firmado com entidades que se encarregarão da execução dos cursos, em vez de convênios, valham-se de contratos, precedido de procedimento licitatório”.

Quanto ao Programa 1336: Brasil Quilombola, do Incra, a Ação 0859 contava com uma dotação inicial de R\$ 28.329.295,00 e uma meta prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA de indenizar 1.046.004 ha, resultando em um custo unitário da ordem de R\$ 27,00 por hectare. Constata-se, inicialmente, que este valor é insuficiente para se indenizar tanto a terra nua como as benfeitorias existentes em um hectare ocupado em qualquer região do Brasil. Uma posição mais realista seria multiplicar este valor por pelo menos 20 vezes para se ter uma média ainda bem conservadora da realidade do mercado de terras do país.

Deste total de recursos foi gasto, ainda em janeiro de 2009, a quantia de R\$ 1.847.233,14 referente à indenização da área de 0,5529 ha. Esta área corresponde a terras particulares incidentes no Território Quilombola da Família Silva, localizado na zona urbana de Porto Alegre-RS. Um valor elevado para uma área pequena se

justifica pelo fato de que este é um quilombo urbano, localizado no bairro nobre de Três Figueiras, cujo valor da terra apresenta um dos metros quadrados mais caros da cidade de Porto Alegre.

No mês de maio de 2009, o Incra contingenciou todo o recurso ainda disponível para esta ação, no valor de R\$ 26.482.061,86. Isto decorreu da constatação das condições em que o programa se encontrava em relação à regularização de terras quilombolas, verificando ser impossível gastar tal recurso no ano de 2009. Ocorre que para a execução da ação aqui destacada, qual seja o pagamento de indenizações aos ocupantes não quilombolas inseridos nas respectivas áreas, é preciso que a área quilombola esteja previamente decretada enquanto “desapropriada por interesse social” e, ainda, que se cumpra uma série de condições posteriores à decretação tais como a avaliação das propriedades, abertura de ação judicial e depósito da quantia correspondente, o que demanda expressiva quantidade de tempo e trabalho.

Deste modo, o fato é que no ano de 2009 somente foi possível indenizar a área do Quilombo família Silva, uma vez que apenas esta área se encontrava legalmente desapropriada desde o ano anterior. De outro lado, em 2009 nenhum outro decreto foi editado no 1º semestre do ano, fato que teria possibilitado a indenização de alguma outra área.

Para corrigir tal problema, o principal esforço do Incra durante o ano de 2009 foi no sentido de decretar a desapropriação de outras áreas quilombolas em diversos

Estados da Federação. Como resultado deste esforço, foi assinado pelo Presidente da República 30 Decretos de Desapropriação, correspondendo a um total de 342.007,18 ha. No entanto, este fato ocorreu apenas em 20/11/2009 e a data avançada inviabilizou que se completassem ainda no mesmo ano as demais fases necessárias para efetivar a desapropriação e o consequente pagamento das indenizações correspondentes. Para 2010, esse problema foi solucionado com a decretação das mencionadas áreas e projeção de que a totalidade do recurso previsto na LOA seja utilizado.

Com relação ao Programa 0135: Assentamento para Trabalhadores Rurais, Ação 4460: Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, do total dos recursos orçamentários destinados para esta Ação, da ordem de R\$ 743.913.538,31 para execução da meta física de 720.117,0000 hectares, foram obtidos 513.764,4900 hectares, correspondendo a 71,34% da meta física programada. O contingenciamento de R\$ 206.641.025,00 (22% da dotação inicial), por força do Decreto 6.808, de 27 de março de 2009, contribuiu para que a execução financeira alcançasse 100%. Os recursos dessa ação foram destinados, em sua maior parte, 87%, para pagamento inicial das desapropriações e aquisições de imóveis rurais e para as complementações de indenização por acordo judicial, sendo que os 13% restantes foram destinados para pagamento de decisões judiciais referentes a ações de desapropriação ajuizadas em anos anteriores.

## Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

| AÇÕES PRIORITÁRIAS - LDO                                                       | DOTAÇÃO ATUALIZADA   | VALORES EMPENHADOS  | VALORES LIQUIDADOS | RP NÃO PROCESSADOS  | VALORES PAGOS     | %             |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| 6670 – PROMOÇÃO COMERCIAL DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE | 464.436,00           | 230.291,76          | 4.551,29           | 225.740,47          | 4.551,29          | 49,59%        |
| 2706 – FEIRAS E EVENTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTESANAL (*)         | 9.635.000,00         | 624.990,00          | 523.950,00         | 101.040,00          | 523.950,00        | 6,49%         |
| 2710 – CAPACITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE (*)  | 9.030.983,00         | 2.017.789,00        | 6.581,18           | 2.011.207,63        | 6.581,18          | 22,34%        |
| <b>TOTAL</b>                                                                   | <b>19.130.419,00</b> | <b>2.873.071,00</b> | <b>535.082,47</b>  | <b>2.337.988,10</b> | <b>535.082,47</b> | <b>15,02%</b> |

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGPlan

(\*) Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias - 26,12%.

Ação 2706 – Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal. De acordo com a Lei Orçamentária nº 11.897, de 30/12/2008, os recursos previstos para a referida ação seriam compostos da seguinte forma: (A) Projeto de Lei = R\$ 635.000,00 e (B) Emendas = R\$ 9.000.000,00. O Decreto nº 6.752, de 28/01/2009, liberou o valor de R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais) para a referida ação, o que possibilitou a realização de 9 (nove) feiras. Para a ação 2710 - Capacitação para Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio, de acordo com a Lei Orçamentária nº 11.897, de 30/12/2008, os recursos previstos para a referida ação seriam compostos da seguinte forma: (A) Projeto de Lei = R\$ 380.983,00 e (B) Emendas = R\$ 8.650.000,00. Tendo em vista o contingenciamento dos recursos para a ação, o valor do limite de empenho liberado para 2009 foi de R\$ 210.983,00 (duzentos e dez mil, novecentos e oitenta e três reais), conforme Decreto nº 6.752, de 28/01/2009. Com vistas ao cumprimento da meta física, as atividades de capacitação estão sendo realizadas por meio dos seguintes instrumentos:

- Termo de Cooperação nº 01/2008, firmado entre o MDIC e a Universidade de Brasília (UnB) em 30/12/2008;
- Convênio nº 35/2008 com o Instituto Nordeste de Cidadania – INEC; e
- Ações de capacitação em compras governamentais com o Ministério do Planejamento e SEBRAE.

**Ministério do Esporte**

R\$ 1,00

| <b>AÇÕES<br/>PRIORITÁRIAS - LDO</b>                                                                                | <b>DOTAÇÃO<br/>AUTORIZADA</b> | <b>VALORES<br/>EMPENHADOS</b> | <b>VALORES<br/>LIQUIDADOS</b> | <b>RP NÃO<br/>PROCESSADOS</b> | <b>VALORES PAGOS</b> | <b>%</b>   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------|------------|
| 09HW - CONCESSÃO DE BOLSA A ATLETAS                                                                                | 40.400.000,00                 | 40.400.000,00                 | 9.973.018,22                  | 24.536.081,78                 | 9.973.018,22         | 100%       |
| 2352 - PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO POR COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - PINTANDO A CIDADANIA | 13.465.265,00                 | 12.873.801,09                 | 10.800.605,07                 | 0,00                          | 10.800.605,07        | 96%        |
| 4377 - FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL                                                             | 187.383.340,00                | 128.906.128,82                | 47.876.190,96                 | 73.391.345,32                 | 42.285.495,96        | 69%        |
| 5450 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER                            | 931.099.336,00                | 612.589.252,54                | 913.700,00                    | 732.543.625,45                | 913.700,00           | 66%        |
| 8766 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO                             | 14.000.000,00                 | 3.100.000,00                  | 0,00                          | 6.328.453,39                  | 0,00                 | 22%        |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                       | <b>1.186.347.941,00</b>       | <b>797.869.182,45</b>         | <b>69.563.514,25</b>          | <b>836.799.505,94</b>         | <b>63.972.819,25</b> | <b>67%</b> |

Trata-se de ações constantes do Anexo I – Prioridades e Metas, da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 – LDO 2009, cuja execução orçamentária e financeira está representada no quadro anterior. A execução orçamentária dessas ações foi comprometida pela insuficiência de limite orçamentário que impossibilitou o empenho total das dotações autorizadas (lei + créditos), resultando em um montante de crédito não utilizado da ordem de R\$ 388,4 milhões. As exceções ficaram por conta das Ações 09HW - Concessão de Bolsa a Atletas e 2352 - Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania, cujos empenhos de suas dotações atingiram nível satisfatório. Ainda sobre as ações prioritárias, vale destacar que a ação 8766 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento, que é composta integralmente de recursos de investimento, teve percentual de execução de 22%, abaixo da média de execução das ações não prioritárias que atingiu 59%, fato que ocorreu principalmente em função das restrições orçamentárias para execução da programação do ME no decorrer do exercício, não obstante a liberação de expressivo limite orçamentário para investimento na data de 24/12/2009, para atendimento de emendas inseridas no orçamento deste Ministério, cuja utilização ficou parcialmente prejudicada em virtude do exíguo tempo para formalização dos atos necessários à execução dos créditos ainda no exercício de 2009.

## Ministério do Meio Ambiente

| AÇÕES PRIORITÁRIAS (A)                                                                                                     | DOTAÇÃO ATUALIZADA (C) | CONTINGENC.( D)   | DOTAÇÃO LÍQUIDA (E) | VALORES EMPENHADOS (F) | VALORES LIQUIDADOS (G) | RP NÃO PROCESSADOS (H) | VALORES PAGOS (I) | % (K) = F/C |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-------------------|-------------|
| 4932 – FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS                                                                                   | 3.221.951              | 148.068           | 3.073.883           | 3.073.883              | 3.073.883              | 43.674                 | 284.307           | 95%         |
| 6074 – PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS E CONTROLE DE QUEIMADAS                                                  | 19.500.000             | 1.406.389         | 18.093.611          | 18.093.611             | 18.093.611             | 4.943.669              | 8.559.227         | 93%         |
| 6307 – FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE DESMATAMENTO                                                                          | 66.160.826             | 24.139.737        | 42.021.089          | 42.021.089             | 42.021.089             | 10.640.377             | 37.476.541        | 64%         |
| 6329 – CONTROLE DE DESMATAMENTOS E INCÊNDIOS FLORESTAIS                                                                    | 24.380.000             | 549.769           | 23.830.231          | 23.830.231             | 23.830.231             |                        | 23.789.260        | 98%         |
| 10TC – ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL                                                                         | 3.300.000              | 2.225.581         | 1.074.419           | 1.074.419              | 1.074.419              |                        | 283.574           | 33%         |
| 2D12 – PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS                                                                     | 9.700.000              | 5.111.322         | 4.588.678           | 4.588.678              | 4.588.678              | 25.289                 | 1.134.094         | 47%         |
| 8288 – RECUPERAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DE ÁREAS DEGRADADAS                                                                | 2.561.509              | 1.229.304         | 1.332.205           | 1.332.205              | 1.332.205              | 78.293                 |                   | 52%         |
| 8289 – APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL                                                           | 2.800.000              | 2.700.000         | 100.000             | 100.000                | 100.000                |                        |                   | 4%          |
| 2B07 – FOMENTO A PREJETOS DE CONSERVAÇÃO, USO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE                                              | 10.915.535             | 4.214.675         | 6.700.860           | 6.700.860              | 6.700.860              | 2.154.725              | 5.093.158         | 61%         |
| 8906 – APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NAS ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO | 4.565.884              | 2.449.795         | 2.116.089           | 2.116.089              | 2.116.089              | 4.673                  | 1.200.000         | 46%         |
| 2957 – FOMENTO A PREJETOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS                                             | 3.141.008              | 251.675           | 2.889.333           | 2.889.333              | 2.889.333              | 111.387                | 85.386            | 92%         |
| 4928 – CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS                                                                      | 1.000.000              | 878.863           | 121.137             | 121.137                | 121.137                |                        | 121.137           | 12%         |
| 200I – APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS                                                                  | 1.889.000              | 831.163           | 1.057.837           | 1.057.837              | 1.057.837              | 7.624                  |                   | 56%         |
| 20AO – APOIO A PROJETOS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO POR RESÍDUOS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS COM VULNERABILIDADE AMBIENTAL         | 200.000                | 200.000           | 0                   | 0                      | 0                      | 370                    |                   | 0%          |
| 7H90 – RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS                                                                   | 24.084.741             | 20.920.899        | 3.163.842           | 3.163.842              | 3.163.842              |                        |                   | 13%         |
| 8492 – APOIO A CRIAÇÃO E GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS                                                                        | 9.993.962              | 183.104           | 9.810.858           | 9.810.858              | 9.810.858              | 17.682.955             | 4.937.697         | 98%         |
| 6925 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL                                                                                     | 12.500.000             | 4.212.255         | 8.287.745           | 8.287.745              | 8.287.745              | 39.411                 | 7.171.663         | 66%         |
| 6618 – MONITORAMENTO DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS LOCAIS E GLOBAIS OBSERVADAS NA ANTÁRTICA                                      | 550.000                | 498.576           | 51.424              | 51.424                 | 51.424                 |                        | 51.424            | 9%          |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                               | <b>200.464.416</b>     | <b>72.151.175</b> | <b>128.313.241</b>  | <b>128.313.241</b>     | <b>128.313.241</b>     | <b>35.732.446</b>      | <b>90.187.468</b> | <b>64%</b>  |

Obs: O percentual da execução das ações não prioritárias foi de 70%.

| AÇÃO PRIORITÁRIA - LDO | U.O    | DOTAÇÃO ATUAL     | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS     | %             |
|------------------------|--------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------|
| 2004                   | 47.101 | 7.991.390         | 7.364.515          | 7.364.515          | 7.364.515         | 92,15%        |
| 2004                   | 47.210 | 79.560            | 79.560             | 46.855             | 46.855            | 100%          |
| 2004                   | 47.205 | 15.747.769        | 15.699.209         | 15.699.209         | 15.699.209        | 99,69%        |
| <b>TOTAL</b>           |        | <b>23.818.719</b> | <b>23.143.284</b>  | <b>23.110.579</b>  | <b>23.110.579</b> | <b>97,16%</b> |

- A despesa refere-se ao pagamento a servidores ativos, aposentados e pensionistas da Administração Direta e da Indireta (MP-ENAP-IBGE)
- Com base na Portaria nº 3/SRH/MP, de 30.07.2009, mais usuários tiveram direito ao ressarcimento de valores pagos com planos de saúde.
- A Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (ação prioritária) apresenta percentual de empenho (97,16%) acima da média de execução das ações não prioritárias (79,90%).

## Ministério do Trabalho e Emprego

em R\$1,00

| AÇÕES                                                                                                                                          | LOA + CRÉD. | PROVISÃO CONCEDIDA | EMPENHADO   | LIQUIDADO   | PAGO        | %             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
|                                                                                                                                                | (A)         | (B)                | (C)         | (D)         | (E)         | (F) = (C)/(B) |
| 2688 - FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL                                                                                      | 3.600.000   | 1.220.229          | 1.215.209   | 1.199.618   | 1.199.618   | 99,59         |
| TOTAL                                                                                                                                          | 3.600.000   | 1.220.229          | 1.215.209   | 1.199.618   | 1.199.618   | 99,59         |
| 4725 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENÇÃO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL - PLANSEQS | 209.446.660 | 91.499.131         | 91.499.131  | 22.834.448  | 22.834.448  | 100,00        |
| 4728 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BASE TERRITORIAL - PLANTEQS  | 50.108.209  | 47.398.026         | 47.231.297  | 17.636.902  | 17.636.902  | 99,65         |
| 4733 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E OUTRAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE ALTA VULNERABILIDADE                  | 3.000.000   | -                  | -           | -           | -           | -             |
| 6638 - CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES                                                                                              | 1.000.000   | -                  | -           | -           | -           | -             |
| TOTAL                                                                                                                                          | 263.554.869 | 138.897.157        | 138.730.428 | 40.471.350  | 40.471.350  | 99,88         |
| 2E00 - INSERÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO                                                                               | 300.000     | 119.808            | 119.669     | 119.445     | 119.445     | 99,88         |
| TOTAL                                                                                                                                          | 300.000     | 119.808            | 119.669     | 119.445     | 119.445     | 99,88         |
| 2629 - FISCALIZAÇÃO PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO                                                                                     | 5.600.000   | 3.935.114          | 3.933.923   | 3.883.971   | 3.859.221   | 99,97         |
| TOTAL                                                                                                                                          | 5.600.000   | 3.935.114          | 3.933.923   | 3.883.971   | 3.859.221   | 99,97         |
| 4737 - FOMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E REDES DE COOPERAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA                       | 1.914.130   | 1.913.410          | 1.913.410   | 3.037       | 3.037       | 100,00        |
| 4739 - ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS                                | 4.768.000   | 2.768.000          | 2.768.000   | 2.768.000   | 2.768.000   | 100,00        |
| 8078 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA POR MEIO DA ATUAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO                   | 8.200.000   | 7.635.129          | 7.635.129   | 2.891.491   | 2.091.491   | 100,00        |
| TOTAL                                                                                                                                          | 14.882.130  | 12.316.539         | 12.316.539  | 5.662.528   | 4.862.528   | 100,00        |
| 8274 - FOMENTO PARA A ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESÍDUOS SÓLIDOS                                              | 8.100.000   | -                  | -           | -           | -           | -             |
| TOTAL                                                                                                                                          | 8.100.000   | -                  | -           | -           | -           | -             |
| 0A26 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO - FINANCEIRO                                                                                                       | 116.733.121 | 71.175.268         | 71.175.268  | 52.842.000  | 52.842.000  | 100,00        |
| 2A95 - ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PROJÓVEM URBANO E CAMPO                                                          | 317.719.469 | 244.534.092        | 244.534.092 | 170.100.754 | 170.100.754 | 100,00        |
| 4789 - QUALIFICAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO                                                                     | 10.709.361  | -                  | -           | -           | -           | -             |
| TOTAL                                                                                                                                          | 445.161.951 | 315.709.360        | 315.709.360 | 222.942.754 | 222.942.754 | 100,00        |

## Ministério dos Transportes

A VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A apresentou, em 2009, uma média de execução das ações não prioritárias de 43% e execução das ações prioritárias de 26%. Processos licitatórios de alguns trechos, assim como retenções cautelares, períodos chuvosos e problemas com licenciamento ambiental inviabilizaram uma maior execução no exercício. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT apresentou, em 2009, uma média de execução das ações não prioritárias de 22% e execução das ações prioritárias de 40%. Apesar da execução ter ficado acima da média, algumas ações prioritárias apresentaram percentual de execução abaixo do esperado. Diversos serviços foram executados dentro do cronograma estabelecido, mas o baixo consumo dos valores empenhados em 2009 ocorreu em razão de grande parte da execução ter sido realizada com recursos de restos a pagar. As obras com recursos disponibilizados ao final do exercício não tiveram tempo hábil para serem executadas. Outros fatores que impossibilitaram o melhor desempenho foram: projetos executivos em fase de elaboração, questões de licenciamento ambiental, contratos em fase de licitação, processos de desapropriação não concluídos.

## Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A execução das ações não prioritárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi relativamente alta, alcançando o índice de 92%. O quadro seguinte evidencia a execução orçamentaria das ações prioritárias, o que permite comparar sua execução com as demais ações do Ministério.

|      | <b>AÇÕES PRIORITÁRIAS</b>                                                                                             | <b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b> | <b>VALORES EMPENHADOS</b> | <b>VALORES LIQUIDADOS</b> | <b>RP NÃO PROCESSADOS</b> | <b>VALORES PAGOS</b>  | <b>%</b>   |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|------------|
| 0573 | BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA IDOSA                                                | 8.442.379.913             | 8.163.464.714             | 8.163.464.714             | -                         | 4.865.178.879         | 97%        |
| 0575 | BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA                                      | 8.784.327.537             | 8.700.910.649             | 8.700.910.184             | 465                       | 5.228.847.982         | 99%        |
| 2060 | AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO                           | 278.977.593               | 257.996.000               | 257.996.000               | -                         | 257.154.000           | 92%        |
| 2383 | SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS FAMÍLIAS | 71.590.400                | 65.772.200                | 64.537.300                | 1.234.900                 | 64.155.300            | 92%        |
| 2798 | AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR                                                           | 624.324.625               | 488.396.631               | 445.973.572               | 42.423.060                | 435.925.816           | 78%        |
| 4963 | PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA                                                                                        | 85.083.007                | 39.085.959                | 26.569.000                | 12.516.959                | 9.564.079             | 46%        |
| 8442 | TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)      | 11.844.280.000            | 11.844.280.000            | 11.844.280.000            | -                         | 11.734.280.000        | 100%       |
| 8524 | SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS                                | 23.900.488                | 20.635.612                | 20.635.612                | -                         | 20.635.612            | 86%        |
| 8929 | APOIO À INSTALAÇÃO DE RESTAURANTES E COZINHAS POPULARES                                                               | 58.222.500                | 46.114.044                | 24.736.103                | 21.377.941                | 21.894.797            | 79%        |
| 8948 | ACESSO À ÁGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO                                                           | 25.102.000                | 25.102.000                | 25.102.000                | -                         | 25.102.000            | 100%       |
| 11V1 | CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA                                                                    | 114.825.093               | 57.367.814                | 54.572.728                | 2.795.086                 | 54.572.728            | 50%        |
| 20B8 | SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS                                                                    | 278.529.554               | 247.921.137               | 236.867.193               | 11.053.944                | 228.101.081           | 89%        |
| 2A60 | SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS                                                                        | 325.444.962               | 298.983.270               | 298.012.800               | 970.470                   | 298.012.800           | 92%        |
| 2A69 | SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL                                                                      | 154.733.627               | 142.814.599               | 142.803.939               | 10.660                    | 141.343.843           | 92%        |
| 2B31 | ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL                                                          | 64.576.144                | 22.999.875                | -                         | 22.999.875                | -                     | 36%        |
|      | <b>TOTAL</b>                                                                                                          | <b>31.176.297.443</b>     | <b>30.421.844.503</b>     | <b>30.306.461.144</b>     | <b>115.383.359</b>        | <b>23.384.768.916</b> | <b>98%</b> |

Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias  
Fonte: CGPA/SPO/SE/MD5

Cabe comentar a execução de algumas ações prioritárias que possuem percentual de execução inferior ao das não prioritárias<sup>1</sup>. A ação 2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, assim como a ação 8929 – Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares pertencem ao Programa de Aquisição de Alimentos, que por sua vez é limitado por uma série de fatores que comprometem uma execução orçamentária mais robusta, como o descompasso entre a execução financeira e o calendário agrícola e ausência de um sistema informatizado para o monitoramento da execução físico-financeira e de elaboração de relatórios gerenciais. Com relação à ação 4963 – Promoção da Inclusão Produtiva, os projetos dos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Pará e Sergipe, bem como de algumas entidades sem fins lucrativos foram formalizados somente no final do exercício de 2009. Em relação à ação 2B31 – Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial, não houve tempo hábil para a execução após análise de mérito das propostas apresentadas à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), ainda que os empenhos de recursos tenham sido realizados dentro do prazo legalmente estabelecido. Dessa forma a execução física e financeira dos projetos está prevista para o próximo exercício.

## Ministério das Cidades

### Ação 1110 - Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN

Ao longo do exercício, a evolução dos empenhos acompanhou o andamento dos processos licitatórios previstos pela Superintendência de Natal. Em junho, atendendo a solicitação da Superintendência de Trens Urbanos de Natal, e com o apoio da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió, foi autorizado o remanejamento de R\$ 20 mil do limite emergencial autorizado para Maceió em maio para atendimento de despesas emergenciais em Natal. Em 29 de dezembro foi editada a Lei n.º 12.181, que abriu um crédito de R\$ 23 milhões para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, sendo R\$ 2 milhões para o Sistema de Natal. Com a publicação desta Lei, o orçamento aprovado para a ação atingiu o valor de R\$ 6,5 milhões.

| <b>DOTAÇÃO AUTORIZADA</b> | <b>VALORES EMPENHADOS</b> | <b>VALORES LIQUIDADOS</b> | <b>VALORES PAGOS</b> | <b>% DOT/EMP</b> |
|---------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------------|------------------|
| R\$ 6.500.000,00          | R\$ 2.500.005,84          | R\$ 272.430,23            | R\$ 272.430,23       | 38 %             |

Fonte: Siafi Gerencial

<sup>1</sup> O Quadro da Execução das Metas não Prioritárias encontra-se nas informações adicionais.

#### 4414 - Educação para a Cidadania no Trânsito

A suspensão do contrato de prestação de serviços de apoio logístico de eventos no mês de novembro impossibilitou a realização de atividades previstas para os meses de novembro e dezembro na ação. Outro fator que não permitiu a concretização da totalidade das atividades na ação foi a indisponibilidade de saldo no contrato de serviços gráficos que, por sua vez, inviabilizou a confecção de impressos educativos necessários à realização de capacitação de educadores previstos no Projeto de Educação Infantil e Ensino Fundamental que demandariam cerca de 50% dos recursos previstos na ação.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS    | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|-----------|
| R\$ 14.900.000,00  | R\$ 7.511.704,20   | R\$ 7.511.704,20   | R\$ 7.511.704,20 | 50 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

#### 8487 - Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito

Os recursos destinados para atender a realização de projetos não tiveram execução total em razão da intempestividade na aprovação do manual de recebimento de propostas e da falta de tempo hábil para análise de mais de 4 mil propostas cadastradas no SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, sendo que parte significativa delas não atendeu as especificações constantes do manual. Ademais, a ação se sujeita ao contingenciamento orçamentário disposto na Portaria Interministerial MP/MF nº 15/2009.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 251.500.000,00 | R\$ 189.173.086,64 | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 75 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

#### Ação 8866 – Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado)

A ação não foi executada na íntegra em função da não disponibilização dos recursos. O valor de R\$ 21,27 milhões foi bloqueado pelo controle interno, restando um limite para empenho no final do exercício no valor de R\$ 7,72 milhões, que foi empenhado em sua totalidade.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 29.000.000,00  | R\$ 7.727.840,26   | R\$ 35.027,00      | R\$ 34.371,37 | 26 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

#### Ação 8874 - Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa

O recurso liberado para o apoio aos municípios na sistemática 2009 possibilitou o apoio a 11 municípios com contratos a serem executados em 2010, totalizando um valor global da ordem de R\$ 1,5 milhão. Além disso, foram empenhados recursos para convênio com o estado de Roraima, o qual beneficiará 11 municípios. Um fator complicador ao bom desempenho da ação foi o período de liberação do edital de seleção de propostas: a liberação da sistemática 2009 só foi autorizada no mês de dezembro, desta forma os municípios tiveram pouco tempo para fechar a contratação junto às agências da Caixa Econômica Federal. Até o momento apenas cinco municípios conseguiram fechar a contratação. A opção adotada para o exercício 2009 foi trabalhar com a capacitação de municípios para a implementação de instrumentos de planejamento e gestão urbana. Estas atividades só foram possíveis dadas as parcerias estabelecidas com Estados, Municípios, agências internacionais e outros Ministérios.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 4.760.000,00   | 3.847.976,48       | 617.111,32         | 617.111,32    | 80 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

#### Ação 10SB – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas

A ação teve dotação inicial de R\$ 25,90 milhões, dos quais R\$ 25,10 milhões foram cancelados, restando R\$ 800 mil de dotação autorizada para o exercício de 2009. No entanto, R\$ 306,9 milhões (R\$ 300 milhões do localizador nacional e R\$ 6,90 milhões da emenda parlamentar para Fortaleza) foram bloqueados pelo controle interno, restando somente parte da emenda parlamentar de Fortaleza, que foi empenhada, resultando na baixa execução da ação.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 800.000,00     | R\$ 493.100,00     | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 61 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

**Ação 10SC - Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes**

Sua finalidade é proporcionar à população o acesso ao abastecimento de água potável, visando o seu bem estar, a melhoria da saúde e o desenvolvimento econômico. Consiste no apoio a Estados e Municípios para aquisição de equipamentos, implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água em municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's), municípios com população superior a 50 mil habitantes ou que optaram pela constituição de consórcios públicos para prestação dos serviços, desde que sua área de abrangência reúna, pelo menos, 150 mil pessoas. Abrange iniciativas de captação, elevação, adução, reservação, tratamento, distribuição, ligações domiciliares e intradomiciliares, sistemas simplificados e soluções individuais, bem como fortalecimento social, fiscalização e avaliação. Apóia também iniciativas de abastecimento de água no âmbito de projetos de desenvolvimento econômico financiados ou apoiados pela União.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | ALORES LIQUIDADOS  | VALORES PAGOS      | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------|
| R\$ 504.888.207,00 | R\$ 488.808.912,83 | R\$ 188.785.956,86 | R\$ 188.785.956,86 | 96 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

Esta é uma das mais expressivas ações do PAC-Saneamento, concentrando grande quantidade do total dos empenhos realizados em saneamento no ano de 2009. Ao final do exercício havia 570 contratos em curso na esfera dessa ação, totalizando R\$ 8,27 bilhões em termos de valor de repasse. Destes, 15 foram efetivamente celebrados em 2009 num total de R\$ 326,88 milhões de repasse, tendo os outros 555 sido firmados em 2007 e 2008. Do total já contratado, 45 empreendimentos foram iniciados em 2009 com valor total de R\$ 381,29 milhões de repasse. Ao final do exercício havia 495 empreendimentos em andamento no valor total de R\$ 7,77 bilhões de repasse. Além disso, 18 obras foram concluídas naquele ano, representando o repasse total de R\$ 47,23 milhões.

**Ação 10SJ – Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social**

A ação Apoio a Provisão Habitacional de Interesse Social contou com a execução abaixo especificada:

| 10SJ                | AUTORIZADA            | EMPENHADA             | %           |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|-------------|
| INVESTIMENTO PAC    | 274.611.185,00        | 250.788.211,84        | 91 %        |
| INVESTIMENTO EMENDA | 196.946.935,00        | 84.242.522,08         | 43 %        |
| CUSTEIO PAC         | 11.543.978,00         | -                     | 0 %         |
| <b>TOTAL</b>        | <b>483.102.098,00</b> | <b>335.030.733,92</b> | <b>69 %</b> |

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

A execução total do PAC Investimentos foi de 91%. O índice de 69% se deve ao fato de que as emendas parlamentares tiveram um empenho de apenas 43% do valor autorizado e o resultado da seleção, da Modalidade FNHIS Assistência Técnica será divulgado em 2010, o que explica o índice de 0% empenhado para o Custeio PAC.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS     | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------|
| R\$ 483.102.098,00 | R\$ 335.030.733,92 | R\$ 47.049.123,32  | R\$ 47.049.123,32 | 69 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

**Ação 10SR - Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano**

A ação teve dotação inicial aprovada na Lei Orçamentária no valor de R\$ 2 milhões dos quais R\$ 1 milhão foi cancelado pela Lei nº 12.181, de 29 de dezembro de 2009. Foi disponibilizado em 19/12/2009 o valor de R\$ 1 milhão para atendimento a emendas parlamentares do orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência de recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência foi 20/12/2009.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 1.000.000,00   | R\$ 0,00           | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 0 %       |

Fonte: Siafi Gerencial



#### **Ação 10SS - Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano**

Nesta ação, cerca de 72% dos créditos, R\$ 23,35 milhões, não foram disponibilizados no ano de 2009, o que justifica o baixo percentual de execução. Do saldo residual de R\$ 9,45 milhões, foram empenhados R\$ 3,65 milhões e a dotação referente aos R\$ 5,39 milhões restantes foi disponibilizada apenas em 19/12/2009 para atendimento a emendas parlamentares ao orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência desses recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência era 20/12/2009. No Sigplan não foram preenchidos os campos de meta física em função da recente situação em convênio.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 32.400.000,00  | R\$ 3.651.100,00   | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 11 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

#### **Ação 10ST – Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados**

Para a dotação total de R\$ 34,85 milhões, cerca de 68% dos créditos não foram disponibilizados. Do restante, R\$ 10,97 milhões, o valor empenhado foi de R\$ 8,46 milhões. O saldo de R\$ 2,50 milhões teve a dotação disponibilizada em 19/12/2009 para atendimento a emendas parlamentares ao orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência desses recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência era 20/12/2009.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 34.855.885,00  | R\$ 8.468.100,00   | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 24 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

#### **Ação 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência**

A ação teve dotação aprovada na Lei Orçamentária no valor de R\$ 5,9 milhões, dos quais R\$ 3,5 milhões foram cancelados pela Lei nº 12.181, de 29 de dezembro de 2009. A ação não foi executada na íntegra em função da não disponibilização dos recursos.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 2.400.000,00   | R\$ 1.294.416,64   | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 53 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

#### **Ação 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**

A justificativa para o não atingimento de um melhor desempenho nos empenhos de recursos está associada ao contingenciamento orçamentário promovido pelo Ministério da Fazenda. Os créditos orçamentários que não foram atingidos pelo contingenciamento foram empenhados e os respectivos contratos firmados pela Caixa Econômica Federal, salvo as situações em que a proposta apresentada pelo proponente não atendia aos requisitos mínimos necessários para enquadramento estabelecidos nos normativos do MCIDADES ou o proponente não atendeu às regras operacionais de inserção de propostas e, na sequência, de planos de trabalho no Sistema SICONV.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA   | VALORES EMPENHADOS   | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS     | % DOT/EMP |
|----------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------|
| R\$ 1.981.443.974,00 | R\$ 1.454.751.640,27 | R\$ 17.920.157,50  | R\$ 17.920.157,50 | 72 %      |

Fonte: Siafi Gerencial

#### **Ação 7H24 - Apoio à implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro – Trecho Rio de Janeiro - Niterói – São Gonçalo-RJ**

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R\$ 65 milhões cancelada integralmente pelo Decreto de 11 de maio de 2009.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 0,00           | R\$ 0,00           | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 0 %       |

Fonte: Siafi Gerencial

#### **Ação 7H25 - Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca – RJ**

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R\$ 35 milhões cancelada integralmente pelo Decreto de 11 de maio de 2009.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 0,00           | R\$ 0,00           | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 0 %       |

Fonte: Siafi Gerencial

**Ação 7K08 – Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário do Rio de Janeiro (sistema T5) – Terminal da Alvorada da Barra da Tijuca ao Terminal da Penha/RJ**

Os recursos não foram disponibilizados, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 35.000.000,00  | R\$ 0,00           | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 0 %       |

Fonte: Siafi Gerencial

**Ação 7L53 – Apoio à Implantação do Trecho Vitória-Serra do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos na Região Metropolitana de Vitória – ES**

Os recursos não foram disponibilizados, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 20.000.000,00  | R\$ 0,00           | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 0 %       |

Fonte: Siafi Gerencial

**Ação 7L55 – Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG**

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R\$ 40 milhões cancelada no valor de R\$ 39.236.505,00 pelo Decreto de 11 de maio de 2009. O valor residual de R\$ 763.495,00 não foi disponibilizado, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|-----------|
| R\$ 763.495,00     | R\$ 0,00           | R\$ 0,00           | R\$ 0,00      | 0 %       |

Fonte: Siafi Gerencial

**Ação 7L64 - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – RS**

O fator decisivo para o início efetivo das obras contratadas ocorreu em fevereiro/2009 com a inclusão do empreendimento no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/METRÔ, que disponibilizou diretamente à obra uma dotação orçamentária de R\$ 250 milhões. A obra encontra-se em plena atividade. Sua execução física está desdobrada em cinco frentes de serviço correspondentes à implantação do elevado metroviário (9,30km), incluindo uma ponte na Travessia do Rio dos Sinos, e outra ponte no mesmo local, apenas rodoviária; acrescenta-se ainda duas estações de passageiros (Rio dos Sinos e Liberdade) e o início das atividades relativas à contratação e execução dos sistemas operacionais.

| DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES EMPENHADOS | VALORES LIQUIDADOS | VALORES PAGOS      | % DOT/EMP |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------|
| R\$ 250.000.000,00 | R\$ 250.000.000,00 | R\$ 173.588.487,00 | R\$ 171.717.314,70 | 100 %     |

Fonte: Siafi Gerencial

**Ministério da Pesca e Aquicultura**

|      | AÇÕES PRIORITÁRIAS                                                              | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EXECUTADAS | %   |
|------|---------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------|-----|
| 106R | APOIO A ADEQUACAO DE ACESSOS AQUAVIARIOS                                        | 3.150.000,00       | 1.627.520,00        | 52% |
| 10B5 | APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA                     | 86.377.794,00      | 62.909.166,07       | 73% |
| 6948 | APOIO AO FUNCIONAMENTO DE UNIDADES INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PESQUEIRA(*) | 25.616.107,00      | 9.896.909,89        | 39% |

(\*) Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias – 49,72%

Obs: O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais.